HISTÓRIA ORAL DO EXÉRCITO

1964
31 DE MARÇO

TOMO 8

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

1964 – 31 de Março

O Movimento Revolucionário e a sua História

Coordenador Geral
Aricildes de Moraes Motta

1964 – 31 de Março
O Movimento Revolucionário e a sua História

TOMO 8
Rio Grande do Sul

Biblioteca do Exército Editora
Rio de Janeiro
2003

Sumário

Apresentação 9
Considerações Metodológicas 15
A Desculpa dos Vencedores 25

ENTREVISTAS

General-de-Exército Harry Alberto Schnarndorf 29
General-de-Divisão Adolpho João de Paula Couto 45
General-de-Divisão Floriano Aguilar Chagas 65
General-de-Divisão Raymundo Maximiano Negrão Torres 89
General-de-Divisão João Carlos Rotta 125
General-de-Divisão Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva 155
General-de-Brigada Léo Guedes Etchegoyen 175
General-de-Brigada José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto 191
General-de-Brigada Egêo Corrêa de Oliveira Freitas 211
General-de-Brigada Daniel Lomando Andrade 233
General-de-Brigada Carlos Augusto Fernandes dos Santos 261
General-de-Brigada Álvaro Nereu Klaus Calazans 291
General-de-Brigada Flávio Oscar Maurer 305
Coronel Renato Moreira 331
Coronel Amarcy de Castro e Araújo 363
Tenente-Coronel Alexandre Máximo Chaves Amêndola 387

Nisi utili est quod facimus stulta gloria

Apresentação

O segundo empreendimento realizado sob a égide da História Oral do Exército incide sobre o Movimento Revolucionário de 31 de Março de 1964.

Criado por uma Portaria Ministerial, em 3 de março de 1999, e implementado a partir de janeiro de 2000, assenta-se sobre as vivências de civis e militares, estes em maior número, narradas nas 250 entrevistas que estão reunidas em uma coletânea de livros editados pela Biblioteca do Exército.

O primeiro projeto – Segunda Guerra Mundial –, extraordinariamente bem-sucedido, orientou, por isso mesmo, o emprego de idêntica metodologia neste outro sobre a Revolução de 1964. A propósito, os dois trabalhos, conduzidos paralelamente, na fase das entrevistas, foram executados nas seis coordenadorias originalmente organizadas: Brasília–DF, Fortaleza–CE, Recife–PE, RJ/RJ – BH/MG, Porto Alegre–RS e São Paulo–SP.

Ambos os projetos retratam, pela maioria dos entrevistados, a participação, naqueles contextos históricos, dos integrantes da Força Terrestre, das outras Forças Armadas, bem como de civis que contribuíram com suas valiosas experiências e insopitável patriotismo.

Esta coletânea, sobre o Movimento armado de 1964, visa a tornar mais conhecido o processo revolucionário, especialmente pela palavra daqueles que, agora, ganham a oportunidade de expor suas motivações, identificar seus propósitos e narrar suas ações.

Com suspeita insistência, desde o final do ciclo revolucionário, mormente por parte da mídia, o que é posto à mostra está quase sempre falseado. Homens impenitentes, sob o império de motivações ideológicas, movem insidiosa campanha, por intermédio da qual praticam escancarado "revanchismo".

Todos são cativos da ignorância ou da má-fé, no intuito de impedir que as novas gerações possam pesquisar, estudar, ler e encontrar a verdade. Outros setores, como os de certos responsáveis pela educação de nossos jovens, poucos felizmente, mas atuantes nas salas de aula, bem como autores de compêndios escolares, pela palavra e pela pena, indisfarçadamente, reescrevem a história, falsificada a seu talante. E destacam-se, nesse mister, posto que utilizam artifícios e técnicas hábil e sutilmente preparados. Têm a seu favor os inocentes úteis, pouco habituados a refletir sobre o que lêem e escutam. É o velho e eficaz princípio: "Vale mais a versão do que o fato."

Pois essa cantilena espúria tem circulado livremente, verdadeiro desvio da história, mesmo quando, por um descuido, ou num rasgo de sinceridade, vem a público, alguém, para dar, de forma altiva, o seu testemunho sobre o que aconteceu naqueles idos dos anos de 1960:

Com a coragem de um herói da Segunda Guerra Mundial, Salomão Malina, último secretário-geral do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), admitiu que setores do partidão, com o apoio de Luís Carlos Prestes, chegaram a conspirar para dar um golpe, em 1964, antes da tomada do Poder, em 31 de março, pelos militares... Havia uma corrente golpista no partidão, em 1964. Foi um equívoco de pessoas que não avaliaram bem que a correlação de forças, na sociedade, não estava a nosso favor.[1]

Apoiados por coniventes ocupantes de postos de mando destacados, premiam criminosos e desconhecem as vítimas mais humildes que apenas cumpriam suas missões e tarefas a serviço das autoridades constituídas.

Assaltantes, seqüestradores, terroristas, desertores, agora, são regiamente abonados.

Afinal, os que aqui falam, oferecem, ao livre exame de todos os brasileiros, o que há "do outro lado da colina".

Se não viessem à tona, porque, até então, vedados os acessos e canais da livre expressão do pensamento, não se conheceriam as palavras daqueles que foram compelidos a agir em favor da sociedade ameaçada, em conjuntura tão delicada para nosso País.

Não se pretende entronizar a polêmica. Mas é forçoso reconhecer que os fatos devem ser analisados de forma justa, limpa e honesta, e que, ao menos, se

---

[1] *O Globo* – Sexta-feira, 24 de maio de 2002: "O Último Secretário". Livro lançado no Museu da República, prefaciado pelo jornalista Elio Gaspari, em homenagem a Salomão Malina, quando completava 80 anos de idade.

ofereçam, aos jovens estudiosos, pesquisadores e interessados pelo conhecimento desses episódios de nossa história recente, as informações provenientes de todas as partes envolvidas.

Ditadura? Regime autoritário? Revolução? Contra-revolução? Golpe militar? Contragolpe?

As respostas estão aqui.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

Se o que fazemos não é útil, estulta é a glória

Considerações Metodológicas

Estas considerações destinam-se, basicamente, a abordar a Metodologia empregada em trabalhos de história oral temática, como no Projeto em tela, criado pelo Ministro do Exército, que visa, fundamentalmente, aos seguintes objetivos:

— registrar os relatos das personalidades que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução de 31 de Março de 1964;

— recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, ocorridos no evento supracitado; e

— construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas, pesquisas e outros misteres de fundamental interesse para a Força Terrestre.

De certo modo, a história oral carece de uma maior especificação teórica, apesar de já possuir uma apreciável literatura tratando de sua conceituação e bases metodológicas. Podemos afirmar que seu estatuto está mais ligado à prática do que a um pensamento teórico estruturado.

Segundo um dos seus fundadores, Louis Starr, a história oral "é mais do que uma ferramenta e menos do que uma disciplina". Este conceito, que permanece atual, evidencia que a história oral, mais que um campo novo de reflexão, tem servido a todas as outras disciplinas, como metodologia de obtenção de dados ou, mesmo, como técnica auxiliar.

As mutações que se observam no campo da História, abrindo espaço para o estudo do presente, do político, da educação integral, com ênfase no papel do indivíduo no processo social, vêm estimulando o uso das fontes orais e reconhecendo a importância da história oral como método de pesquisa.

No entender de José Carlos Sebe Bom Meihy, "usar a história oral como técnica equivale a dizer que as entrevistas não se compõem como objetivo central e sim como um recurso a mais. No círculo dos usuários da história oral, mais adensado

tem sido o grupo que parte do princípio de que esta se constitui em um objetivo definido, com procedimentos claros e preestabelecidos que a justificam como um método. Nesse caso, ela encerra o fundamento da pesquisa e, na hipótese de uso de outras fontes, elas se sujeitam ao debate central decorrente das fontes orais. A vanguarda da história oral no mundo busca, contudo, fixar fundamentos epistemológicos capazes de dar forças à proposta da história oral como disciplina".

Pelo prisma dos historiadores da Universidade de São Paulo que se dedicam ao estudo do assunto, a história oral confunde-se, muitas vezes, com o fazer histórico, respondendo as indagações da história, como disciplina. A documentação oral ou escrita, com a qual trabalha, está intimamente ligada à história de vida e, por via de conseqüência, à sua fonte, que é a entrevista, em suas mais variadas interfaces.

Em nossos trabalhos, dividimos a entrevista em três fases: a pré-entrevista, a entrevista propriamente dita e a pós-entrevista.

A pré-entrevista é o planejamento, o plano de entrevista, iniciando-se com os contatos que o pesquisador, no caso também entrevistador, mantém com o entrevistado, chamado, em história oral, de colaborador.

Tais contatos visam primeiramente prestar ao colaborador informações sobre o tema, a concepção e os escopos do projeto de história oral; a forma adotada para desenvolvê-lo; e a dimensão e importância de sua participação, sempre com a finalidade de motivá-lo e incentivá-lo a cooperar por meio de seu depoimento.

O entrevistado pode, no primeiro contato, por motivo de idade avançada, estado de saúde ou, simplesmente, por modéstia, subestimar suas experiências, julgando irrelevante a sua contribuição. A nossa postura, na posição de entrevistador, tem se voltado para o rompimento dessas barreiras. É importante encorajar o entrevistado, através de argumentação convincente, bem como oferecer-lhe todo o apoio possível para concretizar a sua participação. Faz-se necessário criar um ambiente o mais descontraído possível para que o colaborador se sinta perfeitamente à vontade, sobretudo no momento e no local da entrevista.

Por meio dos contatos da pré-entrevista, visamos, ainda, fazer chegar ao colaborador, com a devida antecedência, o questionário contendo as perguntas básicas, preestabelecidas, do tema em pauta, de forma a orientar a sua preparação para a entrevista. Com o questionário, remetemos modelo de *curriculum vitae* e a solicitação de sua possível observância, com o objetivo de padronizar, nas seis Coordenadorias Regionais, o "Plano de Entrevista" no que concerne à apresentação dos colaboradores, o que avulta de importância por refletir essa homogeneização em todas as coletâneas, independente do local onde sejam preparadas.

Outro objetivo a destacar na fase da pré-entrevista é alcançado através da remessa pelo entrevistado de outros documentos (livros, artigos, diários, relatórios, cartas etc.), além do seu currículo, o que possibilita ao entrevistador a complementação do questionário, ao qual já nos referimos, facultando a preparação de novas perguntas, específicas para aquele colaborador, sobre episódios por ele vividos dentro do tema em estudo, enriquecendo a entrevista e os conhecimentos dela advindos.

Dos documentos referentes à Revolução de 31 de Março de 1964, que permitem a elaboração de perguntas adicionais em proveito da maior eficácia das entrevistas, citamos os relatórios, boletins internos e históricos da organização militar do colaborador; livros e artigos da lavra do entrevistado ou de integrantes de sua Unidade; jornais e revistas da época da eclosão do Movimento de 1964 e do período dos governos revolucionários.

Ao analisar o questionário, na fase da pré-entrevista, sugerimos ao colaborador informar ao entrevistador se irá responder a todas as perguntas ou que questões deixará de abordar, normalmente por não se referirem a fatos por ele vividos ou de seu conhecimento. Nesta ocasião, entrevistador e entrevistado podem definir o tipo de entrevista a ser adotado, que se resume a dois:

— o entrevistado faz um relato inicial sobre a sua participação no evento definidor do projeto (Revolução de 31 de Março de 1964) e responde, após sua narrativa, a perguntas selecionadas do questionário, complementando, assim, sua exposição.
— o entrevistado responde exclusivamente às indagações do questionário recebido, às quais poderão ser acrescidas outras, formuladas, como vimos, com base na documentação entregue ao entrevistador. Neste caso, antes de passar às perguntas, é de bom alvitre que o entrevistador dê a palavra ao colaborador para sua mensagem inicial, na qual faz, normalmente, breves considerações sobre o projeto e a sua participação no mesmo.

Após a decisão sobre o tipo de entrevista a ser adotado, ficamos habilitados a confeccionar o "Plano de Entrevista", que se inicia, como mostramos, com a apresentação do entrevistado, através de seu currículo resumido.

O esclarecimento sobre o tipo de entrevista segue-se à apresentação do colaborador, vindo, na seqüência, as perguntas, a que já nos referimos. No "Encerramento do Plano", incluímos o agradecimento ao entrevistado pela participação.

A respeito das perguntas relativas à Revolução de 31 de Março de 1964, devemos afirmar que a primeira é a que permite ao entrevistado relatar, livremente e de forma ampla, sua participação pessoal, de seus chefes, pares e subordinados

nos pródromos do Movimento de 1964, no seu surgimento e nas suas conseqüências. As demais questões possibilitam ao entrevistado opinar sobre: antecedentes da Revolução – suas raízes, causas imediatas e preparação; panorama político brasileiro anterior a 31 de março de 1964; o significado das Marchas da Família com Deus pela Liberdade; desencadeamento do Movimento armado e sua evolução; a posição da "mídia" e da Igreja em relação à Revolução (na sua eclosão, durante a fase revolucionária e após 1985); o ciclo de presidentes militares e suas realizações; objetivos da luta armada (urbana e rural), desencadeada por extremistas de esquerda, sua orientação e o apoio externo; a necessidade de criação dos órgãos de informações e de operações; acertos e erros da Revolução; o desengajamento dos governos revolucionários da condução política do País; o processo político remanescente; o "revanchismo"; a imagem do Exército Brasileiro e os seus elevados índices de aceitação junto à sociedade, conforme pesquisas de opinião; mensagem final do entrevistado para o Projeto em tela.

A forma de entrevistar varia de acordo com o objetivo proposto no projeto. Em determinados casos, como na primeira pergunta do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a que já nos referimos, o entrevistado dispõe de integral liberdade para a sua narrativa. Nessa situação, como em outras semelhantes, em que as questões formuladas proporcionam relatos amplos, a organização cronológica fica, via de regra, a cargo do narrador.

No que concerne à seleção dos colaboradores para participar dos projetos, vale registrar alguns termos consagrados em história oral, com seus respectivos conceitos, os quais guardam uma relação direta com o universo a pesquisar:

— Colônia: formada a partir do estabelecimento de um grupo de pessoas ligadas por traços comuns. Comunidades amplas, das quais alguns componentes serão entrevistados. No nosso caso, os critérios para a definição da colônia vinculam-se ao tema e ao objetivo do Projeto em andamento. Em nosso Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, a colônia é formada por militares e civis que participaram do evento.

— Rede: parcela da Colônia selecionada para ser entrevistada. No nosso caso, tal decisão se baseia em parâmetros estabelecidos pelos Coordenadores Regionais, com base na Ordem de Serviço (OS) nº 015-SG/3, da Secretaria Geral do Exército, de 29 de outubro de 1999, e no Plano Geral de Projetos, do Coordenador Geral, de 3 de janeiro de 2000.

Releva dizer que, escolhidos e contatados os futuros colaboradores, fazemos, também, na fase da pré-entrevista, o preenchimento da "Folha de Endereços

dos Entrevistados" e da "Folha Registro de Entrevistas", esta contendo o número da entrevista e o nome dos entrevistados; a data e o número de ordem da entrevista dentro do projeto, bem como da função do colaborador na época do evento (Revolução de 31 de Março de 1964). Este registro é concluído na pós-entrevista, com a duração e quantidade de fitas de vídeo e de áudio de cada depoimento. Trata-se, por conseguinte, de oferecer uma visão global de todo o trabalho desenvolvido.

A formação da Rede em história oral muito se beneficia das sugestões dos colaboradores. Por isso, a entrevista inicial não deve ocorrer aleatoriamente. Damos preferência a pessoas que possuam conhecimento sobre a história do grupo, abrangido pelo tema, e que reúnam, por conseguinte, condições de prestar assessoria a respeito da indicação de futuros entrevistados.

Vistos os aspectos fundamentais relacionados com a metodologia por nós empregada na pré-entrevista, volvemos nossa atenção para a *entrevista propriamente dita*, que não é mais do que a execução do planejamento elaborado na pré-entrevista.

Entrevista, em história oral, é falar hoje sobre o ontem, permitindo a preservação da experiência histórica de uma organização, instituição ou de um povo.

Cumpre destacar que ela não se restringe à possibilidade de comprovar ou desmentir idéias ou acontecimentos. Compreende, especialmente, o registro de como alguém analisa sua vivência.

Na entrevista, é fundamental a disposição de ouvir, o interesse e o respeito pelos pontos de vista dos que se propõem a divulgar suas experiências.

No dizer de Alessandro Portelli, "deve-se compreender que, na situação de entrevistador, o oralista não se coloca diante de fontes, mas de pessoas. Não estuda o grupo de colaboradores, mas aprende com eles". Assim, o entrevistado é o sujeito-colaborador e não somente o objeto do conhecimento.

O estímulo ao entrevistado deve ser uma preocupação constante do entrevistador, não só nos contatos da pré-entrevista, mas durante toda a realização da entrevista.

Em história oral, há dois tipos de entrevista: entrevista única e entrevista múltipla. O nosso Projeto vem sendo executado por meio de entrevistas únicas, com duração máxima de quatro horas. Os colaboradores têm utilizado, normalmente, cerca de duas horas, havendo, no entanto, entrevistas mais longas, com três horas e umas poucas que se aproximam do limite estabelecido.

No que tange ao aspecto do valor das entrevistas, há duas correntes fundamentais, que adotam posições muito nítidas: a primeira entende que os depoimentos orais preenchem as lacunas deixadas pelas fontes escritas, enquanto outros

acham que os depoimentos orais, por si só, bastam para se conhecer a história. Nessa segunda abordagem, atribui-se um papel central às relações entre a memória, fontes orais e a história.

Quanto à definição de fonte, há também duas posições bem definidas entre os oralistas: os que consideram a fita, com registro de voz ou imagem e voz, o documento básico e original e os que atribuem essa prerrogativa ao trabalho escrito resultante de algum tipo de transcrição da entrevista gravada.

Independente da posição dos estudiosos no que respeita a definição de fonte, é mister realizar a atividade de transcrição, o que nos leva a uma defrontação com o problema permanente, configurado pela passagem do código oral para o escrito, dadas as naturais deformações da linguagem oral, que se acentuam na mudança para o documento escrito.

O primeiro passo realizado nesse sentido é o que se denomina de transcrição absoluta, com a qual chegamos ao primeiro texto escrito, onde se observam as falhas normais da linguagem coloquial e do informalismo natural da entrevista.

Nesta fase inicial da transcrição (etapa da transcrição absoluta), reproduzimos o que foi dito na entrevista integralmente, palavra por palavra, mantendo a gramática e a ordem dos vocábulos, exatamente como na entrevista oral.

Na segunda fase da transcrição, na chamada transcrição editada ou transcrição com edição, o texto da transcrição absoluta é depurado, tornando-o gramaticalmente correto, inclusive com o aperfeiçoamento da redação, eliminando vícios de linguagem, palavras repetidas, reproduzindo, todavia, fielmente a fonte oral.

Incluímos na transcrição absoluta, assim como na transcrição com edição, tudo que está gravado, perguntas e respostas, inclusive as "muletas" usadas pelo narrador, sendo as mais usuais o "você sabe" ou "veja bem". Não transcrevemos, porém, o gaguejar, na procura de uma palavra. Como regra, tudo o mais figura na transcrição, sendo certo que, na transcrição com edição, não devem constar abusos de palavras como as acima mostradas, nem as expressões muito repetidas como "daí em diante" e "depois disso", que só podem ser mantidas em dose suficiente para o leitor sentir o tipo de narrativa.

De importante, cumpre assinalar que a transcrição, absoluta ou editada, nada mais é do que o nome atribuído tanto ao ato de reproduzir a entrevista oral em um texto escrito, quanto ao material resultante dessa prática.

Quando nesta síntese metodológica, bem como em qualquer outro trabalho de nossos projetos, falarmos somente em transcrição, trata-se da transcrição com edição, na qual o texto passou por todas as correções necessárias à busca da melhor redação possível, obedecidas as regras gramaticais e a boa linguagem

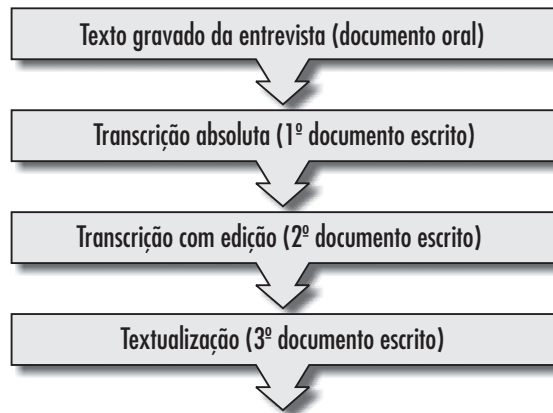
escrita, observando-se, concomitantemente, os ditames estabelecidos pela história oral, já apresentados nos seus aspectos principais.

Cabe asseverar que uma entrevista de uma hora de duração exige, em média, seis horas para a sua transcrição editada, o que demonstra a complexidade desse trabalho.

O outro passo, após se obter a transcrição editada, é o que se chama, em história oral, de textualização.

Textualização é, pois, a transcrição, com edição, sem as perguntas e com a fusão das respostas.

Em outras palavras, diz-se que, quando são suprimidas as perguntas e fundidas as respostas, estamos diante da textualização, etapa onde o texto passa a ser predominantemente do narrador.

Apresentamos a seguir a esquematização da passagem do código oral para o escrito, objetivando firmar os conceitos mencionados.

Vale ressaltar, nesta oportunidade, que a presente Coletânea compila entrevistas transcritas, o que implica a manutenção das perguntas ou sua substituição por subtítulos contendo as idéias-força que as representem, antecedendo as respostas dos depoimentos orais.

A decisão da Coordenadoria Geral pela transcrição levou em conta a necessidade do exato conhecimento pelo leitor daquilo que se perguntou, apesar de que a maioria das indagações, no Projeto de História Oral do Exército na Revolução de 31 de Março de 1964, tenha sido respondida por quase todos os entrevistados, uma vez que se deseja a opinião do maior número de colaboradores sobre as mesmas

questões, o que possibilita covalidações das respostas e, portanto, do pensamento de uns pelos outros, do que decorrerá uma resultante muito significativa.

Na fase da pós-entrevista, se insere: a assinatura da Carta de Cessão de Direitos, que trata da autorização dada pelo colaborador para o uso da entrevista (documentos orais e escritos) pelo Exército no caso; a conferência, que é a entrega do texto por nós ao entrevistado, para suas observações anteriores à publicação; as atividades complementares, que incluem o recebimento de novos documentos que o colaborador venha a trazer no dia da entrevista ou nos dias imediatos a ela, os quais se diferenciam daqueles que nos são encaminhados na fase da pré-entrevista, porque os remetidos inicialmente influem na entrevista, enquanto que os últimos servirão apenas como subsídio para consultas e trabalhos futuros, a cargo de historiadores, pesquisadores e estudiosos em geral, que também poderão se valer dessas novas fontes, sejam orais ou escritas.

Outra atividade complementar, realizada na pós-entrevista, refere-se à confecção da Ficha Registro de Entrevista (FRE), que reúne todos os dados e informações de determinada entrevista, a saber: o número e data da entrevista; função do entrevistado na época do evento estudado pelo Projeto; número de fitas de vídeo e de áudio utilizadas; informações sobre Carta de Cessão de Direitos; degravação, transcrição e textualização da entrevista; listagem da documentação oral e escrita entregue pelo entrevistado, além do seu currículo. Há, portanto, tantas FRE quantas forem as entrevistas realizadas.

A conclusão do preenchimento da Folha Registro de Entrevista é, também, uma atividade complementar da pós-entrevista, como anteriormente mostramos.

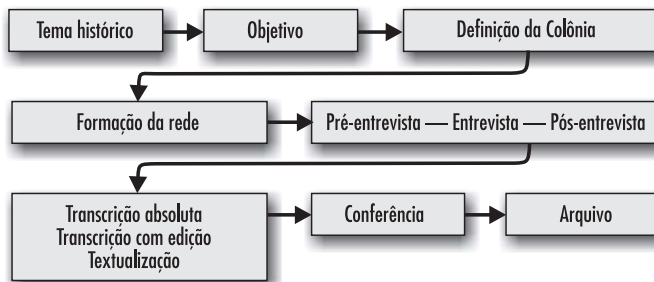
A etapa da Consolidação da Documentação, também chamada Arquivo ou Arquivamento, engloba os procedimentos regulares de guarda e conservação de toda a documentação oral e escrita: Ficha Registro de Entrevista, Cessão de Direitos, Plano de Entrevista, currículos, documentação da entrevista (vídeos, fitas cassetes, CDs, disquetes, fotografias, textos da degravação, transcrição e textualização), além da documentação oral e escrita complementar entregue pelo colaborador antes, durante ou depois do seu depoimento.

Para a consolidação, optou-se por pastas que permitem o arquivamento de toda a documentação citada nas FRE. Em todas as Coordenadorias, para efeito de padronização, as pastas de cada projeto são identificadas por determinado tipo de cor.

É importante enfatizar que as fitas Super VHS ou Betamax – mais nitidez, legibilidade e riqueza de detalhes do que as fitas comuns – são as utilizadas nas gravações (fita matriz ou fita bruta), bem como na edição (fita editada), a qual

servirá para realizar toda e qualquer cópia, inclusive a da fita brinde que o Projeto oferece ao colaborador, como lembrança de sua participação.

Paralelamente, realizamos a gravação da entrevista em fitas cassetes, as quais são utilizadas no processo de degravação, poupando-se, deste modo, a fita de vídeo. Essa forma de gravação representa, portanto, um eficaz dobramento do meio audiovisual.

O fluxograma de progressão do trabalho, a seguir apresentado, resume as diversas atividades que se sucedem no desenvolvimento de um projeto de história oral temático. Impende salientar que não há história oral sem um projeto, determinado previamente, que oriente e organize a pesquisa.

Pelo que vimos, sobretudo pelas considerações teórico-metodológicas apresentadas, avulta de importância a assertiva que bem sintetiza a relevância dos trabalhos de História Oral do Exército, em desenvolvimento nas nossas seis Coordenadorias Regionais:

"A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica através de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, os eventos são lembrados à luz da experiência subseqüente e das necessidades do presente."

Rio de Janeiro, RJ, 16 de julho de 2002.

General Aricildes de Moraes Motta
Coordenador Geral

General Geraldo Luiz Nery da Silva
Coordenador Regional RJ/MG

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Francisco Roberto de (Secretário-Geral Ex) Metodologia constante da OS nº 015 – SG/3 – Projeto de História Oral, Brasília – DF, 29 de outubro de 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord); ABREU, Alzira Alves de; FARIAS, Ignez Cordeiro de; DIAS, José Luciano de Mattos; D'ARAÚJO, Maria Celina; MOTTA, Marly Silva da; ALBERTI, Verena. Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Editora da Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – RJ, 1994.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da Fala para a Escrita, Atividades de Retextualização.* 1ª Ed., São Paulo, Cortez Editora, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral.* 3ª Ed. São Paulo, Edição Loyola, abril de 2000.

MOTTA, Aricildes de Moraes – *Plano Geral de Projetos,* Coordenadoria Geral de História Oral do Exército. Rio de Janeiro – RJ, 3 de janeiro de 2000.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando; LIMA, Luiz Filipe Silvério; MOURA, Ricardo e RIBEIRO, Suzam Lopes Salgado. O NEHO – Núcleo de Estudos em História Oral da Universidade de São Paulo – e a experiência de pesquisa em história oral, 1º de dezembro de 1999.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral,* abril de 1997.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: história oral,* 2ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 1998.

A Desculpa dos Vencedores

Em 1962, a guerra revolucionária, uma estratégia de expansão violenta do comunismo internacional, erigira regimes comunistas na Europa, na Ásia, na África e em Cuba. No auge da guerra fria grassavam guerrilhas comunistas na América Latina. Brasileiros, ainda nos Governos Jânio e Jango, foram enviados à China para treinamento de guerrilha. Prestes, agradecendo homenagem do Governador Miguel Arraes, no Recife, disse: "Nós, comunistas, estamos no Governo, mas ainda não no Poder." Um recado para o Exército, que não esquecera a Intentona Comunista de 1935 e estudava, como de sua obrigação, os tipos de guerra revolucionária bem-sucedidos.

O que vimos como ameaça concreta, diz-se hoje, era paranóia anticomunista.

Em seguida, ocorreram os motins. Sargentos ocuparam, em ação armada, parte de Brasília, prenderam ministro e foram vencidos à bala. Marinheiros, no Rio, abandonaram navios de guerra, desembarcaram, foram homiziados no sindicato dos metalúrgicos do Rio. Fuzileiros navais, enviados para prendê-los, confraternizaram com eles. No Congresso, veementes discursos ligavam os fatos a um estado real da guerra revolucionária. As mulheres, terços à mão, ombrearam com 1 milhão de paulistas alarmados, na passeata de São Paulo, rezando por Deus e pela liberdade. Epidemia paranóica? Da grande imprensa também, que se permitiu bradar "basta!" ao Presidente Jango. E a paranóia levou o Bispo D. Paulo Evaristo Arns a ir ao encontro das tropas do General Mourão, que desciam de Juiz de Fora, para abençoá-las contra o imaginado perigo comunista, e ajudou a depor um presidente constitucional.

Desse alarme generalizado, censurado hoje como pretexto, nasceu o 31 de Março de 1964.

No Poder, cometemos o erro de reerguer a combalida economia brasileira, início do "milagre brasileiro". Em 1965, comunistas reagruparam-se na nobre missão de derrotar a perversa ditadura militar e erigir a ditadura do proletariado, a do

paraíso soviético. Dividiram-se em muitas facções. Do contrário, teriam assumido o Poder no Brasil os valentes militantes comunistas Carlos Marighella, Carlos Lamarca, Amazonas Pedroso, José Dirceu, Apolônio de Carvalho e outros valiosos quadros. Prestes e Brizola, não.

Aquele, porque contrário à saga da luta armada; este, rejeitado por fracassar a guerrilha de Caparaó, vergonhosamente presa sem dar um tiro, desperdiçando milhões de dólares de Fidel Castro. Bravamente, nossos comunistas seqüestraram diplomatas, a começar pelo embaixador dos Estados Unidos, país de quem, "lacaios, havíamos cumprido a ordem de derrubar Jango". Não só isso, como ainda, em seu lugar, pôr o General Castello Branco, exigência de que teria sido emissário o adido americano, General Vernon Walters, que ficara amigo de Castello Branco na FEB, na Itália.

Centenas do lado da ditadura foram mortos – como deviam ser –, pois eram "antipatriotas e antipovo". Lamarca matou logo dois: um segurança de banco e um tenente da PM paulista, seu refém. Agente da famigerada CIA e financiadores da repressão foram "justiçados". Sentinelas, o corpo destroçado por explosivo acionado por ousados terroristas, foram o preço inevitável da luta popular e patriótica.

Perderam os comunistas intrépidos combatentes na luta armada, mas não morreram em vão. Aos seus descendentes, o governo de esquerda indenizou com R$ 150 mil cada. Ruas têm hoje seus nomes. Monumentos são projetados para perpetuar sua memória. Os sobreviventes, quando não indenizados, foram promovidos ao posto mais alto, receberam os atrasados em ressarcimento de preterição, ampliando a anistiazinha concedida por lei pelos militares. A última extensão, no atual governo, está reparando a violência contra centenas de marinheiros e fuzileiros, legitimando o motim que foi um dos pretextos para o golpe de 1964. O presidente da comissão especial que já indenizou 280 famílias de vítimas do regime militar, com R$ 100 mil ou R$ 150 mil cada, "vê com bons olhos a ampliação" dos trabalhos, para contemplar outras vítimas, enquanto Lula, se for eleito presidente, acaba de prometer publicamente estender as indenizações e reinterpretar a lei de anistia para punir os torturadores, que se beneficiaram da anistia recíproca. Eis a versão dos vencidos.

Diante disso, os vencedores pedem desculpas em nome das centenas dos que morreram certos de lutar pela Pátria e cujas famílias não mereceram receber indenizações. Em nome, igualmente, da memória dos covardemente assassinados; dos que tombaram no atentado terrorista no aeroporto do Recife; do soldado sentinela do II Exército cujo corpo se fragmentou, despedaçado pelo explosivo dos terroristas, que dessa ignomínia se vangloriam em livro premiado em Cuba; do tenente da

PM paulista, refém de Lamarca, o crânio esfacelado a coronhadas; dos seguranças brasileiros de embaixadores estrangeiros; dos vigilantes de banco privado; do major alemão, aluno da Escola de Estado-Maior do Exército, abatido no Rio "por engano". Tomando de Cecília Meireles os versos "são doces mortes livres do peso de prantos", esses que para os assassinos não tinham pai nem mãe, nem geraram filhos, pois eram o lixo da revolução leninista. Pedem desculpas, ainda, os que tiveram a carreira militar interrompida, ou cassados seus títulos acadêmicos, devido à acusação não comprovada de tortura, baseada numa única testemunha facciosa; os que na história reescrita pelos vencidos, amplamente divulgada nas escolas, são meros golpistas usurpadores do Poder movidos pela paranóia anticomunista.

São quase mortos-vivos a sofrer o "revanchismo" dos que, derrotados pelas armas, são vitoriosos pela versão que destrói os fatos, nutrida no governo de esquerda moderada.

Todos pedem desculpas aos comunistas que combateram e venceram, até porque há 300 anos se diz que, na vida, não há como escapar das injúrias do tempo e das injustiças dos homens.

Jarbas Passarinho

General-de-Exército Harry Alberto Schnarndorf

O General Harry nasceu em Porto Alegre em junho de 1924, tendo ingressado no Exército em 10 de março de 1942, como aluno do 3º ano da Escola Preparatória de Porto Alegre. Cursou a Escola Militar de Realengo durante os anos de 1943/1944, e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria pela então Escola Militar de Resende em 11 de agosto de 1945 e classificado no 7º BC (7º Batalhão de Caçadores), sediado em Porto Alegre, onde foi promovido ao primeiro posto em novembro daquele ano e a Primeiro-Tenente em dezembro de 1947.

No ano seguinte em função de seu perfil de oficial de escol, foi convidado para integrar o corpo de instrutores da Escola Militar de Resende, função que voltou a exercer em mais duas oportunidades, como Capitão e posteriormente Major. No início de 1951 retornou para sua OM anterior, agora denominada 18º RI (18º Regimento de Infantaria) que, em julho, o vê promovido a Capitão.

No final do ano seguinte foi nomeado Comandante da 1ª Cia Gd (1ª Companhia de Guardas), também sediada na capital gaúcha. No segundo semestre de 1954 cursou a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), sendo classificado na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras). Dois anos depois foi matriculado na ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), concluindo-a no final de 1959, já promovido a Major, por merecimento, desde abril de 1957.

Após seu estágio de Estado-Maior no comando da 6ª DI (6ª Divisão de Infantaria), vivenciou o episódio da Legalidade servindo no Estado-Maior do III Exército.

Durante o período que serviu na AMAN, foi selecionado, em 1964, através de provas específicas, para realizar o Curso de Estado-Maior nas Forças Armadas da República Federal da Alemanha, lá permanecendo cerca de um ano e meio, quando foi promovido a Tenente-Coronel, mais uma vez por merecimento.

No seu retorno, passou a fazer parte do seleto grupo de instrutores da ECEME. Promovido a Coronel em dezembro de 1968, foi, em seguida, nomeado Comandante

do I/18º RI (1º Batalhão do 18º RI). Após entregar o comando, serviu por duas vezes no EME (Estado-Maior do Exército), com uma passagem pelo Estado-Maior da 6ª DE (6ª Divisão de Exército).

Em novembro de 1976 foi promovido, por escolha, a General-de-Brigada e nomeado Comandante da 5ª Bda Inf Bld (5ª Brigada de Infantaria Blindada) sediada em Ponta Grossa-PR. Em 1978 retornou ao EME para exercer o cargo de Inspetor Geral das Polícias Militares (IGPM). Promovido a General-de-Divisão em julho de 1981, assumiu a 2ª Subchefia do EME e, um ano depois, foi nomeado Comandante da 7ª RM/DE (7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército).

Depois de entregar aquele comando, foi Vice-Chefe do DEP (Departamento de Ensino e Pesquisa), ali permanecendo como Chefe, após sua promoção a General-de-Exército em julho de 1986.

Por força de dispositivo regulamentar, em 06 de janeiro de 1989, foi transferido para a reserva.

No decorrer de sua longa e brilhante carreira foi agraciado com inúmeras condecorações outorgadas tanto por nossas Forças Armadas, como por órgãos civis e pelos governos da Alemanha e da Argentina.

Entrevista realizada em 6 de dezembro de 2001.

O nosso entrevistado de hoje no Projeto História Oral do Exército é o General Harry Schnarndorf, instrutor de várias gerações de oficiais da nossa Força, que, em 1961, como Assistente do General Machado Lopes (José Machado Lopes), então comandante do III Exército, viveu com intensidade os antecedentes da Revolução. Com a palavra o General Harry que falará sobre aqueles momentos difíceis da nossa história recente. Depois ouviremos suas respostas às perguntas do nosso roteiro.

Em 1964 viajei para a Alemanha onde permaneci por 18 meses fazendo o curso de Estado-Maior[1] do Exército daquele país. Lá, pude sentir o impacto da reação no exterior contra o Movimento de 1964. O mais difícil foi convencer oficiais do Exército alemão e de outros exércitos que junto comigo cursavam a escola de línguas, sobre a legitimidade da intervenção das Forças Armadas no processo político brasileiro. No curso havia oficiais europeus (ingleses e franceses), sul-americanos (argentinos e venezuelanos) e até alguns asiáticos. Todos se interessavam muito pelo que estava acontecendo no Brasil. Para os oficiais europeus era um pouco difícil entender a situação que enfrentávamos. As ameaças à nossa segurança, por ideologias estranhas, não eram suficientes para justificar o que ocorria em nosso território. A par disto, observei que a imprensa também era crítica em relação ao nosso País, posição explicável, considerando que na mídia alemã predominavam também os mesmos jornalistas de esquerda que aqui perturbavam a nossa vida.

Mas isto só aconteceu no início do curso. Depois me liberei destas preocupações e assumi os meus estudos normalmente. Praticamente eu não tomava conhecimento dos acontecimentos daqui. Apenas ficava sabendo daquilo que lia em jornais, em revistas e na correspondência que recebia. Não tínhamos adido militar na Alemanha e, em conseqüência, faltava-nos uma ligação oficial com nossas bases.

A imprensa no exterior não costuma veicular muitas notícias dos países latino-americanos. A impressão que se tinha é de que o nosso País não existia para a Europa. Mesmo assim, no ano seguinte, já em pleno Governo Castello Branco, fui surpreendido, e gratificado, com um excelente programa de televisão sobre o Brasil. Parecia que finalmente o mundo tomava conhecimento do que realmente acontecera e do que se fazia aqui. A emissora oficial de rádio e televisão alemã levou ao ar uma reportagem sobre o General Castello Branco, nosso Presidente na época; um programa altamente favorável a nós. Normalmente, as notícias transmitidas na tele-

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

visão e nos jornais eram negativas. Esta reportagem, ao contrário, foi muito positiva. Mostrava a origem do Presidente Castello Branco e alguns aspectos do nosso ambiente militar. Focalizavam muito bem um pouco da vida do cadete, os apartamentos, o rancho, as salas de aula, enfim, todos os belos cenários da nossa principal escola de formação. Da mesma forma, focava o papel do Exército: o que fazíamos em termos de segurança interna, de ACISO[2], e de ajuda a segmentos das populações carentes. Mostrava também outro estabelecimento de ensino que fora comandado pelo Presidente Castello Branco, a ECEME, visualizando os trabalhos em sala, as mesas com os alunos debruçados sobre as cartas e outros flagrantes da vida escolar, todos muito expressivos. Foi uma reportagem completamente diferente das que eu já havia visto, com imagens positivas, e que realmente me surpreendeu. E foi longa, uns vinte minutos de televisão, talvez até mais. O Presidente Castello Branco, devidamente traduzido, fez um excelente pronunciamento sobre o Brasil. Em resumo, tive oportunidade de assistir a uma ótima apresentação sobre o meu País.

O mais curioso deste programa é que ele resultou de uma iniciativa do rádio e televisão oficial da Alemanha. Nada foi planejado e realizado por aqui; tudo foi feito com equipes e orientação da televisão alemã. Até na entrevista do Marechal Castello Branco, feita em blocos, só foi traduzido aquilo que eles julgaram mais interessante. Considerei o programa de ótimo nível e muito agradável. Fiquei admirado porque até então as reportagens sobre países sul-americanos que eu vira, eram só para desmoralizá-los. O que sempre focalizam é a favela, a miséria, as doenças, as epidemias e por aí vai. E este enfoque negativo não atingia só o Brasil, abrangia toda a América Latina.

Após essa rápida introdução sobre meu primeiro contato com o Movimento de 31 de Março de 1964, volto-me para o principal objetivo desta entrevista. Examinando as perguntas que me apresentaram como roteiro cheguei à uma conclusão: o que eu sei sobre a Revolução de 1964, ou li, ou soube através de companheiros depois que retornei da Alemanha. Agora, os antecedentes, particularmente a "Legalidade" em 1961, eu conheço. Não só conheço como participei intensamente dos fatos ocorridos naquele triste episódio da nossa história. Acredito que vale a pena relatar a minha experiência na confusão motivada pela renúncia de Jânio Quadros. Não foge do tema, enquadra-se como um importante antecedente.

Estava eu aqui na 6ª DI, e o General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy), por causa da minha participação em um trabalho realizado para a AD/6 (Artilharia Divisionária da 6ª DI), que era comandada por ele, teve a oportunidade de me

---

[2] Ação Cívico Social.

conhecer melhor. Fui designado pelo comandante da Divisão para organizar um exercício envolvendo toda a guarnição de Cruz Alta. Desloquei-me para lá e montei a manobra: primeiro, fase de quadros e depois com a tropa. Graças a Deus correu tudo bem e o General Muricy ficou muito satisfeito com o resultado do trabalho e me elogiou muito. Quando veio ser Chefe do Estado-Maior do Comandante do Terceiro Exército, ele me indicou para ser seu adjunto.

Fiquei bastante lisonjeado com a escolha, mas não me sentia muito satisfeito pois o exercício da função me afastava dos assuntos profissionais. Sempre preferi os encargos relacionados com as atividades fim do Exército.

Eu andava meio desanimado com a missão quando, no dia 25 de agosto de 1961, aconteceu a renúncia de Jânio Quadros. O General Machado Lopes havia assumido o III Exército há pouco tempo. Ele fora promovido em 25 de julho de 1961, e o comando do III Exército era a sua primeira comissão como quatro estrelas. O seu Chefe do Estado-Maior, General Muricy, naquela época, tinha direito a um adjunto, na verdade uma espécie de secretário com encargos de cuidar da correspondência e de outras atividades burocráticas. Embora não gostasse da função, dava-me muito bem com o General Muricy. Ele foi um chefe que, pela sua capacidade profissional, inteligência e dinamismo, sempre admirei e respeitei muito.

Tomamos conhecimento da renúncia de Jânio Quadros na cerimônia de entrega de medalhas no Dia do Soldado, realizada na Redenção[3], naquele estádio em frente ao Colégio Militar. Logo que o evento terminou, houve uma grande correria e a convocação dos chefes e comandantes para uma reunião no QG[4]. Não me lembro bem de tudo o que aconteceu, mas algumas cenas ainda guardo na memória.

Na época eu era major e, como já falei, assessorava o General Muricy, Chefe do Estado-Maior do III Exército. Acredito que posso historiar com alguma fidelidade a reunião realizada pouco depois da formatura. Naquela hora já era do conhecimento do comando de Área que a cúpula militar não admitia que o Vice-Presidente João Goulart assumisse o Poder como mandava a Constituição. Após a reunião, presidida pelo General Machado Lopes, poucos oficiais antigos do seu Estado-Maior permaneceram no QG. Constava que alguns oficiais superiores, simpáticos à orientação política do então Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, buscaram aproximação com aquele político, outros simplesmente se ausentaram do QG, possivelmente, por não concordarem com a posição assumida pelo Comandante.

---

[3] Parque Farroupilha, também chamado Redenção, a maior área verde no centro da cidade de Porto Alegre/RS, em frente ao Colégio Militar.

[4] Quartel-General.

Ainda na referida reunião, o General Machado Lopes deixou bem claro que estávamos diante de uma situação que nos obrigava a uma tomada de posição. Duas de suas afirmações definiram a sua decisão. Declarou:

– Minha posição é que devemos nos manter fiéis à Constituição; não é com boa vontade que aceitamos o senhor João Goulart na Presidência da República, mas ele foi eleito. Não podemos mais nos comportar como um Estado que age em favor de grupos ou de pessoas. Temos que obedecer às leis. Ficaremos fiéis à Constituição.

Em pouco tempo os fatos ocorridos no País deram origem, aqui em Porto Alegre, a um movimento político liderado pelo então Governador Leonel Brizola, conhecido por "Legalidade"!

Para caracterizar bem a posição assumida e o contencioso que se criou com o governo rio-grandense, o General Machado Lopes usava a seguinte figura: "O Governador do Rio Grande e nós do Comando do III Exército temos a mesma bandeira, todavia a seguramos em mastros diferentes."

Queríamos o cumprimento da lei mas não aceitávamos a forma como Brizola e todo o grupo que apoiava o Jango estava querendo impor. Nosso desejo era de que tudo ocorresse de acordo com a lei e sem confrontação violenta.

Após a evasão referida, sobraram poucos oficiais no QG. Lembro bem que ficaram o Weber (Carlos Aloysio Weber), o Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen), o Décio (Décio Barbosa Machado) e eu. Éramos todos oficiais há pouco egressos da ECEME. Talvez tenha me esquecido de algum, mas sei que éramos muito poucos e no momento só me lembro destes. Nós não entendíamos bem o que estava acontecendo. O quadro era confuso e meio misterioso. Nem eu, que estava junto ao General Muricy, sabia de muita coisa. Ele não se abria muito nesses problemas que envolviam aspectos políticos da conjuntura. Mas a nossa proposição sempre foi essa: devíamos cumprir a lei, nos identificar como uma Nação moderna, que respeita a sua Constituição. Estávamos cansados de rasgá-las e de proceder como se fôssemos uma republiqueta. Não nos interessava a pessoa do João Goulart. Se ele não desse certo, nós dispúnhamos de instrumentos legais para tirá-lo do Poder. Eu e muitos outros oficiais pensávamos assim. Mas realmente o Jango não nos agradava.

Vivemos esse ambiente tenso e confuso durante muito tempo. Fiquei 15 dias dentro deste QG sem sair, sem ver minha família, sem ir para casa. Neste meio tempo muitas coisas aconteceram. Mas vamos andar com cuidado para obedecermos a ordem cronológica dos acontecimentos.

Continuo o relato ainda me reportando ao tempo em que trabalhei como adjunto do General Muricy. Logo que houve o veto ao Jango Goulart pela cúpula do

Poder de Brasília, os famigerados "grupos dos onze" do Brizola começaram a se agitar, desfilando, desafiadoramente, aqui na frente do QG. Éramos vistos como inimigos. Eles não faziam concessões, não nos admitiam sequer como adversários, éramos considerados inimigos mesmo.

Em determinado momento o Governador Brizola assumiu o controle da Rádio Guaíba e de outras rádios no Estado. Não sei que artifício ele usou para criar a "Cadeia da Legalidade". Foi uma intervenção arbitrária e sem fundamento. Através da tal cadeia começou a ser transmitida uma propaganda progressivamente belicosa. Nós não queríamos nada disso. Então planejamos uma operação para atacarmos com uma força-tarefa a Ilha da Pintada[5] onde estavam localizadas as torres da Rádio Guaíba. Precedendo este planejamento já havíamos tomado várias medidas de precaução contra uma possível insurreição: mobilizou-se a Companhia de Guardas, a 6ª Cia PE (6ª Companhia de Polícia do Exército), um Esquadrão de carros do 12º R Rec Mec (12º Regimento de Reconhecimento Mecanizado) – na época ocupando o quartel da Serraria. Deslocou-se uma fração do 3º BCCL (3º Batalhão de Carros de Combate Leve) de Santa Maria, que veio para cá por via ferroviária e ficou acantonada na Avenida Getúlio Vargas, naquela área onde antigamente eram realizadas as exposições de animais.

Dispúnhamos de todos esses elementos para a composição da força-tarefa que faria a ação contra as torres de rádio. Se não me engano, o Major Weber, de engenharia, é que ficou encarregado de trazer um esquadrão de carros, colocando-o no ponto lógico para emprego nesta ação aqui em Porto Alegre. Tudo isto foi coordenado pelo General Muricy. Tenho a impressão de que o Capitão Pedro Américo Leal – hoje vereador e na época o comandante da Companhia de Guardas – fez parte daquelas reuniões que planejaram o ataque à Ilha da Pintada.

Ao tempo em que as ameaças de confronto iam crescendo, as mensagens ficavam cada vez mais pesadas, chegando a haver alguns problemas com os comandantes das Grandes Unidades sediadas no Rio Grande do Sul. O Comandante da 3ª Região Militar era um coronel que respondia interinamente pelo cargo. Não recordo o nome dele, mas lembro que logo foi colocado para escanteio. E também não tenho certeza de se o Coronel Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil) chegou a assumir o comando da Região. Acho que não.

A tal operação planejada contra as torres da rádio acabou não saindo. O General Machado Lopes vetou-a. Talvez por ter participado da guerra, tentava evitar, de qualquer maneira, um confronto armado. Depois o conheci melhor e concluí que se tratava de uma pessoa muito humana. Ele sempre repetia:

---

[5] Ilha do Guaíba, rio que banha a cidade de Porto Alegre/RS.

– Se nós fizermos alguma coisa fora da expectativa, vamos acender o estopim de uma guerra civil. Não podemos dar o primeiro tiro.

Na verdade tudo se armava para isso. Eles – os grupos incitados pelo governador – do lado de lá, e nós, do lado de cá, estávamos prontos para nos enfrentarmos, se necessário.

O General Machado Lopes logo que se definiu, pediu aos grandes comandos subordinados que o apoiavam que permanecessem no cargo, e àqueles contrários à sua posição que saíssem. O General Galhardo (Benjamim Rodrigues Galhardo), Comandante da 5ª RM (5ª Região Militar), e o General Beviláqua (Pery Constant Beviláqua), Comandante da 3ª DI, apoiaram a posição do General Machado Lopes. Já não me lembro bem quem eram os comandantes de DC (Divisão de Cavalaria). Parece que em Uruguaiana era o General Ênio Garcia (Ênio da Cunha Garcia), tido como brizolista. Em Santiago comandava a 1ª DC o General Oromar Osório, conhecido como um oficial populista, que apoiou a alternativa de ficar ao lado do seu amigo Brizola. Quem comandava Bagé era o General Ribeiro Paz (Alberto Ribeiro Paz) com quem não houve problema.

Santa Maria foi um caso um pouco diferente pois o Comandante da 3ª DI, General Pery, chefe muito conceituado no Exército, se antecipou ao III Exército na defesa da Constituição e, logicamente, concordou com a decisão do General Machado Lopes. A 3ª DI era uma peça-chave do esquema da força terrestre no Rio Grande do Sul. Em resumo, todas as Grandes Unidades do III Exército apoiaram a posição do General Machado Lopes.

A esta altura dos acontecimentos, o Ministro da Guerra e o Alto Comando continuavam forçando a situação e davam ordens no sentido da adoção de medidas que impedissem o Vice-Presidente João Goulart de assumir a Presidência da República. Por causa desta discordância aconteceu uma cena que me marcou muito. Eu ainda era adjunto do General Muricy. O Chefe-de-Gabinete do Ministro da Guerra, General Orlando Geisel, avisou que ia ser transmitida uma ordem importante ao comando do III Exército. O General Machado Lopes mandou o General Muricy à estação de rádio e ele me levou junto para que eu anotasse tudo. Estavam presentes, o coronel que comandava interinamente a 3ª Região Militar, e mais alguns oficiais cujos nomes não lembro.

A importante e controvertida mensagem recebida previa medidas de repressão e que, se necessário, deveríamos agir em força contra o Palácio Piratini. Sempre houve desconfiança sobre a existência desta determinação do escalão superior. Fui testemunha da ordem expedida pelo Gabinete do Ministro. Eu a ouvi sendo transmitida pelo rádio.

Por causa daquela determinação recebida de Brasília eclodiram confrontos internos na Quinta Zona Aérea[6]. O Major Etchegoyen foi designado para intervir na Base Aérea e acalmar os ânimos. Estavam ocorrendo prisões de sargentos e também o inverso: em algumas Unidades os sargentos prenderam os oficiais. Algo totalmente confuso e difícil de entender.

É a primeira vez, depois de trinta e tantos anos, que estou falando sobre estes acontecimentos. Nunca comentei estes fatos nem com as pessoas mais próximas, nem com meus colegas. Às vezes me dá vontade de escrever alguma coisa sobre aqueles dias tumultuados, mas não disponho de documentos que comprovem a autenticidade das minhas lembranças. Tenho ainda um relatório e um boletim confidencial que eu mesmo datilografei por ordem do General Machado Lopes para ser distribuído aos generais do III Exército. Guardo também uma carta que o General Muricy me escreveu depois que ele viajou para o Rio de Janeiro.

Passarei agora a relatar as duas viagens do General Muricy a Brasília, outro fato com muitas versões. O General Machado Lopes foi convocado para ir à capital a chamado do ministro, mas o General Muricy convenceu-o a não ir:

– Se o senhor for, não volta, ficará preso.

O Comandante do III Exército, naquela hora, já havia tomado sua atitude constitucionalista, em desacordo com a posição da alta cúpula da Força. Não tinha ido ainda ao Palácio Piratini mas, provavelmente, o Brizola já sabia da sua decisão. É importante lembrar que tínhamos militares simpáticos ao governador. No entanto é bom ressaltar que a maior parte dos militares legalistas, mesmo coincidentes na defesa da posse do Jango, via o Brizola com desconfiança. Por isso a atitude tomada mais tarde pelo general de ir ao Palácio nos surpreendeu. Como já falei, ele costumava dizer:

– Temos a mesma bandeira do Brizola, mas a seguramos em mastros diferentes.

Voltando ao episódio das viagens do General Muricy. A situação ficava cada vez mais delicada, parecia perigosa até, depois que o General Machado Lopes recusou a convocação da cúpula militar para ir a Brasília. Ele, então, designou o seu Chefe do Estado-Maior, que tinha trânsito livre na Capital Federal, para falar com o ministro. E o General justificou sua decisão:

– Se eu corro o risco de ser preso ao atender o chamado do ministro, então não vou, vai você.

O General Muricy viajou para Brasília, informou ao Ministro e ao Alto Comando sobre a situação que estávamos vivendo aqui no Sul e retornou. Em conseqüência da situação tensa, os vôos para o centro do País começaram a rarear e lembro que ele

---

[6] Hoje V Comar (Quinto Comando Aéreo Regional).

voltou no último vôo regular que a Varig fez naquele dia. Fui apanhá-lo no aeroporto. O General saiu do avião, entrou no automóvel e eu o levei diretamente para a casa onde estava hospedado o Comandante do III Exército, na Rua da República. Não sei de quem era a casa. O General Machado Lopes estava tomando certos cuidados porque havia boatos e ameaças de atentados contra a sua pessoa por parte dos "grupos dos onze". Como medida de segurança, ele desocupou a casa funcional da Cristóvão Colombo e estava hospedado, junto com a esposa, em uma residência na Cidade Baixa.

Sempre é bom relembrar que vivíamos uma situação perigosa de bipolaridade e só não tivemos uma guerra civil graças à atuação do General Machado Lopes. Este é o meu ponto de vista depois de ter participado intensamente dos acontecimentos daqueles dias turbulentos. Acusam o General de várias fraquezas, mas, depois daquela nossa curta convivência, afirmo, sem medo de errar, que ele era uma figura excepcional, um homem religioso e que não admitia a hipótese de vir a ser o responsável por uma crise que degenerasse em violência inútil. Queria somente que as leis fossem cumpridas. Então se fixou nessa idéia e defendeu-a sem demonstrar qualquer interesse em obter vantagens próprias. Ele só desejava que houvesse seriedade, bom senso e que se achasse uma saída honrosa para o problema que estávamos vivendo aqui no Sul. Talvez por isso, surpreendentemente, sem consultar ninguém, ele resolveu ir visitar o Brizola, dando uma demonstração de que era tão legalista quanto o governador. Mas havia uma diferença crucial: o político tinha interesses subalternos e o General Machado Lopes não, como bem demonstrou nos anos que se seguiram, até a sua transferência para a reserva.

Retomando o assunto, como já falei, trouxe o General Muricy do aeroporto até a tal casa. Lá já se encontravam o General Machado Lopes e a senhora dele. Não vi outra pessoa mas acredito que o ajudante-de-ordens estivesse em outra dependência da casa. Inicialmente os dois generais se isolaram em uma peça, mas logo em seguida o General Muricy veio me chamar para testemunhar o encontro. Eu Major, assistindo os dois conceituados chefes a debaterem as possíveis soluções para os problemas daquele momento histórico do Brasil. Sentia-me ali constrangido e embaraçado. O que eles falaram antes eu não sei, mas a partir daquele momento escutei toda a conversa deles. Ouvi coisas que um militar do nível deles só diz reservadamente um para o outro, nunca diante de outras pessoas. Houve até algumas críticas aos homens do Poder central, não censura às pessoas, mas desaprovação do comportamento e das atitudes tomadas com relação à situação aqui no Sul, uma vez que, à distância, não possuíam todos os elementos para análise e nem poderiam sentir o clima tenso que aqui se vivia.

O General Muricy relatou toda a sua viagem a Brasília. Tive a impressão de que o General Machado Lopes, ao longo da conversa, sentindo que o desacordo com o seu Chefe de Estado-Maior era irreversível, recomendou a ele:

– Muricy, você é um general novo, não entre nesta canoa furada em que eu estou embarcando. Acho que vou afundar com ela por aqui. Veja bem o que vai fazer, você não é obrigado a naufragar comigo.

Gravei na memória quase todo o diálogo que ouvi naquele dia e esta parte da conversa dos dois generais foi o que mais me impressionou. A imagem daquele momento permanece no meu subconsciente até hoje. O General Machado Lopes, provavelmente, notou que o seu Chefe do Estado-Maior voltara impregnado com as idéias e soluções de Brasília. Talvez, em razão do que ele tomou conhecimento por lá ou, quem sabe, por estar convencido de que a resistência seria um desastre, tendo em vista a fraqueza do dispositivo militar que defendia a legalidade. Pressentindo que não poderia mais contar com o apoio de seu Chefe do Estado-Maior, liberou-o do cargo.

Nenhum dos dois, na minha presença, falou nisso abertamente. Mas creio que este conflito de idéias foi percebido por eles. Eu, menos informado sobre o assunto, até certo ponto não entendi a importância do fato histórico que estava presenciando. Dentro daquela sala fechada, em determinados momentos, houve decisões e tomadas de posição da maior importância para a vida de cada um dos dois generais que ali estavam discorrendo sobre o destino do Brasil.

O General Muricy aceitou o conselho do Comandante do III Exército. Viemos para o QG, ele deu algumas ordens e me encarregou de pagar contas que estavam por vencer e de resolver uns poucos assuntos particulares dele por aqui. Disse para eu ir à noite na sua residência a fim de acertarmos os detalhes finais da viagem. Mesmo sabendo do projeto do General Muricy, não podia imaginar que tivesse intenção de partir tão rapidamente. Depois que nos despedimos, sem que eu soubesse, ele providenciou dois carros, já bem usados, pegou os filhos, a esposa, juntou tudo o que podia de roupas, de coisas mais necessárias e se tocou para o Rio. Foi inicialmente para Florianópolis, cuja Guarnição era manifestamente contrária ao movimento legalista do Rio Grande do Sul. O oficial mais antigo no Estado de Santa Catarina era o Almirante Comandante do Distrito Naval. O Coronel Pinto da Luz (Sylvio Pinto da Luz) comandava o Regimento de Infantaria de Florianópolis. Era sabido que tanto o almirante como o coronel não compactuavam com a posição do General Machado Lopes sobre a sucessão presidencial. Por conseguinte, aquela era uma área um tanto hostil ao III Exército e a mais segura para o General Muricy garantir o prosseguimento da viagem.

À noite, quando cheguei à casa dele, a residência funcional onde mora até hoje o Chefe do Estado-Maior do CMS, no bairro Petrópolis, encontrei-a fechada, ninguém atendia. Fiquei intrigado e falei comigo mesmo:

– O general me manda passar aqui a essa hora, chego e não encontro ninguém. O que estará acontecendo?

No outro dia tomei conhecimento de que ele viajara logo após sair do QG. Mais tarde, escreveu-me uma longa carta – eu a tenho até hoje – explicando por que apressou a sua partida de Porto Alegre.

O General Machado Lopes ficou ressentido com o General Muricy?

Não, os dois eram amigos e, que eu saiba, mesmo depois daqueles fatos, continuaram se relacionando bem. Nunca soube que o General Muricy tenha falado alguma coisa contra o seu ex-comandante. Acho que aceitou o conselho do General Machado Lopes por causa de suas fortes convicções políticas. Ele era um oficial muito visado por ser um chefe antigetulista. Se tivesse ficado por aqui segurando junto com o seu chefe a mesma bandeira do Brizola, ainda que com mastros diferentes, estaria contrariando suas convicções e sua carreira estaria em risco.

Depois da saída do General Muricy, fiquei praticamente sem função. O General Machado Lopes isolado, e sem auxiliares, convocou-me e fez a seguinte pergunta:

– Major Harry, o senhor aceita ser meu assistente?

Fiquei surpreendido com o convite e respondi:

– General, sou militar e estou aqui para cumprir ordens. Será uma honra trabalhar diretamente sob o seu comando.

Ele me mandou ocupar a sala ao lado da sua. Acho que o cargo de assistente estava vago desde a chegada dele ao III Exército, não me lembro desse detalhe. Eu não costumava freqüentar aquela área do QG. Então, em uma situação difícil, sob a ameaça de uma guerra civil, passei a ser o assistente do Comandante do III Exército. Fiquei encarregado de atender aqueles que o procuravam e organizar a correspondência. Quanto às visitas ao General Machado Lopes, o serviço era pouco: ele não era procurado por muita gente. Sentia-o tenso. À noite, no seu quarto de dormir, uma dependência toda acortinada anexa ao gabinete, ele andava de um lado para outro. Por diversas vezes o vi caminhando no seu aposento, lendo a bíblia que levava nas mãos. Fazia questão de demonstrar que não era um homem que agia por impulsos, através de atos impensados e ignorando os limites do bom senso. Caracterizava-se por ser justamente o contrário deste tipo de gente: era uma pessoa muito sensata, com um elevado espírito humano e valorizava por demais a família.

Ele me encarregou de organizar toda a correspondência – rádios, ofícios, mensagens etc. – trocada com os Grandes Comandos naquele período. Queria tudo rigorosamente na ordem cronológica. Fui então arquivando todos os documentos expedidos e recebidos de acordo com a determinação do chefe. Naquelas pastas ficou registrada a história de tudo o que aconteceu naqueles dias agitados de agos-

to e setembro de 1961. O boletim que publicou o resumo do trâmite das principais mensagens e dos fatos ocorridos na época foi classificado como reservado, e cópia dele foi encaminhada a todos os generais do III Exército.

Aconteceu com este documento algo que talvez eu não devesse falar: o referido boletim sigiloso chegou às mãos do governador. Acredito que sei quem fez isso, mas prefiro não citar o nome, já que não tenho como comprovar minha suspeita. O Brizola logo ficou sabendo tudo que ocorrera nos bastidores do comando do III Exército. Mais tarde, saiu até uma reportagem na revista *O Cruzeiro*, transcrevendo trechos que constavam do citado Boletim Reservado.

A ida do General Machado Lopes ao Palácio Piratini foi para confirmar que o Comandante do III Exército estava solidário com o governador?

Não foi bem assim. Havia apenas coincidência de idéias. Na mídia deturparam os fatos dizendo que ele deu as mãos ao governador. A atitude do General Machado Lopes ao visitar o Governador Brizola também me surpreendeu. Eu não sabia que ele tinha tomado esta decisão. Também não o acompanhei na ida ao Piratini. Ele, ou foi sozinho, ou com o seu ajudante-de-ordens. Este detalhe eu não sei.

Naqueles dias, vivíamos intensamente a perspectiva de um confronto armado. Tanto que foi organizada uma força-tarefa que saiu daqui e chegou até Lages[7], uma outra foi de Cruz Alta para Vacaria[8], e a 1ª DC de Santiago se deslocou para Passo Fundo. Expedimos ordens para a 5ª RM/DI (5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria) ocupar a fronteira com São Paulo. Esta possibilidade de enfrentamento na fronteira do Paraná, mais tarde, teve uma repercussão pessoal muito curiosa. Em seguida fui convidado para ser o instrutor-chefe do curso de infantaria da AMAN em Resende. O Subcomandante da Academia, na época, era o Coronel Walter de Menezes Paes, meu amigo desde outras paragens e fases de nossas vidas. Eu o admirava e o apreciava muito. Quando cheguei na AMAN ele costumava brincar comigo:

– Pois é, tu estavas do lado de lá e eu do lado de cá. Nós estivemos prestes a entrar no Paraná com uma coluna e iríamos esmagar vocês.

Ainda bem que nada disso ocorreu. Seria o que de pior poderia ter acontecido para o Brasil. Por isso valorizo muito a atuação do General Machado Lopes pelo esforço que ele envidou no sentido de evitar uma guerra civil. Na área do III Exército, estivemos no limiar de uma conflagração e o que poderia acontecer era imprevisível.

---

[7] Cidade catarinense, na divisa com o Rio Grande do Sul que, na época, sediava o 2º B Rv (2º Batalhão Rodoviário), Unidade de Engenharia.

[8] Cidade gaúcha na fronteira com Santa Catarina que, na época, sediava o 3º B Rv.

É válida a impressão de que o General Machado Lopes, a partir de certo momento, ficou praticamente isolado?

Sem dúvida isto aconteceu! O III Exército ficou isolado e o General Machado Lopes sem quase ninguém. A pressão mais forte era do Ministério da Guerra que chegou a destituí-lo do comando mas ele não obedeceu e permaneceu no cargo. O General não só ficou sozinho, como sofreu um desgaste muito grande no âmbito da Força, mesmo depois de o confronto ter acabado. Para mim, o juízo de que o Comandante do III Exército fraquejou diante da pressão política do Piratini é absurdo e uma tremenda injustiça.

Vou relatar uma passagem ocorrida na Alemanha, da qual participei e que está relacionada com a atuação do Exército nos confrontos de 1961. Eu estava por lá, logo após o término do curso, pronto para voltar, quando houve uma visita de um grupo da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Generais, almirantes, políticos, diplomatas, desembargadores etc., faziam uma viagem de estudos pela Europa. Entre os membros da comitiva estava o General Rolim (Ignácio de Freitas Rolim), um chefe que eu admirava muito. Ele fora presidente da Liga de Defesa Nacional, era um patriota, um infante de escol, um homem que eu considerava um exemplo como militar.

Por ocasião da passagem da comitiva pela Alemanha fui convidado para participar da viagem pela França, Espanha e Portugal. Durante o percurso conversei muito com o General Rolim, um oficial, como já falei, de muito prestígio no Exército. Contei-lhe passagens e fatos que eu assisti, alguns dos quais de que ele também participou, naquele tumultuado ano de 1961. O General ouvia tudo com atenção e sempre repetia:

– Se não fosse o Machado Lopes, teríamos enfrentado uma guerra civil.

Em todas as nossas conversas o general reafirmava este seu ponto de vista. Foi um dos poucos generais que se interessou em ouvir a minha experiência de 1961 e que, ao abordar aqueles fatos, defendia o General Machado Lopes, que evitou uma intervenção militar, já que a crise era essencialmente política.

Esta oportunidade de poder expressar minhas impressões sobre o General Machado Lopes está sendo gratificante para mim. A imagem que guardo dele é a de um homem sensível e equilibrado, imune ao radicalismo que domina algumas pessoas nas confrontações internas, principalmente nos países mais frágeis. Conhecemos bem as ameaças que pesam sobre o bloco dos subdesenvolvidos: o comunismo – essa mistificação – a corrupção, a violência e tudo o mais que acompanhamos neste nosso Brasil.

Ao combater estes males, esquecendo a componente humana, ensejaremos que o enfrentamento das idéias se torne mais agressivo, comprometendo a razão e

o bom senso. Então, tudo piora, se desagrega, e vem abaixo. Temos que entender estas situações complexas e não nos deixarmos levar só pela emoção, pelo impulso. O General Machado Lopes, no episódio de 1961, foi um desses iluminados. Soube, sensatamente, pesar as ameaças e tomar uma decisão que eu julgo tenha sido a mais adequada para aquele momento difícil. Com equilíbrio e bom senso, não se deixou levar pela emotividade nem pela força do poder central, especialmente do ministro da Guerra e do pessoal dos Gabinetes do Rio e de Brasília. Ele não se intimidou com isso nem com a pressão do Governador Brizola e tomou a atitude que julgou melhor para o País.

Lembro que, antes de ele deixar o comando, datilografei o documento no qual ele indicava ao Deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara e interinamente Presidente da República, o General Segadas Vianna (João de Segadas Vianna) para ser o novo Ministro da Guerra. Queriam que o próprio General Machado Lopes fosse o ministro, mas ele não aceitou. No dia 24 de outubro de 1961, o General Machado Lopes passou o comando do III Exército ao General Penha Brasil (Nestor Penha Brasil) e foi para o Rio de Janeiro onde assumiu a Chefia do Estado-Maior do Exército. Depois de passar aquela função para o General Castello Branco, Machado Lopes foi para a reserva como marechal, em 1964. Faleceu em março de 1990.

Não tive mais notícias dele quando na inatividade. Entretanto, no curto espaço de tempo em que convivemos, constituiu-se motivo de orgulho para mim poder ser leal a um chefe sensato, equilibrado e competente, assessorando-o em um dos momentos mais difíceis de sua carreira.

Com estas palavras finais em que enalteço a figura do General Machado Lopes, encerro meu depoimento sobre os tumultuados anos da primeira metade da década de 1960.

Agradecemos ao General Harry Schnarndorf sua valiosa colaboração à pesquisa sobre a história da Revolução de 1964. A reconstituição do ambiente vivido no QG do III Exército nos primórdios daquele movimento, em agosto e setembro de 1961 é da maior relevância para o entendimento, não só da Revolução, como, também, dos riscos e angústias que envolveram a participação da Força em episódios políticos de caráter partidário. Foi mais uma aula, mais um ensinamento do nosso estimado mestre.

General-de-Divisão Adolpho João de Paula Couto

O General Adolpho João de Paula Couto nasceu em Porto Alegre, RS, em dezembro de 1913. Foi aluno do Colégio Militar de Porto Alegre, de onde saiu para ingressar na Escola Militar do Realengo, RJ, e declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em janeiro de 1934.

Como oficial subalterno e Capitão, serviu no 1º GO 105 (RJ), no 4º GA 75 Cav de Uruguaiana, Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre e 13º GO 105 de Cachoeira.

Ingressou na Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1946 e, concluído o curso, foi nomeado instrutor daquela escola, função que exerceu até 1960, com uma interrupção de dois anos (1955 e 1956), período em que cursou o Command And General Staff College no Kansas, EUA.

Quando houve a renúncia do Presidente Jânio, o Coronel Paula Couto estava no Comando do 6º Regimento de Obuses de Cruz Alta, RS. Embora reconhecido como adversário das esquerdas, defendeu a posse do Vice-Presidente eleito. Prevaleceu o espírito legalista do militar. Comandou o GT Cruz Alta que se deslocou para Vacaria com a missão de participar de eventuais ações no nordeste do Estado. Na época da Revolução estava na 30ª Circunscrição de Recrutamento em Campo Grande, para onde fora transferido por motivos políticos.

Promovido a General-de-Brigada em 1966, foi nomeado Comandante da AD/3 e depois Diretor de Moto. Comandou a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e, como General-de-Divisão, a 6ª Divisão de Exército, de onde foi transferido para a reserva, a pedido, em maio de 1974.

Estudioso de longa data de temas profissionais e da doutrina de emprego da guerra subversiva pelo comunismo internacional, publicou sobre estes assuntos vários livros, a saber: “Quatro Perfis de Chefia”, “O Desafio da Subversão”, “Revolução de 1964; a Versão e o Fato”, “A Face Oculta da Estrela” e o “PT em Pílulas”.

O General Paula Couto impôs-se ao longo de sua carreira como um defensor dos princípios da democracia, e hoje, com 89 anos, continua combatendo a subversão com o vigor de um jovem.

Entrevista realizada em 25 de outubro de 2000.

Hoje teremos o prazer de ouvir o depoimento do General Adolpho João de Paula Couto. Nosso entrevistado é um estudioso e profundo conhecedor da Revolução de Março de 1964. Tem vários livros publicados sobre a matéria, obras consideradas indispensáveis para a análise e entendimento daquele episódio político-militar. Com a palavra o General Paula Couto.

Agradeço as suas palavras e confirmo que realmente sou um estudioso dos problemas da nossa história recente. O senhor tem nas mãos o livro "Revolução de 1964; a Versão e o Fato" que escrevi sobre esse assunto, muito preocupado com a eficiência da campanha de desmoralização daquele Movimento que vem sendo feita há muito tempo.

Seguindo o roteiro das perguntas, vou falar inicialmente de como vejo e interpreto as causas da Revolução de 1964. Há uma causa remota que não me recordo se abordei nos meus livros: a eleição de um Presidente da República, Senhor Jânio Quadros, e de um Vice, João Goulart, que esposavam ideologias antagônicas e não estavam coligados. Naquela época cometeu-se esse grande equívoco, posteriormente corrigido. Hoje o presidente e o vice-presidente, mesmo sendo de partidos diferentes, são eleitos em chapa única através de uma coligação.

Então, era previsível que aquela ideologia que foi sufragada por grande maioria, com a eleição do Presidente, seria suplantada, no caso da vacância do cargo, por uma ideologia oposta. Ainda que o Jango não fosse um comunista, realmente era um parceiro e um aliado ostensivo e atuante do "partidão". Aquela república sindicalista que ele pretendia instalar representava a tentativa da conquista do Poder pelas esquerdas brasileiras. Depois de libertos de Jango, de Brizola, e de toda essa turma, eles passariam então para a fase definitiva da conquista do Poder. Esta é a causa remota. Vale a pena as causas imediatas – que cito no meu livro – serem rapidamente recapituladas.

Havia um clima de subversão generalizada em função dessa postura de conivência com os comunistas por parte do Presidente da República. Essa era uma causa clara e suficiente para a eclosão do Movimento de Março de 1964. A posição comprometedora do Jango culminou com aqueles três conhecidos e lamentáveis fatos pré-revolucionários: o comício da Central do Brasil, a revolta dos marinheiros que se refugiaram no Sindicato dos Metalúrgicos e, finalmente, aquele almoço oferecido pelo Clube dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar ao Presidente, no Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro. Neste último acontecimento, ele cometeu a imprudência de, primeiro, comparecer, contrariando a opinião de seus assessores mais pragmáticos, e, segundo, colocar-se francamente ao lado dos subtenentes e sargentos, contra os oficiais. Essa foi a gota d'água que praticamen-

te provocou a eclosão do Movimento considerado prematuro por alguns grupos conciliatórios que julgaram não ser ainda ocasião para deflagrá-lo.

Também teve influência decisiva aquela nota do General Castello Branco, então Chefe do Estado-Maior do Exército, documento muito oportuno e inteligente, interpretando a real função constitucional das Forças Armadas, que não consistiria em apoiar um governo e sim resguardar os interesses maiores das instituições democráticas. Indiretamente, foi uma advertência. Alertou os detentores do Poder que eles perderiam apoio das Forças Armadas desde o momento em que ultrapassassem os limites constitucionais como estavam começando a fazer.

A indagação seguinte é se do meu ponto de vista houve uma preparação para a Revolução, se ela foi coordenada, ou se eclodiu espontaneamente? Eu diria que nem uma coisa nem outra. Ou, melhor dizendo, um pouco de cada coisa. O Movimento não foi coordenado porque não havia comando dos grupos conspiratórios. Os principais deles reuniam-se em torno dos ex-Ministros militares liderados pelo Marechal Denys. Uma vez restabelecido o presidencialismo, eles se consideraram desobrigados de obedecer ao pacto que tinham feito para aceitar a posse do Jango. Sob o regime parlamentarista ele assumiu o Governo sem os amplos poderes do presidencialismo. Com o apoio da máquina administrativa foi fácil convencer o eleitorado no sentido de votar no plebiscito pela volta ao presidencialismo. A partir daquele momento, uma parcela representativa dos militares se sentiu descompromissada do pacto que tinha feito para a posse de Jango. Então, começou a conspiração.

Outro grupo formou-se em torno do General Mourão, um velho conspirador que nessa época estava no comando da 4ª Divisão de Infantaria (4ª DI) sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais. Este grupo do General Mourão não tinha ligação mais estreita com o pessoal do Marechal Denys, não havia coordenação. No período que antecedeu março de 1964, temos de ressaltar a preparação psicológica. Falo isto porque, neste campo, participamos – ativa ou passivamente – do preparo do Movimento.

As Forças Armadas, particularmente o Exército, através do seu Estado-Maior, tomavam conhecimento daqueles fascículos mensais sobre cultura militar que descreviam pormenorizadamente as técnicas da guerra revolucionária empregadas pelos comunistas na Argélia e Indochina. Quem estudasse o assunto, como nós, logo identificaria presentes na subversão comunista do Governo Jango aquelas mesmas técnicas. Praticamente em todos os escalões do Exército, em todas as Guarnições, promoviam-se palestras e ministravam-se cursos sobre guerra revolucionária, mostrando às elites e à sociedade em geral as dimensões do perigo que

enfrentávamos, sempre estabelecendo comparação com o que acontecera naquelas possessões da França.

Um importante político que cooperou decisivamente no preparo da Revolução – estudou e habilitou-se para isso – foi o Deputado Bilac Pinto. Na Câmara dos Deputados, desencadeou uma batalha denodada esclarecendo o Legislativo sobre a guerra revolucionária. Pronunciou vários discursos sobre o tema, identificando os procedimentos do Governo Goulart com os exemplos históricos da tomada do Poder pela subversão. Bilac Pinto escreveu um livro, "A Guerra Revolucionária", onde expõe suas idéias e seus discursos daquele período. Ele era apoiado dentro do Congresso pelo grupo chamado "Ação Democrática".

Como preparação da Revolução de 1964, é isso o que me ocorre. Devo apenas lembrar que o General Mourão antecipou-se na data do início do Movimento, em razão dos três fatos culminantes do mês de março que já citei. Aproveitou-se do momento e adotou-se corajosamente uma atitude decisiva, na qual foi apoiado pelo grupo conspiratório do Rio. Assim que foi definida a reação de Minas ao Governo Goulart, o Marechal Denys foi para Juiz de Fora e lá entrou em ligação com o General Mourão, com o Governador Magalhães Pinto, com o General Carlos Guedes e com outros líderes civis e militares. Na hora da descida das tropas, ele convidou o General Muricy – que pertencia ao grupo conspirador do Rio – para ser comandante da vanguarda, como de fato aconteceu.

Esses grupos de que falei, evidentemente, contribuíram muito para o sucesso do Movimento. Além do Marechal Denys, na época ex-Ministro da Guerra, participaram da conspiração os outros dois ex-Ministros militares: o Almirante Rademaker, da Marinha, e o Brigadeiro Márcio Souza Mello, da Aeronáutica. Estavam também engajados no Movimento os Generais Costa e Silva, Ulhoa Cintra, Aragão, Syzeno e muitos outros cujo nomes não recordo mais. Um que não estava era o Marechal Castello Branco, ele não tinha gosto por tramas conspiratórias. Também já mencionei o Deputado Bilac Pinto e o grupo "Ação Democrática" que muito cooperaram na fase preparatória do Movimento.

Quem mais poderia citar? A grande imprensa da época colaborou muito com o Movimento. Eram evidentes os sinais de decomposição do Governo Goulart e a mídia batia forte no Presidente e seu grupo, ajudando a causa da Revolução. Impulsionado pelo General Golbery, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) fez um trabalho muito grande, sobretudo junto às classes empresariais. Decisiva também foi a participação da família brasileira através daquelas grandes Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Era impressionante ver aquelas senhoras marchando decididamente pela

rua, de terço na mão, entoando suas orações e representando uma opinião da sociedade brasileira contra aquele estado de coisas. Acredito que esses foram os elementos que mais contribuíram para a eclosão da Revolução.

Ainda como colaboradores devo acrescentar a ação da Igreja. Ao contrário de hoje, quando, infelizmente, ela se acha dominada pela ala progressista partidária do PT, o clero nos ajudou sobremaneira. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) atualmente é adepta da Teologia da Libertação, que eles pretendem chamar de aliança do cristianismo com o marxismo, abandonando a postura espiritual de Deus, no sentido vertical. Adotando uma atitude horizontal, prioritariamente preocupada com necessidades sociais, puramente temporais, a Igreja se deteriorou. Nos dias atuais está voltada para problemas ideológicos, está politizada e esquerdizada. Os cristãos marxistas na realidade são marxistas puros, pensam e agem como comunistas. Mas em 1964 ela ainda estava praticamente monolítica e apoiou a Revolução.

No que diz respeito às resistências que a Revolução teria enfrentado, considero que a maior delas deriva da tradição e cultura legalista das Forças Armadas. Muitos oficiais se queixavam das pressões sofridas para que o Exército fizesse alguma coisa contra o Governo. O General Rodrigo Otávio Jordão Ramos uma vez declarou que senhoras chegavam a ele e indagavam:

– Afinal, o que os senhores estão esperando para agir?

Parece que o Exército, mesmo apegado a essa tradição legalista, tinha plena certeza de que algo iria ocorrer, alguma coisa que mostrasse realmente o que o povo brasileiro desejava e esperava que surgisse naquela conjuntura adversa. Admitia até que houvesse uma reação contra o Poder constituído, o que acabou acontecendo. Primeiro, como resultado daqueles fatos já citados, lembrando que o Presidente da República agredira de frente a hierarquia e a disciplina, fundamentos básicos da existência e sobrevivência das Forças Armadas. Depois, pela ação daquelas senhoras nas memoráveis Marcha da Família com Deus pela Liberdade.

Vitoriosa a Revolução – com relativa facilidade – o que se esperava dos novos governantes? Uma vez instalados os governos revolucionários, desejávamos o restabelecimento da ordem e da austeridade na administração pública. Queríamos, se possível, a erradicação – o que seria o ideal – da subversão e da corrupção. Nosso objetivo era conduzir o Brasil no rumo do desenvolvimento integrado em todos os setores do Poder e dentro de uma trilha genuinamente democrática. O que se esperava dos governantes era isto e foi o que eles procuraram realmente fazer. Muito foi alcançado mas houve algumas falhas. Um dos maiores erros do Movimento ocorreu no campo político. Depois de instalada a Revolução, para

institucionalizá-la politicamente, tentou-se reduzir aquela enorme quantidade de partidos existentes, uma situação realmente indesejável, a somente dois.

Como acontece até hoje, faltava representatividade a um grande número das siglas existentes. Mas havia tendências na nossa conjuntura política que teriam de ser abolidas se ficássemos reduzidos ao bipartidarismo. Basicamente, entre os seus integrantes havia os revolucionários de 1964, os oposicionistas não comunistas e os comunistas. Como é que só dois partidos poderiam compor o nosso quadro político? A Aliança Renovadora Nacional (Arena) uniu os indesejáveis fisiológicos com aqueles que realmente seriam defensores da Revolução, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) foi obrigado a acolher comunistas e oposicionistas democráticos. Não havia outro lugar onde os marxistas e a esquerda radical pudessem se grupar. Então o que aconteceu? A agressividade reconhecida dos militantes esquerdistas, nessa altura estimulada pelo seu afã revolucionário, quase uma religião sem Deus, fez com que eles dominassem o partido da oposição, o MDB. Houve um momento em que não se sabia distinguir o que era subversão e o que era oposição legítima. Esta última se fazia sentir de uma maneira, podemos dizer, não revolucionária, mas, no máximo, através da palavra candente de alguns políticos.

Muitos líderes oposicionistas, alguns deles ainda estão por aí, nunca foram comunistas. O bipartidarismo obrigou-os a conviver e a ficarem praticamente associados a muitas teses dos esquerdistas radicais. Acabou que o MDB, no seu conjunto, teve que, implicitamente, apoiar a subversão e até o terrorismo. E os seus integrantes não comunistas viam esses segmentos aos quais estavam aliados, não como agitadores, subversivos ou elementos interessados em levar o Brasil para a órbita de Cuba ou da União Soviética. Eles viam aqueles políticos como combatentes da mesma causa e cujo objetivo maior era a volta à normalidade democrática.

Tanto eles quanto nós não conseguíamos distinguir a oposição da subversão. Esse foi um problema realmente muito sério e difícil para a condução das ações políticas pelos governos da revolução. E o terrorismo está incluído na parte nebulosa daquela miscelânea ideológica. Muitos daqueles antigos oposicionistas eram realmente democratas, faziam oposição obedecendo aos princípios democráticos. Eles sobreviveram aos atos institucionais, não foram atingidos pelas cassações porque a Revolução considerou que eles não eram subversivos. É o caso de Pedro Simon, de Brossard e de muitos outros.

Obedecendo ao nosso roteiro, farei algumas observações pessoais sobre os governos revolucionários os quais apresentaram muitas características comuns. Havia uma homogeneidade evidente nos procedimentos, somente alterada pela

marca pessoal de cada um, algo inevitável. Nesse quadro de identidades cito como primeira qualidade comum a desambição. A Revolução estabeleceu governos sucessivos, limitados no tempo. O Presidente Castello Branco pretendia apenas completar o tempo de João Goulart. Depois se viu que aquilo não seria bom para o País e ele concordou em prolongar um pouco mais o seu mandato. Ainda assim foi o governo mais curto desse período.

Em segundo lugar, no período revolucionário foi proibida a reeleição que hoje, na chamada fase da redemocratização, está implantada. Então não havia a possibilidade do surgimento de caudilhos, aqueles que assumem o Poder e ali ficam até as suas expulsões ou suas mortes, como é o caso de Fidel Castro, o ditador imutável de Cuba. Quarenta e tantos anos o mesmo presidente no Poder. Na nossa Revolução não se possibilitou este tipo de continuísmo.

Outra característica dos generais presidentes foi a austeridade, virtude reconhecida até pela mídia. Quando perguntaram ao presidente das Organizações Globo, Roberto Marinho, por que apoiava a Revolução, ele foi categórico:

– Eu vejo nesses presidentes militares, além de muita austeridade, um notável espírito público.

Considero correta a observação do empresário, inclusive porque o espírito público é outra qualificação destacada dos presidentes da Revolução. Para eles não prevaleciam os interesses de grupos, ou interesses pessoais. A primeira preocupação deles eram os problemas nacionais, que procuraram resolver da melhor forma possível.

Por último quero destacar a seriedade dos nossos presidentes revolucionários, com pequenas restrições para o último deles, quando essa virtude às vezes foi arranhada. Também era comum nos presidentes a idéia de retorno à normalidade democrática e o sonho de cada um era de que "ele", o que estava no Poder, fosse o responsável pelo retorno à democracia. Essas são as características comuns que vejo nesses presidentes.

Vamos agora falar no terrorismo. É uma agressão que para ser combatida exige operações antiterroristas igualmente violentas. Eram então duas violências que se defrontavam: a conhecida fúria terrorista, já plenamente demonstrada no mundo inteiro, e aquela praticada pelo antiterrorismo que não se poderia conceber como uma reação branda, de acordo com as medidas profiláticas recomendadas pelos Direitos Humanos. Esta confrontação foi crescendo e aí realmente surgiram os excessos conhecidos por todos. Mas era uma situação de guerra revolucionária que, em absoluto, poderia prescindir da força. Agora, este problema dos excessos em conjunturas revolucionárias, acontece em qualquer lugar do planeta.

Estas são as idéias básicas que julguei oportuno apresentar como introdução a este depoimento. Estou à disposição dos senhores para responder as perguntas que possam esclarecer outros aspectos da Revolução de 1964.

Como o General qualifica as atividades de comunicação social no período dos presidentes militares?

Neste campo aconteceu mais uma falha da revolução. E uma grande falha! Inclusive sabemos que o General Castello tinha horror do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, dos tempos do Governo do Getúlio Vargas. Então, qualquer proposta de seus assessores que parecesse propaganda ele vetava. Certa vez o Ministro da Justiça reclamou:

– Presidente, nós temos que dar conhecimento público daquilo que estamos fazendo.

– Você quer ressuscitar o DIP?

– Não, senhor!

– General – ponderou o Ministro – temos que dizer porque estes subversivos e estes corruptos estão sendo atingidos pelos atos institucionais e, conseqüentemente, presos ou exilados.

– Para esta gente – retrucou o Presidente – basta o castigo do Ato Institucional. Dizer o motivo da cassação seria um segundo castigo que não cabe imputar.

O General Castello tinha sempre esse tipo de procedimento que é algo completamente contrário ao espírito ditatorial. Ele não era vocacionado para o arbítrio. E os outros governos continuaram com estas cautelas características da revolução, em razão das quais o combate ao terrorismo perdia força já que precisava apresentar uma reação a menos violenta possível.

Este foi um traço comum aos quatro presidentes, um traço que demonstrava ausência de arrogância e de espírito demagógico. Por outro lado, este tipo de distanciamento da mídia revelou-se muito prejudicial à causa da Revolução. Não exercitar plenamente o direito de difusão, não mostrar ao povo o que estava realmente ocorrendo, não divulgar o que se havia descoberto através dos inúmeros inquéritos que foram feitos com receio de ser tachado de partidários da propaganda, acabou sendo um desastre em termos de comunicação social, com enorme perda para a história da Revolução.

Na opinião pública internacional aconteceu a mesma coisa. Ela era dominada pelos esquerdistas e foi intensamente trabalhada por uma campanha formal de desmoralização do Movimento de 1964. Havia uma atividade muito grande dos exilados políticos com o objetivo de desacreditar o Brasil no exterior.

A acusação sistemática era a de prática da tortura por parte da repressão. Como se a Revolução tivesse institucionalizado a tortura. Esses sujeitos, inimigos do Governo, davam instruções para que todos aqueles que fossem presos, afirmassem que haviam sido torturados. Na realidade, eles chamavam de tortura qualquer técnica utilizada para obter confissões. Este tipo de pressão se limitou àqueles indivíduos mais radicais, àqueles que conheciam realmente as conexões entre os grupos subversivos.

Quem confirmou esta orientação dos chefes terroristas foi o Cabo Anselmo que inicialmente estava do lado do Governo Goulart e que participou daquela arruaça no Sindicato dos Metalúrgicos como líder da revolta dos marinheiros. Depois ele mudou de lado e passou a ser nosso informante. Declarou que enquanto esteve na prisão nunca foi maltratado, e que todos os subversivos recebiam a recomendação de dizer que durante o período em que estiveram presos haviam sido torturados.

Um exemplo bem emblemático do que estou falando é o comportamento da ex-Deputada pelo PT, Bete Mendes. Ela foi convidada, acho que na época do Governo Sarney, para participar de uma comitiva do Governo que foi a Montevidéu. Lá se deparou com o Coronel Brilhante Ustra, nosso Adido Militar no Uruguai, e que havia sido o chefe do Destacamento de Operações de Informações (DOI) de São Paulo onde ela estivera presa. Durante a prisão ela foi muito bem tratada e inclusive recebida pela família do Coronel.

Pois bem, assim que voltou para o Brasil, ela disse aos companheiros que reencontrara o Coronel Ustra no Uruguai. Eles então a obrigaram a acusá-lo na mídia de ser um torturador e que por isso fora premiado com aquela missão no exterior. Ela obedeceu e mentiu, em benefício da subversão, obrigando o militar a publicar aquele livro nosso conhecido, "Rompendo o Silêncio", no qual o autor descreve o que realmente aconteceu. Bete Mendes não disse uma palavra nem em sua defesa, nem contra o seu desafeto, simplesmente porque ela não tinha o que dizer. O Coronel comprovou com fatos que ela tinha mentido. Mas devido ao confronto, ele quase foi afastado da aditância e, talvez em conseqüência deste episódio, acabou não alcançando o generalato.

Findo este parêntese algo extenso sobre os nossos erros no campo da comunicação social com o público interno, voltemos à opinião pública internacional; lá também sofremos uma enorme contestação da mídia esquerdista. Como já falei, um exemplo desta campanha no exterior são as acusações do emprego sistemático da tortura pelo Governo revolucionário, uma mentira que acabou pegando. Enfrentar esta orquestração interna e externa foi muito difícil e a eficiência

dessa campanha foi muito beneficiada pela timidez da nossa comunicação social em vista dos fatores que já expus.

Como foi realizado o desengajamento das Forças Armadas do processo revolucionário?

Com exceção da chamada linha-dura que abrangia não somente parte do segmento militar mas também facções civis, esse desengajamento foi consensual. As Forças Armadas voltaram a se ocupar exclusivamente com o cumprimento da sua missão constitucional. Voltaram, como se dizia, aos quartéis, de onde, na verdade, só saíram em defesa das instituições democráticas.

Quanto à oportunidade da devolução do Poder aos políticos é um assunto muito discutível. É difícil de dizer sim, ou de dizer não. Se por um lado havia o desgaste das Forças Armadas já com vinte anos no comando do País, uma espécie de cansaço por carregarmos tanto tempo o pesado ônus do Poder, de outro havia a subversão e a corrupção residuais. Naquele tempo todo, devido a uma série de injunções, inclusive à ausência do caráter ditatorial dos governos ditos militares, a revolução não conseguira extinguir totalmente nem uma nem outra ameaça. A possibilidade de as mazelas recrudescerem, permanecia. O receio embutido na entrega do Poder aos civis, era o de que com a volta do que eles chamavam de normalidade democrática, houvesse o reaquecimento da subversão residual, ameaça que até hoje está aí.

O Presidente Geisel, evidentemente contando com o respaldo dos outros poderes revolucionários, realizou um estudo da situação. Comparou vantagens e desvantagens, aquela técnica de exame da conjuntura que ensinam nas nossas escolas militares, e concluiu que, apesar de tudo, se impunha a volta à normalidade democrática. Geisel deu início ao processo de abertura, embora prevendo o risco do que poderia acontecer. Isso é o que eu posso dizer a respeito da oportunidade: de um lado, válido por acabar com o nosso desgaste e, de outro, arriscado porque permitia a continuação dos movimentos subversivos. Retornar o Poder aos civis, saindo das mãos dos militares que tinham a consciência plena desse perigo, tratava-se de uma ação temerária. Mas, mesmo assim, a abertura foi feita, e o Poder entregue aos políticos.

Bem, ainda cabe uma consideração sobre esta passagem da fase revolucionária para a normalidade democrática. A democratização, como os políticos falavam, funcionou como um sistema pendular. O pêndulo estava para o lado da Revolução e, quando houve uma reivindicação mais forte da opinião pública, ele balançou para o lado da redemocratização. O regime não parou na posição neutra, reconhecendo os erros dos dois lados. Passou a considerar apenas as virtudes da

redemocratização e considerou tudo o que fora feito com origem no trabalho revolucionário como um mal. Até hoje se percebe isso. A Revolução é tratada tão-somente como uma ditadura militar, é o regime dos "anos de chumbo", o regime autoritário. Tudo o que foi feito naquele tempo do lado de lá, passou a ser considerado errado do lado de cá. É o movimento pendular. Isso acontece comumente com grande prejuízo para os interesses nacionais.

Os militares se queixam muito do "revanchismo". Qual é a sua opinião a respeito?

Nós sentimos na carne e estamos sofrendo até hoje os efeitos do "revanchismo" sem peias e cada vez mais agressivo! E, como acabo de dizer, exercido devido a este movimento pendular. Torno a repetir, do lado de cá tudo o que houve é correto, do lado de lá tudo foi errado. Nota-se o "revanchismo" em várias áreas e em diversas ações.

Vamos falar na situação de hoje. O que vemos? Todos os atos praticados pela Revolução devem ser combatidos porque têm a eiva do autoritarismo. O próprio Governo, mesmo com as suas raízes esquerdistas, se sente impedido de exercer uma autoridade genuinamente democrática com receio de ser tachado de arbitrário e confundido com o autoritarismo da Revolução. Um exemplo: o Governo considerou de utilidade pública o movimento "Tortura Nunca Mais". Este grupo é inimigo figadal das Forças Armadas, é "revanchista" por excelência. Sua origem está ligada àquele livro "Brasil Nunca Mais", coordenado pelo Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Depois veio o reconhecimento dos direitos à indenização das famílias dos guerrilheiros mortos ou desaparecidos, inclusive as do Marighella e do Lamarca. Como se esses terroristas fossem heróis e defensores da democracia. Puro "revanchismo". Foram desencadeadas várias campanhas visando ao enfraquecimento das Forças Armadas, tais como o sucateamento dos equipamentos, recusa de reajuste nos salários, cortes orçamentários e outras aleivosias. Isto tem minorado nos dias de hoje, a meu ver, por dois motivos: um é o receio da ação do Movimento dos Sem Terra (MST), e o outro são as contingências de ordem operacional que obrigam a fortalecer as Forças Armadas em função dos problemas na Colômbia. Mas o "revanchismo" é total!

Podemos até dizer que há uma parcela muito grande de "revanchismo" na criação do Ministério da Defesa. Mesmo que existam argumentos favoráveis a esta reforma, a verdade é que a criação do Ministério da Defesa era um dos objetivos que a esquerda sempre prometeu alcançar caso pudesse assumir um dia o Poder. É o fim dos ministérios militares; os militares não têm mais acesso direto ao presidente da República.

Posso acrescentar, ainda como evidência do "revanchismo", aquela campanha sistemática, aquela perseguição impiedosa a muitos de nossos companheiros revolucionários de 1964. Cito como exemplo o caso do General Fayad, o do Coronel Brilhante Ustra, de que já falei, o episódio do Coronel Avólio e muitos outros que no momento não me recordo. Perseguição vingativa a muitos oficiais destacados, ótimos profissionais, condenando-os, sem provas, e truncando-lhes a carreira.

O momento brasileiro é a democracia dos seus sonhos?

Há pouco tempo meu filho me fez uma indagação parecida. Sabendo que vivi intensamente aquele período da Revolução e que vivo também intensamente o período atual, ele me perguntou:

– Quais são as diferenças e as semelhanças que o senhor vê entre o que havia em 1964 e o que acontece hoje, no ano 2000?

Há uma semelhança muito grande que é a seguinte: em ambos os casos a ameaça surge da esquerda radical. Tanto ontem quanto hoje. A diferença é que no caso do João Goulart ele era, como já foi dito aqui, um aliado dos comunistas, enquanto que o Presidente atual é um esquerdista que classifico como não revolucionário. Ele próprio se considera um social-democrata e tem no PT, que é o sucessor do PCB que apoiava Jango, o seu maior inimigo. Aquele elemento, que representava o apoio a Jango, representa agora os ataques candentes, sistemáticos e permanentes ao Presidente de hoje. Esta é uma desigualdade importante.

Uma segunda diferença é a máscara que a esquerda radical usava antes e a que usa hoje, no ano 2000. Naquela época do Governo Goulart, era utilizado o discurso das reformas de base, que os comunistas chamavam de reforma de estrutura. Através de uma campanha sistemática para a implantação de tais reformas, João Goulart pretendia fazer-se passar como um reformista político e não como um revolucionário. Ele queria dar a idéia de que manteria as linhas mestras da democracia apenas introduzindo reformas sociais, alguma coisa parecida com o que fez Mao Tsé-Tung, inicialmente considerado como um reformista social. Falavam em reforma de base mas realmente pretendiam implantar uma república sindicalista, apoiada pelos comunistas. Estes consideravam que, em março de 1964, vivíamos no Brasil a primeira fase para alcançar a revolução comunista.

Hoje a máscara que usam é o PT, um tremendo instrumento das esquerdas, que se apresenta sob o disfarce da moderação. Através dessa estratégia, Lula passa a ser visto por um contingente muito grande da população brasileira, não como um revolucionário comunista – que na realidade ele é – mas sim como um moderado, bem intencionado, que quer mudar o regime apenas fazendo reformas sociais,

continuando dentro da trilha democrática. Esta fachada, na verdade, encobre a vocação das esquerdas para a violência. E a mesma estratégia permite que segmentos muito grandes da população brasileira, sobretudo aqui no Rio Grande do Sul, não identifiquem no PT um partido revolucionário mas sim um partido reformista. O que é uma falsidade.

Estou terminando de escrever um livro[1] que mostra à exaustão, o caráter revolucionário do PT. Mas, veja que graças a essa estratégia, nas pesquisas que se fazem hoje das intenções de voto para as eleições presidenciais, Lula se apresenta como reformador e continua no primeiro lugar. Por várias razões: uma é essa de que falei: o povo não o identifica como um comunista, como também não identifica o PT nesta mesma situação. Observe-se o sucesso eleitoral do PT em vários estados importantes, inclusive aqui no Estado e em cidades como Porto Alegre. E isto vem ocorrendo porque conseguiram neutralizar o juízo verdadeiro que o povo poderia fazer sobre eles em face das evidências.

Não foi suficiente que, no dia da posse do novo Governador do Rio Grande do Sul, aparecesse na janela do Palácio Piratini[2] a bandeira de Cuba. Ela falava por si só, mas o povo não acredita na ameaça marxista. Não bastou que a Secretaria de Educação do mesmo Governo, convidasse cubanos para fazer propaganda de Cuba, através de um ciclo de palestras sobre o ensino naquele país, atividade que contou com a presença de funcionários do Ministério da Educação cubano. Também não foi suficiente que esta mesma Secretaria da Educação distribuísse às escolas para serem discutidas, ao ensejo das comemorações dos quinhentos anos do descobrimento, cartilhas com idéias contrárias àquelas normalmente aceitas pelo nosso regime democrático, e que, neste mesmo documento, elogiasse os revolucionários cubanos e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). O povo não consegue ver isso, ficou cego pela estratégia da mentira, uma arma muito poderosa nas mãos dos marxistas.

Outra diferença fundamental que há entre a conjuntura de 1964 e a de hoje é que o Governo do João Goulart não dispunha de um efetivo apoio de massas. Ele baseava sua força no apoio dos chamados dispositivos militar e sindical, na realidade um castelo de cartas que desmoronou com um simples sopro.

Esse fato gerou uma autocrítica muito candente do Partido Comunista Brasileiro e da Quarta Internacional, fato que eu até cito nesse livro que estou escrevendo. Eles se recriminavam por terem confiado naquele dispositivo de defesa tão fraco e inconsistente e terem se descuidado da mobilização de massas.

---

[1] "O PT em Pílulas", livro já lançado.

[2] Sede do Governo do Estado.

Bom, e hoje o que ocorre? O PT perdeu o apoio do Partido Comunista, que desapareceu, mas soube aproveitar-se das experiências deles e tratou de mobilizar e enquadrar as massas. Quer dizer, todos os descontentes, militantes de movimentos populares e de movimentos sociais, estão enquadrados e manipulados pelo Movimento dos Sem Terra. São massas capazes de serem mobilizadas a qualquer tempo e a qualquer hora. São grupos muito bem adestrados. Estas invasões e manifestações representam um treinamento permanente de mobilização de pessoal e lideranças muito bem preparadas, inclusive com cursos no exterior. Então, hoje, no caso de o PT tentar acesso ao Poder através da via pacífica, via eleitoral, e se, por motivos conhecidos, ocorrer resistência à posse do Lula, o MST estará pronto (ao contrário do que aconteceu com João Goulart) para defender as posições do PT.

No caso da via revolucionária o MST também será importante. Admitamos que Lula se inscreva como candidato e seja derrotado. Ora, o Movimento dos Sem Terra através de suas lideranças – cito isto no meu livro – pretende assumir o Poder para realizar a reforma agrária o que, segundo alguns, só será possível dentro de um regime socialista. Então o MST pode, depois de um exame de situação desta conjuntura que estamos hipoteticamente figurando, achar que a situação é favorável e optar pela revolução, ousando enfrentar a resistência que o povo brasileiro apresentará através das suas Forças Armadas. Pode partir para o confronto e, nesse segundo caso, com uma vantagem para eles. Do ponto de vista ideológico passariam diretamente para a segunda etapa do Movimento revolucionário marxista que é a instalação de um regime comunista, enquanto que na primeira hipótese, se o MST apoiasse a posse de Lula, o País teria que passar por um pequeno período de democracia burguesa, como eles se referem a esta primeira fase da conquista do Poder. Este então é o risco que corremos, uma situação muito séria, seriíssima.

Qual seria a atitude adequada das Forças Armadas para enfrentar as eventuais e crescentes ameaças à democracia pela esquerda radical?

Desejo as Forças Armadas atuando com fidelidade aos ideais de 1964 e de acordo com a sua missão constitucional de defesa das instituições democráticas. Vejo-as, inclusive, no pleno exercício do seu virtual papel de poder moderador, como vêm atuando sempre através dos anos, ao longo da história, nas tantas conjunturas delicadas e crises pelas quais o Brasil tem passado. As FFAA devem continuar procedendo como o fizeram em todo período republicano, quando se mantiveram invariavelmente ao lado dos interesses maiores do povo e da Nação brasileira.

E digo isso confiando na manifestação recente do General Gleuber Vieira, atual Comandante do Exército, que foi muito claro, muito firme e muito pondera-

do, através de palavras em que tornou explícito o endosso – que, a meu ver, inicialmente era implícito – ao pronunciamento do Comandante Militar do Sul na ordem do dia do centenário de nascimento do Marechal Castello Branco. Este é o meu ponto de vista.

Na década de 1960 o senhor participou do confronto em torno da perspectiva ou até mesmo da ameaça de desordem caso o Governo fosse contrariado na questão da realização do plebiscito para acabar com o incipiente parlamentarismo implantado no País. Qual a sua versão sobre o fato?

Na época da polêmica sobre a realização ou não do plebiscito, estava no comando do II/3º RO em Cruz Alta. Sem me identificar, reporto-me ao ocorrido em um dos meus livros. O Comandante do então III Exército (hoje Comando Militar do Sul – CMS), General Jair Dantas Ribeiro, encaminhou uma informação ao Ministro da Guerra dizendo que não teria condições de manter a ordem na sua área se o plebiscito não fosse aprovado pelo Legislativo. Mandou, também, uma nota às Unidades determinando que a referida mensagem fosse lida para os oficiais.

Nós, comandantes das Unidades da guarnição de Cruz Alta, nos recusamos a lê-la. Eu não a li, tampouco a leu o Coronel Comandante do 17º RI, nem o Comandante da AD/6, General-de-Brigada Manoel Mendes Pereira, chefe radicalmente contrário ao crescente esquerdismo no País. Fiz constar no Relatório Periódico de Informações da Unidade (RPI) a minha decisão de não divulgar para os quadros a mensagem enviada pelo III Exército. Julguei que reconhecer a nossa Força sem condições de manter a ordem na sua área de atuação seria uma desmoralização para os meus comandados. Como sabíamos que as Forças Armadas não tinham nenhum problema de manutenção da ordem, eu jamais poderia afirmar que não estávamos em condições de cumprir essa missão. Transmitir o documento do escalão superior, além de um desgaste para o Exército, seria um fator de desmoralização da oficialidade.

Parecia que o Comandante do III Exército não sentira a gravidade da situação e a irresponsabilidade que estava cometendo. Ler o documento assinado por ele para os subordinados os induziria a pensar que o comando da área havia duvidado da competência dos seus quadros.

O RPI foi enviado ao comandante da 6ª DI, General Pompeu Acioly Borges, chefe também declaradamente contrário ao Governo Jango. Ele, possivelmente para me proteger, engavetou o meu relatório. Mas, na minha Unidade, havia elementos ligados ao Governo Goulart que fizeram chegar aos ouvidos do escalão superior a minha posição de desacordo com o Comando do III Exército, provavelmente através do Coronel Argemiro Assis Brasil, Chefe do Estado-Maior da 3ª RM, homem de es-

querda e governista. Recebi então um rádio do III Exército mais ou menos nos seguintes termos: “Deveis informar se mensagem referente riscos decorrentes veto plebiscito foi lida para oficiais essa OM.”

Confirmei que o documento não havia sido lido, e dei ciência de que os motivos pelos quais não o fizera constavam do Relatório encaminhado ao Comandante da 6ª Divisão de Infantaria.

O III Exército mandou pedir o Relatório ao Comandante da 6ª DI. Pouco tempo depois chegou ao Regimento um Boletim Reservado. O secretário da Unidade avisou-me:

– Coronel, chegou uma bomba para o senhor.

– Qual é a bomba? – perguntei.

– Vou ler para o senhor: “O coronel Fulano de Tal – eu – por ter criticado ato superior, por ter isso, por ter aquilo e uma série de faltas, fica repreendido.”

Ora, essa repreensão era uma punição muito leve em face daquelas acusações que a precediam. Isto, a meu ver, aconteceu porque o General Jair era um chefe militar justo. Creio que, intimamente, ele viu que eu tinha razão e não quis me dar um “castigo” mais severo.

Achei que a punição deveria ser lida para os oficiais. Reuni todos eles e fui até um pouco teatral:

– Senhores, a nossa reunião se deve a um motivo muito grave: a transgressão disciplinar de um oficial!

Eles ficaram olhando uns para os outros, tentando descobrir quem era a vítima, e eu então relatei o que havia ocorrido. Li o relatório que a provocou, li a repreensão em boletim, e continuei:

– Evidentemente não é um bom exemplo o Comandante ser punido. Mas nesta ocorrência há um exemplo e um ensinamento que desejo transmitir aos senhores: quando tiverem uma opinião e uma idéia firme, os senhores devem dizê-la ao seu Comandante, apresentá-la francamente, mesmo sabendo que ele não irá gostar. O que ele decidir estará decidido, mas é obrigação dos senhores serem francos, sinceros e dizerem aquilo que pensam.

Pouco tempo depois, o General Comandante do III Exército foi nomeado Ministro da Guerra. Passados alguns dias da sua posse o secretário do Regimento trouxe mais uma novidade:

– Coronel, outra bomba!

– Qual é agora?

– O senhor foi transferido para a última das Circunscrições de Recrutamento, a 30ª CR, no Mato Grosso.

Assim, fui parar em Campo Grande. A primeira coisa que fiz foi escrever para a CR e informar que teria muito prazer em conhecer os novos companheiros. A 12ª Região Militar era o quartel-general dos revolucionários convictos, que lá eram exilados. Foi meu subchefe na 30ª CR o então Tenente-Coronel Câmara Sena, também conhecido por sua clara oposição ao Governo.

Fiquei em Campo Grande até 1964 e me dei muito bem por lá. Continuei meu trabalho de doutrinação contra a subversão comunista.

Houve um deslocamento para Brasília de tropas do Mato Grosso em abril de 1964?

Sim. Mas não foi nenhuma Unidade da Guarnição de Campo Grande. Quem seguiu para Brasília, sob o Comando do Coronel Meira Mattos, foi o Batalhão de Infantaria de Cuiabá. Também marcharam na direção da Capital Federal tropas de Minas Gerais, comandadas pelo Coronel Dióscoro do Valle.

Voltemos ao Rio Grande do Sul. Os militares que apoiavam o Governo Goulart aqui no III Exército me chamavam de "aquele coronel da guerra revolucionária". Eu sempre estudei muito este assunto. Não só estudei muito, como realizei muitas palestras sobre o tema em ambientes civis e nos quartéis. Fiz este trabalho antes e depois da Revolução. Havia, portanto, razões para aquela qualificação – da qual muito me orgulho – e para que eu sofresse essas perseguições.

Outro coronel que também foi transferido nos primeiros atos do General Jair Dantas Ribeiro como ministro foi o Lauro Alves Pinto. Quando fui para a 30ª CR, ele foi para a Circunscrição de Recrutamento de Belém.

Há um ponto que ainda não esclareci bem: minha posição no episódio da Legalidade. Em 1961, era comandante do Regimento de Artilharia de Cruz Alta e apoiei a posse de João Goulart. Apoiei com convicção o movimento pela assunção do Vice-Presidente eleito. Alguém poderia me acusar: "Na Legalidade, o senhor então ficou do lado do Brizola?"

Isto não é verdade. Quando houve a renúncia de Jânio, "apesar do Brizola", fui favorável à posse de Jango. E tem mais, participei e comandei o destacamento formado pelo II Grupo de Artilharia do 6º Regimento, o 17º BC, as duas Unidades da guarnição de Cruz Alta que se deslocaram até Vacaria, para compor uma possível resistência às tropas que viriam do Norte. Conversei a respeito da situação com o General Muricy, na época Chefe do Estado-Maior do III Exército. Ele era radicalmente contrário à posse de João Goulart, tanto que, com a anuência do General Machado Lopes, foi para o Rio de Janeiro.

Discordei do General Muricy. Sou partidário do que é legal e o legal era a assunção do Vice-Presidente que, naturalmente, deveria assumir o governo vago.

Só por este motivo fui com meu Regimento para Vacaria. Felizmente o espírito conciliador dos brasileiros evitou o confronto. Nossa participação no episódio nada tinha a ver com o Brizola, que fez o movimento da Legalidade casuisticamente, pois tinha muitas ambições e sabia que a posse de Jango acarretaria a sua própria ascensão política.

Pouco tempo depois as aspirações de ambos se chocavam. O Brizola organizou os "grupos dos onze", um pretenso exército particular seu, para ser empregado contra qualquer tentativa de Jango na hora em que os dois tivessem que se enfrentar. Então, entre o nosso legalismo e o do caudilho, havia uma diferença fundamental. A posição dele, como já aludi, era casuística. Tanto que logo em seguida ele se transformou no maior crítico da legalidade. Queria que Jango fechasse o Congresso e assumisse atitudes absolutamente ditatoriais e ilegais. No meu caso, como no da maioria dos militares aqui do Sul, havia realmente uma convicção legalista favorável à posse do Vice-Presidente que, juntamente com o Presidente, havia sido legalmente eleito.

Houve um episódio curioso relacionado com a figura de Brizola que vou relatar para encerrar o meu depoimento. Quando estava em Vacaria com o meu Regimento, ficamos acantonados em vários prédios públicos, inclusive colégios, cujas paredes estavam cobertas com retratos dele, que na época era o Governador do Estado. Era Brizola por toda a parte. O meu Posto de Comando (PC) foi instalado em uma escola pública. Nós trabalhávamos com o retrato dele em posição destacada. Ordenei que retirassem das paredes todos aqueles retratos. Meu objetivo era não confundir a posição dele com a nossa.

Pouco depois, veio falar comigo o capelão militar, padre Trevisan:

– Coronel, estamos com um problema. As professoras estão muito zangadas com o senhor por causa da ordem para retirar os retratos do Brizola das paredes da escola.

Então eu as convoquei e expliquei-lhes o porquê da minha decisão:

– Nós somos militares, estamos em uma missão militar e não podemos confundir o nosso dever com motivações políticas. A presença desses retratos aqui dá a idéia de que estamos trabalhando sob a égide do Governador, o que não é verdade.

Uma delas, gaúcha de faca na bota, sugeriu com ironia:

– O senhor deixa os retratos dele nas paredes das salas de aula, pendura fotos suas ao lado e está resolvido o problema.

Fui obrigado a rir da irônica sugestão da professora e nada lhe respondi. Com esta historieta, dou por encerrado o meu depoimento sobre a Revolução de

1964. Outras idéias minhas sobre o assunto podem ser encontradas nos meus livros. Os senhores desejam mais algum esclarecimento?

Só agradecer os ensinamentos que o senhor nos proporcionou ao longo desta entrevista e dizer a Vossa Excelência que os seus livros têm sido fonte obrigatória de consulta no nosso trabalho. Vale dizer ainda que foi um grande privilégio entrevistá-lo e posso afirmar que consideramos a sua pessoa uma importante, incansável e corajosa peça da resistência democrática no nosso País. Muito obrigado!

General-de-Divisão Floriano Aguilar Chagas

O General Floriano Aguilar Chagas nasceu em Passo Fundo (RS), em março de 1923. Ingressou no Exército em 1941 na Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA), foi cadete do Realengo e declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 11 de agosto de 1945 na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Sua primeira Unidade foi o Regimento Escola de Cavalaria (Regimento Andrade Neves) onde permaneceu até 1949. Como Oficial subalterno e Capitão, serviu no 8º RC de Uruguaiana (RS).

Cursou a Escola de Equitação do Exército em 1950 e a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1955. Foi Capitão Instrutor do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), de Porto Alegre, e da EsAO e, posteriormente, Major-Chefe da Seção Psicotécnica da EPPA. Concluiu a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em fevereiro de 1964, sendo classificado como Oficial de Estado-Maior da 2ª DC em Uruguaiana, da qual foi o Chefe do Estado-Maior entre 1965/1968. Comandou o 7º RC em Livramento (RS). Serviu como Adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), Chefe da 5ª Subchefia do Conselho de Segurança Nacional e Secretário Executivo da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras. Foi Adido do Exército na Argentina, de onde retornou para servir no Estado-Maior do Exército, em 1975.

Promovido a Oficial General em julho de 1977, comandou o então 3º Grupamento de Fronteira de Porto Velho (RO). Em 1979 foi estagiário do Curso Superior da Escola Superior de Guerra (ESG) no Rio de Janeiro. Em 1980 assumiu o comando da 8ª Brigada de Infantaria Motorizada (8ª Bda Inf Mtz), em Pelotas (RS).

Como General-de-Divisão, serviu por dois anos no Estado-Maior do Exército. Retornou ao Rio Grande do Sul, em 1984, para um novo comando, a 6ª DE em Porto Alegre, sua última comissão na ativa.

Foi distinguido com inúmeras condecorações civis, militares e estrangeiras. Criador e incentivador da criação de cavalos crioulos. É Conselheiro da Fundação Parque Histórico Marechal Luís Osório.

Entrevista realizada em 29 de junho de 2000.

É um prazer recebermos aqui o General Floriano Aguilar Chagas, destacado oficial da Cavalaria do nosso Exército e que, na época da Revolução, em 1964, servia como oficial estagiário do Estado-Maior, em Uruguaiana, uma Guarnição interessante para a análise de como o Movimento revolucionário se processou aqui no Sul do País. O senhor tem um tempo livre para relatar sua participação na Revolução e depois, se for o caso, faremos algumas perguntas. A palavra é sua, general.

Vou falar sobre o desencadeamento e o desenrolar dos acontecimentos durante a Revolução de 31 de março de 1964, na área em que atuei, no Comando da 2ª DC, hoje 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda CMec). Inicialmente, gostaria de esclarecer o seguinte: à exceção do próprio General-Comandante da Divisão e do seu Capitão Ajudante-de-Ordens, que, provavelmente, não tinha conhecimento da situação e que acompanhava o General nas suas idéias e nas suas decisões, os demais oficiais eram contra a baderna, contra o comunismo, contra aquela agitação que o Presidente João Goulart estava promovendo, apoiando-se principalmente na necessidade das tais reformas de base. Éramos também contra o cunhado dele, o Brizola, que estava querendo virar a mesa e preparava uma guerra revolucionária no Estado inclusive com a criação dos "grupos dos onze". Todos os nossos oficiais tinham uma idéia bem clara da situação e mantinham uma posição bem definida. Eu, por exemplo, antes de ir para a DC era aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e me angustiava ver a situação nacional deteriorar-se dia a dia. Queria fazer alguma coisa, achava que o Exército deveria tomar uma atitude. Já era época. Mas, apenas aluno da ECEME, o que poderia fazer? Soube então que existia um grupo de oficiais da Cruzada Democrática que estava querendo, pelo menos, alertar o Exército sobre a gravidade da situação e tomar providências para preservar alguma liberdade de manobra, caso houvesse uma ação contra nós. Resolvi participar da Cruzada. Trabalhei bastante, inclusive prejudicando meu desempenho na escola. Editávamos um Boletim da Cruzada Democrática e eu era o responsável pela sua divulgação, bem como de outras informações de interesse do nosso grupo. Não fui um revolucionário de última hora. Assim como eu, a maioria dos outros companheiros já havia, há muito tempo, tomado a decisão de preparar-se para enfrentar uma situação que fatalmente viria a acontecer. Na área da 2ª DC – Uruguaiana, Alegrete, Quaraí, Itaqui e Santana do Livramento – a propaganda subversiva feita pelos janguistas, brizolistas e comunistas era ativa.

Em Uruguaiana e no Alegrete, havia inclusive uma lista feita pelos subversivos com o nome dos dez primeiros que seriam eliminados – enforcados ou fuzilados – caso houvesse um confronto entre as duas partes. Alguns falavam em paredão, outros falavam em pendurar o inimigo nas árvores, assim que se iniciasse

a revolução deles. Nós, do Estado-Maior da 2ª DC, estávamos coesos. Reuníamo-nos, discutíamos, estudávamos a situação, víamos o que poderia ocorrer e qual seria o nosso papel nesses acontecimentos. Preocupávamo-nos muito porque achávamos que estava demorando a reação que julgávamos que aconteceria, e que ela deveria começar nos centros maiores com os generais, particularmente os de quatro estrelas. Porém, se isso não se efetivasse iríamos iniciar alguma coisa.

Em fevereiro de 1964, houve em Uruguaiana um comício com a presença do Carlos Lacerda, Governador do Estado da Guanabara e ferrenho opositor do Brizola. Foi um evento com uma repercussão enorme, um sucesso fabuloso. Aconteceram até coisas curiosas na vinda daquele político a Uruguaiana. Quando ele desembarcou no aeroporto da cidade, uma comitiva de centenas, talvez milhares de pessoas, foi recebê-lo. Seguiu-se uma carreata e um desfile de gaúchos a cavalo – uma grande quantidade de cavaleiros escoltava o político visitante. Então, alguém avisou que na antiga estrada que ia para a cidade havia uma casa abandonada, já meio em ruínas, onde o pessoal do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), armado inclusive com metralhadoras, estaria esperando para atacar o cortejo. A gauchada estava a cavalo – todos com o laço na cintura, saíram a galope, adiantaram-se, foram até perto da casa e começaram a atirar o laço. Um laçou uma telha e cada um dos outros foi laçando outra e mais outra e destelharam toda a casa; no final arrancaram até as travessas de madeira.

Esse comício, com a presença do Carlos Lacerda, e os fatos que relatei tiveram uma repercussão muito grande. O Brizola, querendo anular o êxito dos seus adversários, marcou um grande comício para o dia 4 de abril, prometendo a presença do Jango que assinaria um daqueles seus decretos demagógicos. Propus que nos preparássemos para a segurança normal ao Jango no aeroporto e, na hora da aterrissagem, colocássemos tonéis na pista para que o avião não pudesse pousar. Neste momento, através do rádio, faríamos um manifesto dizendo que não aceitávamos que pisasse o solo da nossa cidade um indivíduo como ele que, tramando para a implantação do comunismo no País, estava destruindo a coisa mais cara para todos os brasileiros a nossa democracia.

Essa era a minha idéia. Alguns dos oficiais disseram que eu era muito afoito e que havia o perigo de fazermos uma nova Aragarças, quer dizer, cairmos no vazio e perdermos a guerra. A discussão desses assuntos mostra que já estávamos preparados para fazer algo. Quando eclodiu a Revolução em Minas Gerais, imediatamente começamos a aguardar para ver qual seria a nossa missão junto às forças democráticas, as forças da liberdade, como chamávamos. Entretanto o nosso Comandante não quis tomar nenhuma medida e não se manifestou sobre a situação.

A 2ª DC toda estava preparada para atuar. O Comandante anterior, General José Horácio da Cunha Garcia, havia doutrinado o pessoal a favor da democracia em todas as nossas Unidades, instruindo-as para lutar contra a guerra revolucionária. Mas o agora Comandante, General Joaquim de Mello Camarinha, não queria manifestar-se de maneira alguma. No dia 31, ali pelas 10h da noite, talvez um pouco antes, houve uma reunião presidida pelo Coronel Luiz Serff Sellmann que várias vezes insistira com o Comandante da DC para que ele fizesse uma proclamação, declarando que estávamos ao lado da democracia, mas com a qual o General não concordara. Estabelecemos que às 11h30min, reunidos, iríamos ao gabinete do Comandante expor a situação e exigir dele um pronunciamento. Caso não se definisse pela democracia, o prenderíamos junto com o seu ajudante-de-ordens. Na hora prevista nos reunimos, formamos um semicírculo, e o Coronel Sellmann transmitiu nossa posição. O General Camarinha, em resposta, falou mais ou menos isso:

– Eu não posso fazer o que me pedem. Vocês são garotos e só pensam em seguir para frente. Normalmente, os velhos colocam os jovens na vanguarda e eles vão com todo ímpeto. Depois os mais antigos se retraem, e os moços é que são presos e exilados. Tenham calma. Ainda é preciso avaliar melhor a conjuntura para tomar uma decisão. Além do mais, fui promovido a general pelo Jango, reconheço que lhe devo gratidão, porque se não fosse ele, eu não seria general. Tenho que ser leal a ele, não posso tomar uma atitude dessas.

Quando ele terminou de dizer isso, não me contive; dei um passo à frente e falei:

– General, o senhor não pode esperar que o quadro esteja definido para depois tomar sua decisão. Das nossas ações é que resultará a evolução dos acontecimentos, favoráveis, ou não. E, mais importante do que isso, General, o senhor não pode hesitar nem um segundo entre a sua lealdade ao Jango e a sua lealdade ao Brasil.

Surpreendentemente, ele deu um tapa na mesa e falou:

– Estou com vocês!

Neste momento entrou o Tenente-Coronel Anníbal Figueiredo de Albuquerque, subcomandante do 8º Regimento de Cavalaria (8º RC) e dirigiu-se ao General:

– O 8º RC apela para o senhor aderir ao Movimento de Minas.

Pois bem, nessa hora a 2ª DC entrou na Revolução.

O comandante do 8ª RC era o Coronel Mário Ramos de Alencar, candidato certo a general. Inicialmente, digamos, ele ficou em cima do muro, indeciso, mas depois veio para o nosso lado. Mesmo assim e talvez por causa disso.

O Comandante do Grupo de Artilharia era o Tenente-Coronel Amerino Raposo Filho que, já no início de março, estava com todas as seções da Unidade organizadas em grupos de combate, com armamento leve e munição distribuída dentro

das reservas, prontos para sair a qualquer momento e atuar como infantaria, como tropa antiguerrilha.

Na reunião que relatei, havia, da parte dos oficiais do Estado-Maior, uma tensão muito grande e um desejo de que a nossa Divisão entrasse na Revolução no lado certo, unida, coesa e pronta para o que desse e viesse. Por isso não afastamos o General do comando. Afastá-lo e mantê-lo preso em casa e o Coronel Sellmann – o mais antigo coronel da Divisão – assumir o comando, era bem simples e teria sido mais fácil para nós. Mas, não pretendíamos ferir os princípios da disciplina e da hierarquia. Queríamos atuar como uma divisão que, íntegra, sem o menor resquício de falta de disciplina e de quebra da hierarquia, partiria para a Revolução. Por isso mantivemos o nosso Comandante à testa do Movimento.

O General Camarinha, deu para perceber pelo que estava acontecendo, sentia-se violentado nas suas convicções e acabou entrando em depressão. Nós dizíamos o que deveria ser feito e ele fazia tudo religiosamente. Levávamos manifestos, notas para imprensa, mensagens, tudo pronto e ele apenas assinava. Todos os documentos saíam no nome dele. Depois de algum tempo, demonstrando o quanto sofria naquele momento, ele encovou. Sempre ficou com aquele ressentimento por ter, segundo ele, traído o Jango.

Na guarnição de Uruguaiana um fato destacado foi a ação do Prefeito Isabelino Bulgaim Abade, do PTB, foi para dentro da prefeitura com um grupo de partidários, todos portando seu armamento pessoal. Tentaram esboçar uma reação, que não chegou a acontecer porque não havia como enfrentar a 2ª DC. Conseguimos manter a cidade e o município sob controle, tranqüilos e com uma defesa bem organizada. Contávamos com o apoio do Capitão-de-Fragata Dilo Modesto de Almeida, Comandante da Capitania dos Portos de Uruguaiana, que era revolucionário e atendeu todas as nossas necessidades, inclusive cedendo fuzileiros navais para as operações. Controlamos, em seguida, as vias de transporte. Prevendo que poderia haver desabastecimento, pois os comerciantes inescrupulosos começaram a elevar os preços das mercadorias, marcamos com eles uma reunião no Quartel-General (QG). Mandamos avisá-los e vieram aqueles que quiseram, aparentemente todos, à exceção de um, do qual depois eu conto a história. Iniciamos a conversa perguntando: quanto vocês pagam pelo feijão?, pelo arroz?, pelo sabão?, qual é a margem de lucro? Fizemos uma lista com uns trinta produtos e estabelecemos o preço máximo para cada um. Tabelamos assim os preços no município.

À tarde apareceu o comerciante que faltara à reunião e foi logo falando:

– Eu sou a favor da Revolução e quero cooperar com vocês. Acho um absurdo alguns colegas tentarem elevar os preços dos produtos. No meu estabelecimento já tem uma tabela, aqui está! Tudo bem barato!

Peguei o papel, olhei para o sujeito e disse:

– Olha, a sua idéia, a sua intenção é muito boa, mas o senhor vai ter que modificar esses valores.

Ele indagou o motivo, e eu expliquei:

– Já existe uma tabela com preços mais baixos que esses. Foi elaborada pelos comerciantes que, convocados, se fizeram presentes à reunião à qual, aliás, o senhor não compareceu. Agora a solução é o senhor adotar os valores que nós estabelecemos.

Era um safado se fazendo de grande patriota. Queria mesmo era ganhar dinheiro aumentando o preço das suas mercadorias.

A gasolina também foi controlada, houve racionamento, e a maioria da população se prontificou a nos apoiar. Inclusive apresentaram-se alguns voluntários que pretendiam criar uma tropa de civis. Depois que a 2ª DC se definiu a favor da Revolução, dominamos totalmente a situação e tudo ficou tranqüilo em Uruguaiana.

Então fui designado para ir ao Alegrete, o ponto mais sensível da nossa Divisão. A cidade era o ponto central e lá havia seis Unidades: um Grupo de Artilharia, um Regimento de Cavalaria, um Batalhão de Engenharia, uma Companhia de Comunicações, um Hospital Militar e uma Circunscrição do Serviço Militar. Um efetivo grande. O Comandante da Guarnição era o Tenente-Coronel Adão Prestes do Monte, do Batalhão de Engenharia, tido como comunista. O Subcomandante dele era desses oficiais amorfos, seguia cegamente as ordens do chefe. Fosse o comandante nazista ou democrata, não importava, ele estaria sempre ao seu lado. Sabia-se que o Capitão Joaquim Francisco Rodrigues de Freitas, subcomandante da Artilharia, também era comunista. Acreditávamos que o restante da oficialidade da guarnição do Alegrete estivesse do nosso lado. A essa altura, sabíamos que a 1ª DC, com o QG em Santiago do Boqueirão, apoiava o Jango e que a 3ª DC, com o QG em Bagé, ainda não havia se definido e não podíamos prever para que lado penderia. Sabíamos, também, que em Santa Maria a maioria dos oficiais era favorável à Revolução, muito embora ainda não houvesse uma definição do comando. Naquele momento, não podíamos confiar neles. No 5º RC, aquartelado em Quaraí, a situação civil estava melhor, não havia nenhum problema na cidade. Sabíamos que a expressiva maioria da população do município estava do nosso lado. Como o Regimento estava próximo à região de Harmonia, ponto lógico para ações táticas dentro da área da nossa Divisão, decidimos deslocá-lo para lá. Mandamos um Pelotão do nosso Regimento de Uruguaiana – 8º RC – para ocupar a passagem no Rio Ibicuí, entre Uruguaiana e Itaqui, e ligação natural da 1ª DC com a nossa. Tínhamos que ocupar Manoel Viana com um esquadrão ou um esquadrão a menos, um efetivo qualquer tirado de Alegrete, mas não sabíamos se podíamos dispor de alguma

tropa daquela guarnição porque a situação não estava clara e poderia haver defecções ou até mesmo resistência. Era necessário ocupar, também, a ponte rodoferroviária de Cacequi para garantir, além da ligação com o resto do estado, a chegada de combustível – produto crítico para a DI. Há muito tempo que só recebíamos o mínimo necessário de gasolina e óleo diesel. Vínhamos sendo sabotados nesse suprimento. Daí a necessidade de mandar um oficial ao Alegrete para ver se atraía toda aquela guarnição para o nosso lado.

Inicialmente, não tínhamos informações sobre como estava a situação por lá; sabíamos apenas que o comandante da guarnição era comunista, pertencia ao outro lado. Só não entendi por que fui escalado para ir ao Alegrete. Achei muito estranho e até ponderei:

– Estou pronto para cumprir a missão. Posso ir, mas lembro que nunca fui àquela guarnição, sou estagiário, não conheço nenhum comandante de Unidade e também não conheço ninguém na cidade. Deveriam mandar um oficial que está há mais tempo aqui, que saiba a quem se dirigir, conheça os oficiais, e em quem ele possa confiar.

A minha ponderação não foi aceita e a minha ida para Alegrete foi confirmada. Alertei o pessoal:

– Pretendo seguir imediatamente. É só o tempo de providenciar um avião. Lá agirei, tomarei decisões e darei ordens em nome do General.

– Não faça isso – recomendou-me um companheiro mais antigo. A única Unidade que nós temos certeza de que está do nosso lado no Alegrete é o 6º RC, do Coronel João Carlos Rodrigues Beltrão. Chegando no aeroporto siga imediatamente para o quartel dele, lá você coordena a situação e vê o que vai fazer.

Peguei um avião do aeroclube e segui destino. Minha missão, sob o ponto de vista militar, era incomum. Durante o vôo fui pensando: “coordenar o emprego das Unidades e cooptar o pessoal para apoiar a revolução é uma missão complicada para quem não conhece a guarnição e não tem nenhum oficial amigo por lá”. Eu era mais moderno do que todos os comandantes das maiores Unidades da área. O Tenente-Coronel Monte era o mais antigo de todos e Comandante da Guarnição. O Beltrão, do 6º RC era Tenente-Coronel, o Luiz da Silva Riera, Comandante do Grupo de Artilharia, não me lembro se era major antigo ou já tenente-coronel. Eu ainda era major.

Continuei raciocinando: “se a nossa preocupação é permanecer com a Divisão unida, coesa, respeitando a hierarquia, como é que chego na guarnição e, em vez de me apresentar ao Comandante, vou para outra Unidade?” Resolvi ir direto à boca do lobo, era o correto. Meu primeiro contato seria com o Tenente-Coronel Monte!

Aí houve um incidente de percurso que hoje representa apenas mais um fato curioso dos muitos que aconteceram naqueles dias. Sabíamos que tinha havi-

do algum problema no quartel do 5º RC, mas não conhecíamos os detalhes. Depois soubemos que o Comandante da Unidade, Tenente-Coronel Edison Boscacci Guedes, antes de partir para Harmonia – conforme o plano da Divisão – reunira todos os oficiais e sargentos e falara:

– Está ocorrendo uma Revolução no Brasil e a nossa Divisão está ao lado das forças de Minas Gerais. Teremos que sair para atuar conforme o plano de manobra da 2ª DC. Quero saber se alguém discorda. Um capitão contestou o Comandante:

– Eu não estou de acordo. Sou pelo respeito à Constituição e, de acordo com a nossa Carta, o Presidente da República é o Jango.

O Comandante decidiu na hora:

– Então o senhor se recolha preso a sua casa.

Um sargento disse que também não estava de acordo, depois outro, mais outro e, ao final, com exceção de três ou quatro, todos os sargentos se manifestaram contra a Revolução. O Boscacci mandou os contestadores se recolherem às suas casas, presos. Chamou os cabos, lhes deu função de sargento, e seguiu para Harmonia, conforme o previsto. Mas eu não sabia – até a hora que saí de Uruguaiana – se o 5º RC havia deixado o quartel para cumprir a missão.

Para tomar minhas decisões, aquelas que me autorizavam mandar tropa do Alegrete para a região de Manoel Viana e se necessário reforçar a segurança da ponte de Cacequi, eu precisava saber qual era a situação do 5º RC, principalmente se ele cumprira a ordem de deslocar-se até o ponto designado para posição da nossa reserva, na região de Harmonia. Se não avistasse a tropa, talvez eu tivesse que ir a Quaraí. Quando estávamos sobre o local, onde havia uns eucaliptais muito grandes, disse para o piloto:

– Sobrevoa que eu quero ver se tem tropa por aqui.

O avião baixou, sobrevoou, fez uma volta, olhei, olhei, não vi nada, fez a segunda volta, também não vi nada. Mas o piloto disse que havia cavalos lá embaixo, geralmente eles enxergam melhor do que nós lá de cima porque têm muito mais experiência. Eu perguntei:

– Como é que estão os cavalos? – Espalhados ou em linha?

– Todos em linha – respondeu.

Corretamente concluí que só poderia ser tropa militar. Disse então ao piloto que rumasse para o Alegrete. Ele ia iniciar a terceira volta mas desistiu e foi em frente. Soube depois que o Boscacci Guedes havia informado à 2ª DC que, logo após a sua chegada na região de Harmonia, fora sobrevoado por um avião não identificado e que mandara todas as metralhadoras tomarem a posição para a execução de tiro antiaéreo a fim de derrubá-lo, mas que naquele momento a

aeronave tomara a direção leste e fora embora e por isso não efetivara o tiro. Já pensou? Se tivéssemos sobrevoado só mais uma vez a cavalhada, poderíamos ter sido abatidos.

Quando cheguei no Alegrete, pensei o seguinte: "Vou dar uma satisfação para o Comandante da Guarnição, o Tenente-Coronel Monte, embora ele seja comunista."

Antes de abordar o campo de pouso, mandei o piloto sobrevoar o 6º RC, comandado pelo Tenente-Coronel Beltrão que era nosso aliado. Nos vôos rasantes sobre o cerro onde está o quartel eu apontava para o símbolo do Estado-Maior na manga da farda, procurando indicar que pertencia ao QG da 2ª DC. Quando visitávamos as Unidades do interior, costumávamos sobrevoar os quartéis. Era a maneira de avisar que chegava alguém em missão e pedir apoio em transporte. Estava certo de que me mandariam um jipe com um oficial ou graduado junto. Eu iria ao quartel do 12º Batalhão de Engenharia de Combate (12º BECmb) para falar com o Comandante e entregar-lhe as instruções que levava por escrito. Recomendei ao piloto:

– Olha, se eu não voltar, você vai ao 6º RC e diz que eu estou no BE e trago instruções para o Comandante do Regimento.

Mas quando aterrissamos não apareceu ninguém. O local estava guarnecido por tropa da engenharia. Chamei o sargento que chefiava a segurança do local e lhe disse:

– Sou oficial do Estado-Maior da 2ª DC, estou aqui por ordem do General para fazer contatos. Quero falar com o Comandante da Guarnição, você telefona para o BE e pede para me mandarem uma viatura.

Ele ligou para o quartel e pouco depois chegou um caminhão comercial para me buscar. Embarquei no caminhão e fui para o Batalhão. Eu conhecia o quartel do meu tempo de tenente, quando servira em Uruguaiana. Naquela época aquele quartel era do 6º Regimento de Cavalaria. Entra-se no saguão do pavilhão principal, depois há uma escada, e no segundo piso encontra-se o gabinete do Comandante. Permaneci um tempo no pátio central olhando e esperando para ver se fazia contato com alguém antes de ir falar com o Comandante. Dois oficiais vieram falar comigo. Eram dois tenentes e iniciei uma conversa com eles, sem saber se estavam do lado dos comunas ou do nosso lado. Comecei a sondá-los, mas tive que ser rápido porque não podia me demorar muito ali embaixo. Quando começaram a falar, fiquei na dúvida se eram revolucionários. Resolvi ir direto ao assunto:

– Não disponho de muito tempo, de que lado vocês estão?

Disseram que estavam do lado da Revolução e eu perguntei:

– Como está a situação aqui?

– A pior possível, respondeu um deles. – Como o senhor pode perceber, quase todos os sargentos estão com o Coronel.

De fato, observei que em todos os cantos havia grupinhos de graduados, ninguém estava isolado. Sempre em grupos: um aqui, outro ali, mais outro lá. O tenente continuou:

– O Subcomandante está com o Comandante, ele o acompanha sempre. Vários oficiais estão indefinidos, cumprem ordem de quem estiver por cima e acabou-se. A maioria, se vier ordem, fica do nosso lado; contra nós mesmos estão só uns poucos.

Encerrei a conversa e subi para falar com o Coronel. Enquanto subia já me assustava. Passei por um bando de pessoas mal-encaradas, gente de sindicato, bombachudos e pessoal armado com revólver. Entrei no gabinete para falar com o Tenente-Coronel Monte e tivemos uma longa discussão. Ele alegava que era seu dever defender a lei e procurava justificar sua posição garantindo que estava fazendo a coisa certa e que não iria atuar em desacordo com a Constituição do País. Depois de falar bastante tempo com ele, argumentei:

– O senhor acha que o Dom Pedro I é um traidor, um safado? A constituição era de Portugal e ele proclamou nossa independência. Foi contra a lei naquela ocasião. O Deodoro era um canalha? O Deodoro criou a República, aqui era um Império. O Tasso Fragoso era um sem-vergonha porque deu ordem para o Washington Luiz entregar a Presidência? Apenas evitou que se derramasse sangue aqui no País, depois que já estava vitoriosa a Revolução de 1930. Há uma hora em que aqueles que estão no Poder deixam de exercê-lo legitimamente, como é o caso do Jango agora. O nosso País é uma democracia e ele quer implantar aqui numa ditadura comunista.

Conclui pintando um quadro ameaçador na guarnição:

– Além do mais, se o senhor tentar qualquer reação no Alegrete, será esmagado. Aqui na guarnição o senhor não tem maioria. As outras Unidades já estão contra a sua posição e são mais fortes que o seu Batalhão. E toda a Divisão está solidária, pronta, coesa, até para vir aqui, se necessário.

Ele acabou concordando e ficando do nosso lado. Disse-lhe que fizesse um manifesto para a população civil anunciando de que lado a guarnição estava, recomendando tranqüilidade e proibindo qualquer manifestação de rua. Fui dormir no 6º RC. No dia seguinte quando voltei ao BE o Coronel Monte ainda não tinha feito o documento. Eu reclamei e o ameacei:

– Coronel, estou vendo que o senhor ainda não redigiu o manifesto. Acho que está encontrando alguma dificuldade, então vou fazê-lo e o senhor assina.

Ele recusou e se justificou:

– Deixa que eu faço. A minha situação é muito delicada, todos aqueles que estavam aqui ontem são meus amigos e alguns são comunistas. Prometi apoiá-los e eles vão dizer que eu não cumpri com a minha palavra.

Fingi que não ouvi e continuei dando ordens:

– Na vinda para cá, a meia quadra do quartel, vi um enorme cartaz à frente de uma casa, onde está escrito *QG dos Sindicatos Nacionalistas*. O motorista me disse que é coisa recente. Considero isto uma provocação e acho que esta gente é mal-intencionada. Mande retirar o cartaz.

Depois saí para percorrer as outras Unidades. Todas ficaram do nosso lado. Em cada OM reunia os oficiais, explanava a situação e me prontificava a sanar dúvidas ainda existentes. Quando cheguei no Grupo de Artilharia, ao indagar se alguém tinha alguma pergunta, um tenente começou a ponderar sobre a decisão. Em vez de perguntar: o que devemos fazer?, isso?, aquilo?, começou a questionar se a Revolução estava certa ou errada. Eu o interrompi:

– Tenente, um momento, esse ponto não está em debate. O que o senhor está tentando polemizar, já é fato decidido pelo General Comandante da Divisão. E se já há uma decisão, não nos compete analisá-la, nem discuti-la, nem nada. Simplesmente temos que cumpri-la. Se o senhor tem alguma dúvida sobre como executar a missão pode perguntar, fora disso não.

Esse oficial estava cooptado pelo Subcomandante, tido como esquerdista. Considerei a discussão encerrada e indaguei:

– Quero saber agora se todos estão de acordo com o restante da Divisão.

Aí o Subcomandante, Capitão Joaquim Francisco Rodrigues de Freitas (de apelido Quincas), pediu licença e deu a conhecer a sua posição:

– O senhor está nos trazendo uma decisão da 2ª DC. Sempre fui do outro lado, e até o dia de hoje achava que o certo seria ficar deste lado; porém, tendo em vista que a minha Unidade aderiu à Revolução, eu serei leal a ela. A partir desse momento, o Coronel e o senhor podem contar com a minha lealdade.

Quando fui embora, soube que ele, assim que me viu pelas costas, saiu aliciando os sargentos para tomarem conta do quartel. Tive que o levar preso para Uruguaiana. Assim que considerei a situação controlada no Alegrete, fui para o aeroclube, chamei o piloto e disse que iríamos para Rosário. Ele achou que não conseguiria aterrissar lá porque era muito tarde e já estava escurecendo. Mandei que tocasse em frente; guerra é guerra. Quando chegamos ao destino já estava escuro. O campo de pouso era perigoso, cercado de eucaliptos, esburacado e às vezes havia animais na pista. Mas pousamos direitinho e fui para o quartel. O Comandante era o Tenente-Coronel Pedro Pinto de Carvalho, que tinha assumido naqueles dias – até então quem vinha comandando o Regimento era o Major Dario Bomfiglio Affonso da Costa – perguntei-lhe como estava a situação no quartel e em Rosário. Disse-me que estava tudo sob controle. Então lhe ordenei:

– O senhor manda um esquadrão se deslocar para Cacequi e ocupar aquela área, no mais curto prazo possível.

Concentramos bastante tropa em Cacequi porque, além de ser um entroncamento e ter uma importante ponte rodoferroviária, era um local muito trabalhado pela subversão. A cidade era um caldeirãozinho, pois a maioria dos moradores era de ferroviários aposentados e o sindicato deles, dominado pelos comunistas. Era de lá o Chefe da Casa Militar do Jango, General Argemiro de Assis Brasil, comunista. Dada a ordem, fui jantar. Até essa altura não tinha parado um instante e não havia comido nada.

Vinte e quatro minutos depois o Major Dario apresentou-se e me disse que o Esquadrão estava pronto para sair e perguntou-me se eu queria ver a saída da tropa. Fui e tive uma agradável surpresa. Assisti à saída do quartel de um Esquadrão em ordem de batalha, com o necessário para viver fora o tempo que fosse preciso. Levava mantimento, armamento, munição, tudo. A subunidade estava pronta para ser empregada. O Capitão Comandante apresentou-se e perguntei se ele sabia qual era a sua missão. Respondeu que sim, repetiu as ordens recebidas, e eu liberei a saída do Esquadrão. Virei-me para o Major e cumprimentei-o pela rapidez com que o Regimento cumprira a ordem de marcha e, principalmente, pelo fato de que eu só vira no comboio viaturas militares, sinal de que não precisaram requisitar veículos civis. Observei também que todas as viaturas estavam em muito boas condições de disponibilidade. O major riu e disse que um dos jipes havia sido requisitado e complementou:

– O senhor não se deu conta porque a cor dele é parecida com a das nossas viaturas.

A saída de um esquadrão completo para ocupar Cacequi em prazo tão curto era uma demonstração de que a tropa do 2º RCM estava na mão.

Voltei para o quartel e jantei ouvindo no rádio a fala do Leonel Brizola, exortando o Rio Grande do Sul a se levantar em armas para garantir o Jango na Presidência. Dirigiu-se, especificamente, aos sargentos do Exército, mencionando o nome de Unidades e dizendo mais ou menos o seguinte:

– Sargentos! Chegou a hora de correr sangue, muito sangue, matem esses oficiais gorilas. Se eles não derem a vocês acesso aos arsenais, arrombem as portas, peguem o armamento e acabem com esses reacionários. Passou a vez desses oficiais de punhos de renda. Agora vocês é que vão mandar.

Isso ele disse, eu ouvi. E, para surpresa de todos, logo depois daquele pronunciamento "corajoso" pegou um avião e se mandou para o Uruguai. Se os sargentos tivessem embarcado na conversa dele e entrado naquela aventura teriam sido presos, julgados, e, de acordo com o Código Penal Militar, alguns poderiam até vir a ser condenados à pena de morte. Enquanto isso o agitador estaria no exterior,

gozando as benesses de um exílio com dinheiro. É um safado! Passados alguns anos, eu assistia a um programa de televisão em que o caudilho participava de uma mesa-redonda e um repórter lhe perguntou:

– Doutor Brizola, é verdade que no dia 31 de março de 1964 o senhor concitou os sargentos a tomar os quartéis e matar os oficiais?

De dedo em riste na cara do jornalista, Brizola retrucou com veemência:

– Isso é pergunta que se faça? – Isso é uma infâmia, eu jamais disse isso!

Eu tenho em casa a gravação desse pronunciamento dele feito em 1964.

Cumprida a missão no 2º RCM, de Rosário, resolvi voltar ao Alegrete, pois quando viajei senti que os tenentes do Batalhão de Engenharia continuavam preocupados com o seu Comandante. Na ocasião, eu disse a eles:

– Esta noite todos vocês devem dormir no mesmo local. Escolham uma sala, um pavilhão, um lugar seguro qualquer e permaneçam armados. Mantenham uma guarda, se revezem na vigilância e estejam sempre atentos.

Um tenente sugeriu que eu pernoitasse no Batalhão e eu respondi que faria o possível para atendê-los, mas quando me liberei, em Rosário, já estava noite e não era possível viajar de teco-teco. No outro dia cumpri a promessa. Cheguei ao Alegrete e de imediato fui ao Batalhão de Engenharia para cobrar as missões que havia atribuído ao Comandante. Perguntei-lhe se havia feito a proclamação que eu pedira. O Tenente-Coronel Monte disse que não e, mais uma vez, ameacei fazê-la. Então, finalmente, ele redigiu o manifesto à população. Comuniquei-lhe, também, que aquele cartaz do sindicato ainda estava no mesmo lugar. O homem tentou explicar:

– Eu mandei o Subcomandante lá e nos informaram de que haverá uma assembléia hoje ao meio-dia quando decidirão o que fazer.

Retruquei que não havia nada a ser decidido e que eles tinham é que obedecer a ordem e retirar o cartaz. Naquela hora o sangue me subiu à cabeça e lembrei de um fato que estava me incomodando desde a véspera:

– O senhor não acha que foi uma desconsideração para com um oficial superior do QG da DC, mandar, como fizeram ontem, um caminhão de carga para me buscar no aeroclube?

O Tenente-Coronel Monte argumentou que o caminhão era a única viatura disponível na ocasião e que o jipe que me mandara naquela manhã era o do comandante. Aproveitei a viatura para percorrer as outras Unidades da Guarnição. Deram-me um tenente para fazer minha segurança. Antes de ir aos quartéis passei por alguns postos de gasolina para ver como estava o controle do racionamento de combustível. Em um dos postos, encontrei fiscalizando um sargento muito esperto que me fez o seguinte relato:

– Major, estamos cumprindo as ordens que o senhor deu mas aqui houve uma coisa curiosa. Chegaram dois estudantes me perguntando se eu estava com a Revolução. Dei a entender que eu era meio do outro lado e não estava lá muito contente com os acontecimentos. Os jovens abriram o jogo e me pediram um pouco de gasolina grátis para abastecer os carros deles porque queriam participar, às 4h da tarde, de uma grande manifestação na cidade com uma passeata em favor do Jango e pela Constituição.

Cumprimentei o sargento pela informação e o orientei:

– Se eles voltarem você diz que está tudo sob controle e que talvez possa ceder, no máximo, uns dois litros de gasolina.

Quando passei na frente do tal QG do Sindicato Nacionalista, ordenei ao motorista:

– Pára o jipe aí!

Ele parou, eu desembarquei e entrei. Havia um bando de gente sentada como se estivessem em uma sala de aula. Expus a situação para eles. Lembrei-me da conversa dos estudantes e avisei:

– Sei que os senhores estão preparando uma passeata na cidade em apoio ao João Goulart. Está rigorosamente proibida qualquer manifestação pública. Os senhores não podem fazer o que estão planejando. Se esta passeata acontecer, ela será severamente reprimida, e os senhores serão responsabilizados por qualquer incidente que venha a ocorrer. – Não sei qual foi a intenção ao colocarem esse cartaz aí na frente, aparentemente é uma provocação e ele deve ser retirado imediatamente.

Um dos presentes pediu licença para falar. Procurei ficar bem calmo para enfrentá-lo com serenidade. Ele perguntou:

– Podemos continuar reunidos aqui?

– Perfeitamente. Podem permanecer aqui, em local fechado e ordeiramente. Não há problema nenhum para quem desejar se reunir. Não podem é fazer manifestações, passeatas ou qualquer coisa semelhante em áreas públicas. Aqui vocês podem ficar.

Não era nada do que eu estava imaginando que fosse acontecer. A coisa foi mais fácil do que eu pensava.

Voltei ao 6º RCB e soube que haveria uma reunião de oficiais da guarnição no 12º BE. Ninguém queria ir pois achavam que poderia ser uma cilada. Disse-lhes que não se preocupassem porque o Comandante da Guarnição – Tenente-Coronel Monte – estava na nossa mão. Insisti para que atendessem a convocação pois, caso contrário, estragariam o meu trabalho. Resolvemos deixar uma tropa em condições de investir sobre o BE se em hora e meia eu não retornasse. Além disso, levaria comigo um oficial e o deixaria aguardando do lado de fora com a viatura. Se, decorrido o prazo estipulado, houvesse a necessidade da minha permanência lá dentro, mandaria aquele

oficial até o 6º RCB avisar que estava tudo bem. E para que tudo transcorresse com segurança estabelecemos também uma senha. Nada aconteceu.

Recebi então ordem para ir a Santa Maria participar do planejamento para a tomada de Porto Alegre, já que eu estava bem a par da situação. Pedi que requisitassem uma caminhonete para mim e, devido às circunstâncias, que fosse um carro bom e seguro.

Alegrete era e é um centro pecuarista. Na época, praticamente não tinha indústria. Talvez uma charqueada ou um frigorífico mas mesmo assim, havia na cidade 17 sindicatos e outras organizações consideradas subversivas. Excluída essa gente, o restante da população estava do nosso lado e se sentia ameaçada e preocupada com a situação. O pároco veio falar comigo para saber exatamente o que estava ocorrendo e como seria chamado o movimento. Até aquele momento não se falava em revolução e era difícil para eu descobrir um título para algo que ainda estava acontecendo. Saí pela tangente e não respondi ao sacerdote.

Praticamente eu não me alimentara e nem dormira desde o meu regresso ao Alegrete, pois estava em constante movimento. Quando fui até uma determinada casa receber a caminhonete que me levaria até Santa Maria, ofereceram-me um lanche enquanto preparavam e abasteciam o veículo. De repente, e sem bater, entrou uma senhora que morava perto da casa onde eu me encontrava. Era uma escritora, ou poetisa, pessoa destacada na cidade, anticomunista e uma das primeiras que constavam da lista dos agitadores para serem enforcadas. Entrou, chegou na minha frente, abaixou-se, beijou minha mão e falou:

– General – eu era major – o senhor salvou a nossa cidade. A nossa população deve muito ao senhor, deve isso, deve aquilo...

Fez um discurso empolgado para mim e beijou novamente a minha mão. Era contra o Jango e achava que os asseclas dele iriam mesmo desencadear uma revolução de esquerda e ela seria enforcada. Disse-lhe que podia se tranqüilizar porque o perigo comunista já havia passado.

Tive que decidir se iria pela estrada que me levaria diretamente e com mais facilidade a Santa Maria, ou por estradas péssimas mas seguras, mais ao sul, fora da área da 1ª DC. Decidi correr os riscos e tocar em frente pela estrada direta, mais ao norte, e aproveitar que ninguém tinha certeza do que estava acontecendo. Fui pelo território "inimigo" até o destino. E viajei fardado. Aliás, eu andava sempre fardado. Nem havia como trocar de roupa porque saí de Uruguaiana só com as fardas. Quando cheguei lá já era noite e até aquela hora eu não obtivera nenhuma informação sobre o comportamento da 1ª DC de Santiago do Boqueirão. Até então aquela área era considerada "inimiga" e reduto do "General janguista" João de Deus Nunes Saraiva.

O Comandante da 3ª DI em Santa Maria ficou muito tempo indeciso. O General Mário Poppe de Figueiredo não queria se definir. O Coronel Ramão Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior da 3ª DI, estava do nosso lado, fazia contatos conosco e, assim como nós, também não queria virar a mesa. Desejava manter, preservar a cadeia de comando e insistia com o comandante para que ele se manifestasse pela revolução, mas o general relutava em tomar uma decisão. Então chegou um momento em que nós da 2ª DC pedimos ao nosso Comandante – General Camarinha – para ligar-se com o General Poppe de Figueiredo. Ele concordou e disse ao telefone mais ou menos o seguinte:

– Está acontecendo isso e aquilo, você tem que tomar uma atitude e colocar a 3ª DI a favor das forças democráticas. Além do mais, você é o General-de-Divisão mais antigo e terá que assumir o comando do III Exército.

O General Poppe respondeu que achava conveniente esperar um pouco mais para ver se a situação ficava mais clara e que, afinal de contas, o General Ladário Pereira Telles ainda estava em Porto Alegre. Então o Major José Campedelli – que estava próximo – alertou-o de que se ele não assumisse o comando outro mais moderno o faria e mais tarde ele teria que se explicar. O General Camarinha concordou com a sugestão e transmitiu aquela possibilidade ao Comandante da 3ª DI.

Tempos depois falei com o Coronel Milton Machado Martins, que fora do Estado-Maior da DI nos dias da Revolução, um homem bom, correto e educado. Quando ele soube a verdade sobre o assunto tratado no telefonema, observou contrariado:

– O General Poppe nos enganou. Ele estava em cima do muro dizendo que era cedo e todos nós estávamos preocupados, insistindo por uma decisão dele. Após aquele telefonema, alguém perguntou quem ligara e ele respondeu que havia sido o General Camarinha da 2ª DC, querendo saber como estava a situação aqui e informando que em Uruguaiana estava tudo calmo. Depois – continuou o Coronel Milton – parecendo preocupado, o General começou a caminhar de um lado para outro e lá pelas tantas mandou que tocasse oficiais. Nos reunimos no gabinete dele. Ele nos encarou com um olhar de leão e falou para os oficiais reunidos:

– Estive pensando e acho que chegou a hora de decidir; vamos entrar agora na revolução!

Os oficiais do QG da 3ª DI, favoráveis à Revolução, acharam que a opção fora do próprio General, que ele realmente estava aguardando para decidir na hora oportuna e que só aderira ao Movimento porque achara o momento adequado. Não ficaram sabendo que nós o empurráramos. Na verdade ele ainda queria continuar na encolha.

Quando cheguei em Santa Maria, conforme o relato do Coronel Milton, o General Poppe de Figueiredo já havia se posicionado. Minha missão seria participar dos estudos sobre o deslocamento e cerco de Porto Alegre e da chegada do General para

assumir o comando do III Exército. Mas naquela altura dos acontecimentos o General Ladário já havia ido embora e o caminho estava aberto; o General Poppe só teria que ocupar o cargo vago, mais nada. Mesmo assim, manteve o convite para eu integrar a sua comitiva quando ele fosse para o III Exército. Eu recusei:

– General, o senhor vai me desculpar mas não tenho mais nada para fazer aqui, nem lá. O senhor tem o seu Estado-Maior, tem os oficiais do III Exército e eu não vou fazer falta. Na 2ª DC acho que posso contribuir mais e melhor com a nossa causa. O senhor me dispensa e volto para Uruguaiana.

O General atendeu o meu pedido.

Naquela viagem a várias guarnições, minha missão era verificar se teríamos condições de executar o nosso planejamento. Por exemplo: não podíamos tirar um esquadrão do 8º RC de Uruguaiana enquanto o Tenente-Coronel Monte não se definisse pelo nosso lado. Também não haveria como tirar do Alegrete um esquadrão e mandá-lo para Manoel Viana, a não ser que a situação estivesse resolvida naquela guarnição. Quem decidiria isso e daria as ordens? Teria que ser eu mesmo. Havia ainda o problema de Quaraí. Se o 5º RC não tivesse conseguido deslocar-se para Harmonia, ficaríamos sem nenhuma reserva na mão. Tudo isso dependia de alternativas adotadas após confirmar a situação, ou em decorrência da evolução dos acontecimentos. Foi o caso do Alegrete. Depois de resolvidos os problemas foi que se pôde adotar decisões adequadas.

Para o Tenente-Coronel Monte foi desgastante passar para o nosso lado. Ele havia prometido total apoio aos esquerdistas e depois não conseguiu sustentar o compromisso. Até pelo contrário, acabou se manifestando a favor da Revolução. O pessoal achou que ele havia traído a causa. O comandante do 12º BE ficou muito preocupado e se considerava em perigo. Achava que poderia ser executado pelos inimigos. Acabou tendo um princípio de infarto e ficou uma temporada doente em casa. Pouco tempo depois foi exonerado do comando por motivos de saúde. Assim, foi afastado do comando da guarnição de Alegrete um elemento de tendência política duvidosa.

Quando voltei para Uruguaiana levei preso comigo o Capitão Quincas. Viajamos de jipe, eu sempre com a minha pistola 45 na cintura. À certa altura do percurso ele me provocou:

– Major, eu sei o que é ficar muito tempo com a pistola no coldre, acaba nos causando uma dor terrível nos rins. O senhor pode guardar sua arma, não se preocupe comigo.

Eu lhe respondi:

– Sei que posso tirar a arma, mas também sei que você pode ser comunista, pode ser um fanático e pode ser bandido.

Fui até meio grosseiro com ele mas continuei minha argumentação:

– Sei que louco você não é. A arma vai ficar na cintura. Paguei por ela e é minha obrigação zelar pelo meu equipamento.

E assim viajamos até Uruguaiana.

Trouxe alguns documentos para esta entrevista, inclusive o relatório do IPM que fiz em Uruguaiana. Hoje, lamento não ter tirado cópia de todo ele. Na introdução do inquérito, me lembro, apresentei a situação no município. Havia um Comitê Municipal do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, conforme se pode comprovar através dos planos e relatórios obtidos durante as investigações, era muito bem organizado. Embora tivesse sido dissolvido por força de dispositivo legal, continuava a atuar no campo das idéias, na política partidária e, principalmente, na mobilização das massas de operários e agricultores, visando orientá-las para a guerra revolucionária. No campo da política partidária são apresentados vários documentos sobre a importância da eleição de outubro imediatamente anterior aos eventos de março, junto com um balanço eleitoral, o trabalho constante e organizado de aliciamento, a campanha de obtenção de fundos e a infiltração nos sindicatos e nas organizações camponesas.

O documento elaborado pelo Partido Comunista em Uruguaiana dizia: "Continua em ascensão o movimento das massas camponesas e cada vez mais se fortalece a unidade e a organização da classe operária sob a nossa liderança. Atestam isso as eleições nas direções sindicais e a unidade sindical no município."

Foram mais de vinte depoimentos confirmando essas afirmativas. Consta de um deles: "Continuadamente se fizeram sentir em Uruguaiana manifestações claras da atuação ilegal do partidão, tais como: pichamento de muros e do asfalto das ruas com frases tipicamente subversivas ou simplesmente de exaltação ao Partido; grande queima de foguetes no aniversário de Luís Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro; hasteamento – na calada da noite – de bandeiras vermelhas nas principais praças públicas da cidade; volantes e panfletos do PCB com propaganda de apoio ao monopólio do petróleo, a Propaz, e à guerra ao capital estrangeiro; apoio ainda aos governos de Cuba, Rússia e China."

Acrescentei ao relatório mais duas ou três páginas contando como era o partido em Uruguaiana e também fiz constar o que encontrei a respeito dos indiciados e a conclusão sobre cada um. O nosso pessoal não sabe fazer inquérito pois imagina que o documento servirá apenas para o comandante punir, ou não, à luz do Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). IPM é diferente. Você só pode considerar criminoso alguém que infringiu uma lei existente. Há que se verificar o que diz a lei e ver onde enquadrar o indiciado. Foi assim que fiz. Todos aqueles enquadrados por mim como criminosos, foram condenados pela justiça. Todos, sem exceção.

Em conseqüência e para evitar inquéritos malfeitos, fui nomeado coordenador de todos os IPM na região da 2ª DC. Por causa disso viajei muito e para vários lugares orientando o pessoal sobre como fazer inquéritos corretamente. Um erro comum era colocar a seguinte afirmação: "Com relação ao seu Fulano de Tal, subversivo e corrupto, nada foi provado." Terminada a fase crítica da revolução, ele ia à justiça e pedia uma cópia autêntica desta afirmativa e a usava como atestado de boa conduta. Argumentava: "No tempo em que os militares estavam com a faca e o queijo na mão, não encontraram nada contra mim." Para evitar esses "atestados gratuitos" eu orientava o pessoal para colocar um texto assim: "Com relação ao senhor Fulano de Tal, nada foi possível provar. Entretanto, este encarregado do inquérito, em face das evidências disso e daquilo, está convicto de que ele é um subversivo, é isso, é aquilo." Aí o indiciado já não teria mais como pedir atestado de boa conduta.

Recentemente, dia 20 de abril de 1999, apareceu lá em casa o advogado Roberto Ferreira, pedindo para eu fazer uma declaração informando que o Isabelino Bulgaim Abade, o Prefeito de Uruguaiana de então, estivera preso durante a Revolução. Ele movia um processo para receber uma indenização. Esta coisa de premiar quem esteve preso. Cometeu um crime, foi preso, então tem direito a uma recompensa. Resolvi atendê-lo. Escrevi rapidamente o seguinte:

"A pedido do bacharel Roberto Ferreira, procurador do senhor Isabelino Bulgaim Abade, declaro que na oportunidade em que ocorreram as ações em apoio à Revolução de 1964, no município de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, baseando-se em orientação do presidente da Comissão-Geral de Investigação, transmitidas aos Comandantes de Área pelo radiograma número tal e tal de 10 de junho de 1964, o comandante da guarnição militar determinou a prisão do senhor Isabelino Bulgaim Abade, para averiguações.

"O encarregado do Inquérito Policial-Militar, então instaurado, concluiu estar o cidadão supracitado, incurso nos artigos segundo, artigo quinto etc. da Lei 1802, de 1953. Naquela ocasião, Isabelino Bulgaim Abade esteve preso no quartel do 8º RC, de 2 de abril a 23 de maio de 1964, e de 22 de julho a 10 de setembro de 1964."

Parte do tempo em que o ex-Prefeito de Uruguaiana esteve preso aqui em Porto Alegre, ele permaneceu recolhido no prédio do Serviço Social do Menor, Sesme (hoje Febem), junto ao Asilo Padre Cacique, cujas dependências serviram de cárcere para os presos de todos os municípios do interior que foram mandados para cá. Eu, inclusive, tive que me deslocar até aqui para ouvi-los.

Finalizei a declaração atestando que: "Durante o tempo em que permaneceu preso, o senhor Isabelino Bulgaim Abade recebeu sempre um tratamento res-

peitoso e cordial." Tínhamos que nos precaver para que os prisioneiros depois não viessem a afirmar que haviam sido torturados.

Assinei o documento e o entreguei para o advogado, ficando com uma cópia. É importante que tenhamos muito cuidado para não acabar fornecendo um atestado de boa conduta para um assaltante e, indiretamente, reconhecer que fomos arbitrários e que, sem motivo para tal, efetuamos prisões. Devemos ser claros: mantivemos preso de tal a tal data, de tanto a tanto e ele (o indiciado) foi preso como suspeito porque houve ordem através do rádio tal e porque foi comprovado que era subversivo etc. etc.

Consolidada a Revolução, permaneci em Uruguaiana e, em virtude de transferência de oficiais, acabei assumindo a chefia do Estado-Maior da 2ª DC. Apesar de ser estagiário, eu era mais antigo do que os outros oficiais e o General Afonso de Albuquerque Lima, designado Comandante da 2ª DC, me manteve como Chefe do Estado-Maior. Solicitou a minha nomeação ao General Costa e Silva e ele respondeu que não poderia atendê-lo porque a função era de coronel. Eu era muito moderno, fora promovido em dezembro de 1964 a Tenente-Coronel. Mas o Ministro assumiu o compromisso de que, enquanto o General Albuquerque Lima comandasse a DC, não classificaria ali nenhum oficial mais antigo do que eu e permaneci como Chefe do Estado-Maior.

Depois o General Albuquerque Lima foi embora e assumiu o comando da 2ª DC o General Gastão Guimarães de Almeida. Ele mandou reestudar o problema e foi encontrada legislação que previa que em circunstâncias especiais era possível nomear oficial de posto inferior a coronel para a chefia do EM. Então tornou a pedir a minha nomeação e o ministro ratificou a resposta anterior. Continuei na mesma função. Transferido o General Gastão, assumiu o General Tasso Villar de Aquino e, mais uma vez, permaneci na chefia do Estado-Maior. Como resultado desta longa experiência passei a conhecer toda a 2ª DC e tinha tudo sob controle. Levava todos os problemas para o General já com as possíveis soluções alinhavadas. Em pouco tempo o General conhecia muito bem a sua área de comando.

Um dia a situação mudou. O General Justino Alves Bastos veio comandar o III Exército e começou a sonhar com o Governo do Estado; queria ser eleito pelo voto indireto. Vou abrir um parêntese para relatar um fato curioso. O General Amaury Kruel também sonhava ser o governador de São Paulo. Os dois foram convidados pelo Assis Chateaubriand para participar de um grande churrasco na Fazenda Jabá, aqui no Rio Grande do Sul. E o Kruel, muito esperto, pediu para o Justino – que era metido a orador, e falava bem – fazer um discurso. Em sua fala, o General Justino manifestou claramente as suas intenções políticas. Durante a exposição de gado, o Chateaubriand,

homem inteligente e muito gozador, batizou um tourinho de alta linhagem com o nome de Kruelino: Kruel mais Justino. Poucos dias depois, o Marechal Castello Branco destituiu o General Justino do Comando do III Exército.

Retornando ao assunto. Na sua fase de pré-candidato o General Justino procurava estar sempre bem situado junto às diversas correntes políticas. Um belo dia, o presidente do Diretório Regional do PTB no Rio Grande do Sul, Siegfrid Heuser, um político considerado muito correto, apareceu lá no QG em Uruguaiana. O Prefeito Isabelino Bulgaim Abade, do PTB, estava na sua segunda prisão. Recebi o Siegfrid, levei-o para cumprimentar o General, e depois voltamos ao meu gabinete para conversar. Em tom de apelo, disse-me o que queria:

– É um absurdo o prefeito estar novamente preso. Manter na prisão um homem eleito pelo povo logo agora que o País – de acordo com a orientação do Presidente da República – está voltando à normalidade democrática, é uma barbaridade. Nos demais municípios tudo está regularizado. O único que permanece nesta situação esdrúxula é Uruguaiana. O Prefeito Isabelino deve ser solto imediatamente, providência que conta com a aprovação do General Justino que nos estimula e nos dá todo o apoio para que a conjuntura política no Estado volte à normalidade.

Respondi a ele que o General Justino poderia apoiá-lo, mas que o Isabelino continuaria no xadrez até o término do inquérito em andamento e da avaliação pela justiça das razões pelas quais ele fora preso. E continuei:

– E quando ele for solto, não assumirá a Prefeitura! Se o senhor quiser que ele assuma, primeiro consiga com o Ministro da Guerra o meu afastamento de Uruguaiana porque enquanto eu estiver aqui, ele não assume. E tem mais, acredito que o general comandante da 2ª DC também terá que ser removido. Penso que ele também não aceitará o Isabelino novamente na Prefeitura.

O Sigfried Heuser viu que não conseguiria nada comigo e pediu:

– O senhor me permite conversar com o Isabelino? Prometo – ele falou bem assim, prometo – que não farei nenhum pronunciamento público sobre o fato. É apenas uma visita de cordialidade e apoio a um companheiro nosso que está em situação difícil.

Autorizei o encontro e disse-lhe que permitiríamos a entrada de todos aqueles que desejassem o mesmo. O safado foi lá, conversou com o Isabelino, e depois saiu fazendo declarações. Aqui em Porto Alegre ele falou:

– Aquele Coronel da 2ª DC é um fanático. Ele e aqueles oficiais de Uruguaiana são todos radicais.

Terminado o relato dos problemas com os políticos e com o prefeito, apenas mais algumas informações sobre os inquéritos pós-Revolução. Eu tinha que me pre-

parar para tomar os depoimentos daqueles que estavam presos aqui em Porto Alegre. Comecei a procurar informações sobre os suspeitos no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), que possuía um arquivo muito bom e que depois do período revolucionário foi destruído pelos esquerdistas. Nada de microfilmes ou cópias xerox, eram os documentos originais. Eu ia lá, solicitava a documentação, e anotava tudo o que havia sobre a vida pregressa de cada um dos que seriam inquiridos. Uma vez o velhinho que atendia o arquivo, olhou para mim e perguntou:

– O major é parente do seu Antão Chagas? – Achei o senhor parecido com ele.

Confirmei que sim, que era o meu pai.

– Então o jovem é filho do seu Antão? – Ele é um homem sensacional, maravilhoso. – Um momentinho.

Abriu a porta, mandou-me entrar – ninguém podia entrar – e me ensinou o manuseio do arquivo. Havia um esquema burocrático muito rigoroso para as consultas. Passei a trabalhar ali dentro e com isso ganhava tempo.

Quando estava em Porto Alegre por causa de inquérito, ia de manhã para o DOPS e ficava lá o dia inteiro pesquisando. À noite, dormia duas horas antes de ir ouvir o pessoal. Meu sistema de trabalho era o seguinte: no arquivo eu recolhia todas as informações sobre a pessoa a ser ouvida naquela noite. Com base nos documentos consultados, redigia todas as perguntas que me interessavam e depois embaralhava os papéis. Por exemplo, para saber se o preso tinha participado de uma reunião preparatória do partidão que houvera em Sarandi – município do Planalto gaúcho – eu indagava:

– O senhor gosta de viajar? – Tem viajado muito? – Conhece Rio Grande? – Conhece o Planalto? – Acha bom o clima de tal lugar?

Fazia vários questionamentos até chegar ao principal: se ele fora àquele lugar, naquela data, e comparecera a tal reunião. Depois tornava a embaralhar os papéis, novas perguntas, e o depoente acabava caindo em contradição, pois já havia esquecido o que me dissera anteriormente. Não conseguia guardar tudo na cabeça. Era como eu pressionava o suspeito que terminava contando seu envolvimento na subversão. O processo era bom, mas me dava um trabalhão desgraçado. A vantagem era que se o inquirido não fosse comunista de carteirinha, industriado, preparado, caia como um patinho. Se o sujeito era comuna, eu ficava sabendo pelo seu comportamento. Na hora que eu apresentava a indagação básica ele usava uma artimanha:

– Estou que não me agüento mais. O senhor vê, sou um velho, estamos aqui há uma hora, preciso urinar.

Eu tinha que deixá-lo sair. No banheiro, ele pensava, raciocinava, revia suas declarações e voltava bem preparado para a resposta. Um deles, quando fiz a pergunta que iria derrubá-lo, fez-se de emocionado:

– Pois é, neste nosso trabalho, sempre preocupado com os humildes, acabamos nos desgastando emocionalmente. Anteontem entrou um homem lá em casa para me dizer que eu podia contar com ele para tudo. Inclusive, se fosse preciso, ele morreria para me defender. Isto nos emociona.

Aí começou a chorar. Ficou meia hora chorando, se reestruturando, enquanto pensava e raciocinava. Eles usavam esse tipo de malandragem no momento em que eu fazia a pergunta que os derrubaria. Houve um caso muito interessante com um tal de Sheikel, advogado, comunista ativista e muito inteligente – dizem que agora não é mais comunista porque se casou com mulher rica. Na hora em que eu reduzia a termo o seu depoimento, ele me perguntou:

– Major, o senhor tem tempo? – Posso divagar um pouco?

Concordei e ele começou a dissertar, construindo as frases mais bonitas que até então eu ouvira. Falou sobre o sentido da vida do homem, o que ele faz na terra, mais isso, mais aquilo. O seu belo palavreado não adiantou muito, pois eu havia anotado no DOPS toda a vida pregressa dele. Consegui enrolá-lo e ele acabou sendo denunciado.

O secretário do Partido Comunista em Uruguaiana – o chefe era chamado de secretário – era o Ulisses Câmara Villar. Na Revolução, ele se mandou para o Uruguai e lá ficou exilado. Um dia mandou um emissário conversar comigo e perguntar se poderia vir ao Brasil para assistir ao casamento da filha.

Eu disse que sim, poderia vir, assistiria ao casamento escoltado e depois ficaria preso por igual período que os demais. Eu sabia que o teria que soltar mas achava que não era justo. Todos os seus companheiros haviam sido presos e por que ele, o chefe, ficaria livre da prisão?

O Ulisses Villar não aceitou as minhas condições. Decorrido algum tempo cansou do exílio, viu que o Brasil estava bem diferente do que imaginava e acabou se apresentando. Coloquei-o no xadrez e o inquiri; era um homem sincero. Estou entregando uma cópia do termo de perguntas que fiz a ele.

Com isso, termino o meu relato sobre a Revolução de Março de 1964. Ao invés de entrar na parte doutrinária do Movimento, preferi descrever os fatos dos quais participei naqueles dias tumultuados e de difíceis decisões na área do III Exército, particularmente na 2ª Divisão de Cavalaria.

Agradeço ao General Floriano Aguilar Chagas pela sua interessante entrevista. A tese defendida por muitos estudiosos de que a Revolução foi resultado de uma ação feita, preponderantemente, pela oficialidade jovem, ficou muito clara no seu depoimento. Destaque-se a sua coragem nos enfrentamentos dos quais participou nos primeiros dias da Revolução. Muito obrigado pelo seu precioso depoimento.

General-de-Divisão Raymundo Maximiano Negrão Torres

O General Negrão é natural de Belém do Pará, onde nasceu em fevereiro de 1925.

Ingressou no Exército em maio de 1942 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia pela Escola Militar de Resende em 11 de agosto de 1945, sendo classificado no 3º RAM (3º Regimento de Artilharia Montada) em Curitiba-PR.

A partir de então o Paraná foi seu Estado adotivo, pois quase toda a sua vida girou em torno da terra das araucárias. Esteve fora por dois anos como tenente no 2º RO 105 (2º Regimento de Obuses 105 mm) de Itu-SP, no QG/8ª RM (Quartel-General da 8ª Região Militar) em Belém, já como oficial superior. Realizou seus cursos na Guarnição do Rio de Janeiro-RJ onde fez o de Artilharia Antiaérea em 1949, a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) em 1954, a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) no triênio 1959/1961 – quando ocorreu o episódio da Legalidade – e, posteriormente a ESG (Escola Superior de Guerra) já em 1981. Enquanto integrava o seleto corpo de Instrutores da ECEME cursou a coirmã do Exército norte-americano em Fort Leavenworth–KS em 1965/1966. Na Capital Federal serviu no EME entre 1977/1978, e depois de promovido a oficial General.

No Paraná, além da Unidade que o acolheu como Aspirante-a-Oficial e Capitão, serviu no 3º G Can Au AAé (3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos), onde foi promovido a capitão em dezembro de 1950.

Retornando de Belém, foi classificado no início de 1958 no I/5º RO 105 (1º Grupo do 5º Regimento de Obuses 105 mm), na cidade de Lapa-PR, Unidade que veio a comandar em 1970.

Realizou o estágio de Estado-Maior no QG/5ª RM, onde vivenciou a preparação e os primórdios da Revolução de 1964, e ali serviu novamente após a conclusão do curso da ECEME do Exército dos EUA, sendo movimentado após sua promoção a coronel, por merecimento, em dezembro de 1969. Integrou o Estado-Maior do Comando

da AD/5 (Artilharia Divisionária da 5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria) no 2º semestre de 1964 e após entregar o comando, de 1972 a 1977; ali foi promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel e, em 1975/1977, presidiu a Subcomissão Geral de Investigação–PR, vinculada ao Ministério da Justiça.

Promovido a General-de-Brigada em março de 1978, comandou a AD/6 em Porto Alegre-RS, a AD/5 em Curitiba e exerceu o cargo de Subchefe do Exército no EMFA (Estado-Maior das Forças Armadas) em Brasília-DF. General-de-Divisão em março de 1983, foi nomeado Subchefe do EME e, posteriormente, Vice-Chefe do DGS (Departamento Geral dos Serviços). Comandou a 3ª RM em Porto Alegre de 1985 até 1987, quando solicitou sua transferência para a reserva.

Radicado em Curitiba, tem desenvolvido intensa atividade literária, iniciada em 1956 no jornal *A Província do Pará*. No seu acervo literário destacam-se: "Meninos, eu também vi", "Por que morreram os americanos no Vietname?", "Para Collor ler na cama", "De Fernando a Fernando", "As Epístolas de um general de pijama", "Nos porões da ditadura", "Paraná – Encruzilhada de Caminhos" e "1964 – Uma Revolução Perdida".

É colaborador da *Gazeta do Povo*, como antes fora da *Folha de Imprensa*, também é conferencista convidado de entidades culturais e clubes de serviço (ADESG/PR, ADISEC, Rotary, PUC/PR).

É o 2º Vice-Presidente do Centro de Letras do Paraná, Diretor Cultural do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar. Ocupa a cadeira nº 15 da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e a cadeira nº 10 da Academia Paranaense de Letras.

Mercê de sua brilhante carreira militar e literária tem sido honrado com inúmeras condecorações outorgadas por nossas Forças Armadas e por entidades e órgãos civis.

Entrevista realizada em 22 de agosto de 2000.

Uma das motivações que nos levaram a Curitiba foi ouvir o General Negrão porque a leitura de seus livros mostra que ele realmente é um analista bastante criterioso, com um ponto de vista muito objetivo sobre a Revolução. Não poderíamos encerrar nossos trabalhos sem ouvi-lo. O General Negrão considera que a explanação consta dos livros que ele publicou ao longo desses anos, desde que foi para a reserva. Assim limitar-se-á aos comentários específicos.

Agradeço a gentileza. Com certeza a minha participação *a posteriori* foi maior; depois de transferido para a reserva, resolvi colocar no papel as minhas opiniões, por intermédio de diversos livros, pois desde o começo fiquei preocupado com a campanha de distorções, as afirmações tendenciosas e mesmo ofensivas às Forças Armadas, que se faziam quando da apreciação dos eventos do chamado "regime militar". O meu envolvimento real nos acontecimentos foi modestíssimo, pois ainda era Major. A partir de então, procurei situar-me e colher informações sobre aquele período que é muito importante na história recente do Brasil. Infelizmente, ele vem sendo contado, de maneira leviana, pela esquerda. É talvez o único caso em que os derrotados estão fazendo a memória e isso, infelizmente, é culpa nossa, pois acreditando que a anistia era para valer, ficamos em silêncio e na defensiva; o Coronel Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra) com "Rompendo o silêncio", depois, em 1998, "A grande barreira" do Coronel Maya Pedrosa (José Fernando de Maya Pedrosa) e, finalmente, o General Del Nero (Agnaldo Del Nero Augusto) mostraram a outra face da moeda. É louvável, portanto, essa iniciativa do nosso Comandante do Exército de complementar a memória escrita utilizando essa prática recente da "história oral". O que tem sido feito pela esquerda não passa de uma forma de reinventar a história, ao sabor das conveniências ideológicas, o que é próprio da área acadêmica, cujos integrantes estão, em grande parte, contra nós. Orientarei o que tenho a dizer através das perguntas que me foram apresentadas.

Causas da Revolução

Tenho a dizer que, essencialmente, a Revolução de 1964 deveu-se a duas causas: uma reação ao processo acelerado de comunização do País, que estava em marcha e, principalmente, à tentativa de quebrar a hierarquia e a disciplina – espinha dorsal das Forças Armadas. Aqueles que, como eu, apegavam-se à posição legalista, que é a postura normal do Exército, dobraram-se à realidade desses fatos. Essas foram, no meu modo de ver, as causas próximas, porque as remotas vêm desde o tenentismo e episódios subseqüentes.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento deu-se de forma espontânea?

Com relação à preparação, se houve coordenação ou não, ignoro; no Paraná, o desencadeamento foi praticamente espontâneo. Alguns elementos já tinham

uma posição definida, estes se articulavam e conversavam, mas a maioria acabou sendo levada pelos fatos. Aqui tivemos um grande "joão batista", o General Dario (Dario Coelho) pois foi quem começou a apontar os caminhos, as veredas. Inicialmente, ele era o Comandante da ID/5 (Infantaria Divisionária da 5ª RM/5ª DI – Ponta Grossa), depois foi para a AD/5 (Artilharia Divisionária da 5ª RM/5ª DI) e, no seu trabalho de comando durante o 2º semestre do ano de 1963, em todas as suas visitas, alertava os oficiais:

– Estamos nos encaminhando para uma situação séria, na qual teremos que tomar decisões importantes sobre o destino do País. Temos que nos preparar.

Sempre fazia a sua pregação, e isso deve ter vazado para os altos escalões do governo. Tanto que o General Jair (Jair Dantas Ribeiro), Ministro da Guerra, quando nos visitou, fez uma "contrabateria", reuniu separadamente os oficiais e os sargentos para aquelas conversas populistas. Essa preparação, se houve aqui, foi a negociação de alguns elementos mais politizados e com ligações fora da área.

Por exemplo: eu era Oficial do Estado-Maior[1] da Região e não tomei conhecimento daquela diretriz do General Castello, Chefe do Estado-Maior do Exército, que é considerada uma definição de rumos para o Exército, embora em desacordo com a orientação do Ministro. Quanto a grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis ou contribuíram para a preparação, na área militar, diria que o principal foi o General Dario e, na área civil, o então prefeito de Curitiba, Ivo Arzua.

Uma circunstância muito especial era a presença do Comandante da 5ª RM/5ª DI (5ª Região Militar/5ª Divisão de Infantaria), General Silvino (Silvino Castor da Nóbrega). Quando ele assumiu o comando, declarou-se um nacionalista verde-amarelo. Mais ou menos na mesma época, assumiu o comando da ID o General Chrysantho (Chrysantho de Miranda Figueiredo) um esquerdista notório e que, durante o tempo em que esteve no comando, fez proselitismo esquerdista. Isso, assinalado por todos nós do Estado-Maior Regional, comunicamos ao General Silvino; ele aceitou o fato como normal. É claro que havia elementos ligados aos chamados grupos nacionalistas que a verve da Caserna chamava de melancias (verde por fora e vermelho por dentro). Mas eu não diria que tenha havido uma preparação, a não ser essa ação do General Dario, de um lado, e do General Chrysantho do outro.

---

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (*staff*) de um comando (Unidade, Grande Unidade etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

Resistências para a implantação da Revolução

Não tenho conhecimento de resistência para o desencadeamento do Movimento, no interior do Estado. Aqui na capital, provavelmente, teria havido. Entretanto, em função do trabalho junto aos sargentos, vivemos uma situação peculiar. Antes do General Silvino, comandara a Região o General Justino (Justino Alves Bastos) que, embora depois lá no Nordeste tenha mudado de atitude, aqui era muito complacente com a ação desses elementos que aliciavam os sargentos. O resultado foi uma situação esdrúxula na Guarnição. O Coronel Comandante do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) ocupava a presidência do Diretório Municipal do PTB, e indicou um subtenente da sua Unidade para candidato a vereador, dentro daquela campanha pela elegibilidade, um dos motivos da tentativa de aliciamento dos graduados.

Cheguei a insistir com o General Justino para que acabasse com aquela situação esquisita, mas ele não quis engajar-se e acabei perdendo uma excelente ocasião para ficar calado. Conversando com um dos sargentos, já nos primeiros dias de abril, ele me disse que só não reagiram ao "golpe" porque não tiveram quem os liderasse. Esperavam que fosse o Coronel Barcellos (Alcides do Amaral Barcellos), mas ele acatou a prisão domiciliar e não houve reação. Os focos aqui eram o CPOR e a Subsistência, onde os sargentos estavam organizados; havia até uma célula, com gente vinda da EsSA.

Quando servi em Curitiba, havia um coronel engenheiro, talvez em 1964 já tivesse sido transferido para a reserva; ele participava dessas reuniões que aconteciam no Parque...

Parque Regional de Armamento.

No contato que mantinha com os oficiais do QG, o único de que me lembro, conhecido como elemento ligado ao esquema do Jango era o Coronel Cairoli (Carlos Molinari Cairoli).

Nessa época não estava mais aqui...

Soube que ele foi nomeado Chefe de Polícia em Brasília; em seguida entrou em conflito com a administração e saiu. Nunca mais ouvi falar dele.

A Região expediu um documento muito importante na ocasião. Foi uma providência muito sábia, muito interessante do ponto de vista de memória histórica. Um mês após a Revolução, em 4 de maio de 1964, o General Dario organizou e publicou um relatório reservado da 5ª RM/5ª DI, concernente ao Movimento militar de 31 de Março. Tempos depois, encontrei esse documento perdido lá no arquivo entre outros ostensivos e – devo confessar esse deslize – apropriei-me dele, porque sabia ser importante para a história. Está comigo e lhes darei uma cópia (Anexo I).

Trata de dois oficiais de engenharia do quartel-general que, no momento da definição, se declararam contra o Movimento; foram presos e depois sofreram as sanções. Eram companheiros dignos, embora com opinião política contrária e...

Como foi o desencadeamento em sua cidade ou Estado?

Aqui, o desencadeamento teve uma peculiaridade muito interessante e que foi decisiva. O Comandante da Região, General Silvino, que se colocaria fatalmente contra o Movimento e o General Chrysantho, Comandante da ID, que rezava pela mesma cartilha, estavam em férias quando houve o levante em Minas. Tentaram voltar e não conseguiram. Deixarei esse episódio para o Coronel Wolf (Luiz Barbosa Wolf) explanar, porque ele o acompanhou e conhece os detalhes. Foi um momento crucial. Se os referidos generais tivessem tido oportunidade de descer no aeroporto, a história teria sido diferente, talvez até com situações lamentáveis e mortes.

Quando cursei a EsAO em 1963, o então Coronel Chrysantho era Comandante de uma Unidade da Vila Militar e patrocinava periodicamente uma reunião de capitães. Um emissário dele veio convidar-me para uma dessas reuniões, onde o Comandante queria dar um esclarecimento sobre a situação nacional.

Com relação ao convencimento e adesão do pessoal à derrubada do presidente eleito constitucionalmente, vivemos todos uma espécie de contradição. Quanto mais havia ação da esquerda tentando aliciar sargentos e impor certas medidas, mais isso contribuía para convencer os indecisos ou os legalistas de que era necessário dar um basta, porque senão chegaríamos a uma situação insustentável. Lembrávamo-nos da Legalidade, 1961, quando o Brizola conseguiu parar o movimento e fazer prevalecer a tese dele contra a dos ministros militares. O Exército ficou dividido e só não houve choque porque encontraram a solução parlamentarista. Mas foi uma situação curiosa e crítica.

Como a Revolução foi recebida pela população local, em seus primeiros tempos?

Naquela época vivíamos uma crise econômica muito séria. No Rio de Janeiro, viam-se filas e mais filas: do feijão, do leite, da carne e por aí vai. Uma desorganização completa da economia, e o próprio governo tinha levado a população a uma situação de angústia tão grande que sensibilizou o Exército e as demais Forças singulares. As marchas das mulheres com seus terços – hoje elas são ridicularizadas – foi uma amostra do clamor da opinião pública.

Mas a população civil sentia-se esperançosa de que as coisas realmente pudessem mudar. Um detalhe interessante: o General Castello logo depois de tomar posse esteve aqui e foi bem recebido; poder-se-ia dizer que seria ainda conseqüente

da euforia da vitória. No entanto, posteriormente, o Presidente Costa e Silva estabeleceu o sistema de governo itinerante e uma das primeiras capitais de onde ele governou foi Curitiba, convencido pelo então Governador do Paraná. Isso já depois do AI-5. E o povo foi para a rua recebê-lo. E de uma maneira tão simpática que, quando eles chegaram naquela avenida que desemboca no Palácio do Governo, o Governador propôs que fossem a pé; os dois desceram e foram até o Palácio aplaudidos pela população. Então esse era o ambiente, e nós já estávamos em 1969.

Cinco anos já.

Relembro esse episódio, inclusive, porque há dias, o então governador, em uma entrevista na televisão, gabou-se de ter conseguido, com o seu prestígio, que o povo aplaudisse o ditador do AI-5; ele já apresentou a versão dessa forma, marotamente. Mas houve essa sensação de alívio e de euforia, um sentimento anticomunista e contra a anarquia que antes existia. Realmente havia esperança, pois se derrotara aquela situação, com muito pouco sangue a lamentar, uma quase unanimidade nacional.

Outra peculiaridade do Paraná: naquela fase aguda da ação esquerdista, todos os movimentos subversivos originaram-se no exterior. Isto porque, aqui, na realidade, os descontentes, mesmo no início da contestação, eram os sindicatos – principalmente dos bancários, intensamente trabalhados pelo Partido Comunista – e a área estudantil, pois o jovem está sempre contra alguma coisa. Ele é contra qualquer governo e, se em casa não pode manifestar-se, vai protestar na rua. A área estudantil foi responsável pelas pequenas arruaças contra a polícia, usando estilingue e bola de gude para molestar a cavalaria. Agora, quando se tratou realmente de reação mais séria, os subversivos vieram de fora, tanto que o "MR-8, o primeiro, de Niterói", foi desarticulado aqui – depois do seqüestro do embaixador americano, a DI/GB resolveu adotar esse nome como uma forma de desmoralizar o Cenimar[2] que havia anunciado o desbaratamento completo do MR-8.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Troquei essa pergunta por outra: quem esperava? A área militar, por exemplo, era muito influenciada por duas aspirações: o combate à subversão e à corrupção e o restabelecimento da disciplina nos quartéis, que fora muito afetada. Aqui não tivemos nenhum fato grave, mas houve levante dos sargentos em Brasília e os marinheiros se sublevaram no Rio. Além disso, o anseio realmente é que se fizessem as tais reformas de base, mas não demagógicas ou insinceras, como eram as

[2] Centro de Informações da Marinha.

propostas do Governo Goulart. As pessoas esperavam também uma modernização do País, que finalmente fosse retomado um desenvolvimentismo semelhante ao ocorrido na época do Juscelino, muito embora aquele tenha sido meio sem base, sem sustentação, com uma moeda fraca e muita inflação. Esses eram os anseios.

Como a atuação dos políticos e do terrorismo influenciou a escalada revolucionária e a edição dos atos institucionais?

Respondo a esta pergunta com uma expressão que foi muito usada. Desde o começo, nos encaminhávamos para vivenciar em 1964 mais uma revolução perdida. Já acontecera em 1930, em 1945 com a queda do Getúlio, depois em 1954, e finalmente em 1961. E por quê? Porque o denominador comum era o anticomunismo; quando se passava para a política, por trás de cada liderança civil que apoiava o Movimento havia um candidato a presidente. O Adhemar já tinha sido lançado candidato; o Lacerda o foi em seguida; o Magalhães Pinto era também; o Juscelino queria voltar. E aí houve o que eu chamo de "o pecado original" do Movimento de 1964 que pode – não é questão de apontar culpa – ser constatado através de um fato histórico. O General Castello escrevera uma carta a seu filho, dizendo que sabia estar herdando uma massa falida pesadíssima, que seria um trabalho hercúleo recuperar o País daqueles anos de desgoverno e de desatinos. Não entendo como é que, depois dessa constatação, tenha concordado em apenas complementar o mandato do Jango. Isso para mim foi um erro crucial, foi o começo do fim.

Mas não teria sido pressão dos políticos ávidos de poder?

Exatamente isso é que não dá para entender, pois tínhamos uma Revolução vitoriosa. E aí, na hora de escolher o vice, o Castello foi conversar com o Juscelino para, em troca não sei de que, aceitar o Alkmin, uma figura que vista sob o prisma da corrupção não podia ser aceito, sob qualquer hipótese. Ali começaram os avanços e recuos que o Luiz Viana Filho – Chefe da Casa Civil do Castello – chamou de "a estratégia da beira do abismo", essa é a expressão que ele usa no seu livro sobre o Governo Castello Branco. Isso aconteceu porque ao aceitar o novo Presidente – e muitos políticos não o conheciam – eles não estavam aceitando as suas idéias. Todo mundo sabia que se tratava de um homem legalista, que governaria tentando fazer as reformas sem a quebra do sistema jurídico de então. E ele as encaminhou, aliás, de uma maneira inteligente, eu diria até excepcional. Houve um momento em que o Governo tinha o apoio de 240 deputados na Câmara, naquela época uma maioria expressiva. Eram a UDN, o PSD do Juscelino, o PL e, praticamente, só o PTB na oposição. Com isso ele conseguiu vitórias extraordiná-

rias. Um exemplo foi a regulamentação sobre o direito de greve que, no tempo do Getúlio, da Constituição do Estado Novo – "a polaca" – fora proibida porque se considerava a greve um ato anti-social. Já a Constituição de 1946 dizia que a greve era um direito do trabalhador, nos termos da lei. Só que essa lei não tinha sido regulamentada até 1964. Todos os governos populistas e trabalhistas falaram, falaram, mas de efetivo, não fizeram nada. O Presidente Castello assumiu em 15 de abril, e já no dia 1º de junho ele conseguiu sancionar uma lei que o Congresso votara, regulamentando o direito de greve. E uma coisa espantosa: o relator, grande artífice e grande batalhador para a aprovação dessa lei no Congresso foi o Deputado Ulisses Guimarães, do PSD. Mas aí as coisas começaram a involuir, complicar. Descobriu-se, por exemplo, que não seria possível fazer tudo que era preciso durante aquele mandato. Passou-se a falar em prorrogação de mandato. Isso alienou os seguidores do Carlos Lacerda, um dos grandes líderes civis que apoiaram a Revolução. O Magalhães Pinto também começou a movimentar-se e as dificuldades foram aumentando. Aqueles companheiros nossos, mais radicais, conseguiram o apoio do Ministro do Exército, General Costa e Silva e, para mim, cometeram um ato desnecessário que deu início à derrocada da bancada do Congresso: a cassação do Juscelino.

A partir daquele ato, aquela maioria dos 240 deputados ficou prejudicada. Hoje, em uma análise fria, acredito que um dos erros do Presidente Castello foi não ter substituído os três ministros *ad hoc* que assumiram naquele vácuo, logo depois do Movimento. Os três oficiais-generais mais antigos constituíram o Comando Supremo da Revolução que editou uma série de medidas, inclusive o Ato Institucional Nº 1. Na hora de formar o ministério, o Presidente substituiu os Ministros da Marinha e da Aeronáutica e, por razões explicáveis ou inexplicáveis – as primeiras por certo sentimentais, de camaradagem, mas, por outro lado Castello sabia que Costa e Silva parara de estudar há muito tempo, só cuidava de amenidades e fez tudo para evitar que ele fosse seu substituto – manteve o da Guerra. Com isso criou uma liderança paralela à dele dentro do próprio Governo, a do Ministro Costa e Silva, uma "cobra" que iria depois engoli-lo. E tinha solução? Não sei! Mas a partir daquele momento as coisas pioraram, porque essa dualidade de liderança foi explorada pelos companheiros mais radicais, exatamente porque em momento algum eles se satisfaziam com a liderança do Castello. Assim, dificultaram as coisas de todas as formas, mas, de qualquer forma o saldo do primeiro governo foi extraordinário.

Essas indecisões realimentaram a oposição que foi crescendo, crescendo e culminou manifestando-se naquela escalada do terrorismo, cujo primeiro ato foi

a tentativa de assassinar o candidato Costa e Silva, em Guararapes. Foi uma seqüência que costumo chamar de sementes do AI-5, que foram sendo plantadas, plantadas, até que chegou um momento em que o Governo viu-se obrigado a retomar a ação revolucionária. O Presidente Castello promulgara uma Constituição que é considerada das melhores que tivemos; houve a institucionalização do movimento de março. Mas a contestação e a ação dos políticos levaram ao endurecimento do regime naquela série de atos que se seguiram.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Eu já estou falando um pouco sobre isso. Discordo da expressão, pois não tivemos governos militares.

Realmente a expressão não está certa.

Tivemos governos presididos por generais. Porque desde o período do Castello foram governos civilistas; um militar na Presidência e uma maioria de civis integrando todos os demais escalões. Não tivemos aqui uma situação como a do Peru, com todos os ministros fardados.

E qual a minha opinião sobre o governo dos generais delegados da Revolução? Eu diria que, no mínimo, demos um exemplo. No Brasil os caudilhos são civis. Os nossos generais não o foram. Um deles era chamado para cumprir a missão; terminado o prazo outro era convocado. Tivemos sempre a "troca da guarda". E o saldo da realização foi positivo, no campo econômico até extraordinário.

Algumas coisas poderiam ter sido melhores. Eu li no livro do Luiz Viana Filho que o General Geisel, Chefe da Casa Militar do Presidente Castello, ao saber que o substituto seria o General Costa e Silva, teria dito:

– É mais uma revolução perdida.

A expressão é dele. Veja como são as voltas da fortuna. Ele achava que naquela ocasião iria para a reserva e acabou indo para o Superior Tribunal Militar. Depois o Presidente Costa e Silva adoeceu, o General Médici o levou para a Petrobras e ele voltou em uma situação de destaque que a sua liderança, competência e visão justificavam. Acabou sendo o responsável por salvar a Revolução. O Presidente Geisel sentiu a necessidade de retornar à idéia original, pois vivíamos um hiato e o nosso compromisso era com a normalidade democrática. Uma coisa curiosa; ele tentou voltar ao objetivo original da Revolução, mas outras circunstâncias, como a situação econômica e o próprio momento político dificultaram tudo e as coisas não aconteceram da forma esperada. E realmente essa transição para a democracia acabou sendo feita de uma maneira que não era a melhor para o País. Hoje vivemos fatos e circunstâncias que são decorrentes desse processo de transição.

Sabemos de fonte segura que na ocasião em que foi escolhido, o General Costa e Silva estava gravemente doente. A equipe dele, seus assessores e elementos mais chegados já sabiam disso e sonegaram essa informação por interesse do mandato. Pouco depois o Presidente teve problemas, ficou incapacitado e precisou ser substituído. Já a escolha do novo Presidente deu-se através de uma eleição de forma militarizada. Tudo porque a situação era de inquietação, estávamos vivendo aquela fase de contestação que apresentava sinal de rápida deterioração.

O senhor sabe que Brasília é uma cidade de muita fofoca, porque cada vez que um Presidente toma posse, sobe uma equipe e quem sai ou o pessoal que está na espera, lutando pelo Poder, fica louco para subir. Trabalhei na área dois no Comando Militar do Planalto, era muito complicado. O meu trabalho era burocrático, com muito pedido de informações sobre fulano, sicrano, mas de qualquer forma era difícil. E isso que o senhor falou é verdade; perguntávamos para o "staff" do General Costa e Silva sobre a sua saúde e todos nos respondiam que estava em plena recuperação. O próprio General Portella (Jayme Portella de Mello) desconversava sobre aquele problema, embora soubéssemos que praticamente...

É, no livro "Uma lanterna na popa", o então Ministro Roberto Campos narra um fato curioso, em que o doutor Rinaldo de Lamare, médico incumbido de acompanhar o Costa e Silva na viagem que ele faria ao exterior, quis informações sobre a saúde do Presidente eleito. Então foram-lhe mostrados vários exames e esse médico ficou preocupado porque já havia indicações de que uma doença cardíaca muito séria poderia desencadear-se a qualquer momento. Inclusive o Roberto Campos narra que o Dr. de Lamare levou os exames para um cardiologista conhecido e famoso (Genival Londres) examiná-los, dizendo:

– Esses exames são do sogro de um amigo que tenho, um negócio de herança, ele está em dúvida sobre a saúde do homem.

A resposta do médico foi tachativa:

– Não se preocupe porque esse cidadão não tem mais do que dois anos de vida.

Ele falou com o Roberto Campos que relatou a situação para o Andreazza. A resposta dele foi:

– Agora não adianta, não tem mais jeito.

Quer dizer, os imponderáveis da vida vão formando o quadro da realidade. Então, a substituição do Presidente ocorreu em plena luta contra o terrorismo, basta dizer que o seqüestro do embaixador americano foi nessa época, em plena confrontação. O que fazer? A solução foi o Médici. E as coisas acabaram saindo um pouco da normalidade.

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Na realidade enfrentamos um desafio representado por aquelas ações da esquerda radical, da linha não kruchevista-prestista, do PCB, facção do Marighela, que partiu para o confronto armado. Foi uma guerra declarada e na guerra ninguém entra para perder. Se nos basearmos no pensamento da esquerda da época – hoje eles não dizem – seriam métodos stalinistas, com prisão por discordância, tortura e eliminação sistemática dos adversários. Aí se criou essa lenda de tortura institucionalizada, generalizada. Só que eles não apresentam provas. Houve casos, claro; seria uma infantilidade dizer que não aconteceram excessos. Só que para fazermos uma avaliação desse período temos que nos colocar na situação da época.

Eles falam muito nos "porões" da ditadura – diz-se que este termo surgiu na guerra da Indochina ou na Argélia, onde a repressão francesa foi violenta e então um general francês teria dito ser uma luta abstrata contra um inimigo invisível. E aqui a contestação armada era clandestina, subterrânea, tornando-se crítico imaginar que se pudesse combatê-la com métodos convencionais, luvas de pelica, punhos de renda, etc. e tal; era uma ilusão. Então o que aconteceu? Criaram-se destacamentos de operações de informações (DOI), com o pessoal descaracterizado que se infiltrava para prender os ratos nos porões. Tivemos que baixar aos porões, em uma guerra onde o controle era difícil, precário, e isso, possivelmente, levou a excessos que, quando praticados, quase sempre o foram por indivíduos com desvios de personalidade.

Agora, dizer que havia aquela predisposição, usando para isso inclusive uma frase que teria sido proferida pelo Presidente Médici – "não tem que bater na porta, tem que entrar nos aparelhos atirando, não pode morrer gente só do nosso lado" – e outra do Ministro Orlando Geisel – "não podemos quebrar a cadeia, precisamos de informações" – é um realejo que não pára. A todo momento a televisão faz insinuações, agora mesmo a TV Globo diz que os homens que estão protegendo o juiz Lalau são "remanescentes do DOI-CODI (Centro de Operações de Defesa Interna)".

Eu, como Chefe do Estado-Maior, presidi reuniões de CODI, nada mais do que uma simples coordenação para troca de informações a fim de não haver conflito nas operações, para que cada um trabalhasse dentro de um plano integrado. Não havia nenhuma segunda ou terceira intenção.

Outra bobagem que ouço sempre é falar DOI-CODI, quando DOI é uma coisa e CODI é outra. Falando sobre os métodos de combate ao terrorismo, criou-se uma outra falácia: a volta aos quartéis, como se o Exército inteiro estivesse engajado. Se você fizer as contas, eram pouquíssimos militares. O DOI que tinha mais gente do Exército era o de São Paulo, uns cinqüenta militares, os demais integrantes

eram policiais – militares e civis. Preparamos uma tropa especializada para ganhar a guerra, o resto é conversa fiada. Agora, ganhamos a guerra e perdemos a paz. Isso é lamentável.

Lá em Xambioá, as coisas só começaram a mudar quando não se empregou a tropa só para metralhar ou atirar; infiltramos gente, colocamos nossos homens como donos de bodega[3], a fim de conhecer tudo e todos. E os métodos? Foram os vitoriosos! Houve alguns desvios, algumas coisas que fugiram ao controle. Não podíamos imaginar que, depois de todas as franquias e assistência que prestamos aos presos, a situação se virasse contra nós. Porque essa lengalenga da tortura surgiu exatamente por isso. Como eles eram processados pela Justiça Militar publicamente, com direito à ampla defesa, todos eles, instruídos pelos advogados, passaram a declarar em juízo que as confissões – mesmo não apenas assinadas, mas escritas de próprio punho – tinham sido obtidas sob tortura. Tempos atrás fui a um sebo e curiosamente estavam lá os livros "Governo Castello Branco" – que comprei – e o "Brasil Nunca Mais", do Cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, livro que eu não conhecia. Este contém um depoimento de dois camaradas do MR-8 presos aqui no Paraná, casos que tratei nos meus livros, em que eles falsificam tudo de uma maneira vergonhosa. Inclusive um camarada declarou que fora torturado mesmo ferido. Ora, o terrorista tentou sacar uma arma e foi baleado; salvou-se por milagre; nós levamos o cidadão para o Hospital Militar e ele ficou baixado na enfermaria dos presos; depois disse que fora torturado no DOPS. Sei lá; se ele foi torturado foi em outro lugar, depois que saiu de nossa jurisdição. Mas ser torturado depois de tanto tempo? Para quê?

O outro era um camarada com mulher e filhos, que alugou uma casa no centro de Curitiba, na Rua Alferes Poli. O nosso pessoal os descobriu – era um dos chefes do MR-8 (codinome Fyatt) – e montou uma situação para prendê-lo quando voltasse de uma viagem que fazia. Por medida de segurança, tiramos a esposa e os filhos da casa, pois poderia haver tiroteio. O Cardeal Dom Arns diz no livro que prenderam a esposa e os filhos para obrigá-lo a confessar. É mentira absoluta, deslavada; eu estava aqui, participei, pois era o E2. No apartamento daquele outro que disse ter sido torturado mesmo ferido, havia uma portuguesa e não sabíamos o que fazer com ela, porque no início estávamos inteiramente despreparados, então a colocamos em um quartinho lá no quarto andar do hospital militar. Ela ficou presa até seguir destino. Fui visitá-la. Tive vontade de lhe dar um bofete na cara porque ela me xingou: Assassino! Pois acreditava que tínhamos matado o

[3] Bar-armazém do interior do Brasil.

rapaz, seu amante. Hoje, com certeza, ela deve contar que foi estuprada. Então, a estratégia era sempre alegar tortura nos "porões".

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento? (Divulgação de realizações como o saneamento político e administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alceamento à posição de oitava economia do mundo etc.)

É outro ponto em que ganhamos a guerra e perdemos a paz pela propaganda. Isso vem de longe. O General Castello dizia que de maneira nenhuma queria que se organizasse um novo DIP do tempo do Getúlio. E perdemos a batalha da propaganda porque já naquela época o pessoal deles ia para o exterior e lá fazia a onda. Há um episódio envolvendo o Carlos Lacerda, quando ele fez uma viagem à Europa nos primeiros dias de abril de 1964. Ao desembarcar em Orly, uma das perguntas que um dos repórteres fez foi sobre a tortura no Brasil. Isso nos primeiros dias de abril; torturas e prisões indiscriminadas. E ele até deu uma resposta que zangou o De Gaulle, criou sensibilidade no Governo francês, quando disse: é, as nossas revoluções são como os casamentos franceses, sem sangue. Os franceses ficaram danados.

Mas é a história da propaganda. Depois, ainda no Governo do Costa e Silva, foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas, que não chegou a funcionar porque o Presidente adoeceu. Mas no Governo Médici foi ativada e brilhantemente conduzida pelo Coronel Octávio Costa (Octávio Pereira da Costa), tendo como adjunto o Toledo Camargo (José Maria de Toledo Camargo). E exploraram muito bem aquela fase de euforia econômica, do milagre, a ponto de haver ocasiões que o General Médici tinha 94% de aceitação em São Paulo. Foi um excelente trabalho de relações públicas. Infelizmente, em seguida, o General Geisel a desativou.

Claro, era da mesma escola do...

Castello Branco. Bom, quando ele sentiu que precisava, resolveu restabelecer a assessoria e colocou um civil, um afilhado dele – não lembro o nome – que fracassou; depois acabou nomeando o Coronel Camargo. Mas as condições já haviam mudado. Havia crise econômica, choque do petróleo, a ação da esquerda estava mais organizada, mais efetiva, principalmente nas centrais de informação que eles montaram lá no exterior com o Márcio Moreira Alves e com o dinheiro que o Arraes recebeu dos argelinos. Com isto a opinião pública foi extremamente trabalhada pela esquerda internacional e não teve como reverter a situação. Era impressionante o trabalho dessas figuras de proa, esses artistas de cinema e escritores, que montaram lá em Paris o *Front Brésilien de Informacion;* uma central de informação contra o Governo do Brasil. Dom Hélder Câmara ia lá fazer palestras. Aliás, contam

que em uma de suas palestras estava presente o dissidente russo Soljenitzyn. O cardeal mandou 'brasa', falou mal do Brasil e no final o russo perguntou para ele:

– Mas, depois disso, o senhor vai voltar para lá?

– Vou.

O russo arrematou:

– Vai? Não entendi nada!

Então, desde o começo perdemos a guerra da propaganda.

Não podíamos falar em propaganda. Era comunicação social.

Comunicação social, propaganda, tivesse o nome que tivesse, mas era necessário fazer algo, e bem-feito.

Tenho a impressão de que isso tudo estava dentro de uma estratégia da cúpula da esquerda no exterior, de como retomar o Poder. Haviam concluído que a melhor forma seria através da educação e da mídia. À medida que eles foram dominando esses setores a nossa situação passou a ser defensiva.

Um exemplo interessante é do Alfredo Syrkis. Ele foi um participante ativo e importante do grupo do Lamarca que seqüestrou dois embaixadores, o alemão e depois o suíço, dois dos três seqüestros de embaixadores no Rio de Janeiro. Fugiu para o exterior, não exilado, depois foi anistiado e escreveu o livro "Os Carbonários", que serviu de tema da série *Anos Rebeldes* da TV Globo. Só que a equipe da Globo, safadamente, escamoteou a realidade, mudou o nome dos países e em nenhum momento falou que era um movimento comunista; mas os episódios são mais ou menos os mesmos. Comprei um exemplar da 14ª edição do livro e li; ele fez um novo prefácio em que faz uma reflexão, cujos pontos centrais são esses: eles perderam a guerra fragorosamente, mas ganharam a paz através da mídia, da cátedra, da Igreja, e de uma série de outros fatores. Uma autocrítica interessante em que ele até se jacta de que, embora literalmente derrotados na luta armada, agora, nesta luta posterior, eles não se saíram tão mal. Através da televisão, dos vídeos, da cátedra e do movimento editorial.

É, a intelectualidade brasileira toda é esquerdista.

O que o senhor acha do "revanchismo"?

Estou convencido de que a esquerda, o socialismo brasileiro – é o meu ponto de vista – não desistiu de fazer o que eles chamam "A revolução brasileira". Mas eles sabem, historicamente os exemplos mostram que a grande barreira...

É o alerta do Maya Pedrosa (José Fernando de Maya Pedrosa).

...são as Forças Armadas, principalmente o Exército. Então, tratam de neutralizar essa parte. E eles, no meu modo de ver, estão trilhando um caminho

perigoso e talvez contraproducente, que é a tentativa de desmoralizar a nossa Força. Este trabalho de neutralização ocorre principalmente através de certas medidas que prejudicam o preparo, propondo, assim um pouco levianamente, que o Exército atue como uma milícia, executando patrulhas urbanas para perseguir bandido; seguindo a idéia do Toninho Malvadeza: se eles não fazem nada no quartel... "Revanchismo" para mim é essa tentativa de neutralizar a ação e o prestígio das Forças Armadas.

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Embora eu já tenha mencionado, gostaria de repetir: a expressão desengajamento do Exército é uma impropriedade, porque apenas uma parte muito pequena da Força atuou efetivamente. Agora, as suas lideranças, os homens que representavam o Exército, esses sempre se envolveram e estiveram engajados.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e da maneira mais convincente?

É a dúvida que se levantou. Uns dizem que esse "desengajamento", entre aspas, deveria ter sido feito na época do milagre. Há pessoas que defendem isso. Só que seria um ato imprudente porque foi exatamente naquela ocasião que estava mais acesa a ação da guerrilha. Outra razão é que a euforia do milagre brasileiro nos deixou sem uma aparente válvula de escape, porque houve momentos que as pesquisas mostravam o Presidente Médici com mais de 90% de aceitação em São Paulo. Mas ainda havia o perigo de uma recidiva da contestação. Esse desengajamento das lideranças militares era um projeto do próprio Castello que procurou institucionalizar a Revolução com a nova Constituição, mas acabou levando um contravapor da contestação armada. Então, esse compromisso com a liberdade, com a normalização democrática, que de certa forma desmoraliza essa idéia de militarismo brasileiro, enfim, esse desengajamento, penso que foi bem planejado.

O projeto de distensão do Presidente Geisel foi muito bem bolado. Alongou o mandato do seu substituto para seis anos e agiu politicamente no sentido de garantir a eleição do substituto do substituto, indicando um político civil para ser o vice-presidente do seu sucessor, com a idéia de que ele seria o primeiro presidente civil, a ser eleito por um colégio eleitoral. Na verdade seriam 12 anos de transição. Só que, "data vênia", o presidente errou em um ponto: por razões que não adianta especular, não escolheu bem o executor da idéia. O General Figueiredo era um brilhante oficial, laureado em cursos, um homem extraordiná-

rio, de personalidade e de caráter, amigo dos seus amigos. Mas tinha uma profunda desafeição pela política e, como presidente ele teria a necessidade de uma ação política muito hábil. Não só não mostrou isso, como houve momentos em que até se destemperou, como ao dizer: "prefiro o cheiro de cavalo ao cheiro de povo", ou "não me chateiem que entrego tudo para o Walter". Mas isso aconteceu porque ele era um homem avesso ao ambiente palaciano, embora lá tenha ficado tantos anos. Lembro de suas palavras em uma entrevista a que assisti: "a minha aspiração na vida era ser um bom capitão de cavalaria". E foi um bom militar. Agora, não foi um homem político como o Castello, que possuía determinados requisitos; paciência, flexibilidade e outras qualidades. Além disso, a execução final desse desengajamento foi mais dificultada em função da situação econômica, da própria doença do Presidente e da incompatibilidade dele com o Aureliano, o vice que o Geisel escolhera. Criou-se uma espécie de vácuo na sucessão, começaram a aparecer as ambições e desvirtuaram todo o processo.

Agora há pouco li um depoimento do Presidente Figueiredo transcrito em um livro, onde, pela primeira vez, ele declara que preferia o Costa Cavalcanti como seu substituto. Se no momento próprio ele tivesse dito: é o Fulano de Tal e trabalhado pelo escolhido; mas nunca disse isso na ocasião, nem trabalhou para tal. Ficou aquela lengalenga; Maluf, Andreazza, prorrogação de mandato. Depois o Tancredo lançou a idéia do "tertius", o Passarinho, mas dependia do Maluf abrir mão, o que não aconteceu. No final caímos na solução Tancredo que se constituía na chamada "oposição confiável". Até fundaram um novo partido, o PP, mas as dificuldades políticas acabaram levando a nova agremiação política a ser engolida novamente pelo MDB. Aí entraram em cena os imponderáveis e a fatalidade. O Tancredo que seria o presidente da transição – era um político hábil e moderado – de repente não assume e fomos cair nas mãos do Sarney. Eu até me abstenho de falar, porque não diria palavras adequadas ao momento.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamento em face dos ideais da Revolução de 1964?

Expressarei uma opinião que pode ser surpreendente para muitos. É paradoxal que boa parte daqueles aspectos do reformismo e da modernização que o Castello iniciou, e foram interrompidos por razões diversas, tenham sido retomados, talvez meio atabalhoadamente, pelo Fernando Henrique. Por exemplo, voltamos a ter o problema da exploração da reforma agrária como bandeira política. Por quê? Porque não se deu seguimento ao trabalho iniciado pelo Castello com a

grande ajuda do Roberto Campos e do Estatuto da Terra. E uma série de outros projetos foram descontinuados; como o Estado inchou muito, então essa modernização, este enxugamento está sendo executado agora e não sei se corretamente. Nesse intervalo tivemos o que considero uma das maiores desgraças que aconteceram para o Brasil e que, de certa forma, decorreu da maneira como o Poder voltou à mão dos civis; a Constituição de 1988: "A constituição cidadã!" E até agora estamos pagando as maluquices feitas. Hoje é quase uma unanimidade que ela deformou a Constituição de 1967, deixada pelo Castello. Até uma mini-reforma tributária escondida foi incluída nela.

Se esse é o tipo de democracia que o povo almeja, eu não sei. O povo sempre espera mais do que os governantes podem fazer. É importante que os brasileiros firmem a convicção de que sempre terão o governo que elegerem. Então têm que aprender a escolher os governantes.

O povo é parcialmente o culpado pelas mazelas político-administrativas em todos os níveis de governo.

Infelizmente, e com essa mentalidade política que está aí, vejo com certo ceticismo a possibilidade de conseguirmos fazer realmente o que é necessário. Não é culpa só do Presidente. Uma das grandes coisas que se deixou de fazer depois de 1964 foi a reforma do Judiciário, o Poder mais importante da República. É o corretor que inibe a prepotência do Executivo e corrige a impropriedade das leis. O nosso Judiciário, por inúmeras razões, não funciona como a democracia exige. É lento, as nossas leis são complicadas, e não funciona mais o efeito vinculante. Uma conseqüência do "revanchismo" que se apossou dos civis que assumiram o governo, ao considerarem tudo o que se fizera no tempo dos governantes militares como autoritarismo a ser jogado fora. Naquele tempo já havia o efeito vinculante, a avocatória, a limitação desse abuso dos vencimentos, e eles colocaram tudo isso no lixo. Agora estão pagando. A ação do Judiciário que deveria ser pronta e eficaz, não acontece. As ações se delongam e isso torna mais difícil a ação do governo. Temos a indústria das liminares; qualquer juiz de Primeira Instância as concede, às vezes sobre assuntos que o Supremo já decidiu.

É o que eu tinha para dizer, além do que já escrevi em meus muitos livros.

O seu relato foi além das expectativas. Retratou os fatos daquele período conturbado de nossa História recente e nos brindou com uma análise crítica muito apropriada sobre as diversas facetas que emolduraram os episódios mais contundentes, formadores daquela quadra do nosso tempo. Só nos resta mais uma vez agradecer ao prezado companheiro a sua colaboração.

Anexo I

RELATÓRIO DA 5ª R M – 5ª D I CONCERNENTE
AO MOVIMENTO MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964
MINISTÉRIO DA GUERRA
II EXÉRCITO
5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria
Estado-Maior
CURITIBA, ABRIL DE 1964
Boletim Especial Reservado

Para conhecimento dos Corpos de Tropa, Estabelecimentos, Repartições e Órgãos Militares Regionais e Divisionários, publico o seguinte:

RELATÓRIO DA 5ª REGIÃO MILITAR e 5ª DIVISÃO DE INFANTARIA, CONCERNENTE AO MOVIMENTO MILITAR DE 31 DE MARÇO DE 1964.

1. Antecedentes

1.1 Nacionais

O Sr JOÃO GOULART foi elevado ao Poder, no dia 6 de setembro de 1961, após séria crise político-militar conseqüente à renúncia do senhor JÂNIO DA SILVA QUADROS. As circunstâncias em que se realizou a posse do novo presidente pronunciavam tempestades políticas em que seriam postas em dura prova os anseios do povo brasileiro de tranqüilidade, ordem e liberdade, dentro das normas institucionais vigentes.

Alegando a instabilidade e deficiência do sistema parlamentar, estabelecido pelo Congresso após o ato de renúncia do senhor JÂNIO QUADROS, o Poder Executivo preparou e determinou a realização da maior campanha publicitária já encetada no Brasil para um pronunciamento popular, no qual se optaria pelo sistema de governo. Realizado o plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, o País retornou ao sistema presidencialista.

A partir desse instante, iniciou-se no Brasil o efetivo processo para a tentativa de sua comunização. Campanhas foram encetadas para arregimentar trabalhadores, estudantes e camponeses em organizações hierarquizadas. O primeiro Ministro da Guerra empossado no sistema presidencialista, o Exmo Senhor General Amaury Kruel, foi alvo de intensa campanha de difamação partida pelo senhor Leonel Brizola, agitador conhecido e cunhado do Chefe do Executivo. Vitoriosa essa campanha, que culminou com a saída do titular da Pasta da Guerra, outras foram surgindo da mesma

fonte, todas de caráter esquerdista e subversivo. Soldados, cabos e sargentos eram incitados à rebelião, a fim de assumirem a direção das Forças Armadas.

Organizações espúrias começaram a aparecer nos meios sindical e estudantil. Tais entidades, de poder juridicamente ilegal, constituíam o enquadramento para a comunização das massas, bem como hierarquias paralelas destinadas a minar a estrutura social existente.

Nas Forças Armadas as promoções, designações para funções importantes e transferências, intranquilizavam seus integrantes pelas preterições e pelos critérios de escolha empregados. Os militares vigilantes, acompanhavam o processo revolucionário em curso no País.

O Partido Comunista, encontrando apoio do Executivo, aumentava sua atuação em todos os setores. A Petrobras e outros órgãos autárquicos aos poucos iam sendo dominados pelos partidários da doutrina vermelha. O Ministério da Educação e Cultura transformara-se em instrumento da infiltração comunista. O Diretório do Ensino Secundário, apoiado na assessoria estudantil e em alguns técnicos do MEC, levava a intranqüilidade aos estabelecimentos de ensino, baralhando responsabilidades e minando a autoridade dos educadores. Verbas vultosas eram fornecidas para comprometer a liberdade de consciência. Livros eram impressos para serem adotados, indistintamente, por todos os estabelecimentos de ensino, havendo mesmo alguns deles que reformulavam a História do Brasil em bases marxistas.

A inflação se agravava, dia a dia, desmoronando qualquer plano administrativo de Governo e levando o povo ao desespero.

Na madrugada de 12 de setembro de 1963 eclodiu em Brasília um movimento de sargentos, de caráter subversivo, chefiado por elementos componentes da Aeronáutica e Marinha, tendo como pretexto a decisão do Supremo Tribunal Federal, referente a inelegibilidade dos sargentos. Os amotinados, na ocasião, receberam o apoio de alguns deputados da Frente Parlamentar Nacionalista.

Novas entidades filocomunistas apareciam em vários pontos do País. No setor militar, surgiam notícias de um Comando Geral dos Sargentos, que manteria íntima ligação com os órgãos sindicais da esquerda.

O Chefe do Executivo, insistia na pregação constante das suas idéias reformistas. A Supra, o CGT, a UNE, a Frente Nacionalista e outras entidades representadas por diferentes siglas, efetuavam a cobertura dessas idéias usando-as como arma contra o Poder Legislativo.

Em contrapartida, esquematizara-se uma frente de reação ao Poder Executivo, constituída pelos governadores do Centro-Sul, entre os quais se destacava o Governador Ney Braga, do Estado do Paraná.

No dia 13 de março último, realizou-se um comício organizado por elementos nitidamente comunistas e financiado pelas verbas da Petrobras e dos Institutos. Referido comício traumatizou o povo e as Forças Armadas. Na oportunidade, o Chefe do Executivo abandonando a sua dignidade de Governante, se transformou em porta-voz de líderes do comunismo e dos incitadores à desordem.

Em 26 de março último eclodia, na Marinha, crise conseqüente da punição de marujos que haviam participado de reunião política, reivindicando o reconhecimento de sua entidade de classe. O Ministro da Marinha exigira o afastamento do Almirante Aragão das funções de Comandante dos Fuzileiros Navais e solicitara a sua própria exoneração. A aceitação pelo Chefe do Executivo do pedido de exoneração do Almirante Sílvio Mota, a designação de novo Ministro, por demais avançado em anos e com tendências marxistas, a recondução do Almirante Aragão ao Comando dos Fuzileiros Navais, combinados esses fatos com a ordem presidencial para a libertação dos marujos recolhidos presos a uma Unidade do Exército, provocou um clima de indisciplina e de desagregação, que se generalizou na Marinha, sob a orientação do Almirante Aragão. Esse ato repercutiu em todos os setores, uma vez que identificou o Presidente da República com as tentativas de destruição da base hierárquica e disciplinar das Forças Armadas.

Em 30 de março, em recinto fechado, o Chefe do Executivo, dirigindo-se aos sargentos, afastou-se ainda mais da Constituição e rompeu os últimos laços de respeito à Lei, à disciplina e à ordem nas Forças Armadas, incitando claramente os subordinados contra os seus superiores.

1. 2 Regionais

No território da 5ª RM, como em todo o País, notava-se a montagem de um dispositivo de comandos nitidamente destinados a apoiar o programa reformista do governo.

A partir de setembro de 1963 a articulação acima reforçava-se com assunção dos novos Comandante da 5ª RM/DI (General-de-Divisão Silvino Castor da Nóbrega) e ID/5 (General-de-Brigada Chrysantho de Miranda Figueiredo), este último um general recentemente promovido e muito conhecido pelas suas tendências políticas.

Observava-se a desenvoltura com que o Comandante da ID/5 prelecionava a respeito da orientação do governo e das ditas reformas de base. Neste particular, merece referência especial o discurso que pronunciou na solenidade de abertura das aulas do CPOR/5, quando se achava presente o Comandante da Região.

As reações em sentido contrário, entretanto, eram também visíveis e se traduziam através da instrução anticomunista em todas as Unidades da Região e

de pregações em favor da democracia, realizadas sistematicamente durante as visitas deste Comando às Unidades, primeiro como Comandante da ID/5 (antes de setembro de 1963) e depois, como Comandante da AD/5 e, ainda, quando diversas vezes, substituiu o Comandante efetivo da Região.

O Chefe do EMR/5 (Coronel Moysés Porfirio Sampaio) esforçava-se igualmente para combater o progresso da ideologia filocomunista, esclarecendo e orientando os oficiais do EMR/5 e também divergindo de medidas propostas pelo Comandante efetivo da RM, contrariando na esfera de sua ação as idéias por ele expendidas e mesmo discordando publicamente de atos propostos cuja natureza refletia tendências ideológicas suspeitas.

A decidida atitude do Chefe do EMR/5 caracterizou-se muito bem quando a oficialidade do Quartel-General e Unidades sediadas em Curitiba reuniu-se, sob sua direção, para prestar ao Comandante efetivo a saudação de Natal. Na oportunidade, o Coronel Chefe do EMR/5 pronunciou palavras inequívocas em favor das tradições da democracia, liberdade e religião. Conclamou, ao mesmo tempo, que os militares cerrassem fileiras em apoio a estas idéias, dentro de um franco realismo e sem tibieza nem pessimismos, para que mais uma vez, apesar do panorama conturbado da situação nacional, fosse o País conduzido a melhor destino pelo bom senso dos seus dirigentes.

Nos primeiros meses de 1964 agravava-se a intranqüilidade em todos os setores. Na 5ª RM/DI prosseguiam os pronunciamentos reformistas do Comandante da ID/5. Sendo informado de tais circunstâncias por oficiais do seu Estado-Maior, o Comandante efetivo da Região declarava, invariavelmente, que tais fatos já eram do seu conhecimento.

2. A Revolução

2.1 Tomada de posição em Minas Gerais e São Paulo

Em 30 de março, às 20h30min, o General CARLOS LUIZ GUEDES, Comandante da ID/4, reuniu todos os seus comandados na Capital mineira e comunicou que se rebelara contra o Chefe do Executivo.

Na madrugada do dia seguinte, o Governador Magalhães Pinto declarou apoiar o Movimento. As tropas da 4ª RM/DI, bem como a milícia estadual mineira, articuladas pelo General Olímpio Mourão Filho, Comandante daquela GU do Exército já se deslocavam para o Sul, rumo aos limites com o Estado do Rio de Janeiro.

Em 31 de março, São Paulo amanheceu sob a repercussão da manifestação dos sargentos e das notícias que começavam a chegar de Minas Gerais. Soube-se

que as tropas do Exército com sede naquele Estado haviam se sublevado. À noite desse mesmo dia o General Amaury Kruel, Comandante do II Exército, revelou e divulgou a sua posição de apoio ao Movimento, através de manifesto. Nas primeiras horas da madrugada do dia 1º de abril o Governador de São Paulo, senhor Adhemar de Barros, anunciou a união do Governo de São Paulo com o II Exército.

2.2 Tomada de posição nos estados do Paraná e Santa Catarina.

Desde 29 de fevereiro o General-de-Divisão Silvino Castor da Nóbrega, Comandante da 5ª RM/DI, encontrava-se em gozo de férias regulamentares no Estado da Guanabara, bem como o General Chrysantho de Miranda Figueiredo, Comandante da ID /5. Haviam assumido, interinamente, o Comando da Região o General-de-Brigada Dario Coelho, e da ID/5 o Coronel Inf QEMA Rubens Barra e o da AD/5 o Coronel Art QEMA Reynaldo Mello de Almeida.

Em 15 de março, a Região Militar recebeu comunicação de rádio do Ministro da Guerra, determinando que fosse redobrada a vigilância nas Organizações Militares, a fim de serem repelidas quaisquer tentativas de elementos extremados.

Em 20 de março o Comandante da 1ª/23º RI, de Tubarão – SC, informou a realização de comícios nas cidades de Araranguá e Criciúma, tendo como um dos oradores o Padre Alípio de Freitas, e que tinha havido tiroteio.

Em 26 de março, o Gabinete do Ministro da Guerra por meio de radiograma deu ciência da eclosão na Marinha de movimento limitado de indisciplina.

Em 29 de março, este Comando resolveu, em face do rumo dos acontecimentos, convocar para as 15h, na sua residência, todos os coronéis em serviço na Guarnição de Curitiba, a fim de discutir a situação e sentir a opinião dos seus comandados. Caracterizou-se, na oportunidade, a unanimidade dos presentes na determinação de assegurar a disciplina em qualquer circunstância, bem como manter a hierarquia e combater o comunismo. Ficou, também, combinado que os coronéis presentes deveriam dar ciência das medidas assentadas aos seus subordinados. Às 18h, estiveram na residência deste Comando, para os mesmos fins, os comandantes do 2º B Fv (Rio Negro) e do I/5º RO 105 (Lapa), acompanhados do Comandante interino da AD/5.

Em 30 de março, o Gabinete do Ministro da Guerra deu a conhecer determinação do Presidente da República ao Ministro da Marinha no sentido de restabelecer a disciplina e apurar responsabilidades. À noite, este Comando foi procurado pelo Governador do Estado do Paraná, que retornara a Curitiba após haver se avistado com o Governador de Minas Gerais. Naquela oportunidade, o Chefe do

Executivo paranaense manifestou-lhe integral simpatia pelo Movimento que iria se desencadear em Minas Gerais.

Foi o Governador Ney Braga portador, também, de uma carta, do General Guedes para o General Dario Coelho, de apelo para que se juntasse aos seus companheiros de Minas Gerais, na luta de salvação da nacionalidade.

Em 31 de março, pela manhã, circulavam em Curitiba, as primeiras notícias sobre a sublevação em Minas Gerais, todas captadas nas estações radiodifusora do País. Às 13h este Comando estabeleceu conversação telefônica com o General Silvino que se achava no Rio de Janeiro a fim de saber dos acontecimentos que estavam em curso no País. Respondeu aquele General nada saber e que informaria mais tarde. Na ocasião ficou combinado a ida de um oficial ao Rio para lhe expor a situação regional e para receber informes mais detalhados dos acontecimentos. Às 14h, foi designado o Coronel Reynaldo (Comandante interino da AD/5) para, além da missão anterior, procurar atrair o General Silvino à causa de defesa das instituições democráticas ou demovê-lo de regressar a Curitiba, caso pensasse de modo diferente. Referido Oficial somente seguiu às 19h, devido ao atraso da aeronave da Cruzeiro do Sul em que tinha passagem, havendo chegado ao Estado da Guanabara às 22h. Na tarde de 31, a Região Militar recebeu ordens de prontidão rigorosa emanada do III Exército, e passou a cumpri-la de imediato. Às 21h, o Coronel Alcides do Amaral Barcelos, Comandante do CPOR/Ctba, dirigiu-se à residência deste Comando e participou haver recebido informação telefônica do ajudante-de-ordens do General Assis Brasil, comunicando que os generais Ladário, Silvino e Chrysantho embarcariam às 21h30min, em avião da Força Aérea Brasileira (FAB), para assumirem seus respectivos comandos. Aguardadas aquelas autoridades no Aeroporto Afonso Pena, por este Comando e alguns oficiais do Estado-Maior, elas seguiram diretamente para Porto Alegre, em face das dificuldades de pouso da aeronave, devido à má visibilidade. Às 22h50min, o Gabinete do Ministro da Guerra comunicou haver possibilidade de eclodir em São Paulo levante militar e determinou que a Região mantivesse o 5º Esqd Rec Mec em condições de atuar, mediante ordem, sobre Registro, a fim de barrar o acesso à BR-2.

Na ocasião este Comando determinou ao Comandante da citada Unidade de reconhecimento, que ficasse em condições de cumprir missão.

Em 1º de abril, à 1h30min, o General Bontempo, Chefe do Gabinete do MG, procurou ligar-se por telefone com o General Silvino.

Informado do destino daquele Oficial General desligou o aparelho sem maiores explicações. Às 2h, o General Kruel, Comandante do II Exército, estabeleceu conversação telefônica com este comando, e lhe deu ciência da decisão que tomara.

O Comandante da RM, expendendo a sua opinião e a da maioria dos seus comandados, informou estar com os mesmos ideais do II Exército e que aquele Chefe poderia ficar tranqüilo quanto ao problema de retaguarda do seu dispositivo. Às 3h, este Comando determinou a expedição do seguinte rádio circular a todas as QM regionais: "Situação calma. Este Comando conta coesão torno idéias anticomunistas sempre nortearam tropa vosso Comando. Deveis dar conhecimento essa OM. General Dario Coelho, Comandante 5ª RM/DI". Foi ordenado, a seguir, que fossem efetivados contatos telefônicos com os Comandantes das Guarnições de Ponta Grossa, Florianópolis, Guarapuava e Joinville, todos com a mesma finalidade do radiograma citado anteriormente. Às 5h, o Gabinete do Ministro da Guerra solicitou informações sobre a situação no território regional, tendo-lhe sido respondido: "Situação calma". Às 6h40min, o General Silvino determinou, de Porto Alegre, em rádio cifrado, que a RM organizasse três GT motorizados, para serem lançados sobre Registro, Itararé e Capela da Ribeira. Comunicou, também, a sua disposição de estar em Curitiba, antes do meio-dia.

A partir de 6h50min, este comando deu, em sucessivas reuniões, conhecimento ao seu Estado-Maior e aos comandantes das OM da Guarnição de Curitiba e Lapa, da sua decisão de lutar junto a São Paulo e Minas Gerais. Naquela oportunidade, os oficiais presentes declararam-se solidários à citada decisão, com exceção dos Tenentes-Coronéis QEMA Paulo de Moraes e Engenheiro Flávio Dias de Castro, que foram afastados de suas funções e presos. Igual destino tiveram, posteriormente, o Coronel de Cavalaria QEMA Alcides do Amaral Barcelos e Tenente-Coronel Engenheiro Edson Giordano de Medeiros, do CPOR, que não aderiram à causa abraçada pela 5ª Região Militar.

O Comandante da ID/5, Coronel QEMA Rubens Barra, por telefone, comunicou haver afastado das funções o Coronel Eurico de Carvalho Nogueira, Tenente-Coronel Humberto Molinaro e Major Milton Maciel Frota, todos do 13º RI, que discordaram da decisão tomada.

Nas ligações feitas, a seguir, com os outros comandantes de Guarnição para que conhecessem a decisão do Comandante da RM, todos demonstraram a firme disposição de cumprirem as ordens emanadas do General Dario.

Na ocasião a Região recebeu um radiograma dando conta de que o General Ladário, nomeado pelo senhor João Goulart, havia assumido o Comando do III Exército. Posteriormente, o Comando Regional mandou reter dois rádios expedidos pelo General Ladário, e endereçados aos 2º B Fv e 2º B Rv, cujo teor abaixo é transcrito:

"Nº 84-E2 de 1º pt Circ Determino dar conhecimento subordinados seguinte proclamação III Exército ptpt Aspas Honrado com a confiança do Exmo Senhor Presidente da República vg Doutor João Goulart e do Exmo Senhor Ministro da

Guerra vg General-de-Exército Jair Dantas Ribeiro vg assumi o Comando da 6ª DI e vg por ter sido o Exmo Senhor General-de-Exército Benjamin Rodrigues Galhardo nomeado Chefe do EME vg sendo o oficial general mais antigo acabo assumir o Comando do III Exército pt Julgo-me perfeitamente conhecido não só pelos camaradas do III Exército vg como também pelos demais companheiros do Exército Brasileiro pt Sempre fui intransigente defensor da lei e da ordem e amante dos princípios democráticos pt Aqui me encontro para cumprir rigorosamente as ordens das autoridades superiores pt Todos os sacrifícios faremos para que a lei e a ordem sejam restauradas em todo o território nacional pt Ninguém arrebatará das mãos do preclaro Presidente João Goulart a bandeira da legalidade vg o seu mandato é intocável porque é a expressão da soberania nacional pt A força satânica dos privilégios não arrancará vg do povo brasileiro vg as bandeiras das reformas vg por ela lutaremos vg Exército e povo vg sempre unidos vg sempre uníssonos nos sentimentos como temos sido em todo o decorrer da nossa história pt Companheiros do III Exército vg meus patrícios do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e do Paraná vg brava gente brasileira vg como representante do Exmo Senhor Presidente da República Doutor João Goulart e sob as ordens do eminente Ministro da Guerra General-de-Exército Jair Dantas Ribeiro vg conclamamos a todos vós a cerrar fileira na defesa da ordem vg da lei e das instituições pt Estou seguro e confiante de que a nossa causa é santa e que ninguém nos arrebatará essa vitória que já é nossa pt General-de-Divisão Ladário Pereira Telles Comandante III Exército."

Às 8h30min, este Comando ligou-se com o General Silvino, por telefone, em Porto Alegre e recebeu verbalmente a ordem de deslocamento dos GT já citados. Na oportunidade, deu-lhe conhecimento da atitude da 5ª RM/DI e fez-lhe um apelo, como amigo e subordinado, para que viesse assumir o Comando, caso estivesse de acordo com a decisão tomada pela GU.

Obtendo resposta negativa, o aconselhou a que não viesse a Curitiba. O aparelho foi tomado, a seguir, pelo Coronel Chefe do Estado-Maior Regional. Esse Oficial, em nome da amizade que o unia ao General Silvino e como nordestino, pronunciou outro veemente apelo, em seu nome e no de todos os oficiais presentes, para que assumisse o Comando dentro dos mesmos ideais dos seus subordinados, podendo, para isso, contar com a confiança de todos.

Recebendo, também, resposta negativa, aquele oficial disse-lhe que, então, não mais assumiria o Comando da Região Militar. Naquela oportunidade, a RM já contava com o apoio integral das demais Forças Armadas e Auxiliares com sede no Território Regional. Convém ressaltar a atuação da Polícia Militar do Estado do Paraná que, além das suas atribuições normais, manteve um Batalhão de Polícia

como reserva, na Gu de Curitiba, em condições de ser empregado em qualquer parte da Região, mediante ordem deste Comando.

Convém assinalar também a prestimosa e patriótica atuação do 5º DN, Comandado pelo Contra-Almirante Murilo Vasco do Vale Silva. Através de ligações de rádio com os seus subordinados no RGS, permitiu à RM conhecer a situação que reinava naquele Estado da Federação.

Às 12h20min, o General Silvino ligou-se ao 13º BC e ordenou ao seu Comandante, Coronel Remo Rocha, que não obedecesse as ordens do General Dario e sim as dele, participando que viajaria, via Porto Alegre, naquela direção. Idêntica atuação teve o mesmo General junto aos comandantes do 14º BC e 23º RI. De todos recebeu o General Silvino respostas negativas, pois as referidas Unidades se achavam perfeitamente integradas no esquema regional. À tarde, o Comandante da RM deu à publicidade a seguinte proclamação:

PROCLAMAÇÃO DO COMANDANTE DA 5ª REGIÃO MILITAR

No Exercício do comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Infantaria, em decorrência da ausência do Exmo Senhor General-de-Divisão Silvino Castor da Nóbrega, na oportunidade em que os altos destinos de nossa Pátria se vêm ameaçados por inimigos do regime democrático e das liberdades conquistadas pelo povo brasileiro, amparados e estimulados por aqueles que deveriam ser os primeiros a defendê-los, e em perfeita harmonia com o Exmo Senhor Governador do Estado do Paraná, vejo chegado o momento em que as Forças Armadas não se podem furtar aos sagrados compromissos para com o povo brasileiro.

Sob a proteção do primeiro magistrado do País, envolvido pelas mais torpes manobras, inescrupulosos profissionais da agitação vinham operando a desagregação da estrutura hierárquica e funcional das Forças Armadas, para posteriormente apoderar-se do Poder.

Em seus desígnios não hesitaram em sucessivas tentativas de cindir e solapar as organizações militares, criando um clima artificial de rivalidade entre os diversos círculos hierárquicos.

A desmoralização e a humilhação das Forças Armadas, feridas em suas mais caras tradições, conduziria inevitavelmente à derrocada do regime democrático pela instauração da mais obscura das ditaduras, reduzindo nossa Pátria a mais um títere de Moscou ou Pequim.

Consciente da alta responsabilidade do momento histórico que ora atravessamos, em consonância com o Congresso Nacional, órgão representativo da vontade política do povo brasileiro, estou seguro de que o patriotismo dos brasileiros

saberá definir e encontrar o caminho da compreensão, da ordem e do progresso, dentro do espírito e da letra da Constituição Nacional, pois somente aqueles que cumprem a lei têm o direito de cobrir-se sob sua proteção.

Nossos irmãos de Minas Gerais ergueram a bandeira da restauração do império da lei. Soldados que somos desta mesma lei, e não de interesses espúrios comandados pelo comunismo internacional, sem pátria e sem religião, não se nos abre outro caminho senão prestigiá-la.

Reformas, as faremos à mercê de Deus e das liberdades que nos são tão caras e que por isso mesmo queremos conservar e passar aos nossos filhos. Mas não admitimos que o processo evolutivo natural de um país em desenvolvimento, sirva de pretexto para o triunfo da desordem e da subversão da lei.

Unidos Exército, Marinha e Aeronáutica em torno da defesa do mais puro ideal, sintetizado no lema da nossa bandeira – ORDEM E PROGRESSO – alicerçados na lei e no anseio de todos os brasileiros por um clima salutar de respeito às instituições, confio em que o regime democrático nada tem a temer de seus inimigos, por mais solertes e inescrupulosos que sejam.

(a) General-de-Brigada DARIO COELHO
Comandante da 5ª RM e 5ª DI

3. As operações militares nos estados do Paraná e Santa Catarina

Em 1º de abril, às 7h, o Comandante da RM/DI após a sua decisão de solidarizar-se ao Movimento anticomunista, determinou a expedição para todas as OM Regionais, do seguinte texto:

"Decorrência situação atual e concordância anseios da 5ª RM visando manutenção princípios hierárquicos e disciplinares forças armadas vg este Comando decidiu apoiar e solidarizar-se Movimento São Paulo et Minas Gerais pt Conseqüência vossa Unidade só deverá cumprir ordens partidas diretamente do General Comandante que assina este rádio pt Gen Dario Coelho Comandante 5ª RM/DI."

Em face do conhecimento que o Estado-Maior Regional tinha do possível inimigo, bem como do terreno, passou-se a cumprir, desde logo, a seguinte missão:

"Barrar, se possível, na fronteira com o RS, o deslocamento de forças hostis na direção N, criando condições favoráveis para a atuação posterior de forças amigas para o S, em particular na direção de Porto Alegre; e,

Neutralizar a ação dos elementos militares e civis comunistas ou simpatizantes."

Resultou disso, o seguinte conceito da operação:

– numa primeira fase, apossar-se das regiões de PASSO DO SOCORRO na BR-2; MARCELINO RAMOS, no T-7 e fronteira entre RS e SC na BR-59, constituindo, sem perda

de tempo, um Destacamento para atuar em cada uma dessas regiões. Pressionada, manter em último caso as regiões de JOAÇABA, LAGES e CRICIUMA;

– numa segunda fase, assegurar o desembocar de tropas amigas para o S, ficando em condições de integrá-las;

– durante toda a operação neutralizar a ação de elementos militares e civis comunistas ou simpatizantes, desorganizando-os e prendendo-os.

Foram organizados três Destacamentos com a missão de barrar os eixos balizados pelas BR-2, T-7 e BR-59. O Dst LAJES, sob o Comando do Coronel Engenheiro Samuel Augusto Alves Correia, Comandante do 2º B Rv, e integrado pelos 2º B Rv, 1º BI/13º RI, I/5º RO 105 e 5º Esqd Rec Mec; o Dst BETA, sob o Comando do Tenente-Coronel de Infantaria Nelson Guanabara Santiago, do 20º RI, constituído pelo 5º BE Cmb, 2º EIC e 1ª/13º RI e o Dst LITORAL, sob o Comando do Coronel de Infantaria Newton Machado Vieira, Comandante do 23º RI, integrados pelos 23º RI(-), 1ª/23º RI e 1 Cia Ref do 14º BC.

Para a pronta execução da missão foram expedidas ordens telefônicas às Unidades para deslocamento, confirmadas logo a seguir por rádios urgentíssimos. Os textos dessas ordens foram os seguintes:

– Ao 5º BE Cmb: – Rádio nº 173 E3/B, e Rádio 181 E3/B, de 1º de abril de 1964:

“Deveis deslocar desde já tropa valor uma Cia destino região MARCELINO RAMOS a fim de impedir transposição RIO URUGUAI forças oriundas RS pt Presença tropa superior retardar longo eixo ferroviário pt Autorizado requisitar viaturas civis quando necessário. Informe início cumprimento missão e partir esse momento vg de duas em duas horas notifique situação pt”

“Sem prejuízo missão MARCELINO RAMOS vg atribuída rádio 173 E3/B de hoje vg deveis integrar Dst será organizado localidade Porto União.”

– ao 5º RO 105: – Interditar o Aeroporto Afonso Pena

– Guardar os Correios e Telégrafos, Banco do Brasil e Delegacia Fiscal.

– ao 14º BC: Rádio nº 174 3/B e rádio 192 E3/B, de 1º de abril de 1964:

“Cooperar com o 5º DN manutenção ordem FLORIANÓPOLIS pt Deslocar desde já uma Cia reforçada para o Sul direção da BR-59 fim de barrar se possível limite com Rio Grande Sul qualquer deslocamento força pt Notificar início cumprimento missão vg e de duas em duas horas vg partir aquele momento pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas civis caso necessário pt

“Informo Cia Ref enviada direção BR-59 passou integrar 23º RI que atuará naquela rodovia.”

– ao 13º BC: – Rádio 175 E3/B, de 1º de abril de 1964:

“Deveis bloquear BR-59 em JOINVILLE vg barrando acesso essa cidade ou deslocamento direção CURITIBA vg qualquer formação militar não autorizado por

este Comando pt Informar início cumprimento missão vg et duas em duas horas vg partir aquele momento pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas civis caso necessário pt"

– ao 23º RI: – Rádio 176 E3/B, 178 E3/B e 190 E3/B, de 1º de abril de 1964:

"Empregando o valor máximo uma Cia interditar Aeroporto ITAJAÍ e guardar depósitos combustíveis nessa área pt Comunicar início cumprimento missão vg e de duas em duas horas vg partir aquele momento pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas civis caso necessário pt"

"Deveis ficar condições deslocar essa Unidade vg desde já vg destino LAGES a fim de constituir destacamento será organizado aquela cidade vg sem prejuízo missão ITAJAÍ referida rádio 176 E3/B de hoje pt"

"Deveis com vossa OM menos elementos ITAJAÍ e necessários proteção quartel vg seguir com urgência direção TUBARÃO vg assumindo comando 1ª/23º RI e Cia 14º BC vg a fim de bloquear BR-59 qualquer penetração vinda do Sul vg se possível no limite com o Rio Grande do Sul pt"

– à ID/5: – Rádio 177 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Deveis cerrar urgente rodovia vg por CURITIBA vg tropa valor BI que seguirah LAGES a fim de integrar Destacamento será constituído aquela cidade pt Deveis participar hora início citado deslocamento pt"

– ao I/5º RO 105: – Rádio 179 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Deveis deslocar mais curto prazo essa Unidade vg rodovia vg destino LAJES a fim integrar Destacamento será constituído aquela cidade pt"

– ao 2º B Rv: – Rádio 180 E3/B e rádio 88 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Informo será constituído na cidade LAGES vg sob vosso Comando vg Destacamento seguinte organização ptpt Um BI oriundo 13º RI ptvg I/5º RO 105 ptvg elementos 2º BRv ptvg mediante ordem vg 23º RI ou fração pt Missão destacamento LAGES ptpt Interditar BR-2 em PASSO SOCORRO impedindo movimento forças sediadas Estado Rio Grande do Sul rumo Norte."

"Informo 5º Esqd Rec Mec integrará destacamento vosso Comando pt Informaremos início movimento Unidades constituirão Destacamento."

– ao 5º Esqd Rec Mec: – Mensagem 87-E3/B de 10 de abril de 1964:

"Deveis deslocar essa Unidade rodovia BR-2 vg direção LAJES vg onde integrará Destacamento sob Comando Comandante 2º B Rv pt Esquadrão somente ultrapassará Rio Negro mediante ordem pt"

– à 1ª/13º RI: – Rádio 182 E3/B de 1º abril de 1964:

"Deveis deslocar Unidade rapidamente destino JOAÇABA para integrar Destacamento será constituído pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas e

combustível lubrificante caso necessário pt Deveis participar início deslocamento e chegada àquele destino pt"

– ao 2º Esqd Ind Cav: – Rádio 183 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Deveis deslocar mais curto prazo essa Unidade vg destino PORTO UNIÃO vg fim, integrar Destacamento será constituído aquela localidade pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas vg combustível e lubrificante caso necessário pt Deveis participar início movimento e chegada destino" pt

– ao 1º Esq Ind Cav: – Ordem telefônica transmitida às 21h50min, posteriormente confirmada em rádio:

"Deveis deslocar urgente essa Unidade vg rodovia vg direção Curitiba vg condições cumprimento missão pt Fica esse Comando autorizado requisitar viaturas e combustível lubrificante quando necessário pt Deveis notificar início movimento pt Local reunião Curitiba vg Aquartelamento 5º RO 105 – Boqueirão."

– às 1ª/23º RI e Comandante Cia 14º BC: – Rádio 191 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Comandante 23º RI com sua OM cerrará sobre Tubarão pt Companhias vosso Comando passarão a integrar referida Unidade."

– ao 20º RI: – Mensagem 84 E3/B de 1º de abril de 1964:

"Deslocar para Paranaguá um Pelotão de Fuzileiros comandado 1º-Tenente finalidade manter a ordem zona portuária vigiando em particular os depósitos de combustíveis vg em ligação com a Administração do Porto pt Comandante Pelotão deverá coordenar a ação da Polícia Militar lá presente pt Estabelecerá ligação com a Capitania dos Portos e informará situação ao QGR/5, pelo telefone 4-6096 de três em três horas pt"

A par das medidas acima enumeradas fixou-se, desde logo, a organização operacional do Estado-Maior Regional.

O deslocamento das tropas da RM/DI no cumprimento da missão recebida processou-se da seguinte maneira:

No dia 1º: Cia Fzo Ref do 14º BC; 1ª Cia Fzo do 23º RI; 1ª Cia Eng do 5º BE Cmb; 1ª Bia de Obuzes do I/5º RO 105; 1 BI/ 3º RI; 5º Esqd Rec Mec; lº EIC e 1º Pel do 20º RI.

No dia 2: 23º RI (-); I/5º RO 105 (-) e 2º EIC.

O 2º BRv, que deveria barrar as passagens sobre o Rio Pelotas, na BR-2, aproveitou elementos destacados ao longo do trecho (1 tenente, 3 sargentos e alguns soldados), para procederem à obstrução da ponte Eng ALVES DE NORONHA, com um caminhão e moirões. Enquanto assim agiam, foram surpreendidos com a chegada da tropa do 3º B Rv, de VACARIA, tendo a sua frente o Coronel GUERREIRO BRITO. Esse Oficial, após interrogar o Tenente e certificar-se de que estavam em

campos opostos, deu-lhe voz de prisão, assim como aos demais integrantes da fração do 2º BRv. Outro oficial, dessa última Unidade, que vinha ao encontro do seu companheiro foi atraído pelo grupo e teve igual destino. Segundo apurou-se mais tarde, o Tenente que fora preso em primeiro lugar conseguiu retardar, astuciosamente, a ação do 3º B Rv de VACARIA, permitindo, assim, ao 2º B Rv, de LAGES ocupar posição no Rio VACAS GORDAS, mais ao norte.

A 1ª/13º RI de FRANCISCO BELTRÃO que recebera ordem de integrar o Dst BETA, em JOAÇABA, ponderou não possuir meios de comunicação de campanha, estacas e material sanitário, bem como não dispor de oficial subalterno da arma. Por força dessas razões e mais o conhecimento de que a 3ª DI estava dentro da mesma causa anticomunista, cancelou-se a missão que lhe fora atribuída.

Em 2 de abril, desde cedo, vinham chegando informes sobre novos acontecimentos. Grandes-Unidades do Rio Grande do Sul haviam aderido à causa anticomunista, assim como Unidades do Estado da Guanabara. Assumira o Comando do Exército Nacional o Exmo Senhor General-de-Exército ARTHUR DA COSTA E SILVA. Pela manhã chegou o seguinte radiograma:

"Comandante 5ª RM. SNº de 2 de abril pt Fim cumprimento missão atribuída General AMAURY KRUEL vg 5ª RM sob comando vossência fica provisoriamente incorporada Comando II Exército pt General-de-Exército Costa e Silva Comandante Exército Nacional."

Logo a seguir, o Comando da RM recebeu a seguinte comunicação do General Poppe de Figueiredo:

"5ª RM Nº 79 E3 de 2 de abril pt Comunico haver assumido nesta data vg em Santa Maria – RS vg Comando III Exército vg virtude ser oficial mais graduado já havendo determinado deslocamento tropas das 3ª DI vg 2ª DC e 3ª DC a fim de restabelecer ordem Porto Alegre pt General Poppe Comandante III Exército."

Parecia que os acontecimentos evoluíam rapidamente para um desfecho favorável, pois do Rio Grande do Sul, somente não se tinha informações da 1ª DC. Porto Alegre encontrava-se nas mãos do senhor JOÃO GOULART, LEONEL BRIZOLA e General LADÁRIO. O Governo do Rio Grande do Sul havia se instalado em PASSO FUNDO.

O Comandante do II Exército havia constituído o GT /4, (4º RI, 2º G Can Au AA 40, 2º ao 155 AR, e elementos de comunicações e saúde) e, por solicitação do Comandante da RM, determinado o seu deslocamento para CURITIBA, a fim de reforçar o dispositivo regional.

Ainda nesse dia apesar de obtidas informações do Comandante II Exército sobre a normalização da situação em Porto Alegre, o Comandante da RM ordenara ao Comandante do Dst LITORAL que a Cia do 14º BC, em TUBARÃO, prosseguisse sua

missão sobre a fronteira, fechando a rádio subversiva de CRICIÚMA e deixando o valor máximo de um Pelotão naquela cidade. Às 14h45min, a Cia do 14º BC atingiu ARARANGUÁ. Através do rádio nº 217-E3/B, dirigido ao Comandante do 23º RI, ficou determinado que o grosso da tropa sob seu comando permanecesse nos locais atingidos e que os elementos de reconhecimento prosseguissem até a fronteira. Foi, também, remetido o rádio nº 215 E3/B ao Comandante do Dst LAGES, comunicando-lhe que salvo a Cia de PASSO SOCORRO, nenhuma tropa deveria ultrapassar LAGES.

Do Comandante do II Exército foi recebido às 20h o seguinte rádio:

"Comandante 5ª RM e 5ª DI pt nº 56 E3 de 2 de abril de 1964 pt Virtude normalização situação vg solicito VEx liberar GT/4 fazendo-o retornar São Paulo pt Regresso fica condicionado situação material e pessoal tropa vg critério seu Comandante pt General KrueI Comandante II Exército."

Em 3 de abril, pela manhã a situação das tropas que haviam recebido missão, que implicava em deslocamento, era a seguinte:

– GT/4 e 1º EIC em CURITIBA
– Dst LITORAL: – 23º RI (-) acantonado em TUBARÃO
– Cia Fzo Ref/14º BC em ARARANGUÁ
– Um elemento de reconhecimento em TURVO e outro em SOMBRIO
– Dst Beta: – 5º BE Cmb (-) e 2º EIC em P. UNIÃO
– 1ª Cia/5º BE Cmb em MARCELINO RAMOS
– Dest Lages – 2º BRv (-); BI/13º RI; I/5º RO 105 e 5º Esqd Rec Mec em LAGES
– 1ª Cia/2º BRv, no Rio VACAS GORDAS, ao S de LAGES.

Nesse mesmo dia terminava a crise militar. O senhor JOÃO GOULART, após abandonar o Governo, estava desaparecido. Em conseqüência foram expedidos rádios aos Comandante dos Dst LAGES e BETA, do seguinte teor:

"Face evolução situação fica extinto Dst pt Deveis liberar Unidades que retornarão aquartelamentos pt Regresso ficará dependente situação material e pessoal da tropa juízo respectivo Comandante pt Cada OM deverá informar provável data movimento pt General Dario Comandante da 5ª RM/DI."

O GT/4 de SÃO PAULO após desfilar pelas ruas de CURITIBA, no dia 3, iniciou os preparativos para regressar. Na madrugada do dia 4 seguiu o 4º RI; no dia 5, às 6h, o 2º G Can Au AA 40 e às 7h45min o 2º GO 155AR.

Em 4 de abril, foi elaborada a Ordem de Operações nº 1 que confirmou as ordens particulares expedidas.

Em 6 de abril, determinou-se ao Comandante Destacamento LITORAL que propusesse uma rearticulação do seu dispositivo, por força de ser a região carbonífera um foco subversivo e necessitar a permanência, ainda das tropas naquela área.

Em 6 de abril, o General AMAURY KRUEL visitou a 5ª RM em CURITIBA, e determinou a expedição da seguinte mensagem a todas as OM regionais:

"Visitando a 5ª RM, desta cidade de CURITIBA vg desejo expressar meus agradecimentos cumprimentando valorosas organizações militares pela firme determinação restabelecimento plenitude constitucional vg princípios hierárquicos e disciplinares dentro ordem democrática pt General KRUEL Comandante II Exército."

Em 9 de abril, a articulação do Dst LITORAL era a seguinte:

– 1 Pel da 18123º RI em CRICIÚMA

– 1 Pel da Cia/14º BC em ARARANGUÁ

– 1 Pel do 23º RI (-) em ITAJAÍ

– Cia Ref (-) do 14º BC em FLORIANÓPOLIS

– 23º RI (-) em BLUMENAU

Em 12 de abril foi determinado o regresso dessas tropas aos quartéis.

4. Medidas administrativas

4.1 Providências iniciais:

4.1.1 Bloqueio de todo o estoque de gasolina, óleo diesel e querosene existente nos depósitos das Cias distribuidoras de produtos do petróleo. Pelo quadro abaixo, verifica-se a situação precária em que se encontrava CURITIBA no início da crise militar:

PRODUTO (em litros)	CURITIBA	PARANAGUÁ	ITAJAÍ
Gasolina comum	817.392	1.263.000	480.000
Gasolina de aviação	3.600	–	–
Óleo diesel	612.044	4.011.760	290.000

4.1.2 Solicitação à CMR/5 para que a RVPSC desse prioridade ao transporte de combustível de PARANAGUÁ para CURITIBA.

4.1.3 Avaliação das necessidades das OM em pessoal, viaturas e munições, para serem atendidas.

4.1.4 Assim foram colocados à disposição das Unidades, abaixo relacionadas, viaturas e pessoal, como também distribuídas as munições que necessitavam:

I/5º RO 105 – 5 Vtr 2 1/2 ton da 5ª Cia Com

– 1 Vtr 1 1/2 ton da 5ª Cia Com

– 2º Sgt mecânico de armamento do Pq R A/5

5º Esqd Rec Mec

– 3 Vtr 1/4 ton do 20º RI

– 2 Vtr 6 ton da 5ª Cia Int
– 1 Dst Mnt da 5ª Cia L Mnt
– 1 carro cisterna, requisitado à Cia BOSCA
– 1 Dst Saúde da 5ª Cia Ind Saúde
– Car 45 M2 – 4.000 tiros
– Car 45 M4 – 10.000 tiros
– Car 50 TSM2 – 265 tiros

RJ 2.36 HE -AT – M6A3USA – 6
5º RO 105

– Car 45 M2 – 4.000 tiros
– Car 30 M2 – 3.000 tiros

4.2 Providências subseqüentes:

4.2.1 Controle do combustível em poder das Cias distribuidoras. Toda a liberação desse produto, só era efetivada após a autorização da 4ª Sec/EMR/5.

4.2.2 Solicitações ao II Exército para a vinda de petroleiros para PARANAGUÁ e ITAJAÍ, a fim de ser aumentado o estoque de derivados de petróleo e permitir o atendimento da demanda nos Estados do PARANÁ e SANTA CATARINA.

No dia 4 chegou a PARANAGUÁ o navio *POJUCA* conduzindo 4461 ton de gasolina e 3170 ton de óleo diesel, iniciando a descarga;

4.2.3 Escolha de acantonamentos, providências para a confecção de refeições e apoio logístico ao GT/4 de SÃO PAULO.

4.2.4 Apoio logístico às tropas regionais em operação.

4.2.5 Estabelecimento, mediante ligação com os agentes das empresas distribuidoras dos produtos de petróleo, de um estoque de emergência em CURITIBA e PARANAGUÁ.

5. Conclusão

5.1 O abandono do cargo presidencial pelo senhor JOÃO GOULART e conseqüente fuga para o Uruguai, levou o Poder Legislativo a considerá-lo vago. De acordo com a Constituição, passou a exercer o cargo de Presidente da República o senhor RANIERI MAZZILI, Presidente da Câmara dos Deputados.

Em nome da Revolução vitoriosa e no intuito de consolidar a sua vitória, de maneira a assegurar a realização dos seus objetivos e garantir ao País um governo capaz de atender aos anseios do povo brasileiro, o Comando Supremo da Revolução, representado pelos comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e

da Aeronáutica investiu-se, em nome do povo, do Poder Constituinte e promulgou o Ato Institucional.

Esse Ato, demonstrando não pretender as Forças Armadas radicalizarem o processo revolucionário, manteve a Constituição de 1946, modificando-a, no que se refere aos poderes do Presidente da República, a fim de que este possa cumprir a sua missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o bolsão comunista.

O Poder Legislativo é, também, mantido – com algumas reservas ao seu poder – bem como são conservadas as Constituições Estaduais. A eleição do Presidente da República e do Vice-Presidente é fixada, determinando-se ao Congresso Nacional o prazo de dois dias para a sua realização, a partir de 9 de abril de 1964.

5.2 Lançado o nome do Exmo Senhor General-de-Exército HUMBERTO DE ALENCAR CASTELLO BRANCO para a Presidência da República, este foi sufragado pela quase totalidade dos componentes do Congresso Nacional.

Em 15 de abril último, o novo Presidente foi investido no cargo perante o Congresso Nacional.

Terminada a crise político-militar entramos, assim, numa nova etapa da República. Milhões de brasileiros estão voltados para o novo Presidente da República esperando da sua pessoa digna, capaz e honrada, novo alento que conduza o povo brasileiro a uma tranqüilidade social e econômica.

Quartel em Curitiba, PR, 4 de maio de 1964

General-de-Brigada DARIO COELHO
Comandante da 5ª RM/5ª DI

CONFERE COM O ORIGINAL:
Moysés Porfírio Sampaio
Coronel Chefe do EMR/5

General-de-Divisão João Carlos Rotta

O General João Carlos Rotta nasceu em Passo Fundo, em maio de 1932. Ingressou no Exército em 1949 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Engenharia em 6 de novembro de 1952. Serviu em várias guarnições do interior do Rio Grande e em Curitiba Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Em 1963, ano agitado por diversos conflitos político-militares, cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). A Revolução de 1964 encontrou-o no 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv), Vacaria (RS), Unidade em que houve confrontos entre defensores do Presidente deposto e aqueles que contestavam sua permanência à frente do Governo. Cursou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), serviu no Comando Militar do Planalto e na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Como oficial superior comandou por três anos o 3º Batalhão de Engenharia (3º BE), em Cachoeira do Sul, e prestou serviços no Estado-Maior do Exército (EME) e na CMBW (Estados Unidos). Foi Assistente-Secretário do General Cerqueira Lima no DGP, no Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) e no Comando Militar do Nordeste (CMNE), Recife.

Promovido a General em março de 1986, exerceu as funções de Chefe do Estado-Maior do CMNE, Comandante da 6ª Região Militar (6ª RM), Bahia, Diretor da DAF e Comandante da 3ª RM (RS). É Bacharel e tem licenciatura em História e Geografia, cursos realizados na Universidade Federal de Curitiba e Administrador de Empresas cursado no CEUB de Brasília. Foi distinguido com inúmeras condecorações civis e militares e é membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil. No momento, é coordenador, na área do Comando Militar do Sul (CMS), do Projeto de História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial e na Revolução de 1964.

Entrevista realizada em 3 de maio de 2000.

Estamos iniciando a entrevista com o General-de-Divisão João Carlos Rotta, Coordenador do Projeto de História Oral da Revolução de 1964. Conforme a sistemática de praxe, o General dispõe do tempo que quiser para falar sobre o assunto. Seu depoimento será complementado com perguntas do entrevistador.

Pode parecer estranho que o coordenador do Projeto, o encarregado de fazer as entrevistas, seja agora o entrevistado. Esta situação inusitada tem explicação: na época da Revolução, em 1964, era Capitão e servia no 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv) em Vacaria, no interior do Rio Grande do Sul. Tive a oportunidade de observar e participar de fatos ocorridos em um quartel dividido, a favor e contra o Comandante, que me permitiram inferir que a Revolução, aqui no Rio Grande do Sul, não foi tão tranqüila como contam a imprensa e alguns historiadores.

Vou iniciar meu relato tratando das causas da Revolução de 1964. Aponto como causa remota mais distante, o tenentismo. O Exército tem uma tradição de intervencionismo na política brasileira. Não adianta negar essa evidência. Sem recuar muito no tempo, cito a participação do Exército nos movimentos das décadas de 1920, 1930 e 1940, sempre sob a liderança dos tenentes do Realengo.

A Força Expedicionária Brasileira (FEB) não deixou de, no seu regresso, ser um fator importante para acabar com a ditadura de Vargas e restaurar a democracia. Eu era menino e acompanhava os fatos pelas conversas dos mais velhos. Meu avô, muito politizado, e meu pai, embora menos afeito à política, também gostavam de falar sobre o assunto. Eles conversavam, eu os ouvia sem entender bem do que tratavam. Em 1949 acabei entrando para o Exército e fui declarado Aspirante em 1952. Em 1961, era Capitão e servia em Curitiba quando houve a renúncia do Jânio, para mim e muitos outros, a causa mais importante da Revolução. É muito difícil para uma pessoa que não viveu aquela época, que não acompanhou ou participou daqueles momentos difíceis, perceber a gravidade do problema. Estas seriam as causas remotas: o tenentismo, o intervencionismo do Exército – que foi uma constante na nossa história – e a renúncia de Jânio Quadros, em 1961.

Como causas próximas mais evidentes, apontaria: o desgoverno do senhor Jango Goulart, a inflação sem controle, a revolta dos sargentos em Brasília e os atos de indisciplina dos graduados das Forças Armadas no primeiro semestre de 1964. A quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas é deletéria. Sem a sustentação destes dois esteios o Exército desaba. O sargento não obedece à ordem do capitão, o capitão não obedece ao Coronel que, por sua vez, se confronta com o General. Nos momentos de cisão, quando o militar por ato de consciência é obrigado a violentar a hierarquia e a disciplina, ele sofre. Chegar a um

comandante e dizer que não obedece mais às suas ordens, é difícil. É uma atitude que machuca, magoa e conflita com a nossa formação.

Logo depois que o Jânio renunciou, tivemos problemas sérios. João Goulart só foi aceito na condição de Presidente em regime parlamentarista, ou seja, com poderes limitados. A governança seria exercida pelo Primeiro-Ministro; João Goulart, acólitos e o pessoal que o cercava, é natural, não aceitaram o que alguém chamou de castração golpista. Então começou uma guerra contra o parlamentarismo e presenciamos algumas atitudes, inclusive dentro do Exército, extremamente desagradáveis. O Comandante Militar do Sul, III Exército na época, General Jair Dantas Ribeiro, passou um rádio para o Ministro e Comandantes subordinados, dizendo-se sem condições de manter a ordem, em face da oposição ao regime parlamentar. Não havia revolta contra o parlamentarismo. Apenas mais desejo de Poder por parte do Presidente e do grupo que o cercava. O General Geisel que comandava interinamente a 5ª Região Militar em Curitiba, quando eu servia no CPOR, mandou uma mensagem em texto claro, sem preocupação de sigilo, um rádio, afirmando que no Paraná e Santa Catarina ele resistiria a qualquer pressão contra o regime parlamentarista. Era evidente que avizinhava uma confrontação. Isto aparece no livro do Presidente Geisel e consta em vários escritos que tratam do problema.

Em 1963 ocorreu uma revolta dos sargentos em Brasília. Não se dá muita importância ao fato mas, na minha opinião, ele foi extremamente desgastante para as Forças Armadas. Naquela época, estava cursando Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), no Rio de Janeiro. Para nós, que éramos amigos dos sargentos, era difícil entender o ocorrido. Deu para perceber que havia um grupo deles que estava sendo trabalhado politicamente. Houve tiroteio, prenderam oficiais e comandante de Unidade. Esta rebelião foi mais grave na Marinha.

A EsAO, onde estudava, era um caldeirão de idéias. Mais de trezentos capitães, inconformados com as dificuldades econômicas, e que, além de ganhar pouco, não compreendiam o que estava acontecendo no País. O capitão que chega na EsAO é oficial moderno, recém-tenente. Na tropa, normalmente, é muito ligado ao sargento. Aí ouve falar que alguns graduados estão sendo mobilizados contra os oficiais. É lógico que ele se preocupe com a situação. Não sei se esse raciocínio é válido mas é a maneira como entendi a repercussão daquele episódio.

O ano de 1964 começou quente: primeiro a indisciplina do Cabo Anselmo e do Almirante Aragão na Marinha, e logo depois o comício da Central onde ocorreu um fato desagradável. O nosso Ministro afirmou que não iria ao evento mas acabou comparecendo ao comício. Os outros ministros militares também participaram; foi um ato político-ideológico sem nenhuma ligação com nacionalidade e patriotismo.

A avalanche de indisciplinas chegou ao máximo com a reunião dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil onde o Jango compareceu e fez um discurso incendiário.

Nesta época, eu já havia terminado a EsAO e comandava uma Companhia isolada do 3º Batalhão Rodoviário, em Vacaria, em um lugar chamado Rio Santana, mais ou menos a uns 40km da cidade e próximo ao Passo do Socorro, no Rio Pelotas, limite entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Na Companhia éramos dois oficiais: eu e o Tenente Neto. Tínhamos uns seis ou sete sargentos, mais ou menos cento e pouco cabos e soldados e qualquer coisa em torno de duzentos funcionários civis. Todo aquele pessoal estava voltado só para o trabalho. Ninguém, aparentemente, pensava em política. Só eu que viera do Rio de Janeiro e cursara a EsAO, estava mais ou menos a par dos acontecimentos.

Vou retornar um pouco no tempo. Sou uma pessoa que, sem ser um militar muito politizado, agressivo ou conspirador, teve uma participação ativa em vários fatos do passado recente. Por um ou outro motivo, sempre acabava me envolvendo em conflitos. Em 1954, em circunstâncias dramáticas, morreu o Getúlio. Servia no interior do Rio Grande do Sul, em Cachoeira do Sul, cidade pequena que não tinha agitadores. Não obstante, a morte do Presidente traumatizou a população. É interessante lembrar como soubemos que o Getúlio havia se suicidado. No dia 24 de agosto, estávamos em forma, treinando para o desfile do Dia do Soldado, quando o radioperador desceu do pavilhão de comando, apressado e muito nervoso. O sargento que operava o "piripipi", nome de caserna do radiotelégrafo, chegou na frente do Coronel e fez um gesto com a mão dando a entender que alguém havia se suicidado.

Com a confirmação da morte do Getúlio, acabou-se o treinamento para a formatura do dia 25 de agosto e as Unidades da Guarnição ficaram retidas nos quartéis. Previa-se que no Rio Grande do Sul haveria uma comoção muito forte mas, inicialmente, nada aconteceu na Cidade de Cachoeira do Sul. Então, o Comandante da Guarnição, General João de Deus Pessoa Leal, resolveu aliviar a prontidão no Batalhão de Engenharia e no Grupo de Artilharia. Servia na Companhia de Comunicações, que permaneceu no quartel em condições de intervir para manter a ordem, se necessário. O pessoal do Batalhão e do Grupo, com exceção do núcleo base, eram recrutas recém-incorporados e não tinham condições de serem empregados. Por isso, os soldados da Companhia de Comunicações, mais experientes, permaneceram no quartel. Eu era Segundo-Tenente e fui designado para comandar o Pelotão de Pronto Emprego. À tarde fui chamado pelo meu chefe, Comandante da 3ª Companhia de Comunicações (3ª Cia Com), meu amigo e uma pessoa muito controvertida e complicada. Ele acabava de chegar da rua e me disse nervosamente:

– Estão querendo atear fogo na cidade, sai agora para a rua Sete e protege o *Jornal do Povo* contra os incendiários.

Escolhi 11 homens do meu pelotão, um sargento, dois cabos e oito soldados, todos de minha confiança. O sargento chamava-se Colaço, portava uma metralhadora INA e os soldados o fuzil Mauser 1908. Eu estava armado de pistola. Perguntei ao Capitão:

– Mais alguma recomendação?

– Bloqueie a Rua Sete na frente do jornal e não deixe ninguém passar.

– Mas não deixar passar, como?

Ele foi enfático:

– Não crie caso, Rotta, vai lá e cumpra a ordem.

Fui. Quando cheguei no centro da cidade, uma localidade pacífica e de gente trabalhadora, não vi nenhuma agitação. Perguntei a um civil:

– O que o pessoal pretende fazer por aqui?

– Estão querendo incendiar o jornal.

O jornal da cidade era contra o Getúlio. O que poderia fazer? Distribuí meu pessoal, fiquei com cinco homens e o sargento onde supunha que a turba apareceria e os outros cinco coloquei na outra esquina. Bloqueei a rua. Hoje, ao ver os problemas das badernas nas cidades e as dificuldades da repressão, aumenta a minha convicção de que esta é a missão mais difícil que se pode se atribuir ao militar. Uma coisa é você ir para a guerra, atirar em um inimigo definido. Outra é ver o povo chegando e comandar: fogo! É terrível, mas eu era um bem formado 2º-Tenente do Exército e pretendia cumprir a missão de qualquer maneira.

Há pouco tempo, um artigo de jornal lá de Cachoeira, escrito pelo Ivan Tavares, na época Capitão de Artilharia que participou dos fatos contém o relato do ocorrido. A situação parecia controlada, quando avistei no alto da Rua Sete de Setembro uma massa humana aproximando-se em nossa direção. Eu me assustei e tive medo. Acho que todo o ser racional tem medo. O difícil é vencê-lo. Eram umas cem ou duzentas pessoas que enchiam a rua estreita. Alguns pareciam bêbados. Arrastavam um caixão de defunto onde estava inscrito o nome do inimigo deles: Carlos Lacerda. Outros traziam coquetéis molotov na mão. Então, acercou-se de mim o delegado da cidade, um homem com fama de valente, mas que parecia mais assustado do que eu. Perguntou-me:

– Tenente, o que o senhor pretende fazer?

– Se eles tentarem passar – respondi-lhe – vou atirar.

Se isso ocorresse, talvez tivéssemos matado alguns arruaceiros mas, possivelmente, fôssemos massacrados pelos sobreviventes. O mínimo que poderia ocor-

rer seria ficar marcado como um homem violento e desequilibrado e certamente a minha carreira estaria definitivamente comprometida. Voltemos ao cenário da baderna. Cada vez mais assustado, o delegado saiu correndo ladeira acima. Chegou na frente da passeata – isso eu não vou esquecer – e gritou:

– Cuidado que o tenente está nervoso!

Eu não estava nervoso mas sim com muito medo e não sabia bem o que fazer. O povaréu vinha descendo, descendo. O delegado pedia calma. Ele até que me ajudou. Quando a turba chegou na esquina, a uns 20m de onde eu estava, dei ordem para o pessoal engatilhar as armas. Os velhos fuzis 1908 faziam um ruído ameaçador quando engatilhados. Podiam não atirar bem – os nossos estavam todos descalibrados – mas assustavam os incautos. Do meu lado estava o Colasso, excelente sargento, tentando engatilhar a metralhadora. Avisou-me que a arma estava engasgada.

– Faz de conta que não está – disse-lhe em voz baixa.

A passeata assustou-se, dobrou a esquina e foi se afastando do local. Senti um alívio. Mas na retaguarda dos manifestantes estavam os mais radicais e um deles me provocou:

– No tempo do falecido Getúlio, eu transitava por esta rua quando bem entendesse, agora não posso mais porque os militares não me permitem.

Resolvi não discutir, fiquei calado. O sujeito insistiu em passar e tive que gritar:

– Por aqui o senhor não vai passar!

– Largue esta arma – continuou o provocador – e vem para cá!

Naquele momento, tive uma feliz inspiração. Um dos elementos que estavam comigo era um cabo muito brigão de nome Lara. Eu o tinha levado para o Pelotão porque apreciava a sua coragem. Era atrevido, agressivo, mas corajoso. Gritei para ele e para que todos ouvissem:

– Lara, vai lá pega aquele baderneiro e traz aqui.

Ele deitou o fuzil no chão e saiu correndo atrás do sujeito, que fugiu pelo meio dos manifestantes. Chamei o cabo de volta.

Essas confrontações aconteceram em quase todo Rio Grande do Sul, com mortes e destruição. Em Cachoeira não houve nada grave porque tivemos muita sorte.

Depois que os manifestantes foram embora, respirei fundo. Logo em seguida começou a chegar reforço do Grupo e do Batalhão e a situação na cidade se acalmou. O General que percorria a cidade no seu carro chegou até onde eu estava e perguntou-me como andavam as coisas.

– Nada bem, respondi-lhe. – Estou nervoso e com medo.

– Militar não pode ficar nervoso e com medo por tão pouco – doutrinou-me o velho.

– Mas eu fiquei. E os meus joelhos chegaram a bater um no outro. Fui provocado e desafiado. É muito difícil enfrentar o povo enraivecido. A situação ficou confusa e temi errar nas minhas decisões.

O General prometeu processar os provocadores, mas o assunto caiu no esquecimento. Tempos depois voltei a me incomodar com o acontecido! Fui obrigado a andar um tempo armado; o sujeito que mais me desafiou, aquele que correu do Cabo Lara, prometia vingar-se do "tenentinho carioca" que tinha humilhado os cachoeirenses. Não sou carioca, sou gaúcho, nascido em Passo Fundo. Certa vez passei pelo sujeito, encarei-o, e ele baixou os olhos. Guardei a pistola no armário.

Vou saltar da morte de Vargas para a renúncia do Jânio. Quando o Presidente irresponsável renunciou e traiu seus eleitores em 1961, estava no CPOR de Curitiba. Era uma Unidade muito politizada. O Coronel Comandante tinha sido deputado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e era um homem engajado na política. Comigo ele foi muito leal. Mesmo sabendo que eu era janista, ajudou-me a permanecer em Curitiba quando quiseram me transferir por motivos políticos. Todos sabiam que eu havia votado no Jânio, contra o Lott.

Os adeptos do General candidato se diziam nacionalistas e chamavam os adversários de entreguistas. Eu os ameaçava:

– Se vocês me chamarem entreguista – eram meus amigos – eu os chamarei de comunistas.

Era também uma acusação injusta. Havia um maniqueísmo muito forte no Exército.

No final do mês de agosto de 1961, na véspera da sua renúncia, Jânio Quadros visitou Curitiba. Foi então convocada uma reunião no Círculo Militar à qual compareceu a maioria dos oficiais da guarnição. Na saída, alguns amigos – lottistas – me confessaram:

– Rotta, você tinha razão, esse homem vai ser a solução para o País!

Jânio, como sempre, fizera um discurso brilhante. Falava muito bem, era um excelente orador, articulava com perfeição as palavras e seu pronunciamento fora claramente nacionalista. Saí satisfeito e me senti vitorioso.

Alguns dias depois o homem renunciava. Houve um trauma. Vi oficiais chorando. Haviam votado nele, defendiam o Jânio, se empolgaram com ele, e agora choravam. Não sabiam o que estava acontecendo. Foi quando houve o movimento da legalidade, partido do Rio Grande do Sul. Brizola foi audacioso e conseguiu mobilizar o povo em favor da posse do Vice-Presidente, seu cunhado. A

5ª RM (Paraná e Santa Catarina), subordinada ao III Exército (hoje CMS), ficava no limite de São Paulo que, segundo as informações, estava contra a posse de Jango. Eu, sendo instrutor do CPOR, achei que não seria envolvido nos acontecimentos "bélicos". Surpreendentemente, chegou uma ordem para o CPOR criar um destacamento com a missão de barrar, defensivamente, a BR-116 na fronteira com São Paulo. Chamava-se Destacamento Iguaçu que seria basicamente formado por oficiais e contingente do CPOR, e mais os carregadores de sacos da Companhia de Subsistência. Era uma tropa despreparada para o combate. A exceção era uma Bateria do Grupo de Artilharia.

Houve muita habilidade da parte do Comandante do CPOR, Coronel Bezerril: ele não colocou nenhum oficial mais radical no comando do Destacamento Iguaçu. Todos eram bons profissionais e politicamente moderados. Como a missão do Destacamento era defensiva, surgiu a idéia de lançar um campo de minas para barrar as tropas que viessem do Norte, trabalho típico da Engenharia. Fui sondado para participar da missão e recusei. Não gostava nem do Jango Goulart, nem do Brizola. Minha formação política era a de uma família gaúcha conservadora, avessa ao getulismo. O Comandante do Destacamento, Major Lauro, um oficial de Cavalaria sensato e tranqüilo, chamou-me e reiterou o convite:

– Rotta, vou colocar meu pedido em termos de amizade. Você vai com a gente, lança um campo de minas, bloqueia a estrada e nos garante o tempo para conversar com o pessoal de São Paulo.

Acabei convencido pelos majores Lauro e Guanabara a participar da aventura. Fato curioso: na composição da tropa, acabaram predominando oficiais que eram contra o Jango. Suponho que esta armação foi resultado da manobra correta de que já falei do Coronel Bezerril e do Major Lauro para evitar a presença no Destacamento dos defensores de uma confrontação com São Paulo que, fatalmente, seria desfavorável para nós, uma força-tarefa despreparada e desarmada.

Minha "tropa" de engenharia era o Sargento Silveira, excelente profissional, e um cabo burocrata oriundo da arma mas sem nenhum conhecimento dos trabalhos de engenharia de combate. A BR-116, estrada recém-inaugurada, foi fechada. Não havia trânsito nos dois sentidos. Fizemos alguns fornilhos (determinada quantidade de pólvora que se enterra para explodir) a fim de bloquear os caminhos de serviço, acessos abertos pelas empreiteiras para construir a BR-116 e lançamos um campo de minas improvisado no asfalto da estrada propriamente dita. As poucas minas anticarro existentes na 5ª Região Militar estavam depositadas no 5º Batalhão de Engenharia, de Porto União, que se recusou a entregá-las, alegando que precisava do material para a instrução ou para um eventual empre-

go da Unidade. Então apelamos para a criatividade: preparamos cargas com 2kg de dinamite e acionadores de pressão antipessoal. Era um artefato bem mais sensível e perigoso que uma mina. Abrimos buracos no asfalto com explosivo e cobrimos o leito da estrada com terra para ocultar o local das minas. Conseguimos uma carregadeira e um basculante para nos apoiar no serviço. Tudo improvisado, nunca vi aquele procedimento em qualquer manual. Com auxílio do sargento Silveira, fiz um esquema da localização das minas diferente daquele previsto nos regulamentos. Colocamos preguinhos ocultos no acostamento, estendemos uma fita em diagonal ao eixo da estrada e marcamos a distância do local da mina. Retiramos a fita e deixamos as taxas praticamente invisíveis. Para retirar as minas, como foi feito depois, bastava colocar a fita e medir as distâncias anotadas. Deixamos um desvio aberto para o nosso trânsito e eventuais viaturas que viessem de São Paulo, desvio que seria bloqueado no caso de movimento de tropa do Norte. Trabalho feito por três militares da engenharia: um capitão, um sargento e um cabo. Tudo na base da improvisação, guerra crioula, como eu chamava.

Aconteceu um fato curioso na nossa guerra crioula. Na estrada vicinal, que ficou aberta ao trânsito, havia uma ponte de madeira e nas proximidades dela um bolicho.[1] Entreguei uma lata de gasolina para o bodegueiro e disse a ele que, mediante ordem, derramasse gasolina, incendiasse a ponte e fosse para a casa de algum vizinho, longe dali. Finda a missão, fui agradecer o homem e buscar a gasolina. Atendeu-me a mulher dele e me contou que o marido, quando começou a ouvir tiros e explosões – regulação da artilharia, nossos fornilhos e treinamento da infantaria – deixou-a sozinha e se foi para casa de um parente. Meu *partisan* foi um fiasco...

Logo começaram nossos contatos com os elementos mais próximos das forças do Norte. Não participei daquelas tentativas de pacificação antecipada. O fato é que nós, militares, não tínhamos o menor desejo de confrontação com os companheiros, alguns até amigos íntimos. No fundo, detestávamos sentir o nosso envolvimento em algo promovido por políticos inescrupulosos.

O Comandante do Destacamento de São Paulo era um homem de personalidade forte, General Ulhoa Cintra, apelidado injustamente de Juca Burro. Tratava-se de um homem radicalmente anticomunista, aguerrido e inteligente. Talvez por isto mesmo, foi colocado à frente das tropas do Norte. Na minha opinião, se os paulistas partissem para valer, passariam por cima de nós. Sugerimos ao Major Lauro que negociasse com o pessoal de São Paulo antes de um possível

[1] Ou boliche. Casa comercial de ínfima classe. Bodega.

enfrentamento, tentando uma fórmula para evitar um vexame ou uma chacina. A disparidade de meios em favor dos "invasores" era flagrante. Acredito que a maioria dos oficiais pensava assim. Soube, depois, que na Estrada da Ribeira, outro eixo de penetração Norte-Sul, também houve contatos entre os dois lados.

Às vezes éramos visitados por oficiais de Curitiba. O General Rondon, comandante das operações, sobrinho do patrono das Comunicações, era o mais assíduo. O General Galhardo, Comandante da 5ª RM também nos visitou. Lembro-me de que o Tenente-Coronel, ou Coronel, Cairolli, que diziam engajado no movimento "legalista", acompanhou nosso trabalho de colocação de uma carga de explosivo no encontro de uma ponte na BR-116. Elogiou nosso esforço e ficou admirado quando lhe disse que há duas noites praticamente não dormíamos. Com a posse do Jango, o Coronel Cairolli foi para Brasília ser Secretário de Segurança do Distrito Federal. Depois se desentendeu com o Governo e nunca mais ouvi falar nele. Nosso Comandante direto, Major Lauro e o seu Estado-Maior, Major Guanabara, Capitão Veiga e Capitão Palermo, eram todos muito equilibrados, competentes e desvinculados da política partidária.

Meu pai veio de Passo Fundo para acompanhar minha família enquanto eu permanecia na fronteira de São Paulo. Nesta época, já tinha meus cinco filhos. Quatorze dias depois de termos iniciado a missão, estávamos de volta a Curitiba. Embora tenha sido leal com meus chefes e feito tudo que estava ao meu alcance para evitar um mal maior, nunca senti muito orgulho por ter participado daquela guerrinha caipira. Como sempre, fomos marionetes nas mãos dos políticos. Antevi que a solução "Jango Goulart" não era a mais sensata nem seria duradoura, embora surgisse como a única possível naquele momento para evitar um enorme derramamento de sangue. Graças ao equilíbrio do Exército não entramos em uma guerra civil.

Em 1963, saí do CPOR e fui cursar a EsAO. Foi um período muito importante na minha vida militar. A EsAO é uma escola exigente e o aluno tem que estudar bastante para sair-se bem e, no fim do curso, escolher uma boa Unidade. Mil novecentos e sessenta e três foi um ano agitado nas escolas do Rio de Janeiro. A Revolução ganhou muito de sua força com o descontentamento dos oficiais mais jovens que estavam irritados por causa dos seus problemas financeiros, com a rebelião dos sargentos em Brasília e com o avanço do comunismo no País.

O fórum de debates era o Clube Militar. Muitos capitães da EsAO, entre os quais me incluo, assistiam às reuniões de protesto no auditório daquela entidade. Éramos normalmente disciplinados. Mas havia gente extremamente irreverente e agressiva. Assisti cenas e pronunciamentos caracterizados por uma indisciplina desmedida. Eu e outros companheiros da EsAO, certa vez, assinamos um livro no qual oficiais protestavam contra uma decisão do Ministro. Só que eu, como alguns ou-

tros, cometi um pecado: assinei, coloquei meu nome com letra de imprensa e o número da minha identidade; uma presepada de capitão inexperiente. Dois dias depois, saiu em um jornal do Rio o meu nome e os de outros colegas como sendo dos oficiais que seriam punidos por terem assinado um documento de protesto endereçado ao Ministro. Só não fomos presos porque o nosso Comandante se recusou a punir os alunos para evitar possíveis manifestações e repercussões em cadeia. Por causa disso o General teria sido exonerado do Comando da EsAO.

A insatisfação entre os capitães era muito grande. Havia basicamente duas linhas conspiratórias: de um lado os janguistas e filocomunistas (minoria) e de outro aqueles que aceitavam até medidas de exceção para evitar a comunização do País. Éramos convidados para reuniões em quartéis ou residências de oficiais superiores e até de generais. Nunca compareci. Só participei de reuniões no Clube Militar e de alguns debates na própria EsAO. Os alunos conversavam muito sobre a situação e, às vezes, se reuniam para debater na sala do Curso de Infantaria. Eu, normalmente, só ouvia, mas um dia resolvi intervir. Um capitão fez um pronunciamento radical, propondo que entrássemos em greve. Foi muito aplaudido. Eu achava um absurdo a idéia. Fui ao microfone e falei com veemência algo mais ou menos assim:

– Militar não entra em greve; quando está descontente e quer protestar contra o Governo ele arromba a reserva de armamento, pega as armas e vai lutar. No nosso caso isto será fácil. Aqui ao lado está o QG da 1ª DI, já terminou o expediente, só tem a guarda do quartel. Cada um vai para sua casa, pega seu armamento individual, e tomamos o QG de assalto. A repercussão será muito maior do que se nós acamparmos na frente da Escola dizendo que estamos em greve. Militar não entra em greve!

Pouco depois entrou na sala o Coronel Viana Moog, na época, Subcomandante da EsAO. Era um homem sério e fechado. Aconselhou-nos mais prudência, pois estávamos nos excedendo nos pronunciamentos. Em seguida apagaram a luz e os conspiradores foram para casa.

Muitos não entenderam a minha intervenção. Até hoje, às vezes, sou lembrado como um radical opositor do Governo, um incendiário, quando na verdade fui um bombeiro querendo apagar o fogo da greve. Achava – e acho até hoje – ser vergonhoso um militar entrar em greve. Quem se incomodaria com uma paralisação da EsAO? Não faltaria leite, não faltaria pão, não faltaria transporte e dificilmente a iniciativa teria êxito. O militar, quando quer protestar, faz como os 18 do Forte ou como os tenentes das décadas de 1920 e 1930. Mas fazer greve? Seria provavelmente um ato inócuo que só machucaria a Instituição. Anos depois, fui

chamado de ex-carbonário por um colega da Escola de Estado-Maior. Logo eu, um inofensivo pacifista...

Concluí a EsAO no final de 1963. O Ministro, General Jair, não permitiu que naquele ano os capitães da EsAO ficassem no Rio de Janeiro. Acho que ele não foi hábil: dispersou pelo Brasil inteiro centenas de capitães descontentes e doutrinados. Estudáramos a guerra revolucionária durante o curso e acreditávamos – era opinião dos instrutores e da maioria dos alunos – que já estávamos imersos em uma de suas fases.

Fui convidado para ficar como instrutor na EsAO e não aceitei. Preferi voltar para o 3º Batalhão Rodoviário, em Vacaria, onde já havia servido. Comandava a Unidade o Coronel João Guerreiro Brito. Tinha qualidades: era inteligente, trabalhador e honesto. Mas não tenho dúvidas, era marxista, como muitos outros oficiais de sua geração. O Coronel Vinitius Nazareth Notare contou-me que esta tendência era por causa da doutrinação feita por um professor comunista que havia no Realengo. Era um professor com grande trânsito entre os cadetes e que virou a cabeça de muita gente.

Antes de seguir para Vacaria fui apresentar-me no então Ministério da Guerra. Nos corredores, encontrei o antigo Comandante do 3º BE, Coronel Rupp, meu primeiro chefe, um dos melhores que conheci. Perguntou-me o que estava fazendo. Disse-lhe que terminara a EsAO e estava me apresentando a fim de seguir destino para o 3º Batalhão Rodoviário, Vacaria. Ele criticou minha opção:

– Vais servir com o Guerreiro Brito? Ele é louco e comunista. Você vai se incomodar com ele. Veja se consegue retificar sua designação!

Na EsAO, no final do curso, escolhe-se a vaga conforme a colocação na turma; publicada a Unidade de destino – escolha do próprio capitão – é muito difícil mudar. Logo verifiquei que o Coronel Rupp tinha razão. Meu novo Comandante não escondia suas idéias esquerdistas; falava de tal maneira que qualquer iniciante na política percebia as suas tendências marxistas.

Quando cheguei em Vacaria, pensei que ficaria na sede do Batalhão (na cidade); era capitão antigo, já com a EsAO e na minha passagem anterior pela Unidade, ficara dois anos e meio na 2ª Cia, a 60km da sede do Batalhão. Desta vez fui destacado para a extremidade norte do trecho. Meu colega de turma e de EsAO, Capitão Miró, que chegou mais tarde, foi parar na outra ponta da estrada em construção. Seria uma coincidência, ou havia uma prevenção contra os oficiais recém-egressos da EsAO?

No Rio Santana, nome do local da companhia que fui comandar, notícias quase só pelo rádio a pilhas. O gerador de luz apagava às 21h. Vivíamos totalmente voltados para o trabalho e não havia tempo nem ânimo para outras preocupações.

Certa vez viajei com o Coronel Guerreiro Brito para Bento Gonçalves onde fomos ver os trabalhos do 1º Batalhão Ferroviário nos túneis. Na ida, o Coronel Brito não abriu a boca. Viajamos de carro de Vacaria até Bento Gonçalves sem trocar uma palavra. Ficaram estagiando no Batalhão Ferroviário o tenente, o sargento e um feitor que nos acompanharam na viagem até Bento. Voltei para Vacaria sozinho no carro com o Coronel. Puxei conversa e comecei a provocá-lo sobre a possibilidade de ele ser promovido a General no final daquele mês de março de 1964. Falou-me o Coronel Guerreiro Brito:

– Eu até que poderia ser promovido agora a General, mas não gostaria de preterir o Coronel Dirceu de Araújo Nogueira, Comandante da Unidade que visitamos e que você conheceu hoje. Ele é o primeiro da minha turma e o considero um grande oficial. Na próxima promoção será a minha vez, devo ser promovido.

Vi que ele estava querendo conversa e continuei alimentando o diálogo. Perguntei-lhe sobre as possibilidades de promoção do Coronel Candal, um oficial de Engenharia muito conceituado, ex-Comandante do 3º BRv. O Coronel Guerreiro Brito foi enfático:

– Aquele nunca será promovido. É entreguista e reacionário.

– E o General Rodrigo Otávio tem chance? – provoquei.

A resposta foi surpreendente:

– Embora do grupo de direita, é um homem lúcido, empreendedor e tem sido muito útil para o País e para o Exército.

– E o senhor quando será promovido? – perguntei-lhe novamente.

– Eu não saio agora mas devo ser promovido na próxima.

As previsões do Coronel Guerreiro Brito aconteceram parcialmente: o Comandante do 1º Batalhão Ferroviário, Coronel Dirceu, foi promovido a general nas vésperas da Revolução, no dia 30 de março; o Coronel Candal e o Coronel Rodrigo Otávio foram promovidos na primeira leva pós-revolução e ele – Guerreiro Brito – foi cassado na primeira lista.

Isto talvez explique a posição extremada do Comandante do 3º BRv na defesa do Governo do Jango que, praticamente, só promovia a general oficiais esquerdistas. Se não cai o João Goulart não há dúvida de que ele – homem ligado ao General Assis Brasil – seria promovido.

Quando eclodiu a Revolução, o Coronel Guerreiro Brito assumiu pessoalmente o comando da tropa, maltreinada e com armamento deficiente, e ocupou posição na calha do Rio Pelotas, onde pretendia barrar o eventual avanço dos destacamentos do Norte. Ele insistia em resistir no Passo do Socorro e adotava medidas extremadas. Uma delas foi prender dois tenentes do 2º Batalhão Rodoviário, de Lages,

que estavam, por ordem de seu Comandante, Coronel Samuel, fazendo um reconhecimento na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. Um dos tenentes detidos e conduzidos para Vacaria é o atual General Calazans.

Enquanto isso, alguns oficiais do 3º BRv solidários com a Revolução, entre os quais eu me incluía, discordavam das posições do Coronel Comandante e conspiravam.

Montamos um esquema para prender o Comandante em um de seus deslocamentos. Não deu certo: ele veio para a sede do Batalhão por outro itinerário. Fracassada a tentativa de "seqüestro", começamos a trabalhar a fim de convencer nosso Subcomandante, Tenente-Coronel Brasil, a assumir o Comando do Batalhão. Argumentávamos que o Coronel Guerreiro Brito estava conduzindo a Unidade de acordo com suas convicções políticas e pessoais com as quais não concordávamos. O País todo estava aderindo à Revolução e o Batalhão, como se fosse uma Unidade poderosa, continuava em posição de combate no limite com Santa Catarina. Era uma situação incômoda para nós, claramente favoráveis à Revolução, e de risco para todos. Um avião passou sobre o Batalhão e lançou panfletos, sugerindo a adesão ao Movimento. Preocupava-nos a hora em que lançassem bombas ao invés de papel. A Vila Militar onde moravam as famílias dos oficiais e dos sargentos ficava junto ao quartel.

Atendendo a nosso pedido, houve uma reunião de oficiais presidida pelo Tenente-Coronel Brasil, Subcomandante. Foi um encontro tenso e dramático. O Major Paulo Ferreira e Silva, o mais antigo dos militares que não concordavam com a atuação do Batalhão, sugeriu que a tropa fosse retirada do Passo do Socorro e que o Tenente-Coronel Brasil assumisse o Comando da Unidade. Éramos uns 15 oficiais na sala. O Subcomandante sugeriu que esperássemos até o fim da tarde para uma decisão. Alegou que era muito amigo do Coronel Guerreiro Brito, fora convidado por ele para ser seu Subcomandante e, por uma questão de ética, não poderia proceder como queríamos. O Major Ferreira e Silva discordou da protelação argumentando que a maioria dos presentes na sala era favorável à destituição do Comandante. O Tenente-Coronel Brasil foi então muito arguto: resolveu ouvir os oficiais um a um. O Major Ferreira e Silva, é claro, ratificou seu ponto de vista. O Capitão Bauer acompanhou-o. O Capitão seguinte absteve-se de emitir opinião. Eu e o tenente dentista também fomos a favor da destituição do Comandante. Os demais, ou se abstiveram, ou manifestaram-se a favor da "legalidade". O Tenente-Coronel Brasil aproveitou de imediato o resultado da consulta:

– Como não houve consenso nem a maioria foi favorável à destituição do Coronel Guerreiro Brito do Comando, sugerida pelo Major Ferreira e Silva, prevalece

a minha proposta: vamos aguardar a evolução dos acontecimentos até a meia-noite. Está terminada a reunião.

Nesta hora minha cabeça ferveu. Para o militar é difícil se insurgir contra o superior. Estava tenso, nervoso e encharcado de adrenalina. Enchi-me de coragem e anunciei minha decisão:

– Acho que este assunto é muito importante para ser decidido por uma votação em que a maioria dos companheiros se absteve. Recuso-me, a partir deste momento, a cumprir ordens do Coronel Guerreiro Brito por considerar que o Batalhão está cumprindo uma missão suicida.

O Tenente-Coronel Brasil me deu voz de prisão. Outros três oficiais, aqueles que haviam se pronunciado pela destituição do Comandante, endossaram meu ponto de vista e também foram presos.

Ficamos detidos na biblioteca do Batalhão, uma sala ampla e confortável. Apesar disso estávamos tão acabrunhados como se estivéssemos em uma masmorra. Logo depois se juntavam a nós o Capitão Totti e o tenente Marques, que não participaram da reunião por estarem envolvidos em outras missões.

Naquele dia, veio uma ordem do III Exército para que o Batalhão recolhesse a tropa ao quartel, que o Coronel Guerreiro Brito passasse o comando da Unidade ao Tenente-Coronel Brasil e se apresentasse no QG do III Exército, em Porto Alegre. À tardinha, o Comandante chegou de volta ao quartel com seu destacamento. Teve uma grande decepção: vários oficiais que participaram da missão no Passo do Socorro, ao saberem que nós estávamos presos e o motivo, solidarizaram-se conosco e também foram presos. O Coronel Guerreiro Brito colocou a tropa em forma no pátio, convocou os funcionários e fez um dos pronunciamentos mais agressivos que já ouvi. Cumprimentou a tropa pelo seu desempenho, anunciou a sua destituição do Comando e declarou-se defensor de ideais "progressistas e nacionalistas". Depois sobrou para nós: chamou os oficiais que se declararam favoráveis à Revolução de oportunistas, traidores, entreguistas e covardes. Alguns dos oficiais presos na biblioteca, de onde se ouvia muito claramente o alto-falante que transmitia as ofensas, choraram de raiva. Lembro bem das palavras do Coronel:

– Perdemos a batalha mas não perdemos a guerra; quando a situação se inverter, estes canalhas reacionários vão se arrepender do mal que estão causando ao Brasil.

Naquele momento, a primeira lembrança que me veio à cabeça foi o *paredón*. O Coronel Guerreiro Brito foi muito aplaudido pelos servidores civis. Eu sempre considerei esta atitude dos nossos funcionários paradoxal. Quem os protegia contra o despotismo do Comandante eram os capitães e os tenentes.

Certa vez percorria o trecho da Companhia com o Coronel e ele, quando passamos em frente ao barraco de um trabalhador, me advertiu:

– É bom que você saiba que eu não gosto de puxado nas casas dos trabalhadores. Temos que obedecer ao nosso padrão 5,50 X 2,75 (14,23m^2).

Era um espaço minúsculo. Aleguei que se tratava de um trabalhador com família muito grande, seis filhos, e que a melhoria do barraco fora feita aos domingos, sem prejuízo para o serviço. A reação do Coronel Guerreiro Brito foi inusitada:

– Vocês só se preocupam com colégio para as crianças, reformas nas enfermarias e melhoria na comida dos soldados. Eu penso diferente: nossa missão é construir o Tronco Principal Sul, o resto é supérfluo. Para mim, a vontade do Estado predomina sobre os interesses do indivíduo e o ideal seria termos os nossos trabalhadores morando em alojamentos e comendo de panelão, longe das famílias que só nos dão incômodo. Assim, o rendimento desta gente no serviço seria muito maior. O homem que trabalhar como eu gosto, estará tão cansado no domingo que não terá disposição para fazer reformas no seu barraco.

Eu que considerava o Coronel Guerreiro Brito apenas um nacionalista extremado, um homem de esquerda, empolgado com o Governo Goulart, com a república sindicalista que se pretendia implantar no País e com as perspectivas do seu generalato, concluí, com aquela conversa, que, na verdade, ele era um estalinista convicto.

Voltemos aos dias tumultuados de março de 1964. Logo após a formatura, o Coronel Guerreiro Brito libertou os oficiais presos solidários com a Revolução e determinou que os militares destacados voltassem para as suas companhias e retomassem o trabalho.

Antes de seguir para o Rio Santana, fiz um contato com o Capitão Totti. Ele me contou que chegara no Batalhão uma mensagem cifrada do III Exército alertando para a possibilidade de eclosão, naquela noite, de uma revolta dos graduados contra a Revolução. O documento estava nas mãos do Coronel Guerreiro Brito que não o difundira para ninguém. Preocupado, segui para a minha Companhia, no Rio Santana. Lá encontrei o Tenente Neto – meu único oficial subalterno – que regressara de um posto de vigilância para o qual fora designado, uma ponte de madeireiros, localizado a montante do Passo do Socorro. Relatei ao Tenente os fatos ocorridos na sede do Batalhão e minha preocupação com a mensagem do III Exército, não difundida aos oficiais pelo Coronel Guerreiro Brito, agora ex-Comandante. No início do expediente do dia seguinte reuni todo o pessoal da Companhia no rancho, informei sobre a minha posição favorável à Revolução e determinei que os trabalhos prosseguissem normalmente. Por precaução, mandei retirar toda a munição da reserva de

armamento e coloquei-a no porão da casa do Tenente Neto. Soube mais tarde que alguns graduados não gostaram desta minha "demonstração de desconfiança".

Os oficiais continuavam preocupados com a permanência do Coronel Guerreiro Brito na área. Ele alegava que estava passando os encargos do Comando para o Tenente-Coronel Brasil e que só iria para Porto Alegre, após o término desta tarefa. Para mim, na verdade, o Comandante destituído aguardava a anunciada rebelião dos graduados para, revertida a situação, reassumir a chefia das ações que agora seriam prioritariamente contra nós, seus antigos comandados.

Naquela tarde tomei uma decisão ousada. Fui à cidade e liguei da telefônica para o III Exército. Com alguma dificuldade, consegui falar com o Coronel Codeceira que respondia pela Chefia do Estado-Maior daquele Comando de Área. Relatei rapidamente o que estava ocorrendo no Batalhão e disse da nossa preocupação com a presença do Coronel Guerreiro Brito em Vacaria. Disse-lhe, ainda, que a permanência do Tenente-Coronel Brasil no Comando, agora, parecia inconveniente. Não que o achássemos um inimigo da Revolução. Até pelo contrário, em algumas conversas que precederam o Movimento de Março, ouvi críticas suas à bagunça do Governo do Jango Goulart. Acontece que alguns oficiais do próprio Batalhão não se conformavam que a lealdade dele ao Coronel Guerreiro Brito tivesse prevalecido sobre um movimento que era inevitável e imprescindível para salvar o Brasil da comunização. Relatei o que estava ocorrendo no Batalhão e sugeri a designação urgente de um novo Comandante para a Unidade. Poderia ser até um Coronel de outra arma. Lembro-me até hoje da resposta serena do Coronel Codeceira:

– Capitão, não pense que é só aí em Vacaria que está havendo confusão. Estamos com problemas em toda área do III Exército. Até aqui no QG a situação está complicada. Mantenham a calma que a Revolução já é vitoriosa. Caso haja alguma ameaça mais séria, liguem-se com o Coronel Samuel do 2º Batalhão Rodoviário, em Lages, e ele apoiará vocês.

Fui até a sede do Batalhão e ficou combinado com outros oficiais que se houvesse necessidade, eu seria o encarregado de ir a Lages pedir o apoio do Coronel Samuel. Minha Companhia era a mais próxima de Santa Catarina.

Naquele dia houve um fato que, a um só tempo, me alegrou e me preocupou. Fui procurado em minha casa pelo Sargento Francisco – Chiquinho – o melhor "tocador de obra" do Batalhão. Tinha uma capacidade de trabalho incomum e liderava seu pessoal de maneira exemplar. Ele foi muito franco. Confessou-me sua admiração pelo PTB e pelo Jango mas que, por tudo que devia ao Exército, por sua formação militar e estima aos seus chefes – diga-se, ele conquistou esta estima por sua competência e capacidade de trabalho – estava solidário à Revolução e eu pode-

ria contar com ele para qualquer missão. Isto foi o motivo da alegria. Depois, veio a causa da preocupação. Revelou-me que alguns graduados – não citou nomes – estavam descontentes com a situação e aguardando a tal revolta dos sargentos.

Era evidente o que estava acontecendo: a mensagem que chegara às mãos do Coronel Guerreiro Brito havia vazado.

Naquela noite, eu e o Tenente Neto só fomos dormir depois que a luz do "liquinho" do alojamento dos sargentos foi apagada. Não acreditava que eles estivessem conspirando contra nós; provavelmente, tomavam chimarrão, jogavam cartas, dominó, ou comentavam os acontecimentos dos últimos dias. Tempos mais tarde, meu motorista confessou-me que havia sido sondado por um graduado para participar de um complô contra mim. Ele me levaria para algum local onde eu seria preso. Preferi não aprofundar nas investigações sobre o assunto. Estava mais preocupado em cooptar o pessoal desinformado para o meu lado e com os trabalhos da minha Companhia.

Aos poucos o Batalhão foi retornando à normalidade. O Coronel Guerreiro Brito desistiu de esperar a tal revolta, apresentou-se em Porto Alegre e segundo soubemos depois, foi preso e encaminhado para o Rio de Janeiro. Seu nome constou da primeira lista de oficiais do Exército cassados. O Tenente-Coronel Brasil assumiu, interinamente, o Comando da Unidade. Percebia-se que ele desejava ser efetivado na função, mas o seu posicionamento durante os momentos críticos do Movimento não recomendava a permanência dele à frente da OM. Mais tarde, foi prestigiado com um bom comando (CPOR de Porto Alegre) e assessorou chefes de muito prestígio na força (Generais Médici e Borges Fortes). Mesmo assim não conseguiu ser promovido a general, talvez em conseqüência da sua hesitação nos dias distantes de 1964 quando, embora anticomunista, custou a definir-se a favor da Revolução. Mas não se pode negar: o Coronel Brasil foi mais esperto do que nós e extremamente ético com o Coronel Guerreiro Brito, seu amigo e Comandante.

Depois de toda aquela confusão dos primeiros dias de março foi nomeado Comandante do nosso Batalhão o Coronel Vinitius Nazareth Notare, um conceituado oficial de Engenharia que já havia comandado uma Unidade de construção no Nordeste. Ficou evidente que o Alto Comando sabia dos problemas ocorridos na Unidade e designou para comandá-la um homem capaz de cicatrizar as feridas abertas por uma confrontação desnecessária promovida por uma liderança fortemente impregnada de ideologia marxista.

O Coronel Vinitius era a antítese do ex-Comandante. Um chefe inteligente, trabalhador e afável. Politicamente era um revolucionário autêntico, mas um homem ponderado, sem ódios e sem rancores. Três meses depois, o Batalhão estava

pacificado e já se sentia a sua eficiente ação de comando. Sem pressões, sem exigências absurdas e sem a autoritária e ideológica chefia do Coronel Guerreiro Brito, a Unidade desfrutava de um agradável ambiente de coesão e trabalho. O 3º BRv passou a produzir muito mais do que no tempo do Comandante anterior. O Coronel Vinítius foi um exemplo de chefe e exerceu uma liderança que sempre procurei seguir como exemplo.

Decorrido algum tempo, manifestei ao Comandante a minha intenção de prestar exame para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Ele entendeu que no Comando de Companhia destacada, a possibilidade de eu estudar e ser aprovado era mínima. Nosso expediente normalmente ultrapassava dez horas diárias de trabalho exaustivo. Transferiu-me para a sede do Batalhão, onde, inclusive, pude estudar com outros dois capitães. Naquele ano, dois de nós – o Capitão Lopes e eu – passamos no exame. O Capitão Pinho, também do nosso grupo, foi aprovado no ano seguinte. Um belo resultado para candidatos à ECEME envolvidos na absorvente faina de um Batalhão de Engenharia de Construção.

O período dos três anos no curso da Escola foi tranqüilo do ponto de vista político-militar. A presença do General Castello Branco como Presidente, a unidade de pensamento dos militares e o autoritarismo equilibrado do Governo, garantiram a tranqüilidade e a implantação de reformas salutares para o País. A boa classificação que consegui após os três anos letivos me permitiu escolher Brasília para servir em seguida ao término do curso. A preferência pela capital não foi uma tentativa para me aproximar do Poder. Com uma família grande – esposa e cinco filhos – minha opção pelo Comando Militar do Planalto (CMP) foi porque era uma guarnição que me assegurava próprio nacional para morar.

Minha recusa aos convites para ser instrutor da ECEME e da EsAO foi muito criticada pelos companheiros. Diziam que eu havia desprezado a oportunidade, quase certa – por ser oficial de engenharia – de ser nomeado, no futuro, para Missão de Instrução do Brasil no Paraguai. Não houve prejuízo para mim. Primeiro, porque meu concunhado é que ocupou, merecidamente, a vaga; segundo, porque eu acabei, mais tarde, indo para os Estados Unidos.

No CMP fui designado inicialmente para a 1ª Seção (Pessoal). Pouco depois, fui para a 2ª Seção (Informações) onde passei a ser adjunto do Coronel Ângelo Irulegui, conhecido como um revolucionário aguerrido e por sua imensa capacidade de trabalho. O Comandante do CMP era o General Dióscoro do Valle, já falecido, e seu chefe do Estado-Maior o Coronel Beckman que muito me apoiou e com quem mantenho uma fraterna amizade até os dias de hoje. O Coronel Irulegui foi transferido para o Serviço Nacional de Informações (SNI) e, para surpresa minha, Major

moderno, assumi a chefia da 2ª Seção. Alguns coronéis foram convidados e recusaram a missão. Eu alertei o Coronel Beckman de que poderia complicar-me na função; os Comandantes das Unidades de Brasília eram coronéis de prestígio (Jesus, Guedes, Cunha Costa e outros) e qualquer interferência minha, ainda Major, no âmbito de suas OM poderia me criar problemas. O Coronel Beckman assegurou-me que, nesses casos, ele me apoiaria e eu não seria prejudicado, o que de fato aconteceu, pelo menos uma vez, quando o Coronel Comandante de uma Unidade do interior de Goiás tentou me aplicar uma chave de estrelas.

Foi um período difícil, no qual se fazia a implantação da sistemática estabelecida pela Diretriz de Segurança Interna, documento que atribuía à Força Terrestre a coordenação, no País, das atividades contra a subversão. Nessa época, como previa a Diretriz, surgiram os CODI e DOI, inspirados na Operação Bandeirante (OBAN), criada em São Paulo, que conseguiu resultados positivos no enfrentamento da crescente onda de terrorismo desencadeada pelos inimigos da Revolução.

O Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) era uma simples reunião de chefes ou representantes de órgãos empenhados na luta contra a subversão (Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar, Polícia Federal e outros). Nos encontros de que participei avaliávamos a conjuntura, trocávamos informações e coordenávamos as ações a realizar. Presidia as reuniões do CODI de Brasília o Chefe do Estado-Maior do CMP. Como oficial de informações daquele comando, eu sempre estava presente e nunca ouvi falar em tortura.

A criação do Destacamento de Operações de Informações (DOI) deveu-se ao despreparo do nosso pessoal para realizar operações na guerra suja que emergia em todo País. Estudáramos nas nossas escolas a guerra convencional, com inimigo definido, do qual procurávamos avaliar as possibilidades para melhor enfrentá-lo. Agora estávamos ameaçados por grupos escorregadios, fluidos, que poderiam atuar em qualquer parte do território nacional e sob as mais variadas formas. As possibilidades de ataque do terrorismo eram impossíveis de serem levantadas antecipadamente. Poderiam promover qualquer tipo de violência: atentados, seqüestros, assaltos e outras agressões, em locais imprevisíveis. A 2ª Seção da nossa organização estava despreparada para enfrentar aquele desafio. A 3ª Seção – operações – sempre esteve totalmente absorvida pelas suas atividades tradicionais: instrução da tropa, formaturas, planejamentos de guerra convencional, inspeções etc. A Diretriz de Segurança Interna criava o Destacamento de Operações de Informação (DOI), uma espécie de fusão das duas atividades – operações e informações – já existente em outros países (CIA, KGB, MOSSAD etc.). No Brasil, como já mencionei, ela foi inspirada na experiência exitosa da OBAN, em São Paulo. No meu tempo, praticamente

não havia DOI no CMP. Faltava-nos material e gente especializada para ativar o destacamento. Esta carência era compensada pela atuação do General Bandeira, Comandante da Brigada do Planalto, chefe muito ativo na área de informações.

Eu contava somente com três oficiais na seção: meu adjunto, um oficial do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) muito competente e dinâmico, o Major Grant Wall; o Capitão Amarcy, um eficiente executor das poucas missões de operações por nós realizadas no CMP; e um meticuloso tenente do QAO, encarregado do arquivo, a memória da Seção. Trabalhávamos muito para deglutir a papelada imensa que nos chegava às mãos, em grande parte apenas suspeitas sem fundamento. Eram muito volumosas as acusações de corrupção, algumas verdadeiras, outras falsas, oriundas de conflitos de interesses.

No curto período em que estive à frente da 2ª Seção do CMP aconteceram alguns fatos interessantes que merecem constar deste relato. Lembro-me de que, em 1969, apareceu um informe oriundo da Polícia Militar de Goiás sobre a presença de pessoas estranhas na região de Xambioá, no extremo norte do Estado. Por falta de recursos o referido informe não foi processado. Uma investigação na área – como foi sugerida por nós – poderia ter abortado a instalação de guerrilha em Xambioá que depois, durante vários anos, incomodou o País.

Outro fato político importante ocorrido na época foi a doença do Presidente Costa e Silva. Não havia informação confiável sobre o seu estado de saúde. Inicialmente, o pessoal da Casa Militar garantia que se tratava de uma doença sem importância e que ele estava em franca recuperação. Um pouco antes da interdição médica definitiva do Presidente, alertei meus chefes sobre reuniões promovidas pelo General Bandeira com os comandantes das unidades de Brasília, algumas subordinadas diretamente ao CMP. Como o General Bandeira era voluntarioso e muito ligado ao Ministro Lyra Tavares, eu temia que a sua Brigada executasse alguma ação por ordem direta do Alto Comando, sem conhecimento do CMP.

Quando houve a solução do triunvirato, da qual discordei – historicamente este tipo de governo é um gerador de conflitos – o General Vale fez questão de me levar com ele até o Setor Militar Urbano, onde transmitiu a notícia ao General Bandeira (que provavelmente já sabia da decisão) e a todos os comandantes de Unidades do Distrito Federal, reunidos. No regresso para o QG ele me alfinetou:

– Como o meu jovem Major pôde verificar, tudo deu certo.

Eu ri da ironia do General Vale, um chefe afável e bondoso, mas até hoje tenho dúvida sobre o acerto daquela decisão da alta cúpula das Forças Armadas.

A situação confusa do País agravou-se com o seqüestro do Embaixador Elbrick, dos Estados Unidos. Manifestei aos meus chefes minha preocupação com o

atendimento das exigências dos seqüestradores. A chantagem, se tem êxito, costuma se repetir, como de fato aconteceu. Hoje, mais maduro, acho que não havia outra solução. O Brasil, com os três ministros militares no Poder, estava politicamente frágil e sob forte pressão dos Estados Unidos.

Um outro caso interessante e embaraçoso que aconteceu no período em que era E-2 do CMP foi a prisão do jornalista Pompeu de Souza, superintendente da revista *Veja* em Brasília, professor universitário e homem muito prestigiado entre os políticos. A *Veja* promoveu e publicou o resultado de uma enquete feita na Câmara entre os parlamentares, e a seção de informações do Gabinete do Ministro do Exército não gostou. Para nós, o fato, no máximo, poderia ser classificado como uma provocação da revista.

O General Vale e o Coronel Beckman concordaram com nossa observação e me mandaram subir até a 2ª Seção do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro, que funcionava no mesmo prédio que ocupávamos na Esplanada, para propor a suspensão da ordem de prisão ao jornalista. Já começava a anoitecer. O Coronel de serviço no Gabinete ouviu a nossa proposta com evidente ar de contrariedade, mas concordou em consultar o Ministério no Rio de Janeiro sobre a sugestão do CMP. Pouco depois, voltou à sala e confirmou a ordem de prisão. Ainda ponderei que seria um desgaste inútil porque o jornalista logo seria liberado. O Coronel me olhou com ar de censura, como se eu estivesse falando um absurdo.

Determinei ao Capitão Amarcy que buscasse o professor Pompeu de Souza na residência dele. Quando ele chegou, expliquei-lhe – reconheço que constrangido – o motivo da sua prisão. Ele alegou que a enquete fora uma determinação da direção da revista. Disse-lhe que nós também estávamos cumprindo ordens dos chefes. Terminada a nossa conversa, amena e de respeito mútuo, pedi ao Capitão que o levasse para o Batalhão da PE, com recomendação para que não o colocassem no presídio onde estavam reclusos os subversivos. O jornalista ficou no quarto vago do auxiliar do Oficial-de-Dia da Unidade. Antes do que eu esperava, no dia seguinte, recebemos ordens superiores para libertá-lo imediatamente. Nossas avaliações e previsões estavam corretas. Espero que o professor Pompeu de Souza – parece-me que já falecido – nunca tenha se queixado, como é de praxe, "das torturas sofridas nos porões da ditadura durante os anos de chumbo". O sofrimento máximo que ele enfrentou foi, possivelmente, a agressão dos mosquitos vorazes e ávidos de sangue, donos das noites nos nossos quartéis de Brasília.

Um dos fatos, dignos de registro, que presenciei ou de que participei como oficial de informações, foi a intervenção do Exército no fechamento do Congresso

em 1977. Meu colega de turma e de ECEME, Major Walter, com uma dúzia de homens, abortou a tentativa de resistência promovida por alguns parlamentares contra a ordem de recesso do Congresso. Eles permaneciam no recinto da Câmara dos Deputados em "vigília democrática" quando veio a ordem para retirá-los do prédio. Com a simples ameaça de fechar o restaurante, cortar água e luz e, em última instância, de chamar a PE que estava pronta no quartel, preparada para agir com a força se fosse preciso, a vigília democrática acabou. Naquela ação atuei como simples elemento de ligação entre o Major Walter, o executor da operação, um dos melhores oficiais da minha turma, e o Comando do CMP.

Outro acontecimento que agitou os bastidores de Brasília naquela época foi o desbaratamento de um grupo subversivo composto por jovens da classe média e alta na capital. Foram cooptados e eram coordenados por um servidor da Câmara, homem já maduro, comunista militante, que se aproveitou do espírito aventureiro dos moços para envolvê-los em atividades contra o Governo. Um dos locais de reunião do grupo era o apartamento de um embaixador brasileiro, em missão no exterior, cujo filho fazia parte do bando.

A solução do caso pelo General Bandeira foi extremamente humana e equilibrada. Ouviu a rapaziada, e na frente deles, solenemente, guardou os depoimentos no cofre. Em seguida libertou-os sob a ameaça de que, se voltassem a criar problemas, os documentos sairiam do cofre, seriam apresentados como prova de reincidência e eles seriam entregues à Delegacia da Ordem Política e Social. O DOPS era temido pelos presos. Só ficou no PIC o chefe, funcionário do legislativo e comunista conhecido. Hoje deve estar usufruindo uma boa aposentadoria e das indenizações providas pela nova República. Não esqueço um dia, quando eu visitava na PE o xadrez dos subversivos, ao passar em frente à cela dele – não o conhecia – perguntei-lhe se era o chefe dos "meninos da casa do embaixador". O sujeito arregalou os olhos, agarrou-se nas grades, bufou e fez um gesto como se quisesse me cuspir. Nunca vi tanto ódio na expressão de uma pessoa.

Um fato digno de registro que assisti como observador, foi a eleição do Presidente Médici pelo Congresso. A oposição limitava-se a abster-se. Os governistas enunciavam o nome do General Médici e do Almirante Rademaker e, às vezes, acrescentavam ao voto algumas firulas: "...é com imensa emoção que, neste momento histórico, tenho o prazer e a honra de votar nos Excelentíssimos..." Em meio à eleição monótona e quase subserviente, uma atitude corajosa: um deputado do Partido Libertador – creio que o Brito Velho – protestou veementemente contra o processo de escolha. Curioso é que depois os libertadores fizeram uma discreta oposição ao Governo Médici, apesar da evidência de que ele tinha forte

simpatia pelos maragatos. Muitos deles (Leitão de Abreu, Mem de Sá, Cirne Lima e outros) participaram com destaque da sua equipe de governo.

Logo após a posse do Presidente Médici, o CMP apoiou o novo prefeito nomeado de Brasília, Coronel da reserva Hélio Prates da Silveira, professor do Colégio Militar de Porto Alegre, na escolha da sua equipe. Coube-nos passar os candidatos aos cargos que comporiam a equipe do Governo do Distrito Federal pelo crivo da Seção de Informações. No que respeita às pessoas de Brasília, os arquivos do CMP eram anteriores e mais completos do que os do SNI. Quando vazou a notícia de que a 2ª Seção do CMP estava com esta missão, explodiu em Brasília um confronto de delações nojento. Bastava duas pessoas serem cogitadas para algum cargo, para surgir na praça pesadas acusações recíprocas: Fulano é esquerdista, corrupto, homem ligado ao Jango etc. A réplica vinha logo, Sicrano é comunista, bêbado, homossexual etc.

Em março de 1970 fui convidado para trabalhar na Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional. Claro que aceitei. Servir na SGCSN era exercer uma comissão de destaque, ligada à Presidência da República e eu teria enormes vantagens em freqüentar as "beiradas do Poder". Como logo assumi a função de assessor para assuntos de política externa e de energia nuclear, desliguei-me da área das informações no campo de segurança interna. Durante os cinco anos que fiquei na SGCSN acompanhei a "abertura lenta e gradual" pelos jornais.

Como General, não tive nos meus comandos maiores problemas relacionados com a subversão. Na Bahia houve algumas perturbações que conseguimos contornar graças ao bom relacionamento entre os chefes militares da área e destes com o Governador Waldir Pires, um político de esquerda mas que, para nós, das três forças, sempre foi um homem extremamente cordial e correto. Às vezes, chego a pensar que não completei dois anos de Comando na Bahia por causa da minha amizade com Waldir Pires. O Governador estava em conflito com Brasília, onde Antônio Carlos Magalhães, seu figadal adversário, circulava, como sempre e com muita astúcia, pelos salões do Poder.

Este relato já está longo, acho que podemos seguir com as perguntas do entrevistador.

Como foi recebida a Revolução na cidade em que o senhor servia em março de 1964?

A população de Vacaria, na época uma cidade pequena, não reagiu. Os políticos que eram ligados à situação ficaram frustrados com a queda do Jango. Os que eram a favor da Revolução, excitados pelo cheiro do Poder, achavam que tinham direitos de vingança dos vitoriosos sobre os derrotados. Vinham conversar

conosco acusando os adversários políticos e insinuando-se junto a nós. Seriam aquelas vivandeiras que o General Castello Branco gostava muito de citar nas suas falas. Não vi reação, nem a favor, nem contra. O povo, eu diria, parafraseando uma citação conhecida sobre o advento da República, "assistiu bestificado" à rápida vitória da Revolução e à fragorosa derrota do estado sindicalista e não entendeu bem o que havia acontecido.

Vacaria era uma área de pecuária e, como tal, uma cidade conservadora. A economia era baseada na criação de gado e em uma incipiente agricultura. A politização, na época, era pequena nas cidades do interior. No Rio Grande do Sul, algumas lideranças tentaram reagir mas fracassaram. No restante do País a Revolução foi bem recebida.

Qual a razão do endurecimento do regime através dos Atos Institucionais e da criação dos DOI e dos CODI?

Políticos que perderam parcialmente o poder, queriam-no de volta. Os comunistas e grupos afins, passada a surpresa da rápida vitória da Revolução, começaram a articular-se para derrubá-la. O prenúncio da escalada da violência foi o atentado terrorista à bomba no Aeroporto dos Guararapes em junho de 1966, onde morreram um almirante e um jornalista, e houve vários feridos. A Revolução, para se preservar, emitiu a Diretriz de Segurança Interna que instituiu os CODI e os DOI. Os CODI, como já falei, garantiram a coordenação das forças repressivas e os DOI proporcionaram mais eficiência na busca de informações. Na maior parte do tempo, a Revolução atuou na defensiva. A ambição dos políticos e a subversão colaboraram para a promulgação dos atos institucionais e para o retardo da plenitude democrática que até hoje não alcançamos plenamente, embora nós militares estejamos afastados da cena política há mais de 15 anos.

Quais os objetivos da Revolução? Eles foram alcançados?

Basicamente os objetivos eram a segurança, o desenvolvimento e a luta contra a corrupção. Tivemos segurança, alcançamos um alto nível de desenvolvimento mas não conseguimos derrotar a corrupção. Também perdemos a guerra da mídia e não conseguimos o apoio da juventude. Mas, de uma maneira geral, os governos da Revolução corresponderam às expectativas dos brasileiros. Um dia a história irá reconhecer esta verdade. Acabou com a subversão, conseguiu altas taxas de crescimento, mas a corrupção, apesar de combatida e execrada pelos verdadeiros revolucionários, sobreviveu. É muito difícil eliminá-la. Veja o problema da União Soviética. Ganhou guerras mundiais, é uma reconhecida potência militar e científica, mas

agora não consegue dominar a ladroagem promovida por meia dúzia de mafiosos que passaram a comandar parte da economia do País.

Qual a sua opinião sobre os presidentes e governos revolucionários?

O Presidente Castello Branco, já falei sobre ele. Era um homem excepcional. Culto, austero e extremamente democrata, foi a pessoa certa para o momento certo. Não obstante todas as suas qualidades, era muito criticado pela esquerda, inimiga do regime, e pelos revolucionários mais duros. Empreendeu reformas corajosas, recuperou a economia, modificou a administração e preparou o País para a arremetida do desenvolvimento dos anos de 1970. A história já começa a reconhecê-lo como um grande estadista.

O Presidente Costa e Silva foi imposto pelo grupo mais radical, que o empurrou para o Poder. Não tinha o preparo do Castelo Branco mas não era ignorante como muitos falavam. E teve um grande mérito, seu ministério era muito qualificado. Coube-lhe editar o AI-5, menos pelo pronunciamento do Deputado Márcio Moreira Alves, mais pelas ações da esquerda radical que insistiam em desestabilizar o Governo pela violência. Já relatei o período tumultuado da doença do Costa e Silva e passo para o Governo Médici.

O Presidente Médici era um homem que não esperava chegar à Presidência da República. Não ambicionava o Poder e aceitou o cargo como missão. Teve o bom senso de aproveitar os melhores da equipe anterior e foi feliz na escolha dos novos ministros. Sua passagem pela Presidência coincidiu com um período favorável da economia mundial, com reflexos positivos para nosso desenvolvimento. As tentativas de desestabilização do Governo fracassaram. Construiu obras de infra-estrutura: Ponte Rio-Niterói, Itaipu, estradas por todo o País, inclusive a Transamazônica (uma concepção totalmente justificável, sob o ponto de vista da geopolítica), obras chamadas de faraônicas pelos críticos da Revolução, mas da maior importância para o desenvolvimento do País. Além de bom senso, o Presidente Médici era um homem de sorte. Durante seu governo tudo dava certo. Até nos esportes brilhamos: copa do mundo, Eder Jofre, Fittipaldi, Mequinho. Sem ajuda da propaganda oficial, o Presidente Médici começou a ser admirado pelo povo. Foi o suficiente para que a mídia, os intelectuais e o clero dito progressista passassem a denegrir sua imagem. A esquerda não aceitava a possibilidade de um homem como o Médici passar para a história como um empreendedor austero e popular. Havia que destruir sua imagem e assim vem sendo feito.

O Presidente Geisel era um homem preparado para a Presidência. Seu governo significou a volta do "castelismo" ao Poder. Centralizador, estatizante, foi prejudica-

do pela primeira crise do petróleo. Alguns de seus ministros também não corresponderam. Sua equipe era mais fraca do que a do governo anterior. Ainda assim realizou uma administração fecunda e deu os primeiros passos para a abertura política no País. Trabalhei na Secretaria do Conselho de Segurança nos governos Médici e Geisel e pude observar como os dois dirigiram o País com estilos diferentes. Médici delegava o poder, confiava nos seus assessores. No despacho das exposições de motivos que lhe eram submetidas pelo nosso chefe, General Figueiredo, limitava-se a escrever: "Aprovo, E. Médici". Já com o General Geisel era diferente. Nas decisões mais importantes ele lia até os estudos que acompanhavam os documentos que lhes eram submetidos. Nas suas decisões – quando discordava da proposta – explicava as razões da discordância no despacho, escrito em correto português, com uma firme e bem alinhada caligrafia. Todos os dois, cada um à sua maneira, foram grandes presidentes.

O General Figueiredo, o último dos presidentes do ciclo militar, estava plenamente preparado para o cargo: durante o Governo Médici, foi Chefe da Casa Militar e Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, onde teve oportunidade de participar das mais importantes decisões do País. Logo após, com o Presidente Geisel, assumiu a chefia do SNI e continuou na cúpula do Poder, acompanhando o desdobramento dos grandes problemas nacionais. Como era um homem inteligente e decidido, esperava-se um grande governo no seu período. Fatores adversos – nova crise do petróleo, avidez dos políticos pelo Poder, falta de reconhecimento pelo seu esforço em promover a abertura – resultaram em um governo de altos e baixos. Some-se aos fatores adversos o seu estado de saúde abalado. A impressão que se tinha é de que depois de sua cirurgia nos Estados Unidos, o Presidente Figueiredo limitava-se à rotina do cargo e empenhava-se tão-somente no processo de abertura.

É bom ressaltar que nos governos ditos "militares", predominaram os civis e as figuras mais importantes da República foram os tecnocratas. Cada um presidente governou conforme suas características próprias. Além de evitarem a implantação de um estado sindicalista com possível evolução para o regime comunista, eles garantiram a segurança, derrotaram a subversão, promoveram inúmeras e importantes reformas e proporcionaram ao País um período de acentuado desenvolvimento. No meu ponto de vista, os constantes ataques à Revolução por parte dos intelectuais e da mídia esquerdista, é um movimento diversionista para que o povo esqueça esta verdade histórica.

Como se processou o combate ao terrorismo?

O combate ao terrorismo utilizou-se basicamente dos métodos empregados em outros países, como Estados Unidos, Portugal e França. Limitamo-nos a tradu-

zir os manuais existentes e aplicar, naquilo que era possível, a doutrina preconizada. Vários militares e civis fizeram curso no exterior sobre a luta contra a subversão, assim como inúmeros líderes da esquerda se especializaram nas técnicas de guerrilha, urbana e rural, em Havana, Moscou e outros centros disseminadores da Revolução Comunista. Atualmente, na avaliação daqueles momentos difíceis, o inimigo é considerado um idealista defensor da democracia e nós militares torturadores. É como aparece em uma parte da mídia, mais das vezes infiltrada por elementos de esquerda. Na realidade, sempre que um preso declarava em juízo que fora torturado, estava seguindo a orientação da cúpula dos subversivos. Hoje a maioria deles alega os maus-tratos sofridos "nos porões da ditadura". Alguns falavam da tortura para encobrir a covardia da delação espontânea, sem nenhuma pressão, outros para usufruir as polpudas indenizações atualmente pagas pelo Governo e outros, ainda, para posar de heróis nas rodas do chopinho. Acabaram eleitos na política ou ocupando cargos importantes na "nova República".

Não se pode conceber, como querem alguns fanáticos defensores dos direitos humanos, uma guerra suja sem violência. Não se aceita crueldade, ou seja, a violência sem motivo. Em algumas ocasiões, entretanto, a necessidade de presteza nas informações e para evitar um mal maior, é válido o uso da compulsão pela força. Quem se engajou diretamente e para valer nas operações contra o terrorismo, normalmente aceita esta justificativa sem peias. Apesar de nunca ter me envolvido em atos daqueles considerados mais duros na luta contra a subversão – durante o tempo em que trabalhei nas informações, jamais coloquei a mão em um fio de cabelo de um preso – aceito a doutrina da validade do uso eventual da violência nas ações contra o terrorismo.

O trabalho de comunicação social atuou no período revolucionário conforme exigia a conjuntura?

Nós somos fracos nessa área. O militar, em princípio, não gosta da imprensa. É um homem esquivo por formação e, devido às constantes movimentações, não se integra facilmente no meio civil. Normalmente, também é um homem que não gosta de aparecer e evita ligações com a mídia. Temos regulamentos severos com relação a pronunciamentos públicos que possam prejudicar a Instituição o que cerceia parcialmente a nossa liberdade de expressão. Mas a recíproca é verdadeira. Se não apreciamos a imprensa, ela também não gosta de nós. Os motivos desta ojeriza mútua são conhecidos. Inicialmente, ressentimento pela censura nos primeiros anos do regime revolucionário. Entende-se por que aquele segmento do Poder sempre abominou a censura. Para eles qualquer tipo de policiamento fere os princípios da liberdade, nem que esteja em jogo a segurança nacional. Reco-

nheço que houve abusos, mas não posso concordar com a liberalidade sem limites. Sob este aspecto podem me chamar de reacionário.

Outro ponto de fricção com os meios de comunicação foi a criação do SNI. A imprensa não aceitou a idéia da existência de um órgão do Governo que, em alguns setores, estava mais bem informado do que ela. Para completar, a mídia detesta as regras de sigilo, com exceção daquelas que protegem os seus informantes. Em resumo, estas são algumas das causas do nosso fracasso no trato com a opinião pública. Some-se a estas causas o nosso amadorismo e por vezes a nossa incompetência para atuar na complexa área da comunicação social.

E como foi o trabalho de conquista da opinião pública internacional?

Se não conseguimos conquistar a simpatia da opinião pública do País, piores ainda foram os resultados alcançados no âmbito internacional. Além da oposição das nações poderosas do Ocidente, mais das vezes promovida por interesses de grupos econômicos, tivemos a ação nefasta dos países comunistas sob a direção da Rússia e da China no mundo, e de Cuba na América Latina. O Brasil transformou-se em um dos alvos preferidos dos ataques de duas poderosas frentes opositoras. Mais recentemente, a Rússia desagregou-se, mas persiste a ameaça do comunismo reviver.

Outra frente contestatória que vem crescendo internacionalmente são as ONGs. Estas organizações supranacionais prestam algum serviço mas muitas vezes dificultam o desenvolvimento dos países mais frágeis fazendo, sem perceber, o jogo dos mais poderosos.

Qual a sua opinião sobre o "revanchismo"?

O "revanchismo" é algo com que nós militares não nos conformamos. Fez-se uma Revolução praticamente sem sangue. O Governo do Jango caiu de podre. Inicialmente houve apenas algumas prisões e cassações. Então, a esquerda inconformada com seu próprio fracasso, começa a comprometer a estabilidade do País com atentados, assaltos a bancos, seqüestros e tentativas de guerrilhas. O Governo reage, entrega a coordenação das operações de defesa interna ao Exército, e a repressão passa a atuar com mais eficiência conseguindo vencer a guerra revolucionária em curso no País. Mas a esquerda, aos poucos, se insinua nas bases e nas cúpulas: domina parte da imprensa, do clero e do ensino em todos os níveis. Mesmo sem assumir o Poder, os esquerdistas desencadearam uma bem montada ação psicossocial e transformaram os derrotados em heróis e os vencedores nos maiores algozes da história brasileira.

Esse "revanchismo" por vezes se individualiza e se volta contra companheiros nossos, com uma clara conotação de vingança pessoal. Que o digam o Fayad, o Ustra,

o Avólio e tantos outros. A par deste “revanchismo” contra a pessoa do militar, nota-se uma clara tentativa de esvaziar as Forças Armadas, cada vez mais distantes das áreas com poder de decisão no País.

Como se processou o desengajamento do Exército do Poder?

O desengajamento foi lento e gradual, conforme queriam os teóricos da Revolução. Pena que as transformações necessárias no campo político não chegaram a realizar-se. As cassações foram casuísticas e os políticos que apoiavam a Revolução, na sua maioria, eram fisiológicos e aproveitadores das vantagens de estarem próximos do Poder. Infelizmente, os governos que se seguiram ao ciclo revolucionário caracterizaram-se pela incompetência, despreparo e corrupção. Isto era mais ou menos previsível mas não se esperava esta desqualificação nos níveis apresentados. Ainda assim, acho que o desengajamento progressivo foi feito na hora certa. Não concordo com alguns chefes militares entrevistados na pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, que consideram que a Revolução deveria ter acabado antes. Nem aceito o continuísmo daqueles radicais que pretendiam o regime autoritário para sempre.

O senhor considera que o atual modelo de democracia atende os ideais da Revolução de 1964?

A realidade nunca atinge os ideais nos níveis desejados. Para alguns há uma frustração com o modelo político vigente no País. Já me referi sobre a incompetência da Revolução no trato dos assuntos políticos. Subsistiram velhas mazelas do passado e o Legislativo não cumpre suas missões mais importantes: estudar, votar projetos e o orçamento e fiscalizar a execução das leis através do Tribunal de Contas e das Procuradorias.

O nosso político profissional, com algumas exceções, quando toma posse em algum cargo, quer no Executivo, quer no Legislativo, já está pensando nas próximas eleições. Para mim a democracia é mais do que o simples ato de votar. É um estado de espírito que induz o cidadão a respeitar as leis, a reivindicar seus direitos e a cumprir seus deveres. Em resumo: o momento em que vivemos não é o sonhado pela grande maioria dos militares que se engajaram com a Revolução de Março de 1964. E quando duvidam do idealismo dos que a fizeram, eu os defendo com um desafio: apontem um militar alçado a cargo importante que tenha enriquecido usufruindo das benesses do período revolucionário. Cometemos erros, mas não podem nos acusar de corruptos. Com esta defesa da correção dos que pertencem à nossa Instituição, tão conceituada nas pesquisas de opinião e tão maltratada por uma parte da mídia, encerro o meu depoimento sobre um pouco do que vi, relacionado com a Revolução de 1964.

General-de-Divisão Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva

O General Lélio é natural de Fortaleza-CE, onde nasceu em junho de 1934. Ingressou no Exército em 1º de março de 1950 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 15 de fevereiro de 1955, sendo classificado no 3º RA 75 Cav (3º Regimento de Artilharia 75 mm a Cavalo, hoje 25º Grupo de Artilharia de Campanha – 25º GAC), de Bagé-RS, Unidade que o viu promovido ao primeiro posto em 1955 e a primeiro-tenente dois anos depois.

Após realizar o curso de Defesa Antiaérea em 1958, serviu no 3º G Can Au AAé (3º Grupo de Canhões Automáticos Antiaéreos) em Caxias do Sul-RS. Em 1961, já no posto de capitão, foi movimentado para o I/6º RO 105 (Iº Grupo do 6º Regimento de Obuses 105 mm – hoje 16º Grupo de Artilharia de Campanha – 16º GAC) em São Leopoldo-RS, onde integrou o GT – São Leopoldo, grupamento de Unidades que se deslocou para Lages-SC, por ocasião da Legalidade.

No ano seguinte retornou para o 3º RA 75 Cav, onde atuou decisivamente em 1964, durante a eclosão do Movimento revolucionário. Após cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais), permaneceu ainda durante dois anos naquela OM. Em 1967 foi transferido para a 3ª Cia Mé Mnt (3ª Companhia Média de Manutenção), também aquartelada na Guarnição de Bagé.

Durante o curso da ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), realizado entre 1968/1970, foi promovido a major por merecimento. Realizou o estágio de Estado-Maior em Bagé, no Comando da 3ª Bda C Mec (3ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, ex-3ª Divisão de Cavalaria – 3ª DC), ali permanecendo como chefe da 3ª Seção.

Até ser nomeado Comandante do 13º GAC de Cachoeira do Sul-RS, no ano de 1981, foi adjunto da 3ª Seção do EME (Estado-Maior do Exército) em 1983 e depois, sucessivamente, Chefe da 3ª Seção do Estado-Maior da 6ª DE (6ª Divisão de Exército) em Porto Alegre e Chefe das 3ª e 4ª Seções do Estado-Maior da 3ª RM (3ª Região

Militar) também na capital gaúcha. Nestas duas OM (Organizações Militares) foi promovido, respectivamente, a tenente-coronel em agosto de 1975 e a coronel em dezembro de 1980, ambas promoções por merecimento.

Após entregar o comando, assumiu a Chefia do Estado-Maior da 3ª DE, em Santa Maria, RS, de onde foi transferido, em 1984, para o EME, sendo designado Adjunto e posteriormente Chefe da Seção de Planejamento Operacional. Complementou sua vivência nacional como Subchefe do Estado-Maior do CMA (Comando Militar da Amazônia) em 1986/1987.

Em março de 1988, já na função de Chefe de Gabinete da SCT (Secretaria de Ciência e Tecnologia) foi promovido, por escolha, a General-de-Brigada. Neste posto comandou a 1ª Bda ACos AAé (1ª Brigada de Artilharia de Costa Antiaérea) e a 1ª Bda AAAé (1ª Brigada de Artilharia Antiaérea) e foi Subchefe do EME.

Promovido a General-de-Divisão em julho de 1992 foi nomeado Comandante da 3ª DE. Afastou-se daquele comando em 1993/1994 por ter sido indicado para comandar Força Militar da Organização das Nações Unidas (ONU) na Operação de Paz em Moçambique (ONUMOZ). Após comandar pela segunda vez a 3ª DE em 1994, foi nomeado Vice-Chefe do DEC (Departamento de Engenharia e Comunicações), permanecendo nesta função até sua transferência para a reserva em janeiro de 1997.

Em razão de sua brilhante carreira, foi agraciado com inúmeras condecorações outorgadas por nossas Forças Armadas e por entidades e órgãos civis. Destaque-se a Medalha das Nações Unidas – ONUMOZ, em reconhecimento pelo seu trabalho à frente da Força de Paz.

Entrevista realizada em 8 de agosto de 2002.

Estamos em Santa Maria para, entre outras coisas, entrevistar o General Lélio (Lélio Gonçalves Rodrigues da Silva), que nos falará sobre o que aconteceu na Guarnição de Bagé, na eclosão do Movimento de 1964. Isso não impede que o nosso entrevistado, com a sua vivência, nos fale sobre assuntos correlatos do qual ele participou com o vigor do seu posto de capitão. Uma visão muito legítima porque temos ouvido em depoimentos que 1964 não foi a Revolução dos tenentes, como a de 1930, mas teve a participação muito forte de majores, tenentes-coronéis e coronéis. O General Lélio está com a palavra e depois, se for o caso, faremos algumas perguntas para sanar aquelas dúvidas que permaneceram.

A idéia seria eu fazer um relato do que vi acontecer em Bagé.

Só um parênteses, na Legalidade o senhor estava em Bagé?

Não, estava em São Leopoldo. Servia no Grupo que foi parar em Lages.

Compondo o Grupamento Tático (GT) São Leopoldo, integrado pelo 19º RI (19º Regimento de Infantaria), o I/16º RO 105 e a 6ª Cia Com (6ª Companhia de Transmissão).

Exatamente.

São Leopoldo foi uma Guarnição difícil também. E lá não era sargento e oficial; era o Batalhão como um todo. Cada Batalhão do Regimento tinha uma posição política bem definida.

Exatamente. Sobre Bagé, vamos ver se recordo de pelo menos parte do que aconteceu, porque foram acontecimentos expressivos muito rápidos no tempo e às vezes nos esquecemos das datas ou dos nomes exatos, mas por certo uma idéia do que ocorreu eu posso transmitir. Pode ser que eu falhe em alguns nomes, não saiba dizê-los exatamente; com certeza conversando, descobriremos quem era.

Em primeiro lugar, me chamou a atenção na Guarnição, a diferença do nível de informações em relação a 1961. Na Legalidade eu também era capitão em São Leopoldo, mas tínhamos muito poucas informações. Pelo menos conosco, no Grupo onde eu servia, as informações eram sonegadas aos oficiais mais moços, não tínhamos conhecimento realmente do que estava se passando. É apenas para fazer a comparação. Já em 1964 estávamos mais informados, pois não creio que um capitão ou mesmo os tenentes pudessem dizer que não sabiam o que estava se passando. Talvez até pela facilidade dos meios de comunicação, bem mais explorados do que em 1961, se fazia o acompanhamento do que ocorria pela imprensa, e também pela conversa com os oficiais mais antigos. A primeira coisa que me lembro da Revolução foi a preparação. Muita gente diz que ela foi espontânea, que tudo foi desencadeado pelo General Mourão (Olímpio Mourão Filho) quando ele iniciou o Movimento de 1964.

Isso não é bem verdade. Pelo menos em Bagé eu diria que a preparação foi bem caracterizada porque – tenho a impressão de que deve ter sido no início do

mês de março – dois oficiais que serviam no Estado-Maior[1] do Exército, com o Castello Branco, estiveram na cidade. Eles não foram lá oficialmente, mas houve uma reunião, se não me engano foi na casa do Coronel Roberto (Roberto Gonçalves) que era o Chefe do Estado-Maior da 3ª Divisão de Cavalaria (3ª DC). Eles reuniram alguns oficiais e acabei participando, porque aqueles que foram chamados ou convocados para essa reunião – tudo oficioso – levaram alguns companheiros da sua Unidade, os de sua confiança. Conversaram, dando mais detalhes a respeito da situação política que se vivia no Brasil e disseram que estava sendo preparada uma ação. Não foi dito quando, nem exatamente como isso iria ocorrer, mas que seria chefiada, comandada pelo General Castello Branco. Houve essa ligação preliminar de emissários do Estado-Maior que conversaram com alguns oficiais. Foi o primeiro fato concreto de que me recordo da Revolução.

Isso um mês antes?

Não posso precisar, mas na ordem de um mês ou um pouco mais. E acredito que, se estiveram em Bagé, certamente eles ou outros devem ter visitado outras Guarnições, fazendo esse primeiro contato e informando que havia algo sendo planejado em termos de Exército sob a liderança do General Castello Branco, que era o Chefe do Estado-Maior do Exército.

Há informações vagas, através de outros entrevistados, sobre emissários do General Castello Branco que teriam visitado Porto Alegre, Santa Maria e talvez Cruz Alta e Uruguaiana. E sempre com a mesma missão...

Essa foi a primeira informação que, pessoalmente, tive a respeito da Revolução. Depois os fatos foram se sucedendo, aqueles problemas todos bem conhecidos que não é o caso de discutirmos agora: comícios e ação da esquerda, culminando com o comício da Central do Brasil.

No dia 31 de março houve uma coincidência interessante porque era aniversário do General Garrastazú (Hugo Garrastazú), comandante da Divisão, e houve uma reunião na casa dele. Eu não participei, apenas estou citando, foi uma reunião festiva, de aniversário...

Social.

Lá se discutiu alguma coisa a respeito de um movimento que já estaria no ar, se desencadeando, se iniciando. O Garrastazú era muito ligado ao General Kruel (Amaury

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

Kruel) e, ao que sei, achava ou dizia que não era época para tal empreitada. Não estava muito convicto de que houvesse necessidade de se fazer uma revolução.

Faço essa ligação porque isso justifica, ou pelo menos explica, alguns fatos que ocorreram depois e até a atitude do próprio General, que foi conflitante. Talvez seja uma crítica a um chefe antigo, mas estou dizendo o que eu ouvi. Lógico, eu como capitão não tinha acesso a tudo que estava ocorrendo, mas como eu morava em Bagé e minha mulher é de uma família de lá, conhecia muita gente, e muitos oficiais transmitiram essas informações.

No dia seguinte, dia 1º – auge da Revolução – o Coronel Roberto, Chefe do Estado-Maior e alguns dos oficiais que realmente eram revolucionários, como o Glênio (Glênio Pinheiro – promovido a general posteriormente) e o Budó (Murillo Edgar Budó – este não foi promovido a general), foram à casa do Comandante, que ainda não tinha ido ao QG, para informar-lhe de que o General Mourão já havia desencadeado a Revolução e convencê-lo a apoiar o Movimento.

O Budó de 1948. O mais velho deles. Acho que ele faleceu.

Já. Eram oficiais do Estado-Maior da Divisão e procuraram convencer o General Garrastazú a aderir. Mas em termos de Revolução em Bagé, não podemos deixar de ressaltar a figura do Coronel Paixão (Osmar Mendes Paixão Cortes), já falecido há muito tempo, Comandante do 3º RA 75 Cav – hoje o 25º GAC – onde eu servia na época.

Um homem disciplinado, espírito militar muito acentuado, tinha uma enorme ascendência sobre os seus comandados, um líder. Lembro bem que no dia 1º em muitas Unidades houve uma reunião de oficiais e o comandante citava o que estava acontecendo e perguntava de que lado os oficiais estavam. O Coronel Paixão reuniu os oficiais no meio do pátio, fez um círculo em volta dele, explicou o que estava ocorrendo e disse:

– Meus senhores, estamos com a Revolução. Aos seus lugares!

Não perguntou a opinião de ninguém. Havia oficiais no grupo – poucos, é claro – que não eram a favor da Revolução, inclusive colegas de turma. Todos sabíamos, inclusive o Coronel Paixão. Mas da maneira que ele agiu não deu margem a qualquer tipo de discussão ou opinião. Simplesmente ele disse que o Regimento estava com a Revolução e mandou cada um para a sua repartição, sua Bateria[2] ou Subunidade, a fim de cumprir as ordens que fossem dadas por ele. Fez a mesma coisa com os graduados, uma reunião com todos os sargentos, e terminou usando a mesma frase: "Aos seus lugares." E entre os sargentos havia também gente contra, sem sombra de dúvida.

[2] Fração de um Grupo de Artilharia, equivalente a uma subunidade ou companhia.

Enquanto isso se passava no Regimento, nas outras Unidades a coisa não estava tão tranqüila. No 3º Regimento de Reconhecimento Mecanizado (3º R Rec Mec, ex-3º Regimento de Cavalaria Mecanizado – 3º RC Mec), os sargentos e os oficiais estavam praticamente separados, o Comandante não chegou a reuni-los no dia primeiro para informar o que estava acontecendo e tomar uma atitude dizendo aos oficiais qual era o lado deles.

É interessante lembrar que tanto o Coronel Paixão como os comandantes do 3º R Rec Mec, Coronel Braga (Jaci Brum Braga) e do 12º Regimento de Cavalaria (12º RC), eram todos oficiais "manga lisa"[3]. O Comandante efetivo do 12º era o Coronel Gahiva (Theodorico Gahiva), que viajara em férias e não retornou nunca mais. Assumiu o comando o Coronel Bandeira (Washington Bandeira), também QSG.

Esse Bandeira é o irmão do General Bandeira? Ele tinha até um apelido, um nome engraçado.

É, esse mesmo, só não estou lembrando do apelido.

Eu o conheci lá em Brasília.

Exato. Esses eram os oficiais que estavam no comando: o Coronel Braga no 3º R Rec Mec, o Gahiva no 12º RC, mas estava fora...

Fora nomeado e não assumira, ou estava de férias?

Não, ele já havia assumido. Foi para o Rio em férias e, após a Revolução não retornou. O Coronel Bandeira então era do RC, e na Artilharia o Coronel Paixão. Três oficiais antigos e sem o Estado-Maior.

Mas o Gahiva era oficial do QEMA[4].

O Gahiva era, mas não estava lá. No Mec a situação não foi tranqüila porque – não sei se a razão foi essa – não houve ação de comando para reunir os oficiais e sargentos e dizer o que estava acontecendo e de que lado estava. Isso foi comentado depois da Revolução quando o Glênio fez um relatório a respeito do acontecido. Muitos argumentaram que nunca foram perguntados sobre de que lado estavam ou informados sobre o que tinham que fazer.

No 12º RC – do Coronel Bandeira – os sargentos estavam, na sua grande maioria, contra a Revolução. No primeiro momento não fizeram nada, não houve nenhum atrito, mas também nenhuma união. O problema pior foi no QG. Lá realmente não só os sargentos e subtenentes como o próprio Comandante do Esquadrão de Comando que deveria ser um elemento de confiança do General, resolve-

[3] Termo castrense que indica o oficial que não fez o curso de ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) e integrante do QSG (Quadro Suplementar Geral).

[4] Quadro do Estado-Maior da Ativa, integrado por oficiais que possuem o curso da ECEME.

ram não aderir à Revolução e tomaram conta do QG. Posteriormente o comandante do Esquadrão comentou que o General nunca lhe dissera se seria a favor ou contra, por isso adotou aquela posição.

O General foi obrigado a sair do quartel pela porta lateral da farmácia para não ser preso pelos sargentos. Levaram-no para o 12º, que era bem próximo, dava para ir a pé.

E todos os oficiais do QG saíram?

Não, só o General e o Chefe do Estado-Maior conseguiram sair. Os demais oficiais ficaram presos.

O Chefe do Estado-Maior era o...

Coronel Roberto.

E ele fez carreira depois ou...

Acredito que ele não foi promovido a general.

Perguntei porque havia um General Roberto, mas creio que não era esse. Ele era de cavalaria também?

Era. Mas não sei dizer o que aconteceu, se ele foi promovido ou não. Sei que ele foi um dos oficiais mais ativos procurando nos convencer a todos de que tínhamos que aderir à Revolução pelos motivos já conhecidos.

Estou pintando um quadro da situação nas Unidades. Só uma delas estava na mão do seu Comandante, apesar de que todos sabíamos, inclusive ele mesmo, que alguns sargentos e oficiais não concordavam com aquela posição. Mas não se manifestaram e nunca tentaram fazer nada.

Já no Mec a situação ficou muito difícil porque havia uma nítida separação. Durante o dia parecia tudo normal, mas à noite os oficiais dormiam no pavilhão da administração e os sargentos nos esquadrões e cada grupo dava ronda para o seu lado, separados, como se estivessem se protegendo uns dos outros. Quando clareava o dia a tranqüilidade voltava ao quartel, era como se nada houvesse acontecido. Tudo porque realmente o Comandante nunca chamou os oficiais e sargentos para dizer o que estava acontecendo e de que lado estava a Unidade.

Como o Coronel Paixão tinha muita ascendência também sobre o meio civil, assumiu o comando, o comando talvez seja um exagero dizer, mas assumiu a ligação com os civis, até porque ele era presidente da Associação Rural de Bagé, cujos associados se puseram à nossa disposição. Realmente a população civil, pelo menos a faixa mais expressiva, o pessoal com maior nível cultural, apoiava a Revolução, comprovado pelo apoio que o Coronel Paixão recebeu. Eles se ofereceram para fazer o que fosse preciso. Para não dizer que não os estava usando, ele lhes entregou o controle das estradas. Mandou tirá-los de dentro da cidade, mas para ajudar.

Essa a situação inicial na Guarnição; com o problema grave dos sargentos no QG e as outras Unidades sem saber direito o que estava se passando na Guarnição, porque eram muito separadas entre si.

Nesse dia 1º estava sendo feito um comício na praça central de Bagé – quem conhece a cidade, é a praça ali da Rua Sete, a praça da Prefeitura – conduzido pelo então Prefeito José Maria Ferraz, o vice-prefeito e o presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Otávio Hipólito. Uma manifestação a favor do Brizola, pela Legalidade. Haviam colocado alto-falantes na própria Prefeitura e estavam na janela ou sacada do segundo piso, discursando e incitando a população reunida na praça. Aquilo começou a engrossar, a reunir não só o pessoal que realmente estava interessado no comício, como outros curiosos. Muita gente na praça.

Eu era comandante de uma Bateria e a primeira ação concreta em termos de Revolução foi a missão que recebi do Coronel Paixão. Ele tinha uma fala arrastada, mas era um homem muito positivo na hora de falar. Simplesmente me chamou, disse o que estava acontecendo e determinou:

– Você vai lá, acaba com o comício, fecha tudo, prende o Ferraz e o conduz até o 12º.

Coincidência ou não era o mesmo quartel onde o General Garrastazú se refugiara.

O Coronel, de fato, comandava a Divisão, até porque o QG estava tomado pelos sargentos. E eu fui para a Prefeitura com a Bateria. Naquela época o Regimento era a cavalo, não tínhamos nem transporte. Uma parte do pessoal foi pelo leito da estrada de ferro, que era o caminho mais rápido para se chegar à cidade, o outro grupamento foi em um caminhão comercial que possuíamos. Reunimos os três pelotões – um efetivo de mais ou menos cem homens – um pouco antes da praça da Prefeitura. Entramos com a tropa naquela formação clássica, baioneta calada e em cunha. Atravessamos a multidão, não fomos hostilizados fisicamente, apenas com palavras. Fomos até a porta da Prefeitura, onde os meus pelotões abriram um claro para podermos entrar. O interior da Prefeitura também estava cheio e o pessoal, lá em cima, no primeiro andar, fazendo o comício. Um detalhe interessante: quando eu começava a subir a escada, ouvi uns gritos lá de cima:

– Fecha a porta que eles apanham aqui dentro!

Imediatamente voltei. O nosso pessoal estava com as armas alimentadas, mas com o ferrolho passado por cima dos projéteis sem condições de atirar de imediato, era o tempo do fuzil 1908. Então determinei ao tenente que mandasse carregar. A multidão já estava fechando em cima desses dois pelotões que faziam um semicírculo na porta. Com aquele barulho do carregar, eles recuaram. Só en-

tão subi as escadas com um GC[5]. Lá em cima me deparei com o Prefeito Ferraz; falei com ele que não seria aceito de maneira nenhuma o prosseguimento daquela manifestação, sendo necessário fechar imediatamente a Prefeitura e levá-los presos.

Na ocasião ocorreram vários fatos interessantes. Quando subi, no pé da escada havia alguém sentado, escrevendo em uma mesa, rodeado de papéis. Como eu não sabia do que se tratava, ele e a mesa foram levados para fora da Prefeitura pela tropa. Foi uma oportunidade perdida, porque – depois nós soubemos – estavam organizando uma lista do "Exército da Legalidade", voluntários para ajudar o Brizola. Teríamos muitos nomes interessantes. Foi tudo perdido.

O Prefeito Ferraz não quis se atritar. Sentíamos que ele estava com medo do que estava ocorrendo. Procurou contemporizar, dispondo-se mesmo a acabar com o comício. Mas o Vice-Prefeito Frederico Petrucci, o presidente do PTB e os repórteres que estavam lá, esses queriam agitar. O presidente do PTB inclusive foi para a sacada e começou a gritar por socorro, pedindo para cantarem o Hino Nacional, porque ele estava sendo violentado e não sei o que mais. Acabou sendo arrastado da sacada.

A Câmara de Vereadores funcionava no mesmo prédio e estava em sessão, que também foi encerrada por mim. Determinei que todos deviam sair, quem ficasse seria preso, inclusive os líderes. Soube depois que havia gente armada lá dentro, mas não houve atrito mais sério, nada. Convencemos todos a saírem, fechamos tudo, e desci. Quando o pessoal já estava saindo da Prefeitura, ainda com os dois Pelotões na porta, chegou a outra subunidade que o Coronel Paixão mandara para me apoiar porque eu realmente estava com um efetivo insuficiente para controlar todo aquele pessoal.

É interessante fazer um comentário sobre a postura do nosso soldadinho naquela ocasião. Mesmo com um nível cultural e intelectual baixo, enfrentaram o perigo muito bem. Foram até afoitos. Recordo que, ao descer para verificar a situação, depois que esvaziamos o andar superior da Prefeitura, concluí que necessitávamos abrir mais espaços na praça para dissolver o tumulto e facilitar a chegada da outra Bateria com o Capitão Gerson (Gerson Freitas Vasquez). E, em um tumulto, o pessoal que conduz a baderna não está na frente, fica sempre atrás, gritando e empurrando a multidão de incautos em cima da tropa. Então, uma senhora parou na frente de um soldadinho com a baioneta calada e não queria se afastar. O soldado encostou a baioneta no pescoço dela e, se eu não estivesse ali, não sei se ele não a teria furado. Ato contínuo pedi para a mulher sair porque

[5] Grupo de Combate: formação básica do Exército para o cumprimento da missão.

estávamos apenas cumprindo ordens; ela aceitou e saiu. Para nosso alívio, logo depois a área em torno da Prefeitura começou realmente a esvaziar.

Nesse momento ocorreu um fato muito desagradável para mim. Chegaram dois oficiais do Estado-Maior da Divisão e me disseram que o General Garrastazú tinha dado ordem para que eu desocupasse a Prefeitura e retornasse ao quartel. Fiz ver aos dois companheiros que eu não tinha condições de cumpri-la. Seria uma desmoralização total para o Exército retirar a tropa com a multidão ainda ali, depois de ter acabado com o comício, fechado a Prefeitura e prendido o prefeito. Isso era quase meio-dia e os manifestantes ainda não tinham se dispersado totalmente. E mais, como eu recebera a missão do Coronel Paixão, a contra-ordem deveria ser dele.

Os dois oficiais voltaram ao QG para transmitir ao general a minha informação e retornaram insistindo que a tropa tinha que sair. Firmei questão:

– Enquanto eu não receber contra-ordem do Coronel Paixão, não me retiro daqui porque seria uma desmoralização total, vão jogar até pedra.

Nesse meio tempo, já tínhamos aberto bastante espaço ali na frente da Prefeitura, estava tudo fechado, o aparelho de som desligado, e, como era hora do almoço, realmente a multidão se dispersara, acabando com o comício.

O Coronel Paixão – acredito que muito propositadamente – não estava ao alcance do telefone. Não consegui falar com ele, nem ele comigo, quer dizer, a ordem permaneceu. Mais tarde ele fez contato comigo e me perguntou sobre a situação. Então lhe informei que estava tudo tranqüilo, acabara o comício, não havia mais ninguém, e realmente agora poderíamos sair. Então determinou que eu retirasse a tropa, que não levasse os presos ao 12º como tinha sido determinado, porque o general tinha mandado soltá-los. Seria muito pior se eles fossem soltos com todas as honras. Pediu também que eu conversasse com o prefeito e os organizadores, alertando-os de que, se eles tentassem recomeçar, a tropa retornaria. Então simplesmente se disse a eles que saíssem da frente da Prefeitura e fossem embora.

A tropa se retirou, voltei para o quartel junto com a outra Bateria que estava chegando para ajudar e não houve mais tentativa nenhuma de reunião.

Aquela foi uma ocasião que, se tivesse havido uma ação da multidão teríamos que agir também e as conseqüências teriam sido graves. Estávamos armados, municiados e as ordens eram claras. Mas felizmente a coisa ficou só na ameaça do que poderia ter ocorrido.

Ameaça forte!

Que não se concretizou! Esse foi, para mim, um dos fatos mais marcantes da Revolução em Bagé.

Nesse meio tempo o Coronel Paixão estava tentando resolver os problemas da Guarnição, inclusive através de uma ligação via rádio[6], com o Comandante da 3ª Divisão de Infantaria (DI), General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo), mais tarde considerado o iniciador da Revolução no Rio Grande do Sul o que, no meu entender, não corresponde à realidade. O General Garrastazú, aconselhado pelos coronéis Roberto e Paixão, fez uma ligação telefônica para o General Poppe e disse a ele que toda a 3ª DC aderira ao Movimento, embora, na realidade, ainda houvesse aqueles problemas dentro dos quartéis. O nosso comandante insistiu para que o General Poppe liderasse a Revolução, pois comandava a DI mais potente do Rio Grande do Sul. Apesar de não se tratar de Bagé é interessante comentar também a situação das outras Guarnições da 3ª DC.

Em São Gabriel onde tínhamos o 3º RCM (3º Regimento de Cavalaria Motorizado), o 9º RC (9º Regimento de Cavalaria) e a 13ª Cia Com (13ª Companhia de Comunicações), a situação era indefinida. As informações indicavam que todas as Unidades estavam a favor da Revolução, embora com alguns pequenos problemas internos.

Em Dom Pedrito o comandante era francamente janguista, inclusive os oficiais dissidentes daquela posição fugiram e se apresentaram em Bagé.

Em Jaguarão o comandante também nunca disse de que lado estava. Então, na realidade, a origem, o foco irradiador da Revolução na 3ª DC foi Bagé, especificamente a Artilharia, que não estava dividida, por causa do Coronel Paixão.

O segundo fato marcante aconteceu no dia 2, quando recebi outra ordem do Coronel Paixão. Ele me chamou novamente e só me disse que os sargentos tinham fechado o QG e ocupado o muro com soldados comandados por eles; ele não sabia, ou não quis me dizer, que havia oficiais presos. Assim, eu desconhecia que, com exceção do general, do chefe do Estado-Maior e de alguns poucos oficiais que conseguiram sair a tempo, os outros eram reféns dos sargentos.

Ele me deu ordem para ir ao QG, levando um canhão setenta e cinco, a fim de, se necessário, usá-lo para abrir caminho. E deixou bem claro que eu deveria chamar quem estivesse liderando – ele não tinha certeza de quem era – e dar a eles quinze minutos para entregarem as armas e saírem do quartel.

Como já referi, naquela época era tudo a cavalo. Preparei a Bateria e aprontei um canhão, mesmo sabendo que dificilmente eu teria condições de usá-lo, porque dar um tiro dentro da cidade para abrir o portão do QG, seria um negócio meio complicado. Na verdade, o coronel queria apenas que aparecesse um canhão em condições de ser usado; era a maneira de intimidar.

---

6 Mensagem telegráfica transmitida via rádio.

Aí aconteceu outro episódio muito interessante que impediu que houvesse, talvez, um banho de sangue. Havia na cidade um tal de Jardim, capitão do antigo Quadro de Oficiais da Administração (QOA) que servira com o Coronel Paixão e haviam se tornado muito amigos. Ele era uma espécie de informante, o homem que procurava informações na cidade e as transmitia ao Coronel Paixão.

Esse Jardim foi ao 12º, onde estava o General Comandante da Divisão e lá viu um grupo de sargentos entregando as armas. E ele pensou que fossem os sargentos amotinados porque inicialmente a ordem fora para o 12º tomar o QG. Na realidade, quando a ordem foi dada, os sargentos daquela Unidade, ao serem colocados em forma para cumprirem a missão, avisaram que não iriam agir contra os colegas deles do QG. Não iriam cumprir a ordem, mas também não fariam nada, entregavam as armas. E realmente eles foram desarmados e ficaram dentro do quartel.

O Capitão Jardim viu a cena e pensou que os sargentos que estavam sendo desarmados eram os do QG, que haviam desistido da ação e tinham sido presos no 12º. Na realidade eram os próprios sargentos do 12º. Ele telefonou para o Coronel Paixão e disse:

– Olha, os sargentos do QG já entregaram as armas. Acabou o problema lá.

Lembro até hoje que enquanto a minha Bateria estava saindo para cumprir a ordem, o Paixão estava no telefone, que ficava no Corpo da Guarda[7]. Ele largou o aparelho, saiu correndo e, ao me encontrar, disse:

– Pára, pára, pára! Não vai mais, não precisa, acabou o problema. Os sargentos se entregaram.

Então, um encadeamento de circunstâncias incrível levou a que eu não deslocasse a Bateria com aquela intenção de cumprir a ordem que recebera. Nesse meio tempo os sargentos amotinados viram – lá do QG se via a Artilharia – a Bateria saindo, chamaram os oficiais do Estado-Maior que estavam presos e pediram para negociar. Queriam entregar as armas, não mais agiriam contra a Revolução. Assim, foi uma sorte tremenda esse Capitão Jardim ter imaginado ver um fato – que não era verdadeiro – e tê-lo transmitido para o Coronel Paixão. Com isso não aconteceu o choque que poderia ter havido entre a nossa tropa e a dos sargentos, que certamente redundaria em derramamento de sangue em Bagé. Uma informação incorreta se transformou em corretíssima e, indiretamente, resolveu o problema do QG porque os sargentos viram a tropa saindo e imediatamente resolveram negociar.

E, com o aval do Comandante da DC, negociaram a rendição nas seguintes condições: entregariam as armas desde que não sofressem conseqüências punitivas futuras. Isso foi muito discutido depois da Revolução. No meu entender um absurdo.

---

[7] Entrada principal do quartel, guarnecida pelo pessoal de serviço sob o comando do Comandante da Guarda.

Depois do que eles haviam feito, era simplesmente entregar as armas e serem presos. Essa condição influenciou muito o nosso trabalho pós-Revolução, no andamento do inquérito feito pelo então Major Glênio – e do qual participei – para determinar responsabilidades e punir os culpados, se fosse o caso até com expurgo ou demissão do Exército. Tudo porque havia esse "compromisso" do general com os sargentos no sentido de que eles não sofreriam conseqüências posteriores por causa da rebelião.

Bom, voltando aos primórdios da Revolução. As tratativas continuaram, tentando convencer o General Poppe de Figueiredo a assumir o comando, o que efetivamente aconteceu. Não sabíamos o que se passava nas outras Divisões. Havia informações de que a 1ª DC, de Santiago, sob o comando do General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva), estava contra, inclusive havia comentários de que ele fora a Porto Alegre apresentar-se ao General Ladário (Ladário Pereira Telles), que assumira o comando do III Exército (hoje Comando Militar do Sul-CMS). E não tínhamos idéia do que estava acontecendo com a 2ª DC, em Uruguaiana, porque – como já comentei – estava muito distante. Não vou entrar em detalhes sobre Porto Alegre porque foi mais complicado e só tínhamos notícias por informações fragmentadas, sem ter certeza do que estava ocorrendo.

O outro problema que estava havendo em Bagé era o Mec, que ainda vivia aquela situação esdrúxula dos sargentos e oficiais. Não se entendiam, mas não chegaram a se hostilizar, apenas à noite dormiam cada um no seu lado e faziam ronda dentro das suas áreas, um olhando desconfiado para o outro, mas nunca aconteceu nada de mais sério. Apenas houve uma informação de que os sargentos de lá estavam querendo empregar os carros de combate para ajudar o pessoal do QG. O Coronel Paixão soube e mandou dizer a eles que não fizessem isso porque a Artilharia não deixaria e inclusive bombardearia o Mec, se fosse o caso. Para intimidá-los mandou que eu ocupasse posição com a Bateria no meio do pátio. Nos posicionamos e colocamos um observador na caixa d'água a fim de coletarmos os dados para o tiro. Foi informado aos sargentos que a Bateria estava em condições de começar a atirar se resolvessem deslocar os carros. Pura intimidação. Na realidade isso não aconteceria porque os dois quartéis estavam dentro da cidade. Mas funcionou. Os sargentos desistiram daquele intento e a situação começou a se tranqüilizar. Nesse meio tempo também, em termos de Brasil, a Revolução já estava francamente vencedora, consolidada.

A respeito de apoio da população, vi a ação decidida da Associação Rural; quanto às outras lideranças, é difícil falar, porque depois da Revolução todo mundo era a favor, mas antes não sabíamos bem de que lado eles estavam. Por ter vivenciado aqueles momentos do comício na praça da cidade, se eles estivessem realmente contra, decididamente contra o Movimento, teria havido um confronto entre nós, e não houve. Havia gente mais exaltada, mas esses não fizeram nada. E

outros querendo apaziguar, como o próprio prefeito, que procurou de todas as maneiras não entrar em choque. Concordou em acabar com o comício, sempre procurando contemporizar. Então, esse apoio da população à Revolução ou ao Brizola foi meio relativo. Eu diria que em Bagé a maioria era de revolucionários; pelo menos posteriormente todo mundo ficou a favor.

Claro, aí ficou mais fácil.

Foi difícil saber realmente quem era quem.

E a Guarnição de Santana do Livramento?

De lá também não chegou nenhuma informação. Foi igual a Jaguarão. Não foi acionada, não se pronunciou e também não disse o que estava fazendo.

O que aconteceu em Dom Pedrito?

O Comandante induziu os oficiais que eram a favor da Revolução a fugirem para Bagé, porque ele era francamente contra. Mas também não tomou nenhuma iniciativa em termos de deslocar tropa. Só declarou a sua posição e liberou os oficiais. Aqueles favoráveis ao Movimento se apresentaram no QG em Bagé dizendo:

– O nosso Comandante é do outro lado, queremos que os senhores nos aproveitem em alguma função.

Também houve alguns fatos envolvendo o Coronel Paixão e o General Garrastazú que estava muito relutante em assumir a Revolução. Ele não estava muito convencido, mas o Coronel Paixão argumentou, forçou e pressionou no sentido de que ele aderisse ao Movimento, o que efetivamente aconteceu. Foi pressão mesmo. Sobre isso, comentávamos há pouco que, embora não tenha sido uma revolução de tenentes como em 1930, a omissão e indecisão de muitos generais determinou uma forte reação de convencimento por parte dos majores e coronéis como o Paixão e o próprio Bandeira, do 12º que, logicamente, eram francamente revolucionários. E eles convenceram. Tiveram a liderança sobre a tropa para evitar que houvesse problemas maiores. Na artilharia não houve problema nenhum, no Doze aquele problema dos sargentos que entregaram as armas, mas também não agiram contra os oficiais, apenas deixaram de cumprir ordens. E no Mec foi um pouco mais complicado, mas acabou se resolvendo também por si.

Depois dessa quase convulsão, as coisas se amainaram, veio aquela fase de inquérito, um tanto desgastante.

É, tudo serenou. Os sargentos do QG se entregaram, devolveram as armas e não foram presos, em respeito à combinação ou trato feito. Aparentemente tudo voltou ao normal; as Unidades continuaram a funcionar, em situação de prontidão é claro, e começou a fase de inquéritos sobre o que havia acontecido. O Major Glênio foi um dos encarregados. Ele me ouviu e pediu para eu estar presente em

outros depoimentos. Depois veio a fase de investigações que não posso saber como terminou porque não fiz inquéritos, apenas prestei depoimentos. Um fato que o Major Glênio comentou foi o tal trato do General Garrastazú com os sargentos. Aquilo foi muito negativo porque na hora do inquérito os sargentos alegavam:

– Houve um acordo, o General disse que não aconteceria nada conosco.

Uma condição que, no meu entender, não deveria ter sido aceita ou proposta pelo Comandante.

E na área, algum oficial chegou a ser cassado?

Sim, mas *a posteriori*. Depois dos inquéritos feitos, alguns oficiais e vários sargentos foram cassados, tanto na Guarnição como na Divisão. Em Bagé lembro perfeitamente que o próprio Comandante do Esquadrão de Comando da Divisão, Tenente Severo (José Torquato Severo) e alguns sargentos do QG foram cassados.

Havia um lá, agora é médico...

Não era sargento na época?

Não. Sei que foi cassado e hoje trabalha na equoterapia lá no Regimento de Cavalaria de Guardas (RCG). Acho que é o Severo.

Realmente ele fez curso de medicina depois. Era Tenente Comandante ou respondia pelo comando do Esquadrão de Comando.

É, e trabalha na equoterapia no RCG.

Apesar de cassado! É interessante!

Acharam que eu deveria ouvi-lo. Relutei, pois ele poderia alegar que foi envolvido pelo general, porque era do Esquadrão de Comando e tinha que obedecer às ordens do comandante que se omitiu e, quando viu, estava enrolado. Porque ele deveria ter ficado lá no QG.

Ficou! E assumiu a rebelião com os sargentos. Ele poderia ter dito que foi enrolado pelo general e, realmente, acho que foi, porque como Comandante do Esquadrão era um dos homens de confiança e nunca recebeu uma informação do general dizendo que estaria a favor da Revolução, realmente ele não recebeu. Agora, que ele estava com os sargentos quando o QG foi tomado, estava e ficou do lado deles.

É uma situação que aconteceu em outras Unidades de todo o Brasil. Um determinado oficial, ou um grupo de oficiais, junto com os sargentos, tomava uma posição e o restante ficava contra. Houve isso nos Batalhões de Cachoeira e de Vacaria.

Ele tem atenuantes, mas não a justificativa, que só teria se não tivesse participado com os sargentos da tomada do QG e da prisão dos oficiais. Nesse momento ele perdeu a razão. Mas os atenuantes funcionaram, tanto que acabou trabalhando para o Exército.

O senhor deseja mais alguma...

O relato sobre Bagé está excelente! Estamos com a memória daquela época escrita.

Os fatos marcantes foram esses.

Só um relato paralelo. Eu era capitão, servia em Vacaria no 3º Rodoviário (3º Batalhão Rodoviário – 3º B Rv) e lá tivemos problemas sérios também. A Unidade estava dividida. O nosso coronel era muito janguista, depois foi cassado. Como eu estava destacado – servia fora da sede – tinha melhores condições de ir à telefônica. Então fui encarregado de telefonar para o Chefe do Estado-Maior do III Exército, Coronel Codeceira Lopes (José Codeceira Lopes) informando que a Unidade estava em uma situação difícil, com possibilidade de confrontação e solicitando a presença de alguém para tomar uma providência. Liguei; não queriam deixar que eu falasse com o coronel – eu era capitão – insisti, disse que precisava falar. Enfim ele atendeu e logo perguntou:

– O que há capitão?

– Estamos com um problema aqui na Guarnição, queríamos que o senhor mandasse alguém aqui.

Ele me deu uma cinchada[8] *daquelas, dizendo:*

– Você acha que só há problema em Vacaria? Precisa ver o que está havendo com o General lá de Bagé – isso aí é pinto. Dêem um jeito na situação, controlem esse coronel, que mais tarde nós encontraremos uma solução.

Ele ainda arrematou:

– Olha, se houver um problema mais sério, um de vocês vai a Lages e fala com o Coronel Samuel (Samuel Augusto Alves Corrêa) que ele dá uma ajuda. Resolvam esse problema de Engenharia que eu preciso resolver os problemas da Cavalaria, na fronteira.

Isso já foi em...

Uns dois ou três dias depois. Porque chegara um rádio cifrado, dizendo que os sargentos iam se revoltar e tentar reverter a situação.

Houve realmente muita inquietação.

Lá, o coronel tomou conhecimento do rádio e divulgou para os oficiais. Então o Ferreira da Silva (Paulo Ferreira Vieira da Silva), que era o mais antigo, me chamou e disse:

– Vai lá e fala com o III Exército, porque desconfio que o coronel vai nos trair.

Era aquela história de unir-se com os sargentos e acabar com os oficiais. Foi quando fiz a ligação telefônica. Depois exoneraram o coronel, que acabou cassado.

Era o famoso esquema militar que o Brizola alardeava.

E que não funcionou!

Se havia, não funcionou. Aliás, não sei se existia realmente.

---

[8] Termo regional gaúcho, significa reprimenda.

Talvez um esquema de generais: o Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha) era homem do Jair (Jair Dantas Ribeiro). O Poppe era indefinido, o Garrastazú era ligado ao Kruel, tido como sendo...

Legalista.

O Newton Barra também...

O Saraiva...

Ele e os comandantes de Batalhões de Engenharia de Vacaria e de Porto Alegre eram ligadíssimos ao Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil). Mas esse esquema não funcionou porque os capitães, majores e a maioria dos tenentes-coronéis e coronéis preponderaram sobre os comandos.

O General Menna Barreto (Ramão Menna Barreto), na sua entrevista, ficou muito reticente, porque o Poppe era o chefe dele. Mas no fim ele diz:

– Um dia me fechei com o general e disse a ele:

– O senhor tem que decidir, não é possível continuar assim.

Exatamente. Nesse meio tempo, lá em Bagé, o General Garrastazú, pressionado pelos Coronéis Roberto e Paixão, tentava convencer o Poppe a assumir a Revolução no Rio Grande do Sul. E ele acabou assumindo.

Porque era o mais antigo.

Corre uma história que teria sido protagonizada pelo Saraiva quando ele estava em Porto Alegre e participava daquela reunião com o Jango, o Brizola e o Ladário. Indicando para um mapa da região Sul, parecido com aquele da Seção de Planejamento do CMS ele teria dito:

– Vou lançar uma coluna daqui, subo até Marcelino Ramos, monto uma outra que vai subir por Vacaria...

Aí o Brizola interrompeu dizendo:

– Bah, se todos os nossos generais tivessem essa competência, essa agressividade...

E cumprimentou o Ladário.

Logo depois o Saraiva viajou para Santiago a fim de reassumir o comando da DC. No meio do caminho, avisaram-no de que não era mais o comandante e para não descer em Santiago porque senão seria preso. Na ocasião, dizem que entre outras coisas, ele teria falado:

– Olha, fiz uma besteira. Eu sempre pego o lado certo, mas acho que agora errei.

E voltou.

Exatamente. Ele e o Ladário receberam a informação, logo após a reunião, de que ele não era mais o comandante da DC.

Mas ele tentou ainda, só que não o deixaram descer.

Não, ele nem chegou a ir. Ficou em Porto Alegre.

E todos esses generais não eram comunistas, apenas faziam parte do esquema do Jair ou do Kruel...

O próprio Garrastazú dizia que o General Kruel não se pronunciara ainda a favor da Revolução.

Ele não foi cassado, acho que só não foi promovido à Divisão. Vários foram poupados, mas ficaram marcados. Interessante. Um relato muito interessante seria o do Coronel Roberto. Vou tentar localizá-lo através do Almanaque...

Não sei se ele ainda está vivo porque era coronel antigo, e eu capitão.

É, não deve estar, não.

Mas o Glênio está.

O Budó também, na época ele servia no 12º.

Eu não sei se o Budó mais moço estava lá, tenho a impressão de que ele não tem muito a dizer.

Porque o mais velho eu sei que era...

Lá do QG.

E era bem arregimentado. Foi um dos que foram presos no QG?

Foi!

E o Glênio também?

Também. Os dois ficaram presos.

O Budó era um homem de muita decisão, era danado.

Devem ter ficado uma arara de brabos. Presos pelos sargentos!

Eu servi com ele, uma pessoa de uma personalidade muito forte. Sobre a revolução em Bagé, estou satisfeitíssimo. Preenchi uma lacuna.

E sobre a situação atual do Exército com esse problema do licenciamento antecipado. A maioria do pessoal antigo vê isso com muita preocupação: o General Décio (Décio Barbosa Machado), o Harry (Harry Schnarndorf) e eu mesmo. A qualquer hora vão chegar à conclusão de que o Exército pode fechar que não fará falta.

É, realmente isso está preocupando e muito. Considero a situação do Exército bem difícil. Nunca imaginei que chegaria um dia em que fossemos liberar soldados com quatro meses de instrução.

Pois é!

Eles mal começaram o serviço militar. Parece que o Exército realmente chegou ao fundo do poço. Eu compreendo que o País está em uma situação econômica delicada e fragilizada. Não sei direito, não sou economista, acho que nem eles sabem explicar o que está acontecendo. Essa alta desenfreada do dólar, o governo a queimar dinheiro para tentar segurá-lo e não consegue. Logicamente isso repercute em todos os setores nacionais, não há dúvida. Compreendemos que

o Exército tem a sua parcela de responsabilidade e precisa colaborar, só considero que estamos ultrapassando aquele ponto limite até onde ainda somos uma força operacional. Se essas restrições persistirem, deixaremos de ter – talvez já não tenhamos mais – operacionalidade suficiente para cumprir a missão constitucional, como intervir na segurança interna, se for necessário.

Justamente uma crise como a atual nos leva até a um tipo de profecia política, pois a situação econômica presente propicia condições para convulsões. E justamente na hora em que estamos extremamente enfraquecidos...

Estamos desmantelados. Se depois da posse do novo Presidente acontecer conosco algo semelhante ao que está ocorrendo na Argentina ou na Venezuela – o que não é muito difícil – o Exército estará totalmente despreparado, sem condições. Não teremos no Brasil uma força capaz de manter a ordem. Já não falo em defesa externa porque para esta não temos mesmo, mas de manter a ordem.

As forças auxiliares estão em pior situação ainda. Principalmente aqui no Rio Grande do Sul, com a mudança de governo, essa ideologização em torno de um partido – não podemos tapar o sol com a peneira – estão desmantelando a Brigada Militar[9] e a Polícia Civil. Não há dúvida!

A politização da Brigada é lamentável!

Conheço a Brigada Militar não só por ter servido aqui, como também porque fui Inspetor-Geral das Polícias Militares, quando aquele órgão integrava o Estado-Maior do Exército, e tive oportunidade de visitar várias corporações policiais-militares no Brasil. Naquela época, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul sempre se destacava, era uma Corporação de elite, coesa, uma Unidade apolítica. E agora está sendo transformada – os jornais dizem, e eu acredito – numa milícia do PT.

E uma milícia...

Que o Estado não conta com ela para nada. A não ser para ajudar o PT. Também na Polícia Civil acontece a mesma coisa.

Eu vou citar um fato que, embora fuja um pouco do assunto Revolução, mas é um tema atual. O síndico do edifício onde eu moro é Comissário da Polícia Civil, já antigão; claro que não conheço a atuação profissional dele, mas nos dá a impressão de um homem muito honesto, muito direito. Conversamos muito, e ele já me perguntou mais de uma vez:

– General, o Exército não vai fazer nada?

Fazer o quê? Intervir no Estado? Ele reclama da situação na Brigada e na Polícia e nos diz que efetivamente existe gente colocada pelo PT dentro da Polícia

[9] Polícia Militar do Rio Grande do Sul.

Civil e da Polícia Militar que são os verdadeiros mandantes. Um exemplo foi aquela situação do relógio dos quinhentos anos, quando a gente que trabalhava na Secretaria de Segurança deu ordem ao coronel. Outros fatos dessa natureza, com subordinados dando ordens aos seus superiores, coisa totalmente absurda, acontecem aqui na área de Santa Maria, onde pessoas de qualidade profissional duvidosa são as ligações com a cúpula da Secretaria de Segurança. Eles vivem viajando, vão a Porto Alegre e voltam com informações e ordens transmitidas diretamente. Trabalham procurando isolar esse pessoal mais antigo, deixam a pessoa em uma situação tão difícil que, ou ele se omite e adere – passa a ser da milícia – ou simplesmente vai embora e abre caminho para colocarem quem eles querem nas funções de mando. Realmente, a Brigada Militar e a Polícia Civil estão sendo desmanteladas. Até o corpo de bombeiros, com quem temos muita ligação para sanar problemas de segurança do edifício e no combate a incêndio, está infiltrado.

A continuar assim, quem assumirá esse encargo de segurança interna se as polícias militares não tiverem condição de fazê-lo? O Exército do jeito que está? Sem pessoal, sem dinheiro para combustível, nem para comida. Como será? Penso em termos de 1964. Se chegarmos ao ponto da atual Argentina o que acontecerá? Não temos guarda nacional ou gendarmaria como lá. Temos uma polícia militar completamente compromissada com a política porque é subordinada ao governador. A situação brasileira hoje está muito preocupante; será que chegaremos com tranqüilidade à eleição? Esse problema econômico que se avoluma cada vez mais poderá complicar-se e levar-nos a uma recessão industrial que, naturalmente, acabará em convulsão social. Quem controlará a população na hipótese de isso ocorrer?

Ontem o Coronel Amendola (Alexandre Máximo Chaves Amendola) nos disse que uma das medidas da fase de preparação da Revolução foi o não licenciamento do pessoal. Obra de algum 'gênio' lá no Estado-Maior do Exército que conseguiu convencer a cúpula da Instituição que não devíamos licenciar ninguém. E quando eclodiu a Revolução a tropa era composta só por soldados antigos.

Foi idéia do Estado-Maior do Castello Branco. É uma prova de que houve a preparação da Revolução. Ele sabia e teve a visão de que podia fazê-lo. Realmente, se tivéssemos licenciado na época programada, não teríamos tropa. Oposto do que está acontecendo agora.

Estou satisfeitíssimo.

Muito obrigado. Estou feliz porque julgo que consegui projetar alguma luz...

Era exatamente o que queríamos. E não foi uma luz qualquer. O senhor ligou um holofote!

Junto ao mosaico do que foi a Revolução de 1964 na fronteira Sul do Estado.

General-de-Brigada Léo Guedes Etchegoyen

Nascido em Porto Alegre nos idos de março de 1925, o General Etchegoyen ingressou no Exército em 16 de março de 1942 como aluno do 3º ano da Escola Preparatória de Porto Alegre. Iniciou sua vida de cadete na Escola Militar do Realengo, sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria pela Escola Militar de Resende em 11 de agosto de 1945.

Classificado no 3º RCI (3º Regimento de Cavalaria Independente) de São Luiz Gonzaga-RS, ainda como oficial subalterno serviu em Porto Alegre no Regimento Osório (3º Regimento de Cavalaria Divisionário, depois denominado 18º Regimento de Cavalaria – 18º RC) e no 2º RC Mec (2º Regimento de Cavalaria Mecanizado). Serviu ainda em Santa Maria no 3º Esqd Rec Mec (3º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado).

Capitão desde julho de 1945, foi mandado servir no 6º Esqd Rec Mec, no 2º R Rec Mec (2º Regimento de Reconhecimento Mecanizado), ambas OM de Porto Alegre e na Diretoria de Armamento e Munição, onde foi promovido a major em dezembro de 1957.

Cursou Motomecanização como tenente; posteriormente aperfeiçoou-se na EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) em 1954 e fez a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) no triênio 1958/1960.

Durante seu estágio de Estado-Maior no Comando do III Exército, vivenciou a Legalidade e, já oficial do QEMA (Quadro do Estado-Maior da Ativa) servindo no QG da 3ª RM (3ª Região Militar) atuou decisivamente na preparação e no desencadeamento vitorioso da Revolução.

Foi Secretário de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul entre 1964/1965, após o que passou a chefiar a D2 do Escalão Avançado do Gabinete do Ministro da Guerra em Brasília, onde foi promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel em 25 de abril. Em março de 1966 assumiu o comando do 1º

R Rec Mec de Santo Ângelo-RS, ali permanecendo até fevereiro de 1969, quando foi nomeado Assistente-Secretário do Comandante do III Exército, General Médici.

A partir de outubro daquele ano passou a integrar o seleto grupo de oficiais do Gabinete Militar da Presidência da República como adjunto da Subchefia do Exército, onde foi promovido a Coronel, por merecimento, em abril de 1970 e nomeado, no final do ano, para a Assessoria Especial do Presidente da República, exercendo inicialmente o cargo de Adjunto e, posteriormente a Chefia do referido órgão. Em 1974 foi nomeado Adido das Forças Armadas junto à Embaixada do Brasil na Suíça. Ao entregar aquele elevado cargo em 1976, foi classificado no Comando do III Exército, onde chefiou a Seção de Planejamento e Cooperação até ser convidado para integrar o Gabinete do Ministro do Exército em outubro de 1977.

Em março de 1978 foi promovido, por escolha, a General-de-Brigada. Comandou a seguir, a 10ª Bda Inf Mtz (10º Brigada de Infantaria Motorizada) no Recife-PE, até ser nomeado Chefe do Estado-Maior do II Exército, sediado em São Paulo, em agosto do ano seguinte.

Dois anos depois retornou à Capital Federal para desempenhar o cargo de Diretor de Assistência Social. A chefia do Estado-Maior do III Exército foi sua última função como oficial general da ativa exercendo-a entre 1982 e maio de 1983, quando solicitou transferência para a reserva remunerada.

Mercê de sua brilhante carreira, foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas por nossas Forças Armadas, destacando-se ainda a Ordem do Mérito Aviz e a Ordem Nacional do Mérito, concedidas pelos governos de Portugal e do Paraguai, respectivamente.

O General Etchegoyen faleceu em 8 de março de 2003.

Entrevista realizada em 13 de novembro de 2001.

O Projeto de História Oral do Exército na sua pesquisa sobre a Revolução de Março de 1964 tem o prazer de ouvir o depoimento do General Léo Guedes Etchegoyen, oficial que participou intensamente dos acontecimentos daquela fase conturbada da nossa história recente.

Na sua opinião quais foram as causas da Revolução de Março de 1964?

Para mim, inicialmente, foi a ação subversiva das esquerdas no Brasil, caracterizada por atos agressivos promovidos num crescendo que culminou com o célebre comício da Central do Brasil. Houve também vários episódios de indisciplina, como aquela reunião no Clube dos Sargentos e o episódio do Tamandaré quando a marujada jogou um oficial dentro d'água. Esses fatos desagradáveis aconteciam, ao mesmo tempo em que o Brizola trabalhava os sargentos na esperança de que conquistaria o apoio dos graduados e poderia colocá-los contra os oficiais.

Na ocasião, o Estado-Maior[1] do Exército decidiu publicar alguns livros de boa qualidade sobre guerra revolucionária. O assunto entrou nos programas de instrução das Unidades do Exército e, em conseqüência, sempre havia um oficial encarregado de ministrar aulas sobre a doutrina da guerra revolucionária. Eu, por exemplo, quando servia aqui na 3ª Região Militar, fui designado pelo Chefe do Estado-Maior para esta missão e passava o dia inteiro com um livreto debaixo do braço fazendo palestras em todas as organizações regionais. Dessa forma entrava em contato direto com os sargentos e, com o meu jeito de falar – usando uma linguagem simples – procurava alertar o pessoal contra a subversão. Adquiri uma experiência danada nessa peregrinação. Conheci muita gente e eles foram me conhecendo também. Pelo que vi não acreditava que fosse ocorrer alguma atitude de graduados contra os oficiais. No Rio Grande do Sul só ocorreu um problema no Regimento de Quaraí (5º RC), com o Comandante, então Tenente-Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes). O Regimento saiu com cabos no lugar dos sargentos que foram presos por se negarem a cumprir a ordem de deslocamento.

Recapitulando as causas: a atuação permanente do movimento comunista no Brasil; a ação crescente do Brizola, do Almirante Aragão e de certos políticos esquerdistas tentando desagregar a área militar. Eles colhiam informações e tinham fichas de todos nós que servíamos nos QGs: nome, idade, filiação, atividade,

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (*staff*) de um comando (Unidade, Grande Unidade etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

tendência ou pensamento político. Para nos contrapormos a esta ação divulgávamos intensamente as informações recebidas do Estado-Maior do Exército, que eram documentos da maior valia e, pelo menos para mim, se constituíram em uma espécie de bíblia doutrinária.

Ainda como subsídio para nos prepararmos contra a subversão, recebíamos o *Mensário de Cultura Militar*, da Escola Superior de Guerra, que publicava periodicamente artigos de coronéis franceses que lutaram na Argélia e enfrentaram a guerra revolucionária e também artigos sobre a guerra dos portugueses na África. Alguns brasileiros escreveram sobre o assunto. Além dos nossos, a Suzanne Lebin publicou o livro *Il Est Moin Cinq* e ainda o Curzio Malaparte – um autor italiano – publicou *La Technique du Coup d' État* (A Técnica do Golpe de Estado).

O Estado-Maior nos encaminhava outras publicações que vinham como simples mensagens destinadas a complementar nossa cultura militar, mas na verdade nos preparavam, transformando o movimento de março praticamente em uma unanimidade no Exército Nacional. Sobrou uma minoria para defender o Governo. A maioria estava nas ruas batendo palmas, marchando, como as mulheres fizeram, desmascarando a afirmativa do Prestes quando disse que já tinham o Governo na mão e só faltava assumirem o Poder. Eles achavam que a conquista do poder seria de roldão. Para resumir minha resposta: a causa principal da Revolução foi impedir que os comunistas assumissem o Poder.

Aqui no Rio Grande do Sul os antecedentes da renúncia do Jânio e da atuação do Brizola não dificultaram as ações dos revolucionários em 1964?

A propósito da sua pergunta, esqueci de citar como uma das causas da Revolução o episódio da Legalidade. O Brizola foi o primeiro político brasileiro que entrou em ligação com Fidel Castro e mandou gente fazer curso em Cuba. Inclusive esse Diógenes que andou se complicando há pouco tempo em uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O atual Vice-Governador do Rio Grande, Miguel Rosseto, também andou por lá e é coronel honorário do exército cubano. Estes dois são das primeiras turmas encaminhadas a Cuba pelo Brizola. Como Governador e Deputado o Brizola colocou as manguinhas de fora e os cubanos circulavam por aqui. Sabíamos da presença em Porto Alegre de três cubanos. Fui um dos que saíram para a rua e andavam à cata de agitadores estrangeiros que circulavam por aqui. Além do mais, o Brizola agitava o País com seus célebres discursos das sextas-feiras, uma pura ameaça à sociedade organizada. Foram criados os "grupos dos onze", o Brasil estava cheio deles. Estimávamos que existiam cerca de cinco mil Grupos, um efetivo de quase sessenta mil homens. E quem fazia o proselitismo

e os unia em termos nacionais era a Rádio Mayrink Veiga. Sintonizávamos aquela emissora à noite e ouvíamos:

– Alô, alô Santo Ângelo, comando revolucionário número trinta e quatro, alô doutor Fulano...

A mensagem para o correligionário informava o número do grupo, a sua localização e convocava os responsáveis para a transmissão de ordens ou transmitia alguma instrução. Isso era feito o dia inteiro. Belo exemplo de sigilo nas operações...

Soube, um pouco antes da eclosão do Movimento de 1964, que alguns oficiais viajaram para o interior a fim de fazer contatos pré-revolucionários. Lembro que o Capitão Gusmão (Alberto de Azevedo Gusmão) esteve em Vacaria, no 3º Batalhão Rodoviário (3º B Rv), onde eu servia. O senhor estava envolvido naquelas ações conspiratórias?

O Gusmão, de Artilharia, era um guri bom! Trabalhou muito comigo. Percorria as Unidades, transmitia e colhia informações. Promovido a Major, uma das últimas missões dele foi falar com o pessoal dos Batalhões de Construção em Vacaria e Bento Gonçalves. Graças ao seu relatório, concluímos que nesta última Guarnição, o Coronel Dirceu (Dirceu Araújo Nogueira), então Comandante do 1º Ferroviário (1º Batalhão Ferroviário – 1º B Fv), não se engajaria no Movimento mas também não atrapalharia, o que de fato aconteceu. É um dos companheiros ao qual presto minhas homenagens pela postura que tomou em 1964.

Aqui no Estado, onde houve a maior resistência à Revolução?

Creio que foi aqui mesmo em Porto Alegre. O Brizola fez um discurso na Praça da Prefeitura em que instigou os sargentos a arrancarem os olhos dos oficiais com os dedos. Imaginem a reação! Isso ninguém me contou, eu fui lá para ver e ouvir. Acho até que o Gusmão estava comigo. Éramos dois ou três oficiais assistindo ao comício. Ele falou claramente que os oficiais eram golpistas e que os sargentos não deviam cumprir as ordens dos gorilas.

– Ataquem, ataquem esta gente e arranquem os olhos deles nem que seja com os dedos.

Ele disse isso. A resistência era coordenada por ele que dispunha de um *staff* – inclusive já citei o nome de alguns dos integrantes desse grupo – para lhe municiar das informações necessárias.

Como foi o desencadeamento da Revolução aqui no Rio Grande do Sul?

No dia 30 de março chegou em Porto Alegre o Major Ehlers (Jaime Ehlers), que servia no Estado-Maior do Exército. Trazia um documento assinado pelo en-

tão General Castello Branco, cujo título era Lealdade ao Exército – LeEx. Era uma tomada de posição do Chefe do Estado-Maior do Exército que praticamente assumia o comando revolucionário.

Esse documento foi lido para a oficialidade?

No mesmo dia 30 nós o entregamos em todas as Organizações Militares do III Exército. Não ficou uma Unidade da área que não recebesse o documento. Uma firma de engenharia de Porto Alegre foi quem fez as cópias para nós. Trabalhou a tarde inteira com suas copiadoras termo-fax, sistema usado na época.

Como a Revolução foi recebida pela população local?

Foi muito bem recebida. Os primeiros dias foram de euforia, de aplauso, de alegria para as mães de família que tiveram um papel muito importante na mobilização contra o Governo. A mulher que fora para a rua marchar em protesto, com a vitória da Revolução pôde descansar porque o problema dos filhos ou dos maridos estava resolvido. Conheci muitas senhoras – e algumas ainda vivem – que sofriam e viviam estressadas com o problema do marido sair de casa e sem saber se voltaria. Vivemos esta tensão mesmo depois do 31 de março. Os agitadores pichavam os muros e as paredes com ameaças do tipo: "Quando setembro vier" ou "Paredão", que a bem da verdade era escrito *"Paredón"*. Em resumo, a Revolução foi bem recebida. Os primeiros tempos foram só aplausos. Pelo menos aqui no Rio Grande do Sul.

O que se esperava dos governantes revolucionários?

É preciso que a opinião pública entenda que o objetivo de 1964 não foi uma ação de tomada do Poder. Houve apenas uma contraposição ao que estava ocorrendo. Lembro que no Rio de Janeiro o Almirante Aragão havia cercado o Palácio do Governo do Estado, cujo Governador foi obrigado a usar a retransmissão de uma estação de rádio de Belo Horizonte para denunciar o cerco. O Exército tem nos seus arquivos uma gravação da primeira reunião do Partido Comunista Brasileiro depois do 31 de março. Na sua autocrítica eles reconhecem que a precipitação da esquerda em tentar a tomada do Poder foi uma das causas do fracasso.

Aqui em Porto Alegre um grupo de oficiais se reunia às quartas-feiras no Círculo Militar – do qual eu era vice-presidente – para discutir sobre o futuro do Brasil. A maioria absoluta não aceitava qualquer solução diferente da democracia. Esta era uma idéia constante nas nossas reuniões. Não se fez a Revolução para implantar uma ditadura. Na realidade cogitava-se de uma contra-revolução; foi mais uma espécie de antídoto, algo assim como um contra-ataque antes do inimigo investir.

Qual a causa do endurecimento da Revolução no final da década de 1960?

O AI-5 foi editado por causa do discurso daquele jornalista e Deputado Márcio Moreira Alves. Ele mudou muito e hoje faz uma espécie de *mea culpa*. Outro que também mudou foi o José Genoíno, um ex-guerrilheiro que atualmente demonstra bom senso e até parece que está nos entendendo melhor. Tem se pronunciado contra o extremismo do PT e quando há qualquer assunto de interesse militar no Congresso, tem procurado nos ajudar.

Quais as suas impressões sobre o ciclo dos presidentes militares?

Vou comentar algo para que fique registrado neste Projeto de História Oral. Meu pai, depois General Etchegoyen (Alcides Gonçalves Etchegoyen), o Castello, o Costa e Silva e o Amaury Kruel – chamavam-no de “Alemão” – eram da mesma turma de formação da Escola Militar. Não sei qual era a classificação dos outros, mas o Costa e Silva era o melhor classificado e um dos primeiros da turma. Todos pertenciam à geração dos tenentes que fizeram a revolução de 1930 e se reuniam muito para trocar idéias. Pelo menos uma vez por mês, vinham à minha casa e lá ficavam horas e horas contando histórias da época do tenentismo e discutindo sobre os problemas brasileiros. Naquelas reuniões ouvi uma opinião sobre o Costa e Silva que, depois, quando servi com ele, constatei ser verdade. É até uma surpresa o ponto de vista daquela turma: o Castello era um homem de muita cultura, mas o Costa e Silva era mais inteligente. Essa era a opinião deles, com a qual acabei concordando também. Basta lembrar que, em 1961, no episódio da Legalidade, o Costa e Silva era comandante do Nordeste e não teve nenhum problema. Quando os agitadores começaram a manifestar-se foram embarcados em um avião e mandados para Fernando de Noronha, acabando com a fofoca. Era uma característica dele; tinha as antenas muito atiladas, percebia rapidamente qualquer situação e decidia com acerto. Concordo que o Castello era mais culto, um pensador militar que escrevia muito sobre doutrina. Foi um estadista.

O senhor foi do Gabinete do Presidente Médici?

Fui seu assistente no III Exército e ele acabou me levando para Brasília, quando assumiu a Presidência da República. É o Presidente mais violentamente criticado. Esquecem ou fingem não saber dos fatos que ocorriam na época. Ele assumiu o governo com o embaixador americano seqüestrado pelo grupo do Gabeira, um problema de enormes dimensões internacionais. Enfrentou a guerra revolucionária no seu auge. Cito apenas o confronto ocorrido no Túnel do Rio de Janeiro, quando o Major Toja (José Júlio Toja Martinez Filho) abordou o “fuca”

(fusca) daquela subversiva, na tentativa de evitar que ela fosse apanhada no meio do tiroteio, pois estava grávida, e foi metralhado de cima a baixo pela terrorista. Uma curiosidade sobre os subversivos: quem nos deu muito trabalho naquela época foi a Zélia Cardoso, mais tarde ministra da Fazenda no Governo Collor. Ela era responsável pelo apoio logístico do partidão no Rio de Janeiro e amiga da loira subversiva que assassinou o Major.

Testemunhei um encontro muito interessante. O Médici tinha sido Chefe do Estado-Maior do General Orlando Geisel no CMS e os dois tinham um bom nível de relacionamento. Um dia o Presidente falou para o General Orlando Geisel que era o seu Ministro do Exército:

– Dá ordem para o nosso pessoal não bater na porta e nem tocar campainha em aparelho subversivo.

Isto porque até então os agentes chegavam, tocavam a campainha e perguntavam:

– A Fulana está?

Prrrrrrr, partia uma rajada de metralhadora de dentro da casa que matou muitos dos nossos na porta dos aparelhos da subversão. O General Médici complementou sua orientação:

– A partir de agora a ordem é entrar nas casas metendo o pé na porta! Se vai morrer gente nossa, que morra deles também.

O primeiro motivo da campanha contra o Presidente Médici foi justamente esta atitude de enfrentar sem medo e com os mesmos instrumentos a agressão terrorista. Soube defender os direitos humanos de quem defendia a democracia com riscos da própria vida. O segundo motivo das acusações a Médici foi o fato de que no século XX nenhuma guerra revolucionária foi perdida por quem a iniciou: os revolucionários argelinos derrotaram a França; os africanos expulsaram os portugueses das colônias e por aí vai. É só rever a história do pós-guerra. E nós enfrentamos a subversão e a vencemos. Quem tem conhecimento do que realmente aconteceu em Xambioá sabe dar o devido valor a esta vitória. Sem dúvida, o Presidente Médici pagou caro por ter liquidado a tentativa da esquerda brasileira de comunizar o Brasil. A verdade é que o Presidente Geisel recebeu o Governo praticamente sem a ameaça da subversão.

Sei que há gente que não vai gostar do que vou dizer. Como Major, Tenente-Coronel e Coronel, exercendo função de Estado-Maior, eu prestava muita atenção na maneira de agir dos meus chefes, e dois deles foram exemplos para mim. Um que me impressionou muito foi o General Machado Lopes. Diariamente sentávamos em torno de uma mesa, ele apresentava os problemas do III Exército e ouvia

os oficiais do seu Estado-Maior a respeito. Todos opinavam. Ele inicialmente escutava, depois decidia e dava as ordens para execução. Foi um dos bons comandantes que conheci.

O outro chefe que aprendi a admirar foi o General Médici. Como já me referi, era seu Assistente quando ele foi Presidente da República. A minha sala ficava ao lado da dele. Embora me preocupasse com os documentos que ficavam em cima de sua mesa, nunca precisei guardá-los, pois o Médici não os deixava dormir, decidia na hora.

A quarta-feira era o dia da semana em que se promoviam os desempates das pendências entre os ministros. Eu como assistente era o responsável pelo preparo da mesa para os debates realizados quando havia alguma discordância na ação do Governo. A causa quase sempre era o Ministro Delfim, que chamávamos de "gordinho sinistro". O Médici sentava na cabeceira da mesa, enunciava o problema em debate – ele falava com uma voz cavernosa e com muita firmeza – e passava a ouvir os ministros sobre a matéria em exame. Normalmente o último a falar era o esperto do Delfim que, por ter uma cabeça privilegiada, acabava ganhando a parada. O Presidente encerrava a reunião – ele tinha o cacoete de bater com a mão na coxa antes de levantar-se – e recomendava que não se falasse mais no assunto.

Outra característica dele era sua radical ojeriza à corrupção. Confirmado que alguém do seu Governo estava envolvido em atos desonestos ele demitia na hora. Assim foi feito com um Ministro da Agricultura, aquele japonês de Cotia nomeado havia apenas uma semana e com o Governador do Paraná que praticamente não chegou a assumir o cargo. O General Médici tinha memória muito boa. Às vezes estava próximo dele quando alguém encerrava um despacho. Depois que o visitante se afastava ele me dizia:

– Este que saiu, falou comigo uma porção de coisas mas esqueceu de uma conversa que tivemos há algum tempo.

Então ele contava uma história ocorrida já passados dez ou quinze anos.

Esses dois, principalmente o Médici, tinham o dom de saber utilizar ao máximo os seus Estados-Maiores. Usavam as outras cabeças para obter a melhor decisão. Chegavam a uma conclusão, diziam claramente do que se tratava e cobravam a execução.

Quero relatar nesta entrevista alguns fatos curiosos que antecederam a ascensão do General Médici à Presidência. Participei dessa fase intensamente. Acredito que nem o assistente do Ministro do Exército viu as coisas que presenciei. O Médici tinha uns cacoetes engraçados. Na reunião do Alto Comando do Exército realizada em Brasília com vistas à sucessão do Presidente Costa e Silva, eu e os

demais assistentes ficávamos em uma outra sala ao lado daquela onde estavam os quatro-estrelas. Certa vez um oficial me avisou que o chefe estava me chamando. Eu entrei, ele me mandou sentar atrás, próximo dele. Isto se repetiu em outras ocasiões. Nas primeiras vezes eu não entendi a minha presença na sala e me perguntava o por quê daquela preocupação do General. Mais tarde concluí que ele queria uma testemunha. Não pude comprovar a veracidade desta minha teoria porque no dia em que perguntei a ele, não só não me respondeu como me mandou longe. Depois dos trâmites iniciais no Alto Comando, as negociações foram conduzidas pelo Chefe do Estado-Maior, General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy) que coordenava uma comissão composta por ele, pelo Comandante do II Exército e Secretário-Geral do Exército, General Corrêa (Antônio Jorge Corrêa) – de Cavalaria. Acabei assistindo a todas as reuniões do Alto Comando, ao término das quais o Médici saiu Presidente, cargo que ele não queria ocupar. Senti esse seu propósito durante a viagem que fizemos após sua indicação para a Presidência. Ele dizia o seguinte:

– Sou o mais moderno do Alto Comando!

Realmente, só o General-de-Divisão Médico Olívio (Olívio Vieira Filho), cirurgião do HCE – que extraiu as amígdalas de todos os nossos filhos – era mais moderno, pois o Médici recém tinha sido promovido a General-de-Exército. Ele se preocupava muito com a possibilidade de cisão no Alto Comando – nestas horas as vaidades afloram e a modernidade do indicado poderia ser avocada para invalidar a escolha. Havia ainda a possibilidade de que suas decisões – pela mesma razão – fossem contestadas pelos quatro-estrelas. Para que os generais não se dividissem, ele queria – isso ele me dizia – que o Presidente fosse alguém que tivesse qualidades que teoricamente atribuímos a um homem padrão.

Certa vez o General Lyra Tavares (Aurélio de Lyra Tavares), Ministro do Exército na época e um dos participantes do triunvirato que governava interinamente o País fez uma revelação ao General Médici:

– Há gente querendo que o Albuquerque Lima (Affonso Augusto de Albuquerque Lima) não conste da relação de candidatos à votação prévia para a Presidência da República.

O Médici deu um tapa na mesa e discordou com veemência:

– Essa não, Lyra!

Falou um "essa não" tão alto e agressivo que todo mundo parou e olhou para os dois. Ele agia assim porque era muito cioso da sua autoridade e achava que sendo o mais moderno, tentariam ultrapassá-lo. Ele policiava todas as ações e exigia que a escolha ocorresse dentro de um certo padrão ético. Quem fez o

Albuquerque Lima entrar na disputa foi ele com aquele “essa não”. E não se discutiu mais o assunto. Isso eu vi e acompanhei.

Houve uma votação prévia na área do III Exército. Todos os generais do III Exército foram reunidos na sala do planejamento – onde eu trabalhava – e, não preciso dizer, sentei ao lado do comandante, que foi o mais votado. Depois voltamos ao Rio onde presenciei um fato histórico que permanece vivo na minha memória. Todos os generais-de-exército votaram. O General Corrêa – Secretário-Geral do Exército – registrava a votação em um quadro-verde. Quando fizeram a primeira referência ao nome do General Médici, a reação dele foi imediata:

– “Essa não! Vou embora e vocês votem como quiser!”

Saiu da sala e a maioria votou nele. O segundo mais votado foi o General Orlando Geisel; o General Albuquerque Lima, que eu admirava muito, foi o terceiro com um ou dois votos. No dia seguinte à tarde, soubemos o resultado das eleições feitas nas outras duas Forças Singulares. Na Força Aérea Brasileira (FAB), também foi o mais votado e em segundo lugar ficou um Brigadeiro. A Marinha foi praticamente unânime votando no Médici. Houve alguns votos para o Rademaker; talvez daí a razão do Almirante ter sido escolhido para vice.

Nessa histórica tarde houve uma reunião no Ministério da Marinha, quando sentaram em uma mesa todos os quatro-estrelas das Forças Armadas. Antes, o General tinha ido à casa do Lyra Tavares para tentar convencê-lo da idéia de indicar outro para a Presidência. O Ministro foi tachativo:

– Você foi o escolhido e será o Presidente!

Logo depois, durante a reunião, o Médici resolveu aceitar a indicação e deu uma de inteligente, tentando fazer uma imposição aos demais:

– Já que os senhores me convocam para ser o Presidente, quero que o meu vice seja o Almirante Rademaker.

Quis ganhar na malícia e acabou perdendo. Quando ele disse “o meu vice seja o Almirante Rademaker”, o Lyra e o Ministro da Aeronáutica disseram que esta indicação estava fora de cogitação.

– Como não pode? – reagiu o General Médici.

– Não pode, falou o Lyra – e isso é história também – porque assumimos o compromisso de que nenhum de nós três seria candidato a presidente. Nem eu nem os Ministros da Marinha e da Aeronáutica. Não pode, Médici!

O Médici deu uma batida na mesa e falou alto:

– Ainda não assumi e já estão me contestando!

O General Orlando Geisel concordou com a objeção do Ministro Lyra Tavares mas o Médici estava irredutível e os generais do Alto Comando acabaram cedendo e

aceitando o Almirante Rademaker como vice-presidente da chapa a ser formalmente submetida ao Congresso. Em todas estas atitudes do General Médici sentíamos que ele não desejava o cargo de presidente. Talvez pela surpresa da indicação ou por ele não se achar preparado para a missão ou, ainda, porque naquela hora, ser o dirigente supremo da Nação, não estava nos seus cálculos nem nos seus planos de vida.

Antes da sua indicação definitiva para a Presidência ele não aceitava insinuações de que poderia ser o substituto do Costa e Silva. Xingou muita gente boa. O Figueiredo foi um que caiu na asneira de lhe falar sobre sua indicação para a Presidência. Ele quase o jogou pela janela! Disse um monte de desaforos e expulsou o seu Chefe do Estado-Maior da sala.

O Presidente Médici é muito criticado pelos métodos empregados contra a repressão durante seu Governo. Qual a sua opinião a respeito?

Apesar de alguns excessos a solução foi inteligente. Concordo com o antigo ditado: ninguém faz omeletes sem quebrar ovos. A resposta foi bem dada e correspondeu ao nível da agressão.

Até o governo norte-americano, depois dos atos terroristas do 11 de setembro, propôs modificar as leis que dificultam o combate à subversão. Quem enfrenta a guerra suja tem de usar métodos semelhantes ao inimigo sob pena de ser derrotado. Estive nos Estados Unidos depois do dia 11 e vendo a revolta da população contra o terrorismo me lembrei de como eles nos criticaram da década de 1970. Pensei comigo:

– Até que enfim eles mudaram de opinião sobre a guerra suja. Não há outro jeito! Não se pode combater o terrorismo com luvas de pelica.

O problema que surge é o seguinte: sou um guerrilheiro e pretendo te matar, mas convivo contigo no cinema, no clube e no supermercado. Onde está o inimigo? Sou eu, estou por aqui ao teu lado, mas tu não me vês como teu futuro agressor.

Eles culpam o Bin Laden e deve ter sido ele mesmo. Mas não adianta, quando o matarem, aparecerão outros dez mil iguais a ele. Creio que os norte-americanos têm uma solução para ganhar essa guerra. Posso estar errado, mas bastava oferecerem um bilhão de dólares para o Mossad – o serviço secreto israelense – que eles iriam lá e resolveriam o problema.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública foi eficiente?

Eu vi particularmente o que foi feito no Governo Médici pela Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), sob a direção do Coronel Octávio Costa (Octávio Pereira da Costa), oficial conhecido pela sua criatividade e inteligência.

A AERP foi um excelente exemplo para o Brasil de como um setor de comunicação social deve atuar. Lembram do "Sugismundo", aquela campanha contra a sujeira? E do "Ame-o ou Deixe-o", hoje tão execrado? Foram mensagens criadas pela Assessoria Especial de Relações Públicas e que, antes do patrulhamento esquerdista, a sociedade absorvia com naturalidade.

O senhor considera que houve esforço para melhorar a imagem do Brasil no âmbito internacional?

Considero que o esforço para a conquista da opinião pública no exterior foi mínimo e não foi bem-feito. Hoje, esse trabalho é realizado, em parte, pela atuação do Presidente.

Devíamos ter tomado a iniciativa de contar a verdade e só a verdade, o que evitaria essas mentiras que andam por aí. Vou revelar aquela que para mim é a mentira número um, o maior dos engodos. Sei dela porque ao esclarecer umas acusações que me fizeram conheci a história do cidadão. O FHC não foi exilado! Ele abandonou o País por interesse próprio. Era conhecido no Chile e na França como o homem do Cadillac. O Chile estava cheio de comunistas, de ativistas da esquerda sul-americana que se auto-exilaram porque tinham contas a pagar em seus países. Hoje estão por aí em altos postos dos seus governos.

Como o senhor vê o atual momento político no País e seus reflexos para nós militares?

Muita gente, inclusive membros de nossas famílias, não toleram de jeito nenhum aquilo que chamam de "omissão do Exército". Eles acham que devíamos nos defender, colocar os podres daqueles que nos acusam para fora. Não agimos assim; somente agora estamos começando a esboçar uma reação.

A Fundação Getúlio Vargas procurou alguns companheiros nossos com o objetivo de reescrever a história da Revolução. A idéia era boa, ouvir a nossa versão. Fui procurado por três deles, que desejavam me entrevistar, mas me neguei a falar. Dos três com quem tive contato, dois eram comunistas. Falar para quê? Eles editam o texto e publicam o que bem entendem.

Estas ações contra nós militares agora já não são absolutas. Neste ano, na área de comunicação social, está havendo uma reação a nosso favor. Já há uma página na internet com informações sobre o Exército. Percebo ainda que, mesmo sem um motivo especial, os jovens estão se reaproximando de nós. Tenho dez netos – a maioria universitários – inclusive uma estudante de medicina que mora comigo em Porto Alegre. No convívio com eles sinto que alguns jovens desejam saber como as coisas aconteceram em 1964. Desejam conhecer a verdade sem a maquiagem da

mídia esquerdista. Emprestei a eles “A Grande Mentira”, livro da Biblioteca do Exército escrito pelo General Del Nero (Agnaldo Del Nero Augusto). Excelente sobre todos os aspectos, porque analisa a subversão a partir de suas origens e comenta as bases filosóficas do Movimento. Inclusive ainda não cheguei a lê-lo todo. Comprei mais dois livros na Biblioteca do Exército mas ainda não os recebi. Há muita gente nossa empenhada em desmistificar a esquerda. Esse Projeto de História Oral do Exército, por exemplo, certamente resultará em um acervo de informações muito valiosas para a apuração dos fatos ocorridos naquela quadra histórica. É uma mostra do que se está fazendo para resgatar a verdade sobre a Revolução Democrática de Março de 1964.

O senhor julga que o desengajamento do Exército e a entrega do Poder aos civis, no seu sentido mais amplo, foram realizados no momento oportuno?

Inicialmente quero ressaltar que isto é um problema político e a minha opinião é de militar. O Presidente Geisel iniciou a transição com a “abertura lenta e segura” e o General Figueiredo a completou, mas a passagem da Presidência aos civis foi errada. Se o então Vice-Presidente da República tivesse sido candidato, teria possibilidade de vencer. E a Revolução passaria o Governo para o Aureliano Chaves, um civil identificado conosco. Isto não aconteceu porque no final do Governo o Presidente Figueiredo e o Vice Aureliano estavam brigados. Foi um erro fatal naquela fase da transição.

O senhor considera que no momento está havendo “revanchismo” contra os militares?

Não tenho dúvida. O “revanchismo” está atuando a toda hora na mídia e em alguns setores do Poder. Os “Diógenes” que estão nos governos federal e estadual nos detestam. Tivemos vários ministros comunas a começar pela Zélia no Governo Collor e o então Ministro das Comunicações, o Sérgio Motta – já falecido – no período do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Os marxistas e subversivos continuam atuando inclusive nos estados. Cito como exemplo aquele ministro que se orgulha de ter assaltado o cofre do Adhemar de Barros. Considera uma grande proeza ter se apropriado de não sei quantos mil dólares. São todos assim. Estamos vivendo em um período de inversão de valores.

O senhor acredita que o atual modelo de democracia preenche os anseios e necessidades da Nação brasileira?

Não há dúvida de que estamos em uma democracia. Também não se pode contestar que, do ponto de vista econômico, o Governo conseguiu reduzir a inflação para índices de um só dígito ao ano, quando há alguns anos era de 80% ao

mês sem dúvida estamos vivendo melhor hoje. A globalização é um fenômeno indiscutível. Restam muitas dúvidas sobre a validade das privatizações de setores da economia considerados de interesse estratégico. Quando a Margareth Tatcher esteve no Brasil ouvi uma frase dela sobre esse tema que considero emblemática. A imprensa a interrogava sobre o problema das privatizações, criticando indiretamente a política econômica adotada pelo gabinete inglês. Ela contra-atacou:

– Existe algo mais estratégico do que o alimento? E ninguém fala em estatizar a agricultura.

O repórter de esquerda calou-se. Talvez a dose das nossas privatizações tenha ido além da conta ou quem sabe a velocidade da operação tenha sido excessiva. Só o futuro poderá esclarecer esses pontos.

O senhor abordou prioritariamente o Governo do Presidente Médici e pouco falou dos demais...

Falei com prioridade no Presidente Médici porque fui seu auxiliar direto e ele me toca de perto. Devo dizer que tenho muito respeito por todos os presidentes da Revolução. Podemos discordar de alguma orientação política do Governo Geisel, mas como disse, ele foi um homem sério e inatacável.

Vou contar passagens interessantes com dois ministros que passaram do Governo Costa e Silva para o do Médici a fim de que conste no meu depoimento, principalmente pelo valor histórico dos fatos. Quando não havia mais escapatória, já estava decidido que o Médici seria o presidente, ocupamos a casa do Ministro da Aeronáutica lá no Galeão, que nos foi cedida. Ali funcionava uma espécie de gabinete, onde eram ouvidos os candidatos a futuros ministros e assessores do governo. O primeiro a ser chamado para conversar foi o Andreazza (Mário David Andreazza). O futuro presidente não teve papas na língua e, ao convidá-lo para continuar como ministro, foi direto aos boatos que corriam sobre atos desonestos que estariam sendo cometidos pelo Ministro dos Transportes:

– Gringo, dizem que tu estás fazendo negociatas, mas eu vou te manter no cargo. Falam que tu és desonesto mas eu fui do Serviço Nacional de Informações (SNI) e não acredito nestas fofocas.

Eu também não acreditava em nada do que falavam porque o Andreazza morava perto do apartamento da minha mãe no Rio de Janeiro e acompanhei a vida dele desde quando era major aqui no III Exército. Era um homem simples e reconhecidamente austero.

O Delfim foi o outro ministro alertado pelo Médici a respeito de boatos que corriam sobre o seu comportamento. O Presidente também considerou as conversas

mentirosas e ponto final. Ele era assim. Usava de uma franqueza rude. O que ele tinha que dizer, dizia com o mínimo de eufemismo e com aquele seu estilo próprio.

Quem comparecia seguidamente à Secretaria do Conselho de Segurança para debater idéias sobre o programa energético era o Dias Leite, Ministro das Minas e Energia. O senhor o conheceu?

Era um excelente ministro. Eu gostava muito daquele mineiro, sentimento partilhado por praticamente toda a equipe de governo.

Sem dúvida foi o melhor ministro que tivemos na área de Minas e Energia.

Nas reuniões da quarta-feira – aquelas que o Médici fazia para desempatar confronto de opinião entre os ministros – nunca vi o "gordinho sinistro" se meter com o professor Dias Leite. O mineiro era um azougue e dotado de uma cultura superior. Os dois contendores se respeitavam. Outro ministro do Governo Médici que eu gostava de ouvir era o do Trabalho. O Barata era um senhor idoso que aparentava uns oitenta anos mas extremamente inteligente e lúcido.

Assim encerramos este seu histórico depoimento sobre aquela quadra da vida brasileira que, com certeza, graças à visão e ação de homens de extremado valor, mudou os rumos da nossa Pátria. E o senhor se insere, naturalmente, naquele contexto, tornando-se merecedor do respeito e admiração de todos nós. Muito obrigado!

General-de-Brigada José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto

O General Apolônio nasceu em abril de 1923 na cidade do Rio de Janeiro. Ingressou no Exército em 2 de abril de 1941 como aluno da então Escola Preparatória de Cadetes (EPC), sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 28 de dezembro de 1946.

Sua primeira Unidade foi o 7º Regimento de Cavalaria (7º RC) aquartelado em Livramento-RS, onde serviu durante três anos. Ainda como Primeiro-Tenente foi convidado a integrar o corpo de instrutores da Escola de Sargentos das Armas (ESA) em Três Corações-MG.

Promovido a Capitão em abril de 1952, no ano seguinte cursou a Escola de Educação Física. Após a sua conclusão foi classificado novamente no 7º RC, permanecendo naquela OM apenas um ano, já que em 1955 retornou aos bancos escolares. Concluída a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) volta aos pampas, classificado no 6º RC em Alegrete. Nova movimentação aconteceu em 1958 quando mais uma vez foi servir no 7º RC, sendo promovido a Major no ano seguinte.

Aprovado em concurso, freqüentou a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) no período de 1960/1962. Realizou seu estágio de oficial do Quadro do Estado-Maior no Comando da 2ª Divisão de Cavalaria em Uruguaiana-RS, ocasião em que vivenciou intensamente os preparativos, a eclosão e os primeiros tempos da Revolução de Março de 1964.

Após esse período, mercê de suas qualidades profissionais de oficial QEMA de Escol, foi convidado a integrar os Estados-Maiores do Gabinete do Ministro em 1965/1966, da 6ª Divisão de Exército (6ª DE) em 1969/1971, do Exército (EME) em 1971/1972 e das Forças Armadas (EMFA) entre 1975/1977. Exerceu a chefia dos Estados-Maiores da 2ª DC em 1974 e da 1ª Região Militar (1ª RM) em 1979.

Comandou o 12º RC em Bagé-RS e a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) em Campinas nos anos de 1972/1973.

Suas promoções como oficial superior o foram por merecimento e em julho de 1979, quando chefiava o gabinete da Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA), foi promovido a General-de-Brigada, sendo nomeado Comandante da 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, cujo QG situa-se em Santiago do Boqueirão-RS.

Após entregar o Comando foi sucessivamente convidado para chefiar o Estado-Maior do III Exército em 1981/82 e o Gabinete do Estado-Maior do Exército em 1982/1983, quando solicitou sua transferência para a reserva.

Ao longo de sua exitosa carreira foi agraciado com inúmeras condecorações concedidas por nossas Forças Armadas. É cidadão honorário de Santiago do Boqueirão e mantém uma intensa atividade literária escrevendo artigos para a *Revista do Clube Militar*, o jornal *Ombro a Ombro* e outros periódicos da região da fronteira gaúcha.

Entrevista realizada em 26 de julho de 2000.

O Projeto História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964 tem a satisfação de entrevistar o General José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto, aspirante de cavalaria da turma de 1946, que acompanhou e vivenciou a Revolução em um momento e situação historicamente muito importantes. Em março de 1964, o então Major Apolônio, servia no Estado-Maior[1] *da 2ª Divisão de Cavalaria (2ª DC) em Uruguaiana, no interior do Rio Grande do Sul. Com a palavra o General Apolônio.*

É um prazer prestar o meu testemunho do que aconteceu em 1964, tanto na Guarnição de Uruguaiana, sede da 2ª Divisão de Cavalaria, hoje 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada (2ª Bda C Mec), quanto nas demais Unidades da 2ª DC.

Cheguei em Uruguaiana em janeiro de 1963 junto com os Majores Chuy (Gaspar Albite Chuy) e Brocchi (Antonio Celestino Silveira Brocchi), todos nós egressos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Já estavam na Divisão: o Comandante, General José Horácio (José Horácio da Cunha Garcia); o Chefe do Estado-Maior, Coronel Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura); o E1, Major Bischoff (Nelson Bischoff); o Major Campedelli (José Campedelli) como E2; o E3, Major Ilus (Ilus Fagundes Ourique Moreira) e o E4, Major Corrêa Neto (Jonas de Moraes Corrêa Neto). Esse era o Estado-Maior Geral da Divisão. Logo depois da nossa chegada alguns oficiais foram transferidos, permanecendo nas suas funções antigas o Campedelli e o Coronel Fontoura. Para se reconstituir o Estado-Maior Geral da 2ª DC, fiquei como E3, e o Chuy como E4.

O Comandante da Divisão tinha uma rotina muito interessante: todos os dias, pela manhã, reunia os oficiais do seu Estado-Maior no gabinete do Comando para o bom-dia e na hora do cafezinho ele *levantava a bola* sobre algum tema e começava a fazer perguntas a respeito da situação do País. Todos ficávamos atualizados sobre o assunto. Era uma prática muito interessante porque no final não restavam dúvidas sobre nossas tendências. Todo o Estado-Maior sabia quem era quem e de que lado estava.

De janeiro até agosto convivemos muito bem. Nosso General, primando pela franqueza e objetividade que geram naturalmente a confiança e a lealdade, criou um ambiente de convivência seguro e saudável. Éramos todos contra a situação que reinava no Brasil, um completo desgoverno. Preocupava-nos a idéia fixa dos pelegos, de instigarem o subordinado contra o superior, sacudindo a nossa

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (*staff*) de um comando (Unidade, Grande Unidade etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

instituição pelas suas bases: a hierarquia e a disciplina. A convivência era muito boa porque o Chefe também era contra aquela situação e expressava o seu ponto de vista com franqueza, indo ao encontro do pensamento de todos seus oficiais.

Em decorrência de sua clara posição contra a baderna, em agosto de 1963, de uma hora para a outra, o General e seu Chefe do Estado-Maior foram transferidos. Os dois foram movimentados por motivos políticos. O General José Horácio foi para a Diretoria de Remonta e Veterinária. O Coronel Fontoura foi transferido para uma CR (Circunscrição de Recrutamento) no Paraná, mas quando passou por Porto Alegre, o Comandante da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), que depois foi Vice-Presidente da República, General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos), pegou-o para ser Chefe do seu Estado-Maior.

Logo em seguida o General Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha) assumiu o Comando da Divisão. Todo o Estado-Maior procurou se aproximar do novo Chefe, para mostrar-lhe o nosso pensamento e induzi-lo a ter um procedimento similar ao do Comandante anterior, pelo menos no que dizia respeito àquele cumprimento matinal e ao "bate-bola" em que se comentava o panorama político do País. Aparentemente o novo General aceitou a sugestão, mas, na realidade, não mordeu a isca. O homem não era de "levantar a bola para o pessoal chutar" e debater temas do momento político. Mantinha-se sempre muito introspectivo e não se abria. Com o passar do tempo fomos sentindo que havia algum problema quanto às idéias do General sobre a situação. Sentíamos isso e sabíamos também da amizade e da troca de correspondência entre ele e o Ministro da Guerra.

Certo dia, não posso precisar a data, um avião aterrissou em Uruguaiana. Telefonaram do campo de pouso dizendo que o passageiro era um oficial do Gabinete do Ministro que viera falar com o Comandante da 2ª DC. O General Camarinha mandou o E2 recebê-lo e levá-lo direto para a casa do Comandante. O Campedelli tentou entrar junto com o visitante para participar da conversa, mas o General livrou-se dele determinando que fosse providenciar acomodação para o Tenente-Coronel recém-chegado e depois retornasse.

A exceção do Coronel Alencar (Carlos Ramos de Alencar), Comandante do 8º Regimento de Cavalaria (8º RC), que era muito retraído, todo o Estado-Maior e o Coronel Raposo (Amerino Raposo Filho), Comandante do 4º Grupo de Artilharia 75mm a Cavalo (4º GA 75 Cav) estavam sempre ligados e trocando idéias. A nossa Vila Militar em Uruguaiana era um grande quarteirão e vivíamos conversando sobre a situação.

Na primeira oportunidade o Major Campedelli me informou sobre o que havia acontecido. Concluímos que, se um Tenente-Coronel do Gabinete do Minis-

tro chega de avião em Uruguaiana sem ter avisado ninguém e procura o Comandante da Divisão, é porque traz alguma informação ou ordem muito importante. É o lógico. Então nos reunimos depois do expediente e decidimos que no dia seguinte o assunto deveria ser esclarecido na hora do cafezinho quando faríamos comentários sobre a visita do oficial do Gabinete do Ministro, procurando colher informações, como era natural. Pensávamos, inclusive, que o referido oficial estaria na reunião matinal. Para surpresa nossa ele já havia regressado na madrugada. Após os cumprimentos, iniciamos a sondagem mas o General ficou só na conversa fiada, não falou nada importante. Ao final da reunião disse:

– Meus senhores, ao trabalho!

Quando íamos saindo apanhou um papel em cima da mesa, chamou o Coronel Sellmann (Luiz Serff Sellmann), Chefe do Estado-Maior, e disse:

– Leia para os oficiais essa mensagem que recebi ontem do Tenente-Coronel Fulano de Tal – não lembro o nome do oficial.

O Coronel leu o texto. Todos nos olhamos. O Comandante reunira seu Estado-Maior e o que tinha para informar era uma notícia que já fora publicada no jornal do dia anterior. Não havia nada de novo. Com isso ficou mais do que confirmada a posição do General. Ele de um lado e nós do outro.

Essa visita foi mais ou menos em que época?

Não recordo a data, só sei que o fato aconteceu e nos marcou muito. Foi logo depois que o Coronel Alencar assumiu o 8º RC e o Coronel Sellmann a Chefia do Estado-Maior da 2ª DC.

Nessa época o General Floriano (Floriano Aguilar Chagas), ainda oficial superior, e os novos estagiários da ECEME já haviam chegado na Guarnição?

Eles só chegaram no final de janeiro ou já em fevereiro de 1964.

O tempo foi passando e a cada dia procurávamos melhor informar o Estado-Maior sobre a situação nacional e dedicar um cuidado cada vez maior às Unidades, visitando-as freqüentemente para fortalecer o espírito de corpo da 2ª DC. Isto acontecia muito especialmente com o Grupo de Artilharia, comandada pelo Coronel Raposo, Comandante com quem nos ligávamos e trocávamos informações sem problemas, porque estávamos totalmente do mesmo lado. Tínhamos ligação direta e diária com ele. Já no 8º, as ligações eram com o Subcomandante, Tenente-Coronel Anníbal (Anníbal Figueiredo de Albuquerque), já falecido e com os Capitães Tolentino (Tolentino Job Marino Barbieri), que também já morreu, e Medeiros (Antônio Araújo de Medeiros).

Em Uruguaiana ainda tínhamos uma ligação estreita com o Capitão dos Portos, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Dylo (Dylo Modesto de Almeida). Através do Coman-

dante Dylo e do Capitão-de-Corveta Olavo (Olavo Ferreira da Rocha), Comandante do Grupamento de Fuzileiros Navais, enviávamos para São Paulo as informações sobre a nossa situação e posicionamento político. Isto porque não confiávamos no nosso sistema de rádio. Contávamos também com vários civis, entre eles, todos os Silva: o Antonio, o Trajano, o Osvaldo e ainda com o Hermes Pinto. Havia muita gente do município que estava conosco. Uruguaiana era isso. O nosso lado estava ali bem caracterizado e forte.

Em Alegrete – uma Guarnição grande – tínhamos um representante no 6º RC, o Capitão Meirelles (Jim Meirelles), também já morto. No 3º Grupo de Artilharia 75mm Auto Rebocado (3º GA 75 AR), nossa ligação era o Major Riera (Luiz da Silva Riera), que respondia pelo Comando, e na 12ª Companhia de Comunicações (12ª Cia Com) nos ligávamos com o Capitão Brasil (Índio Brasil José de Freitas), Comandante da Unidade.

Em Livramento, no 7º, nosso contato era o Capitão Lúcio (Lúcio Gonçalves da Fonseca) e no 8º GA 75 Cav era o Capitão Dalmo (Dalmo Bernardes Pinheiro), já falecido.

Em Quaraí, ligávamo-nos com o próprio Comandante do 5º RC, Tenente-Coronel Édison (Édison Boscacci Guedes), e em Rosário nossa ligação era o Capitão Dário (Dário Bomfiglio Affonso da Costa), que respondia pelo Subcomando do 2º RCM.

O senhor falou em Alegrete. Lá, na época, já havia problemas com o Comandante do 12º Batalhão de Engenharia?

Em 1963, o Comandante interino do 12º BE era o Tenente-Coronel Almir (Almir Soares de Carvalho), que não nos preocupava. A situação só se complicou com a chegada do novo Comandante, Tenente-Coronel Monte (Adão Prestes do Monte), militar de tendências esquerdistas, que nos deu trabalho. Em dezembro daquele ano fui transferido. Tempos mais tarde, voltei para comandar o 12º Regimento de Cavalaria Mecanizado (12º Rec Mec), em Bagé, e fui sorteado para compor o Conselho de Justiça da 2ª Auditoria. Para minha surpresa, em um dos julgamentos, o Tenente-Coronel Monte e o radiotelegrafista do 12º BE eram os réus. Naturalmente o advogado tentou absolvê-los, mas o Conselho foi unânime na condenação.

Voltemos ao nosso relato na Guarnição de Uruguaiana. É importante frisar que o general ficou exultante quando o Coronel Alencar assumiu o comando do 8º RC, e mais ainda quando o Coronel Knaack (Geraldo Knaack de Souza) chegou em Livramento para comandar o 7º RC. Esse detalhe definiu duas correntes bem distintas no âmbito da Divisão.

Lembro que em seguida tivemos o primeiro confronto com a baderna reinante. O nosso serviço de informações era muito bom e nos alertou que os sem terra daquela época estavam acampando nas cercanias do campo de instrução de

Saicã, próximo de Rosário do Sul, com intenção de invadi-lo. Como estava previsto um exercício com tropa, organizamos um Grupamento Tático (GT) com as Unidades mais próximas da área: o 7º RC e o 8º Grupo de Artilharia, ambos de Livramento, que realizaram uma marcha para o combate e um ataque. Como o nosso desejo era atirar na direção dos sem terra – apenas na direção, não neles – fizemos uma química no planejamento do exercício. Na realidade, apenas uma inversão de direção, e aí atiramos com todas as armas: morteiro, canhão anticarro, metralhadora, tudo isso do 7º RC, apoiado pelo Grupo de Artilharia. Conseguimos ainda uma esquadrilha da FAB com os PT22, ou um prefixo parecido. Eles sobrevoavam a área e faziam vôos rasantes metralhando alvos predeterminados. Nossa demonstração de força deu resultado, os acampados foram embora da área do Saicã.

Esqueci de comentar que antes disso, acredito que no mês de janeiro de 1964, o Carlos Lacerda fez um comício em Uruguaiana. Como era E3, Oficial de Operações, coube-me planejar a segurança do evento e acabei me envolvendo no assunto, mesmo não querendo participar de nada. Tudo se realizou sem problemas até porque uma festa daquela natureza atrai o povo, principalmente na fronteira. O Lacerda empolgou aquela gente toda pois tinha o dom da palavra e sabia seduzi-los.

Passaram-se uma ou duas semanas e o Jango também programou uma ida à cidade, justamente para abafar o grande efeito que produzira a fala do Lacerda. A comitiva do Presidente levou até a banda dos Fuzileiros Navais do Rio. Apesar disso o comício foi um fracasso. Programei uma inspeção para a mesma data e fui para o 5º RC; se permanecesse em Uruguaiana provavelmente seria preso porque eu não estenderia a mão para cumprimentar o Jango.

Muito bem, alguns dias depois tivemos a informação de que o Jango agendara para o dia 4 de abril uma nova visita à Uruguaiana quando assinaria o decreto de desapropriação das faixas de terra ao lado das rodovias federais. A notícia causou uma confusão infernal. Apreensão do nosso lado e, naturalmente, uma enorme euforia entre os simpatizantes do Governo.

O senhor mantinha articulação ou ligação com outras Grandes Unidades ou com pessoas envolvidas em alguma conspiração?

Não havia ligação com Grandes Unidades a não ser com o Coronel Menna Barreto (Ramão Menna Barreto), Chefe do Estado-Maior da 3ª Divisão de Infantaria (3ª DI). Eu, particularmente, conhecia o então Capitão Lário (Lário Lopes Serrano) com quem comentava a conjuntura e trocava informações, mantendo correspondência de rotina com ele e com outros camaradas, mas sem idéia de articulação ou organização de um movimento revolucionário. Afora isso, nenhuma outra ligação.

Assim que assumi a chefia da seção iniciei a atualização do Plano de Segurança Interna (Segin), que era responsabilidade do E3. Para uso interno, rotulamos o referido planejamento de República da Vergonha na Cara. Em linhas gerais, ele atendia a duas finalidades: a segurança interna e também permitia isolar nosso território tendo em vista os eventos ligados à República da Vergonha na Cara. Em conseqüência, tínhamos que dispor adequadamente nossas Unidades para proteger o território da divisão dos possíveis inimigos subversivos. Face à 3ª DC, ocuparíamos a região do Upamaroti, um acidente capital de primeira grandeza, com elementos do 7º RC e a região da ponte ferroviária que liga Rosário a Livramento com elementos do 2º RCM. Barrando a direção Santa Maria–Alegrete ocuparíamos a ponte de Manoel Viana com elementos do 6º RC e no município de Uruguaiana, na direção de Itaqui, a ponte sobre o Rio Ibicuí seria ocupada com elementos do 8º RC. Essas ações implementariam nossa defesa e proteção. Havíamos também balizado um campo de pouso para quem quisesse aderir a nossa República da Vergonha na Cara. Tínhamos, inclusive, feito ligação com o Brigadeiro Delamora que servia no Rio e que traria meios para cá. Era o nosso planejamento, mas na ocasião da Revolução só o campo improvisado estava disponível.

Aproximava-se o 31 de março e nós naquele movimento para lá e para cá, liga aqui, liga para acolá e todo o mundo sentindo que algo iria acontecer. Basta dizer que tenho até hoje na minha carteira a metade de uma nota de 5 cruzeiros. Uma metade era minha, a outra ficou com o então Tenente-Coronel Édison. Se ele recebesse aquele pedaço de dinheiro era para fazer o que o portador dissesse; e a mesma coisa aconteceria se alguém se apresentasse para mim com o outro pedaço da nota. Era conspiração mesmo.

Poucos dias antes do comício da Central do Brasil, chegou um informe oriundo de Porto Alegre nos avisando que se prendessem o General Castello Branco deveríamos iniciar uma revolta ou um movimento de adesão ao Chefe do Estado-Maior do Exército.

Na noite do comício da Central, lá pelas 23 horas, estava deitado ouvindo no rádio aquela barbaridade, quando bateram na minha janela. Abri e me deparei com o Major Schmitt (Gilberto Oscar Miranda Schmitt) que me informou apreensivo:

– Zé, Prenderam o Castello Branco!

– Não é possível! Então vamos chamar o pessoal.

Passamos a noite inteira reunidos na minha casa. Estavam lá o Raposo, o Campedelli, o Schmitt, o Ney (Ney Riopardense Rezende), o arataca Medeiros, o Tolentino e talvez algum outro que eu tenha esquecido. Estávamos no auge da discussão e já tínhamos decidido que iniciaríamos o movimento no dia seguinte revoltando o 8º RC e o 4º GA 75 Cav, quando verificamos que seria um sábado e

feriado; conseqüentemente não teríamos ninguém a não ser a guarda do quartel e uns poucos soldados. Foi uma verdadeira ducha fria na nossa decisão.

Nessa ocasião os estagiários da ECEME já haviam chegado a Uruguaiana?

O Floriano e o Ney já estavam na Guarnição e perfeitamente entrosados conosco. Aqueles oficiais a que me referi no início da entrevista e não nomeei agora é porque já haviam sido transferidos.

No final do expediente do dia 31 de março, chegou um rádio[2] cifrado determinando prontidão rigorosa. Normalmente, quando chegava alguma ordem dessa natureza, ficava só um oficial no quartel porque o antigo QG não tinha como alojar todo o pessoal, e a nossa Vila distava apenas um quarteirão do quartel. Se houvesse uma emergência o permanência estava orientado para soar o alarme e em cinco minutos todos estaríamos lá. Nesse dia o General determinou que eu e o Campedelli ficássemos de permanência. Havia uma razão para isso: nas nossas conversas, por ocasião do cumprimento matinal e do cafezinho, vivíamos criticando asperamente a situação política do País, éramos frontalmente contra o Governo. Assim, o General Comandante sabia bem nossa posição e queria ter certeza onde nós estávamos.

Ficamos no QG e o pessoal que havia ido embora, aos poucos, voltou. Nos reunimos no meu gabinete e ficamos conversando sobre a situação. Em um dado momento entraram na sala o General Camarinha e o Coronel Sellmann. Nos apresentamos ao Comandante e relatamos o motivo da reunião. O General não disse uma palavra, mesmo diante da nossa manifestação de claro apoio ao ainda obscuro movimento revolucionário.

Isso ocorreu em torno das 21 horas e ainda não sabíamos bem como estava a situação no resto do País. As informações nos chegavam pelas emissoras de rádio comercial e não tínhamos condições de fazer uma análise consistente dos acontecimentos.

Em seguida os dois saíram, foram até o 8º RC e de lá ao Grupo de Artilharia, onde conversaram bastante. Ao regressarem, o Coronel Sellmann deixou o General em casa e retornou ao QG. Quando ele chegou, perguntamos ao nosso Chefe de Estado-Maior:

– O que o General falou nos quartéis visitados?

– Nada. Conversou sobre tudo, mas em momento algum abordou a situação política.

Então foi decidido que iríamos revoltar a 2ª DC. Como isto seria feito? O Chefe do Estado-Maior explanaria a situação para o Comandante e pediria que ele assumisse o Comando do movimento na nossa área. Logo depois o Coronel Sellmann foi até a Vila convidar o General para uma reunião no QG.

Nunca me senti tão mal como naquela situação. A insurgência é um passo muito sério. A verdade é que temos de fazer uma força incrível para vencermos os sentimentos

---

[2] Mensagem telegráfica transmitida via rádio.

arraigados no sangue e sempre presentes na mente dos militares: a hierarquia, a disciplina e o decorrente respeito aos superiores. Ao atentarmos contra estes sentimentos nos invade uma sensação de desamparo e solidão. É tão horrorosa que eu não pretendo vivê-la novamente. Como nos sentimos mal ao enfrentarmos o dilema do não devo mas tenho que fazer. É algo que o público externo não conhece e pensa que não existe!

Pouco depois o Coronel Sellmann entrou na sala com o Comandante. O General ficou à frente da mesa e ao seu lado postou-se o seu Capitão Ajudante-de-Ordens. O nosso Chefe do Estado-Maior era um homem muito formal e disse apenas isso:

– Meu General, estamos aqui reunidos para pedir que Vossa Excelência assuma o Comando da Divisão.

O General retrucou:

– Mas eu não passei o Comando!

O Coronel insistiu:

– Meu General, estamos aqui reunidos porque queremos que Vossa Excelência assuma o Comando da 2ª Divisão de Cavalaria.

Ao ouvir aquelas palavras o General passou para trás da mesa e o Ajudante-de-Ordens o seguiu. A reação natural de nossa parte, sem ninguém dizer nada, foi de nos aproximarmos da mesa. E eu fiquei junto do Ajudante-de-Ordens.

O Coronel Sellmann então terminou a frase interrompida pela ação do General:

– General, estamos pedindo para Vossa Excelência assumir o Comando porque a 2ª DC está revoltada contra esse estado de coisas.

E disse tudo o que havia planejado. O General ficou boquiaberto quando ouviu aquelas palavras do Coronel, seu auxiliar imediato. Então todo mundo começou a falar sobre a situação em que vivíamos. Em um dado momento o General deu um tapa na mesa e falou quase gritando:

– Está decidido!

Quando ele disse "está decidido", não esperamos ele dizer o que havia decidido. Cada um cumprimentava e se congratulava com o Chefe:

– Parabéns, General. O senhor decidiu certo!

Ele ficou meio sem jeito, mas, aliviado, foi voltando a calma. Em um piscar de olhos coloquei um maço de mensagens que havia preparado em cima da mesa dele e falei:

– General, aqui estão os rádios que confirmam sua decisão para todas as Unidades subordinadas fora de Uruguaiana e memorandos para os Comandantes do 8ºRC e 4º GA Cav 75.

Quem visse a assinatura do Comandante teria certeza de que toda a 2ª DC estava revoltada e sob o Comando do General.

Para que não restasse nenhum ponto nebuloso naquela situação e tivéssemos plena certeza de que todos os procedimentos previstos seriam obedecidos, eu e o Major Ney fomos levar as mensagens para nossas Unidades na Guarnição. Ainda era noite e começamos a missão no 8º. Encontramos o Capitão Tolentino andando no corredor do pavilhão do comando e lhe perguntei:

– Tolentino, onde está o seu Comandante?

– Ali, naquele quarto.

Eu lhe disse:

– Já está tudo decidido, a 2ª DC está revoltada!

Quando abri a porta e acendi a luz, o primeiro a se levantar foi o Subcomandante, Tenente-Coronel Anníbal, que era um espoleta. Assim que ele se levantou me perguntou:

– O que houve?

– Olha, está decidido!

Com aquele alarido todo, o Coronel, que estava dormindo, acordou. Então lhe entreguei o memorando assinado pelo General, dizendo:

– Coronel, essa ordem com a chancela do Comandante determina o início imediato da execução do plano de Segurança Interna (Segin).

Enquanto isto o Coronel Sellmann, o Major Schmitt e o Major Campedelli foram até o grupo conversar com o Tenente-Coronel Raposo. Ele conhecia todos os detalhes do nosso planejamento. Em seguida, os três foram também ao gabinete do Coronel Alencar no 8º RC. Ele era um São Tomé, só depois de confirmar que a assinatura era do General aderiu à Revolução.

Todos queríamos justamente isso, não desejávamos que houvesse um estremecimento, uma divisão, porque em 1961 quase houve uma mortandade em Uruguaiana por causa do seu Brizola. Tínhamos que considerar que seria um deus-nos-acuda se uma das duas Unidades, separadas apenas por um fio de arame farpado, resolvesse não aceitar a decisão do Comandante da 2ª DC.

Aliás, sabedor disso, o Tenente-Coronel Raposo fazia a pregação diária dele colocando uma corneta dos alto-falantes voltada para os soldados do seu grupo e outra para o Regimento de Cavalaria.

Acredito também que o Coronel Alencar tenha telefonado para o Coronel Knaack que comandava o 7º RC de Santana do Livramento, mas não tenho certeza porque não vi. Minha desconfiança de uma ligação entre os dois foi porque o Knaack aderiu logo. Cumpriu a ordem do Comandante e fez tudo o que tinha que fazer.

Os dois eram homens preparados, sabiam onde tinham o nariz e eram reconhecidos como muito bons profissionais. Tive um pequeno desentendimento com

o Coronel Knaack na sessão de abertura das manobras quando fiz, como E3, a exposição inicial sobre o planejamento realizado. A montagem da situação geral do exercício apresentava como antecedentes da situação criada, o momento político que estávamos vivendo. Ele não gostou e disse:

– A ECEME agora está formando oficiais revolucionários.

A minha resposta imediata foi:

– Revolucionários não, revoltados sim!!!

Voltemos ao fio da meada. Fizemos questão cerrada de que o General ombreasse conosco, porque a liderança dele era importante junto às Unidades da Divisão e fundamental para a decisão dos Comandantes dos 7º e 8º RC em função da estreita ligação entre os dois Comandantes de Regimento e o Comandante da Divisão. Se tudo se resolvesse sem fraturas, e foi o que aconteceu, não haveria sobressaltos. Não só fluiu conforme o planejamento como ainda acabamos influenciando na decisão da 3ª DI de Santa Maria. Afortunadamente, fui testemunha de toda a história daqueles dias tensos e tumultuados.

Ainda quero relatar uma cena que presenciei no gabinete do General Camarinha após a sua decisão de apoiar a Revolução. Ele passava a mão na cabeça e dizia:

– Revolução não se pode perder. Fui revolucionário em 1922 e acabei exilado. Nesta nós não podemos ser derrotados. A minha maior angústia no momento é porque estou contra o meu amigo Jair.

Ele estava contrariado porque estava se rebelando contra o amigo que, coincidentemente, era o Ministro da Guerra e não porque ele tivesse idéias comunistas ou socialistas como muitos imaginavam. A partir daquele desabafo compreendi a atitude dele.

Queríamos, repito, levantar a Divisão como um todo e assim o fizemos. A coesão da 2ª DC foi o grande mérito do nosso Estado-Maior Geral. Evitou rachas, como aquele episódio horrível ocorrido em 1961 entre as duas Unidades vizinhas de Uruguaiana: o 8º RC e o 4º GA Cav. Na Revolução, o General liderou a 2ª DC e conseguimos partir unidos para a ação, sem problemas.

Em seguida o General Camarinha telefonou para o General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo), comandante da 3ª DI, tentando convencê-lo a aderir. Foi uma dificuldade estabelecer contato com ele porque nunca estava em casa, nem no quartel-general. A impressão que tínhamos era de que ele não queria falar. Na realidade, inicialmente era o então Coronel Menna Barreto, Chefe do EM da 3ª DI, falecido há pouco, quem comandava as tratativas revolucionárias, havendo até uma senha particular, específica entre ele e o nosso QG. Santa Maria demorou um pouco

para aderir à Revolução, mas depois assumiu o Comando efetivo das ações de todas as Grandes Unidades e Unidades subordinadas.

Vou contar uma passagem interessante e crucial que aconteceu depois que o Tenente-Coronel Édison, Comandante do 5º RC, recebeu ordem para deslocar o seu Regimento. O planejamento do Segin previa uma série de ações a serem executadas pelas Unidades da Divisão nos eixos que se dirigiam para Uruguaiana. A nossa Reserva era o 5º RC. Como não havia o que proteger ou isolar face ao rio Uruguai, foi ordem para a Unidade ocupar a região de Harmonia, acidente capital que domina um entroncamento de vias de acesso nas direções de Uruguaiana, Alegrete e Livramento, cuja posse e domínio era muito importante.

O Tenente-Coronel Édison recebeu a missão e não conversou, soltou a cavalhada na invernada e, em dois tempos, estava em ordem de marcha, com todas as viaturas necessárias para motorizar o Regimento dentro do quartel e carregadas.

Antes da partida, um oficial informou ao Comandante que o Capitão Silveira (Jorge Silveira) estava concitando os sargentos a não cumprirem a ordem.

Incontinente, o Comandante reuniu todos os oficiais e sargentos em uma sala, todos armados, e disse que a decisão estava tomada e quem estivesse contra estava preso. Em seguida, um oficial e quase todos os sargentos se manifestaram contra as suas ordens. Foram desarmados e, como não podia deixá-los no quartel, pois não havia efetivo necessário – a guarda do quartel estava reduzida – nem xadrez que comportasse todos os insurretos, determinou que ficassem presos em suas casas, na vila militar. E ficaram!!!

Só mais tarde foram levados para Uruguaiana e diluídos presos por várias Unidades da DC.

O 5º RC saiu com menos um oficial, só seis sargentos, os cabos, que foram promovidos a 3º-sargento na hora, e os soldados. Cumpriu sua missão ocupando Harmonia durante quatro ou cinco dias, até a divisão considerar consolidada a situação.

Os depoimentos são todos muito coerentes. O Coronel Miguez (Carlos Cláudio Miguez Suarez), na época Capitão do Grupo, no seu depoimento sobre a Revolução na 2ª DC demonstra uma enorme admiração pelo trabalho de seu Comandante, Tenente-Coronel Raposo (Amerino Raposo Filho).

O Raposo era bom mesmo! Foi um oficial atuante e corajoso durante o preparo da Revolução e nos dias mais incertos do movimento revolucionário.

Há registro de um diálogo entre o Comandante da 2ª DC com o então Major Floriano durante aqueles momentos de indecisão do General Camarinha que, tentando justificar sua posição de expectativa, disse ainda necessitar de mais elementos para decidir.

De pronto o Major Floriano redargüira:

– Às vezes o General não dispõe ou não precisa de todos os elementos para se definir. O importante é decidir com oportunidade!

O senhor lembra disso?

Tenho uma vaga lembrança. Mais tarde também correu o boato de que o General Camarinha teria se decidido pela Revolução mas depois voltara atrás. Isto não é correto. Depois que ele tomou a decisão naquela noite não titubeou mais. Só lastimava estar contra o Ministro, General Jair, seu amigo pessoal.

Talvez o referido diálogo até tenha ocorrido em decorrência das ligações entre o General Camarinha e o General Poppe de Figueiredo. Mas naquela hora, quando do contato telefônico, a indecisão era do Comandante da 3ª DI, depois convencido pelo nosso General e pelo seu próprio Chefe de Estado-Maior, o então Coronel Menna Barreto. Ele tomou a decisão certa e assumiu a chefia formal da Revolução no âmbito de todo o III Exército.

Em sua opinião, quais foram as causas da Revolução de 1964?

A primeira causa foi o ato de um louco: a renúncia do Jânio. O Vice-Presidente era o João Goulart, um homem fraco, sem vontade, que na ocasião visitava a China. O seu regresso e posse ocasionaram toda aquela situação bem conhecida. A segunda causa foi decorrente da invenção do parlamentarismo com a finalidade de conter a atuação do Presidente. O novo sistema durou muito pouco e retornamos ao presidencialismo com o mesmo Jango que causara todo o problema. O seu Governo confirmou o que se esperava dele, conduzindo o País para o caos, com a inflação sem controle (chegou a 80%), distúrbios em todos os setores e a toda hora e um total descontrole administrativo, econômico e financeiro. Ao mesmo tempo, Jango investia contra as Forças Armadas, atingindo-as em seus fundamentos, ao incentivar a rebelião dos sargentos da Força Aérea em Brasília, a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, a transferência de oficiais do Exército para funções e cargos em que ficariam completamente sem condições de reagir, a nomeação dos "melancias" – verdes por fora e vermelhos por dentro – para funções importantes (comandos de Unidades etc.), enfim, a insubordinação dos sargentos contra seus superiores. A terceira causa, a gota d'água que tocou fundo no Exército e decidiu o início da Revolução, foi o próprio Presidente tentar destruir os dois pilares da nossa instituição: a hierarquia e a disciplina.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou o seu desencadeamento foi espontâneo?

Penso que a preparação da Revolução foi realizada por grupos de militares e, em algumas regiões, por militares e civis, formando bolsões, sem ligação e sem coor-

denação. Logo, não houve coordenação no âmbito nacional. Na fronteira, na região da 2ª DC, houve ligação e coordenação com as OM subordinadas e alguns civis.

Mantínhamos ligação com o Coronel Menna Barreto, Chefe do Estado-Maior da 3ª DI, e recebemos uma única ligação da 6ª DI, por intermédio do Major Ehlers (Jayme Ehlers), quando foi recomendado que deveríamos desencadear, mediante ordem, um planejamento que receberíamos. Jamais recebemos o referido planejamento e muito menos a tal ordem.

No meu modo de ver, a Revolução eclodiu em vários núcleos independentes depois de iniciada pelo General Mourão (Olympio Mourão Filho) em Minas Gerais.

Quais os grupos organizados ou pessoas que contribuíram para a preparação do Movimento na sua área?

Na Guarnição de Uruguaiana e na área da 2ª DC praticamente não havia grupos organizados. Quase a totalidade dos oficiais rezava pela mesma cartilha. Posso considerar isso um grupo único, pois era a maioria de um lado e apenas três exceções do outro, em guarnições diferentes. Além do mais, conhecíamos vários civis da área que eram revolucionários, principalmente em Uruguaiana, e estavam a nossa disposição. Se precisássemos, tenho certeza que nos apoiariam.

Onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Em Uruguaiana não houve resistência, pelo contrário, todos aplaudiram. Da mesma forma em Livramento. No âmbito da 2ª DC, além do ocorrido no 5º RC, sob o Comando do Tenente-Coronel Boscacci Guedes, não houve outra resistência. Em Alegrete, apenas a voz do Tenente-Coronel Monte, Comandante do 12º BE, que relutou obedecer as ordens recebidas do escalão superior. Foi preso, afastado do Comando, e posteriormente julgado e condenado.

Sempre se diz que a Revolução eclodiu ao natural, que estava madura e por isso não houve reação. Em termos de Brasil, qual seria a região onde os militares tiveram mais dificuldades para implantá-la?

Talvez em São Paulo e, sabidamente, no Rio algumas Unidades saíram para se contrapor ao pessoal que vinha de Minas. Mas depois deram meia-volta. Naturalmente, eles saíram com a ordem de barrar os mineiros, mas já havia entre eles elementos com intenção de aderir ao movimento. Tenho a impressão de que estas foram as regiões onde houve maior dificuldade para a Revolução se consolidar.

Em termos de Rio Grande do Sul as dificuldades certamente tiveram alguma conotação com a Legalidade de 1961, e os maiores problemas ocorreram aqui na Guarnição de Porto Alegre. No âmbito do País acredito que foi no eixo Rio–São Paulo.

Falando em dificuldades e agitação, no Rio Grande do Sul, é interessante lembrar aquele discurso subversivo do Leonel Brizola contra nós oficiais, que tanta polêmica causou na época. Em Uruguaiana houve repercussão daquele esquecido pronunciamento carbonário do político gaúcho?

Sobre aquele discurso não me falaram, eu mesmo o ouvi em uma emissora comercial. A rede-rádio da 2ª DC nos ligava com todas as nossas Unidades. A 3ª Seção sintonizou nossa rede na emissora que transmitia a agressão verbal do agitador. Através dessa escuta ouvíamos e transmitíamos o Brizola vociferar:

– Fuzilem os oficiais! Matem esses gorilas!

Ele estava aqui em Porto Alegre e bem que tentou conter a Revolução mas não conseguiu. Fugiu de avião, dizem que travestido de padre!

Ele (Brizola) veio para cá com o Ladário (Ladário Pereira Telles), que estava assumindo o Comando do III Exército. É bom frisar que o Ladário não era agitador nem filocomunista .

Não era esquerdista, apenas um legalista obcecado e um pouco ingênuo, que se deixou seduzir pela conversa dos políticos.

Esqueci de dizer que no dia 1º ou 2 de abril, o Tenente-Coronel Caetano (Caetano Pinto Rocha), Comandante do 1º RC de Itaqui, Unidade pertencente à 1ª DC de Santiago do Boqueirão, se apresentou no nosso QG dizendo:

– Eu e minha Unidade estamos passando ao Comando de vocês!

O Comandante da 1ª DC, General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva), naquele momento de crise, abandonou seu Comando e se deslocou para Porto Alegre. A Divisão ficou acéfala, estabeleceu-se o caos.

O referido General veio até aqui para prestar apoio ao Jango. Ao retornar de avião para a fronteira foi informado pelo seu Estado-Maior que seria preso se descesse em Santiago. A aeronave acabou dando meia volta.

Entrou pelo cano e teve de retornar para Porto Alegre

Como a Revolução foi recebida pela população local?

Com foguetes! Muito bem!

O que mais se esperava dos novos governantes?

Que colocassem ordem na casa, porque estava uma bagunça. E isto foi feito!

O senhor considera que a escalada revolucionária e os Atos Institucionais foram uma conseqüência da atuação dos políticos afastados do Poder e do terrorismo?

Sabemos que os Atos Institucionais foram editados justamente por causa das atitudes e ações dos terroristas, como os vários atentados, a rebelião de estudantes

no Rio de Janeiro, insuflados pelos líderes comunistas inconformados com a derrota sofrida em março de 1964. Só nos restava agir como agimos. Não iríamos entregar o Poder por causa de uma meia dúzia de subversivos radicais que queriam voltar ao *status quo* de antes da Revolução.

Ações terroristas que tiveram início após 1964 no aeroporto Guararapes do Recife.

Nesse atentado mataram dois, o Almirante Nelson Gomes Fernandes e o jornalista Edson Régis de Carvalho e feriram gravemente o Major Sylvio (Sylvio Ferreira da Silva), que além de atingido por estilhaços em todo corpo, perdeu três ou quatro dedos da mão.

Qual a sua opinião sobre os governos do período revolucionário?

Eles tiveram princípio, meio e fim, sempre com o mesmo objetivo: colocar o Brasil no lugar que merecia. No Governo Médici, por exemplo, tivemos crescimento anual de 11%, inflação quase zero, pleno emprego, ordem e respeito à lei e acesso a artigos de luxo e inexistentes até aquele momento. Foi assim até o final do seu mandato, quando o Presidente Geisel começou a afrouxar os laços de acordo com seu conceito de abertura lenta, gradual e segura, um teste para verificar o comportamento da oposição, principalmente a radical, face os parâmetros normais da democracia.

E qual a sua avaliação sobre os governos atuais?

Do jeito que está não podemos continuar. Não há ordem nem obediência à lei, e a justiça é omissa ou conivente com o crime. Estamos entregando, doando para o estrangeiro, tudo quanto de bom conseguimos com suor, sangue e lágrimas. Vou apenas citar um exemplo dentre os inúmeros desmandos praticados. É um absurdo se colocar uma estatal do porte da Vale do Rio Doce à venda, oferecendo financiamento para os grupos estrangeiros compradores e ignorando os grupos nacionais. O absurdo se torna maior quando todo o patrimônio foi grandemente subavaliado e parte do pagamento foi feito com moeda podre e financiado pelo próprio BNDES. Que negócio é esse? Estamos jogando o nosso patrimônio pela janela!

O trabalho de comunicação social dos governos da Revolução para a conquista da opinião pública brasileira foi realizado a contento?

Não. Foi uma das grandes falhas da nossa Revolução. A opinião pública e as novas gerações foram e estão muito mal informadas sobre o porquê de 1964 e suas conseqüências. Nos preocupamos muito com o setor industrial e com a economia

de uma maneira geral, deixando a opinião pública sem informação e a mocidade abandonada, afastamo-nos de ambas. Muito pouco foi feito para conscientizá-las e mostrar-lhes o que havia acontecido. Hoje, todos estão contra nós. A Revolução tratou de problemas muito importantes mas esqueceu do público jovem da época o que era e é fundamental. Os moços daquela época hoje estão dirigindo o País!!!

Qual a sua opinião sobre as realizações da Revolução no setor de infraestrutura?

A implementação dos PNDs (Planos Nacionais de Desenvolvimento) naturalmente nos conduziu à execução de grandes empreendimentos, que eram essenciais, e obtivemos resultados expressivos em todos os campos do Poder nacional. No psicossocial, dentre outras realizações, foram criados o FGTS, o BNH e o Funrural, considerado uma das maiores obras sociais do século passado. Na educação, podemos citar o Crédito Educativo, o Mobral e o Projeto Rondon como algumas das grandes realizações. São atestados eloqüentes do desenvolvimento daquela área onde, no ensino superior, verificou-se um incremento de 1.300% no número de universitários em um período de 17 anos (1964/1981) passando de 100 mil para 3 milhões. Criou-se uma linha de financiamento à pesquisa, incentivando o trabalho do CNPq, Finep, Embrapa e do Capes através de cursos de mestrado e doutorado. Houve um forte incremento da infra-estrutura propriamente dita com a implantação de novas siderúrgicas, o crescimento das indústrias naval e automobilística e o surgimento das indústrias aeronáutica, bélica e de energia nuclear, com empreendimentos do porte da Embraer, Engesa, Nuclebras e outros. A malha rodoviária foi ampliada de tal forma que permitiu uma real integração de todo o país. A Petrobras multiplicou sua produção por dez, passando de 75 mil para 750 mil barris/dia, e implantamos com sucesso o Pró-Álcool. Nossas exportações aumentaram em mais de vinte vezes e construímos Itaipu e Tucuruí, arroladas dentre as maiores do mundo.

Agora, como medida de emergência, por irresponsabilidade do atual Governo, estamos investindo em termoelétricas cujo combustível é o gás, pago em dólares!

Falando em energia elétrica, há um problema que não foi herança da Revolução e que não estão dando a devida atenção. É a situação no Pontal do Rio Paranapanema, na Bacia do Rio Paraná, onde existem dezenas de hidrelétricas que produzem mais da metade da energia elétrica gerada no País, distribuída através de milhares de quilômetros de fios que cruzam aquela região. A presença de 20 a 30.000 sem terra acampados na região do pontal é uma ameaça constante à segurança do sistema. É uma temeridade, pois no momento que eles quiserem deixam o Brasil parado e no escuro. Aliás, já fizeram isso! Fizeram só para testar o que

poderia acontecer para os responsáveis pelo atentado. Não houve nada! E do jeito que estão as coisas nunca acontecerá nada que afete os terroristas.

Qual a sua opinião sobre o desengajamento do Exército do Poder após o ciclo revolucionário?

O Exército sempre pautou sua conduta da maneira mais correta e responsável possível. Ele fez o que fez, reconhecido por todos, deixou o Poder por vontade própria nas mãos de quem deveria deixar e se retirou sem nada reivindicar. Está quieto, mudo. Mudo demais!!!

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento adequado?

Inicialmente é interessante ressaltar que apenas 5% das funções públicas foram ocupadas por militares e que no auge da Revolução tínhamos as principais pastas na mão de civis: os Ministérios da Justiça, da Fazenda, do Planejamento, da Indústria e Comércio e outros. O Delfim ditava as regras da Economia. Portanto, desde o primeiro instante os civis participaram da Revolução. E fizeram muita coisa. Depois da abertura o que aconteceu? Todos os que haviam sido cassados retornaram e a grande maioria está no Poder agora. Basta relacioná-los para constatarmos que assaltantes de banco, seqüestradores e outros criminosos passaram por cargos importantes nos últimos oito anos. Parece que a condição de bandido passou a ser credencial para o exercício de funções no Governo.

O que o senhor acha do "revanchismo"?

Claro que existe o "revanchismo" e considero que no seu mais alto grau. E machuca muito porque o Exército é injustiçado de todas as formas, e nós, da Reserva, não temos como reagir! É triste constatarmos que a fim de levarmos esse País para a frente oferecemos a mão para os adversários propondo uma anistia que acreditávamos fosse uma pedra que poria fim nas desavenças passadas. Mas, ao retornarem, os anistiados se voltam para o passado e começam a reinventar a história. Hoje eles só agem na base do "revanchismo". E contra quem? Contra as Forças Armadas, instituição nacional responsável pela derrota dos comunistas, com mais prestígio junto ao povo. Tem mais credibilidade do que a Igreja, a mídia e os políticos. O nosso índice de aprovação nas pesquisas atinge 80%.

O senhor acredita que, analisando o momento político presente, o exercício do atual modelo de democracia preenche os anseios e necessidades do nosso povo ou carece de aperfeiçoamentos face aos ideais da Revolução de 1964?

O atual modelo de democracia, tendo a frente o Presidente Fernando Henrique Cardoso, carece de profundas modificações. Falta-lhe honestidade de propósitos.

Estamos vivendo um caos econômico-financeiro trilhando essa mesma política desde 1994, na busca de empréstimos que aumentam o já grande endividamento interno e externo. O quadro político continua mantendo sua triste tradição, onde o fisiologismo partidário impera através de um troca-troca desenfreado que não tem o mínimo respeito pelos eleitores. O carro-chefe é a irresponsabilidade em todos os níveis, desde as Câmaras Municipais ao Congresso Nacional, passando pelo Judiciário e Executivo. Urge uma mudança da lei eleitoral, pois um dos fundamentos de uma democracia é a existência de partidos políticos sérios e confiáveis para que, através de seus programas, se busque o progresso e o bem-estar da Nação, o que não está ocorrendo.

Através do "revanchismo" não se conseguirá apagar ou sequer obscurecer o desempenho da Revolução. O tempo será nosso melhor aliado, já que outro não temos.

Não há qualquer sombra de dúvida quanto aos benefícios trazidos para o Brasil pelo que chamam de governos militares. Passamos da 47ª para a oitava posição na economia mundial. Nosso PIB alcançou níveis jamais atingidos por outro qualquer governo. Somado a esse fato econômico pode ser acrescido que mais uma vez impedimos que aqui se instalasse um regime socialista-marxista, hoje em pleno desenvolvimento. A história fará justiça às Forças Armadas pela Revolução de 1964.

Esta foi nossa última indagação e com sua resposta franca e corajosa estamos encerrando esta entrevista. Cabe-nos agradecer ao General Apolônio pelo seu depoimento, rico em detalhes, e pleno de coerência com os escritos que tem publicado em jornais e revistas onde defende um nacionalismo racional e equilibrado. Ao prezado Chefe militar e amigo, nossos agradecimentos pela preciosa colaboração. Muito obrigado.

General-de-Brigada Egêo Corrêa de Oliveira Freitas

O General Egêo Corrêa de Oliveira Freitas nasceu em julho de 1925 no Rio Grande do Sul, e ingressou no Exército, primeiramente no Colégio Militar de Porto Alegre, em 1938 e posteriormente em 1943, na Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre. Foi declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria da turma de 1948 da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Na sua bagagem de cursos realizados constam ainda a Escola de Equitação, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), a Escola Superior de Guerra (ESG) e, em Washington, nos Estados Unidos, o Colégio Interamericano de Defesa.

Nos postos de tenente e capitão, desempenhou as funções de oficial subalterno e comandante de Esquadrão em diversas Unidades de Cavalaria do nosso Exército e foi instrutor na Escola de Sargentos das Armas (EsSA), no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre. Como oficial superior foi instrutor na ECEME, membro e delegado do Brasil na Junta Interamericana de Defesa, e serviu no Gabinete do Ministro, no Estado-Maior do III Exército e 6ª DE. Ainda como Coronel comandou o 3º Regimento de Cavalaria de Guardas – Regimento Osório – e a Polícia Militar do Distrito Federal. Promovido a general em julho de 1985, comandou a 8ª Brigada de Infantaria Motorizada em Pelotas-RS. Foi transferido para a reserva em 13 de março de 1986.

O General Egêo foi distinguido ao longo de sua carreira com inúmeras condecorações. Publicou vários trabalhos de caráter doutrinário sobre política e problemas de segurança nacional e continental. Dedicou-se de 1991 até 2001 à meritória tarefa de dirigir, como Delegado, a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra do Rio Grande do Sul (ADESG-RS).

Entrevista realizada em 18 de abril de 2002.

O nosso entrevistado de hoje é o General Egêo Corrêa de Oliveira Freitas. Aspirante de Cavalaria da turma de 1948, exerceu diversas funções de destaque ao longo de seu período na ativa e também na reserva, muitas delas relacionadas com a implementação dos ideais revolucionários. Tem sido, nos últimos anos, um ativo dirigente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Seção do Rio Grande do Sul. É um prazer ouvi-lo.

É uma honra para mim prestar este depoimento e, através dele, expressar minhas opiniões baseadas em vivências e lembranças, algumas muito presentes, outras mais remotas e talvez já um pouco esmaecidas na memória.

Com relação à primeira pergunta, ou seja, as causas que resultaram na Revolução de 1964, entendo que foram basicamente de ordem política e social, mas com amplos reflexos na área militar. Na origem do problema estava a atuação do Governo de então, presidido pelo Senhor João Goulart. Uma parte significativa das Forças Armadas não aceitava aquele quadro de desordem, que mais adiante veremos com detalhes.

Por isso, na minha opinião, as causas da Revolução de 1964 foram fundamentalmente: insatisfação, instabilidade política e uma tentativa de convulsão social que, devido as pressões de cúpula e de base que, na época, se faziam contra as estruturas existentes, poderiam culminar, quem sabe, até com a eclosão de uma guerra civil. O poder constituído incentivava determinadas mudanças, todas elas, de um modo geral, de origem sindicalista, esquerdista e comunista. Em síntese, estas foram as razões primeiras.

O senhor considera que aqui no Rio Grande a Legalidade teria sido um marco, uma causa recente para a Revolução?

Creio que o movimento de 1961 foi uma bandeira cômoda para que se mantivesse um regime constitucional democrático mas que acabou sendo utilizado também para a conquista de outros objetivos muito além do simples respeito às normas constitucionais e institucionais. O caldo de cultura resultante da Legalidade foi o que alimentou a semente subversiva do Governo que se empossava com objetivos populistas. Desde o início do seu mandato, o Presidente João Goulart foi manobrado pelos elementos da esquerda radical que aspiravam inicialmente alcançar uma república sindicalista, mas cujo projeto final seria a implantação de uma república comunista.

Por outro lado, a Legalidade mostrou uma clara divisão dentro do Exército. Os nossos ministros de então, de certa forma profética, vaticinaram sobre a evolução dos acontecimentos, provavelmente encaminhando-se para fora do âmbito do

quadro constitucional. Eu, pessoalmente – e é uma opinião muito própria –, acho que teria sido melhor para as instituições do País que tivesse havido concordância com a posse do Jango sem o parlamentarismo, porque aí a bandeira da limitação do Poder não teria existido. Mesmo porque o Presidente – e na época o meu pensamento foi esse – logo demonstraria a sua incapacidade e, possivelmente, não disporia de tempo para promover alguma convulsão social de maior monta. Por conseguinte, fatalmente ele seria derrotado em uma futura eleição.

Respondendo objetivamente a pergunta, a Legalidade resultou em uma grande insatisfação nas Forças Armadas e nas classes políticas não comprometidas com o populismo, o esquerdismo e o comunismo. A partir de então, e com o apoio de uma corrente de políticos de renome nacional como Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Ney Braga, iniciou-se um processo de conscientização da opinião pública, que ajudou a ampliar a fissura existente no arcabouço político do País e acabou por gerar as ações que passaram a tumultuá-lo. As Forças Armadas – particularmente uma parte significativa do Exército – inconformadas com o Governo João Goulart começaram a conspirar.

Segundo alguns entrevistados, a Legalidade teria sido um movimento político e a Revolução de 1964 um movimento militar. Qual a sua opinião a respeito?

Não concordo com a tese de que a Revolução tenha sido um movimento militar. Para mim foi uma ação de caráter nacional encabeçada pelos militares. Havia uma consciência social e política coincidente entre líderes civis e militares de que a situação iria deteriorar-se definitivamente. Iniciaram-se, então, as confabulações para o desencadeamento da Revolução, que acabou aflorando através das forças que partiram de Minas Gerais.

Não há dúvida de que Brizola, líder do movimento político no Rio Grande, tinha objetivos muito pessoais e nítida ambição de chegar à Presidência da República. Isto acabou resultando no rompimento entre ele e o seu cunhado Jango.

O senhor considera que a preparação da Revolução foi coordenada ou foi algo espontâneo e improvisado?

A primeira impressão é de que ela foi um movimento espontâneo. O quadro político de agitação social no País, partindo do comício do dia 13 na Central do Brasil, cresceu com a revolta dos fuzileiros e atingiu o seu clímax com a reunião dos graduados no Automóvel Clube do Brasil.

Mas não acredito que o desencadeamento da Revolução de 1964 tenha sido espontâneo. O movimento resultou de um processo de articulação de políticos nitida-

mente anticomunistas, antiesquerdistas e antipopulistas. Eram líderes não comprometidos com o Governo, que foram tomando consciência do agravamento da situação do País. Isto transpareceu nas diretrizes do Estado-Maior do Exército que alertou as escolas castrenses e grandes comandos sobre a necessidade de intensificar o estudo da guerra revolucionária, até então um assunto ainda pouco desenvolvido no Exército.

A progressiva conscientização da área militar sobre os perigos de uma guerra revolucionária colaborou para mostrar também àqueles políticos confiáveis a ameaça que rondava o regime constitucional democrático. Pregavam uma revolução de esquerda, com o fechamento do Congresso, nova Constituição, pois, para eles, a Carta vigente não representava mais as aspirações do povo e nem permitia a conquista dos seus objetivos. Os exacerbados movimentos que Brizola, com a sua liderança, conseguira através da Legalidade, geravam grande insatisfação social e a Nação começou a sentir a presença do perigo.

É interessante notar como as Forças Armadas são sensíveis diante das ameaças de violação da estabilidade social do País. Às vezes isto não é muito percebido nem registrado. Mas lembro como nos sentíamos inconformados presenciando episódios da revolta dos marinheiros e o comício do dia 13 de março, quando uma parte do Exército dava guarida àquela verdadeira pregação revolucionária para que fosse estabelecido aqui um outro regime. A sociedade civil, também, pressentindo o perigo que a fratura da disciplina e hierarquia das Forças Armadas representava, organizou as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Pelo menos do meu ponto de vista, e de vários companheiros no Rio de Janeiro, isto foi decisivo para a eclosão do Movimento.

Então, torno a repetir: penso que o Movimento de 1964 não eclodiu espontaneamente. Houve um processo de articulação visando evitar o pior para o País. Este preparo ocorreu tanto na classe política como em grande parte das Forças Armadas que não estava comprometida com a situação.

Nós ainda não conseguimos identificar aqui no Sul evidências dessas articulações. Na nossa pesquisa, até agora ninguém se identificou claramente como conspirador.

É lembrado por alguns como o principal articulador da Revolução de 1964 aqui no Rio Grande, o General Antônio Adolpho Manta. Quando entrevistado por nós, disse que não conspirou, que apenas emitia muito claramente as suas opiniões contra o Governo e que por não se conformar com a situação, antecipou sua ida para a reserva. Viajava muito, e costumava conversar com os companheiros do interior, trocando idéias sobre a degradação que se processava. Mas não se considerava um conjurado da Revolução. Qual a sua opinião sobre a conspiração revolucionária?

O termo conspiração dá idéia de uma articulação hierarquizada, conduzida sob condições extremas de sigilo. Havia uma progressiva tomada de consciência de que a situação vinha se tornando adversa à evolução política do Brasil em termos democráticos. Embora nós da Escola de Estado-Maior e muitos outros oficiais tivéssemos uma arraigada convicção legalista que nos induzia a manter as instituições, concomitantemente, acompanhávamos apreensivos o quadro político cada vez mais deteriorado, tendendo a dar origem a uma república sindicalista.

Eu próprio, como aluno da ECEME, fiz parte de um grupo que se reunia em uma casa antiga na Praça da República que fora residência do Marechal Deodoro. Hoje o prédio é um museu.[1] Dessas reuniões participavam vários companheiros que se afinavam nas idéias e acompanhavam a situação com muita preocupação. Mas tínhamos receio de fazer alguma coisa que resultasse na derrubada do Jango, e o Governo acabasse caindo em mãos espúrias de políticos ambiciosos e corruptos.

Se conspirar era participar de reuniões em que alertávamos e comentávamos com os companheiros de outras Unidades do interior ou do próprio Rio de Janeiro – gente que comungava das mesmas idéias – sobre os perigos no caso de agravamento do quadro que estava se criando, e da possibilidade de ter que adotar uma postura contra o Governo, então, nesse caso, fui conspirador.

Mas eu reagia a participar de uma aventura. Temia transformar-me em um simples instrumento de grupos de políticos fisiológicos. Eu pensava – e ainda penso – que as Forças Armadas devem ser guardiãs das instituições e da ordem social.

Voltando ao tema da conspiração. Na ECEME, um dos elementos mais atuantes nas confabulações revolucionárias era o então Tenente-Coronel Figueiredo. O grupo no qual me incluía era liderado por ele.

Havia outros oficiais das Forças Armadas envolvidos nas confabulações. O General Oswaldo Cordeiro de Faria era um deles. Político hábil e muito experiente – tinha vivido várias situações revolucionárias – também comungava dessas articulações. Atuava tanto na área militar, com companheiros que estavam em desacordo com aquela situação, como também na área civil, com o pessoal da reserva e políticos. Aliás, ele circulava a vontade entre eles: era militar, havia sido interventor no Rio Grande do Sul e Governador de Pernambuco.

Sempre fui antigetulista, talvez até por questões de família. Para mim, Getúlio Vargas prostituiu as instituições democráticas do País ao negar, paulatinamente, todos os ideais da Revolução de 1930. Em uma comemoração do aniversário da Revolução de 31 de março de 1964, o General Antônio Bandeira determinou que eu

[1] Atualmente, no prédio se abriga o Instituto de História e Geografia Militar.

fizesse uma palestra para oficiais e sargentos sobre a data. Na ocasião, disse que as Forças Armadas redimiram-se, quando, em 1945, não permitiram que Vargas nomeasse o seu irmão Benjamim, comandante da polícia do Distrito Federal. Seria mais um ponto de apoio para eternizar o ditador na Presidência. Em todo o Brasil ele incentivava o queremismo, um movimento cujo objetivo era evitar a redemocratização do País. O movimento constitucionalista de 1932 foi uma primeira reação ao regime. Em 1934 houve o artifício da Assembléia Constituinte que instituiu, como regra, a eleição indireta e depois, em 1937, a ditadura plena com o advento do Estado Novo. Havia dois complicadores no quadro daquela época – o integralismo e o comunismo – que se constituíram em entraves para o aperfeiçoamento das instituições democráticas. Isso, é claro, seria tema para outra pesquisa.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis ou contribuíram para a preparação do Movimento de 1964?

Havia os grupos de militares de que já falei, ou seja, reuniões de companheiros, que se afinavam, como disse ainda há pouco, com uma postura e uma tomada de posição contra a evolução caótica dos acontecimentos.

Sabíamos que, particularmente nas classes mais organizadas, como as federações das indústrias, as associações comerciais e outras entidades, o quadro conjuntural era avaliado e analisado conforme o desenvolvimento dos acontecimentos da época. Tomavam consciência e se organizavam, incentivando e arregimentando meios para que o País não chegasse ao caos total como parecia que estava acontecendo. Havia uma entidade, o Instituto de Estudos Brasileiros de Ação Democrática (IBAD) – o General Golbery do Couto e Silva era um dos seus membros mais ativos – que fazia o acompanhamento da situação. O IBAD teve uma atuação destacada na motivação das elites em favor da Revolução na área civil. Através da publicação de opiniões, artigos e opúsculos, procurava alertar a opinião pública sobre o quadro de guerra revolucionária que estava se formando no Brasil.

Onde podemos identificar a existência das maiores resistências à implantação da Revolução?

Teoricamente, seria no Governo que através dos seus líderes esquerdistas manipulavam as bases dos partidos que o apoiavam. Alardeavam os donos do Poder que partiriam logo para a ação, tanto na área sindical, como nos outros setores que pensavam dominar. Esperava-se que houvesse uma reação dessas bases que contavam com o apoio logístico do Governo. Para o comício do dia 13, na Central do Brasil, o presidente da Petrobras, General Osvino Ferreira Alves, para-

lisou os serviços da empresa, e pagou ônibus e alimentação para que seus funcionários participassem da massa que compôs o comício. Outros setores da administração também tomaram essas providências. É como se faz quando se arregimenta gente para comício de quem quer que seja. Em Brasília pegavam até mendigo, morador embaixo de ponte, para participar destes "atos cívicos". Esperava-se então uma reação desses grupos, o que não aconteceu.

Enquanto isso, o Chefe da Casa Militar, General Argemiro de Assis Brasil, alardeava que o seu esquema militar estava a postos e pronto para agir. Os fatos mostraram que não existia o tal esquema. Apenas alguns comandos – mais por lealdade ao então Ministro Jair Dantas Ribeiro, que no momento estava doente – se posicionaram contra a Revolução. Acho que na área militar, praticamente, não havia vinculação político-ideológica com o Governo. Daí o fracasso do esquema montado pelo General Assis Brasil. Na hora, falou mais alto aos militares a preocupação com os destinos da Pátria.

Na minha turma da ECEME ocorreu alguma resistência da parte de uns poucos companheiros, principalmente por serem muito leais ao Ministro Jair com quem tinham servido. Na verdade, somente uns dois ou três colegas, já conhecidos no seio do grupo, eram esquerdistas, comunistas, socialistas ou janguistas. Isto na Escola de Estado-Maior.

O esquema militar do General Assis Brasil, aqui no Sul – os Comandantes das Divisões e de algumas Unidades eram ligados ao Governo – foi neutralizado pelos oficiais recém-chegados das Escolas que eram hostis às tentativas de comunização do País.

Atribuo a reação da oficialidade jovem contra a subversão, ao estudo da guerra revolucionária, que começou a ser ministrado na ECEME e na EsAO. O conhecimento doutrinário proporcionado pelas escolas, e até mesmo aquelas reuniões sobre as quais já falei, conseguiram formar um arcabouço intelectual adequado para proteger o militar contra a subversão.

Alguns comandantes, mesmo sabendo que ficariam isolados dos seus comandados, permaneceram fiéis ao Poder central. O General João de Deus Nunes Saraiva, da 1ª Divisão de Cavalaria (1ª DC) de Santiago do Boqueirão, foi um deles. Acabou sendo cassado.

No Rio, eu me lembro do General Ênio da Cunha Garcia, ex-Comandante da 2ª DC de Uruguaiana, oficial também muito comprometido com a situação. Aliás, fui comandado dele no Regimento Escola de Cavalaria e o prezo muito. Curioso é que o seu irmão, General José Horácio da Cunha Garcia, era um ativo chefe favorável à Revolução. Marcou sua passagem pela mesma 2ª DC com a doutrinação que realizou no âmbito daquela Grande Unidade.

Naturalmente, naquele quadro político que emergiu após a Legalidade, era de se presumir que o Governo colocasse pessoal de sua confiança nos comandos importantes. Mas na hora "H" o que se viu foi o esquema todo ruir. O General Luiz Tavares da Cunha Mello que comandou a Divisão que partiu na direção de Minas foi um dos poucos que conseguiram mobilizar tropas para a defesa do Governo. Mesmo assim, no primeiro confronto com as tropas do General Mourão houve a rumorosa defecção do Regimento Sampaio e de outras Unidades. No Rio, praticamente, foi só o General Cunha Mello que se definiu claramente em favor do Governo.

Aqui no Sul, o General Ladário Pereira Telles assumiu o Comando da 6ª DI e depois o do III Exército, mas não conseguiu exercê-los. Os oficiais da 6ª DI e os do III Exército não cumpriam as ordens dele contrárias à Revolução.

O senhor cumpriu algumas missões fora da Escola de Estado-Maior?

Quando ruiu a estrutura do Governo, o pessoal da ECEME foi imediatamente empregado em vários locais e setores. Eu, por exemplo, fui para o Forte Copacabana a fim de participar da defesa do quartel. A maior ameaça era o Grupo de Artilharia do Leblon que, aparentemente, continuava fiel a Jango.

O Forte Duque de Caxias também era uma incógnita. Fomos mandados para lá para reforçar a defesa e, caso necessário, assumir o controle das Unidades. O desencadeamento dessas ações ocorreu no momento em que as tropas do General Mourão desceram de Minas e as do General Cunha Mello partiram para o confronto.

Uma cena que não esqueço: quando correu a notícia de que o Jango fugira, ou viajara para o Uruguai, olhávamos do Forte e era uma festa só em Copacabana: desfile, carros, buzinaço, velas e lençóis brancos nas janelas, o povo todo na rua e foguetes por todo o Rio de Janeiro. Foi realmente um espetáculo inesquecível a homenagem às forças que haviam derrubado o Jango. Um exemplo de apoio popular impressionante que muitos insistem em esquecer.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Julgando pelo nosso ponto de vista, e de grande número de parentes e civis que não se conformavam com a situação na época, o anseio imediato, após a Revolução, era que os novos governantes, efetivamente, dessem um basta na desordem que havia no Brasil que poderia chegar a uma convulsão social grave ou, até mesmo, a uma guerra civil. Isto era o que esperávamos para o pós-imediato. A seguir, pelo que se constatava naquele momento, ter-se-ia de combater a resistência que determinados grupos ofereceriam à nova ordem, e destruir o esquema que servia de base à possível comunização do País. Em resumo, queríamos que

fosse varrida daqui a idéia da implantação de uma república sindicalista como o Governo deposto queria.

Mas esperávamos também a reordenação político-econômica do Estado, o combate à inflação – naquela época já muito grande – e o término do desabastecimento que começava a aparecer. Esses, vamos dizer, eram os principais anseios dos revolucionários.

Em 1964, houve realmente uma revolução?

Primeiro vamos esclarecer a etimologia do termo revolução. Embora usada genericamente para qualificar o Movimento de 1964 no Brasil, na verdade, naquele episódio não tivemos propriamente uma revolução em termos sociológicos, ou sob o ponto de vista do direito. Para tanto se exigiria uma mudança total imposta por uma classe, como aconteceu na Revolução Francesa.

Temos usado o termo "revolução" para qualificar os levantes de 1893, 1922, 1924, 1932 e, finalmente, 1964. Na verdade, aqueles episódios foram ações ou movimentos de ordem política ou militar, ou, ainda, tentativas de derrubada de governos. Houve revolução de verdade em 1930, um movimento amplo, com efetivas mudanças na vida brasileira. Em 1964 não aconteceu uma revolução. Mas também não foi apenas um golpe de Estado como querem os esquerdistas.

Como a atuação dos políticos e o terrorismo influenciaram na escalada da ação revolucionária? Foi a violência da esquerda que provocou o endurecimento da Revolução ou tudo não passava de uma armação dos militares para justificar a dureza da repressão no final da década de 1960 e nos anos de 1970?

Julgo que o endurecimento deve-se a duas vertentes: a política e a subversiva. Vivíamos a época da guerra fria, da bipolarização e das diretrizes de Moscou para comunizar os países do Terceiro Mundo. Naturalmente – veja bem, não me refiro à classe trabalhadora como um todo – as lideranças esquerdistas e comunistas que manipulavam os sindicatos, vendo que os novos governantes frustraram seus objetivos, que não poderiam mais conquistar o Governo em virtude do quadro que se estabeleceu com a Revolução de 1964, se insurgiram contra ela utilizando os meios disponíveis.

A partir de certo momento, uma parcela da classe política, também começou a perceber que os militares não estavam dispostos a entregar o Poder em curto prazo e iniciou o confronto. O Presidente Castello Branco editou atos institucionais, inicialmente, porque necessitava de maior Poder para colocar o País no rumo certo. Posteriormente, teve que apelar novamente para os poderes

discricionários para, com efetividade e rapidez, neutralizar lideranças políticas que contestavam a Revolução e desejavam a volta ao *status quo* anterior. Daí as cassações na área política.

A subversão começou a crescer e a articular-se ainda no Governo do Castello Branco. Então o Governo foi obrigado a endurecer o regime. Agiu em termos revolucionários; dirigindo ações contra aqueles que contestavam a Revolução. O terrorismo recrudesceu no período do Costa e Silva que, julgando o quadro geral, estabeleceu o Ato Institucional Nº 5 (AI-5), para alguns um retrocesso em termos políticos, e a negação dos ideais primeiros da Revolução de 1964. A verdade é que tais medidas foram necessárias. Só uma ação com poderes quase absolutos poderia corrigir as distorções do quadro político e social vigentes. No setor ideológico, era impositivo combater o terrorismo, ou as tentativas guerrilheiras dos marxistas, que queriam – baseados na diretriz da Tricontinental de Havana (Organização Latino-Americana de Solidariedade) – estabelecer e incentivar regimes comunistas e impor a sua "revolução" a todos os países do Continente, utilizando o princípio do foquismo.

Resumindo a resposta à sua pergunta: a escalada revolucionária resultou do somatório de uma vertente de origem política que contestava o regime então vigente e, de outra, nitidamente favorável à guerra revolucionária.

Muitos defendem a tese de que o terrorismo teria começado no atentado do aeroporto do Recife, que pretendia atingir a comitiva do General Costa e Silva. Mas no livro "A Grande Mentira", escrito pelo General Rubens Del Nero, o autor situa o início uns dois anos antes. O que o senhor pensa a respeito?

Realmente, antes do atentado no aeroporto do Recife houve Caparaó[2] que, no meu modo de ver, não chegou a ser um ato terrorista. Na época, estava no Gabinete do Ministro do Exército e considerávamos aquela ação apenas uma tentativa mal planejada, e por isso mesmo frustrada, de estabelecer um foco guerrilheiro naquela área. De uma coisa tenho certeza: a escalada de violência não partiu dos militares.

Quais seriam os motivos do endurecimento do regime?

Tenho uma tese interessante – não é só minha – sobre as causas do endurecimento do regime. Sei de outros que também concordam com esta idéia. O Marechal Castello Branco sempre resistiu muito a aprovar a vigência dos atos institucionais, a usar poderes discricionários, pois era um homem de formação

[2] Guerrilha rural na Serra do Caparaó, entre os estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

nitidamente legalista. O próprio Costa e Silva, segundo alguns historiadores – eu nunca vi nada escrito mas li uma entrevista a respeito –, demorou bastante para concordar com a edição do AI-5.

Entendo que, além dos fatores conjunturais, havia antecedentes históricos que favoreciam o advento de um regime forte. Foram 15 anos da ditadura de Getúlio. E ele se apoiava nas Forças Armadas para exercer seu Poder quase absoluto. Daí eu dizer que, em 1945, elas se redimiram. Então, é natural que ainda houvesse na área militar, e de certa forma também na área política, os saudosos da ditadura ou dos governos com poderes absolutos. Eram aqueles com formação e tendência ditatorialista. Não eram comunistas ou esquerdistas, mas pessoas favoráveis à ditadura devido ao longo período em que o Presidente gaúcho moldou o pensamento nacional. Mas a grande massa da nossa elite política era democrática. O Vice-Presidente Pedro Aleixo, que foi impedido de assumir em 1969, era um democrata insuspeito e consagrado professor de Direito Constitucional. Foi o grande articulador da Constituição de 1967. Mas entre os companheiros do Exército havia os saudosistas, que achavam que não podíamos entregar o Governo aos civis, que ainda não estava na hora de abrir mão do Poder. Queriam que as Forças Armadas, e em particular o Exército, continuassem mandando por mais algum tempo.

É importante complementar esta minha digressão sobre a era Getúlio Vargas. Já na época do seu Governo se digladiavam na luta pela tomada do Poder os partidos integralista e comunista. Um totalitário de direita, tipo nazifascista, e o outro nitidamente de esquerda comunista. Algum dia teria que acontecer o choque entre essas duas correntes. O período do Estado Novo, como opção de Governo para o nosso País, foi deletério para várias gerações das elites brasileiras.

Admitindo de maneira absoluta que a Revolução era um movimento democrático, o Presidente Castello foi o principal responsável pela estratégia de Governo que priorizava conduzir o País a uma consolidação política. Empenhou-se em redigir e aprovar uma nova Constituição, com o grande objetivo de deixar a Nação politicamente institucionalizada. Atuava de acordo com a doutrina dos movimentos contrários às convulsões políticas: depois de uma fase de Governo forte, garantido através de leis autoritárias, ele tem que ser legitimado – se a opção for a democracia – pelo consenso popular. Lamentavelmente, pouco tempo depois, com a doença do Presidente Costa e Silva, o Vice-Presidente Pedro Aleixo foi impedido de assumir o Poder. Por causa do quadro internacional da guerra fria, da situação interna com a crescente contestação do regime estabelecido por parte de políticos, ao invés da entrega do Governo aos civis, houve um endurecimento para que ele continuasse na mão dos militares. Por quê? Porque a elite militar tinha uma forma-

ção saudosista, ainda com resquícios do autoritarismo que, positivista, desejava mais Poder, e achava que não era oportuno passá-lo para um civil.

Eu era do Gabinete do Ministro do Exército, nessa época. Presenciei e acompanhei a elaboração da Constituição de 1967. Como outros tantos colegas, achávamos que a Carta de 1967 era adequada àquela conjuntura política que caracterizava um quadro social indefinido, o que tornava o País muito sujeito a influências espúrias. Roberto Campos disse na época, que se promulgara uma Constituição com o Executivo mais forte justamente para encarar os momentos mais difíceis das realidades internacional e nacional.

Aí, houve o primeiro erro da Revolução: não cumpriu aquilo que ela mesmo institucionalizara. Figuradamente, em termos de democracia absoluta, ela rasgou essa Constituição. Estou apenas fazendo uma digressão de ordem pessoal. Obviamente, fui e sou revolucionário. Participei da Revolução sem hesitação e integrei grupos chamados de conspiradores, movidos pela inconformidade com o quadro vigente. Então, tenho consciência da minha insuspeita ideologia democrática.

Como já referi, era oficial-de-gabinete no Ministério do Exército. O primeiro indício, e a primeira vez que fiquei um tanto desconfiado da existência de uma certa predisposição ao continuísmo, foi quando a aeronave em que viajava o Presidente Costa e Silva fez um pouso de emergência ao chegar no Rio de Janeiro – devido a uma pane no trem de pouso. Na ocasião, estava na ante-sala do Chefe do Gabinete do Ministro, aguardando para despachar, quando de repente houve um grande afluxo de generais. Eu, ali um mero Tenente-Coronel, comecei a ouvir comentários sobre o acidente:

– Imagina se de repente o Presidente morre? Temos que pensar nesta hipótese. Se houver um acidente e morre o Costa e Silva quem é que vai assumir?

– Devemos nos preparar para todas as eventualidades – concordou um dos generais.

– Na atual conjuntura, como seria a sucessão do Presidente Costa e Silva?

Antes que eu pudesse ouvir respostas dos questionamentos, os generais entraram no gabinete do Ministro.

Quem era o Ministro do Exército na época?

Era o General Aurélio de Lyra Tavares. Aquele foi o primeiro *flash* de continuísmo que me chamou a atenção. Evidenciava dificuldades para a consolidação política da Revolução dentro do modelo democrático.

Aos poucos ficava claro que havia um movimento no âmbito das Forças Armadas para que os militares continuassem no Poder, como se confirmou mais

tarde. Logo depois o Costa e Silva adoeceu e veio o impedimento do Vice-Presidente. Não vou entrar em detalhes sobre aqueles fatos; todos conhecem perfeitamente o que e como ocorreu.

Falei sobre as minhas idéias e dúvidas com o Coronel José Maria de Toledo Camargo, chefe da área de Comunicação Social do Governo. Revelei-as também ao Rubem Carlos Ludwig – o meu grande amigo Rubão, que era para mim como um irmão. Ele conhecia as minhas convicções e, depois de me ouvir, foi incisivo:

– Egêo, pare de ser Dom Quixote! Você tem que ser mais pragmático. Não adianta tomar uma atitude dessas. Eu também penso parecido com o amigo, mas temos que ser realistas: se a situação real é esta, devemos aceitar aquilo que não podemos modificar.

Retruquei:

– Talvez você esteja com a razão, mas não aceito seu conselho. Vou manifestar a minha discordância aos chefes.

Então, fui conversar com o Chefe do Centro, Coronel Fiúza, que me encaminhou – imagina a ousadia – para o Chefe do Gabinete do Ministro, General Arnaldo José Luiz Calderari. Cheguei-me a ele e, usando uma imagem de Cavalaria, expliquei-lhe o que pensava:

– Quero dizer ao senhor que considero um grande erro nosso não deixarmos o Vice-Presidente assumir. A Revolução está negando-se a si própria, rompendo com a Carta Magna que ela mesma elaborou e foi aprovada pela maioria do Congresso. A Revolução está fugindo da sua vocação principal que é a democracia.

Disse ainda o seguinte:

– Preciso dizer-lhe ainda que estou como o cavaleiro na “zona do salto” quando ele tem que parar a mão para não atrapalhar o cavalo e deixá-lo ultrapassar o obstáculo. Não vou criar caso, mas desejo deixar claro a minha discordância com o que está acontecendo. Não vou tomar nenhuma atitude ostensiva, não é do meu feitio, sou um soldado, mas, lealmente manifesto esta minha maneira de pensar.

A resposta do General foi muito simples:

– Está bem, agradeço a sua lealdade e vou transmitir a nossa conversa ao Ministro.

Muitos companheiros me disseram:

– Acabaste de queimar a tua carreira!

De qualquer forma tenho até hoje a convicção de que o veto ao Vice-Presidente Pedro Aleixo foi um erro. Considero que, em termos democráticos, a decisão foi desastrosa. Houve um fechamento do Poder o que ensejou o confronto de correntes: grupo do general “A”, gente do general “B”, equipe do general “C”. Quando mudava o “general”, mudava todo mundo. Parecia até que eram inimigos.

Isso tudo acontecia por quê? Por causa do fechamento do Poder. E aí entra aquele componente humano dos interesses, às vezes impessoais, e das convicções. Mas, muitas vezes predominava a luta oportunista pelas benesses do Poder.

Alguns afirmam que o veto ao Vice-Presidente Pedro Aleixo deveu-se ao recrudescimento das ações subversivas em todo o País.

Diziam que ele era fraco, mas contava com um respeitável suporte militar. E foi um grande articulador na área política, o homem de confiança dos militares em Minas Gerais, um dos principais políticos civis engajado no processo revolucionário. Certamente não almejava a posição em que foi colocado e muito menos vivenciar os fatos desagradáveis que depois ocorreram com ele. Aquilo foi um tanto pejorativo.

Comentavam que o General Jayme Portella de Mello – Chefe da Casa Militar – teve influência decisiva no veto ao Pedro Aleixo. O Costa e Silva o admirava muito, mas o General Portella fazia restrições à revisão feita por ele (Pedro Aleixo) ao novo projeto de Constituição. Seria este o motivo do impedimento?

Não acredito muito nestas justificativas. Para mim o General Portella atuou como um daqueles ditatorialistas sobre os quais já falei, impregnado, quem sabe, com algum obscuro laivo integralista na sua juventude. E nesse caso, obviamente, não havia regime democrático que o satisfizesse.

O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo? Houve truculência ou apenas respondemos à altura a violência praticada pelos subversivos e guerrilheiros?

Acho que os métodos foram os possíveis e adequados àquele momento. Todos sabem que a guerra revolucionária é uma guerra suja! Ninguém usa farda, se identifica, ou avisa o que vai fazer:

– Sou o fulano, policial do 3º Distrito e vou aí para te prender. É bom você não reagir.

Ninguém vai proceder conforme a recomendação feita pelo Senhor José Paulo Bisol[3] em uma entrevista na televisão de que o policial, ao aproximar-se do bandido, deveria avisá-lo:

– Olha, eu estou armado.

Isto é uma barbaridade! Fui Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal. Naquela época, circulava muito durante a noite dando minhas incertas no serviço. Nunca ouvi falar de ladrão, assassino ou assaltante que avisasse à sua vítima:

[3] Ex-Secretário de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul.

– Cuide-se amigo. É bom você saber que eu estou armado.

E qual o policial que pediria ao bandido:

– Por favor, alcance-me as suas mãos para que eu coloque as algemas.

Não existe isso! Extrapolando, é a mesma coisa para o terrorismo. Trata-se de uma agressão amoral e imoral, violenta, inescrupulosa, desumana, tudo isso e um pouco mais, como nós bem o sabemos. Agindo dentro deste quadro, não há como evitar a violência.

E aqui no Brasil, a repressão tinha que ser violenta mesmo. A subversão pretendia intimidar o povo, pois desejava, com o auxílio do terror, do pavor e do medo, alcançar o controle da população. Pelo menos eles tinham essa ilusão. Os exemplos são evidentes e trágicos: pulverizaram um sentinela no quartel-general do então II Exército,[4] perpetraram o atentado no aeroporto Guararapes, com mortos e feridos; assaltaram bancos; seqüestraram e mataram prisioneiros a sangue-frio. Então, não podíamos combater um inimigo como esse com uma tropa regular e usando métodos ortodoxos de fazer a guerra.

Em conseqüência, e em face destes argumentos, considero que os métodos de combate ao terrorismo foram adequados. Houve excessos? Houve! De parte a parte? Sem dúvida! Se eles tivessem vencido teriam feito diferente? Certamente fariam pior. Esta é a minha opinião.

O senhor considera que o trabalho de comunicação social desenvolvido pelos governos da Revolução para a conquista da opinião pública brasileira foi realizado a contento?

Evidentemente houve falhas, nada é perfeito. Mas a comunicação social da época divulgou todas as conquistas nas áreas industrial, energética, portuária e rodoviária e, também no setor social, de que hoje quase não se fala, onde os avanços foram muito importantes. O Presidente Castello Branco foi o primeiro Presidente que estendeu os benefícios da previdência à classe rural.

Nem Getúlio, que era um fazendeiro, homem do campo, preocupou-se em dar apoio – aposentadoria e assistência médica – ao nosso pessoal do meio rural. A implantação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) foi outra conquista importante da Revolução. Os presidentes militares foram infatigáveis na busca da eficiência administrativa. Quanto à corrupção, pode-se dizer que mesmo ela sendo inata na natureza humana, talvez por medo ou seja lá por quê, passou a acontecer em uma escala muito menor. Foi um dos problemas mais combatidos por parte das

---

[4] Hoje Comando Militar do Sudeste (CMSE).

autoridades da época. Inclusive um governador do Paraná acusado de corrupção foi destituído pouco depois de empossado. Os governos revolucionários dispunham de poderes especiais para adotar tal procedimento.

Acredito que, dentro do possível, a comunicação social foi adequada para o que se pretendia na época. Todos os que serviam com o Presidente Castello Branco sabiam que ele era contra a promoção pessoal. Não permitia qualquer iniciativa que pudesse parecer propaganda. É da nossa formação, nós militares não somos acostumados e nem muito afeitos à promoção desse tipo.

Houve a divulgação de várias conquistas que foram lançadas ao juízo do povo. Como os poderes do executivo eram excepcionais, inclusive com restrição à liberdade de imprensa – censura durante um bom período, a confiabilidade e a veracidade das informações ficaram de certo modo, comprometidas. A não ser aquelas informações muito evidentes.

E o "revanchismo" hoje faz questão de negar tudo. Haja vista, fazendo um parênteses, quando o próprio Presidente Fernando Henrique falou em anistia não disse que foi o General João Figueiredo quem a assinou. Referiu-se só à anistia que o Juscelino Kubitschek deu quando da revolta de Jacareacanga. E não fez referência à anistia ampla, geral e irrestrita que o Presidente Figueiredo conseguiu aprovar, vencendo forte oposição de políticos e de militares.

Resumindo: a divulgação, a comunicação social, aconteceu. Mas não foi eficaz nem eficiente como seria de desejar. E por uma questão de absoluta falta de confiabilidade, deixou de ser convincente em determinados momentos devido a censura das informações.

Houve uma grande evolução no emprego do *marketing* em todos os países do mundo por todos os governos. Nós pecamos e fomos pouco eficientes nesse aspecto.

O Brasil conseguiu convencer a opinião pública internacional sobre os ideais democráticos da Revolução? Houve pressão externa contra a opção brasileira?

Para nós que já temos uma experiência de vida no exterior – Estados Unidos e alguns países da América Latina abaixo do Equador – vimos que a opinião pública internacional do Ocidente Europeu, naturalmente dos países que eram contra a Rússia, consideraram que a Revolução de 1964 salvou o País do comunismo. Em um segundo momento, aquelas nações com o regime político mais consolidado, que hoje estão em um patamar superior de democracia – embora tenham cometido, mais do que nós, grandes pecados na sua evolução histórica – passaram a exigir que nós alcançássemos os mesmos níveis de liberalismo presentes em alguns países do primeiro mundo, o que é praticamente impossível.

Mesmo assim aconteceram manifestações de apoio ao Brasil e aos seus governos. Haja vista a opinião do Richard Nixon, na época Presidente dos Estados Unidos, quando disse – não foi muito diplomático em relação aos outros países latinos, causando grande ciumeira – que para o lado que pendesse o Brasil penderia o resto da América Latina. Quer queiram, quer não, somos gigantes. Agora, temos que ter consciência e ações à altura deste gigantismo. Na verdade, e de um modo geral, os países mais evoluídos não nos têm muito respeito. Eles nos consideram aquilo que o francês diz: *Les pays de lâ-bas* – os países lá de baixo. Isso é histórico, vem acontecendo desde o período colonial. Para os colonizadores, abaixo do Equador tudo era possível. Para isso havia índias, promiscuidade, riqueza fácil e por aí vai. Até esse erro de avaliação ser apagado vai demorar.

O desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário foi no momento adequado?

Acho – mais uma vez uma opinião muito pessoal – que a saída da esfera do Poder foi tardia. O melhor momento para normalizar a situação foi perdido pelo General Emílio Garrastazu Médici. Para a tomada desta posição ele tinha o respaldo da autoridade e do sucesso, não apenas no setor econômico, mas do Governo como um todo. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentava um crescimento, em termos globais, dos mais altos do mundo. Havia êxito da ação governamental em todas as áreas e muito respeito à autoridade que a exercia. Perdeu-se a grande oportunidade de fazer a abertura, esquecendo-se que o próprio Presidente Médici ao assumir o Governo, afirmou no seu discurso de posse que haveria de fazer desse País uma democracia. E o que aconteceu? Progressivamente houve o fechamento do Poder, promovido por aqueles grupos a quem não interessava qualquer mudança que comprometesse seus privilégios.

Reagiam contra a abertura aqueles que desfrutavam de vantagens, facilitadas pela grande latitude atribuída ao exercício do Poder, às vezes sem freios, contenções e limites. Para defender os seus interesses se fecharam em torno do Presidente Médici, sem admitir abertura. Para se ter uma idéia, durante o Governo Figueiredo, já sem a égide do AI-5, eu, um simples General, conversando com um Secretário de Estado da Bahia, na Ilha de Itaparica, ouvi da parte dele:

– Vocês não podem abrir, não podem entregar o Poder. Vocês têm é que fechar, senão perderemos tudo o que foi conquistado.

Quanto mais se fecha, mais difícil fica para se promover uma abertura no sentido da institucionalização democrática. O Presidente Médici não teve a felicidade de fazer o que ele poderia ter feito e, lamentavelmente, é estigmatizado – há uma distorção da sua imagem – só porque teve sucesso no combate ao terrorismo.

E o que ele fez para enfrentar a subversão, seria feito por qualquer governo, mesmo democrático, como o governo dos Estados Unidos está fazendo agora, combatendo, caçando árabes para ver quem é ou não terrorista.

Repito aqui uma opinião que esposei, em 1972, na época do sesquicentenário da Independência, a um Ministro de Estado em visita social de caráter particular. Na época lhe disse:

– O melhor momento para colocar o País em normalização democrática será durante as comemorações do sesquicentenário.

Isto porque naquele momento o Presidente Médici tinha carisma suficiente para promover a abertura, sem traumas para o País. Estava no clímax de sua popularidade. Aquele cenário do Presidente da República assistindo futebol com um radiozinho ao ouvido, aquela simplicidade que lhe era peculiar ao mesmo tempo que exercia com rigor a autoridade, davam-lhe condições para comandar sem problemas o retorno à democracia plena. Ele conjugava na sua personalidade vários pontos positivos.

Bem, a verdade é que se perdeu a oportunidade de fazer a normalização do regime na hora certa. Depois, o tempo passou e a entrega do Poder acabou ficando mais difícil. Deveria ter acontecido antes.

O General Geisel, como bom saxão que era, sentiu isso. Conhecia bem os meandros palacianos e viveu a intimidade do Poder desde os primórdios da Revolução. E de acordo com sua formação germânica, formulou a famosa tese da abertura lenta, gradual e segura. Uma estratégia muito adequada para tentar a liberalização do regime. Mas os fenômenos políticos e sociais por vezes surpreendem, não acontecem como se imagina, quadro a quadro, em uma seqüência normal.

Ele passou o bastão para o General João Figueiredo que exerceu o Governo já sem o AI-5, sem os poderes discricionários, e com plena liberdade de imprensa. Mas, até hoje, a mídia e os políticos apresentam os fatos como se não tivesse existido a abertura política no Governo Figueiredo. Esquecem que foi ele que prometeu: "Eu abro ou arrebento." Por que isso? Para quem era o "ou arrebento"? Estas palavras foram dirigidas àqueles que se opunham à abertura, àqueles que se fechavam em torno do Poder. Prometeu e cumpriu.

Vou contar um milagre sem revelar o santo. Um general que dentro do Exército não tinha maior expressão como chefe, mas que exercia um cargo importante, um dia insinuou para um grupo de oficiais:

– Temos que fazer do Fulano o próximo Presidente da República.

Para se avaliar o quanto este companheiro estava apegado ao Poder, ele determinou que os seus subordinados de Brasília firmassem domicílio eleitoral – veja só

que coisa! – fora do Distrito Federal para poder votar. Na época, ao que me consta, havia uma restrição: os brasilienses não votavam em candidato a senador, deputado e governador.

Concluindo, o Presidente Médici perdeu a grande oportunidade de ser o dono da abertura. Foi um Presidente adequado à época, mas que, apesar dos poderes excepcionais que tinha, não conseguiu realizar o seu grande desejo. O Presidente Geisel foi mais pragmático, conduziu todas as ações para entregar o País já liberalizado ao Presidente Figueiredo a quem coube decretar e executar a anistia – "lugar de brasileiro é no Brasil" – a fim de alcançar a normalidade total. Hoje, através do "revanchismo", da deformação propositada, intencional e de má-fé, procuram desfigurar, particularmente as figuras do Presidente Médici, um homem totalmente desapegado do Poder, e do João Figueiredo, que não tinha temperamento para ser ditador e nem era ditatorialista. É bom lembrar que o pai dele, o Coronel Euclides Figueiredo, foi um dos exilados pelo Getúlio Vargas e que o filho trazia essa marca da aversão ao poder ditatorial. A história fará justiça aos Presidentes Médici e Figueiredo.

Isto é um pouco fora do nosso tema, mas mostra como a nossa imagem é deformada. Muita gente não nos conhece. Aconteceu com uma acadêmica. Era comandante do Regimento Osório e estávamos fazendo o campo de pólo, aterrando e nivelando a área que hoje se pode ver quando se passa ao lado do quartel. Era um bom lugar para a prática de levantamento topográfico. Então um professor, do curso de Engenharia Civil da PUC, me procurou para ver se ele poderia usar o terreno para ensinar aos alunos o manuseio dos aparelhos e da prancheta. Eu concordei:

– Sem problema, podem vir.

Ele argumentou:

– Necessitamos trazer para as aulas o equipamento para realizar o trabalho de campo. O senhor poderia nos liberar da revista do material na entrada?

– Vamos fazer o seguinte – disse-lhe eu – vocês ficam com a chave de uma das nossas salas onde podem guardar as pranchetas, os teodolitos e o resto do material. Vou mandar providenciar uma identificação, um crachá, e então, durante o dia, poderão entrar no quartel sem problema.

Quando concluíram o curso o professor veio me agradecer:

– Estamos encerrando nosso trabalho, a cooperação do Regimento foi muito valiosa. Muito obrigado.

O professor falou ainda que os universitários, além da prática acadêmica, haviam gostado de assistir a um concurso hípico e de observar a tranqüilidade dos

homens com os cavalos nas baias e nas carrieres do quartel. Resolvi completar a festa para o grupo de estudantes:

– Para comemorar o final da tarefa, vamos fazer um almoço de confraternização. Estão todos convidados: professores, alunos e os demais que colaboraram no trabalho.

Durante o aperitivo, aproximou-se uma jovem universitária e falou:

– Coronel, quero lhe dizer que jamais imaginei que o Exército fosse uma instituição tão humana.

Com este relato dá para perceber o quanto é distorcida a imagem que fazem de nós.

Para encerrar nossa entrevista, o senhor vê luz no fundo do túnel?

Apesar da idade, sou um impenitente otimista. E o nosso País é surpreendente. Vejo, sim, luz no fim do túnel. Se formos competentes e capazes – apesar das dificuldades – acredito em um futuro brilhante para nós. O Pedro Bial, no tempo em que ele era correspondente da Rede Globo em Londres, fez uma afirmação que cabe na resposta à sua pergunta.

– Cada vez que volto ao Brasil – ele periodicamente vinha ao Brasil – fico ouvindo sempre o que o brasileiro mais gosta de fazer: falar mal do seu País.

Temos um traço cultural com um forte sentido negativista. Somos propensos a falar do trágico, e não do épico, como o fazem outras nações que exaltam os seus feitos positivos e procuram superar os acontecimentos negativos. Gostamos do caldo de cultura pessimista: nada vai dar certo...

Apesar de tudo isso vejo um futuro brilhante, particularmente, pode parecer discutível, para as novas gerações. Mesmo com o perigo do tóxico, da violência, do desemprego, disso, daquilo, e também de algumas elites políticas que hoje pontificam, pois embora algumas lideranças civis sejam muito boas, uma parte delas é de péssima qualidade. Mas é um risco que devemos enfrentar, é o ônus e a dificuldade inerente à democracia, o único regime que nos conduzirá, da melhor forma possível, à grandeza da Nação.

Os donos absolutos da verdade – os países de regime totalitário, ditatorial – acabam caindo porque não correspondem aos anseios básicos e fundamentais da pessoa humana, e não respeitam os nossos direitos inalienáveis e a nossa liberdade.

Outro dia, na antepenúltima edição da revista do Clube Militar, foi veiculado um artigo muito interessante assinado por um civil. O título parece que é "O cálice cheio!" Ele analisa uma série de itens da economia do País. Fala sobre o percentual

de vendas de eletrodomésticos e de consumos diversos e concluí que os nossos índices são invejáveis no que diz respeito à melhoria do poder aquisitivo da população.

Em um outro artigo também desse mesmo articulista, ele afirma que não é por outra razão que o capital estrangeiro está procurando o Brasil. Em nenhum país da Europa uma empresa vende tanto quanto ao se estabelecer no Brasil. Nos países do primeiro mundo a elasticidade econômica é muito pequena. Aqui a proporção dos que progressivamente sobem das classes menos privilegiadas, menos favorecidas, para a classe média, dos proletários que ingressam na classe média é bem maior do que nos países europeus. Então o que acontece? A resposta eu li em um artigo de um dos diretores-presidente do Banco Central, publicado na *Veja*. Ele revela o seguinte:

"Falamos muito da injustiça social no nosso País, mas somos a Nação com um dos melhores índices de ascensão vertical na área social."

Voltando à luz no fim do túnel: estamos vivendo um período de grande risco, particularmente pela incompetência da estrutura governamental em vários dos seus níveis. Falhamos pela tolerância excessiva, pela falta do exercício da autoridade legitimamente constituída dentro da lei, e pelo medo de exercê-la. Isso é um perigo para um País das dimensões do Brasil. Há uma lei, me parece que formulada por um francês, sobre a oscilação da estabilidade de um país. Ela vai encurtando, encurtando, até chegar o momento em que, não tendo mais o que encurtar, começa a voltar ao normal. É como o italiano diz: *o corso e o ricorso*, a maré cheia e a maré vazante; a onda que vai e que vem.

Estamos em uma situação que, em termos institucionais, surpreende como o País ainda resiste. Derrubou-se um presidente – é verdade que sem maiores problemas e senadores e deputados têm sido cassados e afastados da vida pública, talvez não no número e na qualidade que devessem ser. Mesmo assim, continuo convicto da grandeza e da vocação do nosso País para ser uma potência. Tudo depende da nossa vontade e da nossa competência. Embora preocupado com a conjuntura atual, sou um ardoroso defensor da consolidação das instituições democráticas. Devemos evitar qualquer interrupção no processo e nos empenharmos ao máximo na melhoria do quadro político e social brasileiros.

Com esta mensagem plena de otimismo do General Egêo, encerramos a nossa entrevista desta tarde. É importante para o nosso trabalho que, a par da coleta dos fatos que constituem a história da Revolução, registremos as avaliações da atual conjuntura nacional. É assunto muito estudado e divulgado pelo General Egêo, que durante anos foi Delegado da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, seção do Rio Grande do Sul (ADESG-RS). Ao ilustre entrevistado nossos agradecimentos pela sua importante colaboração.

General-de-Brigada Daniel Lomando Andrade

O General Daniel nasceu em outubro de 1928 na cidade de Porto Alegre. Ingressou no Exército em 22 de fevereiro de 1945 como aluno da EsPPA (Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre).

Após cursar a AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) em Resende-RJ, foi declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 14 de dezembro de 1951, e classificado no 9º RC (9º Regimento de Cavalaria) em São Gabriel-RS, Unidade que o vê promovido ao primeiro posto.

Em 1953 é movimentado na mesma Guarnição, indo servir no 3º RCM (3º Regimento de Cavalaria Motorizado) onde, no final daquele ano é promovido a primeiro-tenente. No ano seguinte segue para o noroeste gaúcho, classificado desta feita no 1º R Rec Mec (1º Regimento de Reconhecimento Mecanizado) em Santo Ângelo.

Transferido dois anos depois para o 2º R Rec Mec, sediado em Porto Alegre, no final de 1956 foi promovido a capitão.

Em 1959 retornou ao 3º RCM de São Gabriel, onde viveu intensamente o episódio da Legalidade e, posteriormente, a Revolução de 31 de Março de 1964. Afastou-se temporariamente da Unidade, em 1962, para cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais). Aprovado no concurso, seguiu em 1965 para a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército), galgando o posto de major durante o curso. Realizou seu estágio de Estado-Maior no Comando da 2ª DC (2ª Divisão de Cavalaria) em Uruguaiana-RS.

Graças ao seu perfil de oficial de escol, foi convidado para integrar o corpo de oficiais da AMAN em 1969. Logo após sua promoção a tenente-coronel, por merecimento, foi transferido, mediante novo convite, para a ECEME, passando a fazer parte do seleto grupo de instrutores daquela escola.

Durante mais de cinco anos serviu na área de Informações. Inicialmente na AMAN, depois, durante os anos de 1975/6 como Adjunto e Chefe da 2ª Seção do III

Exército e, finalmente, após entregar o comando, como chefe da Agência do SNI (Serviço Nacional de Informações) de Porto Alegre, até ser novamente convidado para a AMAN em 1983, agora para subcomandá-la.

Comandou o 12º R C Mec (12º Regimento de Cavalaria Mecanizado) em Porto Alegre-RS, entre os anos de 1977/79, tendo sido promovido a coronel, por merecimento, no exercício daquela função.

Em 1984 foi transferido para o EME (Estado-Maior do Exército). Promovido por escolha a General-de-Brigada em março do ano seguinte, foi nomeado Comandante da 1ª Bda C Mec (1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada), Santiago-RS. Permaneceu à frente daquela Grande Unidade até ser transferido para a reserva, a pedido, em abril de 1988.

Durante sua extensa e brilhante carreira militar foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, em reconhecimento aos relevantes e meritórios serviços prestados às nossas Forças Armadas.

Após deixar o serviço ativo, dedicou-se, durante quase uma década à organização, oficialização e funcionamento da Associação Gaúcha de Equoterapia, tendo sido inclusive sido seu vice-presidente.

Entrevista realizada em 20 de março de 2002.

Seguindo o plano de entrevistas do Projeto de História Oral do Exército na Revolução de Março de 1964, temos o prazer de ouvir o General Daniel Lomando Andrade, oficial conhecido e respeitado por suas posições firmes contra a comunização do Brasil. Com a palavra o nosso entrevistado que certamente muito terá para nos contar e, desta forma, enriquecer o nosso Projeto.

É uma satisfação colaborar nessa pesquisa histórica que reputo da maior importância, não só para o Exército, como para a própria Nação. Vivemos hoje em dia uma verdadeira "operação silêncio" sobre o que aconteceu em 1964. Quando surge algo a respeito, a "operação contra" entra em ação procurando mascarar os fatos acontecidos, distorcendo a história do que realmente ocorreu naquela época.

Quais foram as causas que resultaram no Movimento de 1964?

São todas bastante conhecidas. No entanto, não podemos abordar este assunto sem nos reportarmos a elas, classificando-as como fatores internos e externos.

Os fatores internos começaram muito antes de 1964. Já em 1961 o manual de guerrilha do *Che* Guevara era distribuído no Brasil pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e no Nordeste foram implantadas as "Ligas Camponesas". Tudo uma repercussão ou conseqüência interna de um fator externo, a guerra fria que grassava no mundo da época. A União Soviética e todos os seus satélites – Alemanha Oriental, Checoslováquia, Cuba etc. exportavam revoluções para os países do Terceiro Mundo. Dissidentes apenas sobre os métodos a serem adotados, também a China e seus aliados buscavam a tomada do Poder e a implantação do socialismo, em escala mundial, através de movimentos revolucionários.

Essas conotações são muito importantes. Como disse o nosso historiador Décio Freitas – em artigo que escreveu há pouco tempo – apreciar um fato do passado, sem analisar a plataforma histórica da qual ele resultou, é ignorância ou má-fé. O que vemos no Brasil hoje é a existência de alguns ignorantes, mas a maioria normalmente age de má-fé, tanto que eles situam o Movimento de 1964 como um golpe militar.

Não se cogita sobre o que aconteceu antes e durante aquele episódio. Eu recomendaria a essas pessoas que procurassem os jornais e as revistas da época para ver o que era o Brasil naquela conjuntura, quando eclodiu o Movimento revolucionário. A anarquia, a inversão da hierarquia, os generais e os almirantes do povo sendo carregados nos braços pelas ruas no Rio de Janeiro, incentivando insubordinações e uma série de outros fatos fartamente documentados, mas que parte da nossa mídia ou não os conhece, ou oculta ou, o que é ainda pior, distorce.

Resumindo, os antecedentes são esses. Houve uma tentativa de implantação – sem dúvida, a segunda – de um regime marxista-leninista no Brasil. A primei-

ra deu-se em 1935 com a Intentona, quando o Prestes, erradamente, como sempre fez na vida, avaliou que o País estava maduro para tornar-se socialista. Tivemos então aquele vergonhoso e triste episódio no quartel do 3º RI, na Praia Vermelha, onde o Agildo Barata (Agildo da Gama Barata Ribeiro) liderou os amotinados na matança dos próprios companheiros, e o pior, enquanto dormiam.

Esses são os fatores que – no meu ponto de vista – contribuíram para aquela situação calamitosa que se criou no Brasil. É bom lembrar que o Brasil não é Cuba nem São Domingos, sem nenhum desdouro aos povos desses países. O Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial. Temos tudo de que precisamos para sermos um país desenvolvido. Apenas não encontramos ainda um caminho que conduza o povo brasileiro àquela qualidade de vida que todos desejamos. Se naquela época o Brasil caísse na órbita do império soviético, provavelmente enfrentaríamos aqui uma das mais sangrentas revoluções do mundo. Evidentemente, o bloco ocidental não aceitaria o fato do Brasil transformar-se em uma nova Cuba. Na minha opinião, estas foram as causas do Movimento de 1964.

O senhor acredita que houve um preparo prévio do Movimento revolucionário ou sua eclosão deu-se espontaneamente?

Penso que antecipou-se a sua organização desde a renúncia de Jânio Quadros. João Goulart assumiu o Governo e teve início a descaracterização do princípio de autoridade, principalmente nas Forças Armadas. Eu era Capitão à época e, como outros, já pensava assim. Todos nós aceitávamos que o senhor João Goulart devesse terminar seu mandato. Ninguém queria derrubar o Presidente. A Revolução de 1964 não resultou de uma reunião de meia dúzia de generais que resolveram dar um golpe. É uma mentira que nos apresentam hoje como fato histórico, distorção da realidade. A preparação iniciou-se nas Forças Armadas através de uma crescente resistência àquelas ações que vinham se desencadeando e que conduziam a Nação para um regime ditatorial da esquerda. Muitos elementos da esquerda radical, marxista-leninista – não da esquerda democrática, a social-democracia – ainda sentem saudades daqueles tempos em que estiveram prestes a assumir o Poder.

Portanto, podemos dizer que houve uma preparação. Mas não há dúvida de que o desencadeamento foi de surpresa. Os acontecimentos se precipitaram de tal maneira que não houve como impedir a reação decidida contra o Governo Goulart. Se não acontecesse a Revolução, possivelmente teria ocorrido uma divisão e uma sangrenta guerra civil no Brasil. Julgo que foi montado um esquema para nos contrapormos à comunização do País. O desencadeamento da ação militar foi tão

rápido e de surpresa, que sugeriu uma preparação cuidadosa. Havia uma idéia de que teríamos que combater de dois a quatro meses até que se consolidasse a queda do governo. E isso não aconteceu. O dispositivo político, sindical e militar do presidente João Goulart caiu em vinte e quatro horas e surpreendeu os revolucionários. Em conseqüência também não houve uma preparação para o futuro governo, o que fazer no caso da ocupação do Poder.

No preparo do movimento o senhor admite que houve conspiração?

Olha, o termo conspiração parece um pouco forte. Mas se a palavra é adequada ao assunto, então houve conspiração, com chefes e segmentos – inclusive do mundo civil – que se uniram e prepararam para a tomada do Poder.

Acredito que as nossas Escolas também tiveram um papel importante no estudo sobre guerra revolucionária. Não seria o ensino nesta área uma forma de conspiração?

Eu diria que houve uma preparação intelectual, uma novidade. Tratava-se de destinar mais informações à oficialidade sobre o que estava realmente acontecendo. De um modo geral estávamos voltados para a nossa atividade diária – falo do tenente, do capitão, enfim do pessoal que estava na tropa muito imbuído do juramento de cumprir a Constituição a qualquer preço – e não nos preocupávamos com os problemas políticos, o que, em parte, era muito bom. Acontece que a Nação estava em perigo iminente e real.

Cursei a EsAO em 1962, ano em que a subversão expandiu-se barbaramente. Lembro que aproveitei um dia de folga para passear em Petrópolis. Acabei presenciando o rescaldo de um congresso da UNE[1], a maior baderna que já vira na minha vida, com vivas à *troupe* comunista e aquela onda esquerdizante toda. O motivo principal dos motes era a exaltação de Fidel Castro, *Che* Guevara e Mao Tsé-tung. Então, no meu entender houve uma preparação não ostensiva. Foi feito um estudo detalhado dos métodos utilizados pela guerra revolucionária para a tomada do Poder e isso conscientizou grande parte da oficialidade do Exército sobre as ameaças ao País.

Vários grupos e instituições de estudos civis e militares conscientes de que a situação político-econômica do País não podia evoluir daquela maneira, contribuíram para a preparação da Revolução. Também a Igreja participou ativamente e foi à luta contra a baderna, coisa que ninguém fala hoje. Um milhão de pessoas nas ruas de São Paulo participando daquelas marchas, postou-se claramente con-

[1] União Nacional de Estudantes.

tra o Governo, pedindo democracia. E a euforia que tomou conta de todo o Brasil no dia em que o Governo caiu? Tudo está documentado em filmes, televisão, fotografias, revistas e jornais da época.

Guardados.

Estão guardados no esquecimento, em uma verdadeira operação abafa, como se diz.

No seu ponto de vista onde aconteceu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Houve resistência para o retorno à democracia naquelas áreas que estavam mais politizadas pela esquerda, mais trabalhadas pelos comunistas, como o setor estudantil, o sindical e alguns grupos das Forças Armadas. O caso da Marinha foi emblemático. O Almirante Cândido Aragão, comandante dos fuzileiros navais, carregado pelos marinheiros é um exemplo de insurreição. Os marinheiros que tinham se revoltado foram anistiados e ocuparam as ruas carregando o almirante nos ombros. Para completar, o Presidente nomeou Ministro da Marinha um militar que tinha sido militante de carteirinha do PCB[2]. Além do mais devia ser mais velho do que eu hoje e estava completamente por fora da conjuntura. Por aí vê-se que a coisa era para valer mesmo.

Eu estava em São Gabriel desde que fora declarado Aspirante-a-Oficial. Na época era Capitão Comandante de Esquadrão do 3º Regimento de Cavalaria Motorizado, uma Unidade atípica. Quando a cavalaria começou a ser mecanizada no Exército, procuramos copiar algumas coisas dos exércitos americano e alemão. Os *Panzers* alemães tinham uma outra tropa de infantaria – cujo nome não me ocorre agora – mas pertencente aos blindados, que fazia o acompanhamento. As GU *Panzers* rompiam as defesas inimigas e a ocupação do terreno era missão dessas Unidades. No Exército Brasileiro, as Divisões de Cavalaria tinham o Regimento de Reconhecimento Mecanizado da Grande Unidade (R Rec Mec), os Regimentos de Carros de Combate (RCC), e o Regimento de Cavalaria Motorizado (RCM), destinado a acompanhar o R Rec Mec ou os RCC, e responsável pela ocupação do objetivo conquistado. Isso era o que previa a doutrina. Para nós cavalarianos, o RCM era uma tropa de cavalaria e como tal devia ser leve e aligeirada, embora destinada a cumprir um papel típico de infantaria. Mas não tinha o efetivo adequado nem as viaturas e os meios necessários para cumprir a missão. Era uma Unidade esdrúxula, um batalhão de infantaria muito fraco e acabou sendo extinto quando houve a reformulação da nossa organização. A cavalaria passou a ser realmente mecaniza-

[2] Partido Comunista Brasileiro.

da, motorizada e blindada. Os RCMs foram extintos e agora, nas Brigadas de Cavalaria, temos os RC Mec e os RCB[3]. A missão de ocupação dos objetivos conquistados é realizada pela infantaria.

O Coronel Henrique (Henrique Borges do Canto Herzer), um bajeense, comandava essa Unidade esdrúxula e a Guarnição de São Gabriel. Como quase todos os comandantes das Unidades de fronteira daquela época, não tinha curso de Estado-Maior, mas era um homem extremamente correto e competente profissional. O pessoal tinha muito respeito e muita admiração por ele. Soube conduzir o Regimento e a Guarnição com habilidade e praticamente não tivemos nenhum problema.

Comandava o 9º o Coronel Sabino (Sabino Cotegipe da Cunha) que tinha vindo de São Borja e, diziam, era ligado ao pessoal do Jango. Estávamos em dúvida quanto à posição que o Coronel Sabino assumiria, mas aderiu prontamente à revolução.

Isto tudo ocorreu em 1964. O que aconteceu em 1961 na guarnição de São Gabriel? O senhor já servia no 3º RCM?

Sim. Em 1961 servia no 3º RCM. Em 1962 fiz a EsAO. Concluído o curso, voltei para o Regimento de onde só saí quando fui para a Escola de Estado-Maior. Vou falar um pouco sobre a renúncia do Jânio em 1961.

Em 1961 não tínhamos comandante efetivo. O comandante nomeado chegou depois, era o Gashipo (Gashipo Chagas Pereira), participante da Intentona Comunista. Respondia pelo comando do Regimento o Major Layr (Layr Contino Nuñes) que mora em São Gabriel até hoje. Na época quase houve problema devido à demora de uma solução para a posse do Jango. O Regimento estava dividido. Mas não chegou a haver confronto; apenas um ambiente de tensão e muito mais ameaçador do que em 1964. Ficou bem mais caracterizada a cisão que só não se agravou pela solução conciliatória do parlamentarismo. Quem servia aqui naquela época lembra até de um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) que sobrevoou São Gabriel soltando panfletos com mensagens dos ministros militares que não queriam a posse do Jango. Aquilo causou um reboliço tremendo na cidade e nas Unidades. A tensão era muito grande e não sabíamos qual seria o caminho a tomar. Nós, militares, ficamos naquele drama da opção: cumpre-se ou não a constituição. Felizmente não se chegou ao confronto armado. Aprovado o parlamentarismo, a situação serenou. Ficamos em prontidão, conversando muito, e no máximo, discutindo. O ambiente estava carregado mas não chegou a haver nenhum problema mais grave. A tensão em 1964 foi menor porque a situação já estava deteriorada e

---

[3] Regimento de Cavalaria Blindado.

a opinião pública mobilizou-se contra a tentativa de comunizar o país. Os quadros – oficiais e sargentos – mostravam-se mais bem preparados para enfrentar a subversão. Conheciam bem as ameaças da guerra revolucionária e as Unidades estavam mais unidas.

No que se refere aos sargentos vou contar um episódio pessoal só para traduzir o tipo de angústia por que passamos.

Eu era comandante de esquadrão e dispunha de dois tenentes e dez ou doze sargentos subordinados. Havia inclusive sargento em função de oficial, comandando pelotão. Estávamos reunidos no PC[4] do Esquadrão quando ouvimos o Brizola gritar pelo rádio:

– Sargentos, tomem as armas desses gorilas.

Todos ficamos aterrorizados, mas acabou predominando entre nós o bom senso e algo que traduziu, no meu ponto de vista, aquele sentimento do qual nos gabamos muito no Exército: a união com os subordinados. Pode haver casos individuais de oficiais arbitrários, maus comandantes, mas são exceções. Situação muito diferente acontecia no exército argentino.

Servi em Uruguaiana no Estado-Maior[5] da Divisão. Seguidamente os oficiais do exército argentino nos convidavam para suas festas. Íamos e mandávamos nossos motoristas de volta porque não serviam comida para eles no quartel. Quando comparecíamos às competições hípicas, não havia previsão de comida para os ordenanças, eles tinham que levar ração fria. É lógico que em um ambiente desses os graduados tenham uma raiva represada em relações aos oficiais. Em 1968 nos convidaram para uma festa, era um aniversário ou uma data especial, não lembro bem. Eu era o E4 da DC e fui o último a chegar com o comboio das viaturas que conduzia, inclusive, vários generais de Grandes Unidades brasileiras. Quando chegamos no local, os oficiais desceram, chamei o motorista e determinei que retornasse o comboio para Uruguaiana. O coronel comandante argentino me perguntou:

– Que hay?, que hay?

Disse-lhe:

– Estou mandando os motoristas retornarem para almoçar. Depois eles voltam.

O coronel não permitiu. Penso ter sido aquela a primeira vez que os motoristas brasileiros almoçaram em uma Unidade do exército argentino.

---

[4] Posto de Comando.

[5] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

Relatei este fato só para mostrar as diferenças entre os militares de dois países vizinhos e também para avaliar o constrangimento dos sargentos e oficiais no meu gabinete ouvindo juntos o discurso do político agitador. Não suporto o Brizola.

Quando aconteceu esse pronunciamento do Brizola, que ficou famoso pela sua violência?

Ele cometeu essa agressão verbal em um comício, na frente da prefeitura aqui de Porto Alegre, no dia 1º ou 2 de abril de 1964.

Só para encerrar o relato dos fatos que ocorreram na minha Unidade, quero registrar os momentos de tensão provocados pela falta de ligação com o nosso comando superior imediato – a DC, cujo QG era em Bagé, onde o ambiente estava tumultuado. Um tenente e alguns sargentos do Esquadrão de Comando ocuparam o QG e houve uma enorme confusão, com graduados e oficiais presos pelos adeptos do Jango e até ameaças mais graves.

Nesse ínterim o General Ladário (Ladário Pereira Telles) assumiu o comando do III Exército, em Porto Alegre. O General Garrastazu (Hugo Garrastazu) passou um rádio[6] – não havia telex nem celular, na época – para São Paulo dizendo que colocava as Unidades da 3ª DC, inclusive as da Guarnição de São Gabriel, solidárias e subordinadas ao II Exército[7], cujo Comandante, General Kruel (Amaury Kruel), já tinha se manifestado a favor da Revolução. Então o Regimento e a Guarnição de São Gabriel ficaram sob as ordens do Comandante do II Exército (São Paulo), tudo isto porque o I Exército (Rio de Janeiro) estava se deslocando para enfrentar as tropas revolucionárias. Felizmente, em Resende, terminou esse enfrentamento sem maiores conseqüências, graças ao bom senso e espírito patriótico dos comandantes das forças envolvidas.

Em 1961 alguma Unidade de São Gabriel saiu em direção ao Norte durante a mobilização da Legalidade?

Não, mas em 1964, quando o Ladário assumiu o comando, o Regimento recebeu ordem para deslocar-se até Porto Alegre.

A ordem partiu de Santa Maria?

Não sei dizer quem a retransmitiu para nós. Só sei que foi uma ordem do General Ladário – nomeado Comandante do III Exército pelo Jango – para deslocar o 3º RCM até Porto Alegre, a fim de reforçar a Guarnição no seu esforço contra a Revolução. E meia hora depois encostou na estação ferroviária, vinda não sei de

[6] Mensagem telegráfica transmitida via rádio.
[7] Atual Comando Militar do Sudeste (CMSE).

onde, uma locomotiva com um sem-número de pranchas. Pelo visto a VFRGS já estava adrede preparada para nos transportar para Porto Alegre. Mas o Coronel Henrique determinou o não cumprimento daquela ordem emanada do III Exército. Permanecemos com todas as viaturas enfileiradas, municiadas e abastecidas. E todo o pessoal equipado e armado. Dormíamos com as armas ao lado. Nas primeiras horas tudo foi muito confuso, mas rapidamente – vinte e quatro ou quarenta e oito horas, no máximo – a situação evoluiu. O General Mourão saiu de Minas no dia trinta e um à tarde e no dia primeiro a situação já estava praticamente decidida.

Como a população reagiu à vitória da Revolução?

Nos primeiros tempos a Revolução foi recebida com euforia pela população. Aqui no Rio Grande – nós que somos gaúchos o sabemos –ou se é colorado ou gremista; ou PT ou contra o PT; então só havia pessoas a favor e contra o movimento. Mas a maioria da população apoiou a derrubada do Governo do Jango Goulart. O rádio, desta vez, aderiu aos revoltosos. Em pouquíssimo tempo a situação estava praticamente normalizada. Não houve ato de revolta da população, resistência, não houve nada.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Em síntese desejávamos acabar com o clima de desordem, estancar a inflação e retomar o desenvolvimento econômico.

Uma aspiração muito forte entre os militares era uma solução para nossos problemas de vencimento que, como sempre, estavam muito abaixo da expectativa. Eu era capitão naquela época, e como comandante de um esquadrão, sentia o problema do meu pessoal.

O salário de um maquinista da Viação Férrea era o dobro do vencimento de um capitão. Não quero com isto menosprezar aquele ou qualquer outro profissional. É muito difícil você estabelecer parâmetros e comparar salários. Por exemplo: qual é o pagamento justo para um médico que salva a vida de um parente em uma mesa de operação? e para uma enfermeira que passa a noite inteira cuidando de uma pessoa idosa? Não há medida de valor para tais serviços. É necessário um padrão na remuneração que recompense a vida pregressa do cidadão e o tipo de profissão que ele exerce. Eu não estou comparando um oficial do Exército com um ferroviário e nem posso fazê-lo. Eu só argumento que, se a formação militar exige um curso em nível universitário que consome a nossa mocidade, pois ficamos isolados dentro das escolas, se somos transferidos a cada dois ou três anos, se pagamos os nossos uniformes, se não temos adicional noturno e nem gratificação de peri-

culosidade – e não é o caso de termos estas vantagens porque senão passaríamos a ser mercenários – então devemos ter também uma compensação.

Pois bem, dois meses depois da posse, o Presidente Castello Branco reajustou os nossos vencimentos, o que acabou repercutindo: "Vocês fizeram uma Revolução para ganhar mais um pouco no fim do mês." Essa era a crítica em tom de chacota que os adversários da Revolução nos faziam. A verdade é que se não houvesse melhoria nos nossos vencimentos não sei o que aconteceria. Ninguém agüentava mais aquela penúria.

O senhor considera que a atuação dos políticos e do terrorismo foram a causa da escalada revolucionária e da edição dos Atos Institucionais?

A Revolução foi feita para restabelecer a democracia no Brasil, o que de fato aconteceu. Embora na minha opinião ela, a democracia, esteja capenga porque, enquanto não tivermos justiça eficaz e oportuna, não haverá democracia nem liberdade. Ocorre que tanto o interesse próprio como a ideologia dos políticos e também a ignorância da grande massa mascaram o processo revolucionário que está em curso hoje no Brasil. Algo semelhante ao que ocorria em 1964. Quer dizer, a Revolução se propôs a garantir a democracia e não conseguiu. O Médici assumiu dizendo que entregaria o Governo com o País democraticamente normalizado. Na realidade, o que aconteceu? Mal comparando, hoje ocorre o mesmo entre Palestina e Israel. Os dirigentes querem se acertar mas as facções extremamente radicais não permitem e agem por conta própria porque a paz não interessa para eles. Os árabes fanáticos querem destruir o Estado de Israel, e vice-versa, os judeus ortodoxos buscam o extermínio dos palestinos. Toda vez que se iniciam as negociações de paz, surge um homem-bomba que mata muito civil inocente e se mata. O que é isso? É o radicalismo, exatamente o que aconteceu conosco.

Inconformadas com a Revolução vitoriosa e sob orientação externa – a guerra fria estava no auge com as organizações comunistas, marxistas-leninistas, enfim todas as esquerdas, convergindo para o mesmo fim, para o mesmo objetivo – o pessoal era mandado para Cuba, Checoslováquia, Alemanha Oriental e até para a China fazer treinamento. Aliás, tanto o livro do General Del Nero (Agnaldo Del Nero Augusto) – "A grande mentira" – como o do próprio Jacob Goerender – "Combate nas trevas" – contam muito bem tudo o que foi feito em termos de subversão, quem veio de Cuba, da Europa Oriental ou da China. Essa gente, de uma maneira sutil, infiltrou-se no meio intelectual, artístico e na imprensa e iniciou o enfrentamento ao governo revolucionário. A eclosão da luta armada foi um problema gravíssimo para o Brasil. Se apenas os Estados – com as suas frágeis polícias – tivessem recebido

a missão de combater a subversão, provavelmente teríamos sucumbido ao regime socialista ou comunista que eles queriam.

O título do livro do Del Nero, "A grande mentira", refere-se ao embuste da tal luta das esquerdas pela democracia. Ninguém lutou pela democracia e sim para implantar a ditadura comunista. Todos os documentos apreendidos nas organizações subversivas indicam que as reuniões, os plenários, os congressos e todos os relatórios, pregavam a implantação de um estado marxista-leninista no Brasil. O objetivo não era derrubar um governo autoritário e implantar a democracia. Eles desejavam a ditadura do partido único. Essa ameaça levou o governo a endurecer e fechar o regime.

Era preciso adotar medidas para controlar a situação que estava levando o Brasil ao caos. O Presidente Médici, já morto, até hoje paga o preço de sua visão patriótica, pois foi o homem que teve a coragem de enfrentar a ameaça comunizante lançando mão das Forças Armadas para enfrentá-la. Os atos institucionais e suas conseqüências, como a própria duração da Revolução, tudo foi conseqüência da luta armada empreendida sob a direção das organizações de esquerda. É um assunto muito complexo e extenso e não há como esgotá-lo nesta entrevista. Os livros estão aí para quem quiser conferir. E não só os que nos são favoráveis. Os deles mesmos: o do Jacob Goerender; o da mulher do Prestes – que escreveu sobre o marido; da Zélia Gatai – a mulher do Jorge Amado – que descreve as viagens com ele por toda a Europa, para cá e para lá, nos melhores hotéis e restaurantes, fazendo proselitismo contra o Brasil.

Considero que a longa duração – realmente foi muito longa a nossa permanência na tutela do Poder – se deveu a esse fato. E o Brasil não teve até hoje uma guerra civil sangrenta e destruidora, graças a esse tipo de atuação das nossas Forças Armadas. O Presidente Médici acabou vítima da sua coragem ao adotar medidas imprescindíveis para conter a reação das esquerdas. Agora, depois de morto, estão até tirando o nome dele de um estádio em Bagé, sua terra natal. Sinal dos tempos. A escalada das medidas de repressão à luta armada foi crescendo à medida que crescia a agressão da subversão e, para enfrentar a ação do terrorismo foram implementados o comando antiterrorismo unificado e a centralização e o controle das informações.

Qual a sua opinião sobre os governos militares da Revolução?

Há um ditado que diz: toda revolução tem cinco por cento de idealistas e noventa e cinco por cento de oportunistas.

A Revolução de 1964 não fugiu à regra. Houve oportunismo de alguns setores, minoritários é verdade, dentro das Forças Armadas. Já entre os políticos

esse cancro assumiu proporções gigantescas. Até o Presidente Castello Branco, eleito pelo Congresso, na crista de uma revolução vitoriosa, foi obrigado a aceitar como Vice-Presidente o José Maria Alkmin, não que ele fosse de esquerda, mas era do PSD – uma corrente política coligada ao grupo governista derrotado em março de 1964. Veja a capacidade de flutuação que os políticos brasileiros demonstram em qualquer situação. Para poder governar ele teve que aceitar um vice-presidente da corrente mais fisiológica da política brasileira.

Voltando aos governos militares. Na minha opinião o Presidente Castello Branco foi outro injustiçado. Não só eu penso assim. Também vários articulistas e cientistas políticos o consideram um estadista, mercê de sua estratégica política voltada para o futuro do País. Mas, como sempre, políticos inconformados com a perda de uma série de privilégios e vantagens que usufruiam, começaram a sabotar o Governo desde o Castello Branco passando pelo Costa e Silva, Médici e Geisel.

Mesmo assim, os governos militares, graças ao clima de segurança que asseguraram, possibilitaram um período de grande desenvolvimento para o País – o milagre brasileiro.

Qual a sua opinião sobre os métodos utilizados para garantir a segurança interna no País?

Foram os mais adequados pois venceram o terrorismo, apesar de todo o apoio externo que eles recebiam. E esse é o ponto fundamental da campanha que até hoje as esquerdas fazem contra as Forças Armadas. Essa derrota militar, melhor dizendo, cívico-militar – pois a população ajudou também a derrotar o terrorismo – é a causa de tanta campanha contra nós. Em São Paulo, as pessoas informavam quando aparecia um estranho e alugava um apartamento em um prédio. A repressão ia conferir e era um aparelho terrorista. Até na Bolívia os camponeses denunciaram onde estava o *Che* Guevara. Sem o apoio da população, o terrorista, o revolucionário de esquerda, é como peixe fora da água. E o brasileiro não o apoiou, ao contrário, colaborou na luta contra a subversão em todo o Brasil. Esse "revanchismo", o ponto crucial das agressões que sofremos desde o advento da nova república, é fruto da vitória da Revolução sobre o terrorismo. Até hoje a Inglaterra, a Espanha, e mesmo Israel não conseguiram acabar com a subversão. A nossa vizinha Colômbia cada vez mais está às voltas com a guerrilha urbana e rural. O Brasil foi o único País que venceu o terrorismo. E a esquerda não aceitou a fragorosa derrota sofrida em março de 1964, para a ação conjunta das Forças Armadas e do povo. Daí esse "revanchismo" explícito a toda hora contra nós.

Em resumo: o povo brasileiro e as Forças Armadas ganharam a guerra contra o terrorismo mas infelizmente o Governo perdeu a guerra da conquista da

opinião pública. Não soube informar corretamente a população sobre o que ocorria, a fim de conscientizá-la de que aquilo teria que ser feito mesmo. Se você sabe que um seu vizinho veio de Cuba, está armado, e se propõe a fazer uma revolução, a matar, a assaltar, então você tem consciência de que a ação contra este vizinho terrorista será para o bem da coletividade. Nós mesmos, do Exército, só fomos saber da existência da guerrilha em Xambioá dois anos após o seu início. Também fracassamos na divulgação de realizações importantes como saneamento político-administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alceamento do Brasil à posição de oitava economia do mundo.

Em 1968 houve a implantação da reforma administrativa, comandada pelo Hélio Beltrão. Lembro bem do que foi feito naquela ocasião e hoje quando ouço falar em Orçamento Participativo me dá um nó na garganta. Eu era E4 da 2ª DC, em Uruguaiana e fui encarregado de difundir nas nossas Unidades o emprego das fichas destinadas à previsão do orçamento para o ano seguinte. A ficha dezoito era para os gastos com a vida vegetativa da Unidade (água, luz, telefone etc.) e a dezenove para a previsão de investimentos: uma Unidade precisava de uma cozinha melhor, outra desejava construir uma piscina, uma terceira necessitava de um hotel de trânsito na Guarnição. Aqueles dados iam para o escalão superior, que fazia a análise comparativa entre as necessidades das OM[8]. A Unidade "A" quer uma piscina mas a "B" está sem cozinha; qual a prioridade? A cozinha, é lógico. Esse planejamento seguia para a decisão em Brasília. Depois de aprovado, o crédito era liberado trimestralmente e o dinheiro estava disponível no banco de acordo com o cronograma de desembolso.

Como foi a receptividade da Revolução pela opinião pública internacional?

Esse é outro capítulo que se insere junto àquele da perda da guerra depois de ganha. Os exilados e outros simpatizantes da esquerda se encarregaram de desacreditar a Revolução no exterior. Diz-se que o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi exilado no Chile. É mentira, ele nunca foi exilado. Em uma entrevista à *Veja*, a mulher dele, dona Ruth, perguntada sobre o exílio, respondeu:

– Nunca estivemos no exílio. Sempre entramos e saímos do Brasil com passaporte brasileiro.

Ela foi honesta, mas os exilados, como Miguel Arraes e alguns outros, junto com dom Hélder Câmara – que também não era exilado – iam para a Europa com a

---

[8] Organização Militar.

ajuda do poder da mídia internacional e orquestravam tudo o que, para eles, havia de ruim no Brasil. A imprensa extrapolava: estão matando os índios, incendiando a floresta amazônica, não respeitam os Direitos Humanos. Houve uma campanha internacional – muito bem descrita no livro do Del Nero – com a criação de organizações na França, Inglaterra, e em outros países, para difundir inverdades e falar mal do Brasil. E a opinião pública internacional era atiçada pela esquerda mundial que não nos perdoava pela derrota do marxismo na América do Sul.

Como o senhor viu o desengajamento das Forças Armadas do Poder?

Segundo alguns estudiosos e analistas políticos o desengajamento deveria ter sido feito logo após o Governo do Castello Branco. Ele colocou a casa em ordem e diziam que ele deveria tê-la entregue para um civil. Aí houve a reação da linha-dura com o Costa e Silva, um injustiçado pela crítica e para mim um homem público muito bom. Durante seu Governo, ele sofreu aquele problema de saúde e morreu. Seguiu-se-lhe o Médici, prometendo a abertura que não pôde fazer por causa da luta armada. Depois veio o Presidente Geisel e, finalmente, tivemos a abertura política com o Presidente Figueiredo que assumiu dizendo que iria completá-la de qualquer maneira. A sua implementação não foi como o previsto pelo seu antecessor, que desejava uma abertura lenta, gradual e segura. O que aconteceu conhecemos muito bem; a esquerda entrou a todo o vapor; campanha das diretas e todo mundo anistiado. Voltaram com aquela história que já abordamos, com a grande mentira de que estavam lutando pela democracia.

Em resumo, penso que o desengajamento foi o melhor diante das circunstâncias do momento. A falta de condições políticas e a pressão da opinião pública determinaram o fim do ciclo revolucionário, esgotado por si mesmo e pela furiosa pressão dos seus adversários.

Nesse processo de desengajamento abriram-se algumas feridas e foram machucados alguns revolucionários, principalmente do Exército. Camaradas que trabalharam, se empenharam e se sacrificaram pelos ideais de 1964. Cito como exemplo a preterição, que considerei extremamente injusta, do General Newton Cruz (Newton Araújo de Oliveira e Cruz), um homem inteligente e duro, um assessor que realizou tudo o que o Figueiredo quis dele, e quando chegou a hora da sua promoção a general-de-exército...

A promoção a general é uma escolha do Presidente dentro de uma lista feita pelo Alto Comando do Exército. Aliás, a Revolução também moralizou esta sistemática. Antigamente era escolha pessoal do Presidente da República, e um coronel com três anos de posto estava habilitado a ser promovido, desde que

tivesse o Curso do Estado-Maior. Então havia caronas inomináveis. O ungido ultrapassava quatro, cinco turmas de formação. O Getúlio, por exemplo, promoveu o Cordeiro de Faria (Oswaldo Cordeiro de Faria) a general com quarenta anos de idade; ficou vinte anos no posto. Com a nova lei limitou-se o universo das promoções de modo que as caronas não fossem escandalosas. Passou-se a organizar um Quadro de Acesso, válido para cada data de promoção, composto por coronéis dentro da mesma faixa de formação – uma ou duas turmas no máximo. Após uma criteriosa análise feita pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) os concorrentes são avaliados pelo Alto Comando que indica cinco nomes para a primeira vaga e três para cada subseqüente. Então se há dez vagas sobe à apreciação do Chefe da Nação uma lista de trinta e dois nomes. E o Presidente escolhe quem ele quiser daquela lista. Os presidentes militares vinham obedecendo as listas elaboradas pelo Alto Comando do Exército. Se havia cinco vagas, promovia os cinco primeiros listados, quando muito um ou outro lá do meio.

O Newton Cruz estava no quadro de acesso e tinha condições de concorrer. Não seria o primeiro da lista mas o nome dele deveria estar lá. O que fez o Alto Comando? Encaminhou a lista destinada ao Tancredo Neves e que acabou sendo apreciada pelo Sarney, sem o nome do Newton Cruz. Não analiso as razões, que devem ter sido muito ponderáveis, comento as conseqüências. O nome dele deveria estar na lista e deixar o desgaste da preterição por conta dos políticos. Então o Exército assumiu o desgaste do veto que seria de um político. Nem o Tancredo nem o Sarney promoveria o Newton Cruz. Houve uma falha desnecessária que resultou em um castigo que ele não merecia. Ele foi Chefe da Agência Central do SNI (Serviço Nacional de Informações), era um homem controvertido por algumas ações, mas um militar correto, honesto e nunca ouvi falar nada que desmerecesse a sua vida profissional. Não há dúvida de que era uma pessoa de atitudes abertas e corajosas, o que custou-lhe tentativas de ridicularizá-lo.

O desengajamento abriu essas feridas no Exército que, felizmente, parecem estar cicatrizadas. Houve também os casos do Coronel Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra), do Avólio (Armando Avolio Filho), e muitos outros como o Andrade Neves (José Eurico de Andrade Neves Pinto) que tirou o nome do Lamarca de uma placa de formatura do Colégio Militar de Porto Alegre. Ficou marcado pela mídia esquerdista que, na primeira chance, acusou-o – uma terrível injustiça – de nazista. Em suma, o nosso desengajamento foi o melhor possível para as circunstâncias do momento. Não havia mais como manter aquela situação, porque a opinião pública realmente já estava orientada para outro caminho. E o Exército nunca foi contra a opinião pública. Assim se desengajou do Poder e entregou-o para os civis.

Se isto foi conveniente e no momento adequado eu não sei. O Presidente era o Tancredo; que morreu antes da posse, o Sarney assumiu e governou com um ministério que não era o dele. Aí começaram os imprevistos e os desacertos.

O senhor tem algo a acrescentar sobre o "revanchismo"?

Antes não citei o caso do General Fayad (Ricardo Agnese Fayad) porque me parece um exemplo do "revanchismo" vingativo. Era tenente médico na década de 1960, sem qualquer influência decisiva nos acontecimentos. Passados trinta anos, vê-se perseguido por colegas marxistas. Ele e a família sofreram tudo em nome de um "revanchismo" que para mim é o galardão máximo dos medíocres e dos covardes, dessa turma de esquerda que não dá folga. Quando eles suspeitam que alguém do Exército pode fazer algo que os prejudique – isso na cabeça doentia deles – dizem que foi torturador e não sei mais o quê. Até hoje não sei como não apareceu meu nome na mídia, pois durante dois anos fui do SNI aqui em Porto Alegre. Até agora não falaram nada; estou na expectativa de alguma calúnia contra mim.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação?

O exercício da democracia pressupõe várias condicionantes e a primeira delas é a justiça. Sem justiça não há liberdade. Assim, o modelo atual não preenche os anseios porque existe ainda uma distorção representativa, função de uma feitiçaria que o Golbery (Golbery do Couto e Silva) inventou para as eleições de setenta e cinco e que vigora até hoje. Há necessidade de um caminhão de votos para se eleger um deputado em São Paulo enquanto que no Amapá ou em Rondônia o candidato se elege com meia dúzia de votos, menos do que um vereador em São Gabriel. Isto é uma distorção inaceitável. Carecemos de uma reforma política em que um cidadão vale um voto. Os políticos constituintes, principalmente os de esquerda, passaram o tempo todo removendo o tão falado entulho autoritário, mas não removeram esse. Os Estados Unidos têm um Parlamento com quatrocentos e poucos deputados, sendo que mais de noventa por cento são republicanos ou democratas. No Brasil temos quinhentos e treze parlamentares e uma farra partidária, são quase quarenta! Quem é que governa com tantos partidos no Congresso? Só barganhando, como têm feito todos os presidentes. É o que temos visto todos os dias. E há ainda as legendas de aluguel! Este ano o Tribunal Eleitoral decidiu pela verticalização das alianças político-partidárias, dando uma pequena ordem unida nesse quadro absurdo: no Rio de Janeiro um candidato faz campanha para o Lula; aqui em Porto Alegre o mesmo político não fala no Lula

porque o partido apóia outro candidato. Parece brincadeira. É o interesse político-partidário usado exclusivamente para alcançar o Poder e distribuir empregos. Esses confrontos entre as correntes internas do PT não são ideológicos, são brigas pelos cargos do governo. Os presidentes americanos – o Bill Clinton e agora o Bush – têm quatro mil cargos de confiança para preencher; a prefeitura de Porto Alegre dispõe de mais de dois mil e o Estado do Rio Grande do Sul sete mil. Então, em cada eleição o vencedor monta a sua "nomenclatura" e dá emprego para toda a corriola. Gente que estava ganhando de duzentos a quatrocentos reais por mês, passa a receber de dois e a três mil reais; é lógico, não querem mais largar o osso. Esse é um dos motivos dos confrontos e brigas no PT. Talvez não seja um fator absoluto mas é a causa de oitenta por cento destas dissensões internas no partido do governo. É algo mais do que confronto ideológico. A parte oculta, subjacente, é esta aí. Essas distorções no desempenho da nossa representação política são os fatores que estão arranhando a nossa frágil democracia.

Ainda falando sobre sistema político: democracia é o regime da autoridade, da justiça e da responsabilidade. E o que estão fazendo, principalmente aqui no Rio Grande do Sul? A opinião pública está sendo amortecida pelos atos ilegais endossados pelo governo. Há pouco tempo invadiram a Parmalat sem qualquer providência dos responsáveis pela segurança pública. Ninguém mais se importa com isso. É uma estratégia da subversão. Os baderneiros ocupam uma propriedade e o governo não faz nada. Então arregimentam mais '*sem*' e partem para outro local. Em pouco tempo é tanta invasão que ninguém mais liga para esta ação violenta. Ora, cada uma destas ocupações é um ato ilegal! O regime não mudou e a Constituição está aí para ser obedecida, ser executada. Se tivesse mudado, muito bem. Então, o quadro é este: o governo não exerce a autoridade que tem, ou por demagogia, ou por interesse político-partidário. É o amortecimento da consciência coletiva para que ela não possa identificar o que é e o que não é crime. Fica tudo misturado, cinzento e nebuloso, no limbo. O Paulo Brossard escreveu um artigo sobre essa técnica para destruir a ordem pública.

Se não há autoridade e justiça, a democracia fica capenga. Vejo a nossa democracia de muletas porque as autoridades não exercem seu poder de polícia. A lei é parcial e a justiça é morosa e justiça demorada é o mesmo que injustiça.

A democracia é o regime da lei. Quem conhece bem os Estados Unidos sabe que aquele país é o modelo de democracia. Meu filho mora lá e quando vou visitá-lo vejo cenas impressionantes. Uso a minha carteira de motorista sem problemas e, como respeito a lei, nunca fui parado em um posto policial, nem fui incomodado. Mas sei que se for pego em infração a punição será pesada.

O senhor tem uma larga experiência na área da informação. Poderia falar algo a respeito?

Como já referi, fui Chefe da Agência do SNI de Porto Alegre de oitenta a oitenta e três. Embora fosse um período relativamente calmo, enfrentávamos a reestruturação do Partido Comunista aqui em Porto Alegre. Aqueles velhos militantes do PCB, a turma ortodoxa, um pequeno grupo que andou sendo preso, mas logo foram liberados e não tivemos maiores problemas.

Ainda na área de informações, servi na Segunda Seção do então Terceiro Exército, durante três anos.

Quem era o comandante?

Era o General Bandeira (Antonio Bandeira). Primeiro fui adjunto da Seção depois eu a chefiei. Em seguida fui comandar o 12º R C Mec. Servi ainda na Segunda Seção da AMAN. Tenho mais de cinco anos na área de informações.

Julgo interessante revelar que fiz algumas palestras durante o meu tempo de SNI. Eu tinha um funcionário maçom. O meu pai também pertencia à maçonaria, eu não; talvez por isso me chamavam de sobrinho. Este meu funcionário tinha sido sargento do Exército, e sempre me dizia:

– Ah, Coronel, como me arrependo de ter pedido demissão!

Ele me convidava para fazer palestras na maçonaria. Eu pedia autorização para a Agência Central e por três vezes fui – uma delas inclusive na Loja Central – fazer exposições sobre o que era o SNI e como operávamos contra a subversão e a luta armada. O pessoal não entendia a finalidade do SNI. Ele foi criado para a coleta, estudo e análise das informações, em benefício do seu cliente principal, o Presidente da República. Estudávamos as informações do campo econômico, psicossocial e político. O SNI dispunha de dois mil e poucos funcionários em todo o Brasil. Na sua maioria funcionários de alto nível: economistas, administradores e advogados. Havia a seção de operações, integrada por civis (policiais) e militares (oficiais subalternos e graduados). A seção de operações fazia a busca e a coleta de informes que, após analisados e transformados em 'informações', eram enviadas à Agência Central em Brasília. A decisão era da exclusiva competência do presidente da República. O campo militar era com as Forças Singulares, não era conosco.

Quando comecei a trabalhar no sistema, a fase de confronto já estava terminando. Continuava apenas o acompanhamento de algumas entidades e indivíduos que ainda pensavam fazer alguma coisa. Mas em Porto Alegre nunca houve problema de prisão. O maior volume de informações e de documentação que mandávamos para Brasília era sobre o campo econômico. Um exemplo: acontecia uma crise na rizicultura no Rio Grande do Sul e os agricultores pediam socorro ao governo. Estudávamos criteriosamente a situação e encaminhávamos os relatórios para a

Agência Central em Brasília. Entre outras missões acessórias da nossa Agência estava colaborar no preparo das viagens do presidente ao Rio Grande do Sul. Cada vez que ele vinha a Porto Alegre recebíamos ordem de Brasília para fazer um levantamento do hotel onde se hospedaria, dos locais que seriam visitados e das pessoas que teriam contato com a comitiva. No fim saía uma lista de quem podia ou não se aproximar do presidente para conversar ou participar de eventos da programação.

A respeito desse encargo de preservação da imagem do governo, nunca esqueço de um conjunto habitacional que o Presidente Figueiredo iria inaugurar, acompanhado pelo Marchezan[9] – na época era o líder do governo na Câmara – e políticos locais. Hoje é um favelão – uma meia dúzia de edifícios malcuidados, visto por quem passa pela rodovia BR-116 ali em Canoas[10]. Recebemos um pedido de busca sobre as reais condições do tal empreendimento. Passamos uma semana pesquisando e depois mandamos um relatório minucioso até com fotografias, mostrando que a obra estava um lixo: banheiros incompletos, falta de água, enfim, sem as mínimas condições de habitabilidade e a nossa Agência alertou: "Somos de parecer que a comitiva presidencial não deve comparecer porque o conjunto não está em condições de ser ocupado." Mas os políticos e empreiteiros queriam a presença do presidente, entrou em ação a turma do não é bem assim e o Figueiredo, ministros, deputados e políticos vieram inaugurar o referido conjunto. Uma semana depois começou a cair parede, janela, vaso sanitário, enfim foi um deus-nos-acuda.

Esse era o trabalho que fazíamos para preservar a imagem do governo. O SNI trabalhava para prover informações ao Presidente. Nesse aspecto o Newton Cruz e outros extrapolaram um pouco. Quando houve aquele problema da Encruzilhada Natalino[11], o Presidente Figueiredo determinou que o SNI se encarregasse do problema e mandou o Major Curió (Sebastião "Curió" Rodrigues de Moura) para cá. Se tinha que ser feito, muito bem, mas por outra entidade, menos o SNI.

Durante sua campanha eleitoral, o Collor prometeu que acabaria com o SNI. Dizem que era porque ele tinha uma ficha suja nos arquivos do sistema. No dia seguinte à posse tentou extingui-lo. Afastou alguns elementos, mudou o nome, mas até hoje está funcionando com o nome de Abin[12]. De vez em quando encontro antigos funcionários e pergunto:

– Como estão as coisas?

---

[9] Deputado Federal Nelson Marchezan, recentemente falecido.

[10] Município da região metropolitana de Porto Alegre.

[11] Foi o 1º grande acampamento do nascente MST, no entorno do município de Sarandi – RS.

[12] Agência Brasileira de Informações.

– Continuamos trabalhando lá, General, com correção e com a mesma missão.

Farei outra digressão. Nenhum governante pode prescindir de informação. Há um filme, até um pouco cansativo, *Falcão Negro em Perigo*, que aborda uma operação malsucedida dos americanos na África (Somália). Por que fracassou? Uma falha de informações. O comandante lançou-se em uma operação sem ter conhecimento do inimigo. Apesar de terem matado mais de mil guerrilheiros e resgatado o seu pessoal e material, a operação foi um fracasso.

Então, a finalidade do SNI era prover a alta cúpula do governo de informações confiáveis para a tomada das decisões. O poder sem informações é frágil e corre o risco de retumbantes derrotas.

Fala-se muito que o aperfeiçoamento da democracia através das eleições diretas vai assegurar a execução das reformas que o Brasil carece. O senhor concorda com esta tese?

Eleição por eleição sempre houve na Rússia, em Cuba e na China. O "X" do problema é quem se elege, pois as reformas para acabar com os interesses escusos e privilégios deverão ser feitas pelos políticos. E a eles isso não interessa. Da mesma maneira que não interessa ao governo fazer a reforma tributária. Se o Fernando Henrique quisesse fazê-la para corrigir esta absurda carga de impostos que corresponde à trinta por cento do PIB[13] – um escândalo econômico – ele já teria feito. Mas o governo não quer diminuir a arrecadação, ainda que transitoriamente, pois uma reforma bem-feita implicaria, com certeza, tanto na ampliação do universo arrecadatório como em um maior controle da corrupção, sonegação e outras mazelas. Não é possível continuar como está, principalmente para os assalariados. Só de imposto de renda pagamos o equivalente a mais de três meses de salário, ou seja, ao invés de recebermos 13 vencimentos, na realidade ganhamos menos de dez.

Essa mordida é só de imposto de renda!

E não é só o Leão! Pagamos IPVA, IPTU, ICMS, IPI, ISSQN, CPMF e um sem-número de outras taxas e tributos indiretos. Estão lembrados da origem da CPMF? Seria uma contribuição provisória, que virou permanente. Agora o Senador Pedro Simon, ou um outro político, lançou a idéia do imposto único, sistema ainda não adotado em nenhum país do mundo.

Não, isso não existe.

A idéia básica é cobrar dois por cento sobre todas as transações financeiras e acabar com todos os outros impostos, o que praticamente quintuplicaria a arrecadação atual de quatrocentos milhões por semana. O Poder Legislativo estabeleceria

[13] Produto Interno Bruto.

a parte que caberia à União, aos Estados e Municípios. O projeto foi abandonado sob a alegação de que iria provocar desemprego.

Sou de opinião de que a CPMF deve continuar, desde que se diminuam os outros tributos. Ela permitiu à Receita fazer o cruzamento de contas, identificar sonegadores e coibir a lavagem de dinheiro; por isso o governo não quer a sua extinção. A verdade é que a reforma tributária não interessa, senão bastava agir como no episódio da reeleição; o governo queria continuar no Poder e fez o que era necessário para tal.

Por falar em reeleição, é bom lembrar que a reforma política sofre o mesmo drama da tributária. Os políticos devem fazê-la mas vão adiá-la enquanto puderem. A nossa Constituição é o saco de gatos que todos conhecemos. Foi feita por uma Assembléia Constituinte formada pelos próprios parlamentares que iriam usá-la e não por uma Assembléia exclusiva, constituída por quem não seria deputado nem senador após a sua promulgação. Hoje os políticos trocam de partido e não acontece nada. Ainda senadores se elegem deputado e vice-versa, sempre procurando garantir imunidades. Eles não vão acabar com isso, pois ninguém vota contra os seus próprios interesses.

E vamos ter essa democracia capenga o resto da vida?

Até que o povo brasileiro atinja um melhor nível cultural. Infelizmente temos uma massa populacional – não é culpa deles – com um precário nível de instrução, de informação e de educação. Acrescente-se a isso as ideologias que estão fazendo a cabeça dessa gurizada nos colégios e nas faculdades, muitas vezes sob o patrocínio do próprio Estado. Os colégios ensinam mais política partidária do que qualquer outra coisa, tudo visando manter no Poder o grupo dominante. Dificilmente as reformas política e tributária serão aprovadas. Só se houver um empenho máximo do governo. Todos sabem qual é a barganha que o governo faz para aprovar seus projetos.

"Ou votas comigo ou teus cupinchas que estão empregados no governo vão para a rua." Infelizmente é esse o jogo.

O senhor acha que as dificuldades enfrentadas pelo Brasil nos dias de hoje são superáveis?

Sou otimista, acho que sim, mas vejo dificuldades muito grandes a serem superadas. É um processo lento. Infelizmente o Brasil está em uma situação difícil e hoje as coisas se agravam muito ligeiro. Só para lembrar: a Inglaterra demorou mais de um século se urbanizando, depois da revolução industrial. A população brasileira era predominantemente rural até há pouco tempo. Em menos de cinqüenta anos a maioria esmagadora está morando na cidade. São coisas que a democracia tem que

resolver. O “Daniel” é um caboclo gaúcho lá do interior de São Gabriel. Mora em uma casinha na coxilha, planta alguma coisa, trabalha aqui e ali. Sustenta mulher e mais quatro ou cinco filhos. Em um dado momento ele sente que não é aquela vida que ele quer. Coloca a mochila nas costas e vem para Porto Alegre. A democracia lhe dá o direito de ir e vir, de procurar uma vida melhor. Mas deveria haver um mecanismo de triagem.

– O que pensas fazer em Porto Alegre? Tens emprego lá?

– Não.

– Então te seguras por aqui um pouquinho, vamos tentar outra solução.

Não estou dando a solução. Estou dizendo que deve haver um mecanismo que contemporize a migração, pelo menos amenize esse problema. Passamos pelas vilas e vemos uma degradação enorme.

Na época da minha mocidade, Porto Alegre era uma cidade que se orgulhava de não ter favela nem miséria. Tinha casarios de gente pobre nos arredores, mas que trabalhava e ganhava para viver. Não havia essa miséria periférica que vemos hoje, fruto da família que chega do interior e se desestrutura. O marido não consegue emprego, a mulher entra em parafuso, as filhas se prostituem porque não têm como se sustentar. Tem que ser feito algo, não há dúvida. O governo está retardando muito a solução desse problema. O que não pode acontecer é uma família sem nada chegar em Porto Alegre, descer na rodoviária e seguir para a “Vila Cai do Céu” ou ir para não sei onde, marido, mulher e filhos sem emprego, sem nenhuma habilitação que os capacitem para um trabalho na região urbana já que toda a vida só lidaram no campo.

Outro problema, talvez maior ainda, é que esses cinturões de miséria que cercam as cidades, agravam o problema da gravidez descontrolada. Nessa área a Igreja católica tem uma responsabilidade muito grande. Não falo em controle da natalidade, e sim no que os médicos classificam de prevenção de gravidez de alto risco. Evitar que as meninas dessas vilas pobres, de 15, 16 anos, raquíticas, carentes, engravidem e tenham uma criança a cada ano. Alguém tem que orientá-las para não terem mais filhos, pelo menos enquanto não acertarem a vida. Seguir o exemplo da classe média que limita a gravidez e têm só dois filhos. Eu fico contrariado quando vejo na televisão aquelas reportagens sobre o Nordeste. O repórter diz que está faltando comida e então aparece a mãe, grávida – às vezes uma dona Maria até meio gorda – e conta o drama:

– Hoje só tenho um pouco de arroz e de feijão. Meus filhinhos estão com fome.

São dez a doze crianças na porta do barraco, assistindo à entrevista. Isso é uma questão de saúde pública, humanitária. Tem que haver um procedimento

médico, informativo, que acabe com isto. Mas parece que ninguém tem coragem de fazer alguma coisa neste sentido. Até parece que a Igreja e certas correntes políticas não querem fazer nada para não perderem o potencial revolucionário dos miseráveis. O sujeito que não tem nada a perder, está pronto para entrar em qualquer baderna e até mesmo para aventuras terroristas.

O senhor considera que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) se enquadra como um destes grupos que ameaçam o regime democrático?

Acho que sim. O risco do MST, entretanto, não é propriamente ele em si, mas sim a atitude das autoridades que toleram o que o movimento faz. Foi o que falei há pouco: à medida que os agitadores invadem, matam gado, instalam cárcere privado, e não lhes acontece nada, você está ajudando o MST. É um processo que chamo de amortecimento das consciências em relação ao problema. Ninguém mais dá importância ao fato, a opinião pública não se mexe contra, a não ser uma carta ou outra publicada na *Zero Hora*[14] ou em outro jornal mas sem ser um movimento claro da sociedade se antepondo a esse tipo de ilegalidade. Por quê? Porque já estamos amortecidos, virou rotina, faz parte da agitação crescente, da violência generalizada.

Então, repito: para mim, o perigo do MST e de outros movimentos não é propriamente a ação deles. É a omissão das autoridades que não agem como tal. O episódio do Comandante da Brigada Militar[15] colocando na cabeça um boné de um desses movimentos é emblemático. A atitude daquela autoridade pareceu brincadeira, ele tinha que ter sido destituído do comando na hora. E além do mais, aparece um líder dos invasores que xinga o comandante da tropa que expulsara os invasores do canteiro de obras de uma represa, e o ameaça de não deixá-lo sair, se entrar na área controlada pelos agitadores. E o pateta fica parado que nem um dois de paus. Assim é a semântica das esquerdas revolucionárias: não existe invasão, é apenas uma ocupação; não há baderna, tudo é movimento social. Aquela gente é uma massa de manobra na mão de lideranças perfeitamente conscientes do que estão fazendo e onde querem chegar. E qual o comportamento das autoridades? Aqui no Estado são omissas e coniventes com este tipo de coisa, haja vista o Secretário de Segurança do Estado e aquele dois de paus do comandante da Brigada lá no meio da confusão, com o boné dos baderneiros na cabeça, parado, sem reação; é o fim. Uma coisa é você ser obediente, outra é ser subserviente. Há uma conhecida

[14] Jornal de grande circulação no Rio Grande do Sul. (Grupo RBS).
[15] Brigada Militar, polícia militar do Estado do Rio Grande do Sul.

frase do General Osório: “O soldado é obediente mas não é servil.” E aquilo que vimos foi puro servilismo, uma indignidade. Mas a culpa é de quem se presta ao servilismo. E aí reside o perigo.

Qual a sua opinião sobre o sistema de apoio logístico usado pelo MST nas suas operações?

Tenho falado muito sobre isso para os civis. Quando a fazenda Anoni[16], em 1985 eu comandava a 1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada em Santiago. Comparei a logística daquela invasão com as nossas atividades para levar a Brigada, no final do ano, até o campo de instrução de São Borja. O Coronel Telles (Marcos Antonio Telles Ferreira Neto) era o meu Chefe de Estado-Maior. Um militar excepcional, muito competente e trabalhador. Entendia de administração como poucos. Fazíamos um plano minucioso, guardando dinheiro e economizando gasolina desde o início do ano para utilizarmos no exercício do fim do período de instrução. Entrávamos em ligação com a Polícia Rodoviária Estadual alertando-os sobre a data e a quantidade de viaturas e de Unidades que formariam o comboio na estrada. Era um planejamento difícil que nos preocupava meses a fio. Durante o deslocamento colocávamos guardas na estrada, empregávamos um pelotão de PE[17] na segurança. E o que eu vi na invasão da fazenda Anoni? Em uma noite deslocaram seis mil pessoas: mulheres, crianças, fogões, sacos de farinha, arroz, feijão, tudo. De onde vieram essas seis mil pessoas? Ninguém sabe, ninguém perguntou. Dizem que havia gente tanto de quatrocentos quilômetros de distância, como de cerca de quarenta quilômetros do local invadido. Ninguém os viu; nem a Brigada, Polícia Rodoviária ou Polícia Civil, ninguém! Deslocaram seis mil pessoas e ocuparam a fazenda. Eu queria contratar o “E4” e a equipe deles que planejou a invasão para trabalhar junto com o Telles na logística da 1ª Bda C Mec.

Nas entrevistas e comentários televisados ninguém pergunta como eles conseguem estes resultados. Quando dizem algo, omitem o principal. Não dizem que as FARC[18] – com quem têm ligações – são marxistas-maoistas e têm por objetivo implantar um regime comunista na Colômbia. O governo colombiano tentou um diálogo mas não obteve nenhum resultado, porque na hora em que sentaram à mesa, os comunistas já estavam com a cabeça pronta e não aceitaram contestação. A democracia deles não é a mesma nossa; é a que existe em Cuba, na China e na Coréia do Norte. Não adianta debater, porque será uma discussão em linhas parale-

---

[16] Fazenda no município de Sarandi/RS, invadida pelo MST no ano de 1985.

[17] Polícia do Exército.

[18] Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

las que não encontrarão nunca um ponto de convergência. Foi o que aconteceu na Colômbia. O governo cedeu um território para os guerrilheiros, eles se reforçaram graças ao dinheiro graúdo recebido com o narcotráfico, se armaram e agora o País está naquela situação que conhecemos. A minha conclusão é que não há diálogo possível com essa turma de ideologizados.

Outro engodo que se criou aqui no Estado é sempre termos que negociar – um absurdo repelido até por pessoas mais esclarecidas. Quem tem que negociar é o deputado, o governador, o senador, ou o secretário. Na hora em que a autoridade judiciária chama a polícia para uma ação, ela tem é que executar.

Um colega do tempo da Escola de Estado-Maior, fez curso na França em 1968, na época daquela baderna em que o De Gaulle teve que assumir pessoalmente o comando das ações. Ele assistiu ao quebra-quebra nas ruas de Paris, e me contava:

– Quando o governo resolveu empregar as forças armadas a situação estava caótica. Os arruaceiros arrancavam paralelepípedos e estavam dispostos a incendiar Paris. Então chegava a Unidade da repressão e o comandante, com o megafone, alertava:

– Em nome da lei, desocupem a praça. Em nome da lei desocupem a praça.

No terceiro "em nome da lei" se a turba não desocupasse o local, os repressores entravam em cima dos baderneiros com cassetete, paulada, bomba de gás e os botavam a correr. Aqui não é assim. Os homens da lei têm que 'dialogar'. Para mim, a polícia apenas cumpre ordens. Vai dialogar o quê? Se o juiz deu ordem para desocupar, emprego os meus meios para cumprir a ordem recebida. Naturalmente os recalcitrantes ou desobedientes sofrerão as conseqüências. Mas somente eles. Há algum tempo uma juíza – talvez uma esquerdista – proibiu a Brigada de usar armamento mesmo com bala de borracha. Se o pessoal da baderna reagisse a ordem era para a tropa retrair. É a confirmação de que o perigo está nessa gente que dá cobertura ao movimento.

Foi o caso da invasão da Parmalat. É uma multinacional – justificaram os invasores. Houve ato semelhante em outros Estados, havia uma coordenação nacional. A atitude das autoridades que têm se omitido e tolerado esse tipo de ação amortece a opinião pública que passa a não dar mais atenção para invasão.

E há ainda a possibilidade de eles se aproveitarem de uma repressão mais dura para obterem dividendos políticos. Aquele episódio de Volta Redonda em 1988, que resultou na eleição da Erundina em São Paulo e do Olívio Dutra aqui na Prefeitura, é um exemplo claro deste oportunismo político.

Os operários fizeram uma greve na siderúrgica que ainda era estatal. Os grevistas ameaçaram desligar um alto forno – não sou engenheiro mas posso ima-

ginar o prejuízo. O ferro está derretido no forno, se ele se solidificar, perde-se tudo, haverá necessidade de se destruir metade da usina para fazer um novo. Eles chegaram a desligar um, mas em seguida o religaram.

A justiça requisitara o Exército. O comandante recebeu a ordem, mas ninguém escreveu a missão e assinou embaixo. Os agitadores enfrentaram a tropa e quebraram o braço de um major. Quando o comando viu seus homens serem agredidos com barras de ferro pelos arruaceiros mandou abrir fogo. O Exército não sabe e não pode atuar como polícia, que apanha em um dia e no outro já está na rua com a mesma autoridade. Conosco é diferente. Fomos treinados para a guerra, e não para parlamentar, para convencer o inimigo a se render. Houve o confronto, os nossos soldados atiraram e mataram três.

Tenho arquivado um Noticiário do Exército com a cronologia de todos os acontecimentos. A campanha eleitoral estava no auge e o fato foi muito explorado. Era o que eles queriam. O aproveitamento do incidente pela mídia esquerdista virou a eleição. A Erundina ganhou em São Paulo. Aqui em Porto Alegre o Brito estava com oitenta por cento das intenções dos votos e pronto para ganhar; com aquele episódio a vitória foi para o brejo e o Olívio Dutra, candidato do PT, foi eleito. Você lembra do que aconteceu em Volta Redonda?

Estamos satisfeitos com o seu depoimento rico em detalhes esclarecedores sobre a nossa história recente. O senhor deseja acrescentar alguma coisa à sua entrevista?

Não. Até falei demais. Agradeço à coordenadoria regional desta pesquisa pela oportunidade de falar sobre a Revolução de 1964 e emitir alguns conceitos doutrinários sobre guerra revolucionária.

Nós é que agradecemos a sua prestimosa colaboração.

General-de-Brigada Carlos Augusto Fernandes dos Santos

O General Carlos Augusto Fernandes dos Santos nasceu no Rio de Janeiro (RJ) em março de 1938. Ingressou no Exército em 1955 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 4 de dezembro de 1960, sendo classificado no então 19º RI, São Leopoldo (RS) onde viveu o episódio da renúncia do Presidente Jânio Quadros. A Revolução de 1964 encontrou-o na 6ª Companhia da Polícia do Exército, em Porto Alegre. Como oficial subalterno e capitão serviu ainda no Colégio Militar de Porto Alegre e na Diretoria de Obras e Fortificação (DOF).

Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1971 e concluiu a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1977. Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e da ECEME. Serviu no Gabinete do Ministro do Exército e foi subcomandante da Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx) e adido das Forças Armadas no Suriname. Comandou o 3º BPEx em Porto Alegre, e serviu no COTER como Chefe da Seção de Informações.

Promovido a Oficial General em março de 1992, exerceu as funções de Comandante da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª BIB), em Santa Maria (RS), Subchefe de Operações do COTER, Chefe da Assessoria Especial de Ensino e Modernização do Estado-Maior do Exército (EME) e Assistente do Comando da Escola Superior de Guerra (ESG). Foi distinguido com inúmeras condecorações civis e militares.

É graduado em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – 1968. No momento é ouvidor da Bandeira de Mello Advogados Associados na área do Comando Militar do Sul (CMS), apoiando o pessoal do Exército na assistência jurídica.

Entrevista realizada nos dias 10 e 11 de maio de 2000.

É com enorme prazer que esta Coordenadoria passa a ouvir o depoimento do General Carlos Augusto Fernandes dos Santos. Nosso entrevistado serviu em Unidades que se envolveram fortemente nos fatos ocorridos na primeira metade da década de 1960 aqui no Rio Grande do Sul: em 1961, a renúncia do Presidente Jânio Quadros e, em março de 1964, a Revolução, objeto da nossa pesquisa histórica. Com a palavra o General Santos.

Em primeiro lugar quero dizer da satisfação e da honra com que participo desse projeto que julgo de uma importância muito grande para a memória brasileira. Indagado pela coordenação do projeto se aquiescia em colaborar, disse que sim mas comecei a ter preocupações sobre como fazê-lo. E cheguei à conclusão de que devia reportar-me mais diretamente à experiência vivida como oficial subalterno. Portanto, dentro de uma ótica limitada às informações de que dispunha, em face da minha pouca idade e das funções que então exercia.

Em 31 de março de 1964, era Primeiro-Tenente e Comandava o 2º Pelotão da 6ª Companhia de Polícia do Exército (6ª Cia PE), aquartelada na esquina da Rua Duque de Caxias com a Avenida João Pessoa. A Subunidade, hoje, não existe mais em Porto Alegre e, no local, está construído o Viaduto Loureiro da Silva. Na 6ª Cia PE, pela própria missão – escolta de autoridades, de guarda da residência do Comandante do III Exército (hoje CMS) e até mesmo do quartel-general – tivemos a oportunidade de participar intensamente dos acontecimentos daquela época. Tentarei, de forma cronológica e dentro do que me lembro, narrar os fatos e os eventos que julgo mais importantes.

O Movimento de 1964, que hoje depreciativamente é chamado de golpe, não surgiu por acaso e não foi obra de militares golpistas que desejaram empalmar o Poder por um motivo qualquer. Na realidade, para abordá-lo, temos que voltar há uns três anos, para o que chamo de ante-sala da Revolução de 1964: a crise de 1961 com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e a assunção do Vice-Presidente eleito. Os dois, como todos sabemos, eram de partidos diferentes e, por conseguinte, não comungavam, pelo menos aparentemente, das mesmas idéias. Era um paradoxo da nossa política. No meu modo de entender, a Revolução de 1964 colocou em choque duas correntes de pensamento antagônico na sociedade brasileira e, indiretamente, nas Forças Armadas, porque elas não são um mero apêndice do País. Historicamente, as instituições militares estão umbilicalmente ligadas à Nação brasileira. Depois vou falar um pouquinho das causas remotas que levaram essas duas concepções ao choque.

Sou carioca e vivi intensamente no Rio de Janeiro o suicídio de Vargas, em agosto de 1954, que julgo ter sido uma jogada política bem ao estilo dele, um líder, não só carismático mas um homem do seu tempo, um patriota. Aquela genial e dra-

mática decisão do Presidente Getúlio Vargas – antigamente os homens honrados se matavam – mudou o rumo do Brasil e acho que a Revolução, o que ocorreu em 1964, possivelmente já poderia ter ocorrido dez anos antes. Vou voltar a 1961 que, como já me referi, julgo a ante-sala, para que possamos entender esse período de 1961 a 1964.

Fui aspirante da turma de Infantaria de 1960 e no 3º ano percebi, mesmo na Academia Militar, a presença do confronto nas eleições presidenciais entre os dois principais candidatos: o Marechal Lott e o Jânio Quadros. Sou oriundo de uma família de aldeões, que não tinha preocupações com a conjuntura nacional. Meu conhecimento, minha iniciação política, foi algo típico de família de imigrantes. Meu avô era um operário que após a Primeira Guerra Mundial, pela falta de emprego em Portugal, teve que ir para Paris trabalhar como marceneiro para sustentar a família que deixara na terra de origem. Ele costumava me dizer que quando chegou ao Brasil, em 1922, uma das coisas de que passou a gostar muito é que os homens que exerciam a política aqui eram cidadãos honrados, diferentes de outros que ele conhecera quando menino. Logicamente ele exagerava um pouco. Na minha família havia uma grande consideração pela autoridade constituída qualquer que fosse ela. Recordo que para meu avô e para meu pai, o Washington Luiz, o Getúlio, ou o Jânio Quadros, eram pessoas que tinham que ser respeitadas. Aprendi isso com meu avô, gostava muito de conversar com ele.

Voltando às eleições de 1960, foi uma surpresa para mim a existência de uma corrente expressiva de oficiais que não concordavam com o Ministro Lott. Naquela eleição pude constatar que a elite militar, isto é, os postos mais elevados, não foram eleitores do Marechal. Eu votei nele.

Também é importante lembrar que na Academia estudávamos Direito Penal, Civil e Constitucional; somos da geração da Carta de 1946, uma Constituição democrática. Apesar daquelas confusões políticas, próprias do Brasil, havia um estado de direito, com o Presidente Juscelino Kubitschek entregando a Presidência ao Jânio, constitucionalmente eleito. Vivia-se uma democracia, essa era a realidade.

Aí, tivemos um ano de efervescência política porque o Presidente tomou algumas atitudes contrárias ao seu compromisso de campanha. Envolveu-se com veto às rinhas de galos, tomou medidas na área da política externa que, de certa forma, batia de frente com os seus correligionários. Ele fora apoiado nas eleições justamente pela corrente mais radicalmente engajada no anticomunismo.

A concessão da Ordem do Cruzeiro do Sul para o Che Guevara[1] – em visita ao Brasil naquele périplo para divulgar a revolução cubana – na época, foi conside-

[1] Ernesto Che Guevara, na época ministro da Economia de Cuba.

rada quase que um desrespeito, um verdadeiro paradoxo. Eu era aspirante, ainda quase um menino, e lembro que aquilo causou um mal-estar muito grande na oficialidade e também na imprensa.

Fora classificado no 19º Regimento de Infantaria (19º RI), Comandado pelo Coronel Luiz Tavares da Cunha Mello – depois promovido a General – posso dizer, um oficial alinhado com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) gaúcho, com o varguismo, com Jango e com Brizola, o Governador na época. Não cheguei a conviver com o Coronel Cunha Mello. O Subcomandante também era um homem identificado com aquela facção esquerdista do Clube Militar, a linha nacionalista do General Newton Estillac Leal, e não escondia esta preferência. Em março, ou abril, assumiu o Comando do 19º RI o Coronel Ibá Mesquita Ilha Moreira, que tinha pensamento diferente e pertencia a uma corrente completamente distinta daquela defendida pelo ex-Comandante. Anos depois o Coronel Ibá foi Secretário de Segurança do Rio Grande do Sul.

Recordo-me que tínhamos um respeito muito grande pelo Coronel Ibá. Ele havia sido nosso Comandante do Corpo de Alunos, durante os três anos em que fomos alunos na Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA). Era um militar muito definido, formador de jovens e um homem muito exigente. Quando ele assumiu, eu pertencia a 1ª Cia do 1º Batalhão do Regimento. O 19º RI tinha dois batalhões incorporados e duas companhias regimentais: a de Comando e Serviços e a Anticarro. Cada Batalhão tinha quatro Companhias: a de Comando, duas de Fuzileiros e uma de Petrechos. Éramos três aspirantes no 19º RI: eu, o Jorge Andrade Filho, um amazonense que estudou na EPPA – noivou e casou aqui – e o Ivo Fernandes Krüger, gaúcho de Santo Ângelo. Eu era o aspirante mais antigo e o Krüger, por ser o mais moderno, era o porta-estandarte do Regimento.

No dia 25 de agosto, não esqueço porque era o dia da nossa promoção a segundo-tenente, o Comandante e o Aspirante Porta-Estandarte estavam em Brasília pois a nossa Unidade havia sido condecorada com a Ordem do Mérito Militar. Eles, portanto, participaram da última cerimônia presidida pelo Presidente Jânio Quadros.

Três meses antes desse evento, no final de maio ou início de junho, soubemos que a condecoração fora concedida graças a amizade entre o Ministro da Guerra, Odylio Denys, e o Coronel Ibá. Vale registrar que o Marechal, em sua última passagem pelo Rio Grande do Sul, ficara hospedado na granja do 19º.

Após a cerimônia na qual a Unidade recebeu a Ordem do Mérito Militar o Presidente entregou a sua carta-renúncia. Dizem, e tenho quase certeza disso, que o Ministro Denys recomendou que o Coronel Ibá voltasse ao Rio Grande porque os

ministros militares não dariam posse ao Vice-Presidente João Goulart que estava em visita à China. Arrisco-me a dizer, logicamente pela moldura, pela situação do momento, pela seriedade e gravidade dos acontecimentos que, a despeito da observação feita pelo Ministro Denys, o Coronel Ibá tenha ficado, não digo vacilante, mas reticente. Afinal, aqui era a terra do Vice-Presidente e o Governador Brizola logo começou a se insurgir quanto à possibilidade de o Jango não tomar posse. A primeira providência dele foi constituir, através dos meios de comunicação, a Cadeia da Legalidade, capitaneada pela Guaíba, a rádio mais importante da época. O Rio Grande do Sul, que por suas tradições históricas, pela sua bipolaridade secular, já era um estado dividido entre varguistas e oposição, onde despontavam as figuras do Partido Libertador, tais como Raul Pilla, Paulo Brossard e Mem de Sá – passou a viver uma divisão mais radical, com discussões políticas muito acirradas.

O nosso Comandante comungava desse ponto de vista contrário a Vargas, e após receber aquela informação – quase uma ordem do Ministro – dizendo que não dariam posse ao Vice-Presidente, chega ao Sul e encontra um estado efervescente e liderado por um político dotado de intenções carbonárias e de capacidade de aglutinar pessoas. Aliás, ele continua até hoje com o mesmo discurso. Sabe muito bem se aproveitar do gérmen da cizânia e da discórdia como, digamos, uma ferramenta muito importante na sua luta pelo Poder.

Durante aquele ano, nas conversas no Cassino da Unidade,[2] percebemos que o Major Ito Carvalho Bernardes, Comandante do 1º Batalhão ao qual eu pertencia – febiano, e portanto com experiência de guerra – era contrário à corrente varguista. A outra corrente era liderada pelo Subcomandante, Tenente-Coronel Eurico Carvalho Nogueira. Para se ter uma idéia, a nossa Unidade quando entrou em prontidão rigorosa, estabeleceu uma defesa circular voltada para dentro do quartel! Eu era da 1ª Companhia e verifiquei, pela madrugada, que as metralhadoras, as armas automáticas, em vez de estarem assestadas para um possível ataque externo, apontavam para as outras Subunidades. A parede da minha Companhia acabou sendo metralhada. Súbita e ingenuamente, desci correndo para ver o que estava acontecendo e assisti uma altercação entre o Subcomandante e o Major Francisco Pinheiro Franco, um militar impetuoso. Era uma discussão séria, com alguns sargentos postados, como se fossem seguranças, em torno do Tenente-Coronel Eurico.

O meu Comandante de Companhia, Capitão Kléber Lima de Godoy – um homem também visceralmente contrário à linha política de Vargas – era bem

---

[2] Sala de estar, normalmente junto do refeitório.

preparado, mas não se caracterizava como um chefe orientador dos seus subordinados. Nunca teve a preocupação de conversar com os aspirantes, como um pai conversa com os filhos, principalmente em um momento grave como aquele em que precisávamos de orientação. E nós três, aspirantes da mesma turma, embora não tivéssemos uma formação política definida, firmamos posição: estamos com a legalidade constitucional porque foi isso que aprendemos na AMAN.

Era noivo de uma moça aqui do Rio Grande que conheci quando aluno da Escola Preparatória, família que se identificava com o pensamento de Getúlio. Todas essas coisas vão emoldurando um quadro. Depois que o General José Machado Lopes, Comandante do III Exército (hoje CMS), decidiu-se a favor da posse do Vice-Presidente, o meu Regimento, já fraturado, praticamente se dividiu. A cisão ocorreu em uma noite, me recordo, dentro da Sala Brasil, que era a sala de instrução, quando o Coronel Ibá, para surpresa de todos, disse estar alinhado com o Comandante do III Exército na questão da posse ao Vice-Presidente da República. Ato contínuo, cerca de quatro ou cinco oficiais discordaram dele. O primeiro a levantar-se foi o Capitão João Manoel Simch Brochado, dizendo que não concordava com aquela decisão. De imediato se levantaram o Major Franco, o então Tenente Francisco Pinto dos Santos Filho – atual Comandante Militar do Sul[3] – e ainda o Capitão Iram Lopes da Rosa, que comandava a CPP1.[4] Todos os "rebeldes", portanto, eram do 1º Batalhão. O Comandante lastimou a decisão dos oficiais e informou que, a partir daquele momento, eles estavam presos, que deveriam entregar o armamento e recolher-se à sala do Subcomandante da Unidade.

Eu, que havia estado fora naquela noite, recebi ordem de voltar à Companhia. Quando lá cheguei soube que o meu Capitão Comandante de Companhia também tinha sido preso. Passei a viver a primeira angústia profissional da minha vida, uma experiência que gostaria de transmitir até como um ensinamento para os futuros chefes. Tudo o que estava ocorrendo era fruto da divisão dos quadros: havia cerca de 30 a 40% de oficiais simpáticos ao trabalhismo e de 60 a 70% contrários.

Na Academia Militar – essa é uma verdade – não se falava em política, principalmente política partidária. O aspirante não era uma figura articulada e politicamente informada. Se ele não viesse de uma família tradicional de militares, de pais que o orientassem, se fosse oriundo de uma família como a minha – de aldeões, pessoas simples, que viviam do trabalho, sem tempo para acompanhar

---

[3] Era o comandante na ocasião em que o general Santos prestou o seu depoimento.

[4] Companhia de Petrechos Pesados do 1o Batalhão.

assuntos dessa natureza e que enxergavam a autoridade, qualquer que fosse ela, como algo a ser respeitado a todo custo – não estaria aparelhado para enfrentar esse tipo de crise política. A realidade é essa.

Cheguei na Companhia, fui chamado ao 1º Batalhão por um major que não conhecia, havia se apresentado na Unidade naquela noite, vindo de uma licença para tratamento de interesses particulares. O nome do Major era Liberato Vieira da Cunha, diziam que fazia parte da famosa trinca de instrutores da antiga Escola Preparatória: a Lalá, a Lelé e a Lili. Mais tarde fiquei sabendo que ele era a Lili. Não tenho nenhuma informação adicional quanto ao comportamento desse Major, que era um Chefe exigente, mas totalmente alinhado com a corrente varguista do Tenente-Coronel Eurico Nogueira, o nosso Subcomandante. Como já falei, fui chamado ao PC do 1º Batalhão e o Major Liberato me deu uma ordem surpreendente:

– O senhor vai assumir o Comando da sua Companhia.

Eu era aspirante e, atônito, perguntei:

– Mas como assumir o Comando se eu sou o terceiro oficial em antigüidade na minha Subunidade?

Além do Capitão Comandante eram mais antigos do que eu o Primeiro-Tenente Lino Jacy Peroni, da turma de 1957, e o Segundo-Tenente Parrot, oficial R2. O major explicou o motivo:

– O Tenente Peroni encontra-se no morro do CPOR guarnecendo o Paiol da Guarnição e o Tenente Parrot está cuidando da pista do Aeroclube de São Leopoldo. Assuma o Comando da Companhia porque vamos nos deslocar para o norte a fim de barrar as tropas inimigas.

Na minha ingenuidade, voltei a questionar o Major Liberato:

– Gostaria de saber os objetivos desse movimento já que meu Comandante de Companhia, o Subcomandante e o outro tenente estão ausentes.

A reação do Major me assustou. Ele foi taxativo:

– O senhor se apresente preso ao Comandante do Regimento!

Dirigi-me, então, ao Pavilhão do Comando onde já estavam cerca de 15 ou 20 oficiais, majores, capitães e tenentes, que haviam se recusado a participar do deslocamento. Depois de algum tempo pedi para falar com o meu Comandante e consegui chegar até o Coronel Ibá. Contei o acontecido, dizendo que gostaria de saber o objetivo do deslocamento. Ele foi duro comigo:

– O senhor não tem que fazer perguntas; o senhor tem é que cumprir ordens.

Insisti:

– Mas gostaria de saber...

– Então o senhor continua preso.

Mandou-me ficar em uma sala ao lado do Gabinete. Quando entrei estava lá – também preso – o atual Comandante Militar do Sul, General Pinto, na época Tenente Pinto. Perguntei a ele:

– Por que estamos presos?

O Tenente Pinto não chegou a responder pois em seguida nos mandaram para a sala do Subcomandante junto com o restante dos oficiais presos. Logo percebi que o Krüger e o Andrade – colegas aspirantes, com quem já havia, de certa forma, conversado e acertado adotar uma posição legalista – não estavam presentes. O Comandante, Coronel Ibá, reuniu os oficiais e disse que lamentava muito a nossa posição, que todos seríamos deslocados para o Colégio Militar de Porto Alegre, onde ficaríamos detidos. Embora aspirante, solicitei uma conversa reservada com o Coronel Ibá. Ele me disse:

– Aguarde-me um minuto.

Após a reunião fui levado de volta à sala do Comandante e falei com ele:

– Coronel, sou um aspirante recém-saído da Academia, e lá aprendi que devo respeitar a legalidade, portanto sou favorável à posse do Vice-Presidente da República.

Ele me respondeu:

– Mas é isso que nós estamos defendendo. Vamos nos deslocar para o norte a fim de garantir a sua posse.

Para mim foi uma surpresa, porque achava, por todos os fatos que já narrei, que o Comandante, na realidade, não tinha essa intenção. Ele concluiu dizendo:

– Então o senhor apanhe novamente o seu armamento e reassuma o Comando da sua Subunidade.

E fui assumir o Comando da minha Companhia. As Subunidades de petrechos ainda eram tracionadas a muares. Para alegria nossa, naquela noite começaram a chegar no quartel vários caminhões basculantes que carregam terra, muito usados nos Batalhões de Engenharia. Recebemos cerca de 40 a 50 caçambas com o que ficamos motorizados.

Fazíamos parte do Grupamento Tático São Leopoldo, sob o Comando do Coronel Ibá, e nos deslocamos com os dois Batalhões de Infantaria para o norte. Recordo que o pelotão ia sentado dentro dessas caçambas e o tenente viajava na boléia e que ocorreram algumas deserções durante o deslocamento.

Essa foi uma experiência interessante que vivi. Nas horas mais difíceis, o medo aflora e os menos equilibrados, de temperamento instável, desertaram e fugiram para o mato. A viatura parava para algum reabastecimento, e de vez em quando sumia um. Alguns sargentos e cabos desapareceram no caminho. Essa foi a minha primeira experiência real de emprego de tropa, enfrentada ainda como aspirante. Não tinha nem Carta-Patente de Oficial.

O GT 19, já falei, era comandado pelo Coronel Ibá, na época o Comandante da Guarnição de São Leopoldo, e fazia parte dele o Grupo de Artilharia de São Leopoldo, o 1º/6º RO 105 – não era 16º na oportunidade – e a Companhia de Transmissões (hoje seria de Comunicações) que não existe mais naquela cidade. Nessas condições a que me referi nos deslocamos para Lages. O 2º Batalhão, mais fiel ao Comandante, estava quase completo e ficou acantonado no Batalhão de Engenharia de Lages, cujo Comandante era o Coronel Floriano Moller. O nosso Batalhão, possivelmente por castigo devido às defecções, instalou-se em posição defensiva, no corte do Rio Caveira.

Os dois outros aspirantes, meus colegas, eram do 2º Batalhão. Lembro ainda o nome de vários oficiais da Unidade. Os atuais Generais Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, Arlênio de Souza da Costa e Francisco Pinto serviam no Regimento. O hoje General Pinto que pertencia ao 1º Batalhão, foi preso. Recordo também de outros oficiais pertencentes ao Regimento: o Major Nilo, os Capitães Wladimir, Aldyr e Iran. A maioria dos oficiais manifestou-se a favor da Legalidade: Tenentes Lessa, Arlênio, Morosini e Glênio. O 2º Batalhão ficou completo, só houve defecção no 1º Batalhão. Acredito que apenas 30%, talvez nem isso, cerca de 15 a 20 oficiais, é que foram presos, mandados para o Colégio Militar e depois transferidos para outras Unidades.

Chegando em Lages, soubemos que as pontes estavam preparadas para serem destruídas com cargas escorvadas. O responsável pelo preparo da destruição era o Capitão Aroldo Antônio Pastuk, de Engenharia.

As condições eram muito difíceis. Era inverno, em Lages fazia um frio terrível e chovia muito. Ocupávamos os espaldões de fuzil metralhador ou as tocas. Não conseguíamos dormir à noite e praticamente ficamos sem comida. Essa foi outra lição que tivemos: por causa da lenha molhada pela chuva, as cozinhas não puderam ser acionadas. As estradas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina eram muito ruins naquele tempo e não suportavam deslocamento de viaturas. Por isso, até fome passamos. A alimentação só chegava até nós graças aos tratores emprestados pelos moradores da região.

Outra experiência interessante vivida por mim foi relativa às comunicações. Tenho a impressão de que se tivesse havido um combate de verdade teria sido um verdadeiro desastre, porque nossas condições de apoio nesse setor eram muito precárias.

Inicialmente, eu era Comandante da 1ª Companhia do 2º Batalhão. Já em posição, pela minha antigüidade e pela falta de pessoal, passei a ser o S3 do 1º Batalhão! Um aspirante como S3 do 1º Batalhão que, já disse, parecia estar sendo

castigado em vista das defecções de seus oficiais e que acabou ficando nessa sacrificada posição defensiva. Esta é uma opinião totalmente pessoal.

Julgo ter narrado a minha participação em uma das épocas que antecederam a Revolução em 1964: a grande surpresa causada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros. O que ocorreu depois de 1961, especialmente quanto à adoção do Parlamentarismo e a realização do plebiscito que o renegou, os historiadores podem contar melhor do que eu.

O Tenente Arlênio tinha sido transferido para a 6ª Cia PE e me convidou – sempre foi um grande amigo – para acompanhá-lo. Fui, então, transferido e, em janeiro de 1963, assumi o 2º Pelotão da 6ª Companhia de PE. O Comando do III Exército era exercido pelo General Jair Dantas Ribeiro, depois Ministro da Guerra.

No final de 1963 chegou à minha Unidade o Tenente Carlos Lamarca. Ele era meu companheiro de turma e o conhecia desde 1955 quando, juntamente com dez companheiros, viemos do Rio de Janeiro, de trem, em uma viagem de cinco dias e quatro noites para Porto Alegre; uma verdadeira aventura. Tinha uma ligação fraterna com ele, primeiro como companheiro de viagem e depois como colega durante os três anos na Escola Preparatória.

A família do Lamarca era de gente pobre. O pai, sapateiro, um homem honrado e, como todo imigrante italiano, tinha uma prole numerosa. Moravam na Rua Maia Lacerda no bairro do Estácio de Sá, perto do Morro de São Carlos. Não tínhamos ligações familiares mas cheguei a conhecer dois de seus irmãos, apresentados por ele na solenidade do espadim. Na Academia Militar, fui presidente do Grêmio de Infantaria e, entre os meus auxiliares, estava o Lamarca que era o tesoureiro. Tínhamos uma relação de amizade que não há motivo para esconder. Falo isso porque vivi depois, por causa desse relacionamento, outra das grandes angústias na carreira. Uma experiência difícil que faço questão de registrar mais adiante, como algo muito importante na minha vida profissional.

O Lamarca apresentou-se na Unidade vindo da missão em Suez no final de 1963, portanto nove ou dez meses depois da minha chegada à PE. Eu viera do 19º RI para substituir o Arlênio que havia sido transferido para o Colégio Militar a convite do Coronel José Plácido de Castro Nogueira que gostava de levar os infantes seus conhecidos para o Colégio. Depois fui um deles. Sempre digo que seguia os passos do Arlênio. Ele tinha sido meu veterano, éramos amigos e as nossas esposas também muito ligadas.

Voltemos à efervescência de 1963. Já era Governador do Estado o Ildo Meneghetti e Comandava o III Exército o General Benjamin Galhardo e se não me engano o Coronel José Codeceira Lopes exercia a função de Chefe interino do Estado-Maior.

Aquelas atitudes carbonárias promovidas pelos políticos da época, as agressões à ordem constituída – patrocinadas até pelo próprio Governo – considero como motivos determinantes da eclosão da Revolução. Buscavam atingir os pilares das Instituições (hierarquia e disciplina), conseguir a falência da autoridade, a sua depreciação, tudo dentro de técnicas revolucionárias, seguindo os ensinamentos de Mao Tsé-tung: "Se a autoridade é boa, mas não é do nosso lado, temos que denegri-la." Hoje, se sabe que o objetivo almejado era a implantação de uma república sindicalista. É ingenuidade pensar-se o contrário.

O Governo do João Goulart estava comprometido, acolitado pelo seu cunhado Leonel Brizola na difusão de mensagens de caráter revolucionário. Padecia de uma corrupção endêmica, de uma inflação desenfreada, do descontrole, das greves. Enfrentava tensões sociais no campo com os famosos "grupos dos onze" e com as "Ligas Camponesas" do Francisco Julião. Aqui no Rio Grande do Sul a fazenda Anoni foi modelo da Reforma Agrária que o Brizola tinha como referencial. A pregação revolucionária, como a conquista das reformas de base na "marra" era intensa.

Mas, no meu ponto de vista, o fator determinante para que tivesse ocorrido a Revolução foi a tentativa de quebra da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas. E onde ocorreu isso? Inicialmente em Brasília onde os sargentos se rebelaram e ocuparam uma estação retransmissora. Depois, aquele comício do dia 13 e a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro e, finalmente, a participação do Presidente da República prestigiando o encontro no Automóvel Clube. Naquele tempo a sociedade, e até mesmo os militares, parece que tinham uma capacidade de indignação muito maior do que hoje quando assistimos coisas muito piores e as achamos até normais. Tenho a impressão de que o brasileiro daquela época era mais conservador e havia mais respeito às Instituições.

Em determinado momento começou a haver uma revolta da sociedade, que passou a responder às ameaças com as históricas Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Essa movimentação toda foi criando um caldo de cultura favorável à Revolução. Muitas pessoas hoje acreditam que em março de 1964 houve um gesto tresloucado de três ou quatro militares. Ao contrário, o Exército Brasileiro agiu como historicamente sempre fez: ombreou com as aspirações da Nação. Isso ocorreu nas lutas pela Independência, na Regência, na manutenção da unidade do País, na Abolição da Escravatura, na República, no Movimento dos Tenentes, na Revolução de 1930. Só o desconhecimento, ou a má-fé, insinuam que o Exército nacional não está identificado com o povo. A Força Terrestre, como já disse, não é um apêndice da Pátria, faz parte dela, e foi obrigada a intervir, atendendo ao apelo dos brasileiros.

O próprio Luiz Carlos Prestes dizia que os comunistas já estavam no Governo, só lhes faltava tomar o Poder. O Presidente, hoje tido por alguns como herói, na realidade e no meu modo de entender, era vacilante e não tinha preparo para dirigir a País. Eu, um carioca, falando mal do Jango dentro do Rio Grande do Sul! É um perigo. Mas é o meu ponto de vista. As Forças Armadas não promoveram uma quartelada louca. Elas responderam à vontade da maioria da população, especialmente da classe média.

Vou dar um testemunho que considero importante. Estava na 6ª Cia de Polícia do Exército e passamos praticamente 40 dias de prontidão, sem poder ir à casa. No dia 31 de março o João Goulart deslocou-se de Brasília para o Rio de Janeiro, lá encontrou um quadro que não lhe era favorável e veio para o Rio Grande do Sul. Aqui ele foi recebido no Aeroporto Salgado Filho com guarda de honra. Pode parecer hipocrisia, mas foi feita guarda de honra e escolta para o Presidente que chegava no Aeroporto e de toda a comitiva que se deslocou até a casa do Comandante do III Exército. Eu não estava lá mas o meu Chefe, Capitão Raul José Ribeiro, estava e testemunhou os fatos.

O General Ladário Pereira Telles, nomeado Comandante do III Exército, era conhecido e considerado como um militar ligado ao Governo. Creio que ele era mais soldado do que um chefe pertencente ao esquema. O General Jair Dantas Ribeiro, Ministro da Guerra, o colocou como Comandante do III Exército e testemunhamos a valentia, a coragem moral e física daquele velho soldado. Nós o recebemos no Aeroporto, e ele seguiu sozinho para o QG onde assumiu o Comando, apesar de o Estado-Maior ser chefiado pelo Coronel Codeceira, de outra corrente. Ouvíamos do Capitão Raul José Ribeiro – já falecido – comentários sobre o que estava acontecendo no tumultuado quartel-general:

– O General dá ordem e o Estado-Maior não cumpre; o Estado-Maior analisa, estuda e propõe e o General não concorda.

O clima era de enorme confusão. Nós da PE policiando o QG e lá fora, prontos para emprego, os blindados do 12º RCMec. Para agravar a situação havia um ambiente de desconfiança entre sargentos e oficiais, algo realmente muito ruim.

Recordo-me que quando o Presidente chegou houve aquela reunião na casa do Comandante do III Exército, ainda hoje na mesma esquina da Cristóvão Colombo. Dela participaram o General Argemiro Assis Brasil, Chefe da Casa Militar, o Jango, o Brizola e o General Ladário. O meu Comandante de Companhia, Capitão Raul, logicamente não fez parte da reunião, mas estava ali na ante-sala e acompanhou os acontecimentos. Comentou-se depois ter havido uma altercação muito séria entre o Brizola e o João Goulart. O Brizola queria resistir e o Jango, depois de muito pensar – acredito que

isso é verdade, pois foi confirmado pelo Capitão Raul – disse não aceitar derramamento de sangue brasileiro por sua causa e preferia exilar-se no Uruguai.

Aí ocorreu a segunda angústia na minha carreira. Discutíamos muito no quartel a situação política, as possibilidades de parte a parte e eu percebia que a maioria dos tenentes ficava calada, em cima do muro. Aliás, o muro sempre foi um lugar muito apreciado por vários companheiros, um local estratégico e de fato seguro para os acomodados. O Comandante da 6ª Cia PE, Capitão Raul José Ribeiro, tinha visível aversão ao Jango, ao Brizola e seus respectivos correligionários, e, de certa forma, tentava cooptar os tenentes para ponto de vista dele.

Eu – pessoalmente coerente com o que havia aprendido – embora sem submeter-me a qualquer ideologia, empolgava-me um pouco com as teses nacionalistas daquela época. Na verdade, considerava-me um tenente nacionalista. Não era um xenófobo porque meus pais eram portugueses e não podia ter nada contra os estrangeiros. Mas o nacionalismo mexia muito comigo. O Lamarca também se empolgava muito com as idéias nacionalistas. Naqueles dias tumultuados o Capitão Raul, na tentativa de convencer a oficialidade da necessidade de se expurgar o João Goulart da Presidência e de manter a Unidade coesa em torno do Chefe, fez a seguinte conjectura:

– O Presidente deslocou-se de Brasília para o Rio de Janeiro e de lá para Porto Alegre, sem autorização do Congresso. Ele não podia fazer isso, logo não é mais o Presidente da República.

Não concordei com ele e argumentei:

– O senhor vai me desculpar, Capitão, mas discordo da sua afirmativa. Acho que o Presidente, dentro do território nacional, pode movimentar-se com toda a liberdade.

A minha postura mantinha a coerência com a anterior, tomada em 1961, e com o que havia aprendido na AMAN e era, talvez, um pouco influenciada pelos familiares de minha esposa. Qual é a família no Rio Grande do Sul que, naquela época, não tinha um varguista ou um petebista?

Não posso precisar se realmente tais discussões antecederam a chegada do Presidente em Porto Alegre, ou se foram depois que ele foi para São Borja.

Após aquela reunião na qual – dizem – o Brizola agrediu Jango quando ele afirmou que não pretendia resistir, e decidiu exilar-se no Uruguai, acompanhei outro ato pleno de hipocrisia. Talvez porque a maioria dos homens só se define quando a coisa se complica foi feito policiamento e guarda de honra para o Presidente que decolava para o exílio. Eu não participei desse evento, mas soube de tudo que foi feito. Ele viajou acompanhado do General Assis Brasil e dos Ajudante-de-Ordens, Capitão Ernani Corrêa de Azambuja e Capitão Juarez Soares Motta. O

General Chefe da Casa Militar depois se incomodou muito por ter acompanhado o Presidente cassado até o exílio.

O Comandante da 6ª Cia PE, que me apreciava muito – graças a Deus meus comandantes sempre gostaram de mim – me disse:

– O Presidente fugiu do País, você agora está desobrigado dos compromissos com a legalidade.

Foi um momento de angústia porque, se ele não me conhecesse bem, poderia até ter sido prejudicado por ter me colocado a favor da legalidade. Isso ocorreu com muitos companheiros que foram prejudicados por terem optado pelo lado errado. É bom lembrar que naquela época o Lamarca se manifestou da mesma maneira. Mais na frente voltarei a falar no assunto.

Comandava a 6ª Divisão de Infantaria o General Adalberto Pereira dos Santos que naquela confusão toda, surpreendentemente – tenho a impressão de que para organizar a resistência – deslocou-se primeiro para Cruz Alta e depois para Passo Fundo, onde se encontrou com o Governador Ildo Meneghetti. Ao sair, o General Adalberto atribuiu ao Coronel Plácido o Comando das Unidades da área do Partenon[5] em Porto Alegre. O Coronel Plácido foi meu Comandante depois que me transferiram para o Colégio Militar. Recordo-me muito bem dele, um homem totalmente contrário ao Jango, que tinha pavor dos comunistas e se impunha como um excelente soldado. Ele nos dizia:

– O General Adalberto me "abandonou", me deixou sozinho aqui em Porto Alegre.

Naquele quadro de indefinições havia uma idéia de deslocamento, para Pântano Grande, das Unidades contrárias à permanência do João Goulart na Presidência da República. Lembro que o Capitão Raul nos avisou:

– Possivelmente amanhã vamos nos deslocar para Pântano Grande junto com os oficiais do QG.

Tanto no III Exército como na 3ª Região Militar, naquela época, havia oficiais de reconhecido valor e muito positivos: os Majores Leo Etchegoyen e Zaldir de Lima, só para citar dois dos que trabalharam intensamente pela causa da Revolução. Os sargentos, de uma maneira geral, se mantiveram calados. Com o 19º RI foi um pouco diferente porque com a passagem do Coronel Cunha Mello pelo Comando da Unidade o Regimento passou a viver sob uma grande efervescência política. E depois da Revolução ocorreram problemas sérios. Um sargento feriu gravemente dois oficiais e depois se matou. Vários oficiais e sargentos foram punidos.

Logo depois da Revolução a 6ª Cia PE viveu uma experiência que devo registrar: a grande confusão que houve na 5ª Zona Aérea (hoje V Comar, Comando

[5] Bairro da Cidade de Porto Alegre/RS.

Aéreo Regional). Lá os sargentos e alguns oficiais simpáticos ao Jango inutilizaram todos os aviões para o vôo. O Comandante da Base e alguns oficiais foram para o Rio de Janeiro e veio uma equipe nova para substituí-los.

Acompanhado pelo Coronel Hipólito, chegou para assumir a 5ª Zona Aérea o Brigadeiro Lavanère Wanderley. Houve uma altercação muito séria entre ele e o Coronel Alfeu, Chefe do Estado-Maior (ou de uma seção), que respondia interinamente pelo comando e que se recusava a entregá-lo. O Coronel Alfeu atirou e atingiu o Brigadeiro e foi alvejado pelo Coronel Hipólito, que saiu em defesa do chefe.

A 6ª Cia PE e a Companhia de Guardas receberam como primeira missão cercar a Base. Surgiram boatos de que o Palácio Piratini[6] seria bombardeado, e que os oficiais e sargentos tinham indisponibilizado os aviões. Passamos uma noite lá e me recordo que eu estava ao lado do hospital onde o Coronel Alfeu foi operado e acabou falecendo. Recentemente o caso foi novamente abordado na imprensa, quando a família quis submetê-lo à apreciação da comissão dos mortos e desaparecidos e saiu uma reportagem grande com depoimentos de testemunhas e de outros entrevistados.

Passados aqueles primeiros 30 dias, o General Joaquim Justino Alves Bastos assumiu o Comando do III Exército. E aí vivemos na 6ª Cia PE um fato interessante, rumoroso, com repercussão muito séria, tanta, que quase provocou a exoneração do nosso Comandante.

Era um sábado e eu estava de serviço de oficial-de-dia. À noite, uma escolta trouxe preso um tal de Capitão Daudt, da Aeronáutica. Outros oficiais já haviam sido presos na 6ª Cia PE. Naquele tempo ninguém prendia oficial no xadrez, normalmente eles ficavam detidos em uma repartição do quartel. Recordo que uns três oficiais superiores do Exército foram presos na enfermaria; lembro só de alguns graduados que ficaram presos no xadrez. Esse Capitão Daudt chegou mais ou menos às 10h30min da noite. A ordem era mantê-lo preso no quartel. Coloquei-o em uma sala que ficava junto à secretaria da Subunidade.

A porta do xadrez improvisado não tinha qualquer abertura – tipo portinhola – por onde se pudesse observar seu interior, foi trancada com cadeado e um guarda ficou a vigiá-la. No dia seguinte o Comandante foi cientificado que havia um oficial preso, foi visitá-lo e resolveu mantê-lo naquele local. Sete dias depois, o Capitão Daudt, pela madrugada, fugiu de maneira inusitada do nosso quartel.

O quarto, com um pé direito baixo – mais ou menos uns dois metros – forro de madeira meio velho, o prédio era antigo, tinha uma cama, quase um catre, com

[6] Sede do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

lastro de ferro e dois colchões. Do estrado foi retirada uma haste, e com ela e mais uma serra o Daudt cortou os colchões, cobertores e lençóis, quebrou o forro e saiu pelo lado da Rua Duque de Caxias. Mais ou menos às 6h30min da manhã de domingo, uma semana após a sua prisão, o oficial-de-dia, que era o Lamarca, recebeu o telefonema de uma senhora avisando:

– Olha, tem uma corda pendurada no telhado do quartel.

A parede do lado da Avenida João Pessoa era muito alta; a da Duque era mais baixa, devia ter aproximadamente uns 6m. Por ali o Capitão fugiu e a sua evasão desencadeou um certo clima de desconfiança dentro da Unidade. Foi aberto um inquérito, tendo como encarregado o Coronel Mário Fernandes, um artilheiro febiano. Terminado o inquérito nada foi apurado. Hoje, depois que se revelou o perfil subversivo do Lamarca – ninguém é criança – todos sabem que o Capitão Daudt foi auxiliado na sua fuga pelo próprio oficial-de-dia.

Outra lembrança que também merece menção é o fato de a Brigada Militar[7] – muito identificada com o Brizola – ter sofrido, após a Revolução, uma verdadeira faxina nos seus quadros com muitos dos seus oficiais afastados das funções. Tenho a impressão de que o Coronel da Brigada Walter Peracchi Barcellos, um homem radicalmente contrário à esquerda, foi o mentor desta limpeza.

Um episódio que devo registrar é a fuga e posterior perseguição ao Brizola. A 6ª Cia PE também participou da busca do ex-Governador, constituindo, talvez, o Primeiro Pelotar – pelotão operacional que se desloca e é apoiado pelo ar. Aquela também foi a primeira missão que a PE recebeu, atribuída diretamente pelo E2 do Comando do III Exército, um coronel que tinha a cabeça bem branca, cujo nome não recordo. Mais ou menos às 3h da manhã, fui chamado no meu apartamento para me dirigir ao aeroporto da Base Aérea de Canoas. Lá, o Capitão Comandante da Companhia, Capitão Raul José Ribeiro, o Tenente Martins Gomes, eu, o Lamarca e mais alguns oficiais do QG, todos equipados e armados, embarcamos e nos deslocamos de avião. Foi um momento de tensão muito forte.

Depois de mais ou menos 2h de vôo, descemos em uma fazenda cujo dono estaria apoiando a fuga de subversivos para o exterior. Disseram-nos que estávamos no Município de Herval, no local chamado Passo dos Centuriões, uma passagem em um afluente do Rio Negro que, a jusante, já no Uruguai, tem uma importante barragem hidrelétrica. Na sede da fazenda fomos divididos em duas pernas.[8] A minha recebeu o apoio de um avião da Esquadrilha de Ligação e Observação (ELO), e a

[7] Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

[8] Perna – grupo destacado do todo para cumprir determinada missão.

outra recebeu o apoio de um helicóptero. Foi feito um croqui, as estradas foram desenhadas e os nossos objetivos fixados: vasculhar duas fazendas. O avião sobrevoou a minha área, indicando a fazenda. Fui recebido pelo capataz que me informou que o proprietário estava em um casamento em outra propriedade.

Fui até o local indicado. A ordem recebida era para prendê-lo; uma missão constrangedora para ser executada em meio a uma festa. Ao chegar vi que todos estavam pilchados[9] – nas cidades não se via muito isso – era um casamento "à gaúcha", típico da campanha. Prendi o referido cidadão – o fazendeiro – e trouxe-o no avião. Foi uma choradeira, uma prisão em plena festa, na fazenda, uma tarefa ingrata. A outra perna, a do helicóptero, prendeu também um sujeito e viemos todos para Porto Alegre.

Com a vitória da Revolução, tivemos um outro fato digno de registro. Durante dois a três meses, Porto Alegre foi patrulhada pelo Exército dia e noite, principalmente à noite. Eram duplas em carros particulares, um oficial e um graduado, ou um subtenente ou sargento e um praça antigo. O patrulhamento era por faixas. Uma delas era entre as Ruas Voluntários da Pátria e Independência; outra da Independência até a João Pessoa; mais uma da João Pessoa até a José do Patrocínio e a última dali até próximo onde hoje corre a Avenida Beira-Rio. Qualquer agrupamento, reunião, ou movimento suspeito, era devidamente monitorado e disperso, se fosse o caso. Houve efetivamente um trabalho muito grande feito inclusive com veículos próprios dos oficiais ou dos sargentos, envolvendo a Unidade. Um sacrifício enorme.

Em 1965 fui transferido para o Colégio Militar como subalterno da Companhia de Comando e Serviço (CCSv), comandada pelo Capitão Adahil da Silva Tavares, oficial de infantaria da turma de 1950. Mais uma vez foi o Arlênio quem me levou.

Comandava o Colégio Militar o Coronel Plácido, que merece mais uma referência especial neste meu relato. Era um chefe que prestigiava os infantes, seus companheiros de arma. Sempre brinco sobre isso porque nós da Infantaria não somos muito de corriolas. O Coronel Plácido levou para o Colégio Militar tenentes da nossa arma que naquela época – modestamente vou me incluir no grupo – eram excelentes. Ele fora exonerado do Comando do 18º Regimento de Infantaria (18º RI) pelo General Jair Dantas Ribeiro, Comandante do III Exército porque mandara prender inúmeros graduados que atuavam em conluio com focos subversivos existentes no Estado. Por ser um oficial muito destacado e muito positivo, foi colocado no Colégio Militar, Unidade que após a eclosão da Revolução de

[9] Vestidos com os trajes típicos do gaúcho.

1964 serviu de prisão para oficiais, que ficavam reclusos na Companhia de Comando e Serviços daquela escola.

O Coronel Plácido, hoje com 85 ou 86 anos e já na reserva, participou intensamente do movimento revolucionário do qual conhecia detalhes. Ele passou o Comando do Colégio Militar para o Coronel Portinho. Nessa época o Lamarca já estava lá em Quitaúna, de onde fugiu com fuzis, cometendo aquele desatino que todo mundo conhece, aquela bárbara traição que acabou com a carreira do Coronel Antônio Lepiane, seu Comandante. Recordo que o Coronel Portinho fez uma reunião de oficiais perguntando se alguém conhecia o Lamarca. Nos apresentamos eu e o Andrade que éramos da mesma turma dele e o Arlênio que tinha sido nosso veterano e servia na 6ª Cia PE no tempo do Lamarca. Após este encontro percebi que fora montada uma campana, à noite, na minha residência, um apartamento situado na Rua Guido Mondim, no 4º Distrito de Porto Alegre. Provavelmente a preocupação era de que o Lamarca, em fuga, em razão da nossa amizade e por termos sido companheiros de turma, pudesse vir para cá e me procurar. E eu, com esse meu temperamento, conversei com o Arlênio sobre o assunto e disse-lhe que estava agastado com aquela situação.

Minha contrariedade foi aumentando e em determinado momento resolvi falar com o meu Comandante. Fui ao Coronel Portinho e pedi a ele uma conversa reservada onde lhe disse com toda a franqueza:

– Coronel, a minha casa está sendo rondada dia e noite. Eu até compreendo a preocupação das autoridades militares em prender o Lamarca, mas gostaria que tudo fosse realizado de maneira mais discreta. Como estão fazendo acabou-se a tranqüilidade da minha esposa e dos meus familiares.

Ele me revelou algo constrangedor:

– Santos, tu sabes que por causa dessa tua amizade com o Lamarca, por ele ser seu companheiro de turma, queriam te afastar do Comando da nossa CCSv e eu não permiti.

Agradeci ao Coronel e reafirmei-lhe que sempre fora muito transparente nas minhas convicções. Ele justificou a vigilância pela preocupação de que o Lamarca pudesse dar algum golpe ao estilo Rambo.

Essa foi outra ocasião de angústia que faço questão de registrar aqui. São coisas que pensamos nunca mais esquecer mas que, com o desgaste do dia a dia, ao longo da vida, vão esmaecendo. Aí se percebe a grandeza do Exército, a Instituição sabe distinguir o joio do trigo. Nada daquilo que ocorreu nos anos de 1960 me prejudicou: fui instrutor na Academia Militar, depois fui instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, oficial do Gabinete do Ministro, Adido Militar e, no final da carreira, fui promovido a General.

Confirmando os fatos marcantes naqueles tumultuados anos de 1960: o primeiro, quando como Aspirante de repente fui guindado ao posto de Comandante de uma Subunidade envolvida em operações quase de guerra; o segundo, naquela tomada de decisão sobre a deposição do Presidente e, por último, o mal-estar que sofri quando suspeitaram, sem nenhum fundamento, que estaria ligado a um cidadão que, embora meu companheiro de farda, optara por uma trajetória de vida divergente, inclusive traindo os irmãos de arma.

Tenho a impressão de que relatei o meu testemunho como aspirante no 19º RI, uma Unidade fraturada no episódio da Legalidade – fato que antecedeu a Revolução e que foi o preâmbulo do Movimento de 1964. Depois o Regimento viveu os tristes episódios que se sabe. Trouxe por escrito as respostas às perguntas do roteiro que me foi encaminhado. Proponho concluir minha entrevista com esta leitura.

Embora o senhor já tenha atendido em grande parte a nossa curiosidade sobre os fatos ocorridos nos anos de 1960 no Rio Grande do Sul, vamos às perguntas. Na sua opinião, quais foram às causas que resultaram na Revolução de 1964?

Na tentativa de responder esta pergunta, alinhei, como é de praxe, causas remotas e imediatas. Sobre as causas imediatas eu já falei. Sobre as remotas, vou me reportar ao suicídio de Vargas e seus entornos: o manifesto à Nação em que os Ministros militares pediam a renúncia do Presidente, a atuação do Clube Militar, o Manifesto dos Coronéis, o discurso do Coronel Mamede no enterro do General Conrobert, a atuação e o papel incendiário de Carlos Lacerda levando Vargas ao suicídio, o golpe preventivo em novembro de 1955 para dar posse ao Juscelino Kubitschek, os movimentos de Aragarças e Jacareacanga e o crescimento da subversão, que até a década de 1950 praticamente não existia.

A construção de Brasília, além de ancorar a inflação brasileira, ensejou uma corrupção monumental e enfrentou uma resistência muito grande de gente que propugnava por um ritmo mais lento nas obras da nova capital. A inflação, a interiorização da capital, o trabalho de massa do Movimento Comunista Internacional (MCI), com a teoria foquista, o auge da guerra fria, todos esses fatores também contribuíram para a eclosão do movimento revolucionário. Relacionei-os como causas remotas.

Como causas imediatas alinho as agressões às instituições constituídas, patrocinadas pelo próprio Governo – algo muito parecido com os tempos atuais. Pregavam a implantação revolucionária – feita por militantes e autoridades – de uma república sindicalista. Havia uma nítida corrupção endêmica e uma inflação que já começava a tomar conta da nossa economia. Em todas as áreas ocorria um descontrole generalizado, com greves sucessivas e tensões sociais, no campo e nas

cidades. Via-se um esforço permanente no sentido de tentar denegrir a imagem das autoridades – fato que hoje acontece tanto ou mais do que naquela época.

Mas acredito que a quebra da hierarquia e da disciplina foi o ponto determinante, a senha que deu início ao movimento revolucionário em Minas Gerais. A Revolução eclodiu quando os Fuzileiros Navais receberam ordem para sufocar aquele encontro insubordinado de marinheiros e acabaram por se associar àquelas manifestações, culminando por levantar nos ombros o Almirante Cândido Aragão. Aquilo foi o estopim: a quebra ostensiva da hierarquia e da disciplina. Assim, quanto a essa primeira pergunta, repito que existiram as causas remotas e imediatas citadas. Outras causas, de menor relevância, não é o caso de discorrer nesta entrevista. É assunto mais para historiadores.

O senhor acredita que a preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou o seu desencadeamento foi um acontecimento espontâneo?

Penso que – e vou dizer a razão – havia uma bem dissimulada conspiração em marcha depois de 1961. Não era um movimento do qual participasse um grande número de militares mas, no meu modo de entender, tramava-se alguma coisa. Depois da legalidade, grupos de militares e de civis passaram a se organizar para evitar a crescente escalada marxista. Acredito que não se fez uma preparação minuciosa, mas houve um relativo planejamento e coordenação em alto nível. Mais adiante vou dizer quais os grupos que participaram desta conspiração. Não era coisa de envergadura, mas empregava e congregava expressivas lideranças civis e militares. Os fatos, de certa forma, comprovaram estas minhas conjecturas.

Complementando a pergunta anterior, quais os grupos organizados, ou pessoas, que foram favoráveis e contribuíram na preparação do Movimento de Março de 1964?

Em Porto Alegre, um grupo de oficiais intermediários, conheço dois ou três, compareciam a reuniões conspiratórias realizadas dentro do Colégio Militar. Talvez o Comandante do Colégio não soubesse, mas alguns capitães, cito por exemplo o Carlos Geyer Rodrigues, hoje importante empresário, e o Roberto Fonseca, da mesma turma de Artilharia – ambos serviam no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) – participavam daqueles encontros.

Em nível mais alto, lembro de um oficial que foi meu instrutor na Academia Militar, era ajudante-de-ordens do General Castello Branco, e visitou o Rio Grande do Sul mais de uma vez no período de 1961 a 1964. Esteve aqui em Porto Alegre e em Santa Maria. Apesar de ser meu amigo, nunca me procurou. Fiquei sabendo

que ele esteve aqui umas duas vezes. O que veio fazer, se trabalhava com o General Castello Branco?

Eu não tinha certeza absoluta, porque como tenente era difícil saber sobre essas coisas, mas hoje não tenho dúvida de que havia algum movimento, haja vista a atuação de dois oficiais de destaque na época: o Coronel Plácido e o General Adalberto. O primeiro, recém-exonerado do Comando do 18º RI, e o outro, Comandante da 6ª DI, que se deslocou para Cruz Alta e depois foi para Passo Fundo ao encontro do Governador. Ora, esse deslocamento não foi decidido de uma hora para outra e provavelmente estava ajustado como forma de resistência. Também tenho dúvida e não entendo por que o Governador Ildo Meneghetti e o General Adalberto foram para aquela cidade e não para Santa Maria que era uma Guarnição bem mais importante. Isso sugere a existência de uma coordenação prévia. O Coronel Plácido ficou aqui em Porto Alegre e lembro-me de uma de suas revelações – ele era uma pessoa muito aberta – lá no Colégio Militar:

– Havíamos combinado que assumiria os quartéis do Partenon e o General Adalberto o Centro da Cidade. – Qual não é a minha surpresa quando ele – e até usou um termo forte – fugiu para Passo Fundo com o Governador.

Naturalmente o General não fugiu, tinha outros motivos para deslocar-se em direção ao interior do Estado. Então, os indícios me levam a dizer que aqueles grupos, apesar de não serem identificados, conspiravam. Registre-se também a participação dos governadores: Lacerda, do Rio de Janeiro; Adhemar de Barros, de São Paulo; Magalhães Pinto, de Minas. Muito importante também a audácia do General Mourão e do General Guedes, lá em Minas Gerais. Sem dúvida alguma, havia algo em preparação. A quebra da normalidade democrática é arriscada porque o sujeito poderá vir a ser – eu sempre uso essa expressão – ministro ou defunto. Aconteceu com o Che Guevara: foi ministro uma vez e depois virou defunto. Quer dizer, é complicado o sujeito se insurgir contra o Poder legal.

Onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Sobre esta indagação alinhei algumas observações. Quando saí aspirante, o Clube Militar tinha um papel muito importante na conjuntura político-militar do País. Existia a corrente dos nacionalistas, a chapa amarela, e a chapa azul dos contrários. Era o Estillac Leal – do petróleo é nosso – com aquelas mensagens nacionalistas, algumas xenófobas. Naquela corrente estavam incorporados também os comunistas e os marxistas. Nós não sabíamos distinguir o joio do trigo. Ali houve resistência à Revolução. Hoje não se vê mais isso dentro do Exército, mas naquele tempo, ao chegar em uma Unidade, o oficial era logo sondado para ser

qualificado, ou como um oficial de tendência esquerdista, ou como um homem de extrema direita. Nos cassinos dos quartéis havia discussões político-partidárias nos horários de folga. Mais tarde apareceram também os simpatizantes do João Goulart e do Brizola. Eu percebia que o número de oficiais contrários ao Jango era expressivo, maior até do que os que se identificavam com ele. No 19º RI, em 1961, por discordar da posse do Vice-Presidente da República, vários oficiais foram presos. Já na faixa dos sargentos, ocorria justamente o oposto. Não sei se esta minha visão é correta, pois poucos sargentos foram presos. Tenho a impressão de que o ponto de vista dos nossos graduados naquela época era muito identificado com o do Marechal Lott porque ele assegurou por lei a promoção dos graduados a tenentes. Antigamente o sargento não galgava o oficialato. Houve até a alegação de que ele teria recebido a espada de ouro dos graduados por causa disto. Na Força Aérea essa divisão foi mais traumática. Na Revolução de 1964 praticamente houve um combate dentro da Base Aérea: um disparo contra um brigadeiro e a morte do Tenente-Coronel Alfeu que foi o agressor. E houve ainda a prisão de dezenas de graduados que na época participaram ativamente do desarme e imobilização dos aviões no solo.

Como foi o desencadeamento da Revolução em sua cidade, ou estado?

Eu já me reportei sobre o assunto ao comentar os antecedentes da Revolução. Depois da fuga de João Goulart a situação se acalmou gradativamente. Na Brigada Militar houve o afastamento de comandantes e oficiais simpáticos à causa brizolista, com a substituição daqueles considerados comprometidos com o antigo Governo. O Governador era o Ildo Meneghetti, um revolucionário. O Sereno Chaise, Prefeito de Porto Alegre, homem do PTB, foi afastado e preso como também o foram algumas lideranças, políticos e um número razoável de sargentos.

Recordo-me que uma noite levei presos para a Serraria vários sargentos, do 18º e do 19º, alguns até meus conhecidos, gente com quem havia trabalhado. Lá era a prisão de oficiais e de sargentos. Na sua maioria, aquela gente não era comunistas coisa nenhuma. Afora uns poucos esquerdistas a maioria foi levada à prisão por não concordar com a deposição do Jango.

E como a população local recebeu a Revolução?

Na primeira abordagem, disse que ao chegar aqui, para surpresa minha, observei que a população do Rio Grande do Sul era maniqueísta, dicotômica, claramente dividida em duas metades: uma aliada a Vargas e a outra ligada ao Partido Libertador. Era bem nítida essa divisão e, de uma maneira geral, houve resistências naturais em virtude da conhecida simpatia do Partido Trabalhista e dos seguidores

de Getúlio Vargas pelo Jango. No passado, os marxistas não apoiaram Vargas e até foram contra ele. Mas naquela ocasião, se aliaram com a resistência dos intelectuais na sua tradicional postura antimilitarista.

Tenho um ponto de vista sobre esta aversão ao militar, algo que sempre me impressionou e que considero reflexo da tendência histórica de interferência do segmento militar no processo político. A intelectualidade, pelo menos setores dela – e eu convivi com diplomatas que são pessoas com cultura bem acima da média –, todos aplaudiam e aplaudem as campanhas civilistas. A postura antimilitarista vingou ao longo do Império, da República velha, dos anos da Revolução até os dias atuais. Hoje, através dos formadores de opinião – os jornalistas, os setores intelectuais e os artistas – essa gente reage contra nós militares e relata, de forma teatralizada, a tíbia resistência oferecida às forças que derrubaram a subversão.

Segundo o seu ponto de vista, o que mais se esperava dos novos governantes?

O restabelecimento da ordem e o funcionamento das instituições que já começavam a falir, embora em grau muito inferior àquilo que assistimos hoje. A população ansiava por ordem, respeito, combate à corrupção e pela recuperação da credibilidade interna e internacional que estávamos começando a perder. Aspirava-se também a retomada do desenvolvimento com melhoria salarial de categorias marginalizadas. Vale lembrar que os militares, na época da Revolução de 1964, estavam vivendo a pão e água. Lembro-me que companheiros – oficiais e sargentos – trabalhavam à noite em empregos de segunda linha para complementar o orçamento familiar. Logo após a Revolução de 1964 os nossos vencimentos foram, realinhados, embora sem nenhum exagero.

A recomposição da moeda e a recuperação da economia foram evidentes no Governo Castello Branco. A equipe de Governo, com destaque para o Roberto Campos e o Bulhões, criou importantes instrumentos econômicos tais como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Banco Nacional de Habitação (BNH), conquistas importantes para o povo. O respeito aos acordos internacionais e à propriedade privada foram estabelecidos em contraponto àquele discurso de invasões e de reforma agrária na marra. Era o que se esperava da Revolução e, principalmente no primeiro governo, sob este aspecto ela foi positiva.

Em sua opinião, como a atuação dos políticos e do terrorismo influenciou na edição dos atos institucionais e na escalada revolucionária?

A contestação se iniciou no Congresso e nas Assembléias estaduais, através dos parlamentares que comungavam com o ponto de vista daqueles que haviam

sido afastados da vida pública. De 1964 a 1968 não tivemos grandes contestações. Mas a partir de então, por várias razões, elas começaram a acontecer, principalmente nos centros acadêmicos das universidades. Foi quando houve um erro, se cometeu um terrível engano: não se investiu como se devia na formação de recursos humanos. Lembro-me de colegas nossos que diziam:

– O estudante não nos preocupa. Nossa preocupação são os movimentos de operários, de centrais sindicais, de ferroviários e portuários.

Era estudante da Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) quando o Coronel Carlos Aloysio Weber, Comandante do 5º Batalhão de Engenharia de Construções (5º BEC), a convite do Professor Manoel Leão, que chefiava a cadeira de estatística, veio fazer uma palestra na nossa Escola. Ele também se formara aqui na UFRGS, em 1961 ou 1962 – eu me formei em 1968. Cerca de 300 alunos lotaram o auditório da Universidade. Os jovens de pensamento de esquerda foram ali para contestar o conferencista, mas ele comprou aquela turma toda com seu discurso patriótico e inclusive levou alguns engenheiros para o 5º BEC, onde fizeram estágio e voltaram encantados com o trabalho daquele batalhão pioneiro.

Concluindo: a contestação inicial, no meu modo de entender, foi no Congresso e nas Assembléias estaduais, seguida do confronto contra o Poder Constituído. É importante que se diga que o Poder discricionário também é Poder e quem se insurge contra ele, como eu já disse, será ministro ou defunto. Foi o início de uma escalada de violência que também teve como moldura as confusões de 1968 na França e em Woodstock, com as tropelias daquela juventude *hippie*. Como sempre, o Brasil também sofreu a influência externa, engajando parcela de nossos estudantes, que foram, não chego a dizer, abandonados, mas colocados em uma prioridade mais baixa.

Os centros acadêmicos, as universidades, sempre foram e serão o grande centro formador de lideranças políticas, essa é a realidade. Quando não nos preocupamos com essas lideranças, ou as desprezamos colocando-as numa posição secundária – e é inquestionável que a universidade é uma caixa de ressonância, onde jovens idealistas discutem e se insurgem – tudo pode acontecer. Eu sempre repito que o jovem é um elemento idealista, nós carimbamos em seu coração o que quisermos, basta darmos a ele a devida atenção.

Com esse engajamento de estudantes e de intelectuais à esquerda subversiva, obrigou o desencadeamento de ações contra a guerrilha urbana e rural, culminando com uma violenta repressão. O fechamento do regime, a impossibilidade de canais por onde pudessem escoar as reivindicações justas dos jovens e da inte-

lectualidade, a censura e coisas do gênero, foram criando uma situação que culminou com seqüestros de embaixadores e assaltos a bancos. Os Lamarcas da vida, alguns até de forma idealista, se engajaram nisso por serem jovens, ou por convicção filosófica, e aí houve repressão.

No meu modo de entender – e o General Ernesto Geisel fala isso no livro dele – não se combate a guerrilha com a guerra ética que aprendemos. Guerrilha é guerra suja, é uma guerra diagonal, e quem está disposto a combatê-la, tem que usar armas muito semelhantes àquelas que são usadas pelos guerrilheiros. Somos militares e quando recebemos a missão de resolver um problema analisamos os fatores da decisão, inclusive o inimigo. Adotamos então as medidas necessárias para contê-lo. Essas medidas, naturalmente, não poderiam ser tímidas ou ingênuas. Chegaram até a ser violentas, como o foram o endurecimento do regime e a edição de atos institucionais aprovados pelo Congresso – uma legislação que depois eles diziam, e dizem, draconiana. Na realidade aquilo tudo foi uma bola de neve. Mais tarde houve a contestação do emprego da tortura e dos excessos que ocorreram de parte de ambas as facções em confronto. As coisas foram acontecendo, inclusive pela falta de visão dos subversivos e das autoridades competentes.

Qual a sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Tive um primeiro impulso de analisar governo por governo mas resolvi falar de forma genérica, até por respeito aos nossos chefes que foram guindados, ou escolhidos para exercerem essa difícil tarefa. Cada governo aconteceu a seu tempo. É muito fácil fazer uma análise deslocada no tempo, sem a moldura e sem os ingredientes da época. Cada um deles cumpriu o papel oportuno que lhe cabia.

A longa permanência no Poder, no meu modo de entender, contribuiu para o natural desgaste do regime, indispondo o segmento militar contra os conhecidos núcleos formadores de opinião: setores da intelectualidade brasileira, inclusive os jornalistas e artistas, o clero etc. Esse fenômeno não é novo. Certa vez, conversando sobre o assunto, tive oportunidade de me manifestar:

– Quando se vai aos Estados Unidos, à Alemanha, à França – que visitei oficialmente como General – percebe-se que os franceses, os alemães ou os americanos, não têm dúvida sobre o papel das Forças Armadas. Hoje a nossa intelectualidade, por despreparo, e até por um arquétipo herdado dos antepassados, julga que o militar é desnecessário. Não falo do homem simples nem da classe média. Falo, isto sim, dos artistas e dos intelectuais que só lembram dos militares nos momentos críticos. Até hoje se vê isso:

– Há alguma confusão? – Chama o Exército!

Esquecem que o Exército é parte integrante da Nação. Penso que a permanente interferência do segmento militar no processo político ao longo da história do Brasil, diferentemente dos Estados Unidos, exacerba os ódios e as incompreensões quanto ao papel das Forças Armadas. No meu último ano na ativa, participei de uma conferência em Washington, e foi estarrecedor ouvir uma pregação sobre a inutilidade do Exército, com uma proposta de modificação das Forças Armadas, tornando-as Forças Policiais. Ora, as instituições militares brasileiras são a coluna vertebral desse País e a sua história se confunde intensamente com a história do Brasil. É o que penso.

O senhor comentou que a guerrilha seria uma guerra diagonal, não admitindo ingenuidade nos enfrentamentos. O que o senhor achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Li em uma publicação recente do Clube Militar, que historicamente as Forças Armadas se constituíram em uma barreira contra as intenções de ideologias escusas, desde a criação do Partido Comunista no Brasil. A Marinha, o Exército e a Aeronáutica foram um obstáculo ao comunismo em 1935 e ao longo de toda a história recente do País. Apesar dos excessos cometidos – em virtude do tipo de combate – os melhores argumentos são os resultados: outros países, como a Colômbia, ainda vivem esse drama da guerra revolucionária; Angola, continua sua luta sem-fim; Chiapas, no México, é outro exemplo de guerrilhas inacabadas. No Brasil o Exército sufocou, de forma inteligente, a ameaça comunista. Desenvolveu uma doutrina de combate cuja forma e estratégia utilizadas foram altamente eficientes. Ocorreram excessos? Sem dúvida que ocorreram, mas por causa da natureza da guerra enfrentada. Uma guerra diagonal, de que já falei, precisa de ações oportunas. Os excessos devem ser evitados, mas é bom frisar, eles não foram de um lado só. O próprio Lamarca, no Vale da Ribeira, esmigalhou a cabeça de um tenente porque não podia matá-lo a tiros. Depois atirou e matou para roubar banco. Ele matou pessoas friamente. E é contrariado e com tristeza que falo isso. Afinal, ele foi meu companheiro de bancos escolares e de farda. O Carlos Marighella fez a mesma coisa.

Uma guerra suja, sem dúvida, utiliza processos sujos e isso deve servir como ensinamento também. O Getúlio tomou uma decisão histórica nesse campo: ele criou uma polícia e não envolveu diretamente o Exército na repressão interna. O oficial do Exército é formado para uma guerra ética. Para isso ele exercita diariamente os valores do cidadão, do cumprimento do dever, da honra, da dignidade, que são, podemos dizer, o contraponto dessa guerra suja. Então considero que o grande erro dos governos que enfrentaram a subversão foi não terem criado uma polícia especial, desvinculada das Forças Armadas, para conduzir aquela guerra.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira em favor da Revolução foi realizado adequadamente?

Já me reportei a isso. Houve um trabalho, montaram uma equipe para divulgar o "Brasil: ame-o ou deixe-o." Foi razoável, mas não alcançou os objetivos. Ao povo, você até que pode satisfazer oferecendo pão e circo, dito no sentido de que é possível contentá-los com argumentos simples. Agora, para o jovem e para o intelectual, isto não é suficiente. Com eles você tem que argumentar com consistência para poder cooptá-los. Descuramos das universidades dando anel de doutor a uma série de pessoas que não tinham a qualificação necessária para tanto. Quando alguém recebe um diploma e se julga dono do conhecimento, demonstra que não está tão preparado assim. Entendo que a comunicação social deixou a desejar, principalmente nas universidades – junto aos corpos docente e discente – e também com os formadores de opinião.

Claro que tivemos projetos inteligentes. O Projeto Rondon, por exemplo, procurou inserir e integrar o universitário na realidade brasileira de então. Foi ótimo enquanto durou. Faltou a sedimentação da idéia, institucionalizando o trabalho do formando e do graduado à sociedade brasileira, durante um período determinado, como forma de pagamento do estudo em universidades públicas gratuitas. Poder-se-ia, assim, proporcionar ao estudante e ao graduado a oportunidade de contribuir decisivamente nas políticas sociais. Seria ótimo para o País e para a formação do jovem. Nesse aspecto a comunicação social fracassou.

Qual a sua avaliação sobre o comportamento da opinião pública internacional a respeito da Revolução de 1964?

Aprendemos ao longo da carreira que os países não têm amigos, têm vínculos de interesses. Cito como exemplo o nosso tradicional aliado, os Estados Unidos. Em 1964 sua posição era claramente de apoio incondicional ao movimento; hoje o governo norte-americano critica duramente os regimes autoritários. Como sempre, cada país que tinha seus interesses em relação a nós, ou compreendeu e aceitou a Revolução, ou criticou a nossa postura. As nações abrangidas pelo bloco dos Estados Unidos, de uma maneira geral, aceitaram bem a derrubada do Governo do Jango Goulart.

Na América Latina, onde havia governos militares semelhantes, a interferência no processo político foi muito mais traumática do que no Brasil. É preciso que se diga que a repressão por aqui, se comparada com a de outros países, foi insignificante. Uso até uma expressão do Senador Roberto Campos a respeito: "O Brasil é o jardim-da-infância da repressão." Para bem caracterizar esta afirmativa, lembro que aqui, na guerra suja, morreram trezentas pessoas, em Cuba setenta mil,

no fascismo e no nazismo alguns milhões, e no mundo soviético foram quase duzentos milhões. A Revolução brasileira, de certa forma, correspondeu ao nosso traço cultural pois o homem brasileiro é pacato, não é violento, embora existam correntes que não concordam com esta avaliação.

Os satélites da União Soviética naquela época não viam com bons olhos a Revolução, mas o Brasil não deixou de comerciar com os principais países do mundo por causa do Movimento de 1964. Dependendo dos interesses, a ótica de alguns países era diferente de outros.

Como foi o desengajamento do Exército do Poder ao longo do ciclo revolucionário?

Sobre o retardo no desengajamento do Exército do Poder faço alguma restrição, mas julgo que a nossa postura após o ciclo revolucionário foi prudente. É paradoxal o que vou dizer: apesar da tibieza do Governo Sarney, pelo que foi muito criticado, acho que ele foi adequado à conjuntura. A sua personalidade permitiu flexibilizar a transição durante aqueles cinco anos e de certa forma amorteceu posições apaixonadas e sectárias. Se tivesse sido um governo com um presidente inflexível, de temperamento forte, essa fase de mudanças teria sido muito mais traumática, poderia comprometer o processo de transição e o conseqüente desengajamento do Exército da cena política.

Certamente a transição e a saída do Exército do campo político com a presença de figurantes mais duros não seria tranqüila. Assim, o papel do Presidente Sarney, apesar de criticado, foi o mais adequado durante aqueles cinco anos.

O senhor julga que o Poder foi entregue aos civis no momento justo?

Não, com certeza não. Deveria ter sido entregue ao término do terceiro período, ao final do Governo do General Médici. Antes não havia possibilidade por causa das ocorrências de 1968. Demorou-se um pouco para fazer a entrega total do Poder aos civis e sofremos por isso um desgaste natural. Todo o governante sofre esse desgaste. Embora houvesse alternância no Poder, os políticos e os analistas achavam que sendo um general o presidente, o governo era militar, era uma ditadura.

Como aluno da Escola de Estado-Maior, aprendi que o Poder não admite vácuo e ao mesmo tempo encanta. Ninguém daquelas corriolas queria se desengajar. Penso que demoramos um pouco além do devido para entregar o Governo.

Qual a sua opinião sobre o "revanchismo"?

O "revanchismo" era previsível. Quem conhece o radicalismo da esquerda e o ânimo do ser humano, sabe que seria muito difícil apagar as marcas do confronto.

Para isto precisaria de uma decisão muito inspirada. Vou exemplificar com um fato histórico: era aluno da Escola de Estado-Maior e um conferencista nos mostrou aspectos interessantes sobre o regime franquista. O Franco assumiu o Poder depois de uma revolução civil sangrenta, que foi, podemos dizer, o preâmbulo da Segunda Guerra Mundial. Ele teve uma habilidade política ímpar, era um estadista de visão. Quarenta e cinco por cento dos espanhóis eram analfabetos e Franco, além de reverter aquela situação, disciplinou o crédito fundiário e construiu centenas de barragens para irrigação e para geração de energia elétrica. Tudo isso deu um impulso à infra-estrutura, mas o mais importante é que o Franco teve a sabedoria de chegar para o rei e dizer:

– Você sai do País porque a revolução ganhou, mas me indique um dos seus filhos para que o prepare para ser rei.

O mais velho não quis, o segundo também não e então ele mandou o Dom Juan preparar-se em Portugal. Teve a sabedoria política de planejar a entrega do Poder a quem ele imaginava que deveria ser o detentor: ao Rei de Espanha. E a Espanha, um País bem mais machucado do que o Brasil, pois não tem uma família que não tenha uma marca de sangue, hoje é um País pujante. Franco mandou erigir um monumento, o *Vale de los Caidos*, onde fez colocar os restos de todos os espanhóis mortos no conflito e – parece até mágica – conseguiu fazer com que na Nação, excluídos alguns problemas no país basco e em movimentos separatistas, não que se apagassem, mas que pelo menos esmaecessem as mágoas da guerra civil.

O Brasil viveu um problema muito menor, mas não teve ninguém com a visão do Franco. Como não houve planejamento na alternância do Poder julgo que o "revanchismo" aqui era previsível. Assistimos aqui ao lado o que fizeram com o General Pinochet. Apesar de ele ter adotado todos os procedimentos para que a transição fosse tranqüila, o "revanchismo" no Chile é muito forte. Algo semelhante acontece na Argentina, onde foram condenados inúmeros civis e militares, inclusive alguns generais. O mesmo ocorreu também no Uruguai. O desejo de vingança é algo que faz parte da natureza humana e seria ingênuo pensar-se que com uma lei de anistia se apagam as marcas deixadas pelos confrontos. Para evitar o "revanchismo" só com uma medida política muito inteligente, como aquela que citei do Franco, que, para mim, foi genial. Entregou o Poder ao filho do inimigo, tendo assumido o preparo do futuro Rei. Não foi nos aspectos econômicos, sociais ou militares e sim no aspecto político que o estadista teve a visão de preparar a transição do governo espanhol sem traumas.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira? Ou acha

que as nossas instituições carecem de aperfeiçoamento, considerados os ideais da Revolução de 1964?

Não acredito que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preencham os anseios da Nação. Reproduz-se hoje no Brasil, e de forma exacerbada, a busca do mesmo quadro de desarmonia que ocorreu há quase 40 anos. É a falência da autoridade, a desmoralização das instituições, um ataque sistemático à necessidade da existência das Forças Armadas. No meu modo de entender, dentro de um projeto urdido pela esquerda, mas com a concordância de países fortes, até as polícias estaduais estão sendo estioladas, pois não lhes interessa ter um Brasil pujante.

A diferença de hoje para a sociedade de 1964 é que a nossa capacidade de indignação, se compararmos com a existente naqueles tempos, parece fragilizada. Não sou historiador e também não estou vaticinando, simplesmente vejo com muita preocupação os rumos políticos que estamos seguindo. Há necessidade de correções. Talvez o regime Parlamentarista, mas esta forma de governo não é aceita pela nossa cultura. Às vezes duvidamos que ele seja eficaz; não se vê partidos que efetivamente representem os segmentos da nossa sociedade e possam sustentar o Parlamentarismo. Quando falta uma decisão política consistente, o resto emperra, pois são as providências de natureza política que direcionam as demais. Era o que tinha a dizer nesta entrevista que, para minha alegria, irá fazer parte do Projeto de História Oral do Exército sobre a Revolução de 1964. Pergunto se os senhores desejam algo mais.

Somente agradecer ao General Carlos Augusto Fernandes dos Santos pelo belo depoimento que nos ofereceu, onde pintou com tintas claras e firmes uma época em que confrontos internos convulsionavam um Exército cheio de fraturas. A par do relato minucioso e pleno de ensinamentos, o General Santos nos brindou com uma análise muito corajosa da atual conjuntura vivida pelo País.

General-de-Brigada Álvaro Nereu Klaus Calazans

Nasceu em São Borja (RS) em fevereiro de 1940. Ingressou no Exército em 1957 e foi declarado Aspirante-a-Oficial de Engenharia em 20 de dezembro de 1962. Classificado no 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv), Lages (SC), vivenciou a Revolução de 1964 naquela Unidade. Graduou-se em Engenharia de Fortificação e Construção pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) em 1969, retornando à Engenharia de Construções, desta vez para o 1º Batalhão Ferroviário (1º BFv) em Bento Gonçalves (RS) e posteriormente em Lages. Cursou a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1974. Convidado para ser professor do IME, lá permaneceu até 1977, indo então prestar serviços no Estado-Maior do Exército (EME) como Adjunto da 6ª Subchefia.

Concluiu a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em 1982, sendo classificado no Comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada (14ª Bda Inf Mtz) em Florianópolis (SC). Foi nomeado para o Gabinete do Ministro do Exército em 1985. Assumiu o comando do 1º BFv em 1988 e ao fim da missão foi nomeado Adido das Forças Armadas na Iugoslávia onde permaneceu até 1992, de lá retornando para ser o Chefe do Estado-Maior da 3ª Região Militar (3ª RM).

Promovido a Oficial-General em março de 1994 comandou a 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld), em Santa Maria (RS) até 1995, quando foi nomeado Diretor de Material de Engenharia em Brasília.

Foi agraciado com inúmeras condecorações internacionais e nacionais. Transferido para a reserva, atualmente dedica-se à Engenharia Civil.

Entrevista realizada em 26 de julho de 2000.

Hoje entrevistaremos o General Álvaro Nereu Klaus Calazans, um dos mais brilhantes oficiais da Arma de Engenharia que compõem a geração dos anos de 1960 da AMAN. Como Coronel, o entrevistado foi meu Chefe do Estado-Maior na 3ª Região Militar, cargo que exerceu e honrou com sua reconhecida inteligência, dedicação e competência.

Em 1964, nos dias da Revolução, o depoente viu-se envolvido em um caso inusitado ocorrido no Passo do Socorro, limite entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, caso em que o entrevistador também se envolveu indiretamente. Com a palavra o nosso convidado, General Calazans.

Para iniciar, minha surpresa por estar sendo ouvido sobre a Revolução de 1964, já que dela fui um partícipe, posso dizer, insignificante. Fui tomado de absoluta surpresa com a sua deflagração e por causa dela vivi alguns momentos interessantes da minha vida profissional. Na ocasião, era um jovem Segundo-Tenente de Engenharia do 2º Batalhão Rodoviário (2º BRv) – acantonado em Lages-SC – servindo fora da sede da Unidade, o que redundava em quase que total alheamento do que estava acontecendo no campo político do País. Não havia nenhum oficial trabalhando comigo. Encontrava-me com meu Comandante de Companhia uma vez por semana, e assim mesmo nem todas, porque a nossa Companhia estava se mudando para outra estrada a ser construída. Apenas a Residência[1] que chefiava não se mudaria. Em conseqüência, os contatos com o Comandante e com os demais oficiais da minha subunidade eram esparsos e neles só conversávamos sobre o trabalho. Nas minhas eventuais idas à sede do Batalhão – raríssimas e muito rápidas – também só tratava do serviço.

Nos finais de semana, encontrava-me com os companheiros de "República" e a conversa girava em torno daqueles assuntos típicos do interesse de tenentes solteiros. Por isso não tinha qualquer idéia sobre o que ocorria e acredito que o mesmo acontecia com todos os tenentes destacados fora da sede.

Meu primeiro contato com a Revolução se deu com ela já deflagrada, no dia 1º de abril. Estava destacado na Residência de Vista Alegre, situada junto a então BR-2, hoje BR-116, entre Lages e a divisa com o Rio Grande do Sul. Por volta das nove horas da manhã desse dia o meu operador do "rádio" – meio que nos ligava à sede do Batalhão – transmitiu-me a ordem do Subcomandante para que me apresentasse imediatamente a ele. Vinha sem qualquer outra explicação. Fui ao posto de rádio e informei ao Ajudante do Batalhão, então Capitão Jorge Feijó, que não poderia ir porque a usina de asfalto estava funcionando e havia uma determi-

[1] Fração de uma Companhia de Engenharia de Construção, variável em meios de acordo com a missão a cumprir.

nação peremptória no sentido de que o Tenente residente não se afastasse do canteiro sempre que a usina estivesse em operação. Isso aí dá uma idéia clara do meu alheamento com o que estava ocorrendo. Poucos minutos depois, o próprio Subcomandante do Batalhão, o então Tenente-Coronel Olavo Pereira Estrela, me chamou ao "rádio" e determinou que me apresentasse com urgência, fosse qual fosse a situação do trabalho na Residência. Em conseqüência, desloquei-me até a sede e, lá chegando, deparei-me com um quadro inusitado. Todos os oficiais do Batalhão presentes no quartel – inclusive vários dos destacados – estavam armados e equipados, prontos para sair, o que, para mim, se constituiu em uma grande surpresa. Sem conseguir conversar com qualquer outro companheiro, fui levado rapidamente pelo Tenente-Coronel Estrela à presença do Comandante do Batalhão, Coronel Samuel Augusto Alves Corrêa que, sem maiores detalhes, entregou-me uma ordem por escrito determinando que, a fim de que o Batalhão pudesse cumprir determinações recebidas da 5ª Região Militar (Curitiba), me deslocasse para a região do Passo do Socorro[2] para assumir o controle da ponte e garantir o livre trânsito por ela. Esse era o objetivo da tomada da ponte, o que me pareceu lógico e natural, tendo em vista que esse trecho da rodovia, inclusive a ponte, eram encargos do Batalhão, que ali executava ainda alguns trabalhos de acabamento, cuidava da sua manutenção e assegurava o tráfego. Entendi a missão como sendo mais uma tarefa típica da nossa engenharia de construção. Não tinha idéia e nem a ordem que recebi por escrito alertava para a possibilidade eu enfrentar problemas de natureza militar com o eventual encargo da manutenção da posse da ponte pela força. Foram-me dados um jipe e, em um ônibus, seguiram embarcados dois sargentos e 30 soldados. O Subcomandante me disse que o Tenente Maurício Lúcio Teixeira, que chefiava uma Residência do Batalhão situada a cerca de 10km acima do Passo do Socorro, já estaria me esperando no local, pois recebera orientação para deslocar-se e iniciar o controle do tráfego sobre a ponte. Estava indo para lá porque ele, Tenente Maurício, não teria como continuar exercendo a fiscalização por não dispor de tropa. Era o único militar naquela Residência, pois ela estava sendo desativada.

Cerca de uma hora após ter saído do Batalhão, no início da descida para o Passo do Socorro, conhecida como a Serra do Pelotas, como precaução, e também porque não tinha idéia de como posicionar meus homens para o trabalho – já que pouco conhecia do local –, determinei que um dos sargentos permanecesse ali com os soldados e o ônibus, enquanto eu e o outro sargento iríamos fazer um reconhe-

[2] Local de travessia da BR sobre o Rio Pelotas, divisa de estados RS/SC.

cimento da área da ponte. A cerca de 1km antes da ponte, avistei o Tenente Maurício e a sua viatura estacionada ao lado da estrada. Ele estava fora do veículo, em pé, conversando – pelo menos assim me pareceu – com outros militares. Entre avistá-lo e chegar próximo dele decorreu pouco mais de um minuto, devido a sinuosidade daquele trecho. Não tive tempo de fazer qualquer avaliação do que via. A presença de outros militares se constituiu em uma surpresa total. Parado o jipe, fui de imediato abordado por um oficial que, em seguida, constatei tratar-se do Coronel João Guerreiro Brito, Comandante do 3º Batalhão Rodoviário (3º BRv) de Vacaria, cidade do Rio Grande do Sul próxima da divisa com Santa Catarina. Ele me perguntou o que eu fazia ali, que ordens tinha e de que lado estava o Batalhão. Quando dizia que ali estava para cumprir ordens que o Batalhão recebera da 5ª Região Militar, o Coronel me interrompeu:

– Você está preso! Desembarque e me entregue a sua arma!

Desde que avistei o Maurício e os demais militares até o momento em que fui preso e desarmado passaram-se poucos minutos. A minha estupefação era total. O Sargento que estava comigo, sentado no banco de trás do jipe, também desceu, foi preso, desarmado e levado não sei para aonde. Permaneci naquele local, próximo do Maurício e dos oficiais que estavam ali. Não me lembro de ter conversado com alguém. Estávamos bem próximos, mas não nos falávamos. A situação para mim era surrealista! Estava perplexo... Acabava de ser preso sem saber por quê. O Coronel Guerreiro Brito saiu do local. Fiquei por ali, caminhando em torno de mim mesmo, creio que cerca de meia hora.

Alguns fatos interessantes então ocorreram. Lembro, por exemplo, de um ônibus de linha – São Paulo/Porto Alegre – que parou praticamente em frente a nós e de um passageiro ter colocado a cabeça para fora da janela e dito:

– Guerra no Brasil não existe, isso é só confusão, não vai dar em nada. Olha ali, tem até um oficial desarmado na estrada.

O oficial era eu, só que ele não sabia porque estava desarmado. Alguns minutos depois recebi ordem para embarcar no meu jipe, no qual continuava o meu motorista, e seguimos para Vacaria. Acompanhou-me nesta inesquecível e triste viagem, sentado atrás de mim e armado com uma metralhadora de mão, o então Capitão Dalvo João Storchi, que conheci no Clube dos Oficiais, em Lages, quando ele e colegas meus de turma, que serviam em Vacaria, ali estiveram em um passeio de fim de semana. Nada conversamos desde o Passo do Socorro até o Batalhão, em Vacaria. Não sei qual dos dois era o mais constrangido.

Na sede do Batalhão fui apresentado ao Subcomandante, Coronel Américo José Brasil, a quem também não conhecia e, em seguida, levado à sala da 2ª Seção (Infor-

mações) – vi a placa na porta. Um Capitão, que me pareceu muito contrafeito, sem muito entusiasmo me fez algumas perguntas. O que me perguntou e o que respondi já não lembro mais. Depois fui conduzido para a enfermaria, onde já estava o Tenente Maurício. Não o via desde o momento em que fora preso à beira da estrada, quando me dirigia para o Passo do Socorro. Só então trocamos algumas palavras. Ele também estava absolutamente surpreso e não sabia o que estava acontecendo.

Ficamos ali até sermos levados para o almoço no refeitório dos oficiais do 3º Rodoviário. Lá chegando, constatei que o ambiente estava esquisito. Lembro-me de alguns oficiais que me abordaram rapidamente, dando-me a impressão de que até meio às escondidas, não querendo demonstrar que conversavam comigo. Perguntaram-me qual era a situação do 2º Rodoviário, já que ali no 3º Rodoviário havia questionamentos sobre o que estava havendo na Unidade. Não podia responder nada porque se não sabia nem o que estava ocorrendo comigo, muito menos com meu Batalhão. Encontrei alguns companheiros de turma, que não via há algum tempo, mas também não trocamos nenhuma idéia a respeito do que acontecia.

Parece que a minha presença e a do Maurício no refeitório não foram muito bem vistas pelo Comando do Batalhão porque, em seguida, mesmo antes de acabarmos o almoço, fomos retirados do local – eu e o Maurício – e levados para o quarto do oficial-de-dia, onde ficamos praticamente incomunicáveis até sermos libertados, ou liberados, não sei qual o termo mais adequado, no final do dia seguinte.

Acompanhávamos o movimento da Unidade através de uma pequena janela na porta que dava vista para o pátio interno do quartel. Não recebemos nenhuma visita, nenhuma informação. Dormimos ali, de 1º para 2 de abril. Naquela noite, através do rádio de alguém que estava próximo do quarto, ouvimos o pronunciamento do então Governador Leonel Brizola, feito em Porto Alegre, um discurso que ficou famoso e no qual ele incitava os graduados a eliminarem os oficiais. Aquilo de fato nos causou um choque muito grande, a mim e ao Maurício, porque não tínhamos a menor idéia de que pudesse haver qualquer confronto entre graduados e oficiais. No 2º Rodoviário não havia ambiente para isso, conforme se confirmou nos dias seguintes. As possíveis diferenças políticas entre os militares do Batalhão nunca afloraram. Política não era objeto de nossas conversas no quartel. O congraçamento, o companheirismo entre graduados e oficiais era muito acentuado. Só quem já serviu em uma Unidade de Construção e esteve destacado entende como um oficial e um graduado conseguem atingir o excelente nível de relacionamento que nós tínhamos no nosso Batalhão. Lá, na busca do melhor resultado na nossa missão, trabalhávamos com mútua abertura e confiança. Por isso, quando ouvimos o discurso do Governador Brizola ficamos indignados e alarmados.

Para aumentar a nossa nascente intranqüilidade, deixamos de ouvir o rádio antes do final do discurso. Passamos o restante da noite semi-acordados e ansiosos por notícias sobre o desenrolar dos acontecimentos.

No dia seguinte, ao trazer uma refeição, o taifeiro nos disse que o Batalhão passava por um momento difícil e que havia dentro da Unidade um movimento de oficiais que eram contrários às atitudes que o Comandante estava tomando. Não sabia bem qual era a posição do Coronel. Informou-nos ainda que os oficiais teriam tentado prendê-lo e, como conseqüência, encontravam-se presos em outro local do Batalhão. Isto nada acrescentou ao que sabíamos e pensávamos do momento que estávamos vivendo.

Permanecemos naquela situação até por volta das 17 horas quando ouvimos o toque de formatura e presenciamos o Batalhão entrar em forma no pátio bem em frente ao local em que nos encontrávamos. O Coronel Guerreiro Brito dirigiu-se à tropa em termos incisivos e peremptórios. Relatou o que estava acontecendo e comunicou que naquele momento entregava o Comando do Batalhão absolutamente ciente do que estava fazendo. Permanecia convicto nas suas idéias e que todos aqueles que pensavam diferente – o Exército, que enveredara por outros rumos – estavam errados. Falou que a rebelião, revolta, levante ou golpe, não me recordo mais o termo exato utilizado, não poderia prosseguir porque não obteria êxito. Disse ainda que essa entrega do Comando era passageira, pois, em breve, a situação mudaria. Foram as melhores informações até então recebidas por nós. Finalmente estávamos atualizados! Na verdade, não ouvimos claramente tudo o que o Coronel falou. Não nos encontrávamos suficientemente próximos para isso, mas foi o bastante para aquilatarmos a gravidade do momento.

Pouco depois do término da formatura, já escuro, um oficial apareceu e nos levou ao Gabinete do Subcomandante, onde fomos recebidos por outro oficial, um Major, que, concluí, ocupava o lugar do Coronel Brasil. Disse-nos que estávamos liberados para retornar a Lages. Enquanto o Maurício permanecia no Gabinete, fui encaminhado à outra sala, onde recebi minha arma de volta e assinei o correspondente recibo. Em seguida, levaram-me até o jipe onde encontrei o mesmo motorista com quem saíra de Lages. Não lembro mais sobre o que aconteceu com o sargento que estava comigo. Também não recordo se, como nós, foi recolhido à Vacaria ou se permaneceu no Passo do Socorro até ser reintegrado ao nosso Batalhão. Voltei apenas com o meu motorista. Não vi mais o Tenente Maurício. Retornamos à Santa Catarina em separado.

Saí do 3º BRv cerca das vinte horas e cheguei em Lages por volta das 21h30min. No percurso me chamou a atenção a absoluta normalidade existente na estrada, e

em especial no Passo do Socorro, onde nada indicava o que ocorrera ali tão poucas horas antes. Dirigi-me ao quartel, e lá chegando fui de imediato ao refeitório dos oficiais onde estaria o Coronel Samuel, conforme me informaram no Corpo da Guarda. Ao entrar no local, fui saudado com uma tão sonora quanto inesperada salva de palmas. O salão estava repleto de oficiais do meu Batalhão e, soube em seguida, de uma Unidade de Artilharia vinda de Campinas, ou Jundiaí.

O Coronel Samuel me recebeu e me abraçou efusivamente. Disse que lamentava muito o fato, mas que eu havia cumprido com o meu dever. Falou ainda para que não me preocupasse porque aquele episódio não iria afetar a minha carreira, pois o tempo se encarregaria de apagá-lo.

Permaneci no quartel por 35 dias. Aliás, nenhum oficial destacado voltou de imediato às atividades no campo. Ficamos sabendo que o nosso Batalhão foi a última Unidade do Exército a sair da prontidão. Nesse período, nós, os oficiais subalternos, cumprimos várias missões vinculadas ao momento nos municípios vizinhos a Lages. Missões de reconhecimento, de apreensão de documentos e de captura de pessoas que haviam se pronunciado contra o movimento.

Interessante, e é preciso registrar, que nesse período em que nós passamos na sede do Batalhão – com eventuais saídas por quatro ou cinco dias – nunca houve sequer uma reunião de oficiais para que fôssemos colocados a par do que ocorrera, estava ocorrendo ou poderia vir a ocorrer. O que ficávamos sabendo vinha através, ou do Comandante da Companhia de Comando e Serviços a quem nós tenentes estávamos subordinados, ou das conversas informais. Repito: nunca houve uma reunião no auditório da Unidade ou na sala de oficiais para explicar exatamente o momento que vivíamos. Pelo menos aos tenentes. Para os capitães e majores é provável que isso tenha acontecido, mas nunca chegou até os tenentes qualquer comentário a respeito.

Para encerrar meu depoimento, dois complementos sobre o "episódio Passo do Socorro". O nosso Batalhão, meu e do Maurício, só soube da nossa prisão quando do regresso da viatura que fora levar o almoço (do dia primeiro) para mim e meu pelotão. Nessa viatura estava o Capitão Paulo Rodrigues Horta, mandado pelo Comando do Batalhão para verificar a situação da tropa do Batalhão no Passo do Socorro. Ele encontrou o sargento e os soldados deixados, junto com o ônibus, no alto da Serra, soube da minha descida para o reconhecimento e prosseguiu até a ponte. Penetrou, inadvertidamente, no dispositivo do 3º Rodoviário, foi até a ponte e regressou, refazendo outra vez todo o percurso, sem qualquer admoestação. Não tendo nos avistado – a mim e ao Maurício – nem as nossas viaturas, concluiu que havíamos sido recolhidos à Vacaria. O Coronel Samuel, tão logo soube das novidades pelo Capitão Horta, deslocou-se para o Passo do Socorro até às proximidades do dispositivo do Batalhão

de Vacaria onde, com o auxílio de um megafone, dirigiu-se ao Coronel Guerreiro Brito concitando-o a mudar de atitude e também a liberar os integrantes do 2º Batalhão Rodoviário que recolhera a sua Unidade. Não obteve resposta.

Outro fato. A Rádio Nacional, do Rio, noticiou na manhã do dia 2 que houvera um combate entre tropas revolucionárias e legalistas no Passo do Socorro, divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e no qual teriam morrido dois tenentes do Batalhão de Lages. A notícia correu célere na cidade. Muitas pessoas do meu relacionamento tomaram conhecimento da minha morte em combate! Em São Borja, a minha mãe ficou sabendo da notícia através de vizinhos. Felizmente sem o nome dos mortos. Foi ao quartel da Unidade de cavalaria lá sediada em busca de maiores detalhes a respeito. Eles nada sabiam.

A minha participação efetiva na Revolução de 1964 resumiu-se, pois, aos fatos relatados e no cumprimento de algumas missões, já aqui explicitadas, nos municípios próximos à Lages, durante todo o mês de abril. Nada antes, nada depois.

O Batalhão permaneceu integralmente unido?

No 2º Batalhão Rodoviário não houve nenhum caso de oficial ou de sargento que tenha se manifestado contra a decisão do Comandante e que tenha provocado qualquer sanção disciplinar ou desvio de função. Tempos depois, conversando com oficiais mais antigos, soube que houve uma preocupação muito grande na Unidade com dois oficiais que seriam "trabalhistas", simpáticos ao Partido Trabalhista Brasileiro e, em conseqüência, ao Presidente da República, mas que o comportamento deles foi totalmente de acordo com as decisões do Comando. Tanto que continuaram nas mesmas funções durante aquele período de prontidão e assim prosseguiram, sem qualquer restrição ou constrangimento. No 2º Rodoviário, não houve registro de qualquer ato que perturbasse o ambiente.

O Batalhão viveu alguns momentos de tensão, em função de ordens vindas dos escalões superiores, como a obrigação de se precaver contra um possível levante dos sargentos. Mas nós, dentro da Unidade, não constatamos nenhum indício de que isso pudesse ocorrer. Não acreditávamos que passasse pela cabeça de nossos graduados qualquer iniciativa nesse sentido. Mesmo assim, tendo em vista a determinação do escalão superior, várias precauções foram tomadas. Lembro-me que os capitães e tenentes dormiam todos em torno do PC da Companhia de Comando, e os oficiais superiores em outra dependência da Unidade. E havia sempre aquela preocupação de se saber o que os graduados estavam fazendo. Mas os sargentos não foram desarmados, cumpriram as suas missões armados, permaneceram todos alojados no local de costume. Não havia, assim, uma vigilância maior. Havia preocupação com a

possibilidade de que, de repente, alguém pudesse ser acionado de fora da Unidade. Mas isso não ocorreu nenhuma vez. Durante, e depois do período de prontidão, não houve nada que afetasse o bom ambiente do Batalhão ou nele tenha deixado seqüela.

Enquanto isso, o 3º BRv de Vacaria sofria as conseqüências de uma profunda cisão.

Lembro-me do senhor.

Fui chamado para a sede, onde soube que dois tenentes do Batalhão de Lages estavam presos. No rancho tentei me aproximar dos "prisioneiros" mas os companheiros mais antigos acharam inconveniente e eu me recolhi.

Lembro-me do senhor, do Major Bauer e do Capitão Pinho, no refeitório, quando eu e o Maurício chegamos para o almoço. Lembro ainda do que nos pareceu – pelo menos foi o que sentimos – uma tentativa de contato, de aproximação, e que, por alguma razão, acabou não ocorrendo. Não sabíamos por que. Depois, quando soubemos daquela idéia de alguns dos oficiais de prender o Coronel Guerreiro Brito, é que entendemos o que estava ocorrendo. Parece que mesmo depois da passagem do Comando, ele permaneceu na área.

Sim, foi o que ocorreu e motivo de muita preocupação para os oficiais simpáticos à Revolução.

Do discurso do Coronel lembro-me de ele ter falado que aquela era uma situação passageira e que ele logo reassumiria o Comando do Batalhão.

Recordo também que nos disseram ter assumido no lugar dele o Tenente-Coronel Brasil. Por isso, quando nos levaram ao Subcomandante para a nossa liberação, já havia outro oficial na função.

Prosseguindo. Para dar uma idéia mais precisa do meu grau de alheamento político na época, talvez uma situação típica dos tenentes de então, pelo menos os de engenharia que serviam no interior do País. O meu contato com a realidade brasileira, com o mundo fora do meu local de trabalho, se dava através do jornal *Correio do Povo*, do qual era assinante e lia com 48 a 72 horas de atraso. E o *Correio,* todos sabemos, nunca foi muito incisivo em suas posições políticas. Eventualmente, escutava o noticiário das 10 da noite na Rádio Farroupilha ou na Guaíba. Esse luxo acontecia quando o gerador da minha Residência, por alguma razão, era mantido ligado depois do horário de praxe. Mas os noticiários também não permitiam qualquer conjectura a respeito do que estava por vir em seguida. A única quebra nessa rotina de alheamento se deu quando ouvi, pelo rádio, o discurso do Jango, no Rio de Janeiro, no Campo de Santana, Central do Brasil, no dia 13 de março. Esse, por um grande acaso, acompanhei todo. E fiquei perplexo com o que ouvia, com o Presidente dizendo o que dizia. Eu não conseguia entender, claro, porque não conhecia o contexto em que aquele evento se encaixava. Parecia-me que o Presidente da República não poderia estar dizendo aquilo.

Naquela noite, repito, fiquei perplexo, surpreso, e preocupado. No dia seguinte, a solicitação total do trabalho me fez esquecer o que ouvira. Vale registrar aqui que sou conterrâneo, nasci na mesma cidade do então Presidente da República e, por isso, eu o conhecia desde menino – eu menino, e ele um jovem advogado, fazendeiro e, digamos assim, um *playboy*. Conhecia a sua personalidade e isso me levava a ter certeza de que ele não tinha preparo para exercer a Presidência da República. Meus pais, seus admiradores, como a quase totalidade dos são-borjenses, limitados na capacidade de diferençar o fazendeiro bonachão – e quase vizinho – do estadista, não entendiam por que eu achava que ele não poderia candidatar-se à Vice-Presidência da República, e muito menos chegar ao posto de Presidente da República. Por mais uma destas ironias do destino, foi das mãos dele que recebi a espada de oficial. Meu pai não perdeu a chance:

– Viu, o homem que você não queria que fosse nem Vice-Presidente acabou lhe entregando a espada de oficial, como Presidente da República.

Minha carta-patente também foi assinada pelo Jango Goulart.

Concluindo, o Jango, como Presidente, não poderia – no meu entender – falar o que falou naquele comício.

Sinteticamente, em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Penso que são aquelas por demais conhecidas. O desmonte estrutural do País – era evidente que isso estava ocorrendo – decorrente das sucessivas greves que o paralisavam; as dificuldades de suprimento, como a falta de arroz no Rio de Janeiro, provocadas por esse desmonte e também por desavenças de ordem política; a progressiva deterioração da autoridade do Governo Federal e a crescente agitação no campo, com claros matizes comunistas.

A deterioração da autoridade do Governo começava a refletir-se nas Forças Armadas, mais precisamente na guarnição do Rio de Janeiro, então o palco de maior ressonância no País. Houve, ainda, especulação de que os militares teriam se engajado com maior ímpeto no movimento revolucionário, viabilizando-o, em função das péssimas condições salariais que viviam na ocasião. É possível.

Para dar uma noção do quadro salarial que vivíamos na época, exemplifico com o meu caso. Era Segundo-Tenente e chefiava 120 funcionários civis. Apenas seis deles ganhavam menos do que eu. Todos os outros 114 ganhavam mais. E eram funcionários nível motorista, carpinteiro etc. Só ganhavam menos do que eu os que não tinham qualquer habilitação. Não sei avaliar o peso dessa situação e como ela influenciou na decisão dos chefes militares que montaram e deflagraram a Revolução. Mas é fácil imaginar que era impossível ficar insensível aos diferentes movi-

mentos que espocavam pelo País, pedindo o fim daquela conjuntura, daquela vergonha. Como se poderia ficar alheio a uma multidão de um milhão de pessoas se deslocando pelas ruas de São Paulo, sem qualquer mobilização prévia, clamando por um basta no que ocorria no País e, em especial, no Governo Federal.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa, ou seu desencadeamento foi espontâneo?

Em função do que eu já disse até agora, não há como ter opinião formada a respeito disso. Em âmbito nacional também não sei aonde ocorreu maior resistência à implantação do Movimento. Só sei que em Lages não houve problemas e a Revolução de 1964 foi recebida com euforia.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Acredito que o mais desejado pela população era que os novos governantes colocassem o País em ordem. Acabassem com aquelas sucessivas paralisações do País pelas greves, as famosas greves de solidariedade.

Em sua opinião, como a atuação dos políticos e o terrorismo influenciaram na escalada revolucionária e na edição dos atos institucionais?

Não tenho uma idéia exata sobre até onde o comportamento dos políticos influiu no endurecimento da Revolução. É evidente que a escalada revolucionária foi a maneira de a Revolução e dos governos institucionalizados se armarem para fazer frente ao terrorismo. Não havia outra alternativa a não ser o fortalecimento do Poder, amparado em atos legais. Essa reação deixa à mostra o caráter legalista dos governos da Revolução.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

O principal deles, não há a menor dúvida, foi o Governo Castello Branco. Acredito que seja uma unanimidade nacional.

O Governo Costa e Silva foi conturbado pela doença do Presidente, pelo aparecimento do terrorismo e, o pior, pelo aparecimento de “linhas” dentro das Forças Armadas com diferentes idéias sobre a forma de como conduzir as ações no prosseguimento da Revolução.

O período do Presidente Médici foi marcado pela retomada do crescimento econômico. Foi um Presidente extremamente popular, a meu juízo foi o Presidente mais popular do Brasil durante o período de governos militares. Vincular o Presidente Médici à tortura, como reiteradamente a esquerda derrotada faz hoje, é uma agressão à verdade e à história.

O Governo Geisel caracterizou-se pela competência do Presidente, preparado para a missão, pelo desenvolvimento econômico-industrial do Brasil e pelo início do processo da necessária abertura política. Só não se saiu melhor devido a chamada crise do petróleo, a primeira delas, de conseqüências graves para o Brasil. O seu pecado foi ter indicado o General Figueiredo para sucedê-lo.

O Governo Figueiredo foi malconduzido pelo Presidente, acentuadamente após o aparecimento do seu problema de saúde. Sua personalidade explosiva não se adaptava de forma adequada ao cargo de Presidente. Devemos creditar-lhe o sucesso na condução da abertura política e debitar-lhe o fracasso na condução do processo sucessório do seu mandato.

Nos dê uma avaliação sucinta sobre os presidentes civis, que se seguiram ao período revolucionário.

Embora sem entender a existência deste pedido no contexto desta entrevista, vou respondê-lo.

O José Sarney foi um desses acasos da história. Na conjuntura da época, ninguém o indicaria para a Presidência, nem o imaginaria Presidente, mas ele acabou lá. Seu grande mérito foi ter, em um período de transição que poderia ter sido conturbado, conduzido o País com habilidade. Mas, em termos de contribuição para o desenvolvimento brasileiro, para a credibilidade do Brasil, foi um fracasso. Basta lembrar a frustração que provocou em todos os brasileiros com a derrocada, por motivos majoritariamente político-eleitorais, do Plano Cruzado e os altos índices de inflação no seu período de Governo, em especial no seu final.

Do Collor, não preciso dizer nada. A nossa história deverá registrá-lo como uma aberração política. A sua chegada à Presidência é quase inverossímil.

Itamar Franco deixou o seu nome associado à introdução do Plano Real. Seu Governo refletiu o seu comportamento claramente instável. Não comprometeu.

Faço restrições ao desempenho do Presidente Fernando Henrique. Considero que ele sempre governou influenciado pelo seu passado esquerdista. E hoje a esquerda o taxa de neoliberal. Quem enganou e quem foi enganado? Será que esta dúvida vai ocorrer com todo o esquerdista que chegar ao Governo?

Como foi conduzido o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Acredito que tenha sido bem conduzido. Na verdade, o Exército se engajou no ciclo revolucionário apenas parcialmente porque uma parte dele, aliás a maior parte, continuou trabalhando nas suas atividades de rotina, naquelas que são próprias do Exército, sem nenhuma vinculação com a Revolução. A pergunta sugere outra apreciação. Penso que o engajamento do Exército na Revolução é que foi malconduzido.

Julga que o Poder foi entregue aos civis no momento adequado?

Essa expressão "entrega do Poder ao civil" não me soa bem. Como já disse, não consegui enxergar os militares no Poder, sozinhos, sem os civis. É evidente que estavam mais presentes junto ao Poder, mas não me parecia que os militares estivessem no Poder. Hoje, parece que isso é aceito unanimemente. Absorvida essa posição, penso que a rotulada devolução se deu com atraso. Deveria ter ocorrido ao final do Governo Médici. Teria sido a glória! Quanta saudade os militares teriam deixado! Correriam riscos permanentes de serem instados a assumir novamente o Poder.

Poderia ter sido no final do governo Geisel?

Talvez. Poderia ter sido no final do Governo Geisel, sem maiores restrições. Daria tempo para um melhor preparo da transição.

Acredita que o momento político presente – o exercício do atual modelo da democracia – preenche os anseios e necessidades da Nação brasileira? Ou carece de aperfeiçoamentos, face aos ideais da Revolução de 1964?

Não há a menor dúvida que carece de aperfeiçoamento. Vivemos um ambiente que pode ser considerado propício ao desenvolvimento da democracia, mas nossa estrutura política precisa melhorar. Não há a menor dúvida. O nosso processo político é muito conturbado, desarrumado e viciado. Penso que é necessário que se faça uma faxina no que está aí. A reforma política, por exemplo, está no Congresso há algum tempo, e para tornar a nossa política mais ética e responsável, como queria a Revolução de 1964, deveria ter sido realizada de imediato.

Esta Coordenadoria sente-se plenamente satisfeita com a sua entrevista e pergunta se o senhor tem algo mais a acrescentar.

Agradeço a oportunidade de ter contribuído para definir qual era a situação em que vivia um tenente do Exército, na ocasião. Faço votos também que este trabalho de pesquisa consiga deixar bem claro que a participação do Exército na Revolução de 1964 foi uma decorrência natural das dificuldades vividas pelo Brasil naquele momento. Apreciá-la com a ótica de hoje conduz a conclusões erradas. Não pintar o quadro da época com todas as suas cores e nuanças também pode levar a ilações incompletas, quando não, perigosamente falsas.

Agradecemos a colaboração do General Calazans, que nos proporcionou uma nítida visão da perplexidade que passa pela cabeça de um jovem Tenente quando se vê envolvido em uma situação inusitada provocada pela obsessão ideológica de um Comandante de Unidade, desesperado pelo fracasso dos seus ideais marxistas. Nossos agradecimentos ao senhor.

General-de-Brigada Flávio Oscar Maurer

O General-de-Brigada Flávio Oscar Maurer nasceu em Campo Bom, interior do Rio Grande do Sul, em 19 de janeiro de 1940. Ingressou no Exército como aluno da Escola Preparatória de Porto Alegre, em 1958. Foi declarado Aspirante-a-Oficial em 20 de dezembro de 1963, escolhendo como sua primeira Unidade o 19º Regimento de Infantaria (19º RI), atualmente 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz), em São Leopoldo (RS).

Acompanhou e participou ativamente dos acontecimentos que precederam a Revolução de 1964. Posteriormente, em 12 de maio de 1964, sofreu uma brutal agressão por parte de um sargento, quando o conduzia a prisão. Foi ferido gravemente e quase perdeu a vida em conseqüência dos disparos de pistola, que o atingiram à queima-roupa. Um dos tiros atingiu-lhe a cabeça.

Recuperado dos ferimentos, prosseguiu na carreira com brilhantismo. Participou da Força de Emergência da Organização das Nações Unidas (ONU), no Egito, em 1967, justamente na época da Guerra dos Seis Dias. Foi Instrutor da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e Escola de Comandando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Cursou a Escola de Altos Estudos Militares na "Führungsakademie der Bunderwer", Alemanha. Como Coronel comandou o 19º BIMtz, em São Leopoldo, unidade herdeira do seu regimento de início de carreira, de belas e trágicas lembranças.

Promovido a General, comandou a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada (13ª Bda Inf Mtz), em Cuiabá (MT) e exerceu o cargo de 1º Subchefe do Estado-Maior do Exército. Foi transferido para a reserva em janeiro de 1999, quando era Chefe do Estado-Maior do Comando Militar do Sul.

Ao longo de sua carreira foi agraciado com várias condecorações. Atualmente, é empresário na Cidade de São Leopoldo (RS).

Entrevista realizada em 9 de junho de 2000.

Primeira Parte
Depoimento Oral do Entrevistado

O Projeto de História Oral que pesquisa a Revolução de 1964 tem o prazer de ouvir hoje o depoimento do General Flávio Oscar Maurer. O entrevistado, antes deste encontro, entregou-nos um documento sobre fatos ocorridos e idéias pessoais relacionadas com o objeto do nosso trabalho, o qual será anexado a presente entrevista. Estamos realizando esta entrevista no próprio quartel do antigo 19º RI, Unidade onde o depoente, quando Aspirante, foi ferido em 1964. Vamos às perguntas.

Em sua opinião quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Em 1964, tinha 24 anos e chegara recentemente da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Convivia intensamente com a opinião dos companheiros de trabalho e das famílias a respeito do que pensavam sobre aquele momento político do Brasil. Tínhamos certeza de que a situação, como se encontrava, não podia continuar. Era absolutamente necessário que alguma coisa acontecesse, e isto sentimos logo que chegamos aqui no Batalhão – naquele tempo ainda era o 19º Regimento de Infantaria (19º RI). Havia um sentimento no âmbito de nossos familiares de que a situação brasileira era muito grave. Os discursos das autoridades políticas do País, que eram escutados pelo rádio – não havia quase televisão, praticamente só o rádio – apontavam diretamente para soluções que não se sabia quais seriam. Se prevalecesse aquela já preconizada pelas autoridades, direcionada para uma república sindicalista – como se chamava – seria um caos para o Brasil. Sou daqui de São Leopoldo, visitava minha família, conversava com os parentes e com os amigos, e o clima predominante era de que algo iria acontecer. Todos diziam isto. Não sabíamos exatamente o que, porque também não conhecíamos os preparativos que ocorriam no Exército. No quartel, ouvíamos comentários de indignação por causa do atropelo da hierarquia e da disciplina, pregado nos discursos feitos em comícios públicos por aí afora. A imprensa, naquele tempo, era unânime – e uma coisa muito importante é que hoje isso está sendo esquecido, intencionalmente talvez – em condenar veementemente estas agressões ao estado de direito que se praticavam no Governo. Ele mesmo agredia o estado de direito. Como? Preconizando mudanças e reformas de base que deveriam ser feitas pelo Congresso, não através das formas legais, e sim através da pressão popular, através de comícios monstros, através das ações das "Ligas Camponesas" e promovendo atentados, técnicas e procedimentos que hoje são comuns no mundo, mas naquele tempo era novidade. Essa é minha opinião a respeito desta primeira pergunta.

Durante seu período de formação na AMAN, ocorreu algum fato que pudesse prenunciar a iminência da Revolução?

Cheguei aqui Aspirante. Em 1963, estava no terceiro ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), e no dia 7 de setembro fomos desfilar no Rio de Janeiro. Como era praxe naquele tempo, a Academia marchava na frente, era uma das primeiras tropas da parada militar. Nós havíamos saído de Resende às 10h da noite de 6 de setembro e fomos de trem até um local próximo ao QG do Ministério da Guerra no Rio de Janeiro. Tomamos o café da manhã, colocamos o uniforme de parada e fomos para a Avenida Presidente Vargas, próximo da Candelária. Lá ficamos em forma, mais ou menos das 8h da manhã, até as 10 e pouco quando começaram as revistas à tropa.

A Academia, como todo mundo sabe, nas formaturas solenes não costumava comandar "À vontade".[1] Havia pequenas concessões: "À vontade um" ou "À vontade dois", em que o cadete retirava a barretina e podia fazer movimentos limitados. Então foram 2 horas praticamente sem nos mexermos. Aquilo era um sacrifício mas era também um orgulho, vencíamos o desafio: ficávamos imóveis em forma! Eis então que chega a última revista da tropa a ser feita pelo Presidente da República, João Goulart. Ele passou a tropa em revista acompanhado pelo Comandante do I Exército, naquela época, o General Armando de Moraes Âncora, os dois em um carro aberto, próprio para a ocasião.

Quando o Presidente chegou mais ou menos na testa da Academia, as pessoas postadas nas sacadas e janelas dos edifícios situados no outro lado da Avenida começaram a aplaudi-lo e a jogar papel picado. Ele passou a AMAN em revista ficando o tempo todo de costas para nós, respondendo e agradecendo os aplausos e acenos da população. E aqueles cadetes de todos os cursos que estavam ali em forma – na maioria do terceiro e último ano – ficaram descontentes com a atitude e o pouco respeito do nosso Comandante Supremo para com a Academia.

Este fato nos causou uma indignação muito grande. Talvez até tenha sido algo pequeno e irrelevante, mas os comentários entre os cadetes se prolongaram ao longo dos meses até o final do curso. A revolta por ele ter passado de costas para nós fundamentou, na grande maioria da turma de 1963, e até mesmo naqueles que tinham uma tendência de esquerda, uma forte aversão ao Jango. Ficamos inconformados com a atitude dele. Eu tinha um companheiro – não se negava confessar a sua ideologia esquerdista – que não titubeou em virar-se contra o João Goulart. Dizia ele:

– Sou contra este homem porque, como Presidente da República, não respeitou e não soube honrar o seu cargo. No momento em que ele devia mostrar-se

[1] Situação em que o militar em forma pode movimentar-se.

ao cadete, olhar para a tropa e encarar o jovem militar, simplesmente virou as costas para nós.

Isto foi um fato interessante que a mim impressionou e marcou muito.

Sabe de alguém ou de algum grupo organizado que preparou ou contribuiu na preparação da Revolução?

Não. Não conheci ninguém e como Aspirante nunca fui convidado a participar de nenhuma conspiração.

Onde se deu maior a resistência para a implantação da Revolução?

A minha contribuição para responder a esta pergunta é muito limitada. Era muito novo ainda. Então, não posso dizer nem mesmo em termos locais, de São Leopoldo, onde houve maior resistência à Revolução.

Vivia aqui na cidade o Coronel da reserva Mário Fonseca, um esquerdista militante, que morava próximo do 19º RI. Era muito admirado nos meios políticos locais por ser filho do então Coronel Theodomiro Couto da Fonseca, ex-Comandante do Batalhão, que deu nome à avenida fronteiriça ao quartel. Ele já estava na reserva naquele tempo e foi imediatamente tirado de circulação. Seguramente era um homem contra a Revolução que tinha influência na política da cidade. Aliás, o antagonismo político sempre foi muito forte em São Leopoldo. Como em muitas cidades do interior, também aqui a esquerda e a direita sempre se digladiaram ao longo da sua história política.

O Mário Fonseca era um notório homem de esquerda. Ele e os sucessivos prefeitos do então Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) eram caudatários das idéias de Brizola e fizeram aqui, acredito, uma força muito grande no sentido de tentar impedir as ações da Revolução que aconteceram subseqüentemente. Devido à oposição que fizeram ao movimento revolucionário, no exercício dos seus mandatos e em ocasiões posteriores, eles e muitos políticos de São Leopoldo acabaram presos. Alguns prefeitos de cidades vizinhas, por causa dos seus antecedentes, também foram trazidos para cá. Foi feita uma depuração no carregado ambiente político que havia na área. Acho que é mais ou menos isso.

Como a Revolução foi recebida pela população local?

Pelo que tomei conhecimento através do contato com pessoas que eram das minhas relações civis – não posso responder por toda a população – de uma maneira geral a cidade ficou num clima de expectativa. Não houve nem críticas duras nem aplausos exagerados à nova ordem que estava se implantando no País. Naturalmente, todos esperavam que a situação fosse melhorar.

A população estava muito preocupada com a inflação que, naquele tempo, era até pequena em relação àquela que vivemos posteriormente, mas era alarmante para a época. Não havia experiência anterior de índices de 90 a 100% ao ano, realidade de então. Assim, a expectativa maior do pessoal era mais da recuperação no campo econômico. Todos desejavam que o alto índice inflacionário acabasse e que as pessoas pudessem usufruir um melhor poder aquisitivo. Era o esperado. No campo político, a reação da população foi mais de espera para ver o que iria acontecer. Esta é a impressão que me ficou daqueles tempos confusos.

Como a atuação dos políticos e do terrorismo influenciou na escalada revolucionária e na edição dos atos institucionais?

É uma pergunta interessante! Acho muito curioso o alardeamento e a valorização que hoje se faz da ação dos grupos terroristas que se opuseram à Revolução, através da guerrilha urbana e rural, como se, seus atos, fossem ações de democratas. Na verdade, eram grupos orientados pela União Soviética e seus satélites como, por exemplo, a Checoslováquia, ou ainda pela China e Albânia que, através de documentos e do rádio, incitavam a população a se opor e a fazer a contra-revolução. Eles não queriam um estado democrático. O que desejavam de fato era promover a revolução marxista, com a derrubada das instituições e a implantação de um socialismo nos moldes da antiga União Soviética, regime que o mundo depois rejeitou.

Sobre as atividades subversivas e a nossa repressão tenho uma experiência interessante a relatar. Em 1968 saí daqui do 19º RI e fui servir em Guaíra, no Paraná. Lá chegou ao nosso conhecimento de que grupos terroristas que atuavam no Rio de Janeiro e em São Paulo estavam utilizando aquela área como região de homizio. Em uma operação de informações, cercamos uma fazenda que tinha sido comprada por um grupo da Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-Palmares) e era o local onde eles faziam treinamento.

Fomos de madrugada e prendemos quase todos os subversivos. Pouquíssimos daqueles que atuavam na região conseguiram escapar; não houve tempo para reação, foi uma operação muito feliz. A intenção deles era começar uma guerrilha na área rural, através do processo do foquismo, que fora sucesso lá em Cuba e na China. Estavam treinando ocultar-se em meio à vegetação, enterrar suprimentos, munição, medicamentos, a caminhar e orientar-se dentro do mato. Quero deixar bem claro que durante o tempo em que ficaram presos em Guaíra, nenhum de nós colocou a mão neles, quer dizer, não sofreram nenhum tipo de constrangimento ou de violência, apenas dialogamos. Foram depois levados para Curitiba onde continuaram sendo interrogados.

Lá em Guaíra, como era da 2ª Seção, oficial responsável pelas informações, conversei muito com cada um deles e concluí que todos tinham formação marxista, de cunho radical. O que queriam, na verdade, não era a volta da democracia, mas algo completamente diferente: pretendiam promover a revolução sugerida pelo pensamento de Marx que pregava a implantação do socialismo através da ação violenta para a derrubada das instituições existentes. Não era através de eleições, ou de outro processo pacífico que pretendiam implantar o socialismo no País. Eles estavam plenamente convictos de que só com um golpe poderiam atingir o objetivo proposto. Hoje a imprensa os exalta como heróis, tentando mostrálos como democratas, respeitadores e defensores dos direitos humanos. Nenhum deles era defensor da democracia, queriam era a luta violenta, a derrubada das instituições para a imposição de uma nova ordem – a ordem socialista.

Não era nenhuma surpresa porque vivíamos o clima da guerra fria em que a proposta da oposição à situação existente era o modelo soviético ou o chinês, enfim um modelo socialista. Não podíamos esperar uma democracia partindo de uma oposição que tinha como modelo a União Soviética e a China. Houve uma reação do Governo daquele tempo e foi uma reação contra um processo claramente antidemocrático.

De certa forma, com a Revolução, certas liberdades individuais foram inibidas ou cerceadas, mas o regime democrático continuou existindo. As Câmaras de Vereadores e as Assembléias Legislativas não foram extintas e o Congresso Nacional continuou funcionando até o momento em que a situação se tornou insustentável diante do crescimento assustador das investidas da esquerda e de ações terroristas, que contavam com a simpatia de uma parcela muito grande de congressistas. Daí a necessidade da edição de atos para que a Revolução em curso fosse consolidada.

Aliás, quando os intelectuais brasileiros bendiziam a revolução cubana nos seus primeiros tempos, justificavam plenamente o uso da força, a ação centralizadora do governo calando as oposições. Por quê? Porque era uma revolução que estava se implantando e que precisava ser mantida a qualquer custo, se aqueles que a promoveram desejassem atingir os seus objetivos. Foi o que aconteceu aqui: a defesa da nova ordem que o Movimento de 1964 propôs ao País, uma democracia baseada na disciplina e na lei, em oposição à baderna em que se vivia antes.

O povo do Brasil inteiro aceitou a Revolução como sendo realmente uma solução para o País. Era a proposta de um regime contrário ao totalitarismo de esquerda que queria impor-se através da subversão e da luta armada. E qual foi o objetivo dos atos de força praticados pelos governos revolucionários? Foi defender-se do agressor, assim como hoje a democracia também se protege dos seus

inimigos. A Revolução tinha o direito e a obrigação de cuidar das suas salvaguardas. Essa é minha opinião.

Qual a sua visão sobre os métodos empregados para acabar com o terrorismo? O senhor chegou a participar de ações mais violentas na luta contra a subversão?

Nunca participei de uma ação repressiva com o emprego da violência. Apesar de ter mantido presos aqueles elementos da VAR-Palmares durante uma semana, não cometemos contra eles qualquer agressão física. Mas, na minha opinião, quando se combate numa guerra suja, os métodos, às vezes, também precisam ser violentos. Acredito que tenha havido um certo exagero por parte de uns poucos colegas, mas sem o comprometimento da Instituição. Foram apenas atos isolados de alguns integrantes da Força.

Vivi, no Oriente Médio, em 1967, a Guerra dos Seis Dias.[2] Pouca gente teve a triste oportunidade de assistir a brutalidade em toda a sua plenitude. O que acontece durante uma guerra é absolutamente inacreditável em termos de violência. Surpreendi-me ao ver, no Egito, o soldado israelense cometendo verdadeiras atrocidades contra populações civis. E eram militares de alto nível cultural, quase todos universitários.

Participando daquele conflito, aprendi algo que me acompanhará pelo resto da vida: a cultura da nossa civilização é uma pequena crosta que nos envolve. Ela se estruturou ao longo de séculos e séculos, até de milênios, com base na religião, na vida em grupo, nas leis e regulamentos que ordenam nossas atividades dentro da sociedade e contribuem para a existência dessa espécie de anteparo que segura a fera que temos aprisionada dentro de nós mesmos. Mas, basta romper esse verniz que nos cobre para que, de dentro de cada um, a fera se libere – mais violenta em uns do que em outros. Assim, acho que alguns daqueles que viveram o período de combate ao terrorismo e à luta armada devem ter sofrido uma exteriorização mais acentuada desse sentimento selvagem, desse quase instinto, que ainda guardamos dos primórdios das nossas vidas. Essa espécie de atavismo, esses exageros, infelizmente sempre existiram e continuarão existindo.

Como foi o desengajamento do Exército do ciclo revolucionário?

Entre 1971 e 1973, fui Ajudante-de-Ordens do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), General Idálio Sardenberg, muito amigo do General Médici

---

[2] O entrevistado participou da Força de Paz na ONU na região do Canal de Suez, integrando um Batalhão do Exército Brasileiro, justamente quando ocorreu o conflito mais violento entre judeus e palestinos.

que freqüentemente o convidava para viajar com ele. Normalmente acompanhava meu chefe e tive a oportunidade de sentir que vivíamos uma época de enorme euforia. O Presidente Médici era um homem dotado de um carisma muito grande e aonde chegava era aplaudido por toda a população. No cenário do País não havia apenas os grupos de ativistas contrários ao Governo como pretendem apregoar alguns historiadores. Tínhamos a contrapartida majoritária da população que nos aplaudia porque vivíamos com segurança e crescíamos. Era o Brasil grande, de cidades inteiras sendo construídas com a ajuda do financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH).

Certa vez, quando acompanhei o Presidente Médici e o General Sardenberg ao Maracanã, em dia de jogo, pude ver oitenta mil pessoas, de pé, o estádio inteiro, aplaudindo o Presidente. Hoje, onde se poderia ver algo parecido? Atualmente, se o Presidente da República for anunciado no Maracanã, certamente será vaiado. É uma prova, quer queiram quer não, da popularidade do Presidente Médici.

Essa digressão sobre a aprovação do regime é parte da resposta à pergunta feita. Muitos consideram que aquele era o momento adequado para que o Exército e as Forças Armadas se desengajassem do processo revolucionário. Mas não podemos esquecer que dentro daquele contexto existiam ambições pessoais e de grupos que desejavam continuar, e naquele tempo não tínhamos alguém que fosse capaz de dizer: "Olha, chega! Acabou a Revolução!"

Os próprios políticos e também aqueles elementos ligados ao Governo – que proporcionava riqueza para empresas e para muita gente – tinham interesse naquele continuísmo. Tornara-se um processo bastante complicado para que fosse rompido exatamente quando estava no seu auge. Esta ruptura era difícil, reconheço, mas teria sido o momento mais adequado. Depois começou o declive. A população que nos aplaudia passou a manifestar-se contrária ao regime em que vivíamos.

Acredito que uma das qualidades mais destacadas e importantes que o Exército brasileiro possui é a sensibilidade. Somos, talvez, uma das poucas instituições existentes no Brasil que têm sensibilidade. Sabemos exatamente quando o povo quer alguma coisa e quando não quer. Em 1964 o povo queria, e fomos lá. Anteriormente isto também já havia acontecido na Proclamação da República e na Abolição da Escravatura, que foram nada mais nada menos do que atos militares. Na Proclamação da República, por exemplo, até a Marinha era contrária. Mas o Exército, pressentindo que a Monarquia estava exaurida, atuou em favor da República.

Foi assim também com a Revolução: o Exército teve a sensibilidade de sentir que a população não estava mais de acordo com o autoritarismo e então se

desengajou e passou a trabalhar em favor da democracia formal. O Brasil talvez tenha sido, entre os países que tiveram governo de exceção aqui na América do Sul, aquele que saiu de forma mais honrosa. Nos outros países em que aconteceu o mesmo processo de declínio de popularidade dos governos revolucionários, a transição, quando houve, foi bem mais abrupta e muitas vezes violenta.

O que pensa do "revanchismo"?

Sinceramente, penso que o "revanchismo" é típico do nosso subdesenvolvimento. Acredito que não haja mais lugar para esse alarde em torno de fatos que são completamente irrelevantes. Neste momento, por exemplo, estão tentando desencovar o esqueleto do Jango para saber se ele foi ou não assassinado. Ora, isso é um passado que, em termos de País, não adianta mais ser revolvido. Qualquer acontecimento daquela época hoje levantado e que possa servir de acusação contra nós, sempre, em qualquer circunstância, é manchete na imprensa. Para que isso? Não acrescentará nada!

Se alguém tem direito a uma "revanche" este alguém é o senhor que foi gravemente ferido por um militar fanatizado pela esquerda. Quanto tempo o Aspirante Maurer ficou hospitalizado por causa dos tiros do Sargento Venaldino?

Considerando as diversas cirurgias que fiz, passei uns quatro meses no hospital. Em 25 de agosto, época da promoção a Segundo-Tenente, ainda me encontrava em recuperação. A Junta de Saúde foi condescendente comigo na hora da inspeção. Eu ainda enfrentava dificuldade para falar, não conseguia pronunciar as palavras com clareza, e os médicos então abriram uma exceção para que pudesse ser promovido na data aprazada.

Um colega seu de turma, o Aspirante Aloysio Oséas, também foi ferido pelo Sargento Venaldino?

Como eu, foi ferido aqui dentro do Batalhão, na escada. Levou quatro tiros. Só que ele teve mais sorte, as balas entraram de cima para baixo. O Venaldino encontrava-se no topo da escada e o Oséas colocou a mão como anteparo e as balas, felizmente, atingiram o braço e a perna dele, uma outra entrou na barriga, mas sem nenhum risco de morte. Foi submetido apenas a uma cirurgia e não restaram seqüelas da agressão. Quinze dias depois ele estava recuperado.

O tiro do rosto provocou um estrago muito grande, já que a bala entrou de um lado e saiu do outro. Todo o lado esquerdo da face foi arrebentado. Precisei passar por várias intervenções cirúrgicas. O Doutor Demétrio Mércio Xavier Filho, Capitão que servia no Hospital Geral de Porto Alegre (HGPA) e o Dr. Nathan Goldstein, um civil já falecido, fizeram as plásticas para a reconstituição do meu rosto. Tudo

muito bem-sucedido. O Dr. Goldstein, por exemplo, ao final ainda queria retirar uma pequena cicatriz. Eu disse para ele:

– Pelo amor de Deus, deixe alguma coisa na cara que comprove toda a minha história, senão depois quando contar o que me ocorreu e os ferimentos que sofri na cabeça, quem vai acreditar em mim?

Com essa pequena ironia do General Maurer, fazemos um interregno em seu depoimento oral, para prosseguirmos em seguida.

Segunda Parte da Entrevista do General Maurer,
para que ele narre o 31 de Março de 1964 no 19º Regimento
de Infantaria (O Leão da Serra)
19º BIMtz – (O Batalhão da Serra) São Leopoldo

Se nas horas amargas da guerra
For mister sacrifício e aventura
Como leões aguerridos da serra
Lutaremos com alma e bravura
Da canção do 19º BIMtz

1. ANTECEDENTES

Como é sabido, o atual 19º BIMtz tem parada de sede em São Leopoldo desde 1919. Foi o primeiro quartel do Exército que a cidade abrigou. A antiga estrada que naquele tempo ligava Porto Alegre a São Leopoldo ainda existe e hoje é chamada de "estrada velha". Quem vier por ela, partindo de Sapucaia do Sul, passa por um belíssimo bosque de eucaliptos com um agradável perfume que encanta o eventual viajante. É o Horto Florestal, situado entre os dois municípios.

Ao chegar a São Leopoldo, entrando no perímetro urbano, ele percorrerá a Avenida Coronel Theodomiro Porto da Fonseca e terá a oportunidade de passar pelas duas Unidades militares que atualmente ali têm sede. Primeiro o 16º Grupo de Artilharia de Campanha (16º GAC), à esquerda, instalado no município bem mais tarde, na época da Segunda Guerra Mundial e, a cerca de mil metros adiante, em um pequeno outeiro à direita, está o quartel do velho 19º Batalhão de Infantaria Motorizado (19º BIMtz) – O Batalhão da Serra.

As razões que levaram o Governo a trazer uma Unidade militar para a área, no final da década de 1910, foram puramente políticas. A Cidade de São Leopoldo, como todos sabem, é o berço da imigração alemã no Brasil. Os primeiros colonos alemães subiram o Rio dos Sinos no início do século passado em batelões a vela e a

partir da pequena Vila, então chamada Real Feitoria do Cânhamo, espalharam-se por todo o Vale dos Sinos. Isto foi em 1824, quase 100 anos antes de a cidade abrigar um quartel do Exército.

Durante o primeiro século da imigração no Vale dos Sinos, o Governo brasileiro muito pouco ou quase nada fez pelos colonos alemães e seus descendentes. Eles acabaram se isolando, formando praticamente um gueto, mas não deixaram de crescer economicamente, promovendo o desenvolvimento da região. Não deixaram, também, de ser fonte de recrutamento de soldados e de suprimento para todos os conflitos surgidos no Sul do país no século XIX. Entretanto, o Governo ficou omisso no apoio aos imigrantes nos setores de saúde, educação e segurança, obrigando os colonos a proverem sua própria infra-estrutura de sobrevivência na área, construindo suas escolas, igrejas, hospitais e até assumindo os encargos das guardas municipais.

Mesmo assim isolada do resto do país, na virada do século XX, São Leopoldo já era uma próspera cidade com mais ou menos vinte mil habitantes, onde todos falavam alemão. O comércio, os jornais, o ensino nas escolas, nas igrejas, tudo era em alemão e quem não falasse ou entendesse o idioma passaria apertos nestas redondezas. Veio então a Primeira Guerra Mundial. É claro que a população local solidarizou-se com a causa alemã, mesmo quando, já ao final, o Brasil declarou guerra à Alemanha.

Terminado o conflito, o Governo se apercebeu de que havia um bolsão estrangeiro em seu próprio território e concluiu que alguma coisa precisava ser feita. A melhor forma de integrar a população do Vale dos Sinos, seria instalar na região uma Unidade do Exército, onde, através do serviço militar obrigatório, milhares de jovens, futuros cidadãos, seriam impregnados de patriotismo e de espírito cívico pelo Brasil, tornando-se brasileiros de fato. Assim, em 1919, foi transferido para São Leopoldo o 8º Batalhão de Caçadores (8º BC). Está, deste modo, explicado porque foram políticos os motivos que trouxeram um quartel do Exército para a cidade.

Já em 1922, com o combate à Coluna Prestes, a Unidade mostrou sua característica de ser fortemente politizada. Diz a história que foi difícil comandar os homens nas operações realizadas em Santo Ângelo, pois muitos simpatizavam com as idéias de Prestes. Desde aquele episódio seus quadros sempre discutiram intensamente no interior do quartel as correntes e os movimentos políticos de cada época.

Na Revolução de 1930, o Batalhão acompanhou a caminhada de Getúlio Vargas até o Rio de Janeiro. Seus integrantes voltaram de lá ovacionados como heróis pela população de São Leopoldo. Na Revolução Paulista de 1932, lá estava novamente o 8º BC combatendo os revoltosos. Nesta sucessão de fatos, passando pela Segunda Guerra Mundial quando a Unidade foi a que contribuiu com o maior núme-

ro de pracinhas gaúchos para a Força Expedicionária Brasileira (FEB), chegamos ao episódio da Legalidade em 1961.

Nele, uma parte dos oficiais posicionou-se contra a posse do Vice-Presidente, tendo sido presos, uma vez que o já 19º RI acabou se aliando aos legalistas. Em operações bélicas pela legalidade, a Unidade se deslocou até Lages, onde ficou por alguns dias pronta para enfrentar as tropas vindas do centro do País que apoiavam a corrente contra a posse de Jango. Como prevaleceu a obediência à Constituição por parte das altas autoridades militares, isto é, pela posse do Vice-Presidente, os integrantes do 19º RI retornaram a São Leopoldo vitoriosos, sem terem combatido em Santa Catarina. Mais uma vez foram recebidos como heróis e desfilaram pela cidade, ovacionados pela população.

Outro fator que politizou muito a Unidade foram seus comandantes. Alguns deles jamais esconderam suas posições ideológicas ou políticas. Fizeram mesmo proselitismo político abertamente no interior do quartel. Posso citar como exemplo apenas dois entre muitos: o Coronel Ibá Mesquita Ilha Moreira, um homem claramente identificado com a direita, Comandante da Unidade entre 1961 e 1963 e o Coronel Argemiro Assis Brasil, conhecido militante da esquerda, Comandante do 19º RI entre 1956 e 1959 e mais tarde, como General, Chefe da Casa Militar e fiel a Jango até o final. Era comum, naquele tempo, a Unidade ser visitada por emissários, militares da reserva em especial, tanto da esquerda quanto da direita, que se reuniam com grupos de oficiais, sargentos e mesmo soldados, no interior do quartel, promovendo ampla politização dos quadros.

2. O 31 DE MARÇO NO 19º RI

No início do ano de 1964, quando cheguei ao 19º com mais três aspirantes, todos vindos da AMAN, encontrei um quadro político fervilhando na Unidade. Fui para a Companhia de Petrechos Pesados do 1º Batalhão (CPP/1), cujo Comandante era o Capitão Gaynor da Silva Marques, um excelente oficial.

Com qualidades inegáveis de liderança, sabia perfeitamente qual o seu papel como orientador de um jovem aspirante. Assim, ele me foi paulatinamente esclarecendo a situação, colocando-me a par do quadro político, bem como me dizendo quem era quem e de que lado cada um estava. Ele próprio era contrário ao caos que se estava instalando no País, isto é, caso houvesse algum movimento ele estaria do lado dos revolucionários. Entretanto, o encarregado do material da Companhia, Subtenente Edwino Dauber, na primeira oportunidade, me chamou para dizer que eu não me deixasse levar pelo proselitismo do Comandante da Companhia. Caso

houvesse nova revolução, os fatos iriam acontecer exatamente da mesma forma como em 1961 que ele próprio tinha vivenciado. Isto apenas para descrever o ambiente na nossa subunidade. Nas outras companhias, onde estavam os demais aspirantes, a coisa era ainda pior.

Para se ter uma idéia do ambiente que reinava na Unidade, é preciso fazer alguns esclarecimentos. O então 19º RI era composto por dois batalhões. No 1º Batalhão predominavam oficiais e sargentos que se pronunciavam contra o marxismo, o sindicalismo brizolista promovido pelo Governo, e a favor de uma ação militar contra o estado de inversão de valores que o País vivia. Já no 2º Batalhão concentravam-se os militares simpatizantes ou engajados com o esquerdismo, apoiando, portanto, os atos do Presidente.

Diariamente se via uma peregrinação de agentes de ambos os lados, militares da reserva e mesmo civis, que vinham de fora para o quartel discutir política e cooptar os indecisos. Quem comandava o Regimento naquela época era o Coronel Heryaldo Silveira de Vasconcellos, um homem que eu mesmo só vi uma vez, no dia em que me apresentei pronto para o serviço. Logo ele foi comandar interinamente a Infantaria Divisionária da 6ª Divisão de Infantaria (ID/6), cuja sede era em Pelotas. Assumiu, então, também interinamente, o Comando do Regimento o Tenente-Coronel Otávio Moreira Borba, um homem antibrizolista, mas sem muito apetite para o cargo. Na verdade ele esperava, ansiosamente, chegar o dia em que completaria o tempo para ir para a reserva. Imagine-se uma Unidade com as características descritas anteriormente nas mãos de um Comandante sem muito pulso. Era um convite ao caos.

Os aspirantes eram abertamente convidados para comparecer, durante o expediente, a este ou àquele local, onde estava este ou aquele conhecido, engajado de um ou de outro lado. Na hora do almoço, o pessoal de esquerda do 2º Batalhão, convidava os aspirantes para compartilharem a mesa onde eles estavam. Os do 1º reagiam. Discutiam. Diziam desaforos uns para os outros. Assim, era comum iniciarem-se intensas discussões políticas por qualquer motivo durante a refeição, que não raro terminavam em pugilato.

Ninguém sabia direito de que lado estava este ou aquele sargento. Como proceder durante o serviço de oficial de dia? Procurava-se, primeiro saber qual a posição do adjunto, bem como do Comandante da Guarda, e depois a dos sargentos-de-dia das subunidades para se ter um pouco mais de tranqüilidade ou, quem sabe, de mais tensão. Dormir no quarto do oficial de dia, jamais. O tenente entrava no aposento, chaveava a porta, abria a janela, saltava-a e passava o resto da noite em outro lugar do Regimento.

Durante as rondas noturnas era comum perceber-se que havia alguém nos seguindo ou nos observando na escuridão. Nunca foi possível saber quem era. Uma

noite, estando de oficial-de-dia, escutei uma rajada de metralhadora no fundo do quartel. Corri até lá e não vi nada, tampouco descobri qualquer coisa. Ninguém sabia de nada. Alguns escutaram os tiros mas não sabiam dizer quem os dera, outros sequer os ouviram. Registrei no livro de partes, mas tudo ficou por isso mesmo. Durante o dia, quando os tenentes e aspirantes ministravam instrução para os soldados, podia-se ver que alguém ficava espreitando de longe, escutando o que o instrutor dizia para seus instruendos. Normalmente era um cabo ou soldado antigo do 2º Batalhão, a mando de alguém de lá.

Foram terríveis os dias e as noites dos meses de fevereiro e março de 1964 no quartel do 19º RI. No dia 31 de março estava de oficial de dia. Desde a véspera corriam fortes rumores de que alguma coisa iria acontecer. O pessoal do 2º Batalhão estava excitado. Entravam e saíam emissários. Faziam-se reuniões. Vinham convites para participar delas. Algo mais ou menos assim:

– O Capitão Zuchowski mandou convidar o senhor para uma palestra que haverá lá na Companhia de Petrechos Pesados do 2º Batalhão daqui um pouco – dizia o emissário.

O Capitão Jorge Zuchowski era tido e havido como um militante de esquerda engajado. O Capitão Gaynor ia me orientando, dizendo que não participasse de qualquer reunião. Acatei de imediato a recomendação do meu Comandante de Companhia. Acredito que outros aspirantes receberam orientação idêntica de seus respectivos chefes. Vale lembrar que, curiosamente, nenhum aspirante havia sido designado para o 2º Batalhão.

Mas, voltemos ao dia 31 de março. Desde cedo corriam, já não mais rumores e sim notícias oriundas do centro do País, dando conta que a Revolução estava em curso. Pessoalmente estava tranqüilo já que o Comandante da Guarda do quartel era um sargento do meu pelotão, recém-saído da Escola de Sargentos das Armas (EsSA), com quem eu já me identificara bem e sabia que era disciplinado. Assim é que ao perceber o clima que ia se instalando ali pelo Corpo da Guarda, com ordens e contraordens para a entrada de pessoas estranhas, que ninguém conhecia, ele me disse que estava do meu lado e cumpriria qualquer ordem que eu lhe desse. Tratava-se do então Terceiro-Sargento Jacy Ribeiro, hoje poeta laureado, meu amigo desde então.

Lá pelas 10 horas da manhã fui chamado pelo Tenente-Coronel Borba que me disse haver sido convocado para comparecer ao Quartel-General (QG) da 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI), em Porto Alegre. Logo ouvi uma conversa entre o Major Hélio Loro Orlandi e outro oficial, combinando que iriam falar com o Comandante para tentar demovê-lo da sua intenção de ir a Porto Alegre. Insistiriam para que o Tenente-Coronel Borba não atendesse a convocação, alegando que o General Adalberto Pereira

dos Santos já não estava mais no Comando da 6ª DI e que o seu substituto era homem da linha brizolista. Provavelmente ele seria preso tão logo chegasse ao QG. E mais ainda, que com a sua saída assumiria o Comando do Regimento o Major Osvaldo Nunes, esquerdista tido, não só como brizolista, mas até como comunista convicto. Nada demoveu o Borba. Ele foi preparando a sua malinha para viajar a Porto Alegre. Dizem aqueles que o viram arrumá-la, que nem mesmo o pijama esqueceu de colocar nela.

O Major Loro e mais outros oficiais, pediram então para que ele retardasse um pouco a sua saída, até que chegasse ao quartel o Tenente-Coronel Nei de Moraes Fernandes, que estava em licença, mas havia sido chamado e tinha concordado em se apresentar pronto para assumir o Comando do Regimento. O Tenente-Coronel Fernandes era um gremista ferrenho, *bon vivant*, que cursava uma faculdade naquela época. Estava, portanto, desligado do dia a dia da Unidade. Os pedidos foram em vão. Borba seguiu para Porto Alegre e Nunes e seus asseclas assumiram o Comando do Regimento.

A primeira providência do Nunes foi a de me chamar – como já disse, eu era o oficial-de-dia – para me informar que estava liberada a entrada no quartel para um grupo de pessoas, das quais entregou-me uma lista. Mostrei-a para outros oficiais e o Major Ruy Przcwodowski garantiu-me que os relacionados eram conhecidos agitadores comunistas da cidade.

O Tenente-Coronel Fernandes apresentou-se por volta de 2 horas da tarde. Logo a seguir aconteceu um fato que me deixou muito impressionado durante anos. No momento em que o Fernandes, ainda a paisana, chegou ao Gabinete do Comando onde estava o Major Nunes, entraram também o Capitão Zuchowski e o Major Paulo Bonapace Medeiros, todos do 2º Batalhão e alinhados com o Comandante interino.

Não sei o que aconteceu lá dentro, mas o resultado da reunião foi inesperado para nós, oficiais do 1º Batalhão. Pouco depois vi o Tenente-Coronel Fernandes sair do gabinete em trajes civis, do mesmo modo como entrara, e se encaminhar até a parada do ônibus em frente ao quartel. Sem falar com mais ninguém, o homem tomou a condução e simplesmente desapareceu.

Logo em seguida o Major Nunes me chamou para dar novas ordens. Informou que receberia uma delegação de líderes e políticos da cidade e que o local do encontro seria o Salão de Honra da Unidade. Ato contínuo, observei que a referida comitiva, empunhando bandeiras, faixas e gritando palavras de ordem, já se encontrava na frente do quartel. Fui procurar o Major Loro para saber o que deveria fazer. Infelizmente, nem ele nem o Major Ruy foram encontrados.

Novamente fui chamado pelo Comandante. Ele, rispidamente, indagou por que eu não havia ainda liberado o portão das armas para os seus visitantes. Eu,

aspirante, sentia-me isolado e resolvi mandá-los entrar. Subiram a pequena rampa, as escadas, e entraram com as suas faixas e bandeiras no Salão de Honra onde o Nunes, Zuchowski, Bonapace & Cia. já os esperavam com sorrisos e abraços. O que eles queriam mesmo, soube mais tarde, era que a tropa tomasse a Rádio São Leopoldo para mobilizar o povo da cidade para a causa brizolista.

Aliás, este já era um indicador de que a situação era bem diferente do que fora em 1961, na Legalidade. Naquela ocasião houve uma adesão popular imediata em favor da posse do Vice-Presidente. Já desta vez, era clara uma apatia popular em relação ao clima existente, o que permitia deduzir uma rejeição à maneira como a política estava sendo conduzida pelo Governo no País. Começaram logo os discursos.

Em meio a gritos de "viva o socialismo" para cá, "viva o Brizola" para lá, vi – para minha surpresa – que uma equipe de oficiais avançava de armas em punho pelo corredor do pavilhão dirigindo-se para o Salão de Honra. Pude distinguir entre eles os Capitães Gastão Fuhr, Luís Gonzaga Schroeder Lessa, Gaynor da Silva Marques, Jorge Armando Severo Machado, Luciano Márcio Prates dos Santos e os Tenentes Ivo Fernandes Krüger, Nicomedes Machado Filho, Paulo Rocha da Costa e outros que não me recordo. O grupo irrompeu no salão onde os discursos subversivos seguiam inflamados. O Major Nunes de pé, cara amarrada, balançava a cabeça em gestos de aprovação. O Capitão Fuhr então disse a que tinha vindo:

– Major, o senhor aqui não comanda mais coisa nenhuma e para fora com estes comunistas.

É claro que a fala foi entremeada com sonoros palavrões. Começou então uma violenta pancadaria e os integrantes da comitiva desceram a escadaria e entraram no corredor apanhando sem qualquer cerimônia. Entre eles havia vereadores, professores, militares da reserva e cidadãos comuns. Todos apanharam. Ao chegarem no Corpo da Guarda escutei o comando do Sargento Ribeiro:

– Guarda, calar baioneta! – Fora daqui com esta corja!

Eles saíram correndo, saltando os muros e cercas do quartel até alcançarem a rua.

Nunes, Bonapace, Zuchowski e asseclas ficaram discutindo em altos brados com os outros oficiais. Nesta hora começavam a chegar notícias do que estava acontecendo no resto do País. Os esquerdistas já sentiam que a situação estava perdida, principalmente com a fuga destrambelhada do próprio Presidente da República. Porém, para aquele pessoal fanático e doutrinado do 2º Batalhão, continuava valendo a pena lutar pela causa.

Pouco antes do anoitecer, no mesmo instante em que a comitiva era expulsa do quartel, avançou um grupo armado, comandado pelo 2º Sargento Venaldino Saraiva, brizolista ferrenho, em defesa do Major Nunes e sua equipe. Tomaram posi-

ção junto à caixa d'água – do outro lado do pátio do quartel – em condições favoráveis para atacar, já que dali dispunham de excelente campo de tiro sobre o pavilhão de Comando onde estava encastelado o grupo que expulsara Nunes e seus amigos do Salão de Honra. Estes, naquele momento, muito provavelmente, já se esgueiravam em algum lugar procurando melhor abrigo ou buscando a fuga do quartel. Escutaram-se alguns tiros e, logo em seguida, um grande silêncio. Já era noite escura. Naquele estado de tensão, passou-se bom tempo.

Então, na lateral do pátio do quartel e caminhando para o meio dele, surgiu uma figura estranha. Era um militar, sem dúvida. Vestia uma capa ideal jogada sobre os ombros e com as mãos abria-a, parecendo uma figura fantasmagórica. Parou próximo ao mastro da bandeira, bem no centro do pátio, e gritou:

– Calma! Calma! Eu sou o Coronel Mariano[3], Comandante do Grupo – I/6º RO[4] – e vim aqui dizer a vocês que não há mais motivo para briga, a Revolução é vitoriosa, o Exército está tomando conta de tudo no País inteiro. Os comunistas estão fugindo, o próprio Presidente está desaparecido. A Revolução é vencedora!

Pouco a pouco o pessoal foi descendo do pavilhão de Comando e reunindo-se junto ao Coronel Mariano. O grupo que havia tomado posição próxima da caixa d'água também desapareceu dali. Alguns oficiais e sargentos – brizolistas, comunistas, esquerdistas em geral – também sumiram do quartel. Enquanto isso os revolucionários comemoravam. Acho que naquela noite ninguém dormiu. Mas, preciso contar um fato pitoresco.

A 1ª Companhia de Fuzileiros do I/19º RI, era comandada pelo Capitão Áttila Rohrsetzer, uma figura especial. Tinha um carisma natural e muito grande para a liderança. No entanto, a sua conduta pessoal não o ajudava. Bebia um pouco além da conta e saía do quartel durante o expediente sem dar satisfação a ninguém. Mesmo assim, era um líder. Quando começaram os movimentos confusos no 19º RI, já no dia 30, ele não titubeou: deslocou-se com a sua subunidade inteira para o Morro do Espelho que fica atrás do quartel. Acampou ali e mandou dizer que só voltaria quando a situação estivesse definida. Todos sabiam que ele era muito favorável à Revolução. Durante a noite, de vez em quando, disparava umas rajadas de metralhadora sobre nós para dizer que ele ainda permanecia na posição. Quando a situação se definiu o Major Przewodowski, juntamente com o soldado Johny, seu guarda-costas, saiu do aquartelamento empunhando uma bandeira branca e se aproximou das posições da 1ª Companhia. Lá chegando, parlamentaram e o Áttila con-

---

[3] Coronel José Mariano Corrêa de Araújo Filho, Comandante do 16º GAC, Unidade vizinha ao 19º RI.

[4] Atual 16º GAC, São Leopoldo.

cordou em voltar para a Unidade desde que fosse recebido com a banda de música. E assim foi feito! Conclusão: não participou das tensões vividas pelos demais, foi recebido como herói e fez nome, o que lhe valeu, depois, uma longa carreira no Serviço Nacional de Informações (SNI).

3. ACONTECIMENTOS POSTERIORES

Depois veio a segunda fase da Revolução. Havia muito a ser feito, interna e externamente. O movimento em curso fez brotar em todos que o apoiaram – principalmente nos militares – um fervor messiânico que pretendia colocar o País novamente nos eixos, acertar o que vinha sendo conduzido de forma equivocada, e, enfim, resgatar os velhos valores da sociedade brasileira, na visão da maioria, há muito perdidos. Primeiro, atuou-se no interior do quartel. Promoveram-se inquéritos e sindicâncias que geraram medo e apreensão, principalmente entre os sargentos. Dava para ver que alguns procuravam acertar contas com os seus desafetos. Mas para outros, surgira o momento de separar o joio do trigo. Era a oportunidade de mandar embora conhecidos delinqüentes, pederastas, ladrões, preguiçosos etc.

Politicamente, quase todos sabiam de que lado cada um estava. Mas é bom lembrar que entre os de esquerda havia muita gente boa. Homens vibradores com a profissão e muito eficientes no trabalho. Com estes aconteceu o que sempre ocorre com o militar por ocasião dos conflitos em que ele se vê envolvido. Na realidade, isto é um grande estigma para o soldado: por melhor, mais valente, corajoso e competente que seja, se perder a guerra, ninguém o perdoará e sobre ele cairá todo o peso da derrota. Assim foi com alguns companheiros do 19º RI. Entretanto, a maioria daqueles envolvidos com a esquerda, com o brizolismo, com o socialismo, ou com o comunismo e o marxismo, ou o que quer que seja, era a corja da Unidade. Fez-se justiça em expulsá-los do nosso meio. Serão sempre maus militares aqueles que colocam os seus interesses políticos acima da profissão.

Os militares da Unidade eram interpelados, um clima de terror: quem disse o que, quando foi dito, quem testemunhou, onde se encontrava naquele ou neste momento, eram os questionamentos, por vezes apavorantes. Até presenciei uma cena insólita. O Ely, um sargento gordinho, era o gestor do Centro Social (CESO) – uma espécie de armazém do Regimento que ficava um pouco afastado dos pavilhões principais. Ele e seus comandados acabaram meio alienados dos acontecimentos do dia 31. Mas, por via das dúvidas, foi perguntado a ele pelo Major Ney Nunes Vieira, Chefe da Seção de Informações da Unidade (S2), de que lado ele esteve naquela confusão toda. Ele respondeu de pronto:

– Major, não sei direito o que "tá" acontecendo, mas aponta aí no papel que eu "tô cos home"!

Alguns fugitivos também voltaram. O Tenente-Coronel Fernandes, na primeira reunião de oficiais, explicou que saíra do quartel naquela tarde-noite e não assumira o Comando da Unidade porque estava comprometido com o General Adalberto, Comandante da 6ª DI, que transferiu seu Comando para Cruz Alta e utilizaria seus serviços como motorista. Eu que presenciei tudo, fiquei pasmo com a cara-de-pau daquele oficial, em cuja história, aliás, ninguém acreditou. Também voltou o Tenente-Coronel Borba que reassumiu interinamente o Comando do Regimento.

Fora do quartel a Unidade acumulava missões. Uma verdadeira cruzada. Ocupação da Refinaria Alberto Pasqualini (REFAP), em Esteio, incursão em cidades do interior, com efetivos que variavam de pequenas equipes, uma Companhia, chegando até a um Batalhão, que saíam diariamente com a tarefa de prender pessoas envolvidas com a política esquerdista que o Governo Federal estivera promovendo.

Vinham prefeitos, vereadores e outras pessoas como, por exemplo, os chefes dos então recentemente criados "grupo dos onze", de iniciativa inspirada e incentivada pelo Leonel Brizola. Os adeptos do caudilho acreditavam fervorosamente nesses grupos que teriam como objetivo, no momento certo e se fosse o caso, a tomada do Poder pela força, eliminar resistências e ocupar pontos estratégicos. Alguns deles, querendo obter notoriedade, chegaram a publicar seus nomes na imprensa como chefes de "grupo dos onze" de tal ou tal lugar. Apesar do acúmulo de serviços, o ambiente no quartel melhorou muito com o expurgo dos militantes de esquerda do 2º Batalhão. Passou-se a viver a vida comum de uma Unidade militar tradicional. Havia confiança mútua entre os que ficaram.

E assim o tempo foi passando com inúmeros fatos e acontecimentos, cômicos alguns, nem tanto outros, mas que se incorporaram ao histórico não escrito do 19º RI. Contá-los agora, daria matéria pelo menos para um livro e não é assunto para este relato. Quanto aos inquéritos, cujos indiciados eram os nossos militares, nós – os tenentes e aspirantes – de vez em quando ouvíamos falar que a coisa andava preta para este ou para aquele nosso conhecido.

No dia 12 de maio estava novamente de oficial de dia, e as atividades corriam normalmente. Quase ao final do expediente um soldado-de-ordens foi me encontrar no fundo do quartel onde ministrava uma instrução para o curso de cabos. Veio me dizer que o Comandante queria falar comigo urgente.

Ao me aproximar do Gabinete encontrei alguns sargentos que, justamente naquele momento, desciam as escadas do pavilhão do Comando. O Tenente-Coro-

nel Borba, consciente da sua interinidade, diligentemente continuava ocupando o Gabinete do Subcomandante, situado bem em frente ao do Comando.

Apresentei-me ao Tenente-Coronel Borba e ele ordenou que eu providenciasse um xadrez para o Sargento Venaldino Saraiva que acabara de ser preso. No decurso do inquérito sobre as suas atividades subversivas no quartel no dia 31 de março, o seu envolvimento havia sido definitivamente comprovado na recém-terminada acareação com outros colegas. Eram os sargentos que eu encontrara na escada.

Desci e verifiquei que havia um xadrez livre o qual poderia ser ocupado pelo Venaldino. Instruí o comandante da guarda, bem como o sargento adjunto do que iria acontecer e subi novamente. Perguntei ao Subcomandante onde estava o preso e ele me apontou o Gabinete do Comandante. Apenas para lembrar: Venaldino era aquele graduado que comandara um grupo armado no dia da Revolução, ocupando posições de tiro junto à caixa d'água do quartel. O Gabinete do Comandante era constituído de duas salas. Em uma ficava a mesa de despacho e na outra, contígua, aconteciam as reuniões de oficiais, eram recebidas autoridades etc.

Entrei na primeira sala e encontrei o Major Ruy – encarregado do inquérito – que, justamente naquele instante, saía da outra dependência e me informou, de passagem, que o Venaldino lá se encontrava. Ao chegar no umbral da porta que separava os dois ambientes vi o sargento. Ele estava parado, de costas para mim e de frente para uma janela, olhando a rua. Vestia japona e estava com a mão direita enfiada entre os botões da frente do uniforme, num gesto típico de quem a abriga do frio. Ato contínuo, falei para ele:

– Vamos, Venaldino.

Ele girou o corpo rapidamente e voltou-se para mim, apontando uma pistola. Disparou de imediato e continuamente três tiros. Naturalmente, tinha a arma escondida sob a japona. Como ele não foi revistado antes do interrogatório é a típica indagação que só se faz depois que as tragédias acontecem.

O fato é que tudo foi muito rápido, tanto que o Major Ruy ainda estava na outra sala, atrás de mim. O primeiro tiro ele errou, passou a uns 3cm da minha cabeça, alojando-se no marco da porta. A marca da bala está lá até hoje para quem quiser ver. O segundo tiro pegou de raspão no meu tórax, furando meu uniforme em dois lugares. Já o terceiro me acertou em cheio.

Como meu corpo estava em rotação procurando abrigo no vão da porta à minha retaguarda, este último tiro penetrou atrás da minha orelha direita, perfurou toda a cabeça e saiu em baixo do olho esquerdo estraçalhando o osso malar. A arma do Venaldino era uma pistola Beretta 6.35. O projetil, com capa de aço e

grande velocidade inicial, na sua trajetória encontrou osso somente na saída, onde fez o seu estrago maior, abrindo um rombo.

No início do seu percurso, até a bala encontrar os ossos malares, a sorte foi minha aliada. Ela passou justamente na bifurcação da veia jugular – na sua parte superior – e foi tangenciando o cérebro por baixo e a arcada bucal por cima, sem encontrar grande resistência.

Dei alguns passos, coloquei a mão no rosto e senti o sangue jorrando profusamente. A seguir, senti frio e tremor no corpo todo e uma fraqueza muito grande nas pernas. Antes de desabar em frente a mesa do Comandante, ainda percebi que atiravam na direção do Gabinete onde estava o Venaldino que respondia aos tiros.

A partir daí, apesar de não ter perdido os sentidos, não me lembro mais direito do que aconteceu. O inquérito, cujo encarregado foi o então Capitão Carlos Eurico da Silva Soares, está arquivado no 19º BIMtz e pode ser consultado. Sei que, banhado em sangue, fui carregado pelo soldado Johny – aquele guarda-costas do Major Ruy – até a enfermaria, onde houve uma correria para todos os lados, sem que alguém me socorresse. Todos me olhavam como se eu fosse um ser estranho. Vi até um sargento enfermeiro me espiar e sair de fininho, com a cara apavorada. Acabei sendo levado para o Hospital Centenário, em frente ao quartel, onde já estavam o meu companheiro de turma Aspirante Aloysio Oséas, também ferido, e o corpo do Sargento Venaldino. Como tudo aconteceu após ser atingido é o que passarei a relatar.

Ao atirar em mim, naturalmente, Venaldino chamou a atenção dos que estavam nas proximidades, principalmente do Major Ruy que logo respondeu fogo, errando o alvo. Ao tempo em que atirava, o Major foi se afastando para o fundo do corredor e disso se aproveitou o sargento para sair da sala do Comandante e continuar atirando, tanto no Major quanto na direção da sala do Subcomandante onde se encontrava o Tenente-Coronel Borba que se protegeu no vão embaixo da escrivaninha. Deste modo, foi o móvel que recebeu o impacto das balas, salvando-lhe a vida.

Enlouquecido, o sargento prosseguiu na sua sanha assassina, dirigindo-se para o outro lado do corredor, até chegar às escadarias da Sala Marechal Floriano. Ao descê-las, se deparou com o Aspirante Oséas que vinha subindo e atirou nele quatro vezes. Acertou nos braços e na barriga, tudo sem muita gravidade mas que, mesmo assim, fez com que o Oséas caísse, liberando-lhe a passagem. Ao chegar no pátio correu até o meio dele e em um derradeiro e tresloucado gesto, desferiu o último tiro da sua arma contra a própria cabeça. O fato foi testemunhado por dezenas de militares da Unidade, já que eram mais ou menos 17h30min, hora do toque de ordem.

No Hospital Centenário, conta o então Tenente Machado, os médicos e enfermeiros voltaram-se para atender o Oséas, deixando-me junto com o corpo de Venaldino,

provavelmente porque consideravam o meu caso perdido. Por insistência do Machado, que viu como me debatia, eles passaram a cuidar também de mim. Ia alternando momentos de lucidez e outros em que estava completamente apagado. Mas sabia que estava sendo atendido e sentia que estava perdendo sangue em grande quantidade.

Em dado momento, percebi que me transportavam em uma ambulância. Foi quando me levaram, juntamente com o Oséas, para o HGPA, em Porto Alegre. Ao chegarmos lá, já nos esperava uma equipe de médicos, sob cujos cuidados passamos a ficar. Oséas recuperou-se logo, mas eu passei por uma dura prova: primeiro, recobrar forças; depois, três operações.

O caso das cirurgias é interessante contar. Os médicos do HGPA que me atenderam pediram auxílio a outros colegas de Porto Alegre, já que se tratava de um caso muito grave. Um destes colegas convidados, o Dr. Nahum Goldstein, já falecido, médico civil e um operador emérito, foi o responsável pelas intervenções cirúrgicas a que fui submetido e acompanhou todo o meu pós-operatório. Inclusive, quando já não estava mais baixado, atendeu-me no seu consultório particular. Quem o levou para o HGPA, foi o Major Demétrio, cirurgião-plástico.

O Demétrio era um médico famoso que exercia a sua profissão não por necessidade, já que era grande fazendeiro em Dom Pedrito. Viajado pelo mundo inteiro, era um homem de largos horizontes. Voltei a encontrá-lo, pela última vez, na década de 1980, já idoso, em sua fazenda, por ocasião de um exercício no terreno realizado pela 6ª Divisão de Exército (6ª DE, antiga 6ª DI) naquela região.

Conhecido do General Edison Boscacci Guedes, Comandante da DE naquela época, Demétrio convidou-nos para um churrasco na sua magnífica estância, onde este caso foi rememorado, para espanto dos que não o conheciam.

Mas em 1964, o Major Demétrio era desafeto do Coronel-Médico Álvaro Menezes Paes, então diretor do Hospital, e mais tarde General. Na hora do acerto de contas com o Dr. Nahum, o diretor simplesmente disse que nada lhe devia e que ele fosse procurar o Demétrio, que o trouxera para o hospital a fim de me atender. Quando o médico viu que não receberia nada veio para cima de mim.

Tentei explicar-lhe que não tinha dinheiro para pagá-lo, que fora ferido em serviço e que, portanto, a responsabilidade era do Exército. Procurei fazê-lo compreender que aquela dívida, por direito, não me pertencia, apesar de reconhecer que lhe devia toda a minha recuperação, sem seqüelas físicas. Discute daqui, discute dali, a verdade é que o Doutor Nahum acabou não recebendo nada.

Quando me apresentei pronto no quartel o Comandante era o Coronel Bruno Castro da Graça, a quem contei o vexame pelo qual estava passando. O Coronel se interessou pelo caso e mais ou menos um mês depois, uma tarde, ele me disse:

– Maurer, amanhã vamos viajar para o Rio.

Informou-me que tinha arranjado uma carona em um avião da FAB, ida e volta, e me deu instruções sobre uniformes e outras coisas. No Rio fomos direto para o Palácio Duque de Caxias,[5] onde procuramos pelo General Adalberto que ocupava um alto cargo na área administrativa do Exército. Quando chegamos na presença do General, ele imediatamente se lembrou do meu caso. Inclusive ele fora até me visitar no hospital logo depois do acidente, quando ainda Comandava a 6ª DI.

Esclarecido o caso, ele não vacilou. Arranjou o dinheiro em espécie, e dois dias depois eu o passei às mãos do Dr. Nahum aqui em Porto Alegre. Assim, preservamos – tanto eu, quanto o Exército – a nossa boa imagem com o renomado médico, apesar de uma certa pessoa, por pura vaidade, quase ter posto tudo a perder.

Já de volta ao quartel ainda sofri alguns problemas de saúde. Fiquei quase um ano sem sensibilidade no lado esquerdo do rosto. Por algum tempo também tive dificuldade para falar. Mas, quando se é jovem, a recuperação vem fácil. Aliás, com o meu atestado de origem e com as seqüelas presumíveis de tão grave acidente em serviço, mais de uma vez fui perguntado se eu não cogitava em solicitar reforma por incapacidade física, levando ainda diárias de asilado. Diziam, naquele tempo, que se eu solicitasse, seriam favas contadas.

Mas passou-se o tempo, e aqueles que em 1964, e depois sob a égide da Revolução de 31 de Março, pensavam estar salvando o Brasil, expondo-se para isso a todo e qualquer perigo, são hoje, os vilões da Pátria. É o estigma do soldado, de que falei mais acima, neste breve relato.

Terceira Parte da Entrevista do General Maurer que,
com muito senso de humor, relata uma das muitas ações realizadas pela
sua Unidade na fase pós-revolucionária.

COMO O SARGENTO SEVERO TOMOU A REFINARIA

A Refinaria de Petróleo Alberto Pasqualini (REFAP) está localizada na Cidade de Esteio, a meio caminho dos 40km que separam, pela BR-116, Porto Alegre de São Leopoldo. Esta última cidade, como todos sabem, abriga o 19º BIMtz, o Batalhão da Serra. Em caso de crise, a Unidade tem a responsabilidade de garantir a segurança da Refinaria, por estar localizada em sua área de defesa interna.

Entre o Batalhão da Serra e a Refinaria há vínculos afetivos que o tempo só tem feito acentuar e crescer. É uma história de folhetim, onde o desfecho de cada

[5] Antiga sede do Ministério da Guerra.

capítulo é esperado com ansiedade. Amor e rejeição, frustração e glória, comédia e drama são componentes que temperam este relacionamento muito especial e único.

Três vezes a Refinaria já foi ocupada pelo Batalhão, todas sem violência, mas com toda a dramaticidade que uma ação dessas carrega. Incontáveis foram, também, as oportunidades em que ambos se apoiaram mutuamente. Tubulações, motores, peças e um sem-número de materiais sem uso foram doados de um lado, ao mesmo tempo em que material de acampamento, camas e colchões, eram emprestados para suprir necessidades de outro. Este acordo não escrito sempre foi bom para ambas as partes, mas nem sempre foi bem compreendido por quem não conhece as suas origens e a sua história.

Pois bem, esta crônica pretende contar um capítulo desta história, na esperança de que os seus leitores conheçam – mais um pouco – fatos que não constam de documentos oficiais, mas que aconteceram.

Tudo começou em 1964, logo após a Revolução de 31 de Março. O movimento revolucionário havia se imposto naturalmente, causando fragorosa derrota às esquerdas que ocupavam a mídia, falando em criar "sovietes", "república sindicalista", "grupo dos onze" e outras propostas de inspiração marxista-leninista. Para isso, diziam-se preparados para enfrentar as "forças reacionárias" que seriam derrotadas pela ação avassaladora das massas.

A verdade, como todos sabem, mostrou o contrário. O povo aderiu por inteiro à Revolução. Os líderes das esquerdas descobriram a fragilidade de seus pés de barro e se apressaram em fugir do País ou então se esconder. Dizem que a história não se repete e, quando isto acontece, o faz através da farsa. Foi o que o Brasil viu. Aqueles políticos oportunistas, ideólogos e intelectuais de fachada que esperavam o fenômeno Fidel Castro se repetir também no nosso País, tiveram que se contentar com uma versão de circo mambembe.

O então 19º RI recebeu ordem de ocupar a Refinaria no mais curto prazo. Naquela época a REFAP estava em fase final de construção. Dizia-se que era o último baluarte das forças sindicalistas que não havia fugido. Corria informe que no seu interior haveria fanáticos esquerdistas, fortemente armados, prontos para resistir até o último homem, comandados pelo seu principal líder, Leonel Brizola, cujo local de homizio seria a refinaria e não o Uruguai. Os fatos posteriores mostraram que esse tal líder foi mesmo para o Uruguai, o que mostra que ele pode ser taxado de tudo, menos de bobo.

A missão recaiu sobre o 1º Batalhão do Regimento, cujo Estado-Maior estudou a situação em uma sala fechada, com a luz vermelha permanentemente acesa, até a meia-noite da véspera da operação. Os tenentes corriam pelo pátio equipando as suas

viaturas com munição e material necessário, além de darem as últimas instruções aos seus comandados. Nada poderia dar errado, era uma questão de honra aceita com orgulho pelos jovens oficiais. Afinal, era uma operação de guerra. A vinda da refinaria para o Estado era o orgulho dos gaúchos. Ela não poderia ficar nas mãos de quem se mostrou tão incompetente a ponto de deixar o Governo se desmoronar pelo simples anúncio da Revolução, sem que sequer um tiro fosse disparado.

Às 3h da madrugada, o comboio começou o seu deslocamento pela BR-116, na direção da refinaria. Em obediência aos planos traçados, a coluna abandonou a estrada quando alcançou a localidade de Sapucaia do Sul, poucos quilômetros antes do destino e foi ocupar uma Zona de Reunião (Z Reu) bem à retaguarda da REFAP. Tudo de acordo com os "cabrais" da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), sofregamente consultados e fonte de inspiração do Estado-Maior do 1º Batalhão, para a confecção da Ordem de Operações. A refinaria teria que ser tomada de surpresa.

Às 5h da manhã começou o deslocamento da Z Reu para as Posições de Ataque, quase junto à Linha de Partida, apropriadamente escolhida na cerca leste (dos fundos) da refinaria. Os pelotões chegaram às suas posições, cortaram a cerca e iniciaram a progressão. Tudo no mais absoluto sigilo.

O 1º Pelotão da 1ª Companhia de Fuzileiros (1º/1ª CiaFzo) recebeu uma Zona de Ação facilmente identificável. De um lado uma linha de enormes depósitos cilíndricos e de outro uma estrada interna rigorosamente reta e, ao fundo, já junto à cerca oposta, uma pequena elevação, com um conjunto de construções, o nosso objetivo. O pelotão progrediu rapidamente sem encontrar qualquer resistência até chegar às construções. Na maior delas, sede de uma antiga fazenda, o Comandante do Pelotão, que seguia à frente de seus homens, num gesto teatral, com o pé, abriu a porta de um só golpe. Deparou-se com um enorme salão, na verdade, um refeitório. E... uma surpresa.

Lá estavam, sentados ao longo de uma comprida mesa, um grupo de 20 militares fardados, sendo servidos por garçons vestidos a caráter, em um lauto café da manhã.

O Comandante do Pelotão, ainda Aspirante-a-Oficial, se apercebeu logo que eram militares do 19º RI, sua Unidade. Meteu a mão por baixo do capacete de aço, cheio de galhos de camuflagem, para coçar a cabeça num gesto de perplexidade, diante daquela cena surrealista. Mas pensou:

– Faz sentido, são 7h da manhã, é hora do café. – Mas o que não faz sentido é o nosso pessoal estar aqui, nesta situação.

Neste momento de suspense, digno de um filme, levantou-se da cabeceira da mesa o Primeiro-Sargento Severo, um gauchão nutrido, que ostentava um farto e bem cultivado bigode de pontas arqueadas. Gremista até debaixo d'água, usava sempre por baixo da gandola uma camisa do tricolor, que naquele tempo andava por cima:

– Dá licença, Aspirante. – Primeiro-Sargento Severo, chefe da Manutenção!

– Apresentado, Sargento Severo! – Explique-me o que está acontecendo aqui, disse o Comandante do Pelotão, já àquela altura cercado por parte de sua fração.

– Aspirante, como o senhor sabe – disse Severo – a minha viatura era a última do comboio. No percurso, deu uma pane num GMC[6] da 2ª Cia Fzo que parou. Consertei-o e prosseguimos pela estrada. Não encontrei mais ninguém. Cheguei aqui na entrada da refinaria e perguntei ao guarda:

– Como é, Índio Velho, a turma do 19º já chegou?

O guarda me respondeu que não, mas que eu poderia esperar por ali mesmo com as duas viaturas. Notei também que ele telefonou, o que já me deixou meio nervoso e mandei a turma se preparar para o que desse e viesse. Meu faro de perdigueiro me dizia que alguma coisa estava errada. Mas não demorou muito e apareceu um outro guasca e perguntou se não seria melhor nós entrarmos com os caminhões para o interior da refinaria. Achei boa idéia e assim fizemos. Dali a pouco vieram nos perguntar se estávamos com fome – soldado está sempre com fome – respondi que sim. Aceitamos a oferta e aqui estamos.

O Sargento Severo cofiou o bigodão e prosseguiu:

– Olha, Aspirante, o senhor não aceita uma xícara de café? – Digo-lhe mais, esta coalhada está especial de boa, e a geléia: igual, só a que a minha mãe faz. A fartura aqui é grande, dá para todo o seu Pelotão. Garanto que o seu Apolinário, o chefe daqui, com quem já fiz amizade, não vai se importar. Onde comem 20, comem mais 30.

Foi assim. O Chefe da Manutenção do 19º tomou a refinaria com seus mecânicos e um caminhão do Subtenente da 2ª Cia Fzo. Não encontrou o restante da tropa porque essa havia abandonado a estrada um pouco antes.

O agora Capitão da reserva Severo, ainda está vivo e forte, torcendo seus bigodes, sofrendo e vibrando com o Grêmio, passando sua faca na chaira a espera do próximo churrasco, entremeando o mate bem cevado, com alguns goles da "purinha" mais pura de Santo Antônio da Patrulha.

O seu nome, porém, continua fazendo parte do plano de chamada do Batalhão da Serra. Os sucessivos comandantes da Unidade o têm mantido como uma reserva estratégica.

Se a situação se complicar e se for para ocupar a REFAP, chamem o Severo que ele dá conta!

---

[6] General Motors Company (a sigla da montadora era o apelido dado a um dos tipos de viaturas usadas pelo Exército na época)

Coronel Renato Moreira

Nascido em Cachoeiro do Itapemirim-ES, em fevereiro de 1922, o Coronel Renato ingressou no Exército em 1º de maio de 1942, quando foi matriculado na Escola Preparatória de Fortaleza (EPF).

Fez parte da primeira turma de cadetes que cursou integralmente a Escola Militar de Resende (hoje Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN), sendo declarado Aspirante-a-Oficial de Cavalaria em 28 de dezembro de 1946.

Classificado no 3º RC (3º Regimento de Cavalaria), em São Luiz Gonzaga-RS, serviu naquela Unidade durante nove anos, período em que foi promovido ao primeiro posto em junho de 1947, a Primeiro-Tenente dois anos mais tarde e a Capitão em abril de 1952.

Foi movimentado em 1956 para cursar a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) na Vila Militar-RJ. Aperfeiçoado, retornou à fronteira gaúcha, desta feita classificado no 7º RC, sediado em Livramento.

Aprovado no concurso de admissão, cursou a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) no triênio 1959/1961, sendo que, no final do primeiro ano, foi promovido a Major. Naquela Guarnição vivenciou, durante o último semestre de 1961, o episódio da Legalidade. Curso concluído, veio servir novamente no Rio Grande do Sul, realizando seu estágio de Estado-Maior na 1ª DC (1ª Divisão de Cavalaria), sediada em Santiago, continuando a integrar o Estado-Maior daquela Grande Unidade até ser transferido, em fevereiro de 1964, para o Quartel-General do III Exército, em Porto Alegre.

Recém-designado para a 2ª Seção daquele Comando de Área, viveu intensamente os primórdios da Revolução. Promovido, por merecimento, a Tenente-Coronel em agosto de 1966, permaneceu servindo na área de Informações até ser nomeado Comandante do 3º RCGd (3º Regimento de Cavalaria de Guardas – Regimento Osório), Unidade recém-transferida para Porto Alegre.

Três anos depois, em abril de 1973, quando foi promovido a Coronel, mais uma vez por merecimento, voltou a fazer parte do Estado-Maior do III Exército, agora como Chefe da 4ª Seção. Só se afastou daquela função quando foi transferido para a Reserva em abril de 1975.

Foi Assessor de Segurança e Informações da Aços Finos Piratini durante nove anos, até 1986.

Ao longo de sua carreira militar foi agraciado com inúmeras condecorações, outorgadas em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados à Pátria.

Entrevista realizada em 29 de novembro de 2001.

O entrevistado de hoje do Projeto História Oral do Exército é o Coronel Renato Moreira que serviu por muitos anos no Estado-Maior[1] *do Comando Militar do Sul (CMS).*

Na época era III Exército.

O seu trabalho foi particularmente ligado à área de informações, o que nos dará, com certeza, um retrato do período revolucionário – o nosso objetivo. Conheço alguma coisa sobre o tema, pois servia aqui no Rio Grande do Sul e soube que, em várias Guarnições, houve muito problema de confrontos. Não consegui nem os relatórios nem os registros sobre isso na 2ª Seção do CMS e queria justamente restaurar aqueles fatos por intermédio de sua entrevista. Já temos um retrato de algumas Guarnições, como Vacaria e Uruguaiana, sede da 2ª DC (2ª Divisão de Cavalaria) onde eram estagiários os Generais Apolônio (José Apolônio da Fontoura Rodrigues Neto) e Floriano (Floriano Aguilar Chagas). Sobre a situação no comando da 3ª DI (3ª Divisão de Infantaria) em Santa Maria, ouvimos o General Menna Barreto (Ramão Menna Barreto).

Lá o Comandante era o Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo).

E o Menna Barreto o Chefe de Estado-Maior. Estamos chegando a conclusão que muitos desses Comandos não estavam preparados para o movimento. Não havia nenhuma simpatia pelo que estava acontecendo, mas não houve preparo. Em princípio somos legalistas, aliás, sempre o fomos, então isso pesou. Em São Leopoldo, sede do 19º BIMtz (ex-19º RI), ouvimos o General Maurer (Flávio Oscar Maurer), ferido com um tiro um mês depois da Revolução. Aqui em Porto Alegre já ouvimos o General Etchegoyen (Léo Guedes Etchegoyen), o Coronel Pedro Américo (Pedro Américo Leal) e mais um ou dois. Precisamos completar os dados para termos uma idéia do quadro, que ainda não está definido, pois não ouvimos ninguém que estivesse aqui no QG. O senhor será o primeiro; daí a importância desta entrevista para o nosso trabalho.

O senhor permite que eu diga o nome de um companheiro que pode ser ouvido?

Sim.

O meu Chefe Ruy de Paula Couto.

Já ouvimos os dois Paula Couto. Na época da Revolução o General Ruy estava em Santa Maria.

Veio para cá com o Poppe.

Na ocasião, ele comandava interinamente a AD/3 (Artilharia Divisionária da 3ª DI) porque o General estava de férias e não apareceu.

---

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (*staff*) de um comando (Unidade, Grande Unidade etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

Com a palavra o Coronel Renato para nos relatar o que viu e viveu neste quartel-general naquela época. O senhor tem total liberdade para omitir ou cortar nomes. O trabalho final será o que o senhor disser e quiser.

Inicialmente queria dizer como vim parar aqui. Como todo egresso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), tive que estagiar. A família da minha mulher morava na fronteira e por isso eu quis e pude escolher a 1ª DC de Santiago. O nosso Comandante era o Oromar Osório, um General político que se dizia grandemente influenciado pelo então Ministro da Guerra, General Jair (Jair Dantas Ribeiro), e dava a entender também que era partidário do João Goulart. Éramos três estagiários: o Fragomeni (Domingos José Fragomeni) o Clóvis (Clóvis Cunha Viana) e eu. O tema do estágio foi uma manobra da DC na região de Saicã[2]. Nos debruçamos de verdade nele e, no final, dizem que ficou muito bem-feito. O Comandante do 4º RC era o Coronel Arêas (Álvaro Lúcio de Arêas), frontalmente contra tudo que o Oromar Osório dizia. Mas como ele era muito obediente, seguia as instruções emanadas do Comando. Servia no 2º Grupo de Artilharia 75 mm a Cavalo (2º GA 75 Cav) de Santiago o famoso atleta, o Tenente-Coronel Meyer (Celso dos Santos Meyer). Esses dois, não digo que estivessem lá para se contraporem ao General Oromar, mas eram uma ponta de lança na DC, por coisas que mais tarde ficaram claras.

O senhor era oficial QEMA[3] estagiário?

Exatamente. Cursei a ECEME de 1959 a 1961.

Terminou o curso em 1961, então...

No início de 1962 chegamos em Santiago. A partir de então desenvolvemos o tema e o Coronel Arêas – era o Coronel mais antigo e estava sediado em Santiago – ia sempre no Quartel-General e também se interessou pelo assunto. Até brincava conosco:

– Vocês foram meus alunos, por isso tudo está muito bem feito.

A manobra saiu de acordo com o planejado. Colocamos toda a Primeira Divisão de Cavalaria dentro de Saicã. Os moradores da região disseram que nunca haviam visto tanto tiro de artilharia na vida. Tínhamos muita munição estocada e decidimos:

– Vamos atirar!

Foi uma beleza. Os colegas mais antigos comentavam que o Celso e o Arêas brincavam:

– Esse tema está excelente.

Em um certo momento o próprio General virou-se para eles e falou:

– Devem ser todos MB da ECEME.

---

[2] Terras jurisdicionadas ao Exército onde são realizadas as grandes manobras no Rio Grande do Sul.

[3] Quadro do Estado-Maior da Ativa, integrado por oficiais com o curso da ECEME.

Não éramos tanto, até porque MB é um conceito altíssimo.

É difícil, tanto na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), como principalmente no Estado-Maior.

Fomos bem classificados, mas não tanto. Pois bem, nessa época começou a aparecer qualquer coisa que viria a estourar depois em 1964...

Servimos dois anos em Santiago, tratamos todos muito bem e nós três saímos de lá muito queridos. Tanto que mais tarde o já General Fragomeni Comandou a Primeira Divisão. Na ocasião vimos que algo não estava bem. Os Vargas (Serafim Dornelles Vargas e o Umbelino Dornelles Vargas) mandavam no 2º RC. E não sabíamos se eram pró ou contra o Jango. Como a idéia do Presidente era repartir tudo, eles deviam ser contra – é o que se deduz.

O senhor tem que nos dizer onde estavam aquarteladas essas Unidades porque...

O 2º RC era a Unidade dos Vargas.

Sim, mas onde? Em São Borja, terra do Getúlio Vargas e do João Goulart?

Em São Borja!

Para quem serviu por lá é fácil saber aonde é. Mas nós trabalhamos com todas as DCs antigas que não são mais as atuais...

Esclareço tudo. Em Itaqui, sede do 1º RC, estava tudo normal. Em São Luiz Gonzaga, sede do 3º RC – a primeira Unidade que servi no Rio Grande do Sul – já apareciam alguns problemas, não digo de invasões de terras, mas sentíamos alguma coisa no ar. Estávamos na Divisão e recebíamos todas as informações.

Em Santiago além do QG havia ainda o 4º RC, comandado pelo Coronel Arêas. O Primeiro Regimento de Reconhecimento Mecanizado (1º R Rec Mec) estava sediado em Santo Ângelo – não lembro o nome do Comandante – onde o Etchegoyen serviu como Capitão.

Então essas eram as Unidades da 1ª DC? O 1º RC em Itaqui, o 2º RC em São Borja, o 3º em São Luiz, o 4º RC em Santiago e o 1º Rec Mec em Santo Ângelo.

E ainda o 1º Regimento de Cavalaria Motorizado (1º RCM) em Santa Rosa.

Era uma senhora Brigada,[4] *Talvez a mais poderosa aqui do Rio Grande do Sul.*

Acredito que era.

Ainda havia o 7º Grupo de Canhões 75 mm Auto Rebocados (7º G Can 75 AR) de Ijuí, uma Unidade excepcional. Recapitulando: 1º, 2º, 3º e 4º RC, o 1º R Rec Mec, o 1º RCM e três grupos de Artilharia.

Um em Ijuí, o outro...

O de São Borja e o de Santiago.

[4] Grande Unidade do Exército (na época denominada Divisão de Cavalaria).

Artilharia em São Borja?

Isso mesmo!

O Batalhão de Engenharia era o de São Gabriel ou o de Alegrete?

Não. Não havia Batalhão de Engenharia. Aliás, sempre estranhamos isso. Brincávamos com o General:

– O senhor tem uma baita brigada, mas não tem engenharia.

Até Comunicações tínhamos: a 1ª Companhia de Comunicações (1ª Cia Com), de Santiago.

Santiago!

O senhor vê, eu vou me lembrando aos poucos...

Está bem!

Naquela época, quem mandava na região, quem tinha poder de mando era o pessoal dos Vargas. O Jango era fazendeiro e, desde os tempos do Doutor Getúlio, ligadíssimo com o seu padrinho político. Não pressentimos lá qualquer movimento que pudesse indicar algo como ocorreu em 1964. Mas depois, estudando a vida e os acontecimentos, verificamos que as sementinhas começaram lá, viraram árvores e... Bom, aí é outra história.

Bem, de Santiago eu vim para o QG do III Exército.

Antes, só um flash. *O senhor estava em Santiago em 1962?*

Estava.

E o problema da Legalidade?

A Legalidade foi em 1960 e um quando eu estava na Escola de Estado-Maior.

Ah, sim. Não a viveu aqui no Sul.

Eu ia falar sobre a Legalidade, porque aqui há uma pergunta que se encaixa bem. Mas comentarei depois.

Então o senhor pode continuar.

Fui transferido aqui para o Estado-Maior do III Exército onde havia vaga de adjunto na 1ª e na 2ª Seções. Cheguei em fevereiro de 1964, meio atrasado, e meu colega que chegou na frente foi logo assumindo a 1ª, depois até a chefiou – uma Seção extraordinária, famosa em todo o Exército brasileiro. A mim coube a 2ª Seção. O Chefe era o Coronel Vespasiano (Vespasiano Rodrigues Corrêa) que estava pretendendo ser Adido Militar em Montevidéu. Só pensava nesta possibilidade. O Subchefe, Tenente-Coronel Renan (Armando Renan D'Ávila Duarte), tinha inteligência para dar e vender, era até pára-quedista.

Eu vinha de uma Divisão que, apesar de ser lá do interior, era muito grande e com todas as Seções muito bem organizadas. Tinha sido E4, o Clóvis E3 e o Fragomeni E1. Na chefia do Estado-Maior estava o Major Joaquim Ignácio (Joa-

quim Ignácio Baptista Cardoso) – parente do Fernando Henrique Cardoso – depois foi embora. Então, jamais poderia imaginar uma 2ª Seção do III Exército instalada em três "salinhas" aqui no 5º andar. Pensei comigo: "Meu Deus do Céu! Quatro Sargentos!" Apresentei-me para o chefe que me disse:

– Verifica a papelada e toma conta disso.

Comecei a examinar os cofres. Chamei o sargento mais antigo e perguntei:

– Onde está o fichário da Seção?

– Ah, não tem.

– Mas como? 2ª Seção sem fichário? Deus me livre!

– Mandaram rasgar e queimar.

Posso dizer o nome do chefe que mandou fazer isso?

Pode. Já citaram esse episódio.

Assis Brasil (Argemiro de Assis Brasil)! Mas senti na carne. Porque...

O senhor veio para cá em...

Apresentei-me pronto para o serviço no meio de fevereiro de 1964.

Depois de dois anos em Santiago veio para o III Exército. O Chefe da 2ª Seção não era mais o Assis Brasil.

Não, o meu chefe era *o* Coronel Vespasiano. Tinham prometido para ele uma aditância, mas ele não foi. O Renan, além de ser riquíssimo, era por demais inteligente, apenas não queria nada com as informações. Tanto é que, ao chegar o novo chefe da seção, Coronel Ruy de Paula Couto, ele saiu de lá. Chamei o sargento e falei:

– Já sei como tudo funciona aqui. Só vou te fazer umas três ou quatro recomendações: primeiro, não quero sargento andando pelo corredor; segundo, quem serve aqui tem que ouvir muito e falar pouco, só o essencial; terceiro, vamos organizar a seção.

Depois de seis ou oito meses conseguimos ampliar a 2ª porque o trabalho assim o exigia. Tudo começou a funcionar, pois chegaram mais oficiais e mais sargentos. O nosso apogeu aconteceu quando chegou o então Coronel Ruy para chefiar a seção. Por quê? Porque recentemente tinha havido a Revolução e o problema das informações aqui no III Exército se avolumava. Foi quando veio o Poppe de Figueiredo para cá. Depois conto porque ele veio, isso vai interessar.

Sim!

Preocupado, argumentei com o chefe:

– Vamos montar uma seção exemplar porque vem aí "pólvora grande", não será brincadeira. Teremos que funcionar como aquela 2ª Seção que aprendi lá na AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras) e na ECEME. O senhor tem que arranjar dinheiro para fazermos isto!

Organizamos a Seção, pedimos tudo o que precisávamos para funcionar bem, recebemos e nos tornamos uma Seção modelar. Tanto que era visitada pelo Centro de Informações do Exército (CIE), e pela própria Escola Nacional de Informações (EsNI). Todo mundo que vinha de Brasília queria saber como funcionava a 2ª Seção do III Exército.

Nessa época o chefe era o Coronel Ruy e os adjuntos eram os Coronéis Telmo (Telmo de Oliveira Sant'Anna), de Cavalaria, o Milton (Milton Machado Martins) – da minha turma, mas uns pontinhos mais antigo do que eu – e vários outros adjuntos que conseguimos amealhar. Entre eles o Goulart, de Cavalaria – hoje é engenheiro – e o outro, um famoso bacharel que sugiro seja entrevistado. Trata-se do Capitão Mambrini (Amilcare Pittigliani de Mambrini).

Ele e o Moura (José Antônio Corrêa de Moura) tinham um escritório na Rua Vigário José Inácio. Conheço muito o Mambrini, foi meu contemporâneo de escola e somos amigos. Vou ouvi-lo. O Moura era da minha turma de engenharia e muito meu amigo também. Morreu há pouco. Eu conversava muito com eles.

Sei quem é. O Mambrini foi meu adjunto – era o homem da contra-informação. Conseguimos reunir também um núcleo de sargentos que receberam todo tipo de aula sobre informação. Organizamos uma equipe que passou a ser considerada modelo de Seção no Exército brasileiro.

Bom, este era o quadro da 2ª Seção; podemos prosseguir...

Já bem estruturada, a 2ª estava em condições de irradiar tudo para todas as 2as Seções das Grandes Unidades (DCs, DIs, IDs e ADs) e demais Unidades diretamente subordinadas. Para atingirmos este ponto é interessante comentar alguns problemas com os quais convivemos na Seção, como a situação das comunicações.

Logo depois que assumiu a função, o General Fontoura (Carlos Alberto da Fontoura), Chefe do Estado-Maior do...

Tenho impressão que era do Médici...

Não. Do Médici foi o Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo). O Fontoura foi antes. Foi Chefe do Estado-Maior do General Braga (Álvaro Alves da Silva Braga) nos anos de 1966 e 1967. Muito bem, ele me chamou e ao Milton e falou:

– Nossa rede de comunicações permite um contato com as nossas Divisões, ADs, IDs e bases Divisionárias?

Respondemos que o contato até que poderia ser feito, mas precariamente, ou seja, inadequado para o momento que se vivia. Ele nos pediu uma solução. Então o Milton e eu conversamos e traçamos um planejamento contando com a colaboração do Capitão Múrias (Wladimir Múrias de Andrade) especialista em comunicações que, depois de estudar a situação por completo, nos disse:

– Coronel, a solução depende só de dinheiro.

Então fomos conversar com o General:

– O senhor e o Comandante poderão se comunicar dos seus gabinetes com qualquer Grande Unidade do III Exército, inclusive com a 5ª Região Militar (5ª RM), em Curitiba – que também era nossa. E só um problema de dinheiro.

– E quem vai executar o projeto?

– O Múrias!

O Múrias era filho do General Coriolano (Coriolano de Andrade) – desse tamanhinho – e professor de comunicações da Pontifícia Universidade Católica (PUC) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Então tivemos a seguinte conversa com ele:

– Necessitamos executar um projeto completo. Calcule tudo, coloque no papel que vamos levar para o General.

Dias depois ele nos trouxe o orçamento. Entregamos toda a papelada para o General que a levou ao Comandante do III Exército. O Chefe do Estado-Maior foi enfático:

– Temos que arranjar dinheiro para executar este projeto porque não podemos ficar sem comunicações.

Conseguiram os recursos. Mais ou menos 45 dias depois o General Fontoura e o General Braga, dos gabinetes deles, falavam com todas as Grandes Unidades em linguagem..., como é que dizemos quando sai em código?

Com misturador? Linguagem cifrada.

Isso mesmo. Então o coroamento do trabalho foi o Comando do III Exército (Comandante e Chefe do Estado-Maior) falar quando quisesse com qualquer Grande Unidade ou Unidades – com os seus generais e os coronéis subordinados. Isso nos auxiliou muito e foi tão importante e bem-feito que aquela estrutura permanece até hoje. Eu sei porque depois, já na Reserva, estive aqui umas três ou quatro vezes.

Quando voltei a servir no QG, em abril de 1973, já sob o comando do General Oscar Luiz (Oscar Luiz da Silva) – chefiei a 4ª – o Chefe da 2ª era meu colega o Pinto dos Reis (José Pinto dos Reis) primeiro de....

Muito inteligente!

Aquele companheiro não sair "quatro-estrelas" foi um absurdo. Levou carona e pediu transferência para a Reserva. É o maior "crânio" que já vi no Exército. Não havia ninguém parecido. Lembro dele como se fosse hoje. Uma vez, estava na 4ª conversando com um amigo quando, de repente, o Pinto dos Reis chegou e tranqüilamente perguntou:

– Renato, onde encontro tal documento?

– Fala com o Fulano de tal lá da subseção X que ele te mostra o documento. Eu sabia tudo, conhecia canto por canto, até porque fora também o administrador da seção.

Posteriormente, reencontrei um companheiro que havia indicado para trabalhar conosco. Gente finíssima. Assim que ele me viu, veio e me abraçou, chorando. A emoção do reencontro fez-me chorar também. Nunca mais entrei lá.

Prosseguindo, a 2ª cresceu muito e passou a abarcar quase tudo, inclusive assuntos e ações que seriam da 3ª, mas nós os executávamos na hora, para que surtissem o efeito da oportunidade. Sempre que havia qualquer operação a realizar a 3ª tinha que estar junto porque operações...

Isso foi uma dificuldade que todo o Exército sofreu. Surgiu inclusive a figura de Operação de Informações que, no fim, até causou conflitos de atribuições e responsabilidades. A 3ª Seção estava envolvida com formaturas, instrução, cursos etc. e a 2ª com informação. Com o advento da Revolução aumentou a necessidade de informações. Foi muito difícil conciliar. É da nossa formação...

Eu dizia sempre para o Milton:

– Quando pudermos, e se pudermos, vamos trabalhar com a 3ª porque ela tem a força. Graças a Deus aqui nunca houve briga nem ciumeira.

Porque normalmente somos companheiros.

É, não houve nada disso. Agora um breve relato do nosso método de trabalho. Toda a documentação que chegava na Seção passava pelas minhas mãos. Eu era o escoimador. Assuntos urgentes ficavam ali na mesa e eu ou o Milton resolvíamos na hora. Depois da triagem, os demais iam para o Coronel Telmo quando o General Paula Couto não estava, ou direto para o chefe. Eu orientava sobre o que fazer, como fazer, enfim, fornecia todos os detalhes. E graças a Deus o nosso trabalho sempre fluiu bem. Fiz até um curso de leitura dinâmica para ter melhores condições de trabalho.

É muito papel! Eu também fui Chefe de 2ª.

É uma coisa de louco. Fiquei tão treinado que olhava um documento e pronto, já colocava minha sugestão lá embaixo. Gravava até a fisionomia das pessoas. Hoje as pessoas me dizem:

– O senhor é um bom fisionomista porque foi homem de 2ª.

Posso não lembrar o nome, mas a fisionomia não esqueço. Fomos educados para isso. Não só o homem de 2ª, todos nós, militares, principalmente quando exercemos funções de Comando, temos que ter essa percepção. Se olhar para uma pessoa, ela está fotografada, não tem conversa. Cito até um exemplo. Ontem na solenidade de passagem de Comando do General Muxfeldt (Virgílio Ribeiro Muxfeldt) apareceu um cidadão, eu o olhei de longe e ele olhou para mim; em seguida lhe fiz um aceno e o chamei pelo nome. Há trinta anos que não nos encontrávamos.

Falando em 2ª Seção, fui adjunto do Iruleghi (Ângelo Iruleghi Cunha). Não era fácil; trabalhava duro e...

E via vermelho em tudo quanto era lugar.

*Eu era o Major mais moderno, e ele Coronel-*full*; em seguida foi transferido e pouco tempo depois promovido a General. Os coronéis antigos não quiseram a 2ª, pois estavam bem nas suas Seções. Então o Beckmann (Henrique Beckmann Filho), Chefe do Estado-Maior, me chamou e disse:*

– Você vai assumir a 2ª.

De pronto respondi:

– Coronel, não é possível. Eu sou muito moderno.

– O pessoal não quer e o Ângelo disse que você leva jeito. Vamos experimentar.

– Vou me incomodar e acabarei me queimando, porque sou muito moderno e às vezes temos que entrar nas Unidades.

– Não, não. Se houver qualquer problema eu te ajudo.

E ele me ajudou.

Quando citei os oficiais que serviram na 2ª me esqueci do Coronel Iruleghi, talvez porque ele tenha chegado depois; era fora de série, excepcional. Agora enxergava muita linha vermelha. Eu brincava com ele:

– Chefe, cuidado! Não podemos ser assim, às vezes o senhor pensa que é e não é.

Ele era fogo! Anticomunista como aquele não conheci. Agora era...

Muito competente e trabalhador.

Se houvesse necessidade ficava dez dias em um lugar e não saía. Era extraordinário. Os outros "bambas" da minha época lá na 2ª eram o Telmo, inteligentíssimo, e o Milton, afora meu Chefe, o então Coronel Ruy. Todos "gente escolhida".

Equipe de peso.

Barra pesada. Muito bem, estávamos comentando que eu tomava conhecimento de tudo, era um cofre. Como já comentei, fiz curso de leitura dinâmica e, em conseqüência, olhava um documento assim "na diagonal" e já dizia: é para Fulano, para Beltrano ou Cicrano. Eu conseguia verificar, em um passar d'olhos, se havia necessidade de rebater os documentos que os sargentos datilografavam. Pelo amor de Deus, seção equipada com pessoal competente e material novo, tinha que sair tudo cem por cento. Eu só não corrigia vírgula. Dizia apenas:

– Não tenho tempo para isto.

Agora é interessante relatar alguns episódios ocorridos com os comandantes de Grandes Unidades da época. Ao chegar aqui em fevereiro de 1964, o Comandante do III Exército era o General Galhardo (Benjamim Rodrigues Galhardo).

Foi meu Comandante em Curitiba. Além de oficial de engenharia de carreira, era médico e advogado. Dizem que entendia de tudo, menos do Exército.

Depois comentarei um fato interessante que houve entre ele e o Chefe do Estado-Maior. Já estavam começando a classificar aqui os companheiros pró-Jango para compor o quadro. O General Nobre (Napoleão Nobre), foi transferido do Rio de Janeiro para ser o chefe do Estado-Maior do Galhardo. Comandava a 6ª Divisão de Infantaria (6ª DI) o General Adalberto (Adalberto Pereira dos Santos), que era diametralmente contra o Jango. O Governador do Estado era o Doutor Ildo Meneghetti.

E o General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy)?

O Muricy nessa época não estava aqui...

Está certo, ele foi chefe do Estado-Maior na Legalidade.

Falarei sobre este assunto também. Há uma pergunta que tem a ver com a Legalidade.

Está certo.

Só uma pequena passagem do General Muricy, após 1964. A nossa 2ª já era famosa e ele servia no Estado-Maior do Exército. Uma ocasião, integrando uma comitiva de Brasília em visita ao III Exército, foi direto até à 2ª. Chegou perguntando:

– Onde estão os Majores Milton e Renato?

Um de nós falou:

– Os coronéis estão todos aqui, vamos falar com o Paula Couto, o Telmo ou o Iruleghi.

– Não, eu já falei com eles, quero falar agora é com vocês.

Ofereci minha cadeira – eu era mais moderno que o Milton – ele sentou e fiquei ao lado conversando. De pronto ele perguntou:

– Como foi o problema do Carlos Lamarca?

Era o assunto do momento. Contamos para ele a história completa, no final arrematei:

– Mas ele não teve peito de atravessar o Rio Pelotas porque, se pisasse solo gaúcho, estaria preso em uma hora.

Disse mesmo assim para ele: "estaria preso em uma hora". O Lamarca sabia que seria preso, porque o que ele fez em Porto Alegre foi uma bandidagem. Deixou o Major Ribeiro (Raul José Ribeiro) Comandante da Companhia de Polícia do Exército (PE), na rua da miséria; até o Major Prange (Darcy Gomes Prange), que comandou posteriormente, ainda se incomodou.

Da minha turma.

O então Tenente Lamarca servia na Companhia de PE e, certa vez, quando estava de oficial-de-dia, um dos militares presos lá – o Daudt, da Aeronáutica –

fugiu. Depois, já em São Paulo, roubou munição do Regimento de Quitaúna. Contamos a história completa.

Estava falando sobre os comandantes das Grandes Unidades. O Oromar Osório passara o comando da 1ª DC para o General Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva). Na 2ª DC estava o General assobiador, o Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha), tinha até um apelido...

O QG da 2ª DC era em...

Uruguaiana. E o Comandante da 3ª DC era o Garrastazú (Hugo Garrastazú). Depois conto um caso dele também.

Sentíamos que qualquer coisa que acontecesse traria algumas dissensões. O nosso serviço de informações ainda não era tão eficaz, pois nem todas as Seções estavam bem estruturadas em pessoal e material, com um fluxo de informações e contra-informações não muito grande, mas sob rígido controle. Tudo o que sabíamos fluía para todos – eliminando o fator surpresa – a fim de que ficassem senhores da situação e informassem aos respectivos chefes, comandantes e demais oficiais. Até com a 5ª Região Militar de Curitiba – que segundo alguns não gostava de se engajar com o pessoal do III Exército – o entrosamento era muito bom, talvez porque os companheiros que serviam lá eram todos conhecidos: o Major Braga (Paulo Lacerda Braga), irmão do Ney Braga, o Clóvis e o General Ernesto Geisel. A necessidade de difusão e a excelência de toda a estrutura determinaram um fluxo de informações muito grande.

O General Ernesto comandou a AD/5 em 1962, quando também foi Comandante interino da Região Militar.

Isso mesmo. Bem, quando o Oromar saiu de Santiago, foi para o Rio comandar a Vila Militar. Aí foi o "busílis" todo.

Em 1963.

Muito bem. Falávamos sobre os comandos: o Galhardo foi transferido e a situação começou a fermentar aqui, pois o General Ladário (Ladário Pereira Telles) veio direto do Rio para cá e, como era o mais antigo, assumiu o Comando do III Exército.

Isso foi em...

Final de março de 1964. Quero contar uma passagem ocorrida neste QG, naqueles dias, que vai mostrar como a coisa estava feia. Houve uma reunião de Comando do III Exército, na qual estavam presentes os generais da área. Eu era o "majorzinho" adjunto da 2ª. Soubemos que os generais, entre eles o Adalberto, tinham decidido não acatar as ordens do Comandante, transmitidas através do então Chefe do Estado-Maior, General Nobre. Nisso encontro o General que fora meu segundo Comandante na DC, o Saraiva, janguista até debaixo d'água. Anda-

ram falando alguma coisa para ele porque saiu por esse corredor do quarto andar, com o pinguelim em riste, xingando e bradando:

– Ah! Estão querendo se livrar de mim.

Perguntei a ele:

– O que foi, General? O que houve? Por que o senhor não vai lá em cima, fala com o Múrias e envia um rádio para o Costa e Silva informando que o senhor e a 1ª Divisão estão à disposição dele.

O General Costa e Silva – a eminência parda do Governo, depois Ministro da Guerra – era um dos Comandantes-em-Chefe da Revolução. Muita gente diz que foi fraco como Presidente, e não sei mais o quê, mas era linha-dura.

O General não me ouviu, continuou com seus princípios e contra todos. Resultado: foi cassado. Ele e vários outros.

Deve ter sido logo depois que eclodiu a Revolução. Ele estava indo de avião para Santiago e o Estado-Maior dele mandou dizer que ele não descesse na cidade porque senão seria preso.

O Porto (Raul Rego Monteiro Porto) Comandante do 1º RCM de Santa Rosa era o Comandante interino da Divisão. Não tinha Estado-Maior, mas assumiu o Comando da Divisão porque era o Coronel mais antigo, já que o Chefe do Estado-Maior, Coronel Montarroyos (João Augusto Montarroyos) fora promovido a General em 25 de março e estava ausente da Guarnição. Interessante que os Vargas ficaram quietos. Aliás, nunca se meteram, a não ser que alguém mexesse com eles. Eles só queriam colher e aproveitar.

O Coronel Acquistapace (Moacyr Avellar Acquistapace), comandava o 3º RC de São Luiz e no 4º RC era o Arêas. Todos influenciaram na adoção daquela linha de ação. Eu era Major moderno e comecei a sentir a ebulição. Chegava na Seção e falava:

– Milton, temos que nos cuidar muito, porque pelo que estou vendo isso vai estourar mais cedo ou mais tarde.

– Renato, vamos ter calma!

Aqui o pessoal tinha medo dos sargentos. Certa ocasião falei:

– Vocês podem estar receiosos, mas nós na 2ª não temos medo porque os nossos são de confiança.

O Milton, na 3ª, disse:

– O meu também.

E o chefe da 4ª Seção onde havia dois ou três sargentos arrematou:

– Os meus também são todos de confiança e estamos com eles na mão. Aqui não haverá nada.

Nos referíamos ao QG, porque em Quaraí, lá no 5º RC, houve um problema.

Isso ocorreu em março, por ocasião da Revolução?

É, mas antes já apareceram alguns estertores. Depois direi qual a minha opinião sobre isso. No momento estou dando um ligeiro *flash*. Pela análise do que nos chegava às mãos, e por causa das atitudes do Governo da República sentíamos que a situação não poderia continuar como estava, era imperativo haver mudanças. Foi quando falei:

– É hora de nos prepararmos, inclusive temos que analisar o perfil de quem vem transferido para Porto Alegre. Porque se vier um general de barriga-fria[5] estamos roubados. Temos que ter um Comandante positivo. No final o Napoleão Nobre e a turma toda foram embora.

Ele foi cassado...

Mas foi Chefe do Estado-Maior bastante tempo. Cumpri, por ordem dele, várias missões de observador; eu viajava, verificava a situação e apresentava um relatório. Graças a Deus era só assunto militar, não havia política. Uma vez ele me disse:

– Vá a Santo Ângelo verificar o que está acontecendo lá. Há um avião a sua disposição. Aguardo seu relatório.

Era o problema de um sargento que, já insuflado pelas idéias do que eles queriam que acontecesse, estava pregando a indisciplina das praças no quartel. Cheguei lá, conversei com o Comandante, disse a ele a razão da minha presença, o que queria saber e tudo o mais. Retornei e apresentei o relatório. Ele leu e comentou:

– Está bom!

Mas sentíamos que a situação não estava bem. A Revolução foi em abril de 1964, mas já nos meses de janeiro e fevereiro o ambiente começou a ficar tenso.

Talvez o pior momento tenha sido no final de 1963. Eu estava na EsAO e aquele movimento dos sargentos, lá em Brasília, foi importante. Parece-me que fora da Capital Federal, o fato não teve influência. O Comandante era o General Galhardo. Ele saiu daqui em 1964. E o Comandante da Região era o...

Não lembro, sei que o Comandante da 6ª DI era o Adalberto.

Isso mesmo. E da Região?...

Já me lembro o nome. Em 1964 eu dizia sempre para os coronéis da Seção – o Milton, o Telmo e o Ângelo:

– Olha, temos que nos cuidar, senão voaremos daqui.

Recebíamos muita informação, até de Brasília. Não havia assunto que não soubéssemos, estávamos enfronhados. Eu conversava muito por telefone com o Íris (Íris Lustosa de Oliveira), companheiro que servia em Brasília, e dizia para ele:

---

[5] Expressão que significa: ficar indeciso, ficar em cima do muro, ou ainda, não querer nada com nada.

– A situação não está boa!

Depois criamos aquele serviço de comunicações que nos auxiliou muito. Aí falávamos com o CIE e o Estado-Maior, tudo codificado. Conversávamos muito, pelo menos nós, os "bagrinhos" QEMA que serviam no Estado-Maior do QG estávamos bem enfronhados, e dificilmente seríamos pegos de surpresa se houvesse alguma coisa. Inclusive a 5ª Região – que sempre foi um Grande Comando arredio – não seria apanhada de surpresa, pois toda a turma era conhecida e muito eficiente.

Lá também, nos dias da Revolução, o General Comandante estava fora. Acho que era o Silvino (Silvino Castor da Nóbrega).

Isso mesmo...

Ele não pôde retornar e o General Dario (Dario Coelho), Comandante da AD, assumiu o Comando. A situação ficou um pouco confusa.

Aqui em Porto Alegre também deve ter havido muita movimentação porque, com a ausência do General Adalberto, se não me engano, assumiu o comando da 6ª DI o Coronel Jarbas (Jarbas Ferreira Souza), Comandante do Batalhão de Engenharia. Era muito conhecido como um homem de esquerda.

Eu ia dizer...

Embora fosse menos radical do que o meu Comandante, o Guerreiro Britto (João Guerreiro Britto).

Eu sei.

Aquele era muito mais à esquerda, já é falecido.

O Jarbas sofreu uma resistência danada principalmente porque o pessoal do 18º Regimento de Infantaria (18º RI) e demais Unidades não o aceitaram como Comandante; todos eram pró-Adalberto. Tanto é que não tivemos problemas com as Unidades de Porto Alegre, onde poucos ou nenhum sargento se insurgiu. Aqui no Quartel-General nenhum.

Isso é importante.

O pessoal seguia muito a orientação dos coronéis que explicavam a situação através de instrução para a tropa: está acontecendo isso, aquilo, aquiloutro e pronto. Falavam muito pouco em política. Um desses era o Etchegoyen que servia aqui na 3ª Região. Sempre foi um líder muito sensato, conversa mansa, mas sem brincadeira.

O Jarbas veio do Batalhão de Engenharia para cá assumir o Comando da....

6ª DI.

E trouxe o Estado-Maior dele, os chefes de Seção que eram capitães. Com isto queimou três bons oficiais. Eu os conheço porque sou de engenharia. O Kok Baddo (Hélio de Kok Baddo), o Vargas (Nilton Cardona Vargas) e o...

Estou lembrado do Kok Baddo, era um excelente oficial.

O Vargas foi parar na Amazônia. Nunca mais voltou, mora em Manaus e está muito bem de vida. E o terceiro era o Amaury (Amaury Soares Silveira), da Aplub.[6] *O oficial de engenharia mais inteligente da geração dele. Todos muito bons e foram na onda do Jarbas.*

O Orcy (Orcy Machado Borba) que também servia aqui, não lembro se na DI ou na Região, foi um dos que acompanharam aquela movimentação toda.

Ele me contou que só ficaram olhando aquele pessoal assumir as Seções do Estado-Maior. Realmente entraram em uma fria. Depois fizemos uma força danada para não queimarem os pobres dos capitães.

Coitados! Sabiam que eu, o Milton, o Telmo e o Ângelo éramos da 2ª. Graças a Deus nunca nos encontramos, porque não haveria conversa fiada.

O quadro aqui foi interessante. Vivíamos uma fase de nacionalismo exacerbado – do Semanário[7] *e tantas outras coisas – e alguns oficiais eram simpáticos àquelas idéias. Haveria aqui algum oficial com tendência esquerdista?*

Não lembro de ninguém, a não ser que o fichário da 2ª me desminta. Até porque se encontrássemos uma pessoa assim, procuraríamos conversar com o companheiro. Também recebi colega meu preso...

Em 1964?

É, na Revolução. Conversamos, conversamos e no final ele falou:

– Pôxa, Aratucho, o que há contigo?

Eles me chamavam de Aratucho – arataca com gaúcho – porque sou de Cachoeiro do Itapemerim. No final disse a ele:

– Meu amigo, "o plantão da hora está errado", você não podia ter feito isso para o seu comandante.

Começava por aí e deitava falação. Bem, já estamos falando sobre o início de 1964.

O quadro já está montado! Vamos para as perguntas?

Vamos lá.

Poderemos ter revelações muito interessantes porque algumas Grandes Unidades tiveram problemas sérios. Eu sei de Bagé, sede da 3ª DC e em Santiago do Boqueirão.

O problema de Bagé...

Também em Santa Maria e Uruguaiana, onde o pessoal...

O Estado-Maior da DC de Uruguaiana era muito bom.

Forçaram o General Camarinha...

Camarinha, o assobiador.

---

[6] Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil.

[7] Periódico que divulgava uma política nacionalista.

Não era um homem mau, mas alegava:

– Sou amicíssimo do Jair, não teria saído General se não fosse ele. Como posso ficar contra?

O Oromar dizia a mesma coisa:

– Sou amicíssimo do Jair.

E o pessoal alertava:

– General, tome cuidado!

Graças a Deus ele foi para a Vila Militar. Lá andou fazendo bobagem e encerrou a carreira. Em Bagé também houve uns problemas com o Comandante Garrastazú.

Lá foi complicado porque no dia o General não estava no QG. O Coronel Paixão (Osmar Mendes Paixão Cortes), oficial do Quadro Suplementar Geral (QSG), foi quem segurou a barra, pois tinha muita força.

O Paixão foi o braço direito lá.

Aqueles coronéis "caudilhões" eram líderes, não sabiam fazer manobra, mas tinham prestígio e força.

E influência. Além do mais tinham o poder do dinheiro também. Não sei se na ocasião entrou dinheiro. Mas em Bagé houve esse "probleminha" que no final foi resolvido pelo Paixão que era líder. Em Uruguaiana foi o Estado-Maior que era muito...

Sem dúvida!

Na 1ª DC o Porto não deixou...

Lá eu só sei que o General não reassumiu o Comando. E foi por atuação dos oficiais. Ainda não ouvimos ninguém daquela área. Quem o senhor indicaria para ser ouvido?

É difícil. Eu já não estava lá, viera para Porto Alegre. O Fragomeni e o Clóvis haviam sido transferidos e o então Major Alceste (Alceste Menezes Petterle) não é mais vivo.

É difícil. Eu servi com o Clóvis.

Ele foi para Curitiba. Esses têm muita história para contar. Inclusive o Fragomeni, que foi Chefe do Estado-Maior como Major, porque o oficial QEMA mais antigo, era o Tenente-Coronel Waldir (Waldir da Cruz Soares) – o Waldirzinho – de Infantaria, um que era meio áspero e pavio curto, foi transferido para o Rio ou para Porto Alegre. Havia ainda o Joaquim Ignácio, sobrinho ou primo do Presidente Fernando Henrique, diziam que era comuna e só vivia atrás de mulher; embora fosse oficial do QEMA, com o Estado-Maior mesmo não queria nada. Foi embora logo. No final, quem trabalhava mesmo eram os três: Fragomeni, Clóvis e eu. Nós é que ditávamos as ordens.

Em 1964 assisti a essas reuniões que foram feitas aqui, chamaram os generais e outros oficiais. Foi quando nosso amigo General Saraiva reclamou da vida e

de tudo. Eu sabia que ele voltara para a sua DC, mas parece que não assumiu o Comando. Acho que estava queimado lá.

Ele não estava lá na Legalidade?

Não, não. Ele assumiu o Comando em 1962 ou 1963...

Quando o Ladário assumiu o Comando do III Exército, houve uma reunião com o Presidente e o Brizola.

Eu assisti a isso.

E o Saraiva teria dito para o Jango:

– Subo com a minha Brigada por aqui, atravesso o rio Uruguai, faço um envolvimento e partimos para São Paulo.

Aí o Brizola virou-se para o cunhado e completou?

– Com mais dois ou três generais como esse, nós acabávamos com isso em uma semana.

Finda a reunião, o General viajou de avião para Santiago a fim de assumir o Comando, mas não conseguiu.

Falando em Brizola, contam que ele foi pego aqui com o pé em cima da mesa do Comandante; alguém o flagrou. Comentaram que um Coronel antigão entrou no gabinete e o Brizola estava lá com o General Ladário. Tenho uma ligeira idéia que os dois andaram fazendo bobagem e foram apanhados. Eles estavam mal porque o General Adalberto é que mandava em Porto Alegre e ele era favorável à Revolução ou qualquer coisa que mudasse aquela situação.

O esquema do Jango caiu de maduro. As nossas escolas tiveram um papel decisivo e fundamental porque nos prepararam muito bem. Não era lavagem cerebral, eles mostravam...

Acredito que poderia ter acontecido algo mais sério aqui em Porto Alegre por causa da ação do Brizola. Ele tinha o nome ligado à Legalidade.

Segundo alguns historiadores aquela foi a maior ameaça de guerra civil que o Brasil já viveu. Eu servia em Curitiba e foi realmente...

Eu também concordo. Ia correr muito sangue...

Quem conteve a situação foi o Exército. Não nos conformávamos com a eclosão de luta entre nós promovida por políticos. Ninguém estava "a favor" da legalidade do Brizola, nossa preocupação era a subversão e a corrupção. Foi uma situação muito difícil.

Tenho o mesmo pensamento.

Interessante é que vários oficiais daqui foram legalistas. Um exemplo foi o General Paula Couto que deslocou sua tropa para Vacaria. E ninguém poderá dizer que o Paula Couto gosta do Brizola, pois não suporta nem ouvir falar no

nome dele. Então a conotação da Legalidade foi uma e em 1964 foi completamente diferente. Todo mundo sabia o que estava havendo, com exceção do pessoal simpático à esquerda.

Havia gente que morria de amores pelo Jango e pelo Brizola. Depois encontrei alguns que me confessaram:

– Puxa vida, como eu estava enganado!

É, mas na ocasião não quiseram nos ouvir.

Vamos às perguntas? Em sua opinião quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Não sei como me expressar, mas tudo remonta à época da Legalidade, que deixou uma mancha, um ranço sério contra aquela turma e que custou a sair. Houve a Revolução porque o pessoal acreditava que não podíamos continuar mais vivendo aquela situação.

Fico à vontade porque na ocasião estava na área. Se não me defini pela Legalidade também não fui contra, fiquei quieto. Eu era Capitão. Mas acredito que aqui no Sul restou um pouco de complexo de culpa; o pessoal se arrependeu de ter ido na conversa do Brizola...

Estou totalmente de acordo. O segundo ponto foi o problema da reforma agrária...

Incluída no que eles chamavam de Reformas de Base!

Eram necessárias, mas não do jeito que eles queriam fazer. A outra causa foi a insatisfação da nossa classe quanto aos baixos salários e também quanto à estrutura e prestígio do Exército. O senhor sabe que...

Eu vivi o comprometimento da hierarquia e da disciplina.

Eu ia falar sobre o caso dos sargentos. Porque isso está no cerne do militar, está na raiz.

É, foi uma situação difícil.

A hierarquia e a disciplina.

Vamos adiante. Como adjunto de 2ª Seção, sentiu que havia alguém conspirando?

Aqui dentro?

É, dizem que os conspiradores aqui seriam: o General Manta (Antônio Adolpho Manta), que já estava na Reserva; o Capitão Gusmão (Alberto de Azevedo Gusmão), de Artilharia, que ia para o interior levando bilhetinhos e instruções e trazia informações.

Gente nossa.

E o Etchegoyen. Seriam as principais. Na entrevista do General Etchegoyen fiz uma série de perguntas, mas essas pessoas não gostam de contar quase nada.

Eu queria ouvir o depoimento do Gusmão, mas ele trabalha em um jornal de São Leopoldo e me comentou:

– Não posso falar muito.

Então resolvemos desistir.

Concluindo, a bem da verdade me parece que foi mais uma preparação geral das Escolas através daqueles documentos do Estado-Maior e daqueles folhetinhos. Mas era conspiração.

Vou dizer uma coisa, o Brizola e a turma dele nunca foram simpáticos ao Exército. Alguns achavam que não se devia fazer nada porque ele tinha sido enérgico não deixando o governo sair fora da Constituição e mantinham um resquício de simpatia pela Legalidade. Eu estava no Rio de Janeiro e lá, pouquíssima gente o acatou.

Foi muito difícil.

Ele era um homem populista. Nós já não gostamos nem um pouco de político e, se ele é demagogo, nem pintando de ouro é aceito, então...

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento foi espontâneo?

Tenho a impressão que, se houve coordenação, partiu daqui do III Exército...

Decorrente de documentos oriundos do Rio, do Estado-Maior do Exército...

Chefiado pelo Castello – um homem muito respeitado.

Sem dúvida!

Eu o conheci ainda Tenente-Coronel, no Realengo,[8] quando fiz exame para a Escola Militar. Eu via aquele oficial como um paradigma.

Um homem corretíssimo.

Arrematando a pergunta. Acredito que a preparação foi coordenada. Culminou com aquele "manifesto" do Marechal Castello Branco. Eu o recebi lá na 2ª Seção, e o levei logo ao chefe:

– Olha isso aí!

Então podemos dizer que aconteceram pequenas reuniões de companheiros.

E até com a presença de civis também. Muitos professores universitários, que estavam com medo, desejavam uma mudança.

Depois não soubemos manejar com eles e...

Isso é outra questão que responderei adiante.

---

[8] Bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro que emprestou o nome para a Escola Militar que ali funcionou até ser transferida para a cidade de Resende, mudando o nome para Escola Militar de Resende e, posteriormente Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Onde ocorreu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Para mim foi nos sindicatos e nas universidades que não haviam sido bem preparados para recebê-la.

O desencadeamento da Revolução na área do III Exército foi mediante ordem?

Foi sim! Colocaram nos Comandos de Unidades e nas Divisões só pessoal de confiança. Em Vacaria, por exemplo, houve um problema e mudou-se logo o Comandante.

Eu estava lá. Chegou uma hora que não deu mais. Somos militares e fomos treinados para obedecer, mas naquela época a situação atingiu a um tal ponto que não foi possível continuar. E até preso fui.

Prosseguindo, como foi recebida a revolução?

Foi bem recebida.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Colocar ordem na coisa pública que estava muito desordenada.

É uma resposta abrangente. Colocar o país em ordem. Vamos em frente.

A idéia das Forças Armadas não era endurecer e nem usar Atos Institucionais, mas foram encostadas na parede pelos políticos e pelo terrorismo. Nos fale um pouco sobre as causas dessa escalada revolucionária.

Não há dúvida de que as causas foram a desobediência política e o terrorismo. O pior de tudo foi que eles achavam que nós estávamos brincando, o que não era realidade. Tiveram sorte, porque muita coisa que tinha que ser feita não o foi. Em qualquer país do mundo onde houve uma revolução, cortaram o pescoço de muita gente. Embora estivéssemos em guerra, aqui não houve isso. Não é da nossa índole. Até hoje comento:

– Estudem e conheçam melhor a história! Esses livros que estão em uso nas escolas são pura propaganda revolucionária marxista. A realidade da esquerda é outra. É só ler as evidências.

Sem dúvida!

Um exemplo do endurecimento do jogo democrático face ao terrorismo é o exemplo dos Estados Unidos. Nas décadas de 1960 e 1970 eu servia em Brasília e um Adjunto do Adido americano me dizia:

– Entendo o trabalho de vocês, mas está na hora de melhorar a democracia, vocês não podem ficar comandando para sempre.

Eles nunca haviam sofrido um atentado terrorista de cunho militar, como o que aconteceu no 11 de setembro. O país mais democrático do mundo vai abrir os tribunais para julgar terroristas; acabaram com as liberdades individuais...

E as restrições nos aeroportos?

Muito mais severas do que as adotadas por nós.

Nunca se fiscalizou ninguém em aeroporto. Certo ou errado, não fizemos isso.

Concluindo: os Atos Institucionais surgiram como uma política forte para fazer frente à atuação da oposição radical, aquela infiltrada por terroristas.

O nosso Presidente disse que nunca houve terrorismo no Brasil! É bom lembrá-lo que o primeiro ato terrorista que desencadeou tudo isso foi no aeroporto do Guararapes. O País estava normalizado, a tendência era democratizar aos poucos, aí colocaram uma bomba, mataram dois, feriram uns quantos, inclusive o...

Costa e Silva.

E um colega de turma seu ficou com os dedos todos...

O Major Sylvio (Sylvio Ferreira da Silva) ficou todo torto.

Infante. Da turma de 1945. Aquele foi considerado o primeiro ato terrorista. Ninguém teve dúvida de que foi um ato para valer. O que naturalmente resultou em uma escalada; um faz lá, o outro faz aqui. Interessante que o ato terrorista que talvez tenha sido até do outro lado e que não resultou em morte de nenhum deles, ao contrário, morreu um nosso – o Riocentro – é permanentemente lembrado como se fosse o único ato de terrorismo que houve no Brasil.

Eu ia comentar sobre isso.

Nos dê um enfoque rápido sobre os governos dos presidentes militares.

Na minha opinião duraram demais, entregaram o poder tardiamente. Quando houve aquele problema com o General Costa e Silva o General Médici comandava o III Exército. Eu fazia parte do Estado-Maior dele cujo chefe era o Figueiredo.

Ele foi para Brasília, e lá chegaram a um acordo que o levou à Presidência da República. Ao retornar, nos reuniu e determinou que fôssemos para a casa dele. Lá havia um porão onde colocamos todas as informações importantes que dispúnhamos na 2ª Seção. Eu sei porque estive lá várias vezes. Graças àquelas informações o General Médici saiu daqui com o ministério quase todo pronto. O Andreazza (Mário David Andreazza), o homem das comunicações, o Delfim Neto, e por aí afora.

Ele aproveitou um excelente Ministro do Costa e Silva, que era excelente, o Dias Leite. E também o...

O Ministro do Exército era o Orlando Geisel. Foi meu comandante aqui. Como parte das comemorações das festas da Cavalaria, em maio de 1969, ainda como Comandante do III Exército, o Médici foi com o então Coronel Édison (Édison

Boscacci Guedes) – Chefe do Estado-Maior da 3ª Região Militar – e outros oficiais deste QG, até a cidade de Osório.[9] Lá determinou a criação do Parque Histórico Marechal Manoel Luiz Osório e a restauração da casa onde nascera o Patrono da Cavalaria. Eu não pude ir porque naquele dia estava de serviço de permanência à 2ª Seção. Como era gaúcho e fora Comandante do III Exército, o já Presidente Médici sempre vinha aqui no Sul. Acabou criando uma Fundação para melhor gerir o Parque Histórico.

Tínhamos muita ligação porque éramos vizinhos. Sempre que ele vinha a Porto Alegre eu lhe levava algum documento. Tempos depois – já éramos campeões do mundo – em uma daquelas solenidades lá no Parque Histórico, disse a ele:

– General...

Ele já era Presidente?

Já. Perguntei:

– Não está na hora de indicarmos um presidente civil?

Porque é claro que o indicado por ele se elegeria.

Sem dúvida!

Estávamos empolgados com a "era do milagre", até campeões do mundo éramos.

Tudo graças ao carisma do Médici.

A essas minhas brincadeiras ele respondia rindo:

– Você tem cada idéia!

Uma vez fiz o seguinte comentário:

– General, se eu fosse o senhor mandava o Andreazza projetar e executar a transposição do Rio São Francisco. Só depois de afogar aqueles aratacas, eu retomaria a construção da Perimetral Norte.[10]

A resposta era sempre a mesma:

– Você tem cada idéia!

Pois hoje o assunto é moda. E ele se quisesse teria resolvido, porque estava com a faca e o queijo na mão; era só dizer: quero fazer, e estávamos conversados. Guardando as devidas proporções foi ele quem assinou a transferência do 13º RC de Jaguarão para Porto Alegre, a mudança de denominação para 3º RCGd – Regimento Osório – e a sua instalação no aquartelamento que fora do 6º Batalhão de Engenharia de Combate (6º BE Cmb).

Finalizando o meu comentário – acho que o regime durou demais. E na minha opinião o melhor período de todos foi o do Presidente Médici.

---

[9] Cidade interiorana do Rio Grande do Sul.

[10] Rodovia Federal projetada para interligar toda a fronteira Nor-noroeste do Brasil ao restante do País.

Concordo. Sou até suspeito porque trabalhei na Secretaria do Conselho de Segurança[11] *durante todo o Governo dele, chefiado pelo Figueiredo. Era um setor isento politicamente, não se misturava em nada e tinha muita força. Naquela época basicamente era composto por militares. Foi extinto injustamente e o que não puderam acabar foi entregue para o Itamarati, com isso praticamente neutralizaram a nossa ação. Mesmo sem ser um homem ardiloso, o Médici fez um Governo magnífico. Particularmente pela capacidade de decidir e por ter uma equipe...*

Muito boa.

E não hesitava em trocar alguém da equipe se fosse necessário. Um terceiro fato foi a sorte. Deu tudo certo. A economia mundial estava em uma época boa. Ganhamos a Copa do Mundo, Emerson Fittipaldi e Eder Jofre sagraram-se campeões....

A inflação manteve-se baixa.

O povo satisfeito. Então...

É como eu digo: éramos felizes e...

E não sabíamos! É!

Então esta é a minha opinião sobre os governos militares.

Opinião coincidente com noventa por cento do pessoal que nos concedeu entrevista.

Vamos falar agora sobre alguns assuntos convergentes, ou seja, os métodos empregados para derrotar a subversão: a Operação Bandeirante (Oban) e o terrorismo em São Paulo; a dificuldade em implementar a diretriz de segurança interna que entregou ao Exército a responsabilidade de coordenar e comandar as ações antiterror; a negativa da Marinha em aceitar a subordinação e a cooperação com as demais forças de segurança e o problema de Xambioá.

Xambioá foi lá na Amazônia?

No Bico do Papagaio.

O Deputado José Genoíno até hoje fala bobagem.

É, ele estava lá. Então a pergunta é: qual a sua avaliação sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo? São válidas as acusações de uso de violência por nossas forças? E se houve violência, não seria justificada? Porque guerra é...

...guerra, me tirou a palavra. Quem vai para a guerra querendo bancar o bonzinho está roubado, morre. O inimigo mata primeiro. Foi o que aconteceu em Xambioá. Achavam que seria um fazer de conta. E agora fica o Genoíno falando bobagem na Câmara, inclusive dizem que ele foi um dos que deduram os companheiros.

---

[11] O Conselho de Segurança Nacional era um órgão ligado diretamente à Presidência da República, que prestava um assessoramento estratégico ao Presidente, na área de Segurança Nacional.

Dizem! Em 1971, talvez 1972, na época do Presidente Médici, o gabinete do Ministro enviou um ofício recomendando que não houvesse tortura. Era assinado pelo Orlando Geisel e pedia que os Comandos de Área se pronunciassem sobre o assunto. Eu era Chefe da 2ª Seção do Comando Militar do Planalto (CMP) e redigi o ofício resposta. O Comandante era o Dióscoro do Vale (Dióscoro Gonçalves do Vale), que também comandou a 3ª RM.

Ele foi Comandante do Corpo de Cadetes no meu tempo.

Nessa época o senhor estava aqui na 2ª?

Não, em 1972 já era Comandante do 3º RCGd, o Regimento Osório. Saí da 2ª...

Tenho a impressão que essa recomendação não chegou ao nível Unidade!

Tomei conhecimento porque...

Um ofício muito bem feito, recomendando que não se descuidasse disso. Quanto à resposta, lembro-me que o General Dióscoro do Valle estava sentado com um colega de turma, provavelmente também general, mas já da Reserva. Como a resposta era urgente, pedi licença e entreguei o documento.

Ele leu e, repassando o ofício ao colega, comentou:

– Dê uma lida e veja o que a minha gurizada está escrevendo, que coisa bem-feita!

O amigo deu uma lida e disse:

– Dióscoro, eu não mandaria esse tipo de ofício. Está muito forte.

– Ah, não. Isso é só impressão sua. Pode trazer aqui que eu assino, não há o que corrigir.

Ele assinou e eu saí. No documento eu defendia a tese pela qual não podíamos confundir violência com crueldade, ou seja, estourar um aparelho, atirar, na prática da legítima defesa, isso é violência decorrente do estado de guerra. Agora, colocar uma mulher sentada em uma cadeira e começar a arrancar a unha dela, isso é crueldade, é ação feita só por pessoa que não tem boa formação. Não podemos confundir as duas coisas. Escrevi isso e o colega do meu comandante disse que aquilo não se escreve para um superior, só se conversa no mesmo nível.

É, infelizmente houve isso. Mas tenho a impressão que aqui na nossa área, se ocorreu, foi exceção e assim mesmo só fatos ligados à Secretaria de Segurança. Nas dependências do Exército não mesmo.

É, eles falam muito no Job (Job Lorena de Sant'Anna), que já estava atuando ostensivamente na área...

E no Áttila (Áttila Rohrsetzer). Servimos juntos aqui, mas na ocasião já estava na Reserva e à disposição da Secretaria de Segurança. Eu sempre dizia para ele:

– Cuidado com o que faz, pois o Exército não está nesse negócio. Não fomos formados e instruídos para fazermos isso.

E aquele problema do sargento com as mãos amarradas?

O Raimundo Soares? Eu já não estava na 2ª. Hoje tenho a impressão que não...

Não foi nosso?

Segundo alguns informes, não foi ação de militar do Exército. Tenho certeza quase absoluta de que não foi realizado por pessoal da Inteligência porque eles eram administrados pela 2ª Seção. Mesmo depois, com a criação dos DOI-CODI,[12] continuou tudo ligado à 2ª.

A nova estrutura resultou daquela diretriz de segurança interna. Ocorre que estávamos levando pauleira, apanhando, porque cada um fazia o que queria. Com a diretriz tudo foi unificado sob a coordenação do Exército através dos DOI-CODI, sobre os quais o pessoal fala como se fosse uma coisa do outro mundo. Qual era o objetivo do CODI? Coordenar operações de defesa interna. Sentávamos em uma mesa com a Marinha, a Aeronáutica e a Secretaria de Segurança e perguntávamos o que cada um dos participantes estava fazendo. Eles criticam porque...

Por causa dos dois problemas ocorridos em São Paulo.

Tenho minhas dúvidas sobre o que dizem em relação ao caso Vladimir Herzog, pois conheço a pessoa que fez o inquérito – General Cerqueira Lima (Fernando Guimarães de Cerqueira Lima) – fui assistente dele e seu Chefe de Estado-Maior. É um homem muito inteligente, dos mais sérios e lúcidos que eu já vi na minha vida. E ele me jurava:

– Pode ser que tenham matado o Herzog, mas não consegui provar nada. Passei um mês sem dormir fazendo o inquérito.

Ele tinha uma cópia do inquérito e hoje me arrependo de não ter solicitado uma para mim. Sou metido a escrever – daria um best seller *fantástico.*

No final o D'Ávila (Ednardo D'Ávila Mello) foi responsabilizado e exonerado do Comando.

Em síntese, os métodos empregados foram adequados?

Houve muita falha. Não souberam divulgar direito a situação em que encontraram o Governo, o que fizeram e como tudo ficou depois. Conheci esse Brasil de então, não tínhamos nada. Um exemplo, as estradas; não havia asfalto para Caxias do Sul ou Vacaria. O Andreazza mandou asfaltar tudo. Coisa impressionante!

Ele visitava muito a Secretaria do Conselho de Segurança porque trabalhara com o Mazza (Roberto Mazza) na Casa Militar durante o Governo Costa e Silva.

---

[12] Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna.

Eu sei quem é.

O Mazza era o meu chefe. O Andreazza o respeitava e muitas vezes pedia para a Secretaria ajudá-lo naquilo que fosse possível. Como naquela época éramos fortes, bastava fazer uma exposição de motivos que normalmente o Figueiredo encaminhava e o Presidente Médici dava o aval. Uma vez eu perguntei ao Mazza:

– Onde é que vai estrangular?

– Estrangular o que, Major?

Eu era Major.

– A minha dúvida é a seguinte: o Brasil está crescendo dez por cento ao ano; se continuar nesse ritmo durante vinte anos – e o crescimento é geométrico – igualaremos os Estados Unidos e sabemos que não há condições para tal façanha.

Ele deu uma risadinha e me disse:

– Na minha opinião faltará gente – mão-de-obra qualificada – porque para agüentar um desenvolvimento desses necessitamos de uma base cultural e científica – a famosa massa crítica – e isso não temos e não a conseguiremos em uma meia dúzia de anos. Chegará a hora que precisaremos de elementos que dominem profundamente Física Quântica e outras tantas ciências e nós teremos dez, doze, no máximo uma centena de especialistas, o que é...

Muito pouco.

Lembro que o Ministério do Exército queria muito desenvolver uma bomba atômica, e eu era um dos que reagiam contra. Aí tive que escrever o por quê: "Os franceses precisaram de mil e duzentos cientistas para dispor de uma bomba atômica. Não há como nos lançarmos nessa empreitada com seis engenheiros nucleares no Brasil." Até poder-se-ia fazê-la, mas não teríamos infra-estrutura para implementar a manutenção do sistema.

De jeito nenhum. Foi uma das áreas que os governos do período revolucionário deveriam ter atacado mais. O ensino em geral e especialmente o universitário e o tecnológico. Estavam com a faca e o queijo na mão. Talvez nem assim fosse possível formar esse número tão grande que o senhor mencionou, e que até hoje não conseguimos.

É verdade.

Mas seria uma base excelente. Infelizmente não sei como estamos agora.

Eu também não, pois me desliguei do assunto. Vamos em frente.

Como a Revolução repercutiu na opinião pública internacional?

Acho que ela recebeu bem a Revolução até porque na época ninguém estava de acordo com as idéias janguistas, enfim com o socialismo. Hoje todos se dizem pelo social, são socialistas, mas não sei se não é só da boca para fora.

Deixe-me dar uma especulada porque no momento estamos diante de um fato novo. Antes desse atentado que houve nos Estados Unidos, o americano achava que na semana seguinte à eclosão de uma revolução, se faria uma eleição, o novo partido assumiria o Poder e o país continuaria a viver normalmente. Garanto que agora já não pensam mais assim. E quando forem falar em direitos humanos como o Jimmy Carter falava e nos incomodava, pensarão duas vezes. No próprio país sempre é diferente.

Deus me perdoe, mas às vezes é necessário acontecer certas coisas com aqueles que pensam que são os tais para que reconheçam que não estão com tudo...

Há uma dificuldade nesse sentido porque o meio intelectual e a mídia são muito simpáticos às teorias distributivas. Só pensam em fazer o bem para todo mundo. Como se isso fosse possível. Não é e nunca foi.

É humanamente impossível.

A luta e a ambição fazem parte do homem.

Acredito que, se for possível, é um sonho a se realizar daqui a séculos.

Vamos a outra pergunta. Qual a sua opinião sobre o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Deveria ter se desengajado mais cedo.

O senhor ratificou a sua opinião. Mas mesmo sendo tardio, sendo depois, tivemos muitas dificuldades.

Ando muito de táxi porque preciso deslocar-me rápido. Uns motoristas já me conhecem porque só pego táxi no ponto e acabam descobrindo que sou Coronel. Durante a corrida, sempre me sondam:

– Tempo bom era aquele dos militares no Governo, o senhor não acha, Coronel?

– Rapaz, você está falando de um tempo que eu vivi.

– Aquilo é que era tempo! Havia ordem, respeito e disciplina. O pessoal ou estudava ou trabalhava, ninguém recebia nada de graça. – E agora?

– Agora estamos em uma democracia que se renova de tempos em tempos. É preciso saber votar para alcançarmos aquilo que se quer: a perfeição; na realidade ela nunca chega, pois a cada conquista surgem novos anseios, novos sonhos.

Repito para eles o que o Milton dizia: éramos felizes e não sabíamos.

Agora vamos falar sobre "revanchismo". Houve uma guerra e nós a ganhamos; oferecemos a mão aos derrotados e entregamos o Poder. Os que perderam, que provocaram a guerra, ocuparam o Governo e passaram a ser os heróis e nós passamos a ser os bandidos. Hoje em dia onde quer que o Exército apareça, eles batem de borduna.

Isso está certo? É "revanchismo"? Ou apenas um preconceito dos militares? É um assunto controvertido. A palavra é sua.

Sobre o "revanchismo" digo o seguinte: assisto as transmissões das TV do Senado e da Câmara, do início até o fim. O que vejo de parlamentares, principalmente da oposição, falando mal dos militares. Tudo o que aconteceu de ruim...

Foi na época da ditadura.

Fico pensando: "Meu Deus do céu! O que esse pessoal está fazendo agora? Hoje só se pensa em proveito próprio. E os nossos governos quiseram curar esses males. Infelizmente não se curou quase nada ou muito pouco." Por isso reforço a minha opinião de que o General Médici deveria ter feito a transição, entregando o Governo para um civil. Hoje em dia seríamos vistos de outra maneira.

Esse é o ponto de vista de muita gente. Porque era a hora em que estávamos em alta, conceituados, todos teriam dificuldade em acusar os militares de algo. Uma coisa importante: falam que o Médici teria sido um homem extremamente duro, mas temos que lembrar que ele ocupou o Governo em uma hora difícil.

Isso é verdade.

Da mesma forma se fala que os outros não tiveram a mesma habilidade na condução da política econômica. Na verdade, em seguida começou a haver problema e em um pequeno espaço de tempo enfrentamos duas crises de petróleo; o Geisel enfrentou a primeira e...

E depois o Figueiredo. Hoje o barril do petróleo está valendo dezoito dólares.

Sempre existem fatores, inclusive externos, que não podemos controlar.

A última pergunta é política, versa sobre o momento político presente. O exercício do atual modelo democrático preenche os anseios e a necessidade da Nação brasileira? Ou carece de aperfeiçoamento?

Isso tem tudo a ver com o neoliberalismo globalizado tão discutido hoje em dia. O mundo atual é o do capitalismo, das leis de mercado e isso não vai mudar tão cedo. Por outro lado, será muito difícil superar essa inclinação que os nossos políticos têm para o populismo. Vivemos em uma ditadura econômica que nos nega uma maneira mais barata de pagarmos nossa dívida externa, de tal forma que sobrassem recursos para aplicar em incentivos e outras necessidades básicas. Um arrocho que dizem ser imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), talvez resultado de um contrato mal-feito e que está nos tirando muito dinheiro precioso.

Sem dúvida.

E a dívida interna cresce geometricamente por causa dos juros altos que, se baixarem, geram inflação e comprometem a estabilidade. A solução é a apontada pelo

ministro Pratini de Moraes: exportar, exportar e exportar. Mas primeiro teremos que vencer a burocracia atual, a começar pelos portos.

O mundo está passando por uma recessão. Pararam de comprar, logo não tem para quem exportar.

Um comentário final sobre a Revolução na guarnição de Porto Alegre. Parece-me que aqui a confusão foi menor, pois, afora o problema do Coronel Jarbas, não houve praticamente nada. Falam que o então Coronel Plácido (José Plácido de Castro Nogueira) teve uma atuação muito destacada como Chefe.

O Plácido era o Comandante do Colégio Militar (antiga EPPA – Escola Preparatória de Porto Alegre). Um revolucionário de primeira linha.

Ele era muito ativo, pretendo ouvi-lo.

Ele ia sempre lá na 2ª conversar conosco porque todos, menos eu, haviam sido alunos dele no Colégio Militar – o meu filho também veio a ser aluno dele. É um homem linha dura, radical...

O pessoal diz justamente isso, que ele está revoltado com a situação atual. Como ele tem oitenta anos, pode falar o que quiser.

É da minha idade, tem que segurá-lo.

Mas foi um homem interessante.

Ele vinha conversar com o então Coronel Ruy lá na 2ª e acabamos nos dando muito bem..

Posso dizer para o General Ruy que o senhor elogiou a atuação dele como Chefe de 2ª?

Pode, sem dúvida! Ele é meu amigo.

Também fez um depoimento muito interessante.

E afora isto temos relações de amizade muito grande. Sou "peixíssimo" dele, talvez por termos trabalhado juntos muito tempo. Daquela nossa turma com curso de Estado-Maior, acho que os únicos vivos somos ele e eu. O Telmo, o Ângelo e o Milton morreram.

O Iruleghi morreu?

Morreu. Um outro que trabalhou conosco está vivo: o Orcy.

Vejo vocês conversando, imaginei que haviam trabalhado juntos.

É, somos da mesma turma.

Eu servi com o Orcy no Conselho de Segurança. Lembro porque ele era secretário e assistente do Mazza. Admiravam-se mutuamente.

O baixinho é fogo, não é brincadeira. O que atrapalhou a vida dele foi o coração. O peito dele é uma Rio–Niterói, são não sei quantas pontes de safena. Se não fosse isso ele iria longe!

Ele comandou em Quaraí?

Comandou o 5º. Ele e o Édison.

Na Revolução o General Édison estava comandando o 5º, houve aquele problema dos sargentos. Será ouvido também.

Na ocasião um ou dois capitães não quiseram obedecer as ordens dele; como o Édison também não é de brincadeira, mandou os dois embora, parece que foram para Uruguaiana...

Muito bem, agradecemos sua participação, rememorando sua vivência naqueles dias tumultuados de nossa história político-militar. Estes registros por certo adensarão o conteúdo da nossa versão sobre a realidade então vivida pela Nação brasileira. Muito obrigado.

Coronel Amarcy de Castro e Araújo

O Coronel Amarcy é natural de Goiás-GO, onde nasceu em novembro de 1934. Ingressou no Exército em 14 de março de 1951, quando foi matriculado como aluno da Escola Preparatória de Cadetes, em Porto Alegre-RS. Declarado Aspirante-a-Oficial de Infantaria em 20 de dezembro de 1956, serviu até 1960 no Batalhão de Guardas, no Rio de Janeiro-RJ.

Exerceu todas as funções inerentes a um oficial no corpo-de-tropa, tendo vivenciado os primórdios da Revolução de Março de 1964 como 1º-Tenente da Companhia de Polícia do Exército do Comando Militar do Planalto. Participou da criação dos Batalhões da Guarda Presidencial e de Polícia do Exército de Brasília. Já promovido a Capitão, serviu no 1º Batalhão de Infantaria Blindado (1º BIB) em Barra Mansa-RJ e no 10º Batalhão de Caçadores (10º BC) em Goiânia-GO, até 1970.

Além da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), em 1966, freqüentou a Escola Nacional de Informações (EsNI), onde fez o curso de Analista em 1974.

Em 1971 passou à disposição do Governo do Ceará, exercendo os cargos de Chefe de Gabinete do Comandante da Polícia Militar e Secretário de Estado do Governo daquele Estado, ao tempo em que na ADESG-CE (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – Seção do Ceará) participava do Ciclo de Desenvolvimento e Segurança. Dois anos depois, já promovido a oficial superior (Major), retornou à caserna como assessor na Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM), órgão do Estado-Maior[1] do Exército (EME).

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números

Como analista de informações serviu no Comando da 8ª Região Militar (8ª RM), em Belém-PA, na 2ª Subchefia do Estado-Maior do Exército e no Comando do III Exército onde, promovido a Tenente-Coronel em abril de 1979, também desempenhou a função de Assistente do Chefe do Estado-Maior daquele Comando de Área até 1982.

Posteriormente, até outubro de 1986, exerceu a Chefia da Seção da Agência de Informações de Porto Alegre, órgão vinculado à Presidência da República, quando pediu transferência para a reserva.

Foi secretário do Clube do Exército – Brasília em 1978 e, desde 1989 é Diretor-secretário da ADESG-RS, em cuja função participa, anualmente, da elaboração e execução do Curso de Estudos de Política e Estratégia de Governo.

Entre 1991/1994 acumulou seu trabalho adesguiano com a presidência do Círculo Militar de Porto Alegre.

Ao longo de sua carreira foi agraciado com inúmeras condecorações outorgadas pelas Forças Armadas, Governo do Estado do Rio Grande do Sul e autoridades civis, em reconhecimento aos seus relevantes serviços prestados.

Entrevista realizada em 21 de março de 2002.

1ª Parte
Depoimento Oral do Entrevistado

O Projeto História Oral do Exército conta hoje com a presença do Coronel Amarcy de Castro e Araújo, oficial de Infantaria da turma de dezembro 1956, com quem tive o prazer de servir em Brasília. Possui larga experiência em informações – que hoje chamamos de Inteligência – pois atuou nesta área de 1962 até 1986. Com a palavra o Coronel Amarcy que iniciará sua entrevista.

É uma satisfação retornar ao convívio desta casa, o nosso quartel. Louvo muito este trabalho que está sendo feito no âmbito de todo o Exército, para recolher os dados da história a fim de que as novas gerações possam também tomar conhecimento da nossa versão dos fatos, e não só daquela conhecida até hoje, com tudo patrulhado pela mídia, pelos escritores de esquerda e por toda esta parafernália que, nós sabemos, deturpam e criam um monstro que não existe. Reitero meus cumprimentos por esse trabalho e me coloco à disposição até porque labutei quase a minha vida inteira ligado à Revolução.

Depois de tanto sacrifício, de uma carreira inteira dedicada às informações, lutando contra a guerrilha – corretamente considerada uma guerra porque constava da nossa doutrina – e de tê-la vencido, hoje, só lemos na imprensa que aqueles que fizeram a luta, que se engajaram, são considerados bandidos, torturadores, os homens maus da República. Não há mágoa e arrependimento de ter-me envolvido durante quase uma vida toda nessas operações?

Inicialmente, engajei-me nessa luta contra o comunismo por obrigações regulamentares. A par das diversas funções na área de Inteligência, fui me entrosando cada vez mais com a ideologia e a prática dos comuno-socialistas. E sempre soube – como ademais nós todos – que eles iriam mergulhar o País no caos, na desgraça e na perseguição como aconteceu e acontece nos países comunistas que servem de exemplos para a história. O Exército mostrou-me os fatos e percebi que os maus comunistas brasileiros desejavam vincular-nos a uma outra esfera política: o jugo da então União Soviética. Por isto me dediquei de corpo e alma ao trabalho, foi a minha linha mestra, uma decisão de vida.

Acho que todos aqueles que trabalharam na área de Inteligência, tanto em operações, como na análise de informações, tinham esse amor pela Pátria e pelo Exército. Depois que os militares deixaram o governo começamos a ser perseguidos por essas mesmas esquerdas que combatemos. Isto aconteceu fruto da própria Revolução que, apesar de sua capacidade para atuar na área econômica – alavancando

o Brasil à oitava economia do mundo – relaxou no trato com a área psicossocial e até mesmo com a área militar. A implementação dos três PNDs[2] melhorou o bem-estar da população mas não criamos partidos nem formamos homens com os nossos ideal e pensamento, não ocupamos os espaços que acabaram preenchidos pela mídia e pelos políticos de esquerda. Hoje somos tratados como vilões e esse mal de não termos preparado novas gerações com conhecimento de tudo o que fazíamos àquela época, se reflete inclusive no Exército atual.

Os militares que hoje estão na ativa procuram de uma forma geral desvincular-se da Revolução até porque não a conhecem como deveriam. Esquecem que foram os companheiros deles que se sacrificaram a fim de vivermos o Brasil de hoje. Considero que o mal vem desde 1964, porque atendemos apenas alguns setores: o direito de ir e vir com a derrubada do comunismo que estava a ponto de implantar-se no Brasil; na área econômica propiciamos condições para o País tornar-se a oitava economia do mundo, melhorando os níveis de progresso do povo e reduzindo a inflação a índices muito pequenos o que possibilitou a compra de casa própria – sonho da maioria dos brasileiros, especialmente de classe média – através do BNH[3]. O povo estava satisfeito com os governos revolucionários. Entretanto, deixamos de preparar os jovens nas escolas para que, conhecendo o passado e entendendo o que a Revolução fizera, se tornassem batalhadores solidários com a nossa causa. Deixamos de criar e formar jovens políticos para substituir as raposas velhas que transitavam na Arena (Aliança Renovadora Nacional), no MDB (Movimento Democrático Brasileiro) bem como em outros partidos. Com isso, hoje estamos desamparados recebendo todo o tipo de pichação quanto às nossas atitudes morais e comportamento ético, sem termos como reagir.

Em resumo, fomos eficientes na economia e na segurança, e incompetentes na área psicossocial.

Perfeito!

Vamos falar um pouco da sua vida em Brasília no início da década de 1960...

Eu servia na Companhia de PE[4] do Comando Militar do Planalto/Décima Primeira Região Militar[5]. Nesse período fui Ajudante/Secretário e S2. Em 1964, após o 31 de Março, a Companhia foi transformada em Batalhão, saiu do Comando o Major Waldenio (Waldenio Corrêa de Andrade Mello) e assumiu o Tenente-Coro-

[2] Plano Nacional de Desenvolvimento.
[3] Banco Nacional da Habitação.
[4] Polícia do Exército.
[5] CMP/11ª RM.

nel Caraciolo (Caraciolo Azevedo de Oliveira), ambos infantes e do QEMA[6]. Continuei como Ajudante/Secretário e S2. Depois assumi o PIC[7].

O Batalhão era de...

Era Companhia e foi transformada em Batalhão de PE – Batalhão Brasília. Claro está que de 1962 até 1964 eu acumulava funções, porque em Brasília não havia outra maneira. Era Comandante de Companhia e S2, Comandante de Companhia e do PIC e por aí afora...

Quem era o comandante do CMP/11ª RM?

O General Fico (Nicolau Fico).

Em 1964 já era o General Fico?

Ele assumiu o comando em 1963 e permaneceu até 1964.

Eu o conheci. E o comandante do BGP[8]?

Era o "Faz tudo"...

Pinheiro?

Alfredo Pinheiro Soares Filho. O filho dele era o Capitão Walter (Walter Santos Pinheiro Soares), Subcomandante da Companhia de PE.

E o Comandante da Companhia de Polícia do Exército?

Era o Waldenio.

Waldenio? Infante, da turma de 1945? Depois foi servir em Ipameri, era Subcomandante e teve um problema com o Comando. Ele era Capitão?

Major, um excelente oficial. Eu gostava muito dele. Nunca mais o vi.

Ele estava em Brasília na época da revolta dos sargentos?

Estava.

E foi preso pelos sargentos?

Exatamente! Foram presos ele, o filho do "Faz-tudo" e um Tenente.

Quando cursei a ECEME[9] a partir de 1967, um dos instrutores chamava-se Waldenio. Talvez seja a mesma pessoa. Era febiano e não recebeu elogio e nem medalha.

Vamos em frente. Aqui você cita um argumento: "Em Brasília só tomamos conhecimento do Movimento no dia trinta de março. Acredito que não houve uma coordenação minuciosa, porque só recebemos o 19º BC, de Cuiabá, uma semana depois de deflagrada a Revolução."

Ele saiu no dia trinta e um e levou uma semana para chegar.

---

[6] Quadro do Estado-Maior da Ativa.

[7] Pelotão de Investigação Criminal.

[8] Batalhão da Guarda Presidencial.

[9] Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Então quer dizer que eles sabiam mais da Revolução do que vocês em Brasília...

Tenho a impressão de que o isolamento da Guarnição de Brasília em relação à situação decorreu da presença do Presidente e do General Fico, porque, fatalmente, as notícias chegariam ao conhecimento deles em momento inoportuno. Então, quem estava planejando, certamente raciocinou: "Brasília não pode ser informada, no máximo aquelas pessoas mais íntimas, porque os principais comandos de lá..."

Naturalmente era pessoal de confiança do Presidente.

Supõe-se que fossem...

No mínimo do Ministro...

Embora o decantado esquema militar do Jango não tivesse sido eficaz, supunha-se naquele momento que...

O Coronel Caraciolo, que veio de Mato Grosso, comandava só o pessoal do 19º BC?

Só. Não sei como uma pessoa sai de Cuiabá e chega a Brasília sem os meios necessários!

E não veio ninguém de Campo Grande?

Não.

Falam que o Coronel Meira Mattos (Carlos de Meira Mattos) também teria vindo de Campo Grande.

Talvez ele tenha vindo depois para assumir alguma função no Estado-Maior do Comando Militar do Planalto.

Não, ele trouxe tropa. Mas chegou e em seguida foi nomeado Subchefe da Casa Militar.

Isso mesmo.

Vamos adiante. Uma dúvida sobre esse outro comentário seu: "Na área de Brasília não houve resistência, apenas mal-entendido entre as tropas. Nas primeiras horas da Revolução, o BGP e a Companhia de Polícia do Exército ficaram em estado de alerta um contra o outro." Um desconfiava do outro?

Exatamente! Eu era da Companhia de PE. E uma Companhia do BGP ao comando do Capitão Dagoberto (Dagoberto Félix Bezerra de Araújo Galvão) ficou uma ou duas noites com o pessoal em cima de nós.

É importante registrar que o Dagoberto era cunhado do Subcomandante do BGP que foi um dos líderes na reação das forças legais contra a revolta dos sargentos em outubro de 1963.

Ele fez muita coisa, comandou uma Companhia de Fuzileiros apoiada por dois carros de combate do Esquadrão de Cavalaria Mecanizado (Esq C Mec). A sua tropa integrava o Destacamento da primeira coluna com a missão de dominar os

insurretos lá na Esplanada dos Ministérios, que já haviam conquistado os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica.

Isso ocorreu em 1963. E no ano seguinte ele agiu como se estivesse a favor do Jango?

Não! Esse Subcomandante sempre foi a favor da democracia e das forças da Revolução.

Esse Dagoberto não era um oficial alto e forte? Servia no Estado-Maior do Exército mas não era QEMA, era da administração. Eu o conheci, ele serviu comigo. Ele era...

...do Rio Grande do Norte.

Ele mesmo. Mais tarde, à época de sua transferência para a reserva foi nomeado Comandante da Polícia Militar potiguar.

Nós dois trabalhamos juntos na área de informações lá na 8ª RM em Belém.

Concluindo. Quer dizer que não houve nada em Brasília?

Apenas passamos a executar as medidas emanadas do novo comandante do CMP em apoio à Revolução, porque a oficialidade da PE, como o Tenente Januzzi (Tasso Réa Januzzi)...

... o Januzzi servia na Região quando estávamos lá?

Não. Ele foi sempre da área do CMP. A não ser que ele tenha passado pelo QG[10] depois da minha saída de lá.

Vocês eram oficiais da...

... Companhia de PE: Tenentes Januzzi, Amarcy e Geraldo (Geraldo Rodrigues dos Santos), além do Major Waldenio e do Capitão Walter Pinheiro, filho do "Faz-tudo".

E o intendente era o Tenente Farias Filho (Francisco Gomes de Farias Filho)?

Que hoje mora aqui em Porto Alegre. De vez em quando o encontro pela rua.

Você comenta que todo mundo apoiou as medidas sem reclamar. Logo depois já na primeira semana de abril começaram as prisões. Foram realizadas só pela Polícia Federal? Prenderam apenas civis?

Foram só civis.

E havia militar de Brasília incluído nas primeiras listas de cassação?

Tivemos alguns do BGP e três sargentos da Companhia de PE: dois que trabalhavam comigo direto na manutenção – o Sargento Arony, encarregado das viaturas e o auxiliar dele – e ainda o Sargento Pára-quedista que tentou levantar a tropa dele e da PE naquela noite da revolta dos sargentos.

Mas daquele pessoal do QG alguém foi afetado?

---

[10] Quartel-General do CMP/11ª RM.

No momento da Revolução não. Só posteriormente com os Atos Institucionais, porque alguns deles haviam se envolvido muito nas várias reuniões que aconteceram para tratar tanto daquele projeto de lei da elegibilidade dos sargentos como na revolta dos sargentos. Eles estavam fazendo um *lobby* junto ao Congresso para que pudesse ser aprovada a Lei.

Permaneci na área até janeiro de 1970 quando, eu e o Tenente-Coronel Dagmauro (Dagmauro Nunes Sabino Pinho) fomos transferidos para o Ceará.

Ele era bem mais antigo do que eu mas foi quem me substituiu lá na 2ª Seção do CMP/11ª RM.

Ele é da turma de 1949.

Sou de 1952s. Era estagiário, e muito moderno, quando assumi a Chefia da 2ª. Não foi uma boa solução, porque tínhamos que entrar nas Unidades e manter um relacionamento muito forte com os Comandantes da época: o Figueiredo (João Batista de Oliveira Figueiredo) e posteriormente o Cunha Costa (Hélio Cunha Costa) no RCG[11] *e o Adhemar (Adhemar da Costa Machado) no BGP.*

Pessoal antigo...

Muito antigo. Com isso a missão tornava-se delicada. Não havia um Coronel Epitácio?

O Epitácio Cardozo de Britto era da PE. Era o cão! E cheio de mania. Mas não fui subordinado dele porque quando saí da Companhia de PE fui para o 10º BC de Goiânia que me passou à disposição do Comando Militar do Planalto, ocasião em que trabalhei com o senhor.

É interessante assinalar que o senhor é o primeiro especialista em informações que está sendo entrevistado. A maioria do pessoal não sabe muito sobre a criação da Oban[12] *em São Paulo. Tenho uma tese de que aquela Operação em verdade marcou o início da coordenação de esforços para enfrentar uma guerra que estávamos perdendo. Foi o embrião da Diretriz de Segurança Interna que criou os DOI*[13] *e os CODI*[14]*. Muita gente não sabe nem o significado destas siglas...*

Destacamento de Operações de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI).

Você deve lembrar que eu participava daquelas reuniões. Era uma mesa grande onde sentavam o Diretor da Polícia Federal, os E2 e os Adjuntos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército...

---

[11] Regimento de Cavalaria de Guardas.

[12] Operação Bandeirante.

[13] Destacamento de Operações de Informações.

[14] Centro de Operações de Defesa Interna.

... da Polícia Militar e o pessoal do Ministério da Justiça.

Sentávamos e trocávamos informações. Cada um dizia o que conseguira apurar em termos de informações e o que pretendia investigar. O CODI era somente isso.

Um grupo de alto nível para coordenar as ações de defesa interna a fim de que não houvesse – como estava acontecendo anteriormente – desperdício de tempo e recursos para atuar na mesma atividade ou evento.

E até o risco – isso eu presenciei – de confrontações. Dois elementos trabalhando no mesmo rastro e como eram pessoas disfarçadas – e na maioria das vezes não se conheciam – poderia haver até um conflito ou confronto.

Trabalhei muito nessa área e cansei de encontrar em Brasília e mesmo em Goiás elementos do SNI[15] que, de tanto nos cruzarmos, já nos conhecíamos e sabíamos até que carro cada um usava e outros detalhes mais. Por não haver uma coordenação dos trabalhos poderíamos ter sofrido perdas dentro do próprio grupamento de informações, achando que estávamos batendo o inimigo.

O Comandante do PIC do BPEB[16] *era um Capitão de Infantaria, magrinho que trabalhou com o General Bandeira (Antônio Bandeira)?*

Exatamente. Trabalhamos muito tempo juntos. Realizamos até operações. Sou muito amigo dele.

Ele conseguiu resultados muito positivos. E parece que nunca foi dos mais agressivos.

Ele fazia tudo com muita calma e utilizando uma técnica apurada, jamais apelava. Aliás, nunca houve o prazer sádico de nenhum oficial, sargento ou cabo, que trabalhasse em DOI, de praticar tortura pela tortura, de bater...

...pelo prazer de bater.

Porque não foram treinados pra isso e nem estavam acostumados com tais práticas. Então o sentimento de dor era igual dos dois lados. É interessante que se conheça um pouco daquele período áureo da guerrilha urbana, em que procurávamos os Pontos de Contato, de Segurança, de Fuga, e outros tantos locais preestabelecidos pelos homens da subversão – que estavam na clandestinidade – para se protegerem. O Ponto de Contato não ficava, em tempo real, a mais de uma ou duas horas do Ponto de Segurança e se este "caísse" todo o esquema subversivo era desmontado. Cair queria dizer que uma determinada pessoa não estava no local, livre do trabalho anterior que ela houvesse feito. O Ponto de Segurança servia para verificar se o aparelho não tinha sido "estourado", porque quando isto acontecia,

---

15 Serviço Nacional de Informações.

16 Batalhão de Polícia do Exército de Brasília.

eles tinham um sistema, uma diretriz que desarticulava todo mundo a partir daquele momento. Por que isso era fácil? Porque eles trabalhavam em células compartimentadas o que não permitia a ninguém conhecer o plano por inteiro. Se alguém não chegasse no outro local para dar prosseguimento à missão, aquele segundo grupamento se desfazia porque não tinha os dados anteriores para prosseguir na missão. Esse era um dos trabalhos deles.

E isso determinava a necessidade de muita presteza na operação.

Exatamente. A nossa presteza visava não perder o momento de prender o terrorista, porque previamente fazíamos muitos levantamentos de informações e da vida do clandestino para só então, em uma operação muito bem coordenada, entrarmos no aparelho. Nunca saíamos todo dia para efetuarmos prisões. Então dizer que batíamos, que fazíamos isso ou aquilo, que torturávamos, não corresponde à verdade. Íamos atrás da informação necessária para quebrarmos o ponto de segurança antes que eles ficassem alertados por A ou B, do quadro deles, que o aparelho havia caído. Era tão-somente uma espécie de segurança da nossa operação contra-revolucionária.

Na ocasião foi descoberto um aparelho que funcionava na casa de um embaixador em Brasília. O filho dele estava envolvido e um funcionário da Câmara era o líder. Uma gurizada de 17 para 18 anos que não sabia coisa nenhuma.

Usar os jovens que têm muito ímpeto e são contra tudo, para lançá-los na batalha de combate a nossa Revolução democrática foi um expediente muito utilizado pelos partidos da esquerda que caíram na clandestinidade. Era nítido isso na guerrilha do Araguaia quando encontramos três destacamentos de mais ou menos trinta pessoas cada, a sua maioria jovens com 18 ou 19 anos – poucos deles tinham mais de vinte e cinco.

Muito universitário, com bons conhecimentos e cultura geral.

Até mulheres e a maioria de cidade grande.

Tentei dar uma explicação para uma daquelas determinações do Ministro sobre o problema de violência nas interpelações, estabelecendo uma diferença entre violência e crueldade. Crueldade é fazer uma pessoa indefesa – homem ou mulher – sentar, começar a agredi-la física e psicologicamente até que ela se arrase, às vezes sem qualquer culpa, sem condições de confessar nada porque ela não sabe coisa alguma. Agora, não se pode combater a violência do subversivo terrorista com um par de rosas na mão. Quando você vai estourar um aparelho, não pode entrar sem armamento. Eu escrevi...

Porque sabíamos que vinha bala de parte deles.

Nesse documento que escrevi – assinado pelo General Dióscoro (Dióscoro Gonçalves Vale) – faço essa distinção entre violência e crueldade. Antes fui falar com o

Tenente-Coronel Guedes (Humberto da Silva Guedes), Comandante da PE de Brasília que me disse:

– Nós não podemos agir sem violência e não poderemos fazer nada aqui se a nossa violência não for defendida pelas autoridades maiores.

Toda e qualquer atividade essencialmente militar gera e usa violência, é um pressuposto básico. Se me desejassem um diplomata, eu teria feito a escola...

Instituto Rio Branco!

Não estudei para ser diplomata. Fui treinado para combater, por isso me ensinaram as leis da guerra, a atirar, a obedecer e comandar para bem executar. Nós não fomos treinados para fazer política e sim para matar. Claro que tudo com objetivos nobres: a defesa do território nacional e da Nação brasileira em oposição a um inimigo. Os militares têm a mania de não aceitar isso. De maneira que afirmar a ocorrência de maus-tratos a presos é uma infâmia muito grande que se lança contra as Forças Armadas.

Maus-tratos gratuitos. A violência pelo masoquismo.

Apenas sabíamos que ao entrarmos em um aparelho não seríamos recebidos com flores.

Lembro que uma vez conversando com o próprio Coronel Guedes, quando fui buscar esclarecimento sobre esse ofício referido, ele me disse que os manuais americanos aceitavam a violência como instrumento válido na guerra contra a subversão.

Mas é lógico; tem que ser assim.

Eu nunca vi tais regulamentos.

Também nunca vi nenhum documento estrangeiro que orientasse nossos trabalhos de operações de informação, e olha que tenho quase trinta anos de sistema. Outra coisa que a esquerda alardeava durante o período revolucionário é que sempre estivemos a soldo do americano, que éramos...

...tutelados. Que cada oficial ia para o exterior e voltava dominado pelas idéias difundidas ou até mesmo impostas por lá. Nunca vi isso.

Jamais aconteceu. E sabe por quê? Porque a nossa experiência foi fruto do nosso trabalho aqui no Brasil apreendendo com brasileiros.

Foi um processo iterativo: ação, erro, correção; nova ação e assim sucessivamente...

Trabalhamos em cima dos nossos erros. E o americano, se veio, veio aprender conosco porque ele não sabia e não sabe combater a esquerda. Lembro de uma comitiva que recebemos em Brasília, na época em que eles ainda estavam no Vietnã. Durante o almoço disse para um deles: a cultura de vocês é interessante; são os mais desenvolvidos e, em conseqüência, têm a melhor tecnologia em armamento, combatem os comunistas em todo o mundo, sofrendo com isto confirmadas perdas,

agora mesmo no Vietnã estão morrendo muitos americanos; e não cuidam da casa de vocês! Já verificaram quantos comunistas existem dentro dos Estados Unidos? Nós brasileiros somos diferentes, só os combatemos dentro da nossa casa.

É, mas o americano possui uma estrutura muito forte. O comunismo lá não vinga, não prospera. Aqui, o esquerdismo tende a crescer, ele vai...

...se espraiando, tomando conta e... já dominam governos de prefeituras, Estados e o próprio Governo Federal. Se nós não nos cuidarmos teremos um outro 1963.

Você acompanhou de perto as operações em Xambioá?

Foram três fases. Não alcancei as duas primeiras. Já cheguei na parte final da operação. A primeira fase foi o caos total, pois quando ficou estabelecido que havia uma guerrilha no sudeste do Pará, todas as Grandes Unidades resolveram correr para lá.

Era uma área comum a várias Regiões Militares, o que fragilizou o apoio logístico necessário.

Havia a 8ª, a 9ª, a 10ª e o CMP/11ªRM, no mínimo. Além do mais o Rio de Janeiro mandou fuzileiros e pára-quedistas. Foi um caos. Três mil homens para acabar com noventa e não se entendiam.

Mas os noventa estavam espalhados no meio da selva; missão dificílima!

Não existiam as características necessárias para uma operação clássica militar.

Há documentos inclusive que contestam o mito Araguaia, onde *ocorreu o fracasso inicial porque se usou uma operação de guerra clássica.*

Essa foi a primeira fase e só serviu para todos contraírem malária. Eu sei porque conhecia um dos Capitães que foi mandado para lá. Ele me disse o que lhe falaram: "você é infante, cearense, e muito bom pára-quedista" – e era bom mesmo, daqueles meio doido – "reúna a sua Companhia e vá embora". Foi jogado na selva sem nenhum preparo. Menos de um mês depois, talvez duas semanas, e todos estavam de volta com malária.

Ela ataca mesmo, principalmente os desavisados.

Foram para lá, não prenderam ninguém e nem desbarataram nenhuma organização; só ficaram doentes. Já a segunda fase foi coordenada pelo CIE[17] através de operações de informações muito bem-feitas durante quase um ano no alto Goiás, próximo de Estreito. Montaram uma central em uma casa e depois fizeram as infiltrações devidas. "Plantaram" um sargento com um bar no meio da selva, em um local apropriado, montaram um prostíbulo e uma série de outras coisas. Fizeram um levantamento completo. Aí sim, deu resultado e quando se iniciou a terceira fase – a da repressão – sabíamos onde estavam os guerrilheiros.

---

[17] Centro de Informações de Exército.

Um companheiro nosso que trabalhou comigo – pára-quedista – participou dessa empreitada e não gostava que se falasse muito sobre isso. Às vezes ele ouvia falar que estavam fazendo um estudo para mudar a doutrina e discordava porque acreditava que tais mudanças nos prejudicariam na hora que isso viesse à...

...à tona. Porque entendia que fora uma fase negra da história que não deveria ser comentada ou explorada.

É. Até o nível doutrinário, primeira e segunda fases ainda vá lá. Mas é interessante que não...

...se toque nesse assunto a toda hora. Porque não é o tocar, é a exploração que pode ser feita em torno dele, principalmente quando bem trabalhado pela mídia, o que cria mais aversão aos governos militares.

Aproveitando a oportunidade, vamos falar sobre o problema do Wladimir Herzog. Esse endeusamento dele não tem nenhum sentido, até porque dizem que na verdade ele era um agente inglês. Nunca ouviu falar nisso?

Não! Nunca ouvi um comentário a respeito.

Quem fez o inquérito do Herzog foi o General Cerqueira Lima (Fernando Guimarães de Cerqueira Lima); tempos depois fui assistente dele durante quase três anos. Eu o considero uma das pessoas mais corretas que já conheci na minha vida. Uma vez dei uma olhada no inquérito onde ele chegara à conclusão de que o Herzog havia se matado.

Eu o conheci pouco mas o que sei dele é...

Um homem inteligentíssimo e com uma cultura fabulosa. E era realmente dedicado à Revolução, desde a época da conspiração. Com a morte do Herzog, o Presidente Geisel, que depositava total confiança no General, designou-o para fazer o inquérito e lhe deu carta branca para queimar os culpados. Foram dois meses de trabalho porque houve necessidade de prorrogação. Ele comentava que se tivesse havido assassinato, como diziam, teria sido um crime perfeito. Porque ouvira todo mundo de cima a baixo e ninguém lhe dera uma pista sequer...

Que pudesse levá-lo à conclusão...

Mas não foi o General que me levantou esse outro aspecto. Isso eu vi e ouvi na televisão, comentado pelo Paulo Francis – um homem de esquerda – quando se referia ao assunto em um de seus programas. Ele disse que se investigassem os seis meses durante os quais o Herzog passara desaparecido, e se conseguissem descobrir onde ele estivera, concluiriam que, na verdade, ele fora um agente duplo, a serviço do governo de sua Majestade.

Não, não acredito.

É fantástico! É assunto para escrever um livro.

É a primeira vez que eu ouço tal afirmativa.

Mas é uma tese até romântica.

Os ingleses não reclamaram nada.

Não, talvez por isso é que ele cometeu suicídio. Achou que não conseguiria guardar o segredo e na hora que descobrissem que ele não era só agente do partidão, não era homem do Trotski, do Brejnev e que, na realidade, o líder dele era a rainha-mãe, ele se desmoralizaria e iriam justiçá-lo. Porque ele morreu glorificado, vítima da nossa violência. E, se falasse, morreria justiçado. Agora, há um detalhe, que dá maior credibilidade a essa teoria; ele foi locutor da BBC[18] *de Londres durante dois anos.*

Esse período poderia ter proporcionado a ele vínculos de amizades, sei lá, mas não acredito que tenha sido...

E esse tempo que ele sumiu? Será que estava fazendo o cursinho de agente duplo?

E nesses seis meses ele teria ido para a Inglaterra?

Dizem que ele foi e ficou lá. Há qualquer coisa. Poderia ser até alguma namorada que ele tenha arrumado....

Um familiar ou algo semelhante. Alguém teria suspeitado. O pessoal sempre terá vários motivos para alegar que ele foi pela causa. Mesmo sem ter conversado com ninguém daquela área porque na ocasião estávamos longe de São Paulo, acho que foi morte natural e fizeram parecer um suicídio.

Não, acho que não. Penso que ele se matou. E sabe por que digo isso? Faz mais de vinte anos que tudo aconteceu. Até hoje não apareceu ninguém que dissesse: "sou testemunha, ele foi assassinado". Tanto que...

É, mas o pessoal de informações fica quieto...

De vez em quando há um que fala demais. Pensei que você traria uma luz sobre o assunto porque estou querendo escrever um livro sobre isso.

Sobre esse fato não tenho nem idéia. Aliás, o próprio Herzog também nunca me chamou a atenção. Li, achei que na época...

É, mas a mim me chamou, até porque o meu chefe fez o inquérito. Eu o li de ponta a ponta e vi todas as fotografias que tiraram dele.

Dizem que o inquérito foi perfeito.

Havia declarações de técnicos e de peritos atestando que uma pessoa pode se enforcar na cela, tanto é que normalmente tiram o cinto de quem vai para o xadrez, porque em um momento de depressão...

Para se ter certeza de que...

---

[18] British Broadcasting Corporation.

Mas não o tiraram do Herzog alegando que ele era um escritor e por isso ainda lhe deram papel e lápis para que ele pudesse escrever. Decerto escreveu umas dez linhas, foi ficando preocupado: "não posso escrever aqui que sou agente duplo". Entrou em depressão e, como não havia ninguém olhando, tirou o cinto e o passou...

Um agente muito zurrapa. Suicida, para não falar. É conversa para inglês ver. Penso que esse assunto se enquadra na mesma situação daqueles que dizem que nós somos...

Tutelados dos americanos. É possível.

Porque todo mundo diz isso, desde que entrei no Exército.

Isso todo mundo fala, mas do Herzog ninguém comenta nada.

Dizem que na Revolução de 1964 os americanos estavam por trás e até colocaram uma esquadra em frente ao Rio de Janeiro em condições de dar apoio. Não vi nenhum documento sobre este assunto até hoje. Fico rindo. Será que o americano iria ...

Há pouco tempo o Vernon Walters confirmou que realmente eles sabiam que haveria a Revolução e colocaram alguns navios deles em condições de...

...chegar aqui.

Porque achavam que se houvesse um movimento armado – estávamos no auge da guerra fria – a União Soviética tomaria partido, provavelmente ao lado do Brizola, do Jango, do...

Até porque o Jango dizia ter um esquema militar forte.

Essa seria a razão de eles apoiarem o outro lado, pois estava de acordo com a política da guerra fria. Mas no dia 2 de abril mandaram desativar tudo porque não houvera resistência alguma.

A Revolução consolidou-se em 48 horas. Mais incruenta que...

Como não houve resistência, a esquerda diz que foi um golpe. Uma das minhas teses é que a Revolução foi preparada, em parte, nas Escolas. A ECEME começou a estudar guerra subversiva e guerra revolucionária. O assunto impregnou as turmas que o levaram para todas as Grandes Unidades e Comandos. A EsAO também já começava a dar os primeiros passos. Um oficial português veio ao Brasil ministrar palestras sobre o problema em Angola e nos mostrou como agia o comunismo internacional nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento...

O objetivo era nos situarmos em que estágio estávamos vivendo.

Realmente, todo mundo sabe que houve uma infiltração do comunismo nos movimentos libertários da África. Vários países sofreram uma tomada do Poder...

E viraram. A esquerda se aproveitava da situação instável e se apoderava de tudo.

Voltemos ao nosso caso. O trabalho de conscientização das Escolas surtiu efeito nos Quartéis e, em quarenta e oito horas a Revolução estava consolidada.

Vamos em frente. Você acha que nós vencemos a guerra?

Apenas no curto prazo. Não houve o aproveitamento do êxito.

Foi muito fácil vencer a subversão. Tínhamos as informações e agíamos em operações cirúrgicas. Agora, quanto à corrupção deveríamos...

Não houve aproveitamento. Volto àquela história inicial. As lideranças da Revolução não visualizaram a necessidade de formar novas gerações esclarecidas politicamente. E apesar dos vinte anos de governo não formamos ninguém. Inclusive a reforma educacional que fizemos foi da pior qualidade, virou uma babel. Ali, em plena Revolução, começamos a estragar a educação dos nossos jovens. Nos permitimos fazer uma reforma bizonha quando tínhamos pessoas de alto nível – os professores do Colégio Militar e toda a equipe de militares do Exército, Marinha e Aeronáutica envolvida no ensino – para orientar a reforma. Poderia ter sido uma obra gigantesca e nada foi feito. Sabe por quê? Em um governo civil, o bom político vai atrás do seu objetivo o tempo todo. Já o militar dá ordens e pode ficar no quartel pois sabe que lá na ponta tudo está sendo cumprido. Então os governos militares expediam as ordens e, como não havia uma fiscalização cerrada, quando elas chegavam nos estados e municípios estavam completamente deterioradas ou distorcidas. Penso que foi por aí. São experiências válidas para uma outra estrutura quando e se for o caso.

Concordo. É isso mesmo.

Poderíamos ter hoje pessoas fazendo lobby para o Exército. Por que nunca pensamos em lançar o pessoal da reserva como candidato a vereador, deputado estadual e federal e até a senador?

Porque a carreira militar é muito competitiva e achamos que o nosso pessoal não tem condições, a não ser o próprio que está falando.

Muitos oficiais e sargentos já na reserva mas ainda jovens, pessoas de cinqüenta e poucos anos, se candidatariam. Se tivéssemos um candidato a vereador em cada município, seriam quatro mil e quinhentos militares na política. Vamos supor que só cinqüenta por cento dos concorrentes fossem vitoriosos porque naqueles municípios menores, com poucos eleitores, a chance seria mínima. Dois mil vereadores. Poderíamos eleger para cada Assembléia Legislativa um ou dois deputados e mais um deputado federal e um senador por região. Para tanto bastariam os votos da nossa classe e teríamos todas essas pessoas para nos defender. E o Exército não pensa nisso.

Ficamos um pouco deslumbrados com o Poder. Achávamos que iríamos governar por muito mais tempo.

Com esta sua "visão promissora" de uma participação efetiva dos militares – ainda que da reserva – no processo político nacional, encerramos a primeira

parte desta, entrevista. O relato de sua vivência na área da Inteligência enriqueceu substancialmente o conteúdo deste trabalho. Nos resta agradecer a valiosa colaboração do companheiro.

2ª Parte
Prosseguimento da entrevista realizada com o Coronel Amarcy

Em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Em síntese, as causas da Revolução remontam aos movimentos militares acontecidos no Governo do Juscelino Kubitschek, se adensam com a insatisfação dos políticos por não terem sido agraciados com benesses pelo Presidente Jânio Quadros (Coligação da UDN[19], PDC[20] e PRP[21]) e culminam, particularmente, com a deterioração da disciplina e quebra da hierarquia, ações do Governo João Goulart de tendências populistas (PTB[22]), que procurou desestruturar as Forças Armadas.

Nunca é demais repassar aquela época. Após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961 que, de acordo com a personalidade daquele ex-Presidente, seria um blefe, os ministros militares liderados pelo General Odylio Denys tentaram impedir a posse do Vice por ter ele demonstrado ser um joguete do seu cunhado Leonel Brizola, homem com fortes ligações com as esquerdas comunistas e que lutou durante o final do mês de agosto para que Jango assumisse a Presidência. Para evitar derramamento de sangue entre brasileiros, os referidos Ministros aceitaram a adoção do regime parlamentarista, que durou pouco.

Instalado no Poder, Jango tentou fazer um governo claramente populista. Podemos citar os seguintes fatos ocorridos durante 1963/1964 que aceleraram a sua derrubada: a revolta dos Sargentos em Brasília em função da aprovação da sua inelegibilidade, com a ausência proposital do Comandante do CMP – General Fico, que naquele momento acompanhava o Presidente; as manifestações do comício da Central do Brasil; a cooptação dos cabos, sargentos e subtenentes das Forças Armadas; a revolta dos cabos e marinheiros liderados pelo Cabo Anselmo; o Governo permitiu as declarações do Almirante Cândido Aragão no Clube Naval e o almoço dos sargentos no Automóvel Clube do Brasil, no Rio, com a presença do Presidente. Resumindo: ausência de governo; insatisfação dos militares por tocarem nos ícones mais sagrados da carreira militar: a hierarquia e a disciplina; sindicalização eston-

[19] União Democrática Nacional.
[20] Partido Democrata Cristão.
[21] Partido Republicano Progressista.
[22] Partido Trabalhista Brasileiro.

teante com a direção dos sindicatos entregue a pelegos e comunistas; possibilidade do Brasil ter um governo comunista a curto prazo.

A preparação para a transformação do Brasil em País vinculado à Cortina de Ferro foi muito intensa por parte do governo e até de militares em altos postos, a soldo de Jango, Brizola e outros. Basta dizer que a partir do final de 1963 iniciou-se uma desmobilização das Unidades sediadas em Brasília, transferindo todos os militares que haviam atuado contra a Revolta dos Sargentos (setembro/1963). Tudo estava muito claro, pois em fevereiro de 1964 os quartéis contavam com a terça parte dos seus quadros – oficiais e sargentos.

A preparação da Revolução foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento foi espontâneo?

Acredito que houve uma preparação a partir dos primeiros dias de 1964, acontecida no Rio de Janeiro e em outras Guarnições, exceto em Brasília, onde os Comandantes do BGP, da Companhia de PE e da Companhia Pára-quedista – vinda do Rio exclusivamente para dar guarda ao Presidente na Granja do Torto – eram simpáticos ao Governo Jango, pois aceitaram convite do Comandante do CMP/11ª RM, um pelego.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram na preparação da Revolução?

Os jornais deram ampla cobertura às Marchas da Família com Deus pela Liberdade realizadas no ano de 1964 no Rio, em São Paulo, no Recife e em Belo Horizonte, que contribuíram para conscientizar o povo. Pareceu-nos, à época, que os mineiros deflagraram a Revolução para dominar o Rio, a "UDN" de Magalhães Pinto juntando-se à de Lacerda; o Rio deslocou-se para dominar São Paulo, pois o General Amaury Kruel não queria aderir e só o fez à meia-noite de 1º de abril. Na verdade, naquela época, o centro político ficava no Rio de Janeiro e quando o Jango fugiu, o carioca fez um verdadeiro carnaval a partir das 16 horas do dia 1º. Brasília, onde não se percebeu a evolução da situação, pois tomamos conhecimento do Movimento no dia 30 de março, ficou para quem quisesse aparecer. Como já referi, só uma semana depois de deflagrada a Revolução recebemos o 19º BC – sediado em Cuiabá – cujo Comandante, Tenente-Coronel Caraciolo, municiou cada soldado com apenas um pente de fuzil 7mm. Fomos reforçados pela Polícia Militar de Minas Gerais, que se instalou no Teatro Nacional com metralhadoras antiqüíssimas, anteriores à Hotchkiss. Realmente, não deve ter havido um grande preparo prévio pois com a fuga de Jango as forças revolucionárias não sabiam o que fazer.

Tinham vencido sem dar um tiro e levaram algum tempo até se organizar. As atividades contra os comunistas apoiaram-se, inicialmente, nos levantamentos feitos pelas Segundas Seções das Unidades e principalmente nos arquivos da 2ª Seção do EME[23] e do Conselho de Segurança Nacional.

Onde aconteceu a maior resistência para a implantação da Revolução?

Na área de Brasília não houve resistência, apenas aquele mal-entendido entre as tropas do BGP e a Companhia de PE que nas primeiras horas ficaram em estado de alerta uma contra a outra. Uma Companhia do BGP ao Comando do Capitão Dagoberto – cunhado do Subcomandante – posicionou-se contra a Companhia de PE, pois o Major Waldenio, seu Comandante, era contra a revolução. Não se soube de qualquer reação contrária no restante da Guarnição do CMP.

Como se deu o desencadeamento da Revolução em Brasília?

Não houve tumulto, entramos em prontidão e passamos a executar as medidas emanadas do Comandante do CMP/11ª RM, porque a maioria da oficialidade – entre eles os tenentes Jannuzzi, Amarcy e Geraldo – era revolucionária por convicção. Apenas o Major Waldenio, o Capitão Walter Pinheiro, Comandante e Subcomandante da Companhia, e o intendente Tenente Farias Filho faziam o jogo do General Fico.

As prisões começaram a acontecer durante a primeira semana e foram todas realizadas pela Polícia Federal, sob orientação da 2ª seção do CMP. Os Federais destacaram uma equipe que trabalhava no quartel da Companhia de PE para onde encaminhavam todos os suspeitos de subversão e agitação na área urbana e rural de Brasília e Goiás. Lá também o Inspetor Alceu – hoje Delegado da Polícia Federal – era um dos responsáveis pelos inquéritos que a Federal conduzia.

Como a Revolução foi recebida pela população de Brasília em seus primeiros tempos?

Por ser a Capital Federal e estar longe dos centros nevrálgicos e políticos, não houve qualquer reação contrária. Todos eram funcionários do Governo, portanto ou não queriam se complicar ou tinham medo das conseqüências.

O que mais se esperava dos novos governantes?

A grande motivação que gerou a Revolução foi a comunização do País que estava sendo conduzida por Brizola, Jango, e seus ministros. Assim, o Governo

---

[23] Estado-Maior do Exército.

revolucionário, amparado nos AI-1[24] e AI-2 procurou, já de início, desmantelar o esquema montado nos órgãos públicos prendendo ou cassando os direitos políticos de militares e de civis apenas dos Poderes Executivo e Legislativo, o que foi um dos grandes males da Revolução. A maioria das informações necessárias já havia sido levantada pelos Órgãos de Informação antes de abril.

Como a atuação dos políticos e do terrorismo influenciou na escalada revolucionária e na edição dos Atos Institucionais?

As principais organizações comunistas existentes no Brasil antes da Revolução eclodir eram: JEC[25], JOC[26], JUC[27], Polop[28], PRT[29], CGT[30], PCB[31], AP[32], PCdoB[33], PORT[34] e "Ligas Camponesas" (Arraes). Em conseqüência das medidas adotadas pelos governos revolucionários elas foram reforçadas com cassados, igreja progressista, brizolistas e os dissidentes comunistas. Ainda foram criados os APML[35], MNR[36], VAR[37], PCBR[38], a Ala Marighela e o grupo Arraes/Igreja progressista no Nordeste. Logicamente estas organizações passaram a trabalhar na clandestinidade, se estruturando em células e aparelhos.

Os políticos ficaram divididos em ARENA que abrigava os revolucionários e os aproveitadores que queriam usufruir e usufruíram do Poder, e MDB que congregava tanto os políticos de oposição – autodenominados de autênticos – como aqueles que se posicionaram contra a Revolução, os comunistas e outros.

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a Revolução.

Na minha maneira de ver, como o movimento não foi planejado em profundidade, somente depois do susto da rápida vitória, os governos militares delinearam as ações para um Desenvolvimento com Segurança através dos PND. Executa-

---

[24] Ato Institucional.
[25] Juventude Estudantil Católica.
[26] Juventude Operária Católica.
[27] Juventude Universitária Católica.
[28] Política Operária.
[29] Partido Revolucionário dos Trabalhadores.
[30] Comando Geral dos Trabalhadores.
[31] Partido Comunista Brasileiro.
[32] Ação Popular.
[33] Partido Comunista do Brasil.
[34] Partido Operário Revolucionário Trotskista.
[35] Ação Popular Marxista – Leninista.
[36] Movimento Nacionalista Revolucionário.
[37] Vanguarda Revolucionária.
[38] Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

ram uma política voltada para o social, que resultou em enormes benefícios para a Nação brasileira, propiciando condições muito boas de vida à população. Tanto é verdade que até hoje as nossas crises econômicas têm sido superadas graças à infra-estrutura criada pela Revolução, capaz de alavancar o desenvolvimento e dar suporte ao País, já passados mais de vinte anos.

Claro que aconteceram erros, pois só quem faz pode errar. Desde o começo deveríamos ter assumido a figura de Revolução sem o qualificativo de Revolução Democrática porque foi um absurdo pensar em um estado democrático quando se é compelido a quebrar leis vigentes.

Um segundo erro foi ter deixado o Judiciário intocável, o que redundou em um complicador sério na vida atual do cidadão.

Terceiro: o Governo revolucionário esboçou um projeto de reforma do ensino que mais desorganizou a área do que apresentou resultados positivos. O correto teria sido uma reforma estrutural de maneira a aumentar o número de beneficiados, a fim de dar educação a todos os brasileiros. Se isso tivesse acontecido, hoje os comunistas não manipulariam a população ao seu bel-prazer e dentro dos princípios marxistas como o fazem.

Uma outra falha com conseqüências nos dias atuais foi não se ter preparado novas gerações de políticos democráticos com uma clara visão do capitalismo moderno para assumirem a condução dos governos que se sucederam.

O maior engano foi a tentativa de perpetuar-se no Poder, dando margem à luta de grupos dentro do Exército e insatisfações na Marinha e Aeronáutica que, em conseqüência, pouquíssima cooperação ofereceram.

Qual a sua opinião sobre os métodos empregados para se derrotar o terrorismo?

Para bem enfocar o assunto, prefiro desdobrá-lo em várias respostas:

Guerrilha urbana – Durante um ano não soubemos responder eficientemente ao ataque terrorista, principalmente pela falta de experiência neste tipo de combate. Somente depois de termos apanhado bastante e com apoio recebido dos empresários foi criada a OBAN em São Paulo. Ela reunia oficiais e sargentos do Exército e da Aeronáutica, cabos do Exército e da Polícia Militar, Polícia Civil e agentes da Polícia Federal. A Marinha nunca participou, pois advogava que o CENIMAR[39] trabalhava muito bem e só cuidava do Partidão.

Após comprovarmos o sucesso das operações de Informações elaboramos a Diretriz de Segurança Interna que propunha a ativação dos CODI e DOI. Para o início

[39] Centro de Informações da Marinha.

do desbaratamento das células comunistas – estrutura da luta armada – depois da OBAN em São Paulo foi criado o DOI da Barão de Mesquita no Rio de Janeiro. Mais tarde criou-se outro em Brasília e depois mais alguns poucos em outros Estados.

Aprendemos em cima dos próprios erros, não tivemos professores. Mudamos a maneira de agir do acostumado *"Teje preso"* para o estouro de aparelhos, dentro de uma técnica de guerrilha urbana adaptada às condições brasileiras. O esforço e coragem daqueles que trabalharam nestes órgãos em confronto direto com a guerrilha – ainda que sem apoio nenhum, sem segurança para si e para seus familiares, sem qualquer reconhecimento das autoridades militares – resultou na tranqüilidade necessária para que os governos militares pudessem executar as suas políticas desenvolvimentistas em benefício da Nação.

Guerrilha rural **–** As Forças Armadas – particularmente o Exército – não tinham qualquer experiência neste tipo de luta. Caparaó e Vale da Ribeira foram experiências grotescas onde a maioria dos comandantes das operações, seja de Grande Unidade ou Organização Militar (OM), queria muito mais aparecer do que combater a guerrilha. Só não houve uma perda maior de homens porque o inimigo era fraco e muito desorganizado.

Na 1ª fase de combate à guerrilha do Araguaia houve uma verdadeira corrida de Grandes Unidades – totalizando cerca de três mil homens – cada uma buscando ser reconhecida como aquela que desbaratou a guerrilha rural. Nada resolveram a não ser contrair malária.

Os erros nos ensinaram e então a 2ª fase – já coordenada pela CIE – consistiu de uma Operação de Informação para levantamento do inimigo. Posteriormente a 3ª fase – para reduzir os guerrilheiros – empregou tropa constituída de homens da região, experientes em informação e conhecedores da maneira de trabalho do inimigo. Trabalharam descaracterizados, utilizando técnicas de infiltração, de acordo com a lei da selva.

Concluindo, penso que uma pequena parcela de militares brasileiros – particularmente do Exército – soube aprender rápido, contra-atacou e, mesmo com os poucos meios disponíveis, eliminou do País o perigo da comunização. Em respeito e coerentes com a cultura e tradição brasileiras deixamos em liberdade aqueles que hoje estão difamando os militares e tentam por outros meios tomar o poder.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento?

Esta pergunta nos recorda a personalidade do militar de carreira que é um excelente profissional, mas não gosta de alardear o que faz. Além do mais, desde o

início dos governos militares sempre contamos com a oposição de toda a mídia. A censura exercida em certos momentos foi uma das causas e a outra foi e é a comunização e esquerdização dos profissionais de imprensa, que até hoje boicotam ao máximo o trabalho restaurador e desenvolvimentista dos governos revolucionários.

Os nossos dirigentes não souberam criar uma estratégia para enfrentar esses fatos e conquistar os meios de comunicação. Em conseqüência a crítica destrutiva era e é diária, criando um caldo de cultura no seio da população que a deixa pronta a ser manuseada como o foi nas "Diretas Já".

Faltou uma manifestação das boas notícias para que jovens, operários e religiosos – parcela da população que estava nas mãos dos comunistas – pudessem ter informação das duas faces da moeda. Esse fato é real até os dias atuais, pois o exército continua o "grande mudo".

E a opinião pública internacional?

Se não tínhamos uma política para divulgar os nossos atos para o público interno, pior acontecia com a opinião internacional que recebia só o que a mídia controlada pelas esquerdas transmitia. Faltou visão aos nossos governantes para angariar a simpatia dos comunicadores. Exerceram um domínio de forma policial, que bem explorado pelos militantes subversivos só criou mais aversão aos governos militares (Herzog e outros casos).

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Os governos revolucionários venceram a luta contra a implantação do comunismo, cuidaram da área econômica muito bem, mas descuidaram da política e particularmente da área psicossocial; não prepararam os seus substitutos. Faltou um melhor planejamento para o Exército desengajar. E, por não ter havido uma preparação neste sentido o desenlace foi doloroso. O resultado é que estamos sofrendo desde 1985.

Julga que o Poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e de maneira mais convincente?

O Poder foi entregue tardiamente. O desgaste do Presidente Figueiredo foi muito grande e propiciou a má vontade de todos ante suas atitudes. O povo, que antes aplaudia as iniciativas do Governo, doutrinado pela mídia, passou a ver os militares como ditadores e usurpadores do Poder.

O que acha do "revanchismo"?

Ele acontece por força dos erros citados anteriormente e porque os nossos substitutos na ativa estão deixando que os antigos inimigos – com os quais tive-

mos complacência – tripudiem sobre nós, esquecendo que anistia é um ato de mão dupla. Atualmente, parece que os militares da ativa não pertencem àquele Exército que durante anos lutou contra o comunismo internacional para entregar um país calmo e em condições de continuar o caminho do desenvolvimento. Muitos não sabem por que nem como se deu a Revolução, como também desconhecem o que ocorreu ao longo dos vinte anos de governo; isto tudo porque nossos chefes militares não mantiveram acesa a chama do ideal revolucionário. Lembremonos de que o Ministério do Exército nunca explicou nem divulgou para seus quadros de oficiais e sargentos o porquê das ações militares nem tampouco o que pretendia realmente a guerrilha urbana e rural. Ultimamente até proibiu as comemorações referentes ao 31 de Março.

O senhor acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos, em face dos ideais da Revolução de 1964?

O momento político atual foge de todas as previsões que poderiam ser feitas à época da Revolução. De certa forma ele é fruto das regras de uma democracia; tem sido enriquecedor pois o povo não nasceu para ser escravo. No entanto, a permissividade generalizada, a falta de moral e ética, a corrupção dos governantes, a impunidade dos políticos, o desemprego, a insegurança e a desordem, além da falta de obras de infra-estrutura, são alguns pontos críticos da instabilidade atual. O avanço do narcotráfico, do crime organizado e o seu envolvimento com todos os setores da sociedade, desde estudantes até presidiários de alta periculosidade, demonstram que esta democracia está em perigo e os governantes não parecem preocupados com a situação do povo e muito menos com as Forças Armadas.

Tenente-Coronel Alexandre Máximo Chaves Amêndola

Nascido em abril de 1925 na então capital do Brasil, Rio de Janeiro, o Tenente-Coronel Amendola é praça de 28 de fevereiro de 1942, ao ser matriculado como cadete na Escola Militar do Realengo.

Declarado Aspirante-a-Oficial de Artilharia em 11 de agosto de 1945, já pela atual AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), com parada de sede em Resende-RJ, foi classificado no 5º RAM (5º Regimento de Artilharia Montada – Regimento Mallet) em Santa Maria-RS. Esta Unidade sucessivamente denominada 3º RA 75 AR (3º Regimento de Artilharia 75mm Auto-Rebocado) e 3º RO 105 (3º Regimento de Obuses 105mm), o acolheu em todos os postos de sua carreira militar, desde oficial subalterno até tenente-coronel.

Cursou a EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais) em 1953, a ECEME (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército) no período de 1956/1958 e freqüentou o curso da ADESG-RS (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra-RS) em 1972.

Desde cedo demonstrou grande aptidão para a área do ensino, o que lhe valeu uma nomeação para instrutor do CPOR/SP (Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São Paulo) em 1951 e, posteriormente, já na reserva, a partir de setembro de 1967, uma intensa folha de relevantes trabalhos na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria) onde, além de coordenar a instalação e funcionamento do Campus Avançado daquela universidade em Boa Vista-RR no âmbito do Projeto Rondon, desempenhou diversas funções executivas na área de direção e planejamento.

Seu perfil de oficial de escol o conduziu a ser convidado para Assistente dos Comandantes da AD/2 (Artilharia Divisionária da 2ª Divisão de Infantaria) em São Paulo e da AMAN durante a ano de 1955. Realizou o estágio de Estado-Maior no

Comando da 3ª DI (3ª Divisão de Infantaria) em 1959, permanecendo naquela OM onde vivenciou, em 1961, o episódio da Legalidade.

Após exercer o comando do Regimento Mallet ainda como major, no período de outubro de 1961 a fevereiro de 1962, permaneceu na Unidade por mais quatro anos, alternadamente como subcomandante, comandante de Grupo ou comandante interino do Regimento. Vivenciou ali, intensamente, os primórdios da Revolução.

Em 1966, foi mais uma vez foi convidado para ser Assistente, desta feita do Comandante da AD/3 e posteriormente do Diretor da DGMB (Diretoria Geral de Material Bélico).

Mercê de seus meritórios serviços prestados, foi agraciado com inúmeras condecorações, concedidas pelas Forças Armadas, órgãos públicos e entidades civis.

Participou ativamente de todas as ações que resultaram na implantação do Memorial do Marechal Mallet em Santa Maria-RS.

Publicou diversos artigos sobre assuntos militares, ensino universitário e Projeto Rondon.

Entrevista realizada em 7 de agosto de 2002.

1ª Parte
Depoimento Oral do Entrevistado

Temos o prazer de ouvir aqui em Santa Maria, no QG da 3ª DE (3ª Divisão de Exército) o Tenente-Coronel de Artilharia Alexandre Máximo Chaves Amêndola, oficial que desenvolveu participação muito ativa na Revolução de 1964, nesta Guarnição, quando de seu efetivo desencadeamento.

As respostas a todas as perguntas que fizemos é um depoimento completo do que aconteceu e o Coronel Amêndola o considera uma complementação da entrevista do General Agostini (Gabriel D'Annunzio Agostini).

Mas ainda há algumas dúvidas a serem sanadas. Na pergunta sobre os antecedentes notamos que aqui no Sul diversos entrevistados consideram o posicionamento do Exército na Revolução de 1964 bem diferente daquele adotado em 1961. E muitos depoentes se estendem bastante na Legalidade até porque participaram ativamente daquele movimento. Temos um depoimento sobre o posicionamento do General Pery (Pery Constant Bevilaqua) aqui em Santa Maria com uma atuação muito forte junto ao General Machado Lopes (José Machado Lopes), Comandante do III Exército (hoje CMS: Comando Militar do Sul).

Ele foi duas vezes a Porto Alegre durante o episódio da Legalidade. Ouvimos o General Harry (Harry Alberto Schnarndorf), por exemplo, que estava no quartel-general (QG) e assessorou o General Machado Lopes quando o General Muricy (Antônio Carlos da Silva Muricy), Chefe do Estado-Maior[1], foi embora para o Rio.

Nesses depoimentos – e mesmo por um relatório que foi feito depois – sentimos a força com que a 3ª DI se desempenhou.

No depoimento do Coronel Chagas (Celso Chagas da Costa) que foi Ajudante-de-Ordens do Bevilaqua, onde é narrada a vinda do Serpa (Antônio Carlos de Andrada Serpa) a Santa Maria, fica ressaltado que o General Bevilaqua era positivista[2]. O senhor considera que a posição dele era a favor da lei e não a favor do Brizola?

Da Legalidade. A palavra legalidade nasceu através do Bevilaqua e do Comandante da 1ª DC.

Na 1ª DC encontrava-se o General Oromar Osório.

Foram esses dois que pronunciaram essa palavra pela primeira vez. Eram pela legalidade e a fariam valer mesmo "à força de armas". Brizola ouviu-a, achou-a muito

[1] O Estado-Maior é o grupo de assessores diretos (staff) de um comando (Unidade, Grande Unidade, etc.), abrangendo as cinco grandes áreas de atividades (1 – Pessoal; 2 – Informações; 3 – Operações; 4 – Logística e 5 – Comunicação Social e/ou Relações Públicas). Os chefes de cada área (seção) são designados pelas letras S (Unidades) e E (Grandes Unidades e Escalões Superiores) seguidas pelos respectivos números.

[2] Filosofia de August Comte.

bonita: "em defesa da legalidade" e passou a repeti-la. Então isso tudo é real e verdadeiro. O General Bevilaqua era positivista e grande admirador do seu ascendente, Benjamin Constant. E adorava falar, tanto que nos reunia diariamente durante hora e meia a duas horas no início do expediente e fazia prolongadas palestras; nessas aberturas não poupava o João Goulart, dizia "cobras e lagartos" a respeito do homem.

Com a renúncia de Jânio Quadros, surgiu aquele movimento pelo qual se queria impedir a vinda do Jango Goulart da China até o Brasil para assumir o governo. O General Bevilaqua, que era um purista, um republicano de uma inocência total, assim se manifestou:

– Ele tem direito à posse porque foi eleito para isso. Eu sou pela legalidade e vou impor essa legalidade mesmo que à força de armas.

E todos nós na Divisão concordamos, principalmente pelo aspecto da hierarquia; afinal a nossa formação é do tempo em que o chefe decide e o subordinado obedece.

E aceitamos a tese de que se o Jango fora eleito, não interessa, deveria assumir. A esse respeito até posso contar um episódio interessante. O General Bevilaqua estava falando aos oficiais quando o Coronel Serpa (Antonio Carlos de Andrada Serpa) chegou preso, trazido do Mallet (3º Regimento de Obuses 105). Ele entrou e o General disse:

– Oh, meu amigo Serpa! Mais uma vez juntos!...

– Não, dessa vez estamos em campos opostos.

A situação seguiu indefinida e o Serpa continuou preso. Lá pelas tantas, o Coronel Menna Barreto (Ramão Menna Barreto) Chefe do Estado-Maior disse:

– Olha, o pobre companheiro está aí preso, isolado, sozinho, sem família e precisa do nosso apoio. Vamos nos revezar em visitas para animá-lo. Afinal, não custa nada.

Então fizemos uma escala, e cada um de nós ia lá "bater um papo". Só que o Serpa tentava convencer cada um que o visitava a mudar de opinião sobre a posse do Jango. Quero contar isso porque é muito bonito – o Linhares (Ivan Dêntice Linhares), posteriormente General-de-Exército, Major como eu, me antecedeu na visita. Depois que saiu, me avisou:

– Alexandre, cuidado, o homem está passando uma conversa danada...

Ele falava muito bem. Fui para lá e ouvi o seguinte:

– Alexandre, vocês enlouqueceram! Querem que um crápula desses tome posse? Isso aí é um contrabandista, é "isso é aquilo", ele vai fundar aqui uma república sindical!

Eu disse:

– Mas tem direito à posse. Ele foi eleito pelo povo e será empossado; vou defender essa posse.

– Mas não é possível! Ele 'vai fazer, vai acontecer'!...

– Bem, se ele fizer, aí derrubaremos esse camarada.

E continuou preso até que lá pelas tantas o Ramão disse:

– General, sabe qual é a solução? Mandar o Andrada Serpa embora.

– Será que ele vai embora mesmo? Bem, ele já viu qual é o ambiente aqui, o jeito é ir para o Rio, pois poderá até interceder por nós junto ao Ministro.

Então o General mandou chamá-lo e lhe disse:

– Olha, Serpa, você está liberado. Pode ir embora. Mas se você sair por aí "assim", fardado poderá ser preso de novo. Para evitar esse perigo nos cotizamos; um entrou com um casaco, outro com uma calça, um terceiro com uma camisa etc. Assim você irá em trajes civis.

Logo depois o Major Linhares levou-o à estação ferroviária. Na hora em que o trem ia partir, aconteceu um momento de beleza – eu me emociono só de recordar – que me faz acreditar neste Exército: o Linhares colocou a mão no bolso e disse:

– Coronel, aqui estão cem cruzeiros, um oferecimento do General Bevilaqua. Ele mandou dizer que vocês são adversários temporariamente, mas continua a admirá-lo e quer ser seu amigo.

O Serpa não aceitou a oferta e retrucou:

– Agradeça ao General, eu tenho condições de me manter, estou bem munido de dinheiro. Continuo sendo admirador dele, essa onda há de passar.

E assim foi embora o Andrada Serpa. Quer dizer, nós nos respeitamos e isso é uma coisa linda.

Então o episódio de 1961 aqui não foi muito difícil porque a Guarnição toda marchou de um lado só, em obediência ao seu Comandante. Posteriormente houve a solução conciliadora e bastante fraterna, com a adoção do regime parlamentar. Antes disso, assisti à 1ª DC do Oromar Osório, passar por Santa Maria, subir em direção a Marcelino Ramos, e sabíamos que as tropas de São Paulo e do Rio estavam descendo. A ação dos políticos da época foi muito hábil e inteligente, pois mediante a adoção do parlamentarismo impediu que acontecesse uma carnificina. Realmente, foi o que evitou um episódio triste no País.

Em pouco tempo houve uma evolução. Assumiu o III Exército o General Jair (Jair Dantas Ribeiro). A essa altura estavam falando no plebiscito, queriam perguntar ao nosso povo se desejava continuar com o parlamentarismo que estava implantado, ou voltar ao presidencialismo. Foi quando o General Jair enviou um telegrama ao Ministro, dizendo que não tinha condições de conter o movimento popular de rebeldia, caso não houvesse plebiscito. O primeiro a reagir foi o General Ernesto Geisel que comandava a 5ª RM, em Curitiba...

Ele informou que a sua tropa tinha condições. Houve o plebiscito e prevaleceu o presidencialismo; o Jango assumiu e ocorreu a transformação de governo

conforme conhecemos. O Jair era o Ministro da Guerra, quando chegamos a 1964. O episódio de 1961 se encerra aí.

Aqui em Santa Maria, a Legalidade produziu um outro efeito tremendo. A cidade era um centro ferroviário importantíssimo, pois abrigava as famosas "oficinas do quilômetro 3", enormes, muito bem equipadas, com vários milhares de funcionários, que faziam a manutenção do material ferroviário de toda a Viação Férrea. Ali a escalada comunista foi total.

A partir de 1961 eles praticamente conseguiram o domínio da cidade. Era espantosa a rapidez com que convocavam uma greve, faziam uma paralisação ou mandavam o comércio fechar – até sob ameaças. Depois começaram a propalar as idéias cubanas de *paredón* – hoje pouca gente sabe onde é o *paredón* – mas eu sei. Isso era dito com ampla e total liberdade. Comícios assustadores aqui, sempre conduzidos por lideranças da Viação Férrea, pregando o *paredón*.

Quando instauramos os inquéritos da Revolução, o primeiro foi para investigar os líderes da Viação Férrea.

Apenas para complementar esse episódio do Serpa, no depoimento do Coronel Chagas ele diz que elaborou, por ordem do Bevilaqua, um salvo-conduto, e frisou que inicialmente não sabia como fazê-lo. Fora um documento muito comum nas revoluções de 1930 e de 1932. Salvo-conduto para ir de tal a tal lugar. Aí um praça velho daqui deu as dicas, ele elaborou o referido documento e o entregou ao Serpa.

Um fato que não deixa dúvida: aqueles dois se admiravam e se respeitavam mutuamente. Isso é interessante. Depois de liberado, o Serpa foi embora, ficaram em campos opostos, mas só aparentemente.

Outra coisa curiosa é que muita gente achava que o General Pery era meio populista. Mas, quando houve aquele pronunciamento do General Jair, ele era General-de-Divisão Comandante do II Exército (hoje Comando Militar do Sudeste), e voltou a pronunciar-se da mesma forma. Disse que na área dele a lei e a ordem seriam respeitadas. O próprio Estado-Maior dele o alertou de que estava jogando fora a promoção a quatro estrelas. Ele contrapôs: "Se eu depender disso para sair 4 Estrelas prefiro ficar como General-de-Divisão. Já atingi um posto que acho muito bonito."

Ele era um puro!

É. Um homem sério.

Antes de ouvir esses depoimentos, eu o considerava um militar excessivamente politizado. Mas não, ele era um homem correto, de princípios rígidos.

Era um homem de princípios! Não há dúvida.

Esses depoimentos nos têm mostrado uma coisa curiosa. Quando eclodiu a Revolução de 1964, os nossos generais aqui no Sul estavam mais ou menos afinados

com o Chefe da Casa Militar e com o Ministro Jair. O Saraiva (João de Deus Nunes Saraiva) na 1ª DC, o Camarinha (Joaquim de Mello Camarinha) em Uruguaiana e o Garrastazu (Hugo Garrastazu) em Bagé. E a Revolução saiu ao natural. Houve uma atuação muito forte dos oficiais dos Estado-Maiores dos Generais.

Acredito que a grande preparação do Exército aconteceu nas Escolas, que começaram a explorar o problema da guerra revolucionária e da subversão. Cursei a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 1963 e fizeram um bom trabalho na minha cabeça, no final do ano eu sabia muito bem o que estava acontecendo.

A minha turma teve problemas quando terminou o curso, pois ninguém pôde ficar no Rio. Todos foram mandados para o interior porque durante o ano letivo ocorrera uma porção de movimentos. Teve oficial preso, essa coisa toda.

Então a diretriz foi classificar os oficiais concludentes no interior, e esse pessoal já sabia o que era guerra subversiva e qual a fase que estava acontecendo em cada região do Brasil.

O senhor concorda que houve um preparo nas nossas Escolas para enfrentar a guerra revolucionária?

Concordo. De fato, estudávamos guerra revolucionária, terrorismo, guerrilha urbana, tudo isso os cursos ensinavam. Agora, em nenhum dos cursos que fiz, nem nas áreas de quartéis-generais onde servi, nunca ouvi dizer que isso fosse especificamente dirigido para um determinado movimento como se formou em 1964.

Então vou entrar na sua "chave". Primeiro: acredito que o Estado-Maior do Exército agiu, naquela época, com uma precisão notável até o último momento. O golpe fatal foi suspenderem a baixa dos soldados em novembro. Aquilo ali foi de uma perspicácia enorme.

É a primeira vez que ouço isso.

Quando março chegou não tínhamos recrutas, só soldados adestrados, inclusive para controle de tumulto. Isso é mais um aspecto a ressaltar. Acho que o Estado-Maior do Exército foi quem visualizou e conduziu esses caminhos que a EsAO e a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) adotaram e que propiciaram ao Exército estar em plenas condições para atuar, como ocorreu em 1964.

Segundo: o senhor ressaltou um ponto que sempre me pareceu bastante evidente. O Movimento de 1964 foi uma contra-revolução de majores e tenentes-coronéis. Os Estados-Maiores dos Generais que o senhor citou – todos, de uma forma ou de outra – influenciaram de certa maneira os chefes a ponto de eles assumirem as atitudes que ficaram bem evidentes na época.

E aí cabe uma outra pergunta que faço ao estudioso de história. Fico boquiaberto quando leio e ouço comentários a respeito da revolta havida aqui em Santa Maria. Dois tenentes do 5º Regimento de Artilharia Montada (5º RAM), o Nelson (Nelson Gonçalves Etchegoyen) e o Alcides (Alcides Gonçalves Etchegoyen), juntaram-se com o Lobato Valle (Heitor Lobato Valle) e o Iguatemy (Iguatemy Graciliano Moreira), do 7º Regimento de Infantaria (7º RI), e esses quatro tenentes levantaram os dois quartéis a ponto de bombardearem a cidade com artilharia e enfrentarem a Brigada Militar[3]. Quatro tenentes levantaram duas Unidades completas! Mais tarde fui comandado de dois deles, do Nelson e do Alcides Etchegoyen.

Isso em vinte e..?

Em 1926.

O 5º RAM na época tinha um ano de Santa Maria. Saíra de São Gabriel em 1925 e em 1926 já estava revoltado na mão de quatro tenentes. Eles puseram duas peças na frente de onde hoje se encontra a Brigada de Infantaria – na época era o 7º, e começaram a bombardear o quartel da Brigada Militar. Mas um grupo de oficiais, que não aceitara o movimento, havia entrado secretamente nos paióis e roubado as espoletas das granadas. Então as granadas ficaram com uma trajetória incerta, sem a característica do perfil aerodinâmico. Estavam "amputadas", não obedeciam a nenhuma tabela de tiro. E onde caíam não explodiam.

Houve tiro que caiu no ginásio dos irmãos maristas, e outros por toda a parte da cidade. Começaram a "levar bala" da Brigada e tiveram que responder com fuzis. Por fim viram que aquilo não adiantava. Estava fora do alcance deles. Resolveram retirar-se para o Uruguai. Largaram os canhões no Passo da Ferreira – periferia da cidade – e saíram como cavalaria, à moda da época: requisitando cavalos, matando e carneando gado por toda essa faixa.

A certa altura foram organizadas Unidades de Provisórios[4], uma delas comandada pelo Oswaldo Aranha, que saíram em perseguição dos revoltosos em fuga.

Mas a tropa revoltada dispunha de uma vanguarda, uma retaguarda, e era adestrada. Em pouco tempo ficaram sabendo que estavam sendo perseguidos. Nos campos do Seival – no interior de Caçapava do Sul – colocaram três *Hotchkiss,* uma em cada coxilha. A gauchada dos Provisórios resolveu dar uma carga para "laçar metralhadora". Foram varridos, sendo que Oswaldo Aranha saiu sangrando muito com um tiro no calcanhar. E os revoltosos foram embora para o Uruguai. Depois conversei

---

[3] Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

[4] Unidades de milícias organizadas à base de voluntariado e requisições.

muito com eles. O Nelson Etchegoyen foi ser motorista de praça, e o Alcides garçom em Montevidéu. Voltaram em 1930. Desculpe, eu fugi completamente...

Isso é história!

Estamos falando da preparação ou não do Movimento de 1964. Penso que preparação específica não houve. Não é a primeira vez, já tenho dito e até escrito sobre este assunto.

Em função do que houve em 1961, o General Bevilaqua perguntou-me se aceitava ir para o Mallet. O Coronel Ramão me esclareceu que era missão de sacrifício, porque eu perderia pontos para promoção, gratificação de Estado-Maior e outras coisas mais, ao passar para o QO[5].

O senhor já era QEMA[6]?

Sim, há quase três anos, desde o término do estágio aqui no QG da DI.

E eu disse que aceitava. O Mallet – isso não está na história – tinha "batido biela" em 1961. Era tal a falta de estrutura de pessoal e material, que todos os oficiais superiores da Unidade pediram transferência. Então eu, um elemento estranho, fui mandado para lá. Como Major, assumi o comando. Foi uma situação revolucionária, tanto que na galeria de ex-Comandantes do Mallet, onde só constam os efetivos, lá está o Major Alexandre como comandante efetivo entre setembro de 1961 e fevereiro de 1962. O General Machado Lopes indicou e a Secretaria-Geral me efetivou no comando, como Major. E era função de Coronel.

Sempre repito que passei a trabalhar como nunca o fizera, e todos os meus amigos – todos que serviram comigo, e que ainda sobrevivem – sabem que aquela foi a minha pequena grande glória. Em dois anos e pouco, até 1964, conseguimos formar uma Unidade de combate "mesmo"! Para enfrentar combate! E, sob palavra de honra, jamais ouvi falar em conspiração para derrubar governo, nem Jango, nem Movimento de 1964! A Unidade agiu com brilho em 1964, porque estava "pro-fis-sio-nal-men-te" pronta para o combate, viesse do lado que viesse.

Estou dizendo isso vaidosamente, sem nenhuma modéstia. Qualquer dos meus camaradas, dos meus companheiros, pode confirmar minhas palavras. Por isso desfruto dessa deferência com que me tratam.

Eu fui um profissional, nunca um conspirador. Não sabia nada de conspiração. E como profissional tive a oportunidade de ver o que poucos companheiros

[5] Quadro Ordinário.
[6] Quadro do Estado-Maior da Ativa.

puderam ver: uma Unidade pronta para lutar, com oitocentos e tantos homens que, com certeza, me seguiriam aonde quer que eu fosse. É uma sensação fantástica! E que enorme carga de responsabilidade acarreta!

O senhor era o Comandante, e aí chegou o Coronel Agostini que...

Não, este é outro aspecto tão espantoso que por isso digo que já posso morrer. Durante os cinco anos em que servi no Mallet, a Unidade teve dez comandantes! Dez! Posso citar o nome de todos, interinos ou efetivos. O último foi o Coronel Souza Pinto (Mário de Souza Pinto). Antes dele fora o Agostini. E antes o Coronel Ruy (Ruy de Paula Couto), que por isso gosta muito de mim, e até me chama de "leal escudeiro". Fui comandante efetivo e interino, respondi pelo comando, fui Subcomandante, ou Comandante de Grupo, e eles se seguindo. Foram dez, no total!

Qual é a instituição civil que suportaria ser dirigida, no espaço de cinco anos, por dez diretores? Só o Exército consegue isso. Porque tem seus regulamentos, sua disciplina e sua hierarquia. Dez comandantes em cinco anos!

Passei o comando para o Agostini incidentalmente, da mesma forma como passara para os anteriores, para o Ruy, para o Coronel Terra (Carlos Gonçalves Terra) e para todos os outros.

Hoje a passagem de comando está praticamente automatizada. O oficial é prevenido de que irá assumir um comando, com seis meses de antecedência. Vem para cá assumir uma Unidade, chega como tenente-coronel, sabendo que será promovido. Sabe que ficará nesse comando dois ou três anos. E que seis meses antes do final já saberá quem será o substituto...

Lembro do depoimento do General Ruy que assumiu a Artilharia Divisionária (AD)...

Quando o Agostini chegou era Tenente-Coronel e foi designado Subcomandante; o Comandante efetivo era o Paula Couto.

Que assumiu a AD.

No lugar do Comandante da AD, o General Newton Barra.

Que não estava aí.

Naquela época era uma confusão de AD...

Artilharia Divisionária da 3ª Divisão.

Sim, mas a AD de Cruz Alta não era...

Não, ela era aqui.

Naquela Bateria à esquerda de quem entra no...

Isso! Exatamente!

Eu lembro da AD ali ainda.

Claro! Depois veio a Brigada (6ª Brigada de Infantaria Blindada).

Eu lembro de comandar a Brigada o...

Ivan Linhares.

Ele mesmo...

O barbudinho, General Theophilo (Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira Netto).

O Xavier (Carlos Xavier de Miranda).

Lembra de todos esses?

Sem dúvida.

Acredito que ficou bem claro que os majores e tenentes-coronéis tiveram uma influência muito grande na consolidação do Movimento inicial de 1964.

O que o senhor tem a nos dizer sobre os métodos empregados para derrotar o terrorismo, particularmente depois do Ato Institucional nº 5 (AI-5)? Sabemos que este é um assunto complexo. Houve violência, embora sem crueldade, ainda que se admita ter ocorrido, em alguns casos, atos isolados de tortura, mas certamente praticados por mentalidades fora do nosso padrão normal. Na verdade não fomos nós que começamos a escalada. O primeiro ato violento foi lá no Aeroporto do Recife...

Guararapes!

E depois resultou em uma escalada desenfreada.

É interessante comentar-se exatamente um exemplo bem simples. A imprensa vive explorando a morte do Vladimir Herzog no II Exército. Poucas vezes comenta-se que o General-de-Exército D'Ávila Mello (Ednardo D'Ávila Mello) – que foi meu Instrutor na ECEME – foi demitido pelo Presidente Geisel por causa daquela morte, principalmente pelo fato do morto ser jornalista. Mas ninguém sabe o nome, nem faz referência, ao Edson Régis de Carvalho que também era jornalista e morreu atingido pela bomba no aeroporto de Guararapes, no Recife. Aí está o peso da parcialidade da imprensa no que tange ao "revanchismo".

Se os métodos para coibir terrorismo fossem fáceis, os israelenses já teriam acabado com ele na Palestina.

E os americanos não teriam sido surpreendidos com o 11 de setembro...

Fizeram o que fizeram no Afeganistão... e nada! Terminar uma ação terrorista não é nada fácil. Aqui, o Jornalista Olavo de Carvalho (ex-militante comunista, hoje um severo crítico da esquerda) está enfrentando desassombradamente isso tudo, e computou – eu não sabia – oitenta e quatro atentados à bomba no Brasil! Eu não imaginava que fossem tantos. Oitenta e quatro! Lembro muito bem do coitadinho do soldado que era sentinela do QG do II Exército em São Paulo...

Mário Kozel Filho.

...e foi despedaçado por uma bomba levada em um caminhão.

Não precisamos aprender com os palestinos como é que se faz, porque aqui também já houve terrorismo. Dificilmente têm-se condições de dominá-lo sem usar a violência. Violência traz violência!

O que não obriga a pessoa a ser cruel. Prender um homem, colocá-lo em uma cadeira, desarmado e...

E surrá-lo!?...

Esse tipo de ação foge da nossa formação.

Não, isso não aceito! Agora, há um detalhe que me deixou com uma dúvida terrível. Foi por ocasião da guerrilha do Jefferson (Jefferson Cardim de Alencar Osório).

Sim.

Quando o Batalhão de Foz do Iguaçu conseguiu cercá-los, eles atiraram e mataram o Sargento Camargo (Carlos Argemiro Camargo).

Hum, hum!

Na ocasião coloquei-me "na pele" do comandante daquela patrulha. Ora, quando fui para o Mallet, dependia enormemente dos meus sargentos e cabos. A Unidade dispunha de sete oficiais e trinta e seis graduados. Então ficamos todos amigos. Conheci a família de cada um, andei com as filhas e os filhos deles no colo. Ora, se matam um dos meus sargentos, assim, ao meu lado, como fizeram com o Camargo, não sei se eu traria algum daqueles safados vivo. Isso eu fiquei na dúvida! Será que eu iria aprisionar aquela gente? Com todo o meu espiritismo, tenho para mim que não traria nenhum vivo, liquidava todos.

Outro problema a abordar é o "revanchismo". O senhor usa palavras candentes contra o "revanchismo", parecendo-lhe que a anistia foi unilateral. Será que teremos que agüentar essa cantilena até o fim dos nossos dias?

Olha, acredito que isso prossiga por muito tempo. Analisando a maneira como é tratado o assunto na imprensa, tão cedo não acaba.

A esquerda conseguiu uma vitória brilhante quando dominou a imprensa falada, escrita e televisada. Então eles divulgam as versões que lhes agradam, e ficam desenhando um quadro muito diferente do real.

Parto do princípio de que o nosso Exército sempre foi fraterno. O vencido deixa de ser inimigo, é encarado como um náufrago, é tratado com bondade, com energia serena. Houve os excessos; já é evidente que houve realmente tortura e torturadores. Mas foi em uma época bem posterior – 1969/1970 – e não foi uma ação institucionalizada. Não foi!

E, hoje, aqueles excessos estão sendo tratados como se tivessem tido origem nos governos militares, o que não é verdade. Partiu dos níveis menores do Exército e

das polícias, que tratavam e trabalhavam diretamente com a subversão. Muitas vezes o problema do excesso foi fruto de uma revolta pessoal, ou até de um caráter fraco.

A verdade é que o Exército que conheço sempre agiu com bondade e fraternidade. Isso fica bem exemplificado com a anistia, tal como foi implementada no Governo Figueiredo (João Baptista de Oliveira Figueiredo). Para nós, ela existiu; para o outro lado, não. Além de continuarem acusando – muitas vezes injustamente – e inventando torturas que não existiram, apadrinham gente como a Bete Mendes que, propositadamente, desgraçou e crucificou o Ustra (Carlos Alberto Brilhante Ustra), meu Aspirante, que ainda hoje é o pivô de um incidente na área do Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx) com o General Cesário (Luiz Cesário da Silveira Filho).

É um "revanchismo" que não posso aceitar porque contraria tudo o que conhecemos do passado – não só do passado remoto, como do recente.

Não há nada mais bonito do que o sucedido aqui no decurso da tão decantada campanha Farroupilha. Durante dez anos os Imperiais e os Farroupilhas se defrontaram e se bateram. Assim que foi assinado o armistício e acabou a guerra, todos eram amigos, voltaram a servir juntos, em um enorme abraço de amizade, e, inclusive, lutaram irmanados nas campanhas de 1851/1852, e no Paraguai. A morte mais sentida por Osório foi a do General Neto que proclamara a República do Piratini e surrara os Imperiais uma porção de vezes! Posteriormente, sob o comando de Osório, seguiu com seu Corpo de Exército para o Paraguai, e no entanto tinham sido adversários ferozes durante dez anos!

Esse é o retrato que faço da fraternidade. Em 1964, a Guarnição de Santa Maria foi capaz de, em uma condição de risco e de perigo, como no imediato período pós-Revolução, respeitar a sacralidade dos lares! As patrulhas cercavam a casa do indiciado, viam que ele estava queimando documentos, mas só o prendiam ao clarear do dia, o que nos causou enorme dificuldade, porque tínhamos que ir em busca de prova testemunhal, uma vez que a prova documental tinha sido queimada, com a permissão de um Exército cristão que, no seu todo, respeitou os direitos individuais dos suspeitos. Isso está escrito! Nós agimos com elegância total e dignidade completa. Pelo menos foi o que vi aqui, nesta cidade. E, com certeza, deve terse repetido Brasil afora. Foi exemplar! Então, não posso aceitar "revanchismo". Isso sim é indigno, é antifraterno, é um verdadeiro lesa-pátria.

E o momento atual?

Faço questão de dizer, escrever e assinar, que o momento atual é conseqüência dessa nossa Constituição demagógica e completamente inadaptada às condições mental, cultural e social do nosso povo. Uma constituição que nos acena com um

número enorme de direitos e garantias, e praticamente não exige deveres. Apelidada de cidadã, muito pouco tem oferecido em prol da verdadeira democracia.

Democracia não é essa liberalidade para todas as ações mais rasteiras, que estamos assistindo. Isso é um aspecto. O outro é que estamos inseridos em um quadro mundial que nos torna muito vulneráveis, em virtude de todas as nossas carências e deficiências. Um exemplo é a atual crise no campo econômico-financeiro, onde, no noticiário de hoje, o Brasil ultrapassou dois mil e trezentos pontos como área de risco, e o dólar vive uma instabilidade total. Não sei até onde isso nos levará.

Há ainda o campo militar, que devemos acompanhar com bastante atenção. A nossa fronteira mais longínqua e desprotegida, tem como vizinha incômoda as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). Ali, em função das características do terreno, nem oito mil nem oitocentos mil homens serão capazes de prover a segurança necessária. A esperança está na implantação do Sistema de Informação e Vigilância da Amazônia (SIVAM). Porque elas estão lá, prontas e treinadíssimas, sem que até agora o exército colombiano tenha conseguido dominálas, nem mesmo com a pesada ajuda norte-americana. Acredito que as Segundas Seções (Informações) devem ficar de olho atento para aquele lado.

Um outro probleminha que está virando problemão, particularmente nas grandes cidades, é o narcotráfico, que hoje enfrenta a polícia em pé de igualdade. Então, o nosso Sistema de Informações deve fazer um acompanhamento cerrado, porque a situação pode degringolar, e, a qualquer momento, o Exército deve ficar em condições de atuar.

Finalmente, um terceiro aspecto que merece uma atenção muito forte por parte dos militares: a estrutura que o Movimento dos Sem Terra (MST) já conseguiu montar. Ela está completa em todos os campos: treinamento de combate, ação psicológica e apoio logístico; está pronta para transformar-se em uma guerrilha talvez na sua quarta ou quinta fase. Quinta não digo, seria o domínio total, mas para a terceira ou quarta fase estão prontinhos.

Esta é a situação que vejo hoje no País. E o Exército, se e quando chamado, deverá estar adestrado para empregar a força. A pergunta que não se faz é a seguinte: terá condições de fazê-lo, hoje? O adestramento é falho e o equipamento obsoleto. E não tem verbas nem para remediar as faltas e deficiências, que dirá para uma atualização necessária.

Impressiona ver que a verba destinada ao exército norte-americano chega aos duzentos bilhões de dólares, igual aos orçamentos militares somados da China, Rússia, Alemanha, França e Inglaterra. Enquanto isso, temos direito a cinco bilhões de reais dos quais só três estão liberados.

É claro que confio nos nossos Estados-Maiores e nos nossos generais, eles não são cegos e devem estar percebendo com bastante nitidez o risco calculado pelo qual estamos passando. Acredito que, com esta baixa que hoje está se concretizando, chegamos ao limite do suportável.

Até agora – isso fica provado através das pesquisas de opinião – as Forças Armadas têm desfrutado do respeito do nosso povo, apesar de todas as assacadilhas e tentativas de desprestígio. Temos dado um exemplo do que deve ser feito em matéria de economia em favor de prioridades mais fortes do país.

A Aeronáutica chegou ao extremo de sucateamento, como a imprensa noticia, a ponto de agora sofrer o menor corte e estar pensando em se reequipar. Há tempo estamos dando exemplo de estoicismo e de economia. Até vinte ou vinte e cinco anos atrás estávamos acostumados a ver, aqui e em tantas outras cidades, a tropa desfilando no Sete de Setembro com blindados e viaturas. Essa geração nova nunca viu isso! Sempre, só desfile à pé...

A falta de munição, de combustível e de dinheiro para comida nos quartéis se repete desde algum tempo e é do conhecimento geral, até a imprensa sabe e tem noticiado, nada foi escondido. Talvez para servir de exemplo aos órgãos públicos e outras instituições civis, onde campeia o esbanjamento e o egoísmo. Considero que a nossa situação hoje é muito delicada; que nos sirva de exemplo o que está acontecendo aqui com os vizinhos, Argentina e Uruguai. E o que é pior, não vejo lideranças capazes de mudá-la, nem um sistema político com coragem e possibilidade de fazê-lo. Não com esse tipo de democracia.

Sei que tenho meus defeitos, mas faço questão de exaltar algumas qualidades que julgo possuir. Sou de uma lealdade total com os meus amigos e senti dificuldade na emissão de certos conceitos, porque de maneira alguma quis prejudicar, ou magoar o meu chefe e amigo, General Agostini. De qualquer forma, foi gratificante relatar um pouco da minha vivência no Exército, especificamente nesta quadra da história do Brasil, que ainda será escrita nos seus verdadeiros matizes, ressaltando os reais propósitos de nossas Forças Armadas e de seus homens na busca de uma Nação mais justa e feliz.

2ª Parte
Prosseguimento da entrevista realizada com o Coronel Amêndola

Considerações julgadas importantes

Considero muito conveniente "acoplar" os dois depoimentos, o do General Agostini e o meu; ter-se-á, assim, uma visão bem mais completa do que sucedeu por estas bandas, em 1964.

Para não "negar estribo"[7] vou tentar responder às indagações do entrevistador, buscando, de melhor forma possível, reduzir uma análise madura e ponderada, de forma coerente.

Esta, a minha idéia, transmitir o conhecimento que se segue, ficando, a seu julgamento, como proceder.

Repertório de Perguntas
Antecedentes Imediatos e Preparação

Em sua opinião, quais foram as causas que resultaram na Revolução de 1964?

Para começo de conversa, discordo inteiramente da designação 'Revolução de 1964': sempre designei – e vou continuar designando – aquele movimento como "Contra-revolução". "Revolução" era o que desejavam fazer os comunistas e comunistóides da época. E, respeitosamente, sugiro que adote o mesmo procedimento.

No meu entender tivemos duas grandes causas que resultaram no movimento. A primeira foi simplesmente a tentativa de tomada de Poder pelos comunistas do País, sob o acicate e a esperança de vitória da URSS e de Cuba. O conceito de democracia adotado nos anos de 1962 e 1963, pelo governo, permitiu – e até incentivou – a prática de excessos inadmissíveis em qualquer sociedade organizada, que nos levariam, inevitavelmente, a uma carnificina de irmãos, aliás pregada abertamente a partir dos *paredóns*. Por fim, a insuportável tentativa de torpedeamento das Forças Armadas em sua hierarquia e disciplina.

Sua preparação foi coordenada e minuciosa ou seu desencadeamento foi espontâneo?

No meu julgamento não foi nem coordenada nem minuciosa, e o seu desencadeamento deu-se de forma espontânea, não apenas pelos militares (que foram tão-somente um "gatilho"), mas por todo o povo brasileiro, que já não suportava a baderna.

Quais os grupos organizados ou pessoas que foram favoráveis e contribuíram na preparação?

Vi, como disse, o povo, na sua quase totalidade, "estourar" em alegria, ao desencadear-se o Movimento; mas durante a preparação, apenas alguns poucos parlamentares se movimentavam no Congresso Nacional. Não acredito que nossas Forças Armadas, através dos seus respectivos Estados-Maiores, vendo o que se

[7] Expressão gaúcha que significa recusar-se ou omitir-se.

passava, não tivessem tomado medidas preventivas, pelo menos sob a forma de planos que, afinal, nunca transpiraram, nem mesmo para a tropa. Por isso admito que o Movimento foi muito mais espontâneo do que planejado.

Onde ocorreu a maior resistência para sua implantação?

Aqui, em nossa cidade? Na poderosa, volumosa, importante e temerosa "Viação Férrea do RGS", então inteiramente dominada pelas lideranças comunistas. Surpreendentemente, foram rapidamente submetidas pela Guarnição Militar e pelo (desesperado) povo santamariense.

Desencadeamento e Escalada

Como foi o desencadeamento em sua cidade ou estado?

Em cumprimento à missão recebida pelo Cmt da 3º DI, General Poppe de Figueiredo (Mário Poppe de Figueiredo), houve uma ação imediata e fulminante do "Regimento Mallet", que ocupou os pontos críticos da cidade, particularmente todo o conjunto da Viação Férrea. Deve ser dito que tudo estava planejado, não especificamente para a "Revolução" ou "Contra-revolução", porém como planejamento normal, aperfeiçoado ao correr dos anos, para controle de tumultos.

Como a Revolução foi recebida pela população local, em seus primeiros tempos?

"Vibrando" delirantemente! Aliviada de tanta desfaçatez! Aplaudindo e apoiando!

A esse propósito, veja-se a reação popular à "carga" dada pelo "Regimento Mallet" contra a tentativa de comícios de baderneiros; e a passeata "espontânea mesmo" de cinqüenta mil populares em "agradecimento aos militares", referida tanto no meu depoimento, quanto no do General Agostini.

Observação: Hoje tudo isso "caiu" no esquecimento, submergido pela onda de "democracia" que inunda a Imprensa.

O que mais se esperava dos novos governantes?

Tudo. Volta à ordem e ao progresso, com paz e tranqüilidade. O fim da inflação e da corrupção, e cadeia para os bagunceiros.

O senhor julga que a escalada revolucionária e a edição dos Atos Institucionais foi resultado da atuação dos políticos e do terrorismo?

O Governo Castello foi simplesmente soberbo! Manteve o máximo possível de conceituação democrática. Depois, alguns parlamentares de feitio demagógico

e juristas de um purismo afastado da realidade nos levaram ao terrorismo, à escalada revolucionária e aos Atos Institucionais. Aqui em Santa Maria não tivemos nenhum tipo de terrorismo, mas a reação na área política foi bem acentuada. Em realidade, ainda no Governo Castelo, instauraram-se aqui oito IPM (Inquérito Policial Militar), que encaminhados à Justiça, resultaram em algumas punições e várias fugas para o Uruguai.

Ciclo de Presidentes Militares

Exponha sua opinião sobre os governos militares que advieram com a revolução.

Castello foi um Estadista (com letra maiúscula e grifado!) como poucos em nossa história; Costa e Silva não estava à altura das necessidades da época mas, pelo menos, cercou-se de Ministros muito seguros, que obviaram suas deficiências. Médici, além de excelente, destacou-se pela "sorte" em tudo o que empreendeu e, ao contrário do que é hoje dito, agiu com perfeição ao impedir, mediante censura à Imprensa, que fosse difundida a idéia de guerrilhas com áreas liberadas, sufocadas com um mínimo de sacrifícios, bastando ver o que sucedeu com os "tupamaros" no Uruguai, os 'montoneros', na Argentina ou os anticastristas, em Cuba...

Geisel foi magnífico. Figueiredo – coitado! – ingenuamente acreditou que o povo brasileiro aprendera a lição e "democratizou" mais do que o indicado para a época, confiando que as esquerdas atuariam com lealdade.

Assim, fica a dúvida: 21 anos foi tempo demais para um sistema forte de Governo? Deveria ter terminado antes?

Por que também não é lembrado o Governo de Getúlio, muito mais ditatorial do que o da "Revolução"? Quem, hoje, lembra ou comenta a extinção dos partidos políticos entre 1937 e 1945? O fechamento do Congresso da censura imposta pelo "DIP" (Departamento de Imprensa e Propaganda)? Do DOPS da época? Da "Polícia Especial"?

Que achou dos métodos empregados para derrotar o terrorismo?

Foi empregada a melhor técnica indicada pela doutrina e com um mínimo de mortes. Basta olhar o que vem acontecendo no mundo.

O trabalho de comunicação social para a conquista da opinião pública brasileira foi a contento? (Divulgação de realizações como o saneamento político e administrativo, grandes obras de infra-estrutura, inflação baixa, melhoria geral das condições de vida da população, alçamento à posição de oitava economia do mundo etc.).

A divulgação "parecia suficiente". Ou não o foi, ou descambou no esquecimento, sob a inteligentíssima propaganda das esquerdas e do purismo democrático, para o qual ainda não estamos preparados.

E a opinião pública internacional?

Na época, aparentemente, era favorável ao que aqui sucedia. Hoje o retorno ao regime forte é impensável: a reação internacional será inteiramente negativa, e as fontes de verbas externas desaparecerão daqui.

Desengajamento do Exército e Processo Político Remanescente

Como foi o desengajamento do Exército após o ciclo revolucionário?

Para a Nação, o desengajamento foi tranqüilo. O Exército passou a contribuir (de forma até arriscada), para a economia nacional. Estoicamente submeteu-se a padrões cada vez mais espartanos, no que tange a efetivos, munições, combustíveis, aquisição de equipamentos e, agora, até quanto à alimentação dos seus soldados. No momento em que escrevo, como sabemos, chegou ao *mínimo minimorum* suportável, talvez ao extremo do "risco calculado".

Julga que o poder foi entregue aos civis no momento mais adequado e de maneira mais convincente?

Não sei. Desde quando entregamos o Poder, o que assistimos e o que estamos assistindo agora... Mas, como muitos insistem em afirmar que *vivemos em uma democracia*, creio que aprendi muito pouco em 78 anos de vida, de estudos, de leituras, de observação...

O que acha do "revanchismo"?

"Revanchismo"? Acho-o uma atitude podre, antifraterna, injusta, antipatriótica, indigna. Os militares aceitaram com rigor o conteúdo da anistia. O feitio fraterno que nos caracteriza perdoa os vencidos; por disciplina, aceitamos que terroristas, assaltantes e assassinos do passado desfrutem de posições relevantes em quaisquer dos Poderes da República; pela compreensão de que a "Segurança" e "Defesa Nacional" pode – na fase difícil que atravessamos – ter prioridade menor; os juramentos que fizemos nos levam aos últimos sacrifícios.

E do outro lado, o que vemos? Nas empresas, no Poder Executivo, nos três níveis do Legislativo, e até no Judiciário? Os comunistas, as esquerdas, os demagogos, a Imprensa desavisada e os inocentes úteis não pensam como nós.

Até admito que, talvez, o Povo perceba isso: – como explicar que em todas as pesquisas de opinião o Exército apareça no topo das listagens?

Já começa a ser repetida aquela pergunta popular:

– O Exército não vai dar jeito nessa anarquia?

Acredita que o momento político presente e o exercício do atual modelo de democracia preenchem os anseios e necessidades da Nação brasileira ou carecem de aperfeiçoamentos, em face dos ideais da Revolução de 1964?

A rigor, julgo que a partir da Constituição de 1988 (portanto uma "carta magna", uma "lei básica"), inteiramente demagógica e desajustada à nossa realidade, vivemos um modelo distorcido do verdadeiro regime democrático. Nem é preciso argumentar muito: basta ver que – segundo a Imprensa – ela prescreve *76 direitos, 44 garantias e...4 deveres* (um dos quais é *votar...*)

E agora? Como retirar alguns desses *direitos e garantias* e aumentar o número de *deveres*? Não há a menor possibilidade de fazer tal coisa sob um regime "democrático" como o atual.

Os ideais da contra-revolução de 31 de março de 1964 esfumaram-se!... São "entulho autoritário" como o "Projeto Rondon", um exemplo de belíssima política social que foi enterrado.

"Regimento Mallet": ação em 1964

Desejo assinalar a importância e a necessidade do presente projeto que poderá servir de antídoto contra o veneno que a mídia tem imposto aos jovens com suas – agora – costumeiras versões acerca dos acontecimentos de março/abril de 1964. Essas versões deturpam de forma desleal, mentirosa e pérfida, os fatos que perturbaram a vida nacional naquela fase da nossa história.

Antes de entrar propriamente no assunto que me é proposto, ponho a julgamento dos leitores os seguintes pontos:

Primeiro: – Em que país do mundo, em qualquer época da história da civilização, foi trocado o regime democrático de governo por um outro, autoritário, em três dias, sem que houvesse nenhuma reação contrária, nenhum morto, nenhum ferido?

Salta aos olhos que o Movimento de 1964 foi popular, pois o perigo que nos ameaçava era tal que a Nação inteira se solidarizou em seu combate. As Forças Armadas apenas utilizaram seu poder de coerção, traduzindo o anseio popular generalizado.

Veja-se, comparativamente, a recente comoção na Venezuela, que em 48 horas deixou um saldo de 41 mortos e 323 feridos.

Segundo: – Tivemos, na realidade, uma contra-revolução, em março/abril de 1964. Constitui atitude insidiosa falar em mortos, desaparecidos e torturados como se isso tivesse sucedido naquela ocasião. Ledo engano ou farsa simplória! A reação violenta ocorreu muito posteriormente, contra a guerrilha rural e o terrorismo urbano, desencadeados pelas esquerdas em 1969/1970. Frise-se que as Forças Armadas atuaram, então, contra um inimigo armado, não contra indefesos! Os assassinatos, seqüestros, assaltos, e 84 atentados a bombas que mataram inocentes, foram perpetrados por aqueles que hoje são apresentados como heróis.

Não discuto o caso dos profissionais militares e civis mortos em confrontos, pois são para isso preparados, estando os primeiros sob juramento. Discuto, por exemplo e entre outros, a morte por bomba, no aeroporto de Guararapes, do Jornalista Edson Régis de Carvalho, nome que nunca é lembrado; e convém recordar do soldado Mário Kozel Filho, despedaçado a dinamite no QG do II Exército. Ele não era um profissional e sim um menino de 19 anos, convocado pelo Serviço Militar Obrigatório, estando, na ocasião, como simples sentinela.

Aqueles que certa imprensa nos apresenta como "santinhos" estavam buscando, a rigor, a absurda, desumana e horrenda carnificina que tem caracterizado – de parte a parte – o terrorismo palestino/israelense. Mesmo assim, foram anistiados em pleno governo autoritário; e retribuem tal gesto com um "revanchismo" odioso e infindável.

Terceiro: – No Governo Castello Branco os Poderes Legislativo e Judiciário foram respeitados e a Imprensa não sofreu censura. Houve, sim, como não podia deixar de ser, a cassação dos direitos políticos dos radicais que poderiam acarretar perigo à contra-revolução. Os recursos do tão amaldiçoado AI-5 (Ato Institucional Nº 5) foram aplicados já no Governo Costa e Silva, diante dos arreganhos dos inconformados e visando à manutenção da ordem, tal como se impunha fazer.

Aí está a convicção que mantenho, de que agi dentro de minhas limitadas possibilidades, no sentido de cumprir os juramentos feitos à minha Bandeira e a meu Povo.

Passo, agora, a tratar, propriamente, do tema que me é proposto.

Após concluir o Curso da ECEME, fui classificado em 1959, ainda como Major, no QG/3ª DI, em Santa Maria, RS. Tomei parte, assim, na convulsão social de 1961, apelidada de "Legalidade", que levou à posse do senhor João Goulart na Presidência da República, pois se fora eleito pelo povo, tinha esse direito em face da renúncia do senhor Jânio Quadros. E a 3ª DI, em bloco, posicionou-se dessa forma, o que lhe

daria muito maior razão quando, em 1964, colocou-se a favor da derrubada do mesmo Governo, que se revelou maléfico e extremamente perigoso para o País.

Imediatamente após a referida "guerrinha" – quando escapamos por pouco de um morticínio entre irmãos – fui transferido para o 3º RO 105 (3º Regimento de Obuses 105) – "Regimento Mallet", Unidade que vivera um período crítico, com dificuldades de ordem moral e material, tanto que assumi o seu comando ainda como major, quando o posto indicado para tal era o de Coronel.

Durante os anos de 1962 e 1963 diversos oficiais "assumiram e entregaram" o comando do Regimento. Em conseqüência, alternadamente, fui Comandante Interino, Subcomandante, ou Comandante de um dos dois Grupos de Obuses do Regimento. Contando com suficiente autoridade e razoável experiência castrense, tratei de conduzir a Unidade para uma condição real de combate, reequipando-a a todo custo e submetendo-a a intenso adestramento, sob o lema "Tradição e Operacionalidade". Ademais, estimulava o companheirismo por todas as formas a meu alcance.

Faço questão de insistir que conduzi essa preparação da Unidade por pura honestidade profissional. Como sempre me dediquei ao estudo de nossa História e, naquela época, me aprofundava especificamente em guerra revolucionária, acompanhava atentamente a esbórnia que se ampliava no País e, imaginando até onde aquilo nos poderia levar, simplesmente procurava me antecipar aos fatos. Nunca me chegou aos ouvidos qualquer sinal de conspiração ou de golpe contra o Governo.

Recordo que eu era dominado por uma complexa mistura de amargor, angústia, preocupação e sentimento de responsabilidade perante os meus soldados, em face do que via acontecer no País. No quartel todos pugnávamos pelo objetivo de colocar o famoso e "famigerado" "BOI DE BOTAS" em total condição de combate, justificando seu passado de modelar combatente. Foram dias, meses e anos de dedicação, de sacrifício, de alto profissionalismo, do verdadeiro 'sacerdócio militar' que sempre caracterizou o Exército nas grandes crises nacionais.

No início de 1964 o Comandante do Regimento era o Coronel Ruy de Paula Couto que, temporariamente, teve que assumir o comando da AD/3. Assim, mais uma vez fiquei "respondendo pelo Comando" até 28 de fevereiro, quando o Tenente-Coronel Agostini, que já servira na Unidade como tenente, capitão e major, assumiu o comando efetivo.

Chefe e amigo, encampava os mesmos conceitos por mim defendidos acerca do que sucedia no País, conforme pode ser claramente visto em seu depoimento para o presente projeto. Fico até inibido de abordar este assunto, por ele esmiuçado com riqueza de detalhes, inusitado entusiasmo, máxima precisão

e total perfeição. Por isso, terei dificuldade em corresponder ao repto proposto. Vejamos se o consigo.

Sucede que o atual General Agostini participou do Movimento de 1964 comandando a Unidade e assessorando o planejamento do Comandante da 3ª DI, General Poppe de Figueiredo, enquanto a minha missão era de simples execução como comandante de um dos Grupos. Isso pode ser verificado em seu depoimento.

Portanto, creio agir corretamente ao fazer apenas "a complementação" de alguns poucos episódios daqueles contidos no relato do meu comandante, discorrendo sob o ponto de vista de um executante das ações empreendidas pela Unidade em março/abril de 1964.

Antes de mais nada, releva repetir que há alguns meses a tropa vinha sendo submetida quase rotineiramente a constantes situações de sobreaviso, prontidão, alarme, ordem de marcha e exercícios de tiro. Também é importante frisar que em novembro de 1963 fora suspenso o licenciamento dos soldados, o que os deixara muito pouco satisfeitos, mas, em compensação, tínhamos uma tropa plenamente pronta, e não de recrutas, como seria de esperar naquela época do ano.

Pelos motivos acima, o "Regimento Mallet" estava suficientemente equipado e atingira altíssimo grau de adestramento. Logo após a notícia da contra-revolução desencadeada em Minas Gerais, a Unidade revelou-se coesa e solidária com seu comandante, recebendo com alívio a decisão de combater a anarquia que ameaçava o País. A primeira atitude tomada foi ocupar, em força, com o II Grupo de Obuses, comandado pelo Capitão Maya (Ahyr Maya), todas as instalações da VFRGS, foco principal da baderna.

A operação, efetuada durante a madrugada e de forma fulminante, em poucos minutos frustrou irrevogavelmente a grande greve projetada pela liderança comunista, e os funcionários daquela autarquia compareceram ao serviço, apesar da fúria dos piquetes grevistas.

A cúpula dos referidos piquetes pediu uma entrevista com o General Poppe. Cumprindo ordem do meu Comandante, assisti à aludida audiência e, por determinação do Comandante da Divisão, respondi à altura a intervenção insolente de um dos líderes.

Acreditando falsamente no potencial subversivo exercido com profusão nos meses anteriores, aquela liderança espúria resolveu desafiar o comandante da Divisão e o próprio Exército, realizando um comício de protesto. O 'Regimento Mallet' logo recebeu a missão de dissolvê-lo e a cumpriu de pronto.

Tudo isso está descrito no depoimento do General Agostini. A missão de dispersar o comício coube ao II Grupo, que revezou com o I Grupo, na guarda das

instalações da VFRGS. Atribuiu, ainda, um pelotão de carros de combate – recebido do 3º BCCL (3º Batalhão de Carros de Combate Leves) – em nosso apoio e me designou supervisor geral da operação.

Esse foi o ponto alto da contra-revolução em Santa Maria, e de resultados tão surpreendentes que hoje em dia a mídia faz questão de omiti-lo ou ocultá-lo, deixando-o ignorado pelas gerações mais jovens. Foi o sinal de morte para a esbórnia, a demonstração do que significa ofender a um Exército sempre digno como o nosso; e foi, sobretudo, a claríssima demonstração do apreço do povo por seu Exército, com total aprovação à atitude por ele tomada.

Não resisto ao entusiasmo, relembrando a cena! Contra a reunião de arruaceiros marchava o meu "Velho Regimento" com duzentos homens a "passo de carga". Oficiais e sargentos de metralhadoras empunhadas, soldados com os mosquetões "Mauser" cruzados, as longas baionetas rebrilhando, granadas de mão penduradas nos bolsos das blusas. Era a operacionalidade de 1964 somada à tradição histórica de 133 anos e quarenta combates! E foi a "couce dármas" – como se dizia ao tempo do império, de onde provinha – que a gloriosa Unidade empurrou os insolentes recalcitrantes para trás, para longe. Logo se iniciou a "disparada", sob forte gritaria e alarido de pânico, ao ficar bem claro para aqueles arruaceiros com quem foram "se meter".

A facção que resolver desafiar o Exército deve esperar um confronto com a força bruta, e o Exército deve estar em condições de corresponder a tão imprudente expectativa, se necessário.

Então, dos altos edifícios que cercam o local, levantou-se pouco a pouco uma estrondosa vaia aos debandados, que se transformou logo em infindáveis palmas e "vivas" à tropa, enquanto uma chuva de papel picado começou a descer de todas as janelas. Dos pisos térreos, ocupados por lojas de comércio, bares e restaurantes, saíram engradados de refrigerantes e bandejas de salgadinhos e doces, distribuídos à soldadesca entre risadas de alívio e abraços. A rigidez da formatura da tropa naturalmente deu lugar a uma fraterna comemoração!

Hoje nada se lê ou se ouve a respeito! Silêncio total. Afinal, passaram-se 38 anos! Os jovens só recebem as versões distorcidas, e nós, os mais velhos, observamos tudo com desgosto.

No entanto, foi esse episódio que, praticamente em poucos minutos, encerrou a idéia de reação revolucionária em Santa Maria, ficando claro o pensamento popular a cerca da situação que se vivia há mais de 2 anos.

O General Agostini, em seu relato, menciona as ações que se seguiram. Na verdade, o "Regimento Mallet" tornou-se o fulcro da contra-revolução no centro

estratégico do Estado. No seu quartel apresentaram-se oficiais que deixaram o de Porto Alegre, prontos para combater a seu lado, se preciso. A ele chegavam, via rádio de campanha, as mensagens das Unidades que desejavam passar ao comando da 3ª DI e, com escolta de artilheiros, comandada pelo Capitão Arribamar (José Arribamar de Oliveira) do Mallet, o General Poppe assumiu o III Exército.

Mas ainda há muito a relatar. A partir do dia 3 ou 4 de abril as Unidades da Guarnição começaram a operação limpeza, bloqueando as saídas da cidade e vasculhando os esconderijos dos incitadores da anarquia, para prendê-los.

Devo mencionar ainda, outro belíssimo espetáculo, hoje igualmente deixado em conveniente esquecimento: a grande Marcha de Agradecimento ao Exército, quando cinqüenta mil pessoas percorreram, sob palmas, a principal artéria urbana da cidade, que termina em face do atual quartel da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (6ª Bda Inf Bld). Espontânea descarga emocional de uma população que, por infindáveis meses, vivera aterrorizada por ameaças de 'paredón', como se aqui fosse Cuba; por arreganhos contra os 'gorilas; por fechamento, sob pressão, das lojas de comércio; por tensão interminável; por greves e comícios de inaudita truculência.

Nada disso é lembrado. As fotos da ocasião desapareceram, e quem desejar vê-las terá de ir ao Museu Marechal Mallet, onde estão expostas ao público. Aparecem na Imprensa – isso sim – as fotos da repressão policial às tentativas de retorno à anarquia, imposta pelos "governos autoritários". Mas a mídia esquece de dizer que foram feitas em 1969/1970, não em 1964, e não em Santa Maria!

Aqui a vacina antibaderna foi bem aplicada em 1964, pelo Exército e pelo povo. O Regimento Mallet, nas várias ações em que se engajou, atuou de surpresa e de forma fulminante, o que lhe valeu um destaque especial, altamente elogioso, no relatório final da Divisão.

Desejo, agora, falar sobre os IPM realizados na cidade, entre os meses de abril e junho de 1964. Antes de tudo quero dizer que me orgulho de pertencer ao Exército Brasileiro. Sim, porque só ele na condição de risco em que vivera a Nação, respeitaria a sacralidade dos lares de reconhecidos agitadores entre o anoitecer e o amanhecer, sabendo que eles passavam as noites queimando documentos comprometedores, à vista das patrulhas que mantinham-se no cerco, esperando a alvorada para apresentar os mandados de busca e de prisão! Só o Exército Brasileiro, cristão, bondoso e compreensivo, que sabia e sabe, exatamente, distinguir os 'cabeças de subversão' dos 'inocentes úteis'.

Confirmando as citações do General Agostini, ouvi depoimentos de quatrocentos brasileiros no IPM que presidi; e todos, até hoje, me estendem a mão, que só a nego a um único deles. Foram tratados com serena energia, mantidos às

vezes em aprisionamento impróprio, já que quartéis não possuem as instalações dos presídios; mas tiveram suas declarações ouvidas em condição de equilíbrio e boa ética. Aqui não houve tortura, nem torturados, nem torturadores. E vamos deixar bem claro que se tais atos existiram – em outros locais, que não aqui – isso sucedeu em 1969/1970, não em 1964!

O meu Exército tem tradição de trato cavalheiresco a prisioneiros. Isso é confirmado por historiadores e participantes de nossas campanhas no Prata, quer aliados, quer inimigos de cada ocasião; e também o é por alemães e italianos, quanto ao tratamento que a FEB deu a seus prisioneiros em 1944/1945.

O meu Regimento, uma das Unidades mais tradicionais do Exército, não poderia proceder de forma diferente. Não! Bravo e firme na hora do combate; digno e nobre após a derrota do inimigo, espelho e florão de um Exército!

Por esta razão sinto desprezo pelo torpe, odiento e aleivoso "revanchismo" dos batidos de ontem que hoje distribuem sua peçonha pelas gerações atuais. E não o aceito nem mesmo dos mal-informados que, mais uma vez, desempenham o papel de "inocentes úteis", na redistribuição do veneno, sem procurar-lhe a verdadeira origem.

Aí está o que posso dizer relativamente ao tema proposto. 1962/1964, anos de angústia, de sofrimento de nossas famílias, de ameaça à nossa paz social, mas também, anos de meu grande sentimento de realização profissional, culminando no último deles com a alegria do dever bem cumprido correspondente aos juramentos feitos à minha Bandeira e o meu Povo.

DEGRAVAÇÃO E DIGITAÇÃO

Adélia A. Sampaio

TRANSCRIÇÃO

General João Carlos Rotta

General Aricildes de Moraes Motta

Coronel Luiz Alberto de Oliveira Francez

OPERADOR DE ÁUDIO E VÍDEO

Cabo Clandio Abrante

Composição e diagramação	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Quantidade de páginas	*416*
Formato	*16 x 23cm*
Mancha	*29 x 43 paicas*
Tipologia	*ITC Officina Serif Book*
Papel de miolo	*Offset 75g*
Papel de capa	*Cartão Supremo 240g (plastificada)*
Impressão e acabamento	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Fotolito de miolo	*Murillo Machado e Rodrigo Tonus*
Fotolito de capa	*Sermograf Artes Gráficas e Editora Ltda.*
Tiragem	*2.000 exemplares*
Término da obra	*Janeiro de 2004*